

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL FAUUSP/CAUUFCE**

**Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento,
Empreendimento e Instrumento – O Caso de Sobral-CE**



Desenho: Domingos Linheiro

**São Paulo
2012**

ROMEU DUARTE JUNIOR

**Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento,
Empreendimento e Instrumento – O Caso de Sobral-CE**

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo
Orientador: Prof. Dr. Arq. Lúcio Gomes Machado

**São Paulo
2012**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA: Romeu Duarte Junior

E-MAIL: romeudj@yahoo.com.br

Duarte Junior, Romeu
D812n Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento,
Empreendimento e Instrumento – O Caso de Sobral/CE/
Romeu Duarte Junior.--São Paulo, 2012.
458 p : il.

Tese (Doutorado) - FAUUSP.
Orientador: Prof. Dr. Arq.Lúcio Gomes Machado

1.Preservação do patrimônio arquitetônico - Ceará - Teses
2.Planejamento territorial urbano – Ceará - Teses I.Título

CDU 72.025.3(813.1)

À memória de meu pai, Romeu Duarte.

À minha mãe, Francisca, à minha tia, Santinha, e ao meu irmão, Robledo, por
todo o amor que sempre me devotaram.

Aos professores arquitetos José Liberal de Castro e José Neudson Bandeira
Braga, mestres e amigos, lições dignas de vida e profissão.

A Solange, Emília e Isabel, mais este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Arq. Lúcio Gomes Machado, meu orientador, pela segura e sempre presente orientação em todo o desenvolvimento do trabalho, além da dedicação, amizade e espírito crítico demonstrados.

Ao Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, pela oportunidade de trabalharmos juntos na preservação do sítio histórico de Sobral.

Aos professores Roberto Smith e Sydrão Alencar e à equipe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Banco do Nordeste do Brasil – ETENE/BNB, bem como ao Arq. Joaquim Cartaxo, pela consecução do apoio financeiro à realização do Programa de Doutorado.

Aos membros da coordenação do Programa de Doutorado Interinstitucional FAUUSP/DAUUFCA – DINTER FAUUSP/DAUUFCA, professores Cristina Leme, Maria Ângela Faggin Pereira Leite, Marta Dora Grostein e Ricardo Bezerra, pelo zelo e competência na condução do processo.

Aos professores Beatriz Mugayar Khül, Celso Lamparelli, Dácio Ottoni, José Tavares de Lira, Helena Ayoub, Hugo Segawa, Maria Irene Szmrecsányi, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, Maria Ruth Amaral de Sampaio, Mônica Junqueira Camargo, Nestor Goulart Reis Filho e Paulo Júlio Valentino Bruna, pelo conhecimento, empenho e generosidade dispensados nas disciplinas e seminários ministrados.

Aos professores Carlos Guilherme Motta e Ricardo Marques de Azevedo, pelas valiosas observações e contribuições prestadas quando do exame de qualificação

À Cristina Arguejo e à Equipe da CPG/FAU/SEC, pela sempre pronta ajuda.

Aos amigos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em especial a Jussara Peixoto, Alexandre Veras, Francisco Veloso e Francisca Barbosa (Dorinha), da Regional do Ceará, e a Luis Fernando de Almeida e Marcelo Brito, da direção nacional do órgão, pelo constante apoio.

A Hélio Barros e Alexandre Oliveira, da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC, pelo correto acompanhamento do processo administrativo.

Aos amigos do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, em especial a Odilo Almeida, Antônio Martins da Rocha Junior e Napoleão Ferreira, do Departamento do Ceará, a Gilson Paranhos, presidente da Direção Nacional do IAB, e a Antônio Carlos Campelo Costa, conselheiro vitalício da entidade, pelo carinho, confiança e atenção fraternos.

Aos professores da Universidade Federal do Ceará - UFC, em especial a Jesualdo Farias (Reitor), Adelaide Gonçalves, Erasmo Pitombeira, Gil Farias, José de Paula Barros Neto, Luís Antônio Maciel de Paula e René Barreira, pelo incentivo e entusiasmo.

Aos colegas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU UFC, em especial a Aléxia Brasil, Almir Farias, Caetano Aragão, Clóvis Jucá, Daniel Cardoso, Joaquim Aristides, José Lemenhe, José Sales, Márcia Cavalcante, Roberto Castelo e Zilsa Santiago, pelo interesse e estímulo.

Aos meus colegas do DINTER FAUUSP/DAU UFC, Beatriz Diógenes, Ignácio Montenegro, Lucila Soares, Magda Campelo, Margarida Andrade, Paulo Costa e Ricardo Fernandes, por termos compartilhado juntos todos os momentos desse importante processo.

Aos amigos que fiz em Sobral, em especial a Andréa Cruz, Carmem Alves, Gizella Gomes, Herbert Rocha, José Clewton do Nascimento, Regina Costa e Silva e Wellington Macedo, pelas importantes informações fornecidas.

Aos amigos do escritório 3 Arquitetos Associados, em especial à minha querida amiga Clélia Carvalho, pelo carinho e apoio, e a Andréa Barreto, pela primorosa sistematização e organização da tese.

Aos meus amigos Ana Paula Farah, Assis Ximenes, Clodoveu Arruda, Domingos Linheiro, Francisco Bezerra, Geraldo Ribeiro, Henrique Baima, Henrique Jorge Silveira, Henrique Oswaldo Andrade, Luciano Guimarães, Luciano Maia, Luís Carlos Sabadia, Manoel Maia, Paulo Hermano Barroso, Paulo Montenegro, Régis Freire, Sérgio Simonetti e Valter Vieira, pelo inextinguível carinho e cuidados.

E, por fim, à turma boa das boêmias fortalezense, sobralense e paulistana, devidamente representadas pelo meu querido e saudoso amigo Cláudio Pereira, que infelizmente partiu antes do combinado.

RESUMO

O presente trabalho trata das relações estabelecidas entre a preservação do patrimônio edificado e o planejamento e a gestão urbana do sítio histórico da Cidade de Sobral, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1999. Com ênfase para as novas abordagens do tombamento federal de áreas urbanas no Brasil e em outros países, em seus aspectos políticos, gerenciais e transformadores, a experiência de preservação urbana em Sobral é analisada sob a ótica dos conceitos de cidade-monumento, cidade-documento, cidade-empreendimento e cidade-instrumento, esta a hipótese principal da tese.

Palavras-chave: Preservação urbana; Sítio histórico de Sobral

ABSTRACT

This work (“Brazilian Historic Sites: Monument, Document, Enterprise and Instrument: The Case of Sobral/CE”) deals with relations established between the preservation of the built cultural heritage and urban planning and management of the historic site of Sobral, protected as nacional monument by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN since 1999. Emphasizing new approaches of the federal listing of urban areas in Brazil and other countries, in its political, administrative and changing aspects, Sobral urban preservation experience is analyzed through the concepts of cidade-monumento, cidade-documento, cidade-emprego e cidade-instrumento, this the main hypothesis of the work.

Key-words: Urban preservation; Historic site of Sobral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1º CAPÍTULO	
PRESERVAÇÃO URBANA: LEITURA DE UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA	36
2º CAPÍTULO	
PRESERVAÇÃO URBANA NO BRASIL: IDÉIAS, CONCEITOS, APORIAS, EXPERIÊNCIAS	106
2.1. O Sítio Histórico como “Cidade-monumento” e “Cidade-documento”	106
2.2. Preservação e Gestão Urbana: Atualizando o Debate.....	109
2.3. Cidades Históricas e Preservação Urbana: Aporias Patrimoniais.....	125
2.3.1. O Patrimônio como Fator de Reinvenção Urbana e Regeneração Cultural	125
2.3.2. O Patrimônio como “Forma-mercadoria/Forma-publicidade”	137
2.4. Pressupostos de Reabilitação Urbana: O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano	145
2.5. Experiências de Preservação Urbana no Brasil	150
2.5.1. Programa de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH	150
2.5.2. Corredor Cultural do Rio de Janeiro	158
2.5.3. Projeto Pelourinho	161
2.5.4. Programa Monumenta	164
2.5.4.1. Conceituação e Programa de Trabalho	164
2.5.4.2. Definição da Lista de prioridades	169
2.5.4.3. Processo de Seleção de SHUNs e CUMNs	177
2.5.4.4. Resumo da Formulação Inicial	181
2.5.4.5. Panorama Atual do Programa Monumenta	182
2.5.5. Planos de Ação para Cidades Históricas – PACH	186
2.5.5.1. Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Conceitos	186

2.5.5.2. Métodos e Procedimentos	189
3º CAPÍTULO	
SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL: MONUMENTO, DOCUMENTO, EMPREENDIMENTO E INSTRUMENTO.....	198
3.1. Sobral e sua História	199
3.2. Memória, Comunidade e Poder Local	214
3.3. Elite, Imaginação, Patrimônio Cultural e Participação Popular	218
3.4. O Processo de Tombamento e Gestão do Sítio Histórico de Sobral	221
3.5. A Abordagem Erudita da Preservação do Patrimônio Cultural	330
3.6. <i>The Day After</i> : Tombamento, Produção do Espaço Urbano, Gestão Urbana e Participação Popular	339
3.7. PPSHU/Sobral: Diretrizes para Recuperação, Requalificação e Revitalização	347
3.7.1. Considerações Gerais	349
3.7.2. Ações de Cunho Geral	352
3.7.2.1. Identificação e Documentação	352
3.7.2.2. Promoção	353
3.7.2.3. Proteção	354
3.8. Análise das Intervenções Físico-Programáticas Executadas	358
CONCLUSÃO	415
4.1. Considerações Preliminares	415
4.2. As Diversas Faces do Sítio Histórico de Sobral	418
4.2.1. Sobral-Monumento	418
4.2.2. Sobral-Documento	421
4.2.3. Sobral-Empreendimento	424
4.2.4. Sobral-Instrumento	429

4.3. Sítio Histórico de Sobral: Prós e Contras	431
4.4. Considerações Finais	443
BIBLIOGRAFIA	448

INTRODUÇÃO

“Representado por um labirinto dissimulado pela superfície cativante de um espelho, o patrimônio arquitetônico e urbano, com as atividades conservatórias que o acompanham, pode ser decifrado como uma alegoria do homem na aurora do século XXI: incerto da direção em que o orientam a ciência e a técnica, busca um caminho no qual elas possam libertá-lo do espaço e do tempo para, de forma diferente e melhor, deixar que os invista”.
(Françoise Choay)

A preservação das cidades históricas associada ao desenvolvimento urbano constitui, em todo o mundo, tema instigante e contemporâneo, principalmente pelas novas questões e problemas que traz ao debate sobre a proteção edilícia, sempre marcados pela complexidade, pela polêmica e pelo grande número de variáveis em jogo. Nas palavras de BRITO (2004, p.22),

[...] uma nova visão das chamadas cidades históricas começa a se delinear. A afirmação das cidades como *Urbs*, lugar vivo, ganha força, num esforço histórico de integrá-las à dinâmica do desenvolvimento urbano e regional, compatível e adequado às suas reais necessidades sócio-econômicas e condições sócio-espaciais. Desse entendimento surgem as ações que, ao longo das últimas décadas do século passado, têm norteado processos de preservação pautados na recuperação e na revitalização de áreas históricas degradadas, deterioradas fisicamente, marginalizadas socialmente e deprimidas economicamente. A reabilitação de áreas urbanas, desta forma, ganha expressão nas políticas de preservação do patrimônio cultural, sendo ele o suporte fundamental dessa própria reabilitação.

A preservação de áreas históricas urbanas, numa linha de conservação integrada, passa a fazer parte da problemática ligada ao planejamento urbano no Ceará a partir do final dos anos de 1990. Com efeito, os tombamentos federais dos sítios históricos de Icó (1997), Sobral (1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2003), ainda que de forma tardia, representaram não só a admissão dessas cidades no rol das submetidas à guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN como também revelou a necessidade da elaboração de novos padrões de gestão, controle e planejamento urbanos, forçosamente compartilhados entre as esferas de poder federal, estadual e municipal. Iniciadas com os trabalhos de pesquisa sobre a arquitetura antiga

cearense, realizados pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – CAUUFCE desde a fundação deste em 1965, essas ações se consolidaram com a criação, em 1983, de uma representação oficial do órgão federal de preservação no Estado, a qual tornou possível o reconhecimento, como monumento nacional, daquelas aglomerações urbanas de origem colonial.

A proteção de setores dessas cidades coincidiu, em termos temporais, com intervenções significativas referentes a determinações de uso e ocupação do solo urbano, emanadas de fontes diferenciadas. Nesse mesmo período, foram executados, no âmbito estadual, planos diretores de desenvolvimento urbano para cerca de cinquenta cidades do Estado, dentre as quais as apontadas, financiados pelo Programa PROURB/Cidades do Ceará, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; desenvolveu-se o Programa Monumenta, também financiado pelo BID, com atuação em diversos sítios históricos tombados pelo IPHAN no país; foi promulgada em 2001 a Lei Federal Nº 10.257, a qual, conhecida como Estatuto da Cidade, estabeleceu estratégias gerais para o ordenamento da política urbana no Brasil; foi criado, através da Portaria da Presidência do IPHAN Nº 299, em 2004, o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano; e em 2009, pelo mesmo IPHAN, o programa Planos de Ação para Cidades Históricas - PACH. Esse quadro, ao tempo em que evidencia a disponibilidade de diversos instrumentos técnicos, legais, tributários e urbanísticos voltados à conjugação de esforços visando à eficiente abordagem de áreas urbanas especiais, deixa também claro um outro importante detalhe: a inexistência de complementaridade entre as ações desenvolvidas pelas várias instâncias responsáveis pela gestão de cada programa.

Portanto, esta tese, intitulada *“Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento – O Caso de Sobral/CE”*, a partir da apresentação do processo evolutivo relacionado à proteção de áreas urbanas reconhecidas como “sítios históricos”, no Brasil e no mundo, à luz de referenciais teóricos e empíricos e da conceituação sobre o tema presentes em documentos nacionais e internacionais, trata da apresentação e da discussão de novas propostas relativas ao tombamento de setores urbanos no país em termos de política, gestão e transformação. Com essa denominação, objetiva-se estudar,

apresentar e discutir a trajetória da preservação urbana nos âmbitos nacional e internacional; os novos tratamentos preservacionistas dispensados às cidades históricas no país; os agentes do processo de preservação urbana; a ampliação do campo conceitual, cronológico e tipológico, bem como do público do patrimônio cultural edificado; e as novas considerações acerca dos sítios históricos brasileiros, em sua feição conceitual, para que se consiga chegar a uma conclusão consistente e generalizável sobre todo esse caminhar.

Sobral, situada na zona norte do estado do Ceará, e o seu conjunto urbano, tombado pelo IPHAN em 1999, constituem os objetos sócio-históricos da pesquisa por motivo da cidade decorrer de antiga vila real, documento, portanto, do processo de ocupação do território cearense e brasileiro e fruto urbano dos ciclos econômicos do gado (século XVIII) e do algodão (século XIX) no Nordeste do país; da cidade ser dotada de tipologias arquitetônicas e morfologias urbanas de interesse, em boa medida descaracterizadas no século XX; de ter se constituído em palco de uma ambiciosa estratégia política e uma eficaz gestão administrativa, desenvolvidas no âmbito municipal nos últimos quinze anos; da complexidade do tombamento do seu sítio histórico pelo IPHAN; e da gestão da preservação urbana estar associada ao planejamento urbano numa linha estratégica e a investimentos públicos e privados.

O período de tempo focado na tese estende-se de 1996, início do movimento político que acabou por levar o então deputado estadual Cid Ferreira Gomes ao cargo de Prefeito Municipal de Sobral, até nossos dias, espaço temporal este que também corresponde ao começo dos trabalhos visando à preservação do sítio histórico de Sobral, ao tombamento, pelo IPHAN, do conjunto urbano e ao processo de gestão deste.

São objetivos da pesquisa, analisar as novas formas de abordagem e apropriação dos sítios históricos tombados pelo IPHAN nos últimos vinte e cinco anos, à luz de diversos conceitos teóricos e de novos modelos de uso e sustentabilidade; verificar se uma nova fundamentação não estaria sendo historicamente produzida para amparar uma inusitada consideração dos sítios históricos e das práticas preservacionistas e de gestão urbana, conduzindo a

reflexão acerca dos modelos da “cidade-monumento” e da “cidade-documento” aos da “cidade-empreendimento” e da “cidade-instrumento”; e analisar e avaliar as ações de preservação implementadas pelos agentes públicos e privados, nos últimos anos, nos sítios históricos brasileiros (enfocando-se o de Sobral-CE), cotejando-as com a gestão urbana destes, sob a ótica do planejamento urbano, das legislações urbanas e de proteção edilícia, da política, da administração pública e da economia da cultura.

O trabalho foi produzido mediante a realização de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com atualização e aprofundamento constantes da produção textual, com proveito de uma ampla revisão da literatura sobre o assunto, destacando-se a análise de trabalhos produzidos pelo IPHAN e de artigos elaborados por especialistas nacionais e estrangeiros em publicações diversas, assim como de entrevistas com técnicos especializados. Procurou-se também descortinar, de forma crítica, processos análogos desenvolvidos em outros sítios históricos brasileiros no período analisado, de maneira a compor um quadro contemporâneo da preservação urbana no país que servisse de referência ao estudo concentrado no conjunto sobralense. Além disso, sua elaboração compreendeu também a participação do seu autor como aluno matriculado e ouvinte em disciplinas do DINTER FAUUSP/CAUUFCE; a elaboração de trabalhos (monografias) relacionados a estas disciplinas; a discussão e avaliação dos rumos da pesquisa com o professor orientador, cujos processos impuseram a elaboração de trabalhos programados; o debate sobre o andamento das pesquisas no âmbito do grupo de alunos do DINTER FAUUSP/CAUUFCE; a participação do autor em cursos, seminários e eventos de arquitetura e urbanismo realizados em Fortaleza e São Paulo, constantes ou não do DINTER FAUUSP/CAUUFCE, e, principalmente, nos seminários para avaliação do progresso dos estudos periodicamente levados a efeito pela Comissão de Pós-Graduação/FAUUSP; e a realização de entrevistas, trabalhos de atelier (redação de textos, re-elaboração de imagens, elaboração de projetos gráficos etc.) e viagens de estudo.

Tecnicamente, o caminho metodológico¹ utilizado para a construção da tese tem como fundamento o seguinte quadro de referência:

Recorte do objeto: Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento – O Caso de Sobral-CE

1. Percepção – observação e pontos de vista; Hipóteses – conhecimento das bases empíricas; Bibliografia; Teorias pertinentes; Pesquisas similares

- O envolvimento prático e teórico com o tema por parte do autor da tese;
- O sítio histórico, para além de suas anteriores leituras como “monumento” e “documento”, considerado também como “empreendimento” e “instrumento” apropriado por interesses diversos;
- A bibliografia escolhida resultante dos pressupostos teóricos elencados e constituída de títulos de áreas do conhecimento diversas, componentes do campo da preservação urbana;
- O referencial teórico da tese, expresso nos conceitos de “preservação urbana” (inúmeros autores), “cidade-mercadoria” (Edward Glaeser e Michael Porter), “planejamento estratégico” (Jordi Borja, Manuel Castells, Nuno Portas *et alii*), “uso ideológico do patrimônio” e “patrimônio como forma-mercadoria/forma-publicidade” (Otilia Arantes), “reabilitação urbana” (Marcelo Brito), “patrimônio como recurso” (Antônio Augusto Arantes), “sítio histórico, cidade-instrumento” (Romeu Duarte Junior), “reinvenção urbana” (Heliana C. Vargas e Ana Luísa Howard de Castilho), “regeneração cultural” (Andrea Maggeean e Mathew Wansborough), e nos aportes da Nova Historiografia e dos documentos patrimoniais (cartas/compromissos) nacionais e internacionais, fulcrais no âmbito da relação existente entre a preservação urbana e os modelos

¹ Processo metodológico desenvolvido conforme modelo constante do conteúdo da disciplina “Teoria do Conhecimento Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo” (AUH 5704), ministrada no semestre 2008.1 do DINTER FAUUSP/CAUJFC pelos professores Maria Ruth Amaral de Sampaio, Celso Lamparelli e José Lira e cursada pelo autor da tese.

contemporâneos de desenvolvimento sócio-econômico e planejamento urbano, decorrentes da globalização de mercados e das características do atual estágio mundial do capitalismo;

- O relacionamento da pesquisa com outras desenvolvidas nos últimos anos no Brasil no campo da preservação urbana, com destaque para as voltadas às leituras dos sítios históricos e aos procedimentos de gestão destes;

2. História e crítica; Gênese da questão; Juízo de valores; Periodizações; Pontos de inflexão; Tendências prováveis

- O tombamento de Ouro Preto (1933); a criação do IPHAN no primeiro governo Vargas (1937); o conceito de “cidade-monumento”; alargamento do campo conceitual do patrimônio cultural; o conceito de “cidade-documento”; associação da preservação de sítios históricos ao planejamento urbano; o conceito de “cidade-empreendimento”; a cidade como mercadoria; a utilização ideológica do patrimônio; o sítio histórico como “forma-mercadoria/forma-publicidade”; o conceito de “cidade-instrumento”;

3. Análise: Classificação de tipologias, Seleções representativas e significativas no interior do universo delimitado; Juízo de fatos; O concreto descrito

- A cidade de Sobral-CE: sua formação e evolução urbanas e suas relações com a região em que se situa; as gestões dos prefeitos Cid Gomes (1997 - 2000 e 2001 - 2004), Leônidas Cristino (2005 - 2008 e 2009 - 2010) e Clodoveu Arruda (2011 – nossos dias); o processo de tombamento do sítio histórico de Sobral; o uso ideológico do patrimônio em Sobral; o modelo administrativo adotado; e o processo de gestão do sítio histórico sobralense;

4. Reflexão teórico-metodológica: Aproximações empíricas; A comunicação do conhecimento pelo discurso nas aproximações sucessivas

- Pesquisas fundamentadas em pressupostos teóricos e práticos favoreceram uma discussão acerca de objetos concretos, num movimento pendular de aproximação e interpretação dos fatos e dos valores em presença;
5. Sínteses para discutir o concreto pensado; Os discursos: várias linguagens e representações; Ação comunicativa
- A síntese consiste em explicar, no concreto, uma questão teórica. A construção do discurso pertinente perpassou diversos campos do conhecimento, todos com suas linguagens e representações próprias, produzindo uma gama variada de conceitos e interpretações e construindo nexos entre esses distintos universos para melhor compreensão do objeto enfocado. Essa operação propiciou a conformação de sínteses mais eficazes das discussões do concreto interpretado, num esforço comunicativo;
6. Opções; Cadeias decisórias, orientações, interlocutores, agentes envolvidos, usuários e beneficiários
- Foram identificados o arcabouço político, legal e administrativo responsável pelas diretrizes e determinações referentes ao tema objeto da pesquisa, bem como os agentes individuais e institucionais (públicos e privados), considerando-se a ampliação do público do patrimônio cultural, ação correspondente ao alargamento dos critérios, conceitos e acervos relacionados à preservação deste;
7. Criação e propostas alternativas gerais
- A crítica a um determinado problema pressupõe uma solução a este. A investigação teve como ponto de partida a inquietação diante de uma dada situação e a busca por uma interpretação o mais possível abrangente desta. Uma vez equacionado o problema teórico e a partir do concreto interpretado, deu-se o debate sobre os

procedimentos a serem adotados para a preservação dos sítios históricos urbanos, um dos enfoques da tese;

8. Intervenções: os desejáveis de um pensamento utópico

- A reflexão partiu de referenciais teóricos e práticos e chegou a uma contribuição metodológica e instrumental relacionada à solução dos problemas associados ao objeto. Construiu-se um caminho de pesquisa a partir de determinados subsídios, que auxiliaram a resolução dos problemas enfrentados e se refletiram nas perspectivas apontadas.

Por fim, a tese terá como finalidade, além de sua aplicação geral e de servir à obtenção do título acadêmico correspondente, a sua publicação, com a revisão do seu conteúdo bem como do referente à dissertação de mestrado, de que é continuidade e corolário, de forma a que se constitua, modestamente, em contribuição à compreensão dos problemas relacionados à preservação do patrimônio urbano no Brasil.

As problemáticas levantadas relacionadas ao objeto e ao campo de estudo selecionados são as seguintes:

- A proteção de sítios históricos no Brasil começa oficialmente com o tombamento, por decreto do Presidente da República, da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, no ano de 1933, quatro anos antes da fundação do IPHAN. Entretanto, apesar dos setenta e nove anos dessa realização, não existe propriamente em nosso país uma cultura urbanística do patrimônio e sim atuações isoladas, bem ou mal sucedidas, dos entes públicos e de pouquíssimos agentes privados;
- O conceito de sítio histórico dos pioneiros da fase "heróica" do IPHAN (1937-1970) era o de "cidade-monumento", ou seja, cidades acabadas e exemplares do ponto de vista artístico, verdadeiras expressões museificadas da arquitetura barroca colonial. Se esta

vertente da arte brasileira era intensamente valorizada pelos intelectuais modernistas, que se ocupavam ainda da renovação das artes no país, as demais manifestações arquitetônicas posteriores eram mal vistas e freqüentemente "corrigidas", como aconteceu várias vezes nas cidades mineiras: edifícios neoclássicos, ecléticos, *art-nouveau*, *art-déco* eram freqüentemente alterados em suas linhas arquitetônicas para que se adequassem ao modelo predominante de arquitetura urbana. Entretanto, foi o rigor estético, associado ao profundo conhecimento, à qualidade do trabalho e à capacidade de argumentação desses pioneiros, cuja autoridade ninguém ousava afrontar em plena ditadura varguista, as causas que explicam a grande quantidade de bens de grande valor histórico e artístico protegidos e salvos de arruinamento iminente no período;

- Por sua vez, o conceito de sítio histórico empregado pelos intelectuais e técnicos do patrimônio na fase "moderna" do IPHAN (1970-1990) foi o de "cidade-documento", formulado a partir da compreensão do urbano como a compressão das diversas camadas históricas do processo sócio-econômico de construção das cidades. Nessa trajetória, cada fase deixaria marcas indeléveis no espaço urbano, o que justificaria a sua devida proteção. Essa etapa coincide com o alargamento dos critérios e do público do patrimônio, em boa medida na área acadêmica, quando as contribuições dos historiadores, cientistas sociais, antropólogos, etnólogos, arqueólogos, filósofos e geógrafos passaram a ter o mesmo peso da produzida pelos arquitetos e urbanistas. A qualidade da arquitetura e da cidade, anteriormente tida como justificativa principal para os tombamentos de edifícios isolados e sítios históricos, passa a ocupar posição de menor relevância em favor da valorização de outros aspectos culturais, dentre estes a condição do espaço urbano como documento mesmo do seu processo de formação e evolução, ou seja, a sua dimensão filológica como fato relevante e fundamental para a sua

preservação. Esse também é o momento da "patrimonialização das cidades" (ARANTES, 1998, p.14), conceito que pretende estender a proteção estatal a praticamente todos os imóveis urbanos, tratando-os como bens culturais; da discussão da preservação através de um enfoque político e ideológico, tal como se pode depreender do texto da Carta de Petrópolis (IPHAN, 1987), mas não no âmbito de uma política pública; da omissão dos estados e municípios quanto às suas obrigações constitucionais referentes à preservação do patrimônio cultural; e da banalização do tombamento, com a proteção federal de cidades ou de trechos destas descaracterizados e/ou sem relevância nacional. Cumpre ressaltar que, nesse período, também se ampliou sobremaneira, em termos de quantidade e diversidade, o acervo de bens culturais mantidos sob a tutela do IPHAN;

- O atual momento da preservação urbana apresenta uma conjuntura complexa e desafiadora, senão vejamos: entrada em cena de outros atores do patrimônio (moradores, proprietários, políticos, administradores, instituições, investidores, ONGs etc.), todos com interesses os mais diversos, correspondentes às suas leituras das questões patrimoniais; a visão da preservação do patrimônio, notadamente dos sítios históricos, como atividade ligada à gestão do espaço urbano em suas dimensões pública e privada, à propaganda política, à economia da cultura, à cultura como espetáculo, à elevação do padrão de qualidade de vida das comunidades tradicionais ou à substituição destas por outros segmentos sociais de melhor condição econômica (gentrificação), à competição entre cidades, ao negócio imobiliário, enfim, como ação que não é mais um fim em si mesma mas um meio para se atingir o tão sonhado desenvolvimento sócio-econômico, expressão esta, aliás, "detentora de uma multidão de significados" (CHOAY, 2002, p.214). Nessa nova perspectiva, os sítios históricos passaram a ser vistos, para além de suas considerações intelectualizadas anteriores ("monumento" e "documento"), como "empreendimentos"

e "instrumentos", tidos como meios adequados para se alcançar os fins desejados; surgiram novos diplomas legais e novos procedimentos técnicos (Estatuto da Cidade; Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano-PPSHU/ Portaria Nº 299/04/IPHAN; Chancela da Paisagem Cultural Brasileira/ Portaria IPHAN Nº 127/2009), novos programas de investimento em preservação urbana (Programas Monumenta e Planos de Ação para Cidades Históricas - PACH) e novos conceitos de intervenção urbana (projeto de estruturação urbana, projeto urbano, plano de preservação, reinvenção urbana, regeneração cultural, reabilitação urbana); e deu-se a associação progressiva da preservação ao planejamento urbano, com experiências exitosas e outras nem tanto, tudo isso se dando em um momento em que a legislação federal de proteção patrimonial dá mostras de carência de atualização e fortalecimento evolutivo;

- Lê-se nas entrelinhas desse panorama os problemas a resolver: inexistência de uma política pública de patrimônio no país, com definição precisa das atribuições dos entes federativos e da sociedade civil; permanência de uma visão abnegada e altruísta da preservação, razão do pouco alcance das ações dos órgãos públicos responsáveis; insuficiência dos recursos (financeiros, técnicos etc.) disponíveis no Ministério da Cultura - MinC e no IPHAN, como de resto nos estados e municípios, para a efetuação das necessárias ações preservacionistas; isolamento do IPHAN e do MinC com relação aos ministérios com que têm afinidade e possibilidade de compartilhamento de ações (Turismo, Cidades, Educação, Infra-estrutura, dentre outros); legislação de referência carente de revitalização e de associação a outros diplomas legais, como é o caso do Estatuto da Cidade, para a sua maior eficácia; inexistência da incorporação de procedimentos mais rigorosos e parcimoniosos dos atos de tombamento, com prevalência da qualidade do espaço urbano e da natureza precípua do IPHAN consubstanciada no Decreto Nº 25/37, sem prejuízo do alargamento

das fronteiras culturais; indefinição quanto ao financiamento dos custos da preservação; urgência da constituição da preservação como uma ação fundamental e compartilhada com as demais de mesma essência para se chegar ao desenvolvimento sócio-econômico, segundo os conceitos expressos nas Normas de Quito (OEA, 1967);

As questões objeto do estudo são, portanto, as seguintes: Pode-se dizer que há um processo evolutivo com respeito à preservação urbana no Brasil? Como este processo se relaciona com a trajetória da preservação urbana no âmbito mundial? Se se verifica realmente este processo evolutivo em nosso país, em que medida o tombamento e a gestão urbana do sítio histórico de Sobral, encaixados nessa experiência, se aproveitaram dessa condição? Por fim, o que traz Sobral de novo e positivo como contribuição ao assunto “preservação urbana no Brasil”?

Seguem-se as hipóteses atualmente consideradas, a serem confirmadas ou não:

- Após a formulação dos conceitos de “cidade-monumento” e de “cidade-documento”, conforma-se um novo pensamento relacionado ao conceito, à preservação e à gestão de sítios históricos no Brasil, caracterizado pelo pragmatismo operacional, por sua condição de pressuposto do planejamento urbano e pela importância da dimensão da gestão urbana nos processos de proteção. Estamos, pois, diante de uma nova conceituação de sítio histórico, agora também tido, dentre outras denominações, como “empreendimento”, “recurso” e “instrumento”, em que se associa à aura cultural dos conjuntos tombados uma nuance realista, pragmática, de desenvolvimento sócio-econômico e comercial e se abandona a visão da preservação edilícia como um fim em si mesmo;
- Nas décadas mais recentes, o sítio histórico de Sobral é aquele, dentre os demais conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, cuja administração, no caso específico da preservação urbana, mais

empregou as ferramentas gerenciais dos modelos “cidade-emprego” e “cidade-instrumento”, com as seguintes características: nível satisfatório de qualidade da gestão urbana empreendida pelas suas cinco últimas administrações e das relações de cooperação estabelecidas com os parceiros públicos e privados destas no desenvolvimento deste processo; qualidade, ousadia e êxito dos planos, programas e projetos propostos, executados e implementados no conjunto tombado; adoção, por parte da administração municipal, de conceitos e critérios contemporâneos de gestão e preservação urbana, bem como de gerenciamento de oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico e espacial; exercício, na prática, da preservação como eminente função urbana e do patrimônio edificado urbano como recurso simbólico, político e econômico; e o tratamento do sítio histórico como instrumento para a consecução de melhorias sócio-espaciais, para além de seus predicados estético-artísticos e histórico-documentais, com a comunidade tida, no mais das vezes, como a principal beneficiária das ações empreendidas;

- Nos seus processos de tombamento e gestão, o sítio histórico de Sobral foi abordado como *monumento*, a partir da apropriação estético-estilística e cronológica e da valorização do seu acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico; como *documento*, tendo como base a sua contribuição histórica para a constituição da sede municipal e a estruturação da região em que se instala, mediante a valorização filológica da maneira como se deu sua formação e evolução histórica, sócio-econômica e urbana; como *empreendimento*, no âmbito dos demais atrativos e funções detidos e desempenhados por Sobral, intensificando a condição de pujante pólo político-econômico regional conferida à cidade; e *instrumento*, pela associação das ações relacionadas à preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico das comunidades sobralense e da Zona Norte do estado do Ceará.

Esclareça-se, antes de mais nada, que este trabalho tem raízes fincadas na experiência concreta do trato cotidiano com os potenciais, problemas e perspectivas das áreas tombadas, por motivo do envolvimento do seu autor, professor das disciplinas de Projeto Arquitetônico e Patrimônio Cultural Edificado do CAUUFCE, com uma prática intimamente ligada às questões da preservação do patrimônio edificado. Esse percurso culmina com o seu desempenho como Presidente do Departamento do Ceará e da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-CE e IAB-DN), de cujos grupos de trabalho de patrimônio edificado tem participado intensamente, bem como, entre 1997 e 2008, quando atuou como titular da Superintendência do IPHAN no Ceará. Neste passo, à fundamental pesquisa bibliográfico-documental, base para o balizamento teórico-conceitual da tese e desenvolvida junto a vários organismos institucionais, alia-se a pesquisa de campo, estruturada na lida diária com os assuntos da identificação e documentação, proteção e promoção patrimonial, sem esquecer a análise de projetos e processos e dos contatos com autoridades, proprietários, moradores e técnicos da preservação, todos basilares para a construção deste estudo. Portanto, buscando o equilíbrio entre as contribuições teóricas e empíricas, justifica-se a escolha do tema pelo fato do mesmo ter se constituído em objeto de estudo com base em uma situação experimentada no cotidiano, em que se procurou conferir a esta uma dimensão teórica, no caso particular, fruto de uma observação participante, pelo fato do autor deste trabalho ter atuado simultaneamente como implementador e crítico de políticas e ações preservacionistas.

De maneira a melhor expressar o título da tese, procurou-se organizar os capítulos partindo-se de formulações gerais para outras mais específicas. Assim, o primeiro capítulo (*Preservação Urbana: Leitura de uma Trajetória Histórica*), de cunho teórico-conceitual, constitui-se numa análise da evolução dos processos de preservação urbana nos cenários nacional e internacional, realizada mediante pesquisa bibliográfica e entrevistas e abordando a evolução dos processos de proteção de áreas urbanas e a sua contribuição à ampliação dos critérios de preservação e à construção de uma cultura urbanística do patrimônio.

No segundo capítulo (*Preservação Urbana no Brasil: Conceitos, Idéias, Aporias, Experiências*), será apresentada uma avaliação dos processos de preservação urbana no Brasil, com foco na atuação do órgão federal de proteção do patrimônio cultural, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas. Serão expostos e discutidos, dentre outros assuntos, os conceitos de “monumento”, “documento”, “empreendimento” e “instrumento” relacionados às cidades históricas brasileiras; novas formulações construídas para o patrimônio cultural edificado (“forma-mercadoria/forma-publicidade”); novos modelos de enfrentamento da preservação urbana; experiências de preservação urbana no Brasil (Programa de Reconstrução das Cidades Históricas-PCH, Programa Monumenta e Planos de Ação para as Cidades Históricas – PACH); e uma visão contemporânea do patrimônio cultural e da preservação urbana como meios para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico. Nesse cenário, é apresentado e avaliado o papel do IPHAN, à luz dos procedimentos pioneiros relacionados à proteção federal de áreas urbanas; o ideário preservacionista e o alargamento progressivo dos critérios de preservação, constantes do estudo de cartas patrimoniais nacionais e internacionais; e as contribuições da Nova Historiografia e da participação dos agentes públicos e privados, matéria básica para a consideração do patrimônio edificado como parte integrante de uma cultura urbanística no Brasil e no mundo. Fez-se questão, nesse ponto da tese, assim como mais à frente, na análise do estudo para tombamento federal do sítio histórico sobralense, de que fossem explicitados e aproveitados, na construção do texto, trechos de estudos e pesquisas elaborados por técnicos do IPHAN e por técnicos e intelectuais cearenses, num esforço de valorização do pensamento preservacionista produzido pelo órgão federal em seus setenta e cinco anos de existência e das formulações locais, estas valiosas por espelharem sua compreensão e re-elaboração de problemas contemporâneos ligados ao patrimônio cultural e à sua preservação, muitas vezes originais.

No terceiro capítulo (*Sítio Histórico de Sobral: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento*), elaborado através da realização de pesquisa bibliográfico-documental, entrevistas e visitas à cidade, será analisada a experiência preservacionista (tombamento e gestão) atualmente em curso no

conjunto urbano sobralense, à luz dos conceitos acima enunciados, com foco, entretanto, no sítio histórico de Sobral como “cidade-instrumento”, hipótese principal da tese. Além desses assuntos, serão também abordados e avaliados a história da formação e evolução da cidade; as relações estabelecidas entre memória, imaginário, comunidade, poder local e participação popular; o processo de tombamento federal do sítio histórico; e a gestão da preservação urbana do conjunto tombado e as realizações efetuadas pela Prefeitura Municipal e por seus parceiros.

A conclusão, além das deduções e idéias novas produzidas no decorrer da elaboração da tese, dos possíveis resultados das reflexões nela contidas e de pontos que possam ser tidos como generalizáveis, traz também considerações relacionadas às críticas que já se registram, nos mundos profissional e acadêmico, tendo como objeto o sítio histórico de Sobral e as experiências preservacionistas nele levadas a efeito.

Segue-se, por fim, a bibliografia utilizada como fonte e referencial teórico para a elaboração do trabalho, com informações ainda a respeito das pessoas, documentos e instituições que foram efetiva e respectivamente entrevistadas, analisados e visitadas. A lista de títulos aqui presente foi inicialmente construída ainda quando da primeira fase do MINTER FAUUSP/CAUUFCE, tendo sofrido constante ampliação desde então. Ressalte-se a presença de obras de autores cearenses, fundamentais para a construção do problema em nível local. Foi constituída tendo por base os pressupostos teóricos selecionados para a elaboração da tese, tendo presente ainda a escassez de títulos específicos sobre o tema “patrimônio urbano”, justificando-se o aprofundamento em tal acervo pelos seguintes motivos:

- Criação de novas formas de gestão urbana na esteira do Pós-modernismo e do neoliberalismo – para compreender esses conceitos, de elaboração recente, com raízes nos campos da Economia e da Filosofia e acusando fortes rebatimentos no processo de preservação urbana, tornou-se imperioso conhecer a argumentação de autores tais como Anthony Giddens, Charles

Jencks, David Harvey, Frederic Jameson e Zygmunt Baumann; Michael Porter (conceitos de “competição”, “vantagens comparativas urbanas” e “competição entre cidades”); Andrea Maggellan, Franco Bianchini e Matthew Wansborough (conceitos de “regeneração cultural” e “reinvenção de cidades”); Edward Glaeser (conceitos de *city marketing* e “cidade mundial”). Dentre outros, esses são os principais formuladores e críticos de idéias que animam o desenho, as funções, a gestão e o consumo das cidades na atualidade, com consideráveis desdobramentos nas ações de preservação dos sítios históricos em todo o mundo;

- A relação estabelecida entre social-democracia e neoliberalismo político e econômico – em tempos de globalização e financeirização do capital e da cultura como um bem material/imaterial re-significado para o consumo, na mesma linha, cumpre reconhecer a influência dos conceitos anteriormente citados no âmbito nacional em termos de políticas públicas e do financiamento destas, de gestão das cidades, de identificação cultural e de preservação da memória a partir do exame dos seus principais protagonistas intelectuais nacionais (formuladores/críticos), a saber, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luis Carlos Bresser-Pereira, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Milton Santos, dentre outros;
- Os parâmetros e perspectivas propostos pela Nova Historiografia – por ter proposto a alteração do ponto de vista da análise dos processos históricos; assinalado o esgotamento da valorização das “grandes narrativas”; valorizado, ao contrário, o cotidiano dos grupos sociais, reivindicando-lhes o direito à memória e à diversidade de suas expressões culturais; e pelo impacto do seu rebatimento no campo do patrimônio (este tradicionalmente relacionado aos feitos da “história oficial”), do qual resultou a polêmica mudança de perspectivas culturais e o alargamento dos conceitos, critérios e do público patrimoniais (questões centrais para a compreensão do tombamento do sítio histórico de Sobral-CE), foi de grande importância conhecer as idéias contidas nos títulos publicados pelos

representantes da Nova História ou “microhistória”, a saber, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawn, Jacques Le Goff, Michel de Certeau, Michel Foucault, dentre outros;

- A relação estabelecida entre patrimônio urbano, indústria cultural e espetacularização urbana - no momento em que o patrimônio cultural, em suas manifestações materiais e imateriais, atinge o *status* de “forma-mercadoria/forma-publicidade” (Otília Arantes), com a especial transformação da cidade histórica em atrativo turístico-mercadológico (Françoise Choay) associado à lógica reprodutiva da indústria cultural (T. W. Adorno), tornou-se obrigatório (re)conhecer a mudança de cenário e de perspectivas culturais instauradas, instigadas ainda pela recente mudança havida no modo de produção capitalista das cidades, a saber, da produção para o consumo do espaço urbano;
- A evolução dos conceitos preservacionistas no âmbito do patrimônio urbano – é de extrema relevância a análise e o cotejamento dos documentos internacionais e nacionais (conhecidos respectivamente como “cartas patrimoniais” e “compromissos”) produzidos especificamente sobre o assunto. Dentre os primeiros, as cartas de Veneza (Icomos, 1964), Quito (OEA, 1967), Amsterdã (Unesco, 1975), Nairobi (Unesco, 1976), Washington (Icomos, 1986), Lisboa (Icomos, 1995), Cracóvia (Icomos, 2000) e Xi’an (Icomos, 2005), dentre outras, traçam a trajetória evolutiva da consideração dos sítios históricos como partes indissociáveis das cidades que os contêm e como áreas carentes de valorização funcional e vitalidade sócio-econômica para que possam operar como “instrumentos do progresso” (Normas de Quito, OEA, 1967, apud CURY, p.105). Por sua vez, o Decreto Nº 25/37, os Compromissos de Salvador (1970) e Brasília (1971), a Carta de Petrópolis (IPHAN, 1987), o Decreto 3.551/2000 (preservação do patrimônio imaterial) e, mais recentemente, a Portaria IPHAN Nº 127/2009 (chancela da paisagem cultural), dentre outros, são marcos nacionais relacionados à salvaguarda do patrimônio urbano e à valorização

das paisagens natural e cultural. Conhecer e interpretar esse acervo ofereceu condições à construção de uma visão sistêmica do processo de preservação urbana no Brasil e no mundo, central, portanto, para a elaboração da tese;

- O conhecimento do processo histórico de gestão dos sítios históricos urbanos - a partir dos esforços primordiais desenvolvidos pelos nascentes estados-nações europeus no século XIX, foi fundamental ter ciência dos saberes e fazeres produzidos na esteira dessa trajetória, em que muitas vezes os seus protagonistas construía o seu arsenal teórico diretamente através da prática. Em destaque, a reflexão e as realizações produzidas pela chamada “*Escola Italiana*” (Camillo Boito, Gustavo Giovannoni, Cesare Brandi, Roberto Pane, Francesco Ciardini, Giorgio Piccinato, Giovanni Carbonara, Pierluigi Cervellati, dentre outros), em especial os conceitos contidos na Carta do Restauro do Governo da Itália (1972) e a importante experiência de Bolonha. Os casos brasileiros transparecem nos trabalhos de Marcelo Brito, Márcia Sant’Anna e Cecília Londres, técnicos ligados ao IPHAN, bem como nos de Antônio Augusto Arantes, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Ormino T. Azevedo e Ulpiano Bezerra de Menezes;
- O advento da Economia da Cultura – Considerando as atribuições dos agentes públicos e privados no processo de preservação urbana, tornou-se obrigatório reconhecer a dimensão econômica das ações de salvaguarda e o comprometimento de orçamentos correspondentes, num momento em que a cultura é “uma obrigação político-administrativa” (ARANTES, 2007, p.18), bem como, ao tempo em que se constitui como um atrativo passível de geração de receita, a cidade histórica conforma-se também em um sorvedouro de recursos do poder público (BENHAMOU, 2007, p.87), se mal administrada e destituída de vocação;
- Para além de “monumento” e “documento”, o sítio histórico como “empreendimento” e “instrumento” – para construir a formulação central da tese, qual seja, a do sítio histórico como “instrumento”,

revelou-se relevante tomar conhecimento da evolução conceitual da trajetória das áreas urbanas protegidas no Brasil a partir da reflexão de alguns técnicos e intelectuais ligados ao IPHAN, dentre eles Aloísio Magalhães, Lauro Cavalcanti, Lia Motta, Lúcio Costa, Luís Fernando Franco, Marcelo Brito, Márcia Sant'Anna, Cecília Londres e Rodrigo Melo Franco de Andrade;

- O aparente esgotamento da legislação federal de preservação – elaborada em conjunto com a criação do IPHAN em 1937, quando o Brasil não era ainda um país urbano, e dissociada de outros diplomas legais recentes que poderiam lhe emprestar mais eficácia, principalmente nas áreas urbanas tombadas, o Decreto 25/37, diploma legal que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, aparenta sério esgotamento por anacronismo, reclamando um acurado exame de suas possibilidades à luz da reflexão de renomados juristas ligados à causa patrimonial no Brasil, tais como Sônia Rabello de Castro e Carlos Frederico Marés;
- O conceito de "sobralidade" – o entendimento do processo de preservação do sítio histórico de Sobral-CE, chão sócio-histórico da pesquisa, resultaria prejudicado se não tivessem sido analisados, dentre outros aspectos, a formação e a evolução da cidade; a estruturação de suas classes sociais e de suas representações político-partidárias; os governos municipais de Cid Ferreira Gomes (1997 - 2000 e 2001 - 2004), Leônidas Cristino (2005 - 2008 e 2009 - 2010) e Clodoveu Arruda (2011 – nossos dias); a conformação do arcabouço ideológico e político-partidário para sustentação destas gestões; o tombamento do sítio histórico de Sobral pelo IPHAN; memória, auto-estima, estratégia política e governança; e a gestão compartilhada do sítio histórico de Sobral. Entretanto, todo esse conjunto de fatores tem como motor uma fundamentação político-filosófica, "a utilização ideológica do patrimônio" (ARANTES, 2000, p.19), qual seja, o curioso conceito de "sobralidade", tal como expresso por José Teodoro Soares e discutido por alguns intelectuais cearenses tais como, dentre outros, Clodoveu Arruda,

Eduardo Diathay Bezerra de Menezes, José Clewton do Nascimento, José Liberal de Castro, Nílson Almino de Freitas e Lustosa da Costa.

De forma resumida e sintética, são os seguintes os pressupostos teóricos por mim empregados para a elaboração da presente tese, acompanhados de autores produtores de obras e reflexões associadas aos mesmos:

- Sítio histórico e gestão urbana: Cesare Brandi, Francesco Ciardini, Giorgio Piccinato, Giovanni Carbonara, Gustavo Giovannoni, Marcelo Brito, Mario Manieri Elia, Paola Falini, Paolo Torsello, Pierluigi Cervelatti *et alli*;
- Preservação urbana: cartas patrimoniais, com destaque para as de Veneza (Icomos, 1964), Quito (OEA, 1967), Amsterdã (Unesco, 1975), Nairobi (Unesco, 1976), Washington (Icomos, 1986), Lisboa (Icomos, 1995), Cracóvia (Icomos, 2000) e Xi'an (Icomos, 2005) e documentos nacionais, tais como o Decreto Nº 25/37, os Compromissos de Salvador (1970) e Brasília (1971), a Carta de Petrópolis (IPHAN, 1987), o Decreto Nº 3.551/2000 e a Portaria IPHAN Nº 127/2009;
- Nova Historiografia: Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawn, Jacques Le Goff, Michel de Certeau, Michel Foucault *et alli*;
- "Cidade-monumento" e "cidade-documento": Aloísio Magalhães, Antônio Augusto Arantes, Lauro Cavalcanti, Lia Motta, Lúcio Costa, Luis Fernando de Almeida, Luiz Fernando Franco, Márcia Sant'Anna, Cecília Londres, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Ormino T. Azevedo, Rodrigo Mello Franco de Andrade *et alli*;
- "Cidade-empreendimento" e "Cidade-instrumento": Ana Fernandes, Antônio Augusto Arantes, Otília Arantes, Paulo Ormino T. Azevedo *et alli*;
- Patrimônio urbano, indústria cultural e espetacularização urbana: Françoise Choay, Guy Debord, Otília Arantes, teóricos da Escola de

Frankfurt (com destaque para Theodor Wiesengrund Adorno), Ulpiano Bezerra de Menezes *et alli*;

- Social-democracia e neoliberalismo político e econômico: David Harvey, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Frederic Jameson, Luiz Carlos Bresser-Pereira *et alli*;
- Pós-modernismo, neoliberalismo e gestão urbana: *city development*, *city marketing*, "cidade mundial", "cidade competitiva", "reinvenção urbana" e "regeneração cultural": Alexander Reichl, Alvin Toffler, Andrea McGeean, Anthony Giddens, Charles Jencks, David Harvey, Edward Glaeser, Francisco Gatto, Frederic Jameson, G. J. Ashworth, H. Voogd, H. V. Savith, Heliana C. Vargas, Matthew Wansborough, Michael Porter, Peter Marcuse, Zygmunt Baumann *et alli*;
- Economia da cultura: A. Peacock, Françoise Benhamou, J. P. Bady, X. Greffe *et alli*;
- Legislação de preservação urbana: Sônia Rabello de Castro, Carlos Frederico Marés *et alli*;
- "Sobralidade": José Teodoro Soares, Nílson Almino de Freitas *et alli*.

Neste passo, procurou-se tão somente produzir um conjunto de conhecimentos e reflexões, o qual, ao tempo em que informa sobre e analisa a experiência sobralense no campo da preservação urbana, igualmente contribui para a elucidação e resolução de alguns impasses presentes no sítio histórico abordado, já existentes ou decorrentes da tutela federal resultante do tombamento. Portanto, algo mais que a mera proposição de intervenções físicas em um espaço urbano como estágio último de uma pesquisa, para além do convencional em arquitetura.

1º CAPÍTULO

PRESERVAÇÃO URBANA: LEITURA DE UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A idéia de patrimônio cultural, bem como a de sua preservação, surge no mundo ocidental como contribuição do Século das Luzes (XVIII) à contemporaneidade marcada por um caráter mais afetivo que racional e intimamente ligada à consolidação das nações, num momento em que, para tanto, são separados os conceitos de Arte e História. Nas palavras de FONSECA (1997, p.49)

foi apenas quando, no final do século XVIII, o Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação, que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Nessa linha, as noções de patrimônio e nação se produziram, mais especificamente, no período da Revolução Francesa, concomitantemente à autonomização das noções de arte e história, as quais assumiram uma essência instrumental, úteis à representação dos estados nacionais modernos.

A consideração de um bem cultural imóvel, no caso o acervo edificado, como algo merecedor de estudo e conservação pelo simples fato de representar, de forma eloquente, um testemunho histórico e/ou uma obra de arte de valor incontestável está na base da construção das idéias de monumento, patrimônio e preservação, possibilitadas por ações seletivas exercidas por certos agentes e segundo determinados critérios que balizam os processos de destruição e conservação urbanas. Para estudiosos franceses da proteção do patrimônio cultural², sentimentos típicos do processo civilizatório europeu, de que são exemplos a piedade religiosa e a devoção às relíquias, dão origem não só ao apego a bens simbólicos mas também ao que esses objetos evocam, qual seja, a idéia de pertencimento a uma comunidade, real ou imaginária. Se antes a Igreja Católica atuou como a guardiã e a gestora dos objetos de culto religioso, o

² André Chastel e Jean Pierre Babelon, op. cit.

Estado, como estabelecedor e representante de uma identificação nacional e de uma coletividade, emprestará a esses e a outros bens um caráter necessariamente leigo, embasado em valores históricos e artísticos, constituindo a idéia de patrimônio, passível de preservação e transmissão aos pósteros. Assim,

se as categorias que vão fundamentar a constituição dos chamados patrimônios históricos e artísticos começaram, portanto, a ser formuladas e aplicadas a bens, desde o Renascimento, foi a idéia de nação que veio garantir o seu estatuto ideológico, e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (FONSECA, 1997, p.54).

Se foi pioneiramente em Roma, mais precisamente no século XV, onde apareceram, através dos papas e de suas específicas bulas³, as primeiras medidas oficiais visando à proteção de edificações antigas e cristãs da tradição greco-romana, nas quais sobressaíam motivações e justificativas de ordem histórica, artística e conservacionista, a preservação dos monumentos só se tornou matéria de interesse público quando surgiram, ao mesmo tempo,

ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação (FONSECA, 1997, p.56).

A independência dos valores históricos e artísticos empresta uma nova roupagem e possibilita uma nova leitura àqueles mesmos objetos antigos, vez que “a descoberta das antiguidades é também a da arte como atividade autônoma, desvinculada da tradicional vinculação à religião cristã” (CHOAY apud FONSECA, 1997, p.55). Assim, o termo “patrimônio” foi cunhado para representar um significativo acervo de bens de valor cultural pertencentes a uma coletividade de cidadãos, servindo para fundamentar uma justificativa ao mesmo tempo prática e ideológica, qual seja, o novo *status* desses mesmos bens, agora confiscados pelo Estado e devidamente re-significados.

³ Os papas Martinho V e Pio II produziram documentos específicos (ordenanças ou bulas) relacionadas à preservação do patrimônio edificado da Igreja Católica em Roma no período assinalado.

Assim, a idéia de patrimônio, basilar para os processos de construção das identificações nacionais e de consolidação dos estados-nações modernos, para FONSECA (1997, p.59), serviu ainda para cumprir várias funções simbólicas, dentre as quais:

- reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do gestor público;
- a partir da identificação, nos limites do Estado Nacional, [...] , a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa identidade ideal que é a nação [...] A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional;
- os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual;
- a conservação desses bens – onerosa, complexa e freqüentemente contrária a outros interesses, públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos.

Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural é concebida estrategicamente como instrumento afirmador da autoridade e do poder do Estado, esta a instância guardiã e gestora do acervo valorizado como de interesse nacional e formuladora de um novo modelo administrativo, geopolítico e civilizatório, de corte essencialmente concentrador e racional.

Se os estados nacionais têm sua origem tanto em regiões de tradição latina, cultuadoras do direito romano, como em outras de tradição britânica, seguidoras da *Common Law*, as definições de patrimônio cultural dessas duas linhagens jurídicas vão diferir exatamente pelas visões antagônicas de cada uma com respeito ao conceito de propriedade privada, bem mais sujeita a restrições no meio latino do que no britânico. Para FUNARI e PELEGRINI (2006, p.17), “essas duas tradições legais diversas levaram a duas concepções diferentes do patrimônio, uma mais voltada para a proteção dos direitos privados e outra mais atenta ao Estado Nacional”. Mesmo assim, para esses mesmos autores, essas duas tradições apresentam algumas características comuns, a saber, o patrimônio entendido como bem material concreto e de alto valor simbólico para a nação e

como algo excepcional que representa a nacionalidade, nessa esteira sendo criadas as primeiras instituições patrimoniais, munidas de legislações específicas.

Iniciada oficialmente na França com François Guizot, através de sua proposta de criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos Franceses em 1830, e pelos inventários de arquitetura antiga desenvolvidos por Prosper Mérimée, a sistematização das atividades preservacionistas se deu através da aliança estabelecida entre os interesses cultural e político, amparada por uma justificativa ideológica. Essa base conceitual e operativa francesa perdurou na Europa em boa parte do século XIX, sendo alterada, entretanto, pelos desdobramentos da Revolução Industrial e do Romantismo, aquela redefinidora dos modos de fazer e viver até então vigentes, privilegiando a produção e o consumo de bens elaborados em escala ampliada, e este voltado aos valores da subjetividade. Essas duas vertentes, nas palavras de FONSECA (1997, p.62), conformaram propostas distintas de política preservacionista:

o modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado.

Por suas características, as quais ofereciam mais garantias aos governos que à época construíam, na mesma linha, suas versões de estado-nação, o modelo francês foi adotado pela maioria dos países europeus, tendo sido exportado na primeira metade do século XX para países da América Latina, tais como o Brasil e a Argentina.

Entretanto, se preponderava em torno dos bens protegidos uma espécie de aura sacralizada, apesar do trato laico conferido pelo Estado, para muitos evocativa de um “sentido do patrimônio”, conceito defendido por Chastel e Babelon para explicar a sedução exercida pelos monumentos, na segunda metade do século XX as políticas de patrimônio tiveram que considerar e se adequar aos desdobramentos das ações de um poderoso agente transformador: o consumo cultural de massa. Responsável pela dessacralização da arte, transformou as noções e os critérios correntes de conservação, restauro, proteção

e valorização, colocando em pauta novos problemas, tais como, dentre outros, a transformação da cidade histórica em produto da indústria cultural, em que os conjuntos urbanos antigos se vêm convertidos em cena para fins midiáticos e a preservação do patrimônio como empreendimento notadamente associado à destinação turística, o que suscitou de CHOAY (2001, p.228) a seguinte observação: “a exploração do patrimônio histórico e arquitetônico está, pois, fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus consumidores”. Para além do interesse estrito dos técnicos abalizados e dos iniciados, o consumo cultural de massa colocou em cheque o uso dos sítios históricos, os quais, oscilando entre a indefinição de uso ou o emprego eminentemente museal dos seus espaços, se vêm agora às voltas com complexas articulações, de que são exemplos os seguintes questionamentos: Desenvolvimento ou culto aos monumentos? Entretenimento puro e simples ou a garantia dos valores históricos e artísticos, intelectualmente tratados? Como usufruir da obra de arte em meio à massa? Resguardadas as posições aristocráticas e populistas quanto à questão, o fato é que

a conversão de obras de arte em mercadorias, o desenvolvimento do mercado de antiguidades e a valorização do solo, edificado ou *aedificandi*, sobretudo nas grandes cidades, tornaram evidente a importância, hoje, de se considerar o valor de troca na dinâmica dos valores atribuídos aos bens culturais (FONSECA, 1997, p.71),

sejam eles um bem móvel, uma manifestação do patrimônio imaterial, um edifício, uma cidade ou parte desta. Esse panorama, que nos remete aos intrincados embates da vida real, demanda uma transformação na consideração do patrimônio histórico e artístico: de instrumento útil para a conformação dos estados-nações e da ideologia do nacionalismo, passa agora a inserir-se em contextos de escalas variadas, tais como os organismos internacionais e as comunidades locais, todos com seus problemas, potenciais, perspectivas e requisitos característicos. Inicialmente objeto das preocupações de intelectuais e burocratas, nos últimos trinta anos

[a] noção [do patrimônio] foi ressemantizada, extrapolou o seu domínio tradicional, o dos Estados nacionais, e passou a envolver outros atores [...] As modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio, enquanto objeto de políticas

públicas, indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade [...] (FONSECA, 1997, p.79).

Neste passo, faz-se de fundamental importância conhecer a formação dos órgãos nacionais encarregados da organização da proteção do patrimônio histórico e artístico e a sua atuação nos sítios históricos urbanos, esta traduzida em termos de instrumentos que conformam uma política patrimonial. Por outro lado, é também importante acompanhar as transformações dos processos de abordagem dos problemas colocados pela preservação de áreas urbanas, numa perspectiva evolutiva, e a fundamentação teórica que lhe empresta amparo. No caso em análise, significa acompanhar criticamente a trajetória do IPHAN, mais especificamente a sua ação voltada à preservação dos sítios históricos urbanos e as influências impostas a esta pelo debate teórico e pela prática cotidiana, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, representadas por documentos de referência (cartas patrimoniais/ entendimentos/ legislações) e por medidas técnicas, políticas, jurídicas e administrativas relevantes, implementadas ou não.

De início, faz-se necessário um esforço de precisão para que sejam esclarecidos os termos empregados e definidos os seus contornos, bem como os procedimentos a adotar:

uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade (FONSECA, 1997, p.30).

Certamente, as ações oficiais na área da preservação não podem compreender somente a atuação dos órgãos estatais nos campos da identificação/documentação, proteção e promoção; é preciso interrogar a forma como o patrimônio cultural se constrói nos meios eruditos e leigos com o mesmo rigor com que se indaga acerca dos parâmetros utilizados para sua eleição e valorização. Se a proteção do patrimônio cultural adquire cada vez mais um tom político pela polifonia de vozes explicitando as motivações pelas quais

determinados bens merecem ou não ser preservados, faz-se necessário conhecer e avaliar o papel dos agentes envolvidos, sociedade e Estado, bem como estudar as possibilidades de aperfeiçoamento dessa parceria.

Mas, como e com que objetivos se constituem os órgãos nacionais de preservação e como se define o seu objeto de análise e o seu campo de atuação ou mais propriamente, a sua política?

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados Modernos, que, através de determinados agentes recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e [...] símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão às gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação, voltadas ao interesse público, se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma entidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos (FONSECA, 1997, p.11).

Por esse raciocínio, uma prática estatal centrada na ação de grupos eruditos e embasada por um arcabouço jurídico próprio volta-se à proteção e à valorização de um número restrito de bens culturais materiais e imateriais, considerados a partir de uma rigorosa leitura seletiva. Sua transformação em distinto acervo se dá pela condição de representarem simbolicamente a Nação, o que também justifica sua proteção pelo Estado.

Em nosso caso, “a história da preservação de bens culturais no Brasil pode ser considerada recente se comparada à de países europeus, mas, como naqueles países, se inicia como resultante dos movimentos de constituição das nações modernas” (ARNAUT, 1992, p.31). Tendo como marco pioneiro a carta dirigida em 05 de abril de 1742 pelo vice-rei do Brasil, André de Melo e Castro, ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, com o objetivo de impedir a ocupação do Palácio das Duas Torres, obra de Maurício de Nassau, e de recomendar sua restauração pelos portugueses, o envolvimento oficial do Estado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro só oficialmente se consolida com a publicação, a 30 de novembro de 1937, do Decreto Nº 25/37, o qual instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN

como órgão responsável pela organização da proteção do patrimônio histórico e artístico no país. Na verdade, a criação do SPHAN significou a conscientização, pelo Estado, da relevância política da temática do patrimônio e da contribuição desta aos esforços de desenvolvimento do país, questões essas que vinham sendo discutidas insistentemente pelos círculos intelectuais brasileiros a partir da década de 1920. Criado à luz da eclosão do Movimento Modernista e da instauração do Estado Novo, este decorrente da Revolução de 30, o SPHAN surge juntamente com a noção elaborada por seus formuladores de que Minas Gerais seria o berço fundante de uma civilização brasileira, “tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por conseqüência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional” (FONSECA, 1997, p.99), o que já se antevia na elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional através do Decreto Nº 22.928, de 12 de julho de 1933, tida como a primeira iniciativa do governo federal voltada à proteção do patrimônio cultural. O tombamento de Ouro Preto também serviu para delinear o perfil das cidades passíveis de contarem com a proteção federal: todas aquelas erigidas no período colonial, preferencialmente no seu início, plenas de exemplares de alta qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística, homogêneas e legíveis em suas variações de escala e marcadas pelo risco barroco, sinal totêmico tido então como altamente relevante, aspectos esses caracterizadores de uma visão particular do patrimônio cultural brasileiro e de um esforço civilizatório. Os responsáveis por esse corte seletivo, liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram os intelectuais modernistas atuantes no SPHAN, os quais, ao mesmo tempo em que implementavam, com bastante prestígio, uma política cultural cujo alcance chega aos nossos dias, cuidavam também da renovação das artes, assumindo posições de vanguarda. Nas palavras de FONSECA (1997, p.13), “devido ao grau extremamente restrito, no Brasil, da participação da sociedade nas políticas culturais em geral, e particularmente nas políticas de preservação, as decisões desses intelectuais foram fatores cruciais na orientação dessas políticas”. Essa maneira peculiar de interpretação valorativa e material da história e da arte brasileiras, que fundamentou a proteção de diversos sítios históricos no país e, porque não dizer, por esse mesmo motivo, relegou a plano inferior, com a negação do tombamento federal, várias áreas urbanas que não se

enquadravam nos seus critérios de admissibilidade, a partir da década de 1970, com a derrocada do regime militar instalado em 1964, começou a receber críticas e contestações quanto à essência de sua formulação técnico-intelectual e ao seu pretense caráter nacional, por valorizar somente as produções das elites. Esse período, extremamente rico pelo entrelaçamento das opiniões de grupos rivais situados interna e externamente ao órgão nacional de patrimônio, foi marcado pela entrada em cena de novos valores, critérios e interesses empregados para a ampliação da noção de bem patrimonial, como também caracterizou-se como o momento inicial da consideração urbanística da preservação do patrimônio edificado. Nas décadas subsequentes, principalmente na de 1990, motivada pelo debate nacional e internacional, assistiu-se a uma modernização do conceito de patrimônio, traduzida na vinculação preservação/desenvolvimento sócio-econômico e na politização da prática de preservação, em que se buscou integrar e valorizar expressões culturais de segmentos sociais até então marginalizados. Como bem definiu FONSECA (1997, p.14),

nesse período [principalmente nos anos 70 e 80], coexistiram duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo – a da ‘pedra e cal’, continuidade do antigo SPHAN e a da referência, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 – que não conseguiram se encontrar sobre um mínimo de definições comuns.

Para um melhor entendimento do processo e do *corpus* teórico que o fundamenta, é imprescindível analisar a evolução dos conceitos e procedimentos empregados pelo órgão federal de patrimônio em sua lida com os sítios históricos urbanos, esta tomada cronologicamente e à luz dos documentos e eventos que marcaram, em nosso meio e no estrangeiro, o debate intelectual sobre a proteção cultural de áreas urbanas. Em 1931, inaugura-se formalmente a reflexão mundial sobre o assunto com a elaboração, pelo Escritório Internacional de Museus, da Carta de Atenas. Ressaltando as preocupações com o uso e a conservação dos monumentos em compasso com a capacidade de abrigo destes e o desenvolvimento de métodos de intervenção física que propiciassem o emprego de materiais e técnicas modernas denunciadores do momento de sua utilização, o documento refere-se aos conjuntos urbanos de valor patrimonial ressaltando o direito da coletividade em relação à propriedade privada e a necessidade de

determinação de uma autoridade nacional para gerenciar o acervo dos monumentos históricos, “de modo que se encontre a menor oposição possível, tendo em conta os sacrifícios a que estão sujeitos os proprietários, em benefício do interesse geral” (apud CURY, 2000, p.14). Na mesma linha, o documento recomendou que fossem respeitados, “na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade [deveria] ser objeto de cuidados especiais” (apud CURY, 2000, p.14), levantando assim a centralidade das questões de pré-existência, legibilidade e ambiência dos monumentos e sítios históricos, no sentido de que fosse valorizado o discurso espacial da cidade antiga e que este caráter presidisse a elaboração dos projetos das novas intervenções urbanas.

A Carta de Atenas, assinada pelos membros do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM em 1933, conquanto representasse os ideais daqueles que buscavam construir a cidade nova da sociedade industrial, na qual o sanitarismo e a eficiência predominariam e seriam desenvolvidas de forma integrada suas quatro funções básicas (habitar/ trabalhar/ recrear-se/ circular), resguardou espaço para a preservação do acervo edificado:

os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos) [...] se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral [...] nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado (apud CURY, 2000, p.52).

Confiando somente aos conhecedores da arquitetura, esta tida como a força que “preside aos destinos da cidade” (apud CURY, 2000, p.63) a responsabilidade sobre a eleição do que deveria ser preservado, o documento submete sempre a manutenção do acervo construído às leis do progresso racionalista, como se este contivesse motivações cabais e irrefutáveis, sem que fossem consideradas outras influências de peso no desenvolvimento urbano, tais como a história, a economia, a participação popular e o próprio patrimônio. O certo é que, como principal manifesto do urbanismo modernista e por seu generalismo, influenciou a orientação de várias gerações de arquitetos em todo o mundo, lançando as bases dos processos de criação de novas cidades e das

intervenções de renovação urbana, estas, mais numerosas, muitas vezes sendo realizadas à custa da demolição ou da descaracterização de áreas de interesse cultural. No caso brasileiro, serviu de fundamentação aos esforços de modernização arquitetônica e urbanística desenvolvidos por um grupo de profissionais, o qual, tendo como *chef-de-fille* Lúcio Costa e posteriormente Brasília como síntese máxima dos mandamentos modernistas, ocupou-se também da preservação do patrimônio edificado.

Com a decretação pelo Presidente da República do Decreto-Lei Nº 25/37, de 30 de novembro de 1937, foi criado o SPHAN e definido o objeto de sua atuação, bem como os instrumentos e os procedimentos úteis para tanto. Composto de cinco capítulos⁴, estabelece, em seu Artigo 1º, o seu campo específico de atuação:

constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (apud PAIVA, 1999, p.23).

A referência aos conjuntos urbanos e rurais, bem como aos naturais de interesse, se faz no parágrafo 2º desse artigo, em complementação ao objeto enunciado:

equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (apud PAIVA, 1999, p.23).

O tombamento, ou seja, a inscrição dos bens materiais móveis e imóveis nos quatro Livros de Tombo⁵, é considerado o principal meio de acautelamento e preservação das coisas de interesse histórico e artístico de valor nacional, surgindo “como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais” (FONSECA, 1997, p.115). Vale salientar que

⁴ Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Do Tombamento; Dos Efeitos do Tombamento; do Direito de Preferência; Disposições Gerais.

⁵ Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Das Artes Aplicadas; Das Belas Artes; Histórico.

essa solução só havia se tornado viável pelo fato da Constituição de 1934 ter estabelecido limites claros ao direito de propriedade, como também definido preliminarmente o conceito de função social desta, o qual mereceria aprofundamento nos textos constitucionais subsequentes. Por outro lado, essa forma de proteção, já prevista no anteprojeto do “Patrimônio Artístico Nacional” elaborado por Mário de Andrade, evidenciava um conceito unificador da idéia de patrimônio através da noção de arte, em que o polígrafo paulista realçou

o alcance e os limites da participação social na construção dos patrimônios históricos e artísticos, apontando as diferenças e as peculiaridades dos níveis nacional e local e caracterizando a função social do intelectual como mediador entre os interesses populares e o Estado (FONSECA, 1997, p.111).

Os tombamentos se iniciaram, dando-se preferência às obras do período colonial, justificadas, no plano urbanístico, por seu atrelamento ao processo histórico de ocupação das diversas regiões componentes do território brasileiro e pelo estado preocupante que apresentavam, vítimas tanto de um já galopante surto de urbanização destruidora quanto do furto e de vendas ilegais de bens imóveis. “Avultam, porém, os bens arquitetônicos como núcleo primacial do nosso patrimônio, [por ser] mais facilmente praticável a investigação a seu respeito” (ANDRADE apud FONSECA, 1997, p.119). Em seu início, as propostas de proteção foram elaboradas por grupos de intelectuais ligados ao SPHAN mediante critérios que tinham mais a ver com a autoridade técnica destes, na qual se destacava a análise que da arquitetura e do urbanismo coloniais fizeram os arquitetos modernistas brasileiros. Predominantes no corpo técnico da instituição, desenvolveram uma leitura peculiar da produção e do consumo espacial do período assinalado, com base em uma versão particular da história da civilização brasileira, realizando ainda uma associação natural entre as expressões arquitetônicas desta e a arquitetura que produziam naquele momento, ligações essas de cunho conceitual e estrutural, tais como economia de meios, verdade dos materiais, estrutura separada da vedação, dentre outros aspectos. Centrados basicamente nos bens imóveis remanescentes dos séculos XVI, XVII e XVIII, com destaque para a arquitetura religiosa, os tombamentos foram sendo elaborados tendo como justificativas pareceres cada vez mais embasados, nos quais avultava a importância dos trabalhos de identificação e documentação

arquitetônica e histórica (inventários), o que acabou por conformar, na seqüência, um patamar teórico seguro para a tomada de decisões relativas à proteção edilícia (bens isolados ou conjuntos urbanos) e aos trabalhos de restauro, conservação e adaptação. Esse saber, criado a partir da prática cotidiana da instituição, serviu de fundamento ao tombamento de inúmeros sítios históricos brasileiros e só recentemente, com a ampliação dos valores e critérios ligados à preservação, é que veio a ser abordado criticamente. Hoje, entretanto, não falta quem critique esse proceder: comentando os procedimentos preservacionistas postos em prática no período pelos pioneiros do IPHAN para a salvaguarda dos sítios históricos brasileiros e tendo por base a experiência levada a efeito em Ouro Preto, assim se manifesta CASTRIOTA (2009, p.74):

considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído...com isso, instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, sua história real.

Se, entretanto, a instituição desenvolveu, principalmente em sua fase conhecida como “heroica” (1937-1970), o seu trabalho de proteção do patrimônio edificado alicerçado em critérios eminentemente artísticos, construídos nas tarefas diárias das pesquisas e dos levantamentos de campo, não recolheu sistematicamente de outras fontes contribuições substanciais ao fortalecimento de suas justificativas. Quanto aos valores em análise, como “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética [...] não havia, então, por parte do SPHAN, uma preocupação em incorporar os avanços da historiografia nacional e internacional” (FONSECA, 1997, p.127); com relação à participação popular nos tombamentos,

o processo de decisão quanto à seleção e à valorização dos bens a serem tombados era conduzido quase que exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores. Raros eram, então, os pedidos de tombamento originados de fora do órgão, sendo a participação de elementos externos à instituição possível apenas nesse momento do processo, o do pedido de tombamento (FONSECA, 1997, p.125).

Se hoje os elementos de natureza histórica têm peso equivalente aos estéticos ou aos de outras essências (antropológica, etnográfica, arqueológica etc), naquela época a seleção era conduzida não só com o rigor dos estetas modernistas mas também considerando a urgência dos trabalhos de preservação frente a perigos diversos. Nas palavras de SAIA (apud FONSECA, 1997, p.126)

a fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo o que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio de arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos etc.

Mais especificamente, esse direcionamento preponderante às coisas da arquitetura decorria das estruturas curriculares das faculdades de arquitetura brasileiras à época, organizadas em torno dos conceitos do Modernismo e sem maior aprofundamento nas questões relacionadas à história da arte e da arquitetura nacionais⁶. No que tange à participação das comunidades, visou-se tão somente a criar uma atmosfera que, hipervalorizando o saber técnico, protegesse a instituição dos clamores populares e das opiniões dos leigos, a qual foi a responsável pela não inclusão formal da população das cidades objeto da ação do SPHAN, em seu início, nos processos de discussão e deliberação sobre os bens a preservar, o que ainda hoje se verifica e se quer corrigir. Uma outra questão relevante nesse momento é a noção de complementaridade das ações federais na área da preservação do patrimônio histórico e artístico, a serem desenvolvidas pelos estados e municípios, já presente na estratégia da direção do órgão. Para o Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, presidente do SPHAN de 1937 a 1967,

com efeito, nos referidos Livros de Tombo não se increvem, em rigor, senão as coisas consideradas de valor excepcional. Conseqüentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta conveniência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União para cuidar do setor, [ressaltando ainda que] ao município é que incumbe a realização dos planos urbanísticos, o traçado e a abertura de ruas e demais logradouros públicos, bem como a

⁶ Segundo depoimento do Arq. Antônio Luís Dias de Andrade (Janjão), ex-superintendente da regional do IPHAN em São Paulo, prestado à pesquisadora Cecília Londres.

fixação e a fiscalização da observância das normas e prescrições relativas às novas edificações, normas essas que podem ser gerais ou especiais para determinadas zonas urbanas (apud FONSECA, 1997, p.120).

Essas diretrizes, de certa forma, adiantam o tratamento dado à questão da preservação do patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988, a qual, confirmando mais uma vez os termos do Decreto Nº 25/37, como suas anteriores congêneres, consagrou a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quanto à matéria e, especialmente a estes, delegou a competência de “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”⁷. Cumpre registrar também que as preocupações de Dr. Rodrigo serviram de inspiração às posteriores propostas de implementação de planos de preservação e reabilitação nos sítios históricos tombados no âmbito federal, intervenções pormenorizadas estas, cujo desenvolvimento só se fará adequadamente com a atuação compartilhada das diversas esferas de governo e da comunidade numa perspectiva urbanística do patrimônio edificado.

Em resumo, os critérios que estruturaram a ação do SPHAN em seus começos foram os seguintes, segundo FONSECA (1997, p.128):

- o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas;
- prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista;
- a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;
- na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos Livros de Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições.

Quanto aos sítios históricos tombados pelo SPHAN no período, destacam-se, na Bahia, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Salvador (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – 1959); em Goiás, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Pilar de Goiás (Livro das Belas Artes – 1954); no Maranhão, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara (Livro

⁷ Artigo 30, Capítulo IV – Dos Municípios, Título III – Da Organização do Estado.

Histórico – 1948); em Minas Gerais, os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, registrados no Livro das Belas Artes, em 1938, das cidades de Diamantina, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Serro e Tiradentes e Congonhas (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – 1941), o que mereceu de HALÉVY (1998, p.04) o seguinte comentário: “as seis cidades mineiras tombadas em 1938 [...] são, sem dúvida, as primeiras cidades tombadas no mundo”; no Rio de Janeiro, o conjunto arquitetônico e paisagístico do Jardim e do Morro do Valongo (Livro das Belas Artes – 1938); e em São Paulo, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Carapicuíba (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – 1940). Desses, foram posteriormente reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade os sítios históricos de Salvador (1985), Diamantina (2001) e Ouro Preto (1980)⁸, devendo ser também mencionado o excepcional número de edificações isoladas que foram protegidas em diversas cidades brasileiras, tais como casas senhoriais, sobrados, fortalezas, engenhos, igrejas, conventos e paisagens notáveis, o que fez com que algumas, como o Rio de Janeiro e Salvador, em alguns setores, pelo acúmulo de bens imóveis tombados, se constituíssem em expressivos conjuntos urbanos. Alguns sítios históricos, como o de São Luís, tiveram retardado o seu reconhecimento como patrimônio nacional pela instituição, enquanto outros, além da classificação inicial predominante no Livro das Belas Artes, foram posteriormente inscritos nos demais Livros de Tombo, o que deixa evidente os fatores de natureza ideológica, cultural e política presentes nas análises e nos julgamentos dos bens a preservar pelos diversos atores participantes dos processos de tombamento, bem como o caráter subjetivo e pessoal das tomadas de decisão, mesmo que, como afirma CASTRO (apud FONSECA, 1997, p.124), “o ato administrativo da inscrição em determinado Livro de Tombo [signifique] a razão preponderante que justificou o tombamento”.

Entretanto, como o problema da preservação dos conjuntos era tratado conceitual e administrativamente pelo SPHAN no período? Para BRITO (2004, p.22),

⁸ Além dessas três cidades, o Brasil tem mais 14 bens incluídos na lista do patrimônio mundial da UNESCO, resultado de sua adesão à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, elaborada em 1972 com o auxílio do International Council of Monuments and Sites – ICOMOS.

desde a criação do SPHAN, em 1937, já se apresentava a preocupação com as cidades entendidas enquanto monumentos, com os tombamentos dos primeiros conjuntos urbanos. No entanto, a visão predominante era a que correspondia a cidades que poderiam ser compreendidas como acabadas e concluídas, monumentos a serem preservados em sua feição original, os quais se mantiveram como tal por estarem à margem do processo de desenvolvimento que se processava no país. Cidades estagnadas e esquecidas.

Contrariamente à noção de “documento” com que hoje ainda são majoritariamente abordados, repositórios de informações sobre o seu processo histórico de formação e evolução, permanentemente em construção, os sítios históricos urbanos eram então tratados como *monumentos*, obras finalizadas, intocáveis e dignas de respeitosa reverência em que os valores arquitetônico e histórico eram destacados por uma ótica culturalista mais preocupada com o salvamento e a manutenção física do acervo do que com questões relativas ao seu uso ou a outras perspectivas da preservação, tais como a associação desta ao desenvolvimento urbano e sócio-econômico. Registre-se também que a maioria das cidades antigas protegidas à época apresentavam-se majoritariamente preservadas em suas linhas arquitetônicas e urbanísticas pelo fato de que eram agora lugares destituídos de atividades econômicas de vulto, cuja constituição física, produzida por ciclos de progresso já extintos, era então lida como símbolo de estagnação e abandono. De outra parte, o cuidado devotado pelo órgão de preservação à obra de arquitetura isolada expunha sua arraigada cultura arquitetônica do patrimônio, sem conexões com as questões do desenvolvimento urbano e regional, traduzida nos esforços do órgão federal em suas extensões nos Estados, desenvolvidos por um punhado de intelectuais abnegados e pertinazes, entretanto desprovidos de recursos financeiros e das condições mínimas de infra-estrutura para realizarem adequadamente suas tarefas. Como síntese do método preservacionista de conjuntos urbanos no período, face às agressões do crescimento urbano e do desenvolvimento industrial, bem como à valorização do recém-criado estatuto legal da preservação, como justificativa ao tombamento de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rey, Diamantina e Serro e a exclusão de outras do mesmo período, afirma-se que

o trabalho pioneiro exigia um rigor na escolha dos sítios – precisa revestir-se de um caráter excepcional e também a escolha dos inimigos a serem enfrentados. Não era possível enfrentar a mineração em Congonhas e nem a proximidade dos grandes centros urbanos como no caso de Sabará. Outras cidades históricas, mais distantes das ameaças, garantiriam a identidade nacional sem expor o novo e frágil Decreto-Lei do tombamento. O resto ficaria à própria sorte (MOTTA apud HALÉVY, 1998, p.20).

Esses procedimentos, além de conferirem à causa da defesa do patrimônio nacional uma aura de sacrifício e prestígio, constituíram o cerne da política de preservação edilícia do SPHAN em seus primeiros trinta anos.

O período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial trouxe modificações radicais não só à consideração dos sítios históricos urbanos como também às ações dos órgãos nacionais de patrimônio, propiciadas por mudanças significativas nos ambientes culturais, sócio-econômicos e político-administrativos mundiais, pressentidas de forma especial no campo da preservação urbana. Se foi o momento da reconstrução das cidades européias, em boa parte flageladas pelo conflito internacional, e das experiências de renovação urbana nas principais metrópoles norte-americanas, constituiu-se também na ocasião em que os cânones e preceitos do Modernismo passaram a ser contestados e criticados, seja nas artes, na arquitetura e nas intervenções urbanas. Na mesma linha, correspondeu a um intenso processo de urbanização, traduzido na definição das grandes urbes mundiais dos blocos capitalista e socialista e na metropolização descapitalizada de suas congêneres do Terceiro Mundo, cujo processo de clivagem em centros desenvolvidos e periferias miseráveis tornou-se a sua face mais visível. A preocupação com a expansão descontrolada das manchas urbanas implicou na busca por modelos urbanísticos de planejamento e controle mais eficazes, em que as figuras dos planos diretores ou de regulação urbana surgiram como panacéia para todos os males, neste rol incluídos aqueles decorrentes das agressões ao patrimônio cultural e natural.

De fato, se o Modernismo, em sua versão tardia dos anos de 1950, deixara de ser percebido pelos críticos da cultura como um movimento de oposição para ser tido por estes como uma “cultura afirmativa” (HUYSSSEN apud FONSECA, 1997, p.152), própria das manifestações culturais que se iniciam

revolucionárias e terminam adaptadas a um sistema, quando não emblemáticas deste, com efeito abandonou, no caminho de sua evolução, certa postura crítica rígida, passando a incorporar em suas formulações novas questões estético-políticas e novos atores sociais, os quais favoreceram não só a criação de novas linguagens artísticas como também, no caso específico, a consideração de novos problemas, ampliando e atualizando seu escopo e sua atuação. No final dos anos de 1950 e no início da década de 1960, essa situação é palpável nos campos da filosofia e da arquitetura e urbanismo: a contribuição da Escola de Frankfurt, contida em sua crítica à indústria cultural, de que o conceito de “razão comunicativa” de Jürgen Habermas é decorrente, fundamentado na visão deste de que a modernidade é um projeto inacabado, alia-se às visões que estabeleciam uma nova relação entre cultura, cidade, projeto, história, objeto arquitetônico, ação comunitária e prática política, presentes em algumas publicações seminais lançadas no período⁹. Questões efervescentes tais como a riqueza e a diversidade cultural das comunidades e o direito destas a um ambiente cultural e naturalmente equilibrado; a importância da consideração do passado das cidades como patrimônio comum, definidor, assim como outros agentes, do desenho dos futuros espaços urbanos, ação essa que coloca em primeiro plano o problema filosófico e urbanístico da permanência e da mudança, assim como o da memória e do esquecimento; e a perda da crença no progresso decorrente da mecanização e da automação racionalistas, promessas desmoralizadas do primeiro Modernismo, propiciaram o surgimento de um novo conceito de preservação urbana, em que “as cidades [são] resultantes de um processo permanente e contínuo de transformações cumulativas, onde o patrimônio cultural congrega o somatório das diversas contribuições dos vários períodos de existência das próprias cidades” (BRITO, 2004, p.22), fazendo parte indissociável da dinâmica destas.

As questões referentes à gestão e ao controle dos sítios históricos, numa perspectiva urbanística, tornam-se mais claras, em nível mundial, com a recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a

⁹ Dentre outros, os livros de Aldo Rossi (*A Arquitetura da Cidade*), Jane Jacobs (*Ascensão e Queda das Grandes Cidades Americanas*), Kevin Lynch (*A Imagem da Cidade*) e Robert Venturi (*Complexidade e Contradição em Arquitetura*).

Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em sua 12ª sessão realizada em Paris em 1962, relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Pela primeira vez, de forma oficial e no âmbito das nações, abordou-se os problemas da proteção legal pelo Estado, em suas diversas esferas de poder, dos lugares de interesse, a saber, “os sítios isolados e de pequenas dimensões, naturais ou urbanos, assim como porções da paisagem que apresentam um interesse excepcional deveriam ser protegidos por lei” (apud CURY, 2000, p.86), merecedores de legislação específica concernente à complexidade intrínseca dos aglomerados urbanos, completamente diferente daquela devida aos bens isolados; da educação patrimonial como favorecedora de mentalidades e atitudes preservacionistas por parte das comunidades, entendidas agora como parceiras do Estado na condução das tarefas de proteção cultural: “uma ação educativa deveria ser empreendida, dentro e fora das escolas, para despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir a sua salvaguarda” (apud CURY, 2000, p.89); e da própria ação de salvaguarda, compreendida necessariamente como parte do processo de planejamento urbano e compreendendo o tratamento diferenciado a ser conferido a determinadas zonas situadas no interior das cidades e a setores no interior dessas zonas¹⁰.

A Carta de Veneza, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, em 1964, voltou-se à preservação desses lugares, em especial aqueles de incontestável valor histórico e artístico e, sem prejuízo de sua escala, aprofundou o desenvolvimento das questões anteriormente enunciadas a partir da definição do conceito de monumento histórico, entendido como

a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico [e estendido] não só às grandes criações, mas também às obras modernas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (apud CURY, 2000, p.92).

¹⁰ Capítulo III – Medidas de Salvaguarda.

Assim, o monumento histórico é concebido compreendendo as versões de imóvel ou sítio, constituindo prova física de um processo evolutivo, composta de partes construídas por agentes eruditos e leigos, cuja importância reside justamente em sua relevância cultural. Fortemente radicado em novos conceitos de conservação e restauração dos monumentos, aqueles exigindo, antes de tudo, permanente manutenção e estes constituindo-se em operação que deve primar pela excepcionalidade, o documento entende que “os sítios monumentais devem ser objetos de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar o seu saneamento, sua manutenção e valorização” (apud CURY, 2000, p.94), afirmando ainda ser fundamental a marca do momento presente nas intervenções de restauro, gravada pelo emprego de tecnologias contemporâneas. Essa noção, oposta à de monumento por sua própria natureza processual e por enxergar nos bens culturais uma imensa quantidade de informações a sistematizar, fundamentais à sua própria conservação física, teve impacto transformador na conceituação brasileira relativa aos sítios históricos, a qual passou a privilegiar o caráter documental e testemunhal dos bens culturais, para além de sua anterior condição de monumentos acabados e irretocáveis, o que também implicou em radicais alterações nos modos de abordagem e análise dos acervos protegidos e a proteger, justificadas agora em bem delineadas ações de identificação e documentação, proteção e promoção. A Carta de Veneza também contribuiu para o alargamento dos critérios de seleção dos bens a preservar por chamar a atenção para os valores histórico, artístico e/ou simbólico que detêm para as comunidades, confirmados pelo tempo porém sem prejuízo de sua extração, se produzidos por cérebros e mãos cultas ou rudes, se artefatos eruditos ou populares. Nas palavras de FUNARI e PELEGRINI (2006, p.33), o documento contribuiu para que o patrimônio passasse a ter uma definição pautada “pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”, abrindo caminho para a construção do modelo da cidade-documento. Cumpre também registrar que é exatamente nessa década que surge o conceito das “áreas de conservação”¹¹, “áreas de especial interesse arquitetônico ou histórico,

¹¹ Também conhecidas como *arrondissements historiques*, *secteurs sauvegardés*, *historic districts*, ou *conservation areas*.

cujo caráter deseja-se preservar ou promover” (CASTRIOTA, 2009, p.161). No Brasil, a expressão “sítio histórico” entra em cena também nesse período¹².

Entretanto, se foram objeto de um esclarecido aprofundamento, as questões da preservação edilícia, no debate mundial, ainda refletiam, de forma demasiada, a visão européia sobre o assunto, a qual, fortemente influenciada pelo modelo estatal francês e pelas próprias condições materiais de desenvolvimento sócio-econômico do seu meio, não poderia compreender certas situações envolvendo a destinação, o uso e a apropriação social dos sítios históricos. As Normas de Quito, resultantes de reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico realizada pela Organização dos Estados Americanos – OEA na capital equatoriana, em 1967, produziram uma nova reflexão sobre a relação preservação/desenvolvimento, elaborada a partir da compreensão acerca da complexa conjuntura dos países do Terceiro Mundo, em especial, aqueles situados na América Latina. Produzido no ano que marcou também a saída do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade da direção do SPHAN, após 30 anos de ingentes esforços em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro, o documento reporta-se favoravelmente à consideração da preservação como vetor de desenvolvimento sócio-econômico e do monumento como objeto destinado à ocupação e ao usufruto social alargados, vez que “esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos de progresso” (apud CURY, 2000, p.105), os quais estavam a reclamar urgentes medidas para salvaguardar sua riqueza monumental e artística, cuja “eficácia prática dependerá, em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social” (apud CURY, 2000, p.106). O cumprimento de uma função social por parte dos monumentos nacionais é exigido pelas normas, cabendo “ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares” (apud CURY, 2000, p.107), o que explicita o compromisso das

¹² Inspirado pelo “Ato dos Monumentos” (Holanda) e pela Lei Maulraux (França), ambos de 1961, pelo *Civil Amenities Act* (Inglaterra, 1967) e pelo *National Historic Preservation Act* (EUA, 1966), este trazendo o conceito de “distritos de preservação histórica”.

esferas de poder estatais com a criação e o compartilhamento das políticas de preservação e desenvolvimento sócio-econômico, alternativa possível e necessária aos países subdesenvolvidos. Aponta como principal responsável pela progressiva destruição do “potencial de riqueza” que é o patrimônio cultural “a falta de uma política oficial capaz de imprimir eficácia prática às medidas protecionistas urgentes e de promover a revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para benefício econômico da região” (apud CURY, 2000, p.107), situando, portanto, em um patamar político as questões da preservação, necessariamente acima dos planos técnico e cultural. Nessa mesma linha, elabora uma rigorosa crítica aos modelos funcionalistas de desenvolvimento urbano e à idéia de progresso e modernidade decorrente, então responsáveis pelo “inchaço” urbano desigual e excludente em seu início em vários pontos do Terceiro Mundo¹³.

A citação dos objetos arquitetônicos e urbanísticos passíveis de preservação trai a valorização da qualidade e da integridade dos monumentos como critério basilar de uma seleção rigorosa dos bens patrimoniais, a ser realizada conjuntamente entre as equipes técnicas estatais e as comunidades envolvidas. A crítica ao processo tradicional de planejamento urbano se aclara, quando o documento afirma que

a necessidade de conciliar as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais já é hoje em dia uma norma inviolável na formulação dos planos urbanos, em nível tanto local como nacional. Nesse sentido, todo planejamento físico territorial deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental (apud CURY, 2000, p.108).

Essa consideração, qual seja, a do conjunto ambiental (natureza e cultura) como determinante do ordenamento do território, cria um novo cânone para o equacionamento urbano, o qual, contribuindo para tornar mais concretas e situadas no tempo e no espaço as noções de habitação, trabalho, lazer e circulação introduzidas pela Carta de Atenas de 1933, foi evidentemente trazido à luz pelo grave comprometimento do horizonte histórico-cultural das cidades latino-

¹³ Inciso 5, Capítulo 3 (O Patrimônio Monumental e o Momento Americano).

americanas, em especial as “históricas”, causado pela entronização de um processo anárquico e exógeno de modernização. A aliança entre o desenvolvimento sócio-econômico e a preservação é explicitada pelas normas através da consideração de que

os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento; elas fazem ou devem fazer parte deles (apud CURY, 2000, p.109).

Dentre essas determinações, a atividade turística é eleita para promover não só o aquecimento das economias nacionais como também para valorizar o acervo edificado, visto que

os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincularem-se aos interesses turísticos; longe disso: a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais (apud CURY, 2000, p.112),

num tempo em que a substituição das populações e atividades originais por outros segmentos sociais e usos diversos em sítios históricos subitamente valorizados, ação essa hoje freqüentemente descaracterizadora e banalizadora do patrimônio, ainda não era tão usual. O uso turístico de conjuntos urbanos antigos foi visto como uma operação financeira, mista de investimento e retorno:

a afluência turística determinada pela revalorização adequada de um monumento assegura a rápida recuperação do capital investido nesse fim. A atividade turística que se origina da adequada apresentação de um monumento e que, abandonada, determina sua extinção, traz consigo uma profunda transformação econômica da região em que esse monumento se acha inserido (apud CURY, 2000, p.114).

Assim, a questão do valor de uso dos sítios históricos assume patamar destacado no novo conceito de preservação urbana, vez que contribui efetivamente para o desenvolvimento econômico da região. Nessa linha, o manejo adequado dos imóveis, a compreensão de sua capacidade de abrigo e a eleição de atividades compatíveis são ações fundamentais, já que “valorizar um

bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento” (apud CURY, 2000, p.111). Tendo em vista essa perspectiva, a gestão e o controle das áreas urbanas preservadas, assim como a atração de agentes privados para atuar em parceria com o Estado nas ações de recuperação e valorização, desempenham papéis de grande importância na interrupção de atividades degradadoras e na recuperação sustentada dessas áreas, o que “implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das finalidades primordiais que se perseguem” (apud CURY, 2000, p.112). Até mesmo questões de natureza tributária, tais como a recompensa à limitação dos direitos privados pelo tombamento de imóveis particulares, mais tarde empregada em áreas de interesse de preservação no Brasil, foram abordadas pelo documento: “deve-se levar em consideração a possibilidade de estimular a iniciativa privada, mediante a implantação de um regime de isenção fiscal nos edifícios restaurados com capital particular e dentro dos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes” (apud CURY, 2000, p.120). Para tanto, do ponto de vista urbanístico, teriam que ser traçadas, nas cidades, áreas (núcleos ou conjuntos monumentais de interesse ambiental) que correspondessem a legislações urbanas específicas, associadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a saber, “zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante” (apud CURY, 2000, p.120). Esse modelo de zoneamento de áreas de interesse histórico, artístico ou ambiental, em maior ou menor medida, desde então vem sendo aplicado internacionalmente e, no caso brasileiro, por definir precisamente as noções de monumento, sítio histórico e envolvente edificada (entorno), em muito complementou e apoiou o Decreto Nº 25/37, pelo fato desta regulamentação referir-se muito vagamente às questões da preservação urbana. Por fim, para a adoção das medidas técnicas que visam à valorização da área de interesse, o documento estabeleceu ações que constituem

um verdadeiro plano de preservação, valorização e reabilitação urbano-ambiental associado a investimentos financeiros necessários à sua implementação¹⁴.

Dessa forma, nas Normas de Quito, a preservação do sítio histórico urbano se vê contemplada numa ótica que privilegia uma cultura urbanística do patrimônio, a qual associa os cuidados com a proteção do acervo edificado às funções que devem ser exercidas de forma adequada nesses locais, valorizando ainda as dimensões cognitiva e operacional (diagnósticos/ estudos/ procedimentos) do planejamento urbano em termos de gestão e controle do uso do solo, bem como definindo formas sustentáveis para fazer a preservação exeqüível e economicamente viável. Portanto, não só foi a primeira carta a dar grande destaque à questão econômica, como inaugurou a visão do patrimônio cultural como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico e recurso de valor inestimável, esboçando no quadro da preservação urbana os contornos da cidade-emprego e da cidade-instrumento.

No Brasil, os desdobramentos desses debates e determinações geraram respostas governamentais quase que imediatas voltadas ao enfrentamento dos problemas de manejo dos sítios históricos urbanos. No final da década de 1960, o país atravessava um período de forte intensificação dos fenômenos devidos ao crescimento das cidades, em que, no caso específico, “industrialização – urbanização – turismo foi o trinômio sócio-econômico que o patrimônio precisou enfrentar, aliado à valorização imobiliária” (COSTA e SILVA, 1992, p.26), momento em que também se verificou a elaboração dos planos diretores para Ouro Preto e Mariana e outras cidades históricas (São Luís, Alcântara, Laranjeiras, São Cristóvão, Tiradentes e Goiás), demarcando o início da consideração urbanística da preservação do patrimônio no âmbito do SPHAN, já sob a direção do Arq. Renato Soeiro. De fato,

as conseqüências [do modelo de desenvolvimento brasileiro empregado nas décadas de 50 e 60], para a preservação, [...], repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade e à tradição – como nos níveis econômico e social – devido ao intenso processo de migração para as capitais e a valorização do solo urbano,

¹⁴ Inciso 8 (Das Medidas Técnicas), Capítulo IX (Os Instrumentos de Valorização).

desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto o edificado como o paisagístico (FONSECA, 1997, p.159),

o que levou, no âmbito do SPHAN, à reconsideração dos seus procedimentos quanto à preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades sob sua guarda. Nessa linha, os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971), o primeiro, resultante do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Cultura, Prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, e o segundo, do 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, refletem a preocupação dos responsáveis pela conservação das cidades históricas frente a problemas novos que requisitavam, por sua vez, soluções inusitadas, visando igualmente ao desenvolvimento sócio-econômico e a uma estrutura pública de gestão e controle urbano mais ágil e eficaz.

O documento de Brasília estabelece a competência concorrente entre os níveis de poder no que tange à preservação patrimonial, que posteriormente será aprofundada e consolidada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como determina conseqüentemente a criação dos órgãos estaduais e municipais do patrimônio, o que se expressa no fato das autoridades

reconhecerem a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional [e] que aos estados e municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional (apud CURY, 2000, p.138).

O entendimento de Salvador, por seu turno, enfoca as questões referentes ao turismo e ao planejamento urbano, reiterando a orientação das Normas de Quito e recomendando

a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei [bem como] que os planos diretores e urbanos [...] contem com a orientação do IPHAN (apud CURY, 2000, p.145),

sugestões essas que visavam à subvenção a atividades preservacionistas, porém sem maior concatenação ou alcance. Mesmo assim, os dois documentos assinalam precisamente em nosso meio a entrada em cena do valor de uso e da conjunção patrimônio cultural/desenvolvimento urbano e sócio-econômico, ao mesmo tempo em que explicita a insuficiência da estrutura técnica e administrativa do SPHAN para atender às novas demandas da preservação urbana, mesmo contando com o apoio da UNESCO e dos órgãos e legislações patrimoniais estaduais e municipais. O objetivo do SPHAN, agora negociador e não mais protagonista único de batalhas renhidas pela preservação do patrimônio, nas palavras de FONSECA (1997, p.160), era

demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado.

Destacam-se nesse período os tombamentos dos seguintes sítios históricos: na Bahia, os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Cachoeira (1971), Lençóis (1973) e Porto Seguro (1968); no Maranhão, o conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís (1974); em Minas Gerais, o conjunto paisagístico da Serra do Curral, em Belo Horizonte (1960); no Pará, o conjunto arquitetônico e paisagístico do Mercado do Ver-o-Peso, em Belém (Livro das Belas Artes – 1977); em Pernambuco, os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Igarassu (1972) e Olinda (Livro das Belas Artes – 1968); no Rio de Janeiro, o conjunto paisagístico de Cabo Frio (1967) e os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Parati (Livro das Belas Artes – 1958), Petrópolis (1964) e Vassouras (1958); e em Sergipe, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Cristóvão (1968), todos registrados no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Para além das manifestações do barroco colonial, essa amostragem de sítios históricos torna evidente a ampliação dos critérios de análise e seleção relativos à nova consideração do patrimônio cultural passível de tombamento, vez que manifestações artísticas mais recentes, tais como o ecletismo de finais do século

XIX presente no mercado público paraense, já mereciam respaldo nas justificativas elaboradas pelos técnicos do patrimônio.

Entretanto, a nova forma de abordagem do patrimônio urbano carecia de uma fundamentação técnico-teórica à altura dos problemas que suscitava, o que só aconteceu com a publicação em 1972, pelo Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, da Carta do Restauo. Reflexo da imensa quantidade de informações técnicas sobre procedimentos preservacionistas em poder daquele que é o país detentor da maior quantidade de acervos construídos tombados ou de interesse no mundo ocidental, o documento enfeixa um extenso conjunto de instruções produzidas para o desempenho correto de trabalhos de restauro e conservação arqueológica, arquitetônica, pictórica, escultórica e urbanística. Nessa última área, avulta a contribuição do urbanista Gustavo Giovannoni (1873-1943), criador do conceito de arquitetura menor, parte integrante, como ambiência, do conjunto urbano antigo:

uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhe as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação (GIOVANNONI, apud CHOAY, 2001, p.143).

Com isso, impõe-se na disciplina preservacionista a legibilidade do discurso espacial, o entendimento mesmo do sítio histórico a partir dos elementos físicos que o conformam – materiais, cores, massas, volumes, ritmos, texturas, cheios e vazios, sombras – todos em suas escalas, para que se produza adequada e coerentemente a intervenção desejada. Por esse prisma, a história e a teoria da arquitetura dão as mãos ao projeto arquitetônico e urbanístico, este já não mais visto como uma abstração arbitrária e absolutista, para possibilitarem juntos a nova arquitetura, integrada ao contexto e deste derivada cultural e historicamente. Para CHOAY (2001, p.195), a expressão “patrimônio urbano”, como cunhada por Giovannoni, “adquire seu sentido e valor não tanto como objeto autônomo de uma disciplina própria, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização”. Decorrente dessas idéias, o documento, no seminal capítulo

referente às instruções para tutela dos sítios históricos, reporta-se às cidades como organismos que se formam e evoluem, nesse processo histórico ganhando ou perdendo significação cultural e, por essa razão, reclamando cuidados à altura dos complexos problemas que geram, principalmente por se constituírem em testemunhos das lidas civilizatórias:

para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se hajam transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares (apud CURY, 2000, p.166).

Nessa perspectiva, as cidades, “testemunhos de civilizações do passado e [...] documentos de cultura urbana” (apud CURY, 2000, p.166), são vistas agora como detentoras de interesse não somente por ostentarem construções magníficas ou peculiares, mas por se constituírem em conjuntos ambientais plenos de significados e valores que só o tempo pode conferir. Dessa forma, a análise da evolução do fenômeno urbano, para além dos fatos físicos, deve incorporar também a própria cultura imaterial da cidade para que se construa o mosaico de sua identificação, conhecimento necessário ao desenvolvimento de ações no “organismo urbanístico completo: as intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir – através de meios e procedimentos ordinários e extraordinários – a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos” (apud CURY, 2000, p.166). Logicamente encadeadas, essas formulações irão posteriormente influenciar, como se verá, a conceituação de planos e programas de preservação e reabilitação urbana em vários países do mundo, inclusive no Brasil, elegendo ainda as tipologias arquitetônicas e urbanísticas como elementos fundamentais para a compreensão e a intervenção nos sítios históricos:

os elementos edílios que formam parte do conjunto devem ser conservados não apenas quanto aos aspectos formais, que determinam sua expressão arquitetônica ou ambiental, como ainda quanto a seus caracteres tipológicos enquanto expressão

de funções que também têm caracterizado, ao longo do tempo, a utilização dos elementos favoráveis (apud CURY, 2000, p.167).

Os procedimentos metodológicos visando às ações de restauro, conservação, manutenção e adaptação, assim como as recomendações relativas à “correção” de setores da cidade, se iniciam já nos estudos para determinação do tombamento das áreas urbanas e se desenvolvem nas diversas pesquisas posteriormente elaboradas para o seu (re)conhecimento aprofundado, o que acabou por se tornar prática corrente nos trabalhos de preservação urbana, em que se considera que

qualquer intervenção de restauração terá que ser precedida de uma atenta leitura histórico-crítica, cujos resultados não se dirigirão tanto a determinar uma diferenciação operativa, [...] quanto, principalmente, à individualização dos diferentes graus de intervenção em nível urbanístico e em nível edílico, para determinar o tratamento necessário do saneamento de conservação (apud CURY, 2000, p.167),

ou seja, a consciência das variadas escalas dos setores da cidade e dos problemas que suscitam, bem como das soluções possíveis. Com base ainda no conceito de “antiurbanização” da cidade moderna concebido por Giovannoni, em que esta era então percebida pelo urbanista como presa de um processo de fragmentação e desintegração, “em proveito de uma urbanização generalizada e difusa” (CHOAY, 2001, p.196), marcada pela qualidade das escalas do repouso e do movimento humano, são criteriosamente definidos no documento os principais tipos de intervenção no âmbito urbanístico em sítios históricos, a saber, a reestruturação urbanística, para que se possa eliminar as funções geradoras de efeitos caóticos ou degradantes; o reordenamento viário; e a revisão dos equipamentos urbanos, para que seja obtida “uma conexão homogênea entre edifícios e espaços exteriores” (apud CURY, 2000, p.169). É interessante cotejar essas propostas com os três princípios da doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano elaborado por Giovannoni, em que a cidade é tida como “organismo estético” (GIOVANNONI apud CHOAY, 2001, p.200). Para a autora francesa, segundo Giovannoni,

todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso

é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano pela manutenção do caráter social da população (CHOAY, 2001, p.200),

em que a gradação das escalas dos diversos ambientes rurais e urbanos e a compreensão de sua importância para a composição da trama espacial do território são fundamentais. Na seqüência,

o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da arquitetura maior e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou destacar um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial (CHOAY, 2001, p.200).

Aqui, de modo claro e inequívoco, a indissociabilidade entre monumento e vizinhança, relação essa que é determinante também para a criação de novas arquiteturas em contextos urbanos de valor histórico e artístico, operação que exige um esforço de legibilidade e interpretação do construído para a produção de intervenções adequadas ao local. Por fim, afirma-se no documento que “os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração [que] têm por objetivo essencial respeitar sua escala e sua morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito” (CHOAY, 2001, p.201). A noção de adequação da intervenção ao meio em que se implanta é produzida exatamente pela relação que os novos volumes guardam com as arquiteturas maiores e menores presentes no contexto urbano, conjunto esse conformado como uma orquestra, com seus diversos naipes, timbres e tessituras, e regida por um *piano regolatore* construído a partir do conhecimento exaustivo da própria cidade.

No Brasil, o surgimento, no plano internacional, do valor de uso e da conjugação do patrimônio cultural ao desenvolvimento urbano e sócio-econômico, propiciou a mudança de enfoque dos problemas relativos à preservação de sítios históricos, mesmo em um ambiente marcado pela tibieza administrativa e financeira e pela falta de experiência do órgão federal de patrimônio em lidar com situações do gênero. Essa conjuntura acabou gerando a criação de programas ou

estruturas administrativas paralelas ao IPHAN, estas muitas vezes concorrentes. De outra parte, clamava-se por uma mais generosa e inclusiva consideração do patrimônio cultural brasileiro, que superasse o tradicional conceito de *pedra e cal* tão duramente defendido pelo IPHAN em seus tempos heróicos, ao mesmo tempo em que se exigia a criação de uma estrutura operativa mais ágil e eficiente para dar conta das tarefas preservacionistas oficiais. Nas palavras de FONSECA (1997, p.152),

para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular.

Essa atualização do modo de ver e gerenciar o patrimônio cultural brasileiro, proposta pelo professor e designer Aloísio Magalhães, constituiu a base ideológica e operacional do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, tendo sido posteriormente incorporada pela Constituição Federal de 1988, bem como influenciado fortemente o método de abordagem e manejo dos sítios históricos brasileiros daí à frente. Como se vê, no período operou-se uma inversão nas prioridades de intervenção do órgão federal: em vez de pura e simplesmente se continuar desenvolvendo ações de preservação material em monumentos e sítios reconhecidos oficialmente como de valor histórico e artístico, investimento esse justificado pela própria existência e prestígio do acervo como inestimável bem cultural,

nos anos 70, a tarefa de preservação passou a assumir novas funções para além da esfera estritamente cultural [...] procurava-se revelar nos bens culturais sua dimensão de produtores de valor econômico, seja diretamente, como matéria prima para a atividade turística, seja indiretamente, como referências para a busca de soluções adequadas ao [novo] processo de desenvolvimento brasileiro (FONSECA, 1997, p.178).

Voltando à cena mundial, se o ideário preservacionista havia sido grandemente enriquecido com as contribuições teóricas e de cunho administrativo presentes nas últimas cartas, havia uma lacuna, entretanto, no que respeitava à

dimensão política da preservação do patrimônio cultural e à integração entre os poderes na consecução de objetivos comuns. A Declaração de Amsterdã, redigida em 1975 pelo Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, trouxe a lume duas questões essenciais, quais sejam, a importância da participação popular nos processos de preservação, gestão e planejamento de sítios históricos e a conservação integrada, as quais lançaram as bases para a construção de uma cultura urbanística do patrimônio cultural em todo o mundo. Essas preocupações assim se evidenciam no documento:

a população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões. Enfim a conservação do patrimônio se insere numa nova perspectiva geral, atenta aos novos critérios de qualidade e de medida, e que deve permitir inverter, de hoje em diante, a ordem da escolha e dos objetivos, freqüentemente determinada pelo curto prazo, por uma visão estreita da técnica e, finalmente, por uma concepção superada (apud CURY, 2000, p.203).

Por outro lado, “o planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente” (apud CURY, 2000, p.202). Assim, a consideração, pelos técnicos, das opiniões e dos questionamentos das comunidades não só emprestaria maior respaldo às decisões de cunho preservacionista como também serviria para transformá-las em parceiras nas tarefas decorrentes, essas agora delimitadas com base em novos e alargados conceitos de bem cultural detentor de valor patrimonial. No que respeita ao ordenamento do território, a preservação do patrimônio edificado torna-se mais uma função a ser cumprida pela cidade, valorizada em sua essencial dimensão política, dispensando-se por inadequado o tratamento acessório que até então merecera. Para tanto, seria necessário conhecer a cidade em todos os seus detalhes para que, sob certa regência, as formas de abordagem, gestão, controle e planejamento fossem convergentes:

não basta sobrepor as regras básicas de planejamento às regras especiais de proteção aos edifícios históricos, sem uma coordenação [...] A fim de tornar possível essa integração, é conveniente organizar o inventário das construções, dos conjuntos

arquitetônicos e dos sítios, o que compreende a delimitação das zonas periféricas de proteção [...] tal inventário fornecerá uma base realista para conservação, no que diz respeito ao elemento qualitativo fundamental para a gestão dos espaços (apud CURY, 2000, p.203).

Dessa forma, pretendeu-se evitar a clivagem entre o planejamento e a legislação urbanos e seus congêneres preservacionistas em favor de uma atuação una e articulada nas cidades históricas, certamente mais facilitada no mundo europeu, onde as localidades têm poder incontestado, porém difíceis de ocorrerem em países como o Brasil, onde predomina a desarticulação (quando não a oposição) entre as esferas de poder nas matérias referentes à preservação edilícia e ao planejamento urbano. Bastante realista, mas sem ter a realidade como fator limitante, o documento aborda questões centrais para a preservação dos sítios históricos propondo novos desafios, tais como a ampliação dos conceitos de avaliação do patrimônio edificado, a complementação ou a alteração de legislações preservacionistas anacrônicas e superadas, a associação integrada, inclusive no plano político-administrativo, entre o planejamento físico-territorial e a proteção patrimonial, o fortalecimento dos órgãos nacionais de patrimônio e a definição de medidas financeiras apropriadas à preservação urbana, com a constatação de que,

tendo sido a noção de patrimônio arquitetônico progressivamente ampliada do monumento histórico isolado aos conjuntos arquitetônicos urbanos e rurais, e também às contribuições de épocas mais recentes, constitui condição prévia para uma ação eficaz uma reforma profunda da legislação, acompanhada de um fortalecimento dos meios administrativos (apud CURY, 2000, p.206).

Questões instigantes como o valor de uso imobiliário e o custo social da preservação são abordadas, com ênfase para o caso dos países pobres:

o esforço de conservação deve ser calculado não somente sobre o valor cultural das construções, mas também pelo seu valor de utilização [...] é conveniente, portanto, quando se comparam os custos equivalentes desses três procedimentos [reabilitação de um conjunto/ realização de construção nova sobre infra-estrutura existente/ construção de conjunto sobre um sítio não urbanizado], cujas conseqüências sociais são diferentes, não omitir o custo social [...] Para evitar que as leis do mercado sejam aplicadas com todo o rigor nos bairros restaurados, o que teria por conseqüência

a evasão dos habitantes, incapazes de pagar aluguéis majorados, é necessária uma intervenção dos poderes públicos no sentido do estabelecimento de políticas econômicas destinadas às habitações sociais (apud CURY, 2000, p.205).

Nessa linha, o Estado assumiria um papel intervencionista moderador, regulando as operações imobiliárias e impedindo a expulsão das comunidades originais e a perda de suas expressões culturais, ações passíveis de se darem decorrentes do restauro de áreas urbanas de interesse patrimonial, aqui já tido como agente de valorização e desenvolvimento sócio-econômico. O documento também defende, no que tange à formação profissional, a especialização e qualificação progressiva dos técnicos do patrimônio para que se preparem à altura das novas demandas, vez que “a conservação integrada conclama à promoção de métodos, técnicas e aptidões profissionais ligados à restauração e à reabilitação” (apud CURY, 2000, p.209). Para FUNARI e PELEGRINI (2006, p.33), a Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã

imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação do conceito de monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentem interesse histórico e cultural.

Todas essas mudanças de perspectiva relacionadas à preservação urbana, seja quanto ao aprofundamento em sua dimensão política ou à complexificação dos processos de gestão do patrimônio edificado, requisitaram uma reconsideração não só dos métodos e procedimentos até então empregados no *métier* como também do próprio objeto alvo das intervenções, operação essa marcada pela ampliação dos critérios de seleção e avaliação dos bens culturais edificados, para além de suas escalas arquitetônicas e urbanísticas. O que aqui se afirma transparece nos termos da Carta de Nairobi, elaborada em 1976 por ocasião da 19ª. Sessão da Conferência Geral da UNESCO, dedicada à reflexão sobre a salvaguarda dos conjuntos e a sua função na vida contemporânea. Segundo esse novo entendimento, conjunto histórico ou tradicional seria

todo grupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituem um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e

cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses conjuntos, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (apud CURY, 2000, p.219).

Por essa ótica, os aglomerados resultantes das ações antrópicas de ocupação e transformação do território passam a ser considerados segundo uma grande variedade de aspectos históricos e sócio-culturais e de escalas de agenciamento e de qualificação do espaço produzido, com diferenciação no tratamento devido àqueles mais íntegros e compostos por edificações destacadas e àqueles outros de estrutura mais frágil ou descaracterizada. Nesse particular, avulta a entrada em cena de outros elementos, que não somente os arquitetônicos e urbanísticos, os quais vão servir à predicação das áreas enfocadas, revelando aspectos e valores até então encobertos ou menosprezados, bem como gerando novos problemas relacionados à identificação e proteção dessas áreas, principalmente no que respeita à noção de vizinhança ou ambiência, conceitos até então tomados em um universo estritamente físico, porém agora reformulados pelo advento de novos elementos de análise e recorte. Quanto a este último conceito, o chamado “entorno”, o documento o caracteriza como “o quadro natural ou contruído que influi na percepção estática ou dinâmica [dos] conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (apud CURY, 2000, p.220). Portanto, muito além das ligações meramente materiais, a atmosfera dos sítios históricos agora é também definida por componentes intangíveis e processuais, os quais gravam, de forma indelével, a sua presença no espaço urbano ou rural, tornando, por isso mesmo, mais complexas as ações de proteção por requisitarem diagnósticos mais aprofundados e integrados das características culturais das áreas estudadas. Nessa linha, as ações de salvaguarda compreendem “a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno” (apud CURY, 2000, p.220); assim, tanto conhecer quanto proteger e valorizar o objeto e a sua ambiência constituem etapas de um processo contínuo e integrado, em que o valor de uso é

considerado como fator reabilitador de áreas históricas degradadas ou abandonadas, resguardada a sua capacidade de abrigo. Para tanto, propõe-se a adoção de planos de salvaguarda para os sítios históricos, compostos de medidas jurídicas e administrativas¹⁵, com ênfase para a criação de incentivos e subvenções fiscais voltados à recuperação de edificações e de conjuntos urbanos e rurais de qualidade inconteste e à demolição de exemplares destituídos deste valor; e medidas técnicas, econômicas e sociais fundamentadas em diagnósticos aprofundados sobre esses aspectos presentes nos sítios históricos¹⁶. Quanto ao apoio econômico às tarefas de preservação, o documento recomenda que sejam criados “estabelecimentos financeiros públicos ou privados para a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, dotados de personalidade jurídica [para] receber doações de particulares, de fundações e de empresas industriais e comerciais” (apud CURY, 2000, p.231), lançando assim as bases dos atuais sistemas e programas de incentivo à cultura realizados à custa de isenção fiscal. Para evitar a saída dos moradores dos conjuntos antigos após o seu restauro, propõe polemicamente a concessão de indenizações¹⁷, o que constitui um plano de salvaguarda cultural e social, voltado à preservação, no local valorizado pelas restaurações, das populações originais e de suas especiais manifestações.

A Carta de Machu Picchu, redigida em 1977 por ocasião da realização de encontro internacional de arquitetos naquela localidade peruana, traça um paralelo entre os conceitos de teoria e metodologia de planejamento urbano propostos pelo CIAM na Carta de Atenas para o enfrentamento das questões das velhas e novas cidades e as formulações urbanísticas em debate àquela altura, num esforço de atualização do documento precursor, vez que “muitos fenômenos novos emergiram durante esse tempo, [exigindo] uma revisão da carta que a complemente com um documento de enfoque e amplitude mundiais” (apud CURY, 2000, p.235). Com essa crítica, fundada na interveniência de um amplo conjunto de fatores sócio-econômicos e políticos no processo de produção e

¹⁵ Incisos 9 e 10 (Medidas Jurídicas e Administrativas), Capítulo IV (Medidas de Salvaguarda).

¹⁶ Inciso 28 (Medidas Técnicas, Econômicas e Sociais), Capítulo IV (Medidas de Salvaguarda).

¹⁷ Inciso 46 (Medidas Técnicas, Econômicas e Sociais), Capítulo IV (Medidas de Salvaguarda).

consumo do espaço urbano¹⁸, de corte contrário ao purismo exposto no documento do CIAM, a Carta de Machu Picchu inaugura uma perspectiva política da gestão, controle e planejamento urbanos, com o reconhecimento da instalação, àquela altura, de uma crise que acometia as cidades em escala mundial, ao mesmo tempo ecológica, energética e alimentícia. No que respeita à preservação edilícia, o documento, enfatiza pontos já abordados por outras cartas, afirmando que

a identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas também por suas características sociológicas, [bem como que] é imprescindível que, na tarefa de conservação, restauração e reciclagem das zonas monumentais e dos monumentos históricos e arquitetônicos, considere-se a sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano como único meio que possibilita o financiamento da operação (apud CURY, 2000, p.241).

A *mélange* entre os signos cultos e leigos nas cidades é defendida veementemente:

está provado que o enfoque cultural do projeto arquitetônico, as ordens vitruvianas e as *beaux arts*, tanto quanto os Cinco Princípios de Le Corbusier, de 1921, se encontram e se fundem naturalmente com os idiomas populares. A participação dos usuários faz mais orgânico e verdadeiro o encontro entre a linguagem altamente cultural e a popular (apud CURY, 2000, p.245).

Por fim, em vez de intervenções meramente cosméticas, afirma que “o novo conceito de urbanização pede a continuidade da edificação, o que implica que cada edifício não seja um objeto finito, mas sim um elemento do *continuum*, que requer um diálogo com outros elementos para completar sua própria imagem” (apud CURY, 2000, p.244), o que solicita dos arquitetos não só o conhecimento aprofundado das condições físicas, culturais, sociais e econômicas do sítio objeto de sua ação como também a humildade em reconhecer e incorporar ao projeto elementos da cultura material e imaterial característicos do setor urbano focado para que a nova arquitetura se integre sem sobressaltos ao conjunto preexistente.

¹⁸ Cidade-região, 6º §.

Como se verá, essas idéias e esse novo direcionamento da preservação edilícia tiveram imediato rebatimento no Brasil. Em termos metodológicos, em substituição aos sucintos estudos para tombamento de bens imóveis isolados e sítios históricos, começaram a ser produzidos alentados dossiês sobre os objetos a proteger, em que se podia ler a transformação simbólica operada nos bens pelo seu progressivo (re)conhecimento pelas diversas camadas do público. Conforme FONSECA (1997, p.210),

se nas décadas anteriores à de 70, a grande maioria das solicitações de tombamento tinha origem na própria instituição federal, a partir desse momento há um aumento significativo de solicitações externas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN [...] Esses dados levam a supor que, sem dúvida, houve um aumento na participação da sociedade civil na política de preservação federal no período em questão,

o que se comprova ao se analisar os processos de tombamento federal elaborados à época, nos quais se destaca a presença das assembleias legislativas estaduais, câmaras municipais e prefeituras como intermediárias dos interesses de grupos locais, assim como a das instituições culturais privadas, estas nos primórdios de sua existência. Na verdade, todo esse interesse esteve (como está ainda) ligado menos a uma preocupação com a preservação do patrimônio cultural do que com a obtenção, junto ao governo federal, de recursos financeiros para o equacionamento de problemas eminentemente locais, já que, sozinhos, dificilmente os estados e os municípios brasileiros poderiam (podem) arcar com os custos da manutenção de conjuntos urbanos tombados. Quanto à participação popular nos processos de tombamento, se por um lado fez-se evidente a organização das comunidades, de forma progressiva, para defender a permanência de um bem, muitas vezes requerida por sua relevância simbólica, ou para lutar por seus próprios direitos, limitados pelo instituto do tombamento, por outro mostrou-se também claro o seu despreparo para o enfrentamento das complexas ações relacionadas à preservação:

as justificativas produzidas por agentes externos [ao IPHAN] costumam enfatizar o valor histórico do bem, apoiando-se, muitas vezes, em pesquisas de documentos e bibliografia. A aferição do valor artístico do bem – pelo menos dentro de critérios mais rigorosos – não só é menos acessível a esses requerentes como

não é o valor que predomina nas solicitações de tombamento (FONSECA, 1997, p.215).

Como resultado dessas transformações, os critérios utilizados para análise e seleção dos bens a proteger foram alargados, devendo-se também mencionar que, ante a inoperância e/ou a falta de condições operacionais dos órgãos estaduais e municipais de patrimônio, muitas vezes acionou-se o órgão federal para a proteção de bens de valor inequivocamente local, desvirtuando-se o propósito do tombamento. Como anota FONSECA (1997, p.216),

em relação ao valor artístico dos bens patrimoniais, as principais mudanças se deram em dois sentidos: primeiro, através da inclusão no patrimônio de estilos recentes, considerados, até então, pelos critérios da casa como não-artísticos; segundo, através da ampliação do que é considerado obra de valor artístico.

Essa consideração é a que presidiu, polemicamente, o tombamento de diversos conjuntos urbanos, como, por exemplo, o da Avenida Central, no Rio de Janeiro, defendido por Paulo Santos, eminente arquiteto e professor carioca e conselheiro do IPHAN: “cada período na história da arte tem direito a ter o seu próprio estilo e [deve] ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da cultura que se nutre e das idéias estéticas por que se expressa” (SANTOS apud FONSECA, 1997, p.220). Resultante do alargamento das fronteiras e das reflexões quanto aos valores estéticos, a cidade histórica brasileira é vista agora como obra em processo, documento exposto em camadas históricas de construção, contrariamente à sua anterior condição de monumento acabado e intocável. Como cada período seu é agora realçado, não há mais razão para a eleição de um estilo único para caracterizar a cidade histórica, vista então como um museu vivo de arquiteturas. Nessa linha, os critérios associados ao valor histórico sofrem igual ampliação; se antes só servia para justificar a inclusão de bens no rol das coisas passíveis de tombamento federal quando estes se apresentavam sem maior qualificação estética ou descaracterizados,

a atribuição de valor histórico, que reproduzia, na seleção de bens, os critérios excludentes da história factual, centrada no evento político e nos feitos das classes dirigentes, [foi] também ampliada de modo a abranger bens que, mesmo não podendo ser identificados a ‘fatos memoráveis da história do Brasil’ e não se

destacando por seu valor artístico excepcional, tornam-se passíveis de tombamento federal (FONSECA, 1997, p.224).

Esse fato caracteriza, no seio do IPHAN, a crescente relevância das motivações históricas para a proteção federal, amparadas teoricamente pelas idéias da Nova Historiografia¹⁹. Essa linha do pensamento histórico, baseada na fragmentação do tecido social e no cotidiano das comunidades, passa a influir na concepção dos tombamentos, abrindo espaço para a valorização de manifestações culturais até então desconsideradas ou marginalizadas, possibilitando a incorporação de novos tipos de bens ao patrimônio cultural brasileiro. Conseqüentemente, essa nova forma de ver o patrimônio colocou em cheque um outro valor, à época inquestionável: a noção de excepcionalidade, condição até então incontornável para o tombamento federal de bens culturais. Para FONSECA (1997, p.225),

o dilema entre a ênfase na visibilidade do bem, considerado enquanto edificação excepcional, propiciadora de uma experiência estética e de uma leitura de estilos arquitetônicos, ou palco de eventos notáveis, e a consideração do valor do monumento enquanto documento, enquanto referência a significações históricas às vezes fluidas, sem precisão cronológica [...] ou em função da carga afetiva que pressupõem as noções de identidade ou de qualidade de vida, constitui um problema levantado nesse período – problema que, como vem sendo apontado, assumiu uma dimensão não apenas conceitual como também política.

Geralmente associada aos ideais de genialidade e de originalidade presentes no ato de criação concebidos pelo movimento romântico, a idéia de excepcionalidade, freqüentemente empregada para recortar do lugar-comum e destacar um determinado bem cultural, sendo explicitamente citada pelo Decreto

¹⁹ Movimento desencadeado por historiadores influenciados pelas idéias de alguns intelectuais da “Geração de 1968” (em especial Michel Foucault), os quais promoveram mudanças no plano epistemológico, com destaque para a não separação entre sujeito social ou histórico e o objeto de estudo. Esses historiadores, com base em uma visão hermenêutica de interpretação, começaram a priorizar os micro-recortes e o estudo de pequenos grupos, reconhecendo que a subjetividade está inserida no objeto de pesquisa. A História passou de uma análise macro-estrutural para uma outra com foco no papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com suas representações, crenças, valores e desejos.

A nova historiografia passou a rever seus campos de investigação e a criticar a crença em realidades globais, defendidas e explicadas pela história dos Annales (em sua primeira geração, Marc Bloch, Henry Lefebvre e Fernand Braudel, no período de 1929 a 1968), preocupando-se com o estudo do homem comum, de suas reivindicações individuais e de suas subjetividades como dimensões essenciais ao estudo histórico. O período mais importante de construção da nova historiografia situa-se entre os anos de 1968 e 1989, tendo como principais correntes e teóricos a História Social Inglesa (Eduard P.Thompson, Raymond Williams, Christopher Hill e Eric Hobsbawn), a História Cultural e Política na França (Jacques Le Goff, Michel de Certeau e Peter Burke) e a Micro-História Italiana (Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Eduardo Grendi).

Nº 25/37 como elemento de predicação patrimonial, era agora posta de lado, como resultado do alargamento dos critérios de preservação. No caso específico dos conjuntos urbanos, essa polêmica questão tem levado a posicionamentos distintos no âmbito dos especialistas: se há quem defenda veementemente a medida com a justificativa de que

a tendência é a de preservar conjuntos, garantir a ambiência pela definição do entorno, e proteger bens que são representativos de determinado estilo ou época, [mesmo que seja] difícil para o proprietário de um imóvel aceitar o tombamento de um bem que, a seus olhos, se assemelha a tantos outros (FONSECA, 1997, p.226),

existem também aqueles (principalmente os arquitetos) para quem a negação dessa prerrogativa, lida como a desconsideração da qualidade do espaço público e/ou privado como condição *sine qua non* para o tombamento ou o desequilíbrio na avaliação crítica dos bens motivado por pesos maiores conferidos a outros critérios que não o arquitetônico e o urbanístico, leva inexoravelmente à banalização do patrimônio e à desvalorização do instituto do tombamento. À noção de excepcionalidade, contrapôs-se, paulatinamente, a de representatividade e exemplaridade, invocadas repetidamente para justificar tombamentos, no mais das vezes, de sítios históricos, em que a passagem transformadora do tempo pelas cidades e a apropriação brasileira dos estilos arquitetônicos europeus (ou, por que não dizer, a valorização da nossa própria arquitetura vernácula) são distinguidas como construtoras de um museu urbano vivo, dinâmico e diverso. Entretanto, essa maneira de considerar o patrimônio pode perfeitamente conduzir o raciocínio a ver em qualquer objeto um legítimo candidato a fazer parte do acervo tombado da nação, o que fatalmente levaria ao esgotamento do estatuto de proteção.

De outra parte, cabe também discutir a reelaboração das idéias de patrimônio nacional e de nação, contidas no projeto original do IPHAN, ação esta desenvolvida a partir do final da década de 1970. A redução da importância do valor nacional, apropriado no complexo ambiente sócio-cultural e político da voga internacionalista e cosmopolita do capitalismo global, certamente repercutiu “numa política pública fundada sobre o valor simbólico da nacionalidade e

conduzida por uma instituição estatal que gozava de alto grau de autonomia em relação aos movimentos da sociedade” (FONSECA, 1997, p.228). Com a entrada em cena dos órgãos estaduais e municipais, viabilizam-se tombamentos em novas esferas, diminuindo o papel preponderante do IPHAN no campo da preservação, apesar do tombamento federal continuar “sendo considerado o de maior prestígio, e o que assegura efetivamente a proteção do bem” (FONSECA, 1997, p.228), garantindo ainda acesso mais facilitado aos programas nacionais e internacionais de fomento à preservação edilícia. A esta altura, cabe aqui assinalar as transformações ocorridas nos critérios e procedimentos relacionados à proteção de sítios históricos no Brasil. Enquanto, no início da atuação do IPHAN, “os tombamentos de núcleos históricos [...] foram realizados tendo em vista antes o número de bens excepcionais que neles se concentravam que propriamente o conjunto enquanto objeto de interesse de proteção” (FONSECA, 1997, p.229), no final dos anos de 1970 o caráter representativo e exemplar dos bens, fundamentado em uma concepção particular de história e sociedade, passou a ser central para a determinação dos tombamentos, idéia, aliás, esboçada também por Rodrigo Mello Franco de Andrade: “justifica-se a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução” (ANDRADE apud FONSECA, 1997, p.229).

Os anos de 1980, com relação à preservação urbana no âmbito mundial, iniciam-se auspiciosamente com a Carta de Washington. Elaborada pelo Icomos em 1986 para a salvaguarda das cidades históricas, estas consideradas como “expressões materiais da diversidade das sociedades através da história” (apud CURY, 2000, p.281), abordou aglomerados urbanos detentores de valores próprios das civilizações urbanas tradicionais em escalas variadas. Complementar à Carta de Veneza, chamou para si a responsabilidade de definir os princípios e objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das áreas urbanas de interesse patrimonial, em sua condição de “documento histórico”, denunciado as ameaças de degradação, deterioração e destruição sofridas por estas, por motivo de “um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge todas as sociedades” (apud CURY, 2000, p.281).

Por “salvaguarda das cidades históricas”, o documento entendia o conjunto de “medidas necessárias à sua proteção, à sua conservação e restauração, bem como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea” (apud CURY, p.282, 2000), deixando entrever em seu texto contribuições de cartas anteriores, em especial as de Amsterdã e Nairobi. Em seus princípios e objetivos, mais uma vez, a proteção das cidades e bairros históricos foi entendida como ação constante não só de “uma política coerente de desenvolvimento econômico e social” (apud CURY, p.282, 2000) como também das estratégias de planejamento físico-territorial em seus mais variados níveis. Seu recorte quanto aos valores a preservar definia “o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem” (apud CURY, 2000, p.282)²⁰, ampliando a noção de contexto cultural e inovando pela consideração conjunta dos predicados tangíveis e intangíveis que conformam o patrimônio cultural das cidades históricas, os quais, se ameaçados, acarretariam o comprometimento da autenticidade destas. A participação popular é anotada como fundamental e indispensável ao sucesso das tarefas de salvaguarda, estas voltadas preferencialmente aos moradores das áreas objeto da preservação.

Privilegiando a prudência, a parcimônia, a sensibilidade, o rigor e os procedimentos adequados e recomendando a recusa ao dogmatismo e a atenção às especificidades dos casos particulares, a carta, em seus métodos e instrumentos, indica a necessidade de realização prévia ao plano de salvaguarda de estudos multidisciplinares²¹, reiterando a complexidade das ações de preservação urbana, já destacada em documentos anteriores, bem como a pertinência e a permanência do conceito de “conservação integrada”, proposto pela Declaração de Amsterdã em 1975. Elegendo como objetivo fundamental da salvaguarda a melhoria do habitat, entende a cidade histórica não apenas como um cenário composto por morfologias urbanas e tipologias arquitetônicas a serem protegidas a todo custo mas, sim, como um recorte fenomenológico do meio

²⁰ A forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; a forma e os aspectos das edificações (interior e exterior); as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; e as diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo de sua história.

²¹ Arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos, jurídicos, administrativos e financeiros.

ambiente, mais tarde concebido holísticamente como patrimônio ambiental urbano. Partindo do geral para o particular e organizando a seqüência de ações a executar por prioridade e propósito, a Carta de Washington enfocou de modo especial, dentre outros aspectos, a anterior identificação e documentação das condições existentes na área objeto das intervenções; a articulação entre os bairros históricos e o conjunto da cidade, retomando os princípios urbanístico-conservativos de Giovanonni; a determinação de escalas de proteção e conservação, com definição dos imóveis a serem preservados de modo particular, conservados em certas condições e, em circunstâncias extremas, demolidos; a compatibilização das novas funções a serem desempenhadas com o caráter, a vocação e a estrutura das cidades históricas, repelindo toda e qualquer tentativa de gentrificação; a submissão da construção de novas edificações à qualidade e ao valor da organização espacial existente (parcelamento, volume e escala), afirmando que “a introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbe a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento” (apud CURY, 2000, p.284), pontos esses que irão infuir e nortear a produção de documentos semelhantes no futuro.

O início da década de 1980 marca uma nova feição na condução dos assuntos do patrimônio cultural brasileiro. Foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, estrutura administrativa gerada para captar recursos financeiros com mais facilidade e rapidez, resguardando-se ao órgão federal de patrimônio o papel de referencial cultural e técnico da preservação. No que tange aos procedimentos,

a partir dos anos 80, a preservação das manifestações culturais dos diferentes contextos culturais brasileiros assumiu uma nítida conotação política, na medida em que, à idéia de diversidade, se sobrepunha à de desigualdade. Ao propor a introdução de bens do patrimônio não-consagrado no patrimônio histórico e artístico nacional (basicamente, bens das etnias afro-brasileiras e vinculados à cultura popular) e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio, a política da FNPM visava a se inserir na luta mais ampla que mobilizava então a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania [...] é pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se faz buscar legitimar a política de preservação dos anos 80 (FONSECA, 1997, p.179).

Como marcos teóricos da preservação dos sítios urbanos como um possível modo de urbanização destaca-se a realização, em 1983, do I e II Seminário sobre o Entorno de Monumentos, no Rio de Janeiro, e no final da década, em 1989, do Seminário sobre Inventário de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização dos Dados, em Ouro Preto. Nesse contexto, de forma a mitigar os problemas existentes na já conflituosa relação entre as áreas de preservação rigorosa e de entorno nos sítios históricos, agravada ainda pela quase que completa omissão dos estados e municípios, cria-se a Portaria Nº 10 (10.09.1986) para a regulamentação do Decreto Nº 25/37. Considerando principalmente

a conveniência de serem fixadas normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem os bens culturais tombados, [...] a necessidade de uniformização dos procedimentos a serem adotados para a aprovação de projetos para a execução de obras em bens tombados ou em área de seus entornos e [...] de uniformização de procedimentos a serem adotados pelas Prefeituras Municipais na expedição de licenças para construir em áreas submetidas à proteção especial da SPHAN (apud PAIVA, 1999, p.29),

a legislação enfocou cuidados específicos voltados à aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos a serem realizados em áreas urbanas tombadas no âmbito federal, bem como modos de atuação adequados a serem desenvolvidos de forma conjunta pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e pelos municípios. É o momento em que, constatando-se a ausência quase que completa de determinações normativas relacionadas às áreas de primeira e segunda categorias nos sítios históricos do país, procedeu-se à elaboração das portarias específicas de uso e ocupação do solo, voltadas ao disciplinamento físico dos conjuntos antigos, entretanto, em sua maior parte, desconectadas dos planos diretores de desenvolvimento urbano e dos códigos municipais de posturas e obras públicas e praticamente nulas quando tomadas sob a ótica do desenvolvimento sócio-econômico.

No plano conceitual internacional, é intenso o processo de resignificação de objetos, objetivos, saberes e fazeres, com rebatimento imediato no ambiente brasileiro. A Carta de Petrópolis, elaborada no 1º Seminário

Brasileiro para Preservação e Revitalização de Sítios Históricos em 1987, refletindo esse momento, aprofundou a consideração, pela SPHAN, de outros valores em um conjunto urbano antigo, para além do edificado, importantes para a sua predicação e proteção:

entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações [...] é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação (apud CURY, 2000, p.285).

Pela primeira vez, um documento preservacionista nacional aborda a cidade como testemunho histórico de processos sociais, econômicos e políticos que presidiram a sua construção, caracterizada não só pelos feitos culturais materiais como também pelas manifestações imateriais de sua população. Sua visão da proteção é eminentemente política:

o objetivo último da preservação é a manutenção e a potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida (apud CURY, 2000, p.286),

preocupações essas que se enquadram num tempo marcado pelo advento das questões relacionadas ao comprometimento do meio ambiente em escala mundial. Os ecos das determinações contidas em cartas patrimoniais internacionais elaboradas anteriormente, com destaque para as de Amsterdã e Nairobi, são aqui perfeitamente audíveis: “a preservação do sítio histórico urbano deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço” (apud CURY, 2000, p.286), ou seja, as ações de intervenção nos núcleos históricos têm que ser necessariamente precedidas por uma ampla e sistematizada tomada de conhecimento acerca dos elementos de natureza e cultura que os constituem, deixando-se nas entrelinhas cuidados quanto à manutenção de certos valores característicos dessas áreas, os

quais deveriam ser preservados através, também, de sua reinterpretação. A questão da participação popular é abordada de forma particular, quando se afirma que “nesse sentido [para o pleno exercício da cidadania], é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento das lideranças civis” (apud CURY, 2000, p.286). A preservação do patrimônio edificado passa agora a ser considerada como uma política pública essencial, no mesmo patamar, dentre outras, da habitação, da saúde e da educação, a qual, por ter várias interfaces com diversos agentes, não pode prescindir, para sua eficácia, do concurso das comunidades em sua formulação. Nessa busca para (re)conhecimento dos valores dos sítios históricos e para estabelecimento de laços com a sociedade no sentido de tornar mais fácil, produtiva e democrática a tarefa da preservação, num momento de ampliação dos critérios preservacionistas, a realização de inventários assume especiais proporções, inclusive como agente propiciador de cidadania:

no processo de preservação do sítio histórico urbano, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio (apud CURY, 2000, p.286).

Nesse mesmo período, os procedimentos empregados para o tombamento de sítios históricos, no âmbito do IPHAN, também passavam por radicais mudanças, a partir da reconsideração dos seus objetos e finalidades. A economia política era agora um dos pilares que dava sustentação à nova construção do sentido do urbano e dos seus desdobramentos: “é nos aglomerados urbanos que as relações entre os homens – as relações sociais – acontecem de forma mais diversificada e intensa, resultando num processo coletivo de construção daqueles espaços, que se constituem em síntese da produção social” (MOTTA, 1992, p.39). A mudança de enfoque é mais que perceptível, com ênfase para a importância da dimensão histórico-social dos aglomerados humanos:

nos trabalhos de proteção do patrimônio, é recente o entendimento das cidades como objeto coletivo e em constante

adaptação [...] as cidades são consideradas como produtos culturais, independentemente da beleza e da antiguidade dos seus prédios; ou de terem sido berço de personagens ilustres; ou de terem surgido em tal ou qual época da história do país. As cidades serão sempre construções coletivas dos homens, ou seja, serão sempre produtos culturais... As cidades são, portanto, verdadeiros registros da história, de seu processo de construção. São como documentos. Em suas formas, suas ruas e prédios, assim como na sua situação geográfica e na sua relação com as demais localidades, ficam gravados os registros do tempo e da sociedade que as produziu (MOTTA, 1992, p.39).

Entretanto,

a qualificação dos conjuntos evoluiu com a evolução do pensamento urbano: conjunto arquitetônico, conjunto paisagístico, conjunto urbanístico, essas expressões, empregadas sozinhas ou combinadas, não têm sempre um conteúdo prático claro [...] para escapar dessa confusão, os técnicos do IPHAN introduziram uma distinção entre conjuntos (termo jurídico do tombamento) e sítios urbanos, com conotação urbana mais precisa (HALÉVY, 1998, p.15).

Esse é o momento em que entram em choque, no âmbito do IPHAN, correntes representantes de doutrinas distintas: uma, voltada às questões do cotidiano da gestão dos sítios históricos, preocupa-se com a postura anteriormente enunciada por nela ver apenas um embevecimento no objeto pelo objeto, totalmente distanciado da administração dos problemas diários existentes naqueles locais; outra, perfil acadêmico, procura novos significados e razões que sustentem a preservação daquelas antigas cidades, para além de sua mera aparência física. Novos desafios surgem no rastro dos conceitos recém-adotados: com a prevalência do caráter documental da cidade, em que as camadas de sua construção dizem do seu processo de formação e evolução, por isso mesmo valorizado, torna-se agora extremamente complicado distinguir, com o tombamento, os aglomerados urbanos, já que todos resultam de processos históricos de produção do espaço. Nessa linha, complica-se também o entendimento da noção de entorno, vez que agora, com a ênfase testemunhal do urbano, os conjuntos edificados valem mais por sua história do que pela qualidade dos seus arranjos arquitetônicos e urbanísticos, dificultando-se as operações de reconhecimento da arquitetura capaz de atuar adequadamente como coadjuvante dos monumentos e de inserção de novas arquiteturas nas

áreas pré-existentes pela falta de referências de qualidade espacial e/ou pelo estado descaracterizado ou desconforme destas. A gramática e a sintaxe da arquitetura (ritmo, massa, peso, cor, textura, transparência, opacidade, volume, gabarito etc), tradicionalmente empregadas para se conseguir, nos sítios históricos, uma “arquitetura de acompanhamento” conveniente e ligada às essências destes, são questionadas em favor de uma postura intelectual e política, em cuja perspectiva “a história das cidades não se resume mais à história de sua arquitetura, mas abrange todas as adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente de modo a adequá-lo ao seu projeto” (FONSECA, 1997, p.230). Por essa ótica, poder-se-ia perguntar: por que então cercear a liberdade de crescimento, expansão e transformação da cidade antiga com o tombamento? Por que não deixá-la seguir livre o curso de sua história, ou melhor, de sua degradação e destruição? Já que, agora, tudo pode ser considerado patrimônio, quais critérios ou parâmetros vão ser empregados para permitir ou desaprovar novas construções nas áreas preservadas?

Procurando responder perguntas como as formuladas acima e justificar o seu ponto de vista, os novos agentes da preservação edilícia assestam suas baterias contra o órgão federal do patrimônio, tendo como alvo principalmente os começos de sua atuação:

nos trabalhos de preservação, as cidades deixam de ser vistas como simples aglomerados de edificações, ou apenas como um conjunto de expressões artísticas que devem ser preservadas. Elas são como um livro: podem ser lidas, contam uma história, passam a provocar questionamentos e ao mesmo tempo proporcionam respostas fundamentais para o conhecimento da história e da cultura do homem [...] nos trabalhos de patrimônio, esta visão de que toda cidade é um documento histórico torna menos evidentes do que já foram no passado a seleção e delimitação dos centros e áreas a proteger, levando à necessidade de um esforço conjunto das populações e dos técnicos que trabalham com a preservação, para sua identificação... a valorização das cidades ou áreas urbanas [...] se deu, então, quase sempre pela sua aparência e sem que houvesse a preocupação de relacionar a aparência dos sítios – suas características arquitetônicas e urbanísticas – com o processo pelo qual foram produzidos ao longo do tempo [...] as cidades eram vistas como obras acabadas, prontas, como expressões artísticas de uma época, que não continham qualquer outra informação. Foi assim que se tombou boa parte dos 40

centros históricos, com cerca de 16.000 edificações, que o governo federal protege hoje (MOTTA, 1992, p.40).

Há que se louvar a abertura proporcionada para a inclusão, no tombamento de cidades e de núcleos históricos, da contribuição dos diversos períodos de sua evolução; o que passa, entretanto, a ser passível de crítica é o tombamento, a partir dessa justificativa, de edificações de qualidade medíocre, destituídas de valores arquitetônicos, ou realizado mediante uma consideração desequilibrada dos valores históricos e artísticos, ocasionando muitas vezes a desmoralização do próprio instituto de proteção federal, sem que se fale nos transtornos causados aos proprietários desses imóveis pela obrigatória observância rigorosa à legislação.

Característicos desse rico e polêmico momento da preservação edilícia brasileira são os tombamentos dos conjuntos urbanos de Laguna (1985) e São Francisco do Sul (1987), ambos situados em Santa Catarina e registrados no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Para MOTTA (1992, p.42),

o que determinou a preservação federal dessas cidades não foi sua monumentalidade ou o fato de serem fora do comum, ou de possuírem características arquitetônicas de uma determinada época. Sobre essas, apenas poderíamos falar que se assemelham a tantas outras cidades brasileiras que sofreram grandes alterações em sua arquitetura ao longo do século XX. O que se percebeu foi que a sua forma, o seu desenho urbano, se vinculavam à história da ocupação do território nacional através da navegação do sul do país. Sua relação com o mar, com a costa brasileira, seus caminhos para o interior do território, o arruamento, o parcelamento dos lotes, a disposição dos prédios de maior importância, assim como outros elementos, marcavam a organização daquelas cidades em função do apoio à navegação. Foram esses vestígios que motivaram a recuperação das informações históricas e o entendimento do processo de construção daquelas cidades, bem como sua relação com o restante da região, dando sentido à sua preservação.

As críticas aos procedimentos empregados surgiram no mesmo tom dos aplausos: todas as características apontadas poderiam estar registradas e representadas por seus melhores exemplares arquitetônicos e urbanísticos como momentos da construção das duas cidades; porém, tomar porções urbanas exageradas, quando não cidades inteiras, arrimando-se somente na prevalência

de critérios históricos, mesmo com a consciência da descaracterização e/ou da desconformidade dos conjuntos, seria antes de tudo, perverso, por penalizar, com os rigores da lei federal de preservação, os moradores dessas áreas, agora impedidos de dispor livremente de seus bens. Questões de natureza eminentemente administrativa ou econômica, tais como a gestão do patrimônio edificado e o financiamento de sua preservação, eram relativizadas em favor de uma visão mítica do poder das comunidades como guardiãs dos bens tombados:

são as populações que de fato detêm o poder de provocar ações institucionais de preservação [...] somente esta demanda poderá fazer com que o interesse coletivo da preservação prevaleça sobre os valores econômicos dos imóveis, terrenos e áreas que possam ser preservadas, ou sobre o gosto particular dos proprietários (MOTTA, 1992, p.43).

Numa palavra: no período analisado, o *inchaço* das grandes cidades e o abandono dos velhos núcleos urbanos não recomendavam qualquer aliança entre a preservação e o desenvolvimento urbano e sócio-econômico, sobressaindo nos textos enfocados uma postura de denúncia e resistência a qualquer proposta do gênero, por ser considerada espúria e incompatível com os propósitos da proteção federal à época.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, não só confirmou a validade do Decreto Nº 25/37 como também abriu espaço para uma conceituação mais generosa do patrimônio cultural. Definindo como de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos”²² e delegando às municipalidades “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”²³, delineou com nitidez o acervo cultural patrimonial brasileiro²⁴:

²² Inciso III, Artigo 23, Capítulo II – da União, Título III – Da Organização do Estado.

²³ Inciso IX, Artigo 30, Capítulo IV – dos Municípios, Título III – da Organização do Estado.

²⁴ Artigo 216, Seção II – Da Cultura, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Título VIII – Da Ordem Social.

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, [incluindo, dentre outros], os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Portanto, são valorizadas, nessa nova leitura do patrimônio, as noções de tangibilidade, intangibilidade e alteridade dos bens patrimoniais, aqui considerados em suas formas de produção e apropriação e em suas variadas origens, com destaque para a ampliação da conceituação dos valores em presença nos aglomerados urbanos. No primeiro parágrafo do artigo citado, a associação entre os poderes públicos e a comunidade é ressaltada, bem como os meios utilizados para identificação, documentação, proteção e valorização dos acervos, quando se afirma que àquela parceria caberá promover e proteger “o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”, cumprindo aqui distinguir a presença, no texto constitucional, das diferentes formas de proteção devidas ao patrimônio material (tombamento) e ao patrimônio imaterial (registro), esta posteriormente detalhada no Decreto Nº 3.551/00. A Constituição Federal de 1988 também estabeleceu a obrigatoriedade de realização de planos diretores de desenvolvimento urbano para cidades com mais de 20.000 habitantes, com a instituição de leis específicas para o ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano. Para ARNAUT (1992, p.34),

legislar sobre assuntos de interesse local [...] vai além da discussão sobre a arrecadação de tributos, os serviços públicos de interesse municipal ou, ainda, quanto às obras públicas necessárias, mas é também promover a proteção dos bens e lugares de memória, do patrimônio cultural e ambiental de sua população, definindo as normas e as condições mais adequadas à sua proteção.

Por essa via, o plano diretor pode agora ser tido como instrumento garantidor da proteção do patrimônio natural e cultural, já que essa é uma competência que os municípios dividem com as outras esferas de poder, o que faz também com que não seja necessário o emprego freqüente do tombamento federal para bens imóveis ou conjuntos urbanos de relevância eminentemente local, ação que concorreu, e tem concorrido para a banalização deste instituto de

proteção. Para tanto, porém, teriam que ser radicalmente alterados os procedimentos até então em voga para a elaboração de planos diretores, os quais deverão agora contemplar não só a participação da comunidade em todas as etapas de sua realização como também a execução de diagnósticos e levantamentos que propiciem a formulação de medidas tanto genéricas (lei de uso e ocupação) quanto extremamente detalhadas (plano de pormenor). Entretanto, como será visto, essas determinações da Constituição Federal de 1988, valorizadoras da figura e da atuação dos municípios, não foram suficientes para garantir a eficácia e a ação dessa esfera de poder, visto que, ainda hoje,

poucas cidades desenvolvem projetos de restauração e conservação dos sítios históricos. O resultado da falta de uma política consistente nesse sentido, muitas vezes, são acidentes e atos de vandalismo que colocam em risco a integridade de prédios e monumentos (BRITO, 2004, p.24).

Os anos de 1990 se iniciam com uma série de preocupantes constatações: 85% da população brasileira residia em cidades (Censo IBGE/1990), concentrada principalmente nas principais regiões metropolitanas do país; o fenômeno da urbanização acelerada, orientado para a metropolização e aliado a um crescimento não menos rápido da pobreza, levou a uma conseqüente degradação das condições de vida de grande parte da população do país, particularmente, a dos grandes centros urbanos; os planos diretores de desenvolvimento urbano, aclamados como prova do reconhecimento dos municípios pela Constituição Federal de 1988, mostravam-se incapazes de controlar o crescimento urbano e de se transformar nos instrumentos indutores da melhoria da qualidade de vida nas cidades; nesse passo, com a continuidade da omissão dos estados e dos municípios quanto à preservação do patrimônio urbano e o estado combalido do IPHAN, assistia-se a um processo galopante de descaracterização e destruição de conjuntos dotados de acervos construídos de interesse cultural.

Em 1992, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Nesse encontro, de envergadura internacional, foi redigida a Carta do Rio, documento que lança as bases de conceitos tais como o desenvolvimento sustentável, o qual deveria ser

exercido “de forma tal que [respondesse] qualitativamente às necessidades de desenvolvimento e de proteção da integridade do sistema ambiental das gerações presentes e futuras” (apud CURY, 2000, p.312), e a proteção do meio ambiente como parte integrante do processo de desenvolvimento, não podendo ser considerada isoladamente. Reconhecendo “a natureza integral e interdependente da Terra” (apud CURY, 2000, p.314), morada de todos os humanos, a carta valoriza uma visão integrada dos sistemas culturais e naturais, em que tudo se interliga e na qual o todo e as partes interagem mutuamente em variadas escalas. A noção de impacto ambiental, hoje arraigada, surge precisamente neste momento, bem como a de níveis diferenciados de desenvolvimento sócio-econômico, cujo rebatimento no meio ambiente, qual seja, “as normas, os objetivos de planejamento e as prioridades ambientais deveriam refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam” (apud CURY, 2000, p.314). Em vez das metas de curto prazo, privilegia-se as agendas de intervenção prolongadas, constantes e sistêmicas, nas quais o pensamento global é viabilizado pela ação local. Mais uma vez, estimula-se fortemente a participação popular em todas as etapas do planejamento urbano-ambiental, este agora profundamente ampliado em suas variáveis, problematizado e desenvolvido como uma operação em rede de amplitude mundial. Entretanto, alguns desses termos têm significados diversos para áreas distintas, o que reafirma, no âmbito do patrimônio cultural, as suas peculiaridades com relação a outras searas:

auto-sustentável: com essa expressão, não estamos nos referindo ao conceito ecológico de auto-sustentação, mas a possibilidade de que a área urbana – patrimônio seja preservada pelo seu próprio funcionamento e utilização social, sem necessidade de pesados e constantes investimentos públicos para a manutenção de situações artificiais de preservação que findam quando o investimento público termina (SANT’ANNA apud HALÉVY, 1998, p.09).

No que respeita ao patrimônio urbano, a noção de sustentabilidade é difusa, vez que, como se trata de bens considerados monumentos nacionais submetidos à tutela do Estado, sua preservação não é garantida somente àqueles bem sucedidos em termos financeiros ou de uso intenso pelas comunidades, o que justifica a destinação de pesadas somas estatais à sua conservação.

Resultante desse debate é a compreensão de que a preservação do patrimônio cultural não é responsabilidade somente das instituições públicas ou matéria de interesse de alguns segmentos profissionais isolados, justificada pelo fato de que, nesse desenrolar, adquiriu “contornos cada vez mais complexos, articulando e fazendo uso de várias disciplinas do conhecimento e se inserindo como temática capaz de exigir uma transversalidade cada vez maior no tratamento dado a essa própria ação” (BRITO, 2004, p.24). Isso implicava incontornavelmente na alteração das formas tradicionais de entendimento e desenvolvimento do planejamento urbano, com a inclusão de uma nova técnica, a responsabilização de novos públicos e a apropriação de novos campos do saber que permitissem experiências inusitadas em termos de política urbana.

Em 1995, elaborou-se a Carta de Lisboa, resultante do 1º Encontro Luso-brasileiro de Reabilitação Urbana Integrada, realizado naquela cidade. Motivada pelo interesse de algumas cidades brasileiras, o documento estabelece que a reabilitação urbana integrada “constitui um contributo inovador para a preservação e vivificação do patrimônio cultural das cidades, na vertente do edificado como do tecido social, que o habita e lhe assegura identidade”, constituída de técnicas específicas e complementares²⁵ a serem empregadas conforme a complexidade dos casos, na verdade, uma atualização dos termos constantes da Carta de Burra (Icomos/Austrália – 1980). A carta traz um capítulo inteiramente dedicado à economia e ao desenvolvimento sustentado, com base em que “a reabilitação, procurando manter o máximo do existente construído, filia-se nas novas atitudes da sociedade, abandonando a atitude consumista em relação ao edificado que atribuía aos edifícios uma vida útil curta” e que, por seu menor custo de execução (“cerca de metade da construção social nova”), abria francas oportunidades para a redução do emprego de materiais e energia, maior incorporação de mão de obra, contenção nos gastos com infra-estruturas e deslocamentos e a dinamização das atividades econômicas, com a manutenção das estruturas sociais de vizinhança, a identidade cultural da cidade e o fortalecimento das atividades sócio-culturais. Mesmo com todas essas boas

²⁵ Renovação urbana; reabilitação urbana; revitalização urbana; requalificação urbana; reabilitação de um edifício; restauro de um edifício; reconstituição de um edifício; renovação de um edifício; conservação de um edifício; manutenção de um edifício.

intenções, o documento foi alvo de muitas críticas, principalmente quanto à imprecisão dos seus conceitos técnicos (identificados pelo prefixo “Re:

a Carta de Lisboa apresenta o conceito de reabilitação como uma estratégia de gestão urbana, induzindo a compreensão de seu significado como sinônimo de requalificação. Em seguida, aproxima esse conceito da definição de revitalização. Tanto em um vocábulo como em outro, está implícita a importância de trazer novas atividades econômicas e, com elas, dar nova vida às áreas decadentes da cidade. A diferença entre os dois termos é o fato de o primeiro exigir a manutenção da identidade e das características, e o segundo admitir que esse mesmo procedimento possa ser adotado em zonas com ou sem identidade. Em nenhum momento, porém, parece haver uma preocupação de definir o significado de identidade: seria esta a qualidade de idêntico? (VASCONCELOS E MELLO, 2006, p.59)

A Carta de Fortaleza, elaborada em 1997 pelo IPHAN por ocasião das comemorações dos 60 anos de sua criação, abrangeu estratégias e formas de proteção adequadas ao patrimônio imaterial (celebrações, formas de expressão, lugares, saberes e fazeres), criando o ambiente propício para a proposição do Decreto Nº 3551/00, específico quanto à matéria e também contribuindo para a redação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, editada em 2003, em Paris, pela UNESCO. O documento em análise, um dos primeiros em nível mundial a tratar do assunto, aprofundou a tendência manifestada nas últimas cartas patrimoniais relacionada à abordagem global da preservação do patrimônio cultural, reafirmando os ditames da Constituição Federal de 1988, segundo a qual “o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial”, estes últimos passíveis de proteção mediante o emprego do instrumento do registro. No que tange às intervenções no espaço urbano, mormente nos sítios históricos, a carta recomendada a ampliação dos cuidados com a preservação das características naturais e culturais dos lugares, sugerindo que,

relativamente aos Estudos de Impacto Ambiental (ETA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), o IPHAN encaminhe ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) proposta de regulamentação do item relativo ao patrimônio cultural, de modo a contemplá-lo em toda a sua amplitude (apud CURY, 2000, p.365).

Isso significa, no caso particular, a criação dos estudos e relatórios de impacto cultural, necessários ao entendimento dos desdobramentos das propostas de intervenção física e/ou programática nos conjuntos antigos ou nos sítios de valor cultural, no sentido de evitar a sua descaracterização ou perda de substância, e de garantir, de forma sustentável, a permanência das populações tradicionais e das suas atividades geradoras de interesse. Umbilicalmente ligada às propostas originalmente desenvolvidas por Aloísio Magalhães no CNRC e na Fundação Nacional Pró-Memória sobre a preservação de áreas urbanas, a idéia da preservação das manifestações da cultura imaterial conjuga-se agora à proteção de conjuntos antigos, com ampliação progressiva do conceito de patrimônio cultural. Para SANT'ANNA (apud HALÉVY, 1995, p.10), em comentário relativo às realizações do Projeto Praia Grande, em São Luís do Maranhão, essa nova vertente patrimonial impunha

a realização não somente de levantamentos físicos e arquitetônicos do estado geral da área, mas também análises sociológicas do comportamento das comunidades, visando ao salvamento de fazeres e atividades tradicionais potencialmente geradores de riqueza.

No final do século XX, o assunto preservação urbana foi abordado pela última vez de forma relevante através da Carta de Cracóvia, redigida em 2000, na oportunidade de realização da Conferência Internacional sobre Conservação naquela cidade polonesa. Arrimada no espírito da Carta de Veneza, tendo como tema central “o patrimônio cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização” e assinalando o novo momento então vivido pelas nações do continente europeu, marcado pelo processo de unificação européia e pela distinção e singularidade de cada povo, o documento pretendeu estabelecer novos princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído, propondo que “os instrumentos e os métodos utilizados para uma correta preservação do patrimônio devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança”. Revendo conceitos relacionados a conservação, manutenção e reparação, restauro e reconstrução e os diferentes tipos de patrimônio construído²⁶, com especial destaque para as

²⁶ Patrimônio arqueológico; monumentos e edifícios de valor histórico; decoração arquitetônica, esculturas e elementos artísticos; cidades e aldeias históricas; paisagens; e técnicas de conservação.

paisagens (“o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico”), aborda as cidades e aldeias históricas, conjuntos patrimoniais tomados em sua totalidade e em permanente processo de evolução e mudança. Considerando a necessária interação entre seus valores materiais e imateriais e a obrigatória relação entre o seu arcabouço físico com o território e a paisagem envolventes, a cidade histórica deve ser objeto de um “projeto de restauro” que não só verifique “a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como [preveja] o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da preservação do patrimônio aos aspectos econômicos e sociais”, pondo, portanto, novamente no cenário assuntos, como este último, que haviam sido abordados pela última vez nas Normas de Quito. Mas é no capítulo reservado aos procedimentos administrativos que o documento apresenta maior radicalidade, ao afirmar que

a gestão das cidades históricas e do patrimônio cultural em geral, tendo em conta os contínuos processos de mudança, transformação e desenvolvimento, consiste na adoção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente em escolhas, e no controle dos resultados, abordando a tarefa de um ângulo gerencial, voltado à obtenção de resultados palpáveis. A conservação do patrimônio cultural é assumida como “parte integrante dos processos de planejamento econômico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, econômico e social dessas comunidades”, mesmo considerando o turismo cultural, “apesar dos seus aspectos positivos...um risco”.

Entretanto, no Brasil, a ampliação do conceito de patrimônio trouxe problemas ainda insolúveis ao IPHAN. Enfraquecido e a braços com inúmeras tarefas,

com o desaparecimento da Fundação Nacional Pró-Memória, o IPHAN herdou a responsabilidade dos museus [...] e teve de tomar conta das formas populares do patrimônio e do patrimônio imaterial. Isso com meios menores do que quando cuidava unicamente dos monumentos [...] a ampliação da noção de patrimônio deveria ter gerado novas administrações, o patrimônio imaterial ou as paisagens ou a pré-história não correspondem ao mesmo tipo de gerenciamento nem as mesmas redes científicas. Isso destruiu a administração do velho IPHAN (HALÉVY, 1998, p.12).

Como se vê, no final do século XX no Brasil, se nos campos legal e teórico, o arsenal preservacionista estava mais do que fortalecido pela frequência e profundidade com que a matéria era discutida nacional e internacionalmente, considerado ainda o alto nível das contribuições prestadas, as quais apontavam para um entendimento cada vez mais inclusivo e completo do patrimônio cultural, por outro lado, no âmbito prático da preservação urbana, dependente dos meandros da política, das relações entre poderes e da aplicação de recursos financeiros nacionais e internacionais, restavam algumas constatações: a tibieza administrativa do órgão federal de patrimônio; a omissão quase que completa dos órgãos estaduais e municipais; a degradação e o abandono dos sítios históricos; a atividade turística tratada como fim e não como instrumento de soerguimento sócio-econômico dos conjuntos antigos; a inexistência, no âmbito do IPHAN, de uma conceituação urbanística do patrimônio; e a convicção de que seria necessário criar um novo modelo de abordagem e equacionamento dos problemas existentes nessa área específica do planejamento urbano. Para SANT'ANNA (apud HALÉVY, 1998, p.09), sintetizando esse quadro,

no Brasil, o patrimônio urbano não logrou realizar-se inteiramente como mercadoria, nem mesmo para consumo cultural e apenas, parcialmente, para consumo turístico, apesar de algumas exceções como Parati, Ouro Preto e, talvez, Olinda. Dependeu e depende até hoje, para sua sobrevivência, de maciços investimentos públicos, embora raros, que criam situações totalmente artificiais, atraindo uma ocupação oportunista e predatória. Consideramos essas situações artificiais por que não são capazes de gerar ou promover uma conservação auto-sustentável, nem mesmo quando o objetivo é o incremento do turismo [...] se, por um lado, o esvaziamento da função cultural do patrimônio foi prejudicial, por outro, desejá-lo como algo fora do mercado e da lógica do capital em sociedades capitalistas, é, no mínimo, ingenuidade.

A década de 1990 e o início do século XXI também foram marcados, no âmbito do IPHAN, pelo tombamento dos sítios históricos cearenses. Com efeito, Icó (1997), Sobral (1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2003), demarcam a entrada do Estado no cenário da preservação urbana, com todos os problemas, potenciais e perspectivas associados a essa condição. Tardamente protegidos pela lei federal e já um tanto descaracterizados, os sítios históricos cearenses apresentam processos de tombamento que espelham, em seus

escopos, toda essa transformação na consideração de valores culturais e nos procedimentos relacionados à preservação edilícia.

O Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/01) veio complementar o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988, os quais, juntamente com a Medida Provisória Nº 2.220, estabeleceu as diretrizes para o setor no país, nos níveis federal, estadual e municipal. Voltado

à instauração da função social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades, [o Estatuto da Cidade] abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas (ROLNIK, 2001, p.23),

as quais são definidos pelas municipalidades a partir de processos públicos e democráticos de discussão. Denuncia a falência da concepção tradicional de plano diretor, baseada no zoneamento de funções e nos seus instrumentos de controle e gestão decorrentes tais como taxas de ocupação, índices de aproveitamento, tamanhos mínimos de lotes, os quais fazem parte de

um quadro de hegemonia de uma visão tecnocrática na legislação urbanística, [significando] o tratamento da cidade como um objeto puramente técnico, no qual a função da lei seria apenas o de estabelecer os padrões satisfatórios de qualidade para seu funcionamento (ROLNIK, 2001, p.25),

em favor de um novo conceito, o qual, reconhecendo e legalizando a cidade real,

parte do pressuposto que a cidade é produzida por uma multiplicidade de agentes que devem ter sua ação coordenada, não em função de um modelo produzido em escritórios, mas a partir de um pacto – a cidade que queremos – que corresponda ao interesse público da cidade (ROLNIK, 2001, p.27).

A regulação urbanística é vista então como um processo político, “por meio do qual o poder público canaliza seus esforços, capacidade técnica e potencialidades locais em torno de alguns objetivos prioritários” (ROLNIK, 2001, p.27). Apesar de não estar diretamente voltado à preservação urbana, o Estatuto da Cidade

apresenta, no entanto, uma série de instrumentos²⁷, os quais, isoladamente ou de forma combinada, propiciam alterações significativas no quadro dos sítios históricos, principalmente daqueles dotados de intensa movimentação imobiliária.

De modo especial, o instrumento da transferência do direito de construir, tomando a terra urbana como mercadoria, faz com que os proprietários de bens imóveis em sítios históricos não sejam prejudicados pelo tombamento, facultando-os o direito de negociar o potencial construtivo excedente:

o proprietário de um imóvel sobre o qual incide um interesse público de preservação, seja sob o ponto de vista ambiental, ou sob o ponto de vista do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico, ou ainda um imóvel que esteja ocupado por uma favela que se quer urbanizar, pode utilizar em outro imóvel, ou vender, a diferença entre a área construída do imóvel preservado e o total de área construída atribuída ao terreno pelo coeficiente de aproveitamento básico, conforme a legislação existente. A transferência somente será permitida se o proprietário participar de algum programa de preservação elaborado em conjunto com o poder público ou elaborado pelo poder privado e aprovado pelo ente técnico responsável (ROLNIK, 2001, p.76).

Vale resaltar o atrelamento da medida à legislação municipal de uso e ocupação do solo urbano e a planos de preservação elaborados pelo poder público e/ou pela iniciativa privada, esses também necessariamente referidos à lei maior da cidade. Entretanto, seus efeitos só se mostram válidos em sítios históricos situados em cidades detentoras de um intenso mercado imobiliário, não se resolvendo assim os problemas da sustentabilidade da preservação de conjuntos implantados em cidades modestas. Mesmo assim, o dispositivo só poderá ser utilizado uma única vez, dificultando o seu emprego em oportunidades posteriores para novas recuperações de um mesmo imóvel. As operações urbanas consorciadas prendem-se à progressiva escassez de recursos financeiros estatais para a execução de obras de infra-estrutura e ao interesse de setores privados em explorar certas áreas das cidades com usos muitas vezes não previstos nos planos diretores²⁸. Essa conjunção de objetivos será agora intensificada com a

²⁷ Dentre outros de maior relevância no âmbito do patrimônio, a operação urbana consorciada, a outorga onerosa do direito de construir e direito de superfície, a transferência do direito de construir e o direito de preempção (preferência).

²⁸ Nas cidades históricas, planos de recuperação ambiental associados à exploração do turismo e do lazer certamente constituirão a opção preferencial dos parceiros públicos e privados.

aprovação das parcerias público-privadas pelo Congresso Nacional, projeto originalmente proposto pela Presidência da República; Associados a esses instrumentos, o emprego de redução ou isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para fins de recuperação de imóveis de valor cultural e a desapropriação para fins de reforma urbana conformam o Estatuto da Cidade como um potente instrumento legal, tributário e urbanístico para operar radicais transformações qualitativas nas cidades brasileiras, uma vez manejado por uma direção política séria e comprometida com o interesse público.

Através da Portaria Nº 299/04, foi criada a figura do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU. Refletindo a preocupação com o estado de conservação e caracterização dos conjuntos antigos brasileiros; a omissão freqüente dos estados e municípios com a matéria; os novos problemas que surgem nessas áreas, motivados por novos usos e necessidades das comunidades; e a indisponibilidade de mecanismos e/ou instrumentos por parte do órgão federal de preservação para o enfrentamento de questões do tipo, resultante da inexistência, no IPHAN, de uma estrutura operativa voltada ao urbano, o PPSHU, representou um esforço do IPHAN no sentido de dirigir, ele mesmo, as ações de preservação urbana no país, focalizadas não em obras pontuais e espalhadas mas em planos conformados por medidas de curto, médio e longo prazos nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção, discutidos e construídos por um grande número de agentes. Por outro lado, o PPSHU pretendeu se constituir em uma súmula da evolução teórica e conceitual do patrimônio cultural edificado e dos procedimentos associados à sua preservação presentes nos documentos patrimoniais estudados, bem como de algumas experiências práticas nacionais e internacionais realizadas, exitosas ou não.

Como último documento internacional relevante no âmbito da preservação urbana, tem-se a Carta de Xi'an, elaborada na XV Assembléia Geral do ICOMOS, realizada em 2005 naquela localidade chinesa. Voltada à conservação do entorno edificado, dos sítios e de áreas do patrimônio cultural, bem como fundamentada em diversos entendimentos sobre esses assuntos, constantes de documentos análogos anteriores, a carta concentrou sua atenção

na preservação da ambiência natural e edificada, geralmente colocada em segundo plano pelos estudos patrimoniais, mas, desde John Ruskin e William Morris, tema considerado tão relevante quanto o objeto mesmo da proteção. Esse destaque foi justificado pelo reconhecimento da contribuição do entorno para o significado dos elementos que acompanha; a partir da compreensão de sua natureza dual (material e imaterial); a necessidade de sua rigorosa identificação, documentação e interpretação, mediante abordagem multidisciplinar e manuseio de diversas fontes de informação; o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e práticas para a conservação e a gestão do entorno; a obrigatoriedade de previsão, nos processos de preservação de áreas urbanas e rurais, de áreas de entorno, com legislação e diretrizes específicas, assim como medidas efetivas de controle de impactos ambientais; o acompanhamento e a gestão das mudanças que afetam o entorno; e o estímulo à cooperação e ao fomento de uma consciência social sobre a conservação e a gestão do entorno. Certamente, o contraste constatado pelos órgãos internacionais do patrimônio, nos últimos anos, entre as áreas protegidas e as suas envolvências naturais e culturais, mormente nos sítios considerados como “patrimônio da humanidade” pela UNESCO, foi o elemento propulsor da elaboração desta carta, que tem em suas entrelinhas uma forte denúncia quanto ao descaso devotado pelas administrações locais quanto às suas obrigações preservacionistas.

Mais recente documento nacional produzido sobre o assunto, a Portaria IPHAN Nº 127/2009 estabelece uma nova forma de proteção à paisagem cultural brasileira, a chancela, motivada pela situação de risco que contextos de vida e tradições locais estão submetidos planetariamente pelos fenômenos de expansão urbana, globalização e massificação e pelo fato de que os dispositivos legais vigentes no país relacionados à preservação do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não abarcam a complexidade das paisagens culturais. Segundo o documento, a Paisagem Cultural Brasileira é “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores,” sendo a finalidade da chancela, em muito semelhante ao tratamento dispensado à paisagem pela Carta de Cracóvia, a saber,

atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal,

mais uma vez sendo convocados, mediante o “estabelecimento de um pacto”, o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada visando a gestão compartilhada do objeto desse especial tipo de proteção. De forma análoga ao instrumento do registro, constante do Decreto Nº 3.551/2000, após a sua aprovação pelo Conselho Consultivo do IPHAN e a sua homologação pelo Ministro da Cultura, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira será acompanhada mediante a elaboração de relatórios, com revalidação num prazo máximo de dez anos. Conformada por elementos culturais (materiais e imateriais) e naturais e de tessitura muito mais complexa do que a dos sítios históricos, seja pela indeterminação de sua extensão físico-geográfica, seja pela grande quantidade e diversidade de ameaças e riscos a que está exposta, seja pela dificuldade de compreensão de sua essência por parte do público, leigo ou erudito, as paisagens culturais brasileiras vêm do IPHAN recebendo chancelas de forma extremamente parcimoniosa, o que tem gerado muito mais dúvidas do que certezas quanto à eficácia dessa forma de proteção. Mesmo assim, não se pode escamotear a relevância desse novo elemento, já que, como diz PICCINATO (2007, p.12), “os testemunhos históricos não se imitam aos monumentos e às cidades, mas se estendem ao conjunto de paisagens como produto de uma cultura, em sentido antropológico”.

Quanto às políticas de conservação urbana praticadas na América Latina, constata-se a subordinação destas às matrizes europeias, a escassez de estudos e de reconhecimento do patrimônio cultural e de suas possibilidades, cenário este mais visível nos centros urbanos menores do que nas capitais e nas grandes cidades. É relativamente recente a valorização das peculiaridades dos centros históricos latino-americanos. De acordo com FUNARI E PELEGRINI (2006, p.29), as políticas de preservação só surgiram em nosso continente no momento em que a UNESCO reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade. Por sua vez, para PICCINATO (2007, p.13),

considerada por muito tempo como campo de aplicação de modelos originários da metrópole europeia, a cidade latino-americana é hoje, finalmente, objeto de reflexão histórica...Na origem desse novo impulso dos estudos de história urbana está o reconhecimento da diferença entre a história da arquitetura, normalmente concebida como história dos estilos, e a história da morfologia urbana, compreendida como história social...O olhar, com nova atenção, se volta para os testemunhos do passado, ainda que custe a traduzir-se em políticas urbanas mais eficazes para a preservação da cidade histórica.

Em nossas latitudes, a valorização do patrimônio urbano se dá a partir da intensificação das relações estabelecidas entre a história social e a história da arquitetura e da cidade. Desse mirante, descortina-se o seguinte panorama:

Em geral, os centros históricos das cidades americanas são lugares residenciais degradados, de pequenos comércios e oficinas, de poucos serviços e grande e difusa pobreza. São também, freqüentemente, sede de comércios ilegais e de marginalidade cultural e social. É uma situação conhecida na tradição europeia, em que, muitas vezes, respondeu-se no único modo que o mercado consentia, com a substituição daqueles habitantes por outros de renda mais elevada, demolindo bairros e transformando as residências em escritórios e o pequeno comércio em grandes supermercados. Mas o deslocamento da pobreza, em vez de enfrentá-la, resultou na destruição de um patrimônio irrecuperável de história, cultura, tradição e também arquitetônico. Salvar monumentos para reduzi-los a ornamento de novos conjuntos comerciais e administrativos alterou-lhes o sentido e os fez perder o valor de testemunho da história civil de um povo (PICCINATO, 2007, p. 14).

Nossos centros históricos são densamente povoados e utilizados, o que impõe, ao contrário de operações pontuais somente focadas na dimensão física das obras, ações urbanísticas gerais, nas quais o objeto da intervenção seja assumido integralmente, considerando-se em primeiro plano os problemas dos moradores, de modo especial suas condições sócio-econômicas, suas aspirações e seus interesses nos processos de recuperação do ambiente urbano, o que lança os fundamentos do sítio histórico como “cidade-instrumento”. Isso requer o reconhecimento de novas problemáticas e a adoção de novas modalidades de conservação, ou, como diz PICINATTO (2007, p.17),

a salvação do patrimônio histórico requer consciência social e políticas econômicas apropriadas. Não bastam providências legislativas vindas de cima para baixo. É preciso agir para que o tema adquira, como é justo, a popularidade que ainda lhe falta.

Isso permitirá direcionar as políticas urbanas para perspectivas de recuperação e valorização do existente e não apenas para estruturação dos novos espaços.

Parece-nos, portanto, assim como para BRITO (195, p.133), que “a questão da reabilitação urbana, como alternativa emergente enquanto estratégia de intervenção para os núcleos históricos, resulta imperativa”, uma vez que, se reabilitar significa “restituir a capacidade perdida, recobrar, regenerar-(se)”, essa ação corresponde a valorizar um tecido urbano pela via da sua recuperação e reutilização, ou melhor, focar a sua preservação como instrumento de promoção social, voltado integralmente “a assegurar o direito à cidade, à identidade cultural, à qualidade de vida urbana, à cidadania” (BRITO, 195, p.134). Conforme CHOAY (2001, p.177), se “a noção de patrimônio urbano histórico, acompanhada de um projeto de conservação, nasce na própria época de Haussmann, mas,..., na Grã-Bretanha, sob a pena de Ruskin”, temos assistido desde então a evolução das propostas apresentadas pela cultura urbanística para intervenção nos núcleos históricos:

o monumento enquanto elemento de valorização simbólica [a experiência de Barão de Haussmann em Paris]; o monumento enquanto equipamento coletivo em função de seu uso e desfrute turístico e cultural [a experiência de Bruges, na Bélgica]; a habitação em função de sua potencialidade como elemento motor e propulsor da recuperação integrada do habitat humano [a experiência de Bolonha]; e o espaço urbano como elemento focal dessas ações e elemento urbanístico chave na valoração do patrimônio ambiental urbano [a experiência de Barcelona] (BRITO, 1995, p. 133),

este, com muita certeza, o modelo empregado por Sobral para o desenvolvimento de sua experiência particular.

Num esforço de periodização para situar o caso nacional, CASTRIOTA (2009, p. 154) define os modelos de preservação, conservação, reabilitação e revitalização, cada um dos quais

parte de uma determinada concepção de patrimônio; estabelece um determinado tipo de objeto; pressupõe um determinado marco legal; envolve de forma diferenciada os diferentes atores, pressupondo também tipos diferenciados de ações para cada um deles; e envolve tipos específicos de profissionais,

bem como explicita o que seja patrimônio ambiental urbano, a saber,

relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si em determinado meio ambiente urbano, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural (CASTRIOTA, 2009, p.178)

de maneira a também defender a primazia da reabilitação urbana sobre os demais modelos:

partindo da compreensão da realidade sobre a qual se quer atuar, as políticas de patrimônio não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente do seu caráter de áreas conservadas (CASTRIOTA, 2009, p.167).

o que se firma como objetivo das atuais ações de preservação urbana em nosso país. Segundo CASTRIOTA (2009, p.168), esse novo quadro, visto através do prisma da reabilitação urbana, pressupõe a articulação concomitante de planos de desenvolvimento para áreas diversas; novas formas de relacionamento entre a esfera pública e a privada; novos instrumentos de gestão; a natureza não mais hierarquizada das políticas públicas, estas agora dotadas de uma lógica mais complexa; o deslocamento dos centros de decisão; a poliarquia de atores em presença; e a ampliação do quadro de profissionais envolvidos na formulação das políticas de patrimônio, com a inclusão de administradores e gestores.

Apresentar, pois, o processo histórico da evolução do pensamento preservacionista no Brasil e no mundo constitui ação fundamental para a compreensão da experiência cearense na preservação de sítios históricos, em especial a ocorrida em Sobral, e do que será necessário realizar para garantir a boa condução desse processo.

Passados mais de setenta anos desde a sua criação, o Decreto Nº 25/37 permanece incólume como o referencial jurídico máximo da preservação edilícia no Brasil. Instrumento que denota “a supremacia do interesse da coletividade sobre o interesse individual” (ARNAUT, 1992, p.34), acompanhou praticamente todo o processo evolutivo da conceituação do patrimônio cultural e

das formas de preservação no país, da visão da cidade histórica como “monumento” intocável à sua posterior condição de “documento” rico de informações, da predominância do pensamento estritamente arquitetônico à vertente urbanística e ambiental, da contribuição exclusiva dos intelectuais à progressiva aglutinação das comunidades às tarefas preservacionistas e, agora, da expressão da cidade histórica como “empreendimento” e “instrumento”. No dizer de HALÉVY (1998, p.05),

o interessante é reparar que o mesmo Decreto-Lei de 1937 acompanhou sem dificuldade essa evolução. Essa lei é uma das mais bem consolidadas da legislação brasileira, com uma jurisprudência de sessenta anos. Esse patrimônio jurídico do IPHAN deve ser protegido a qualquer custo. Uma nova lei levaria muitos anos antes de consolidar uma jurisprudência [...] Nos primeiros anos, esse decreto-lei apoiava-se sobre um admirável trabalho de pesquisas e de restaurações que deram ao patrimônio um conteúdo cultural de uma imensa riqueza. Foi essa explicitação do que significa, os bens tombados, foram essas restaurações exemplares que deram uma legitimidade ao decreto-lei.

Entretanto, para se adequar à complexidade das questões hoje inerentes à preservação urbana, de forma evolutiva, o Decreto Nº 25/37 terá que ser acrescido de normas relativas à gestão, ao controle e ao planejamento dos sítios históricos, sob o risco de transformar-se em peça jurídica anacrônica e ultrapassada, bem como associar-se às demais legislações urbanísticas vigentes no país para que, adaptado e atualizado, possa fazer frente de forma condizente às novas solicitações e demandas. Como diz acertadamente HALÉVY (1998, p.05), “o decreto-lei pode ser complementado, ele não pode ser revogado ou modificado”. Do estudo sobre essa evolução, impossível não produzir uma reflexão sobre a relação do patrimônio com o tempo, a cultura, a sociedade e as mentalidades, constituindo-se a sua proteção hoje como uma função ao mesmo tempo social, cultural e econômica. Entretanto, se

o patrimônio é ligado ao tempo, aos movimentos lentos da evolução das cidades, à *longue durée* dos historiadores, o patrimônio não é apenas a saudade do que já foi. É a idéia que nada se faz sem o tempo. Num momento em que as mudanças são tão rápidas, o patrimônio aparece como o que resistiu ao tempo (HALÉVY, 1998, p.06).

2º CAPÍTULO

PRESERVAÇÃO URBANA NO BRASIL: IDÉIAS, CONCEITOS, APORIAS, EXPERIÊNCIAS

2.1. O Sítio Histórico como “Cidade-monumento” e “Cidade-documento”

O atual processo de revalorização dos sítios históricos no Brasil encontra amparo em ações de mesma natureza levadas a efeito em outros lugares do mundo, para muitos “o carro-chefe das experiências urbanísticas mais recentes no cenário internacional”, caracterizadas pela “diversidade tanto dos níveis e padrões de intervenção como dos modelos e estratégias de gestão” (ZANCHETTI, 1995, p.01).

No Brasil, a proteção de sítios históricos, pelo Estado, começa com o tombamento de Ouro Preto/MG pelo Governo Federal em 1933, antes mesmo da criação do IPHAN, em 1937. Na fase “heróica” (FONSECA, 1997, p. 85) da autarquia (1937-1967), correspondente ao período em que foi dirigida por Rodrigo Mello Franco de Andrade, outras cidades, no seu todo ou em parte, vieram a ser também protegidas pelo Decreto 25/37, diploma legal que organiza a proteção do patrimônio cultural no Brasil. A ênfase na proteção dos exemplares preservados do barroco colonial, o rigor e o conhecimento aprofundados utilizados na seleção das áreas urbanas a proteger e a valorização da produção arquitetônica e urbanística luso-brasileira em detrimento dos estilos europeus (neoclássico e ecletismo) caracterizaram a ação do órgão nesses 30 anos e o modelo de cidade histórica eleito como padrão de proteção e gestão (“cidade-monumento”). Numa palavra: “o trabalho pioneiro exigia um rigor na escolha dos sítios: precisa revestir-se de um caráter excepcional” (MOTTA, apud HALÉVY, 1998). Assim, a ênfase estética, pela via de uma idealização do passado, definia o patrimônio cultural edificado digno de preservação.

O conceito de sítio histórico da fase “heróica” do IPHAN era o de “cidade-monumento”, ou seja, cidades acabadas e exemplares do ponto de vista

artístico, verdadeiras expressões da arquitetura barroca colonial. Se esta vertente da arte brasileira era hiper-valorizada pelos intelectuais modernistas, que se ocupavam ainda da renovação das artes no país, as demais manifestações arquitetônicas posteriores eram mal vistas e freqüentemente "corrigidas", como aconteceu várias vezes nas cidades mineiras: edifícios neoclássicos, ecléticos, *art-nouveau*, *art-déco* eram freqüentemente alterados em suas linhas arquitetônicas para que se adequassem ao modelo predominante de arquitetura nas cidades. Entretanto, foi o rigor estético, associado à qualidade do trabalho e à capacidade de argumentação desses pioneiros, cuja autoridade ninguém ousava afrontar, as causas que explicam a grande quantidade de bens de grande valor histórico e artístico protegidos e salvos de arruinamento iminente no período;

Na fase "*moderna*" (FONSECA, 1997, p. 147) do IPHAN (1967-1990), privilegiou-se a ampliação do conceito de patrimônio cultural, com crescente incorporação das manifestações culturais populares materiais e imateriais às eruditas com a intenção da composição de um mosaico rico e diverso, retrato presumido da cultura brasileira. Registra-se no período uma importante mudança na política brasileira de patrimônio urbano: de " eminentemente cultural" (ZANCHETTI, 1995, p.01) a algo ligado à economia e ao planejamento urbano. Os estudos históricos, sociológicos, antropológicos, etnográficos e arqueológicos alcançaram o mesmo patamar daqueles relativos à arquitetura e ao urbanismo. Isso fez com que a dimensão documental/filológica, em meio à fragmentação conceitual tipicamente pós-moderna, se constituísse no cerne dos procedimentos de proteção e gestão associadas ao conceito de "cidade-documento". Este preconizava "o estudo das etapas de formação e desenvolvimento da cidade e a identificação das marcas dos processos históricos deixados no espaço" (SANT'ANNA, 1996, p.73), formulado a partir da compreensão do urbano como a deposição das camadas do processo sócio-histórico de construção das cidades, em que cada fase deixa vestígios indelévels, merecendo, portanto, a devida proteção. Essa etapa coincide com o alargamento dos critérios e do público do patrimônio, principalmente na área acadêmica, quando as contribuições de historiadores, cientistas sociais, antropólogos, arqueólogos, filósofos e geógrafos adquirem o mesmo peso da produzida pelos arquitetos e urbanistas. A qualidade

da arquitetura e dos espaços da cidade, anteriormente tida como justificativa principal para os tombamentos de edifícios isolados e sítios históricos, passa a ocupar posição inferior em favor da valorização de outros aspectos culturais, dentre estes a condição do espaço urbano como documento mesmo do seu processo de formação e evolução. Esse também é o momento da “patrimonialização” das cidades, conceito que pretende estender praticamente a todos os imóveis urbanos a proteção como bens culturais; da discussão da preservação através de um enfoque político e ideológico, tal como se pode depreender do texto da Carta de Petrópolis (IPHAN, 1987), mas não de uma visão de uma política pública; da omissão dos estados e municípios quanto às suas obrigações constitucionais referentes à preservação do patrimônio cultural; e da banalização do tombamento, com a proteção de cidades ou de trechos destas descaracterizados e sem relevância nacional, período em que também se ampliou, sobremaneira, a quantidade de bens mantidos sob a proteção federal.

Entretanto, como se verá, apesar dos setenta e nove anos do tombamento de Ouro Preto e da relevante atuação do IPHAN, não existe propriamente, em nosso país, uma cultura urbanística do patrimônio e sim atuações isoladas, bem ou mal sucedidas, dos entes públicos e de pouquíssimos agentes privados. O planejamento urbano e econômico, a preservação dos sítios históricos e os processos de gestão e controle urbanos continuam desconectados. Na década de 1970, com a expansão horizontal e o adensamento vertical das cidades, notadamente das capitais, as áreas centrais destas, prenes de história e não mais consideradas como setores urbanos passíveis de receber investimentos, perdem vitalidade e se degradam, em favor das periferias, subitamente valorizadas. Nas cidades médias e pequenas, como efeito de surtos de desenvolvimento econômico, a degradação das áreas centrais se dá mascarada com falsas imagens de progresso. Dão-se simultaneamente a convergência entre as políticas de proteção e a descentralização de atividades de preservação, com ênfase para a ação dos municípios (ZANCHETTI, 1995, p.01). Na passagem dos anos de 1980 para a década seguinte, a crise econômica e institucional deu margem a uma alteração do panorama do planejamento urbano: “a diminuição da capacidade de investimento coloca as administrações municipais

frente à necessidade de definir estratégias viáveis de desenvolvimento econômico a nível local” (ZANCHETTI, 1995, p.01), com a adoção, pelo planejamento urbano, das estratégias e dos modelos do planejamento estratégico, voltados à investigação e identificação das potencialidades, oportunidades e ameaças de desenvolvimento dos municípios. Para ZANCHETTI (1995, p.01), duas linhas de ação, não necessariamente excludentes, passam a se delinear:

a primeira, e mais antiga, é aquela que entende a preservação dos centros históricos dentro de uma perspectiva de manutenção do sistema social que está na base, a exemplo da política adotada por cidades como Olinda, Rio de Janeiro, Recife e São Luís, que remontam ao início da década de 80. A segunda vertente busca, através da justificativa da unicidade e irreprodutibilidade desses centros históricos, realizar oportunidades de investimentos através de novas destinações de usos. Este é o caso da experiência desenvolvida no Pelourinho, em Salvador, que tem sido, inclusive, alvo dos mais entusiastas aplausos ou das mais ferrenhas críticas.

Precisamente, aí estão as definições dos modelos de cidade histórica tratada como empreendimento (2º caso), caracterizado pelo investimento maciço em uma única linha de atividade e desenvolvimento econômico, pela busca desenfreada de ativos e ingressos de capital e pelo foco em um público específico (turistas), e de cidade histórica tratada como instrumento, (1º caso) no qual a preservação é uma ferramenta a serviço da promoção social e integrada às demais funções desempenhadas na/pela cidade. Como se verá, esses dois modelos serviram mais fortemente como inspiração ao processo de gestão do sítio histórico de Sobral, no qual têm o mesmo peso a equipamentação e o fortalecimento do conjunto tombado e da cidade como pólos de atratividade regional e a manutenção e promoção da base social que os conformam, tendo como suporte a valorização de suas estruturas físicas antiga e nova.

2.2. Preservação e Gestão Urbana: Atualizando o Debate

As experiências de planejamento urbano no Brasil, nos últimos quarenta anos, têm gerado uma crescente complexidade de procedimentos e uma ampliação do quadro de problemas e requisitos a considerar na elaboração de

propostas, conquanto a atividade não possa ainda ser considerada tradicional no cotidiano de nossas cidades nem tenha se constituído como um fator decisivo para a resolução dos graves problemas urbanos nacionais. Nessa trajetória, a preservação urbana tampouco se configurou como um saber e/ou um fazer consolidado e compartilhado. Mesmo assim, entre denúncias veementes do “cooptado” modelo do gerenciamento urbanístico brasileiro, expostas por alguns autores, há afirmações produzidas por outros, em tom mais alvissareiro, que dão conta de ações contemporâneas caracterizadas por “novas formas de entender o papel do governo local, novas relações com as instâncias hierarquicamente superiores da administração pública e o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil” (SIMÃO, 2006, p. 77), as quais, segundo essa ótica, teriam o condão de alterar as estruturas do poder estabelecido. Para esta autora, as mudanças na forma da gestão urbana, nos últimos tempos, têm resultado “na revigoração econômica e na revitalização da identidade e da cultura” (SIMÃO, 2006, p.77), abrindo perspectivas positivas para as cidades históricas brasileiras. Numa palavra: o assunto em análise, além de conceitos, idéias e experiências, é evitado de aporias, que são, como se sabe, conflitos estabelecidos entre opiniões, contrárias e igualmente concludentes, em resposta a uma mesma questão.

Conforme VILLAÇA (apud CASTRIOTA, 2009, p.175),

a idéia de plano diretor existe no Brasil pelo menos desde os anos 1930, quando foi publicado, em francês, o “*Plan Agache*” realizado [para o Rio de Janeiro] pelo urbanista de mesmo nome [Alfred Agache], onde aparecia o nome “*plan directeur*”,

proposta esta que teve como antecessores, na passagem do século XIX para o século XX, os planos de melhoramento e embelezamento, os quais, para CASTRIOTA (2009, p.175), nada mais eram do que a “combinação de uma perspectiva higienista a uma abordagem estética do espaço urbano”. A partir dos anos de 1930, as estratégias de embelezamento dão lugar às idéias de eficiência e funcionalidade, com a cidade sendo considerada um “organismo econômico e social, gerido por um aparato político-institucional” (CASTRIOTA, 2009, p.175). Os planos passam a ser integrados, interdisciplinar e espacialmente, articulando a cidade com a sua região. Contudo, registra-se o insucesso na conjugação entre planejamento urbano e discurso: em meio a expressões tais como “caos urbano”,

“crescimento descontrolado”, “falta de planejamento” e outros que se transformaram em jargões, são gerados planos diretores inclusivos, genéricos e abstratos, a face mais evidente do “planejamento sem mapa” (VILLAÇA, apud CASTRIOTA, 2009, p.175), típico do período entre as décadas de 1970 e 1990.

Para este autor, o quadro do planejamento urbano brasileiro, desde os anos de 1960, caracteriza-se por “planos extremamente genéricos, compostos basicamente por diretrizes e objetivos gerais, que, no entanto, poucas vezes se traduzem em ações concretas do poder público” (CASTRIOTA, 2009, p.176), tendo como marco o zoneamento abstrato como o principal (muitas vezes, o único) instrumento de planejamento disponível. Desse período até os anos de 1990, na visão de CASTRIOTA (2009, p.177), os planos diretores produzidos no país intensificaram o caráter abstrato de suas proposições, tornaram homogêneas as diferentes porções urbanas e concentraram sua fundamentação no apego à densidade e à otimização da infra-estrutura, com prejuízo para a morfologia das cidades em que foram implementados. Ao ver de VILLAÇA (apud CASTRIOTA, 2009, p.176), os planos diretores transformaram-se em mera panacéia para os problemas urbanos: “é impressionante como um instrumento que praticamente nunca existiu na prática possa ter adquirido tamanho prestígio por parte da elite do país”. O que se depreende dessas palavras e da experiência prática é que, mesmo tendo incorporado a participação popular, os planos diretores brasileiros mantêm intactos a dimensão quantitativa e o viés funcionalista, descendentes diretos das premissas da Carta de Atenas (1933), desprezando, por conseguinte, o rico e diverso acervo arquitetônico e urbanístico das cidades, operando assim para eliminar a eficácia da integração entre as políticas preservacionistas e as de gestão urbana. Esse infeliz afastamento, nas palavras de CASTRIOTA (2009, p.174), deriva de um duplo impasse:

os órgãos de preservação, mesmo absorvendo retoricamente os novos conceitos hoje difundidos, seguem considerando a cidade [histórica] como objeto estético, sem poder, portanto, abordar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento sócio-econômico. Por outro lado, o planejamento, como tem sido feito, continua...ignorando a intrincada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio.

Mesmo posicionamento apresenta SIMÃO (2006, p. 78), para quem a prática do planejamento urbano no país, nas décadas de 1960 e 1970, gerou

produtos pouco adequados à realidade, cujas propostas, sistematizadas, após longa jornada de levantamento de dados e da elaboração de extensos e exaustivos diagnósticos eram, na maioria das vezes, medidas distantes e inexecutáveis frente aos parâmetros locais.

Trata-se da vertente técnico-burocrática do planejamento urbano, característica do período assinalado, produzida geralmente de forma exógena, autoritária e sem qualquer vestígio da participação popular.

Nos anos de 1980, quadra esta marcada pela abertura política e pelo surgimento dos movimentos sociais urbanos, os planejadores passaram a contemplar, em seus trabalhos, os requisitos das comunidades envolvidas num esforço de planejamento participativo, principalmente por enxergarem em seus procedimentos operativos “um grande distanciamento da realidade e de suas transformações possíveis” (SIMÃO, 2006, p. 78). A Constituição Federal de 1988 veio garantir aos municípios maior autonomia, mormente quanto ao ordenamento espacial e ao planejamento urbano, com a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano para aquelas cidades de mais de 20.000 habitantes. Entretanto, embora relevante, o processo de descentralização administrativa deu-se de forma açodada, sem que as cidades, especialmente as pequenas e médias, tivessem as mínimas condições para receber e cumprir suas novas atribuições, registrando-se ainda a “[incompatibilidade] dos recursos financeiros com a nova demanda de prestação de serviços e de responsabilidade adquiridas” (SIMÃO, 2006, p. 80), constituindo-se, ao ver de CORAGGIO (apud GONDIM, 1994, p. 12), em um “projeto sem sujeito”.

Na década de 1990, enquanto os grandes centros urbanos brasileiros desenvolvem o seu “projeto-cidade”²⁹, modelo de planejamento e gerenciamento urbano diretamente inspirado na experiência de Barcelona com a realização dos Jogos Olímpicos de 1992,

²⁹ Cf. Jordi Borja e Manuel Castells.

a grande maioria dos pequenos e médios municípios, aí incluídos todos os núcleos urbanos preservados, continua à mercê da tradicional administração e gestão [municipal], sob uma ótica restrita do atendimento às necessidades mínimas da cidade (SIMÃO, 2006, p. 79).

A autora, afirmando que não labora em erro quem sustenta que a maioria dos municípios brasileiros não experimentou sequer a fase do planejamento urbano tecno-burocrático, apresenta interessante panorama relacionado a essa carência:

na verdade, as pequenas e médias cidades detêm poucas informações sobre a necessidade de planejar e, a despeito de conviverem no mesmo mundo globalizado, caminham num ritmo e num cotidiano bastante diferenciado dos grandes centros. Nem mesmo o Plano Diretor Urbano,...., foi elaborado por número significativo de pequenos e médios municípios...O que pode ser verificado, ainda hoje, é que a organização política, social e econômica das nossas cidades interioranas tende a acentuar características historicamente presentes em nossa cultura política (SIMÃO, 2006, p. 79).

O que leva a autora a construir tal cenário? Precisamente a conjuntura tradicional dos municípios em nosso país, expressa em

uma forte relação de clientelismo entre a população e os políticos, aliada a um legislativo atrelado ao executivo, destituído de função efetiva, atuando como intermediário dos eleitores em suas reivindicações individuais (SIMÃO, 2006, p. 80),

sem que se fale do desencontro entre os setores público e privado, este sempre cobrando da municipalidade “soluções para a infra-estrutura e para os serviços urbanos [enquanto]...o setor público delega à iniciativa privada toda a responsabilidade da geração de emprego e renda do município” (SIMÃO, 2006, p. 85).

Mas como se encaixam as cidades e os sítios históricos nesse ambiente? Para SIMÃO (2006, p. 80),

no âmbito das cidades preservadas, a situação repete-se e, em alguns casos, de forma bastante acentuada, pois que as tradições e as relações familiares e políticas datam, às vezes, de séculos, caracterizando processos mais arraigados. A preservação do patrimônio cultural configura-se como mais uma das questões urbanas a ser planejada, inserida no contexto de todo o complexo que é a cidade.

Em significativa passagem, a autora mergulha no universo dessas especiais aglomerações humanas, distinguidas pelo reconhecimento dos seus acervos construídos como monumentos nacionais sujeitos a uma específica tutela legal federal, de forma a extrair, de suas condições, o necessário conhecimento para transformar o seu cotidiano:

as nossas cidades preservadas, cujos territórios constituem quase em sua totalidade um registro do passado e da história, são de pequeno e médio porte. Caracterizam-se por assemelharem-se às demais cidades brasileiras de mesmo porte e situação sócio-cultural similar. Assim, o conhecimento e o entendimento das cidades preservadas – sua forma de gestão, sua organização e suas redes de relações – para conseguir nelas atuar de maneira mais adequada compara-se, em quase todos os aspectos, ao conhecimento e ao entendimento das cidades com características similares(SIMÃO, 2006, p. 83).

Continua a autora:

essas cidades, em sua grande maioria, desconhecem o papel do planejamento em seu cotidiano, trabalhando o seu dia-a-dia da maneira que mais lhes é familiar, ou que mais lhes é conveniente. As lideranças locais, arraigadas nas tradições e nas práticas conhecidas, atuam sob a ótica do atendimento particularizado das demandas e necessidades da população – normalmente somente a parcela da população que lhes apóia e lhes é conveniente – e desconhecem primeiramente o próprio papel de gestor e líder público. Não lhes cabe a responsabilidade pelo planejamento municipal e pela gestão do território urbano, nem tampouco o papel de promover a cidade a outro patamar de desenvolvimento, de participação democrática, de melhoria da qualidade de vida de toda a população (SIMÃO, 2006, p. 84).

Em poucas palavras, eis um retrato fiel do descompromisso dos gerentes das cidades brasileiras de menor escala, os quais, se descuram até das questões comezinhas do ordenamento urbano, o que dirá de dirigirem sua atenção a outras mais complexas, tais como as referentes à preservação urbana. Em suma: a autonomia propiciada aos municípios brasileiros não se traduziu ainda em um esforço de gestão mais eficaz, integrado e compartilhado, principalmente em termos dos cuidados com o patrimônio construído. A condução das questões urbanas, como se vê, assume um papel cada vez mais central no plano dos municípios e, com a ampliação do número de agentes e dos interesses em jogo, cumpre romper com paradigmas defasados e construir democraticamente

alianças entre os diversos setores da cidade. Conforme SIMÃO (2006, p. 90), “pensar a gestão urbana, contemporaneamente, significa formar outras redes de relações e conformar outras organizações locais”, considerando-se as cidades como organizações entrelaçadas em seus multidiversos nichos sociais, cuja totalidade é sempre maior que o somatório de suas partes.

Um ponto fulcral do novo pensamento relacionado à gestão urbana é a construção de consensos entre os variados sujeitos sociais intervenientes, fundamento para a definição de objetivos e o estabelecimento de parcerias operativas. Assunto polêmico, como se verá, esses acordos, freqüentemente desrespeitados no andamento do processo de gestão pela desigualdade entre os parceiros, têm sustentado os modelos recentes de transformação urbana em todo o mundo. SIMÃO (2006, p. 86), inspirando-se no projeto catalão pensado por Jordi Borja e Manuel Castells, assim identifica os fatores basilares para o seu desencadeamento:

- . a sensação de crise aguda (que nas grandes cidades se dá) pela consciência da globalização da economia, e nos núcleos menores pode ser acionado por questões mais regionais ou locais, como o declínio abrupto de sua principal atividade econômica ou a “invasão” de grupos de turistas em local pouco preparado;
- . a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local – cívica e política;
- . a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural.

Esses pontos, além de deixarem clara a distinção entre quem opera e quem critica as formas contemporâneas de planejamento e gestão urbana, reforçam o sentido da necessidade do trabalho realizado em parceria, no momento em que a definição de uma imagem identitária para a cidade é de primordial importância. A condição simbólica do patrimônio é, pois, invocada numa perspectiva do seu emprego de forma ideologizada, ponto a que convergem objetivos comuns, o que agora justifica a preocupação com a sua preservação. A mobilização dos atores urbanos, como se vê, é intensamente requerida e pode ser deflagrada, segundo SIMÃO (2006, p. 87), pela

realização imediata de algumas ações, visando a esclarecer a população para a possibilidade de novas formas de gestão e/ou pela construção e/ou modificação da imagem que a cidade tem de si mesma, objetivando promover internamente a urbe e restabelecer o orgulho e o gosto pelo local.

No âmbito patrimonial, essas duas questões podem estar associadas, por exemplo, no primeiro caso, à interrupção de um processo de arruinamento e de restauro e devolução de um imóvel caro à comunidade e, no segundo, ao tombamento de um sítio histórico, o que irá alterar a relação que a comunidade desenvolveu, em vários níveis, com a sua cidade.

Nesse processo, a autora, mais uma vez buscando inspiração nas idéias dos planejadores catalães, afirma que cabe ao governo local “assumir o papel promotor da cidade, que consiste, em grande medida, em estimular e orientar as energias da população na direção do bem-estar coletivo e da convivência cívica” (SIMÃO, 2006, p. 88). De certa forma arrimando-se no pensamento de David Harvey relativo à importância da construção de uma face para uma cidade por parte do governo local e à necessária substância que essa representação deverá conter para subsistir, SIMÃO (2006, p. 88), entretanto, pondera que

capitanear a construção de uma nova imagem da cidade, baseada em seu real potencial, faz parte do processo de divulgação interna e externa da cidade... Tornar a cidade ponto de atração do capital, seja regional, nacional ou internacional, torna-se necessidade crescente das cidades contemporâneas. E a imagem divulgada, baseada nas reais potencialidades e condições da cidade, aliada à qualidade de vida urbana oferecida, vai determinar esse potencial de atração de capital externo ao município.

Isso deixa evidente a disputa entre as cidades, resguardadas as suas escalas e vocações, por uma gama imensa de mercados, competição essa típica do fenômeno da globalização e que se inscreve no cotidiano das aglomerações humanas, pequenas, médias ou grandes, como razão de sua própria existência. As ditas “cidades históricas” também não escapam das injunções inerentes a essa condição.

Especificamente sobre esses lugares especiais, SIMÃO (2006, p. 96) elabora o seguinte quadro:

as cidades preservadas – aqui destacadas aquelas de pequeno e médio porte que possuem a totalidade ou a quase totalidade de seu tecido urbano impregnado de historicidade – convivem com problemas semelhantes aos das demais cidades, relacionados à mínima garantia da qualidade de vida local, como a deficiência nos sistemas de infra-estrutura básica, a estagnação ou declínio da economia local tradicional, a precariedade dos serviços públicos, a utilização predatória do solo urbano, o clientelismo das administrações locais. Portanto, pensar as alternativas para as cidades preservadas extrapola os limites do seu patrimônio cultural. É necessário encará-las como organizações diversas, ambíguas e complexas, que têm adicionado ao seu conjunto de variáveis a preservação do acervo cultural.

Nessa perspectiva, a integração da preservação urbana às demais funções a serem cumpridas pela cidade situa agora o patrimônio como um importante meio para se promover adequada, integrada e harmoniosamente a cidade com vistas ao seu equilibrado desenvolvimento sócio-econômico, postulando esta desprovida de qualquer preconceito ou ingenuidade com relação à força do capital, antes, aceitando-a como incontornável “*régle du jeu*”, mas lembrando que, como diz MENEZES (2006, p.39),

neste contexto, é preciso levar em conta...cálculos de investimento/retorno/custo...desta agudeza na identificação de suas finalidades como matriz das prioridades e direcionamentos é que depende a alternativa preferencial da cultura, inserida sempre no mercado: servir-se dele ou servir a ele.

O curioso é que o patrimônio, no processo de sustentabilidade da “cidade histórica”, deverá assumir estrategicamente uma posição eqüitativa quanto às demais funções urbanas para que tenha garantida a sua preservação, considerando-se ainda as atribuições dos agentes públicos e privados na operação global.

Referindo-se ainda ao mesmo assunto, continua a autora:

a preservação do patrimônio cultural, assim, não se caracteriza um entrave ao desenvolvimento, uma vez que é possível estabelecer parâmetros para intervenções no território ao considerar-se a manutenção da ambiência urbana que motiva a preservação, à semelhança da regulamentação do solo urbano de todas as demais cidades. Alterar a ótica sob a qual é enfocada a preservação das cidades propicia a busca de soluções para o convívio harmonioso com os valores culturais herdados...potencializando-os para fruição da população local e

possibilitando o desenvolvimento de atividades que vitalizem economicamente a cidade (SIMÃO, 2006, p.96).

Por fim, defendendo a atividade turística como uma alternativa econômica adequada para compatibilizar, nas cidades históricas, vitalidade e preservação, a autora recomenda a reflexão sobre as seguintes questões (SIMÃO, 2006, p. 90), no que toca à atuação em cidades patrimoniais de pequeno e médio porte, aqui reunidas num esforço de síntese:

- Transformação nas relações político-administrativas e econômicas por parte das lideranças locais;
- Definição de objetivos consensuais de forma compartilhada e democrática;
- Estabelecimento de parcerias;
- Ruptura das relações dicotômicas e/ou de dependência (legislativo/executivo, iniciativa privada/setor público);
- Construção e/ou modificação da imagem da cidade;
- Estabelecimento de um processo de planejamento integrado;
- Apropriação, por parte das lideranças locais, do papel de promotor das transformações e implementador das novas funções (promoção interna e externa da cidade, cooperação público-privada, inovação político-administrativa);
- Ampliação do papel da cidade, com vistas à valorização de sua identidade sócio-cultural e ao resgate, por parte da população, do orgulho pelo lugar.

Entretanto, sobre o mesmo tema, outros autores não têm opinião tão favorável; mostram-se, aliás, extremamente céticos, até mesmo francamente contrários quanto à voga do planejamento da cidade enquanto mercadoria e/ou empreendimento, expondo abertamente o seu dissenso quanto a essa nova forma de ordenamento e gestão do espaço urbano e denunciando o que seriam realmente os seus propósitos. VITTE, por exemplo, parte do conceito de “espaço herdado” (“constituído por uma história local, um padrão de organização do território e da força de trabalho e um dado grau de desigualdades sociais” (2003, p. 232)) e de globalização (“resultante dos processos de reorganização [produtiva/consumista] do capital, da revolução tecnológica e dos rearranjos na

gestão pública” (2003, p. 232)) para precisar o termo “gestão pública”, a saber, “situação em que o Estado assume seu papel de gestor e articulador de políticas públicas por meio de instâncias político-administrativas” (2003, p. 232). Reconhecendo a existência de diversas ações e estratégias de desenvolvimento nas cidades por outros agentes, para além da empreendida pelo Estado, afirma que

a análise das estratégias permite avaliar os impactos sócio-econômicos e a materialização dessas estratégias no espaço, no ambiente construído, que resultam em alterações do conteúdo e do significado desses espaços (VITTE, 2003, p. 232),

mais especificamente na transformação do “espaço herdado” em um “espaço projetado”.

Conceituando e associando o desenvolvimento econômico local (“conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local), que pode impactar o espaço” (VITTE, 2003, p. 232)) ao desenvolvimento urbano (“[produto] de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo, resultando na ordenação do território e de equipamentos coletivos” (VITTE, 2003, p. 233)) e tomando as intervenções na forma física da cidade como gestão urbana (“um conceito em processo de consolidação” (VITTE, 2003, p. 233)), esta autora define que a gestão das cidades, além das alterações evidenciadas no ambiente construído, estabelece-se como

um conjunto múltiplo de ação coletiva entre agentes, instituições e organizações em complexa rede de interações, na qual o governo é uma das peças do jogo de poder, já que lhe cabe liderar o processo, mas também partilhar, delegar e interagir (VITTE, 2003, p. 233).

Nessa linha, referindo-se a inovações recentes empreendidas por administrações locais no país, decorrentes das transformações originadas pela Constituição Federal de 1988, que transferiu mais recursos e responsabilidades aos municípios, reporta-se à crise do estado keynesiano (intervencionista), afirmando que o sistema federativo brasileiro atravessa um momento caracterizado pela descentralização administrativa, “com o fortalecimento da

capacidade decisória das instâncias sub-nacionais de governo” (VITTE, 2003, p. 234) e pela “maior ênfase da ação local em atividades ligadas à produção, como uma estratégia para combater as dificuldades oriundas da crise capitalista” (VITTE, 2003, p. 234). Nesse contexto, marcado pelos processos de reordenamento do capitalismo e pela crise dos estados nacionais,

cada vez mais as cidades constituem-se em um espaço estratégico para a reestruturação produtiva e práticas de gestão inovadoras, por medidas de crescimento econômico e de mudanças institucionais que muitas vezes provocam profundas conseqüências econômicas, sociais e espaciais (VITTE, 2003, p. 233).

Porém, denuncia o grave problema das competências exclusiva e concorrente, questão colocada pela Carta Magna de 1988 e até hoje carente de maior determinação:

grande parte das políticas públicas acaba não sendo efetivada e enfrentada, pois a competência concorrente “empurra” os problemas de uma instância à outra, faltando clareza em relação a qual instância deve realmente assumi-la (VITTE, 2003, p. 236).

No que tange à preservação urbana, considerando-se os panoramas municipais descritos por SIMÃO, freqüentemente as questões que dizem respeito à conservação e reabilitação de sítios históricos tombados em nível federal são abordadas unicamente pelo IPHAN, uma vez que a tutela do patrimônio cultural, ao ver dos estados e principalmente dos municípios, é atribuição absolutamente inerente àquele órgão e a mais nenhum outro, revelando o descumprimento quanto aos preceitos constitucionais e o descompromisso com relação a assuntos que são, sim, de sua alçada. Mesmo assim, concordando com SIMÃO, VITTE assume que a descentralização administrativa e a participação democrática da comunidade foram as forças responsáveis por alterações positivas nos processos de gestão urbana, traduzidas na elaboração de “orçamentos participativos, parcerias público-privadas, inovações nas finanças públicas e estratégias de desenvolvimento econômico local” (2003, p. 237), base para a construção de uma política de “*city marketing*”.

SÁNCHEZ, por seu turno, situa o problema das cidades e de sua gestão como aspectos significativos do processo de acumulação do capital no Brasil, compondo provocante painel:

como se articulam os traços mais marcantes do capitalismo na última virada de século (com...o aqui chamado mercado da satisfação, das imagens e do consumo) com as modalidades espaciais históricas do chamado capitalismo rentista na produção do espaço? A franca expansão do mundo da mercadoria, material e imaterial, se realiza necessariamente articulada às formas anteriores de sua realização no urbano?...Para a potencialização desta venda [a cidade-mercadoria, a cidade vendida como produto no mercado mundial], uma combinação de transformações materiais e representações, reunidas em imagem-síntese, são acionadas como atributos mercadológicos do produto-cidade, construído no meio de um instrumento que ganha centralidade nas políticas urbanas: o city marketing (2003, p. 411).

Em resumo: uma apreciação semelhante às desenvolvidas por SIMÃO, mas com o sinal trocado. Continua a autora, sempre de modo incisivo:

a emergência da cidade-mercadoria sinaliza um novo patamar no processo de mercantilização do espaço, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, do processo de globalização em dimensão político-econômica e da realização do capitalismo em sua fase atual...um espaço próprio à fase atual do capitalismo vem sendo produzido, específico das sociedades urbanas dirigidas e dominadas por novas relações de produção capitalista, com a adaptação técnica do território, a renovação de infra-estruturas de mobilidade e de telecomunicações e a construção de espaços e equipamentos seletivos, voltados aos negócios, ao turismo, ao consumo e à habitação. A cidade-mercadoria expande as fronteiras do urbano no mundo da mercadoria (SÁNCHEZ, 2003, p. 412).

Pergunta-se: como as “cidades históricas”, *locus* de interesses públicos e privados e do entrechoque entre as formas de direito correspondentes a estas duas instâncias, bem como sujeitas a regimes diferenciados de tutela jurídica e agora não vistas mais como um estorvo ao desenvolvimento urbano, serão abordadas por essa nova modalidade de planejamento e gestão das cidades?

SERPA, tendo Milton Santos como inspiração (“a moda é a manivela do consumo, pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo”), trata do assunto questionando-o igualmente de uma perspectiva marxista, porém mais ácida:

o espaço urbano, submetido ao fetichismo do valor de uso, para ser objeto de consumo e expressão de modismos, estes vendidos como estratégias de requalificação urbana pelas administrações locais e seus parceiros empresários...No espaço urbano contemporâneo...intervencões cada vez mais pontuais e restritas resumem-se a produzir cenários literalmente destinados à “criação de fascínio” junto aos futuros usuários, “verdadeiras imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais” (ARANTES, Otilia, in “Urbanismo em Fim de Linha”, São Paulo: EDUSP, 1998), que pudessem dar-lhes algum conteúdo e significado (SERPA, 2003, p. 415).

Entretanto, não seria absurdo indagar: que alternativas adequadas de desenvolvimento e gestão restariam às cidades, em especial, às tombadas, neste momento em que o capitalismo, agora em uma versão mundializada, é francamente hegemônico como sistema econômico, subjugando a política com o seu poderio?

No cenário brasileiro, talvez seja NIGRO a estudiosa que apresenta as posições mais radicais com respeito ao tema. Ressaltando o desafio que a gestão do patrimônio representa para os poderes públicos e os movimentos sociais, vez que constitui-se em objeto de diversas formulações sócio-políticas, a autora afirma que

na medida em que se ampliam os debates preservacionistas e modificam-se as relações entre os agentes produtores do espaço urbano, advém a necessidade de conformação de novos campos de análise do patrimônio (2003, p. 167),

o que diz da urgência e da importância da elaboração de pesquisas sobre o tema na atualidade em nosso meio, já que a compreensão sobre o mesmo está sendo produzida de forma plural e polifônica e englobando acervos até então desconsiderados. Conceituando o patrimônio como direito social, NIGRO afirma que a sua democratização se deu como reação à direção elitista dos órgãos patrimoniais, intensificando-se a partir da década de 1970. Para a autora,

o processo de democratização do patrimônio advém do distanciamento muito grande envolvendo as instituições de preservação e os sujeitos sociais para os quais, teoricamente, suas atividades deveriam estar dirigidas: os habitantes (NIGRO, 2003, p. 167).

Fundamentando-se nas idéias de Néstor Garcia Canclini, defende que “o patrimônio se firmou como o lugar onde melhor sobreviveu a ideologia dos setores oligárquicos...só experts passam a ter a competência de lidar com as questões da preservação e zelar pelo patrimônio” (NIGRO, 2003, p. 167). Exagero? Uma vez que, no caso brasileiro, não há como jogar a culpa isoladamente nos técnicos da preservação pelo malogro das ações na área do patrimônio, principalmente por esta ser um campo complexo no qual não se pode prescindir do concurso de especialistas, mesmo assim cabe razão à autora quando esta questiona a representatividade social dos bens culturais selecionados como patrimônio de uma sociedade, decisão esta tomada sem a participação direta e efetiva da população, entretanto referendada pelas instituições públicas preservacionistas.

Valendo-se da ampliação do universo patrimonial proposto por Françoise Choay, informa sobre a evolução das práticas e dos ideários preservacionistas, estes surgidos em contextos e épocas distintas, situando o debate sobre a gestão das áreas urbanas históricas. Para a autora, o conceito de “centro histórico” é produzido no momento da disseminação do modelo das renovações urbanas havidas no segundo pós-guerra, principalmente na Europa. Em meio à “crise da cidade”, o patrimônio passa a estar ligado ao planejamento urbano e a sua preservação transforma-se em importante instrumento de gestão urbana (NIGRO, 2003, p. 168). Por sua vez, o território urbano, com sua dupla natureza tangível e intangível, constitui campo privilegiado das ações de preservação contemporâneas. Ao ver da autora, patrimônio e território só existem “a partir de uma apropriação coletiva que lhes atribui significações e que é expressa numa base espacial” (NIGRO, 2003, p. 169); ao tempo em que imprimem valor às manifestações, seus agentes sociais identificam-se como sujeitos políticos. Nessa esteira, as dinâmicas de uso em que estão inseridos os bens culturais deverão ser valorizadas, “a fim de garantir a legitimidade e a eficácia das políticas de defesa do patrimônio” (NIGRO, 2003, p. 169).

Mesmo considerando o tombamento como uma marcante forma de intervenção no espaço urbano por seu caráter normativo e simbólico, denuncia que a adoção indiscriminada do instrumento de proteção deriva, no mais das

vezes, do fracasso de políticas urbanas comprometidas com interesses especulativos, caracterizando-se pela forma reativa e defensiva com que é demandado pelos agentes sociais preocupados com a perda iminente de espaços urbanos significativos (NIGRO, 2003, p. 172). Há que considerar, porém, que, embora legítimo, o emprego abusivo do estatuto preservacionista tem levado à sua banalização e desvalorização, mormente no âmbito federal nos últimos vinte anos, em que vigorou (vigora) a idéia de que “tudo é patrimônio”...

Por último, identifica o conflito entre as relações de apropriação e propriedade (valor de uso/valor de troca) existente, nos sítios históricos, na fronteira entre o direito privado e o coletivo, como um distúrbio inerente à “forma antitética da mercadoria [cidade], situada na essência mesma da produção social do espaço urbano” (NIGRO, 2003, p. 175). Nessa nova apropriação do urbano por uma gestão de corte gerencial-empresarial, incluindo-se nesse rol as “cidades históricas”, “os grupos sociais têm a cidade como valor de uso enquanto o poder público [a] tem como valor de troca” (NIGRO, 2003, p. 175), o que faz com que a autora formule as seguintes questões: “quais são os grupos capazes de fazer valer seus interesses, ou quais estão associados às condições de existência? Onde se constituem esses movimentos? Quem define o que é um patrimônio a ser preservado?” (NIGRO, 2003, p. 181).

Como se pode ver, o assunto é complexo por associar, dentre outras questões, a produção capitalista do espaço urbano a um sistema de regulação legal desse processo por diversas instâncias estatais, em meio a interesses públicos e privados diversos e a um campo cultural em expansão. Há franca discordância entre as idéias dos especialistas profissionais em gestão urbana, para quem, acompanhando Milton Friedman “não há almoço grátis” e as dos intelectuais acadêmicos, em sua maioria, rápidos na denúncia das mazelas através da interpretação das mesmas, mediante um bem urdido arcabouço de conceitos marxistas (estes, entretanto, muitas vezes mostrando-se inúteis à análise de problemas radicalmente novos) e não raro avaros (ou até mesmo omissos) quanto à apresentação de possíveis alternativas exequíveis. Será que unicamente manter uma atitude crítica face à realidade, como dizia Vilanova

Artigas, é o que restaria como possibilidade de ação aos que se ocupam dessa espinhosa tarefa?

2.3. Cidades Históricas e Preservação Urbana: Aporias Patrimoniais

2.3.1. O Patrimônio como Fator de Reinvenção Urbana e Regeneração Cultural

Conquanto escassa nos meios acadêmicos do país, a bibliografia sobre preservação urbana começa a chamar a atenção dos especialistas e do público em geral. Ainda não conformando verdadeiramente um campo disciplinar crítico, construído sobre a reflexão acerca de experiências diversas, o assunto tem a seu favor uma perceptível reorientação do debate sobre urbanismo e planejamento urbano no Brasil, o qual tem contado com a ampliação do número de agentes sociais interessados em deslindar esse artefato polissêmico que é a cidade, nesse escopo vista também a partir do prisma do uso, da história, da cultura e da sustentabilidade.

VARGAS e CASTILHO, face às áreas urbanas centrais tombadas ou de interesse cultural brasileiras, consideraram esses setores especiais como partes que estão ou deveriam estar integradas à problemática dinâmica das cidades a que pertencem, numa perspectiva realista e investigativa. Alertando para o fato de que o processo de elaboração e avaliação de projetos de intervenção para as áreas urbanas centrais, historicamente determinadas, “até este momento não permitiu o acúmulo de conhecimento e o afastamento necessário para a crítica consistente que o distanciamento no tempo propicia” (2006, p. XIII), informam sobre as alterações havidas no cenário mundial referente ao urbanismo, ao planejamento e à gestão urbana nos últimos vinte anos: globalização e financeirização da economia; aceleração das comunicações pela informática; nova e diferente condição do território (de *locus* da produção a objeto de consumo; palco de diversas atividades, divulgadas e induzidas por diferentes segmentos sociais com interesses variados); e o que seria inevitável, a competição entre as cidades por investimentos e aportes de toda ordem.

Os processos de renovação urbana no período entre as décadas de 1950 e 1970 são assim descritos: “na Europa, a ideologia do Movimento Moderno une-se à prática de reconstrução do pós-guerra. Na América do Norte, a renovação aparece no contrafluxo do processo de suburbanização” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 07). Afirma-se que o propósito principal daquela geração de arquitetos e urbanistas era o de demolir e construir para renovar. Se esse processo assumiu grandes proporções nos Estados Unidos, liderado por figuras exponenciais como Robert Moses, deu-se de forma contrária na Europa. Com foco na recuperação dos espaços públicos, no continente europeu “as intervenções urbanas voltaram-se basicamente para a resolução dos problemas de congestionamento e para a reconstrução do pós-guerra” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 08). Especificamente,

a destinação do espaço para o uso público nas cidades europeias foi fundamental para que se consolidasse o que restara do patrimônio urbano e houvesse preocupação com a sua preservação (BALSAS, apud VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 08).

Por sua vez,

o desenvolvimento das cidades norte-americanas na década de 1950 esteve condicionado à demolição de áreas consideráveis do tecido urbano e à reconstrução... este processo ficou conhecido como Renovação Urbana (*Urban Renewal*), no qual não havia intuito de preservar os edifícios ou mesmo o conjunto deles (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 08).

Em 1947 e 1951 produziram-se críticas aos processos de renovação urbana, com a realização dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os quais versaram, respectivamente, sobre a relação entre os processos de projeto de edificações e de planejamento urbano e o “coração da cidade” (“*The Heart of the City*”), ou seja, a área central desta. Entretanto, para as autoras, 1974 será lembrado como o ano-marco do início da fase da preservação urbana (1970-1990), distinguido por um eloqüente conjunto de críticas aos modelos anteriores de renovação desenvolvidas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, as quais desembocaram em “uma série de movimentos cujo discurso caracterizava-se pela estética, pelo patrimônio e pela questão ambiental” (VARGAS e

CASTILHO, 2006, p. 15), constituindo efetivamente um novo momento no processo de intervenção nas áreas centrais. A passagem de uma etapa à outra, na Europa, implicou na negação do Movimento Moderno como vanguarda, o qual, gerado nas bases do socialismo europeu e desenvolvido segundo uma ótica igualitária, não poderia, por essa razão, servir a uma elite capitalizada e ávida por diferenciação, classe social esta a promotora da transformação sócio-espacial por vir. Esse segmento, portanto,

reforçou a importância da preservação das vizinhanças e a restauração histórica dos edifícios considerados significativos como os novos símbolos de status e distinção. Os projetos do período de 1970 a 1990, ao incluírem a preservação e a restauração de edifícios históricos, aproximaram-se mais da versão europeia de intervenção (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 16),

aproveitando antigas estruturas degradadas da arquitetura industrial e ferroviária, recuperando-as e instalando em seu interior comércio, serviços varejistas, e atividades de lazer e cultura, num processo que, mais tarde, acabou conhecido como “*gentrification*” (derivado do termo inglês “*gentry*”, nobre; enobrecimento), pois somente destinado a um público que tinha condições de pagar por toda essa oferta.

Nos Estados Unidos, as comemorações do bicentenário da independência (1976) serviram de cenário ao “casamento da Senhora História com o Senhor Lucro” (HUXTABLE, apud VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 16) e demarcaram um período no qual se privilegiou a preservação urbana, “ao incorporar os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nas áreas centrais, abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviços ali existentes” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 17). Nessa época, a preservação urbana foi um tema sempre presente nas manifestações de intelectuais e das populações locais, o que pode ser exemplificado através da ação da UNESCO, em escala mundial, reconhecendo as áreas históricas das cidades como parte integrante e indissociável destas.

Nessa ocasião, os objetivos das propostas de preservação urbana consistiam em valorizar a memória; organizar a sociedade em defesa do

patrimônio histórico; defender os centros históricos como elementos essenciais da vida urbana e responsáveis pela geração de identidade e orgulho cívico (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 18). Como decorrência, o *trade* imobiliário elegeu as zonas centrais para a implantação de projetos diferenciados; os administradores das cidades passaram a atuar como empreendedores imobiliários, identificando oportunidades de intervenção e avaliando seus impactos; e estabeleceu-se a parceria entre os setores públicos e privados em torno de projetos viáveis do ponto de vista da economia urbana e dos negócios empresariais, legitimados pelo envolvimento da comunidade (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 18). Em primeiro lugar, para atrair público para as áreas centrais, abandonadas pela população por causa do interesse desta em morar nos subúrbios, era necessário mudar a imagem do centro. Segundo as autoras, “nesse contexto, a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, como elemento fundamental para o resgate da identidade e da cidadania, atuou como pano de fundo das intervenções urbanas” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 19). Nessa linha, foram definidas três ações estratégicas para a atração de público ao centro: a intervenção física mediante projetos arquitetônicos (empreendimentos); o estabelecimento de políticas urbanas específicas; e a implementação de programas de gestão compartilhada. Cumpre ressaltar que o presente modelo transformou-se posteriormente num verdadeiro “mandamento” urbanístico e de gestão urbana, sendo repetido em um sem-número de cidades em todo o mundo.

No final da década de 1970, era este o panorama: nos Estados Unidos disponibilizou-se uma grande quantidade de recursos para a recuperação de áreas históricas através das reformas fiscais de 1976 e 1981; na Europa, deu-se continuidade às políticas urbanas anteriores, com destaque para aquelas de auxílio e subsídio a pequenos comerciantes. Em especial, na Itália, dificultou-se a adaptação de edifícios antigos a novas utilizações por motivo da ênfase à preservação. Em Bolonha, talvez o caso mais famoso, desenvolveu-se um projeto integrado de reabilitação urbana fundado em um posicionamento ideológico (comunista) e tecnicamente baseado em pesquisas morfológicas e tipológicas; na análise de projetos adequados à recuperação do patrimônio natural e cultural, com ênfase na habitação; na definição de políticas voltadas à determinação da

função e do papel dos imóveis do sítio histórico no âmbito territorial; e na participação popular (CERVELLATI, 1983, p. 107). Na América Latina, foram desenvolvidas ações normativas e a criação de agências estatais com o objetivo de salvaguardar os bens culturais nas esferas federais, estaduais e municipais. No Brasil, com a concomitante criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória em 1979, procedeu-se a realização de políticas de recuperação de áreas centrais. Data desse período a proposição do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH, com implementação inicial prevista para os sítios históricos do Nordeste, operação essa fortemente ligada à atividade turística, entretanto mal sucedida devido a uma série de entraves tradicionais da região, dentre os quais o clientelismo político.

Instituído em 1977 pelo *National Trust for Historic Preservation*, o *Main Street Program* - MSP constituiu-se em um programa-ícone de gestão compartilhada nos Estados Unidos e, posteriormente, em nível mundial, iniciando-se com três projetos pilotos e contando atualmente com mais de 1.500 comunidades espalhadas em quarenta estados norte-americanos. Com foco no ordenamento de ruas inteiras e distritos e reunindo empreendedores, gestores urbanos e comissões de cidadãos e pequenos proprietários, o MSP tinha como objetivo

melhorar o aspecto dos centros históricos e comerciais das cidades e prescindir de recursos públicos por meio da auto-sustentabilidade econômica...atuando em quatro grandes áreas: reestruturação econômica para fortalecer a base econômica local e atrair novos investimentos; organizar e coordenar a associação entre os diversos atores, planejando suas ações e buscando novas fontes de recursos; promoção da área por intermédio da história e da melhoria urbana, divulgação e promoção de eventos; e desenho urbano desenvolvido com base em projetos de recuperação e valorização do patrimônio (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 27).

Aqui, talvez pela primeira vez, tem-se a noção clara da preservação urbana como uma operação composta por um programa de necessidades complexo, custos e financiamentos e em que o patrimônio deixa de ser uma finalidade destituída de relações com usos, atividades e orçamentos para se constituir em um caminho

para se chegar ao desenvolvimento sócio-econômico e à recuperação de áreas degradadas, sem comprometimento de somas vultosas dos cofres públicos.

Entre 1970 e 1990, ampliou-se o debate sobre as intervenções urbanas de corte patrimonial em áreas centrais, valorizando-se os seguintes pontos: “o caráter ideológico na discussão sobre a privatização dos espaços públicos; o comércio e os serviços como estratégias de recuperação; a criação de cenários; e o entendimento do que é histórico” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 29). Estes temas deixam entrever a preocupação com a gentrificação dos centros, outrora áreas evitadas por serem locais de moradia de populações pobres e estigmatizadas racialmente. A contra-corrente teórica logo se evidencia:

é um paradoxo utilizar o conceito de preservação para um processo que cria um novo ambiente urbano, como um cenário, fora de suas estruturas históricas. Há quem denomine esse novo lugar, ou talvez não-lugar, de parque temático-histórico, onde se restauram áreas históricas como a construção de objetos de consumo, formando um tipo de espetáculo que atrai residentes e visitantes e alimenta a atividade comercial. Essa alternativa de parque temático pode conduzir a um processo de exclusão social, uma vez que inclui argumentos que relacionam a camada social de baixa renda à violência, à sujeira e à desordem (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 30).

Segundo Peter Marcuse (apud VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 30), as intervenções unicamente concentradas na dimensão física e na atividade turística prestam uma contribuição limitada à preservação histórica por refletir somente os cuidados com a arquitetura e não a totalidade do ambiente urbano ou a sua memória, afinal, “a qualidade arquitetônica é apenas um dos itens que devem ser considerados na preservação histórica” (MARCUSE, apud VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 30). Esta assertiva, infelizmente mal compreendida e, por esse motivo, geradora de banalização patrimonial, transformar-se-á depois em uma das mais empregadas justificativas para o tombamento de áreas urbanas, mormente aquelas descaracterizadas e desconformes, em especial na chamada fase “moderna” (1967-1990) do IPHAN.

Abeberando-se desses ensinamentos, a política patrimonial no Brasil desenvolvida entre as décadas de 1970 e 1990 teria, sob a ótica dessas autoras, ampliada a sua apropriação por diversos segmentos sociais, na esteira da

condição desta, segundo a Carta de Petrópolis, de principal agente do processo de construção da nação, por meio de sua história. As diretrizes dessa política caracterizavam-se por uma maior democratização do processo de preservação; pela valorização da diversidade cultural brasileira, em suas vertentes material e imaterial; e pela tradição como referência do processo de desenvolvimento econômico e cultural. Entretanto, efetivamente,

as medidas para vitalizar os centros urbanos durante o período...foram acanhadas, baseadas em ações normativas, discursos políticos e intervenções isoladas, voltadas, na maioria das vezes, à exclusiva restauração das edificações (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 31).

Porém, segundo as autoras,

todas as estratégias e instrumentos estabelecidos para a recuperação de áreas urbanas, direcionadas ao desenvolvimento urbano local e fundamentados na preservação do patrimônio histórico-cultural, agiram como embriões de uma nova era nos processos de intervenção em áreas centrais (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 31),

qual seja, a da reinvenção urbana, situada por elas no período compreendido entre 1980 e 2000.

Com efeito, a época da reinvenção urbana é aquela em que o território foi transformado em mercadoria para consumo dos “*happy few*” (agentes de renda elevada, especialmente investidores e turistas) mediante um incremento na capacidade de comunicação, bem como em que a cidade perde a sua característica de origem e/ou destino para assumir a sua atual condição de lugar transitório dos fluxos. O “*city marketing*” passa a ocupar o lugar mais importante nas estratégias de planejamento e gestão das cidades, organizando-se como uma intrincada orquestração entre o capital imobiliário (responsável pela criação de localizações privilegiadas, definidoras do sucesso dos empreendimentos, e pela indução à demanda por intermédio da oferta) e o poder público local (criação de uma imagem da cidade favorável à captação de investimentos externos), cuja melhor tradução é o programa desenvolvido para os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, logo copiado à exaustão em todo o mundo. Em suma:

entre os anos de 1990 e 2000...a cidade passa a ser pensada, definitivamente, como um empreendimento a ser gerenciado, mediante a adoção de princípios do planejamento estratégico e o uso de seu mais eficiente instrumento: o city marketing. Nesse contexto, dá-se ênfase à gestão urbana, assumida como uma política de governo e ao grande projeto urbanístico como elemento catalisador (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 34).

Segundo as autoras, são objetivos do processo de reinvenção urbana

criar ou recuperar as bases econômicas das cidades para gerar emprego e renda, através da aliança entre os setores público e privado; reconstruir ou reinventar o ambiente construído; e intensificar os produtos arquitetônicos e urbanísticos como forma de promoção político-partidária (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 33).

Ao mesmo tempo, surgem mudanças na estratégia de implementação de operações urbanas: a dimensão dos projetos é relevante, o foco das intervenções é amplo e as formas de gestão e divulgação das realizações é intensa e grandiosa, ao feitiço do modelo de espetacularização urbana. Além das regiões centrais, a reinvenção urbana lança suas feéricas luzes também em outras áreas degradadas, tais como frentes de água doce ou salgada, estruturas industriais e parques ferroviários abandonados, produzindo planos de preservação do patrimônio edificado aliados a inusitadas experiências no campo da arquitetura, urbanismo e paisagismo. O antigo, re-significado e reabilitado, associado ao novo, ousado e luzidio, juntos propiciando um espaço espetacular e competitivo.

Se este era o panorama na Europa e nos Estados Unidos no período, na América Latina registravam-se escassas ações concretas, marcadas pelo interesse de diversos segmentos sociais quanto ao retorno de algumas atividades (mormente aquelas ligadas aos símbolos de poder público) aos centros das cidades e pelo predomínio de atos preservacionistas centrados somente nos valores físicos e históricos dos conjuntos tombados.

Para VARGAS e CASTILHO (2006, p. 44), na reinvenção urbana,

diferentemente dos períodos anteriores, não é o cidadão a razão do urbanismo ou da intervenção nos centros históricos. Ela é feita para a população flutuante. Sendo assim, a cidade, que outrora refletiu o contexto social, agora valoriza exacerbadamente a imagem, a estética e a maquiagem,

enquanto assiste à mudança de sua economia de uma base produtiva para outra de consumo. Seu contexto urbano ou citadino (*“sense of place”*), seus atributos culturais e espaciais só têm sentido agora se oferecem alguma vantagem sobre nichos de mercado ou se servirão à recuperação de áreas deprimidas, estas tidas como chances imobiliárias de interesse tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada, nesse novo jogo de oportunidades urbanas. Contudo, como não poderia deixar de ser, tal artificialismo não demoraria a gerar problemas e, conseqüentemente, pesadas críticas:

enquanto a imagem da cidade pode ser um elemento importante para atrair capital e pessoas, em um período de intensa competição urbana, lugares espetaculares e festivais públicos servem, também, para ofuscar conflitos sociais e desigualdades... Problemas como *“gentrification”* (enobrecimento) são mascarados pela imagem de um urbanismo espetacular que simula a requalificação do centro, legitimando a atuação do poder público nas diversas instâncias, de modo a gerar o suporte político necessário para minimizar a oposição (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 45).

Mesmo assim, confirmando o retorno da população às áreas centrais das cidades através dessas estratégias, afirmam que, de forma inescapável, “no mundo contemporâneo, os centros são parte integrante das vitrines urbanas e devem sintetizar a sua “boa e bela” imagem para garantir uma vantagem competitiva entre as cidades” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 46), consolidando a representação da cidade e, de modo especial, do seu patrimônio edificado como mercadorias. As autoras, defendendo na elaboração dos trabalhos de recuperação de áreas centrais e/ou de valor patrimonial a realização de aprofundados diagnósticos e a importância da participação popular, concluem que

grande parte das intervenções urbanas tem estado distante das demandas locais...e o seu atendimento teria de estar na base da política de *city marketing* e refletir a veracidade das suas estruturas. Se assim acontecesse, talvez todo o aparato de cenografias e de reinvenção do urbano não fosse necessário...a mudança percebida do estágio de intervenções urbanas que partiam exclusivamente de um grande projeto arquitetônico para um processo de gestão do espaço urbano comandado principalmente pela sociedade civil, parece apontar para caminhos mais promissores a serem tentados... (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 48).

Pergunta-se: levando em conta o que foi dito, como seria isso possível se o destinatário da operação não é o morador da cidade e sim aquele que, fascinado, a visita?

VAZ e SILVEIRA abordam o conceito de “regeneração cultural”, conforme proposto por Andrea Maggeean e Matthew Wansborough, enfocando em sua pesquisa o antigo bairro carioca da Lapa, situado na área central da cidade do Rio de Janeiro. As autoras apontam como o ponto de inflexão nas questões de preservação urbana no Brasil a implementação do projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, o qual, em sua consideração, teria iniciado

um movimento que alterou significativamente, nos processos de revitalização, a forma de atuação sobre o espaço da cidade, considerando-se, a partir de então, trechos [urbanos] inteiros como objeto de preservação, em vez de monumentos isolados. Portanto, após um longo período da política de preservação do SPHAN restrita a monumentos arquitetônicos, destacados do seu contexto sócio-cultural e espacial mais amplo, observou-se uma mudança significativa...A nova concepção preservadora assume a noção de patrimônio cultural e não mais de patrimônio histórico. A preservação dos monumentos a ser contextualizada, e estes examinados como elementos integrantes “de uma densa gama de relações sócio-econômicas, culturais e ambientais que têm como palco principal a cidade e como atores seus cidadãos (PINHEIRO, 1984)” (VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 79).

De fato, para além de inócuas intervenções físicas de restauro, adaptação e conservação e tendo como um de seus focos a economia da cultura, o projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, proposto em 1979 e aprovado em 1984, deu início, em nível nacional, a um movimento de substituição dos pressupostos de revitalização de áreas urbanas históricas, valorizando o patrimônio cultural em toda a sua diversidade e vertentes e a presença das comunidades de lugares cariocas tradicionais.

Considerando a apropriação do velho bairro boêmio pelo Projeto Distrito Cultural da Lapa, as autoras tratam a cultura como elemento impulsionador de políticas, planos e projetos urbanos. Com base nas idéias de Peter Hall, afirmam que

a adequação da cidade contemporânea às exigências da nova economia (da economia informacional à economia cultural) gerou renovadas práticas no campo do urbanismo e do planejamento urbano: intervenções nas áreas centrais e nos vazios das cidades, reabilitações de estruturas físicas existentes para novos usos, preocupação com a dimensão histórica, simbólica e cultural dos espaços (VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 92).

Fazendo uma retrospectiva das formas de intervenção nas cidades havidas nos últimos cem anos, bastante semelhante à empreendida por VARGAS e CASTILHO, situam a regeneração cultural no final desse processo, posteriormente às etapas de projeto urbano, planejamento estratégico e *marketing* urbano, conceituando-a como “intervenção em áreas consolidadas por meio do planejamento e do projeto urbano com ênfase na cultura” (WANSBOROUGH e MAGGEEAN, 2000, apud VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 93) e definindo seus dois princípios: a reabilitação do ambiente histórico existente e a constituição de equipamentos culturais como âncoras de projeto. Ainda assim, o debate sobre essas intervenções tem identificado, para dizer o mínimo, excessos e imprecisões terminológicas: “homogeneização, estetização, patrimonialização, gentrificação e, principalmente, a espetacularização” (VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 93).

A regeneração cultural, na visão das autoras, prevê a realização de ações de renovação urbana com a criação de “distritos culturais”, cultura tomada aqui como princípio organizador do projeto, da gestão e do modo de vida local. Nessa acepção, e considerada a extensão obrigatória de sua tutela legal, os sítios históricos tombados no âmbito federal incorporam essa nova condição de territorialidade, simultaneamente material e imaterial. Citando WANSBOROUGH e MAGGEEAN (2000) e conferindo substância e propósito à afirmação anterior, dizem que os autores do conceito “[compreendem] o distrito cultural ou de entretenimento como uma área espacialmente distinta e limitada que contém alta concentração de ofertas culturais. Suas características-chave são também premissas de projetos urbanos” (VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 95). Nessa linha, novas relações estabelecem-se entre os equipamentos culturais e os espaços públicos, tais como os territórios culturais e a irradiação da influência dos equipamentos culturais sobre a vizinhança. Concluindo, apresentam o objetivo

central da regeneração cultural: restaurar e melhorar a qualidade da vida urbana de determinada área, auxiliando “a expressão e o desenvolvimento da cultura local” (VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 94). A meta exposta, conjugada às demais características do novo modelo de intervenção urbana, ao tempo em que também define o patrimônio e a sua preservação como uma função urbana relevante e integrada às outras, coloca-os igualmente no bojo mesmo da economia urbana e das práticas de consumo associadas a esta, algo que, na visão das autoras, apresenta-se como inevitável, mesma conclusão a que chegam VARGAS e CASTILHO:

[entramos] na era da imagem, da visibilidade, da valorização do lugar, da cidade como locus do consumo, do place marketing...a estratégia para alcançar [os objetivos] passa pela reinvenção de uma imagem urbana, que se traduz por meio da forma física, das atividades que podem ser consumidas nesses espaços e das mensagens que podem ser transmitidas nesse processo – em que o Estado e o capital de diversas origens aliam-se, agora, em uma escala e modelo globalizados (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 264).

Observar e experimentar: as diversas formas de vida comunitária transformam-se em objetos de consumo, ou melhor, em um cenário edulcorado, construído especialmente para o turismo, já que o que se pretende é transacionar “a cultura em um ambiente de consumo” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 266), operação típica de um fenômeno provocado por um novo estágio de produção e acumulação capitalista gerador de produtos virtuais, rol este a que agora se somam, curiosamente, o espaço urbano, a cultura e a memória.

Abandonando-se a linha de preservação tradicional de monumentos e sítios históricos, em que são valorizados somente os seus predicados históricos e artísticos, absolutamente distanciados das questões que dizem respeito à sustentabilidade sócio-econômica, nessa perspectiva, a preservação do patrimônio cultural material e imaterial soma-se agora a outros objetivos tão relevantes quanto, tais como “a melhoria das condições de vida urbana para a população residente, o reforço da identidade pelo viés cultural e a procura pela instalação de atividades econômicas que dinamizem o centro histórico” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 266).

Conforme as autoras, a maior parte das experiências brasileiras no setor, mesmo ainda incipientes e francamente inspirados em modelos exógenos, têm muito a ensinar: construção de parcerias entre os setores público e privado; participação popular com explicitação dos interesses dos parceiros em presença; consolidação de um programa nacional de recuperação de áreas históricas, mais avançado que a simples preservação do patrimônio cultural edificado; capacitação técnica e política para a compreensão e o enfrentamento da dinâmica urbana atual; rigorosa previsão da viabilidade dos projetos destinados a otimizar a economia urbana, dentre outras, são algumas das questões levantadas pelas experiências nacionais, as quais suscitam uma intrigante pergunta: o consumo do lugar tem provocado a sua tão esperada (re)valorização?

2.3.2. O Patrimônio como “Forma-mercadoria/Forma-publicidade”

A professora e filósofa Otília Arantes talvez tenha sido a primeira intelectual brasileira a denunciar, em seu modo peculiar, as novas formulações urbanísticas produzidas pela transformação da cultura em agente promotor das cidades em chave mercantil, atuando o patrimônio, de modo especial, como estrela de primeira grandeza nessa conjuntura. Em dois textos seminais³⁰, a autora expõe sua visão dessa faceta da produção da cidade pós-moderna, a qual, nas palavras de Francisco de Oliveira, prefaciador da segunda obra, é resultante do “urbanismo da desfaçatez”.

No primeiro trabalho, a autora, indo de encontro às visões anteriores e lendo as cidades como constelações de imagens superpostas (“palimpsestos de signos”), aponta a onipresença do “*culturel*” como fator determinante dos novos usos e configurações urbanas e do papel inusitado a ser cumprido, agora, pela memória: “no momento em que as cidades passaram a ser encaradas como um repertório de símbolos, tudo virou cultura. Para ser mais específico, patrimônio a ser preservado” (ARANTES, 1998, p. 148). Fundamentada no pensamento de

³⁰ “*Cultura da Cidade: Animação sem Frase*”, in “*Urbanismo em Fim de Linha*”, São Paulo: Edusp, 1998 e “*Uma Estratégia Fatal: A Cultura das Novas Gestões Urbanas*”, in “*A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*”, São Paulo: Editora Vozes, 2000.

teóricos marxistas tais como David Harvey, Fredric Jameson, Guy Debord e Mike Featherstone, bem como no conceito de mercadoria e signo como categoria básica do capitalismo avançado, noção filosófica atribuída a Jean Baudrillard, informa que a cultura mostra-se agora “como elemento específico da sociedade de consumo, saturada de signos e imagens jamais vistas” (ARANTES, 1998, p. 148). De passagem, abordando a contaminação inescapável do ambiente pela cultura, define o que seria uma manifestação afetada dessa condição, o “patrimonialismo”:

...é antes a mais acabada expressão de tal generalização avassaladora (“tudo virou cultura”), e isso por ser seu foco original. Na medida mesma em que as grandes aglomerações urbanas acabaram reunindo o maior acervo de “bens culturais”, aos quais se somam enormes estoques de valores e tradições, elas foram se tornando por isso mesmo a arena por excelência das novas estratégias a um tempo políticas e culturais (ARANTES, 1998, p. 148).

Atravessando uma nova fase, vista agora como uma obrigação político-administrativa, mistura de publicidade com animação cultural executada com afincos pelos governantes na gestão das cidades, a cultura, para a autora, tornou-se um item básico da governabilidade, perdendo, por motivo do seu consumo desenfreado, a sua função passada de “*supplement d’âme*” e de instrumento de esclarecimento dos homens, conforme se pretendeu no Iluminismo. Nessa altura e em todas as suas versões, a cultura passa a ser considerada “a forma-mercadoria no seu estágio mais avançado, como forma publicitária. O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social” (ARANTES, 1998, p. 153). A administração das cidades, de essência gerencial-empresarial e lastreada na cultura, tem objetivos e estratégias precisas, elaborados de maneira a dar uma falsa impressão de satisfação, democracia e participação popular. Segundo a autora, arrimando-se em Mike Featherstone,

o excedente monetário [resultante do processo de financeirização da riqueza] vem sendo utilizado para financiar...as formas como algumas grandes cidades ocidentais estimulam especialistas simbólicos...a ocupar áreas urbanas em processo de recuperação...para acelerar sua “*gentrification*” e uma elevação

geral no prestígio e no capital simbólico da cidade (ARANTES, 1998, p. 156).

Cumprir ressaltar que este é verdadeiramente o cerne das operações descritas no tópico anterior deste capítulo, desenvolvidas de forma experimental nas grandes metrópoles mundiais e, posteriormente, espalhadas por todo o planeta. Talvez inevitavelmente, as cidades históricas, em sua maioria com sérios entraves ao seu desenvolvimento sócio-econômico, têm empregado essa mesma argumentação para subsistirem, vendendo o seu acervo patrimonial, à falta de outras alternativas mais rentáveis, muitas vezes como única forma de sobrevivência. Dessa forma, sob um evidente processo de hiper-valorização da imagem e do símbolo, estariam as cidades históricas fadadas inexoravelmente a cumprir o seu triste destino de forma-mercadoria/forma-publicidade ou algo mais alvissareiro se lhes estaria reservado para além da sina desenhada por esses conceitos de corte marxista?

Revelando a verdadeira batalha travada entre nações e cidades para a captação de investimentos, empresas e mercados, luta esta representada pela construção de museus e centros culturais e a reabilitação de áreas urbanas históricas e/ou degradadas, expõe a arraigada estetização da vida urbana, em que as cidades se museificam, referindo-se à escalada das ações de renovação e reabilitação urbana havidas no século XX na Europa e nos Estados Unidos. Estas, a seu juízo, foram motivadas pela

necessidade de refazer o tecido social através da reativação da memória e dos valores locais através do patrimônio construído, na gênese de uma nova concepção arquitetônica e urbanística (ARANTES, 1998, p. 165).

A autora situa o desencadear dessa “era da cultura” na década de 1960, com a evaporação dos referentes culturais, a reprodução da cultura em estado bruto, a aculturação de todos os níveis sociais e, por conseguinte, a transformação da totalidade do ambiente em cultura. Particularmente no caso do patrimônio, essa generalização tem levado à banalização das expressões culturais e dos instrumentos de proteção, num momento em que tudo parece reclamar a

dignidade de ser memorável. As relações firmadas entre os agentes desse processo são dessa forma por ela apresentadas:

assim, cada vez mais teóricos, arquitetos ou gestores urbanos parecem abrir mão, não só de qualquer planificação global da cidade, mas de todo tipo de organização, mesmo parcial, que a torne um conjunto de espaços minimamente ordenados e que possam vir a se constituir em formas definidas e estáveis, de modo a fornecer uma imagem coerente a ser visualizada ou representada por seus habitantes como um tecido coeso, com alguma pregnância visual ou semântica, configurando um lugar (ARANTES, 1998, p. 186).

Ou como espicaça mais uma vez Francisco de Oliveira, ainda no prefácio do segundo título: “é o urbanismo do *“apartheid”*, em sua acepção mais radical e perversa”.

De uma forma mais ácida e incisiva, ARANTES, no segundo artigo, dá seqüência às suas reflexões sobre cultura, imagem, mercado e gestão urbana, procurando desfazer posicionamentos tidos como consensuais sem, contudo, oferecer alternativas factíveis à administração das cidades. Indagando-se acerca da possibilidade de políticas voltadas à valorização da identidade urbana serem estrategicamente planejadas, reinicia sua abordagem do problema enfocando a figura do “plano estratégico” catalão, tido como vantagem comparativa capaz de fornecer respostas competitivas à cidade que o adotasse. Essa nova modalidade de planejamento urbano, segundo a autora, insere-se numa etapa por ela denominada *“cultural turn”* (ARANTES, 2000, p. 14), caracterizada pela negociação generalizada, pelo retorno à cidade, pela gentrificação e pelo reencontro luxuoso entre cultura e capital. A cidade, nesse contexto, nada mais é que um empreendimento de última geração ávido pelo poder da identidade, “âncora identitária da nova urbanística” (ARANTES, 2000, p. 16). Sendo assim, o planejamento estratégico busca, ao fim e ao cabo, promover e comercializar “um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende ...se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*” (ARANTES, 2000, p. 16).

Configurando o termo “cidade-empreendimento”, tomado emprestado de Peter Hall, situa sua origem na ação dos conservadores ingleses na era

Thatcher, por sua repulsa às diretrizes da política keynesiana, e no modelo norte-americano de revitalização urbana, caracterizado pela parceria entre o setor público e a iniciativa privada, na qual, progressivamente, o planejador foi-se transmutando no seu virtual oponente, o empreendedor. Para o sucesso da empreitada, faz-se necessário construir o consenso entre os agentes do processo. Nessa linha, a cidade-negócio, para ser bem sucedida, terá que se transformar em “coalizão pró-crescimento” (HALL, apud ARANTES, 2000, p. 25), fundamentada no “orgulho cívico” e no “patriotismo de massas” da comunidade (MOLOTCH, apud ARANTES, 2000, p. 25), vertente esta que deságua, no caso específico do patrimônio, na ideologização deste, e, no que tange às intervenções urbanas, em sua constituição como “processos de produção de locais de sucesso” (ARANTES, 2000, p. 22). A autora ainda avisa, peremptoriamente: “todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações locais vigentes, implica em uma transferência de riqueza e chances de vida do público em geral para os grupos rentistas e seus associados” (ARANTES, 2000, p. 28). Tal afirmação, lida à luz dos conceitos de “reinvenção urbana” e “regeneração cultural” e da práxis gerencial urbana, gera questionamentos do tipo: a valorização de uma cidade histórica, via melhoria na gestão e intervenções requalificadoras, é algo a ser considerado apenas como um evento gerador de mais valia e apartação/exclusão? Não seria este aviso rigoroso demais, face à complexidade que reveste a administração urbana? Por outro lado, quais seriam, então, as alternativas possíveis?

Para a autora, todas as ações ligadas à valorização de áreas históricas e/ou deprimidas iniciadas com o prefixo “Re” (revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, requalificação etc.), bem como o próprio planejamento estratégico, nada mais são do que suaves sinônimos (eufemismos?) de gentrificação, possibilitados pelo novo papel desempenhado pelos profissionais de arquitetura e urbanismo (*manager*/intermediário cultural/agente de gentrificação): “rentabilização e patrimônio arquitetônico cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo...” (ARANTES, 2000, p. 31), colocando-se a cultura não só como “a garantia do clima saudável para o desenvolvimento dos negócios”

(ARANTES, 2000, p. 29) como também “a nova *griffe* do mundo *fashion*, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram” (ARANTES, 2000, p. 30). E provoca: “nas cidades globais [a civilidade] certamente causa a melhor das impressões, razão a mais para se replicar o modelo nos enclaves da periferia” (ARANTES, 2000, p. 38).

Após dizer da incorporação da resistência identitária dos lugares da memória e da produção de sentido à engrenagem da “*urban growth machine*” (MOLOTCH, apud ARANTES, 2000, p. 38), a autora parte para a definição da expressão “*cultural turn*”, criada nos ambientes acadêmicos de esquerda da Inglaterra e dos Estados Unidos, cujo *leitmotiv* (“*tudo é cultura*”) tem como uma de suas manifestações mais evidentes a volta à cidade e a revalorização de sua história, no contrapé do fracasso modernista registrado no ano de 1968:

nada mais anti-valor [de troca] do que o “lugar” redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória, porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o habitat ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora... (ARANTES, 2000, p. 44).

Simultaneamente, a convergência da cultura e da economia construindo relevantes centralidades híbridas, no bojo de uma nova forma capitalista, redefinindo os papéis dos agentes e rebaixando a níveis inócuos a política e a ideologia:

o pensamento único nas cidades – em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico, que agrega arquitetos e urbanistas a empresários e banqueiros, que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial e por isso mesmo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno (ARANTES, 2000, p. 67).

Para ilustração do modelo de requalificação urbana examinado, a autora escolheu o de Barcelona, o qual teria sido produzido partindo-se de uma “experiência acumulada de gestão urbana de esquerda, [centrada, ao mesmo tempo] em intervenções pontuais [e no] conjunto da cidade [sem] a intenção de beneficiar uma elite local, criando nichos de alto valor imobiliário” (ARANTES,

2000, p. 52). A simbiose entre cultura e economia de escala é deixada às claras na estratégia de animação cultural da capital da Catalunha: “desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu potencial simbólico, de forma a reconquistar sua inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais” (ARANTES, 2000, p. 53). E continua:

o que se estava a construir era nada mais nada menos do que a imagem prestígio da cidade, voltada sobretudo para o exterior em função da competitividade sistêmica na qual [Barcelona] se lançava – o que a obrigava a satisfazer a qualquer custo as novas exigências do capitalismo de imagens, do desenvolvimento do terciário avançado a uma arquitetura *up to date*...(ARANTES, 2000, p. 55).

As formas de intervenção compreendiam basicamente o projeto urbano e a requalificação e revalorização dos espaços públicos, os quais, somados, pretendiam provocar uma urbanização geral, uma “metástase benigna” (ARANTES, 2000, p. 52). O que conformaria, então, na visão da autora, sinteticamente, a originalidade do modelo de Barcelona? Em suas palavras,

a convergência local entre tradição e ultramodernidade...teoria do lugar e planejamento estratégico, uma fórmula por assim dizer híbrida do urbanismo de segunda e terceira geração, ou ainda de gestão urbana de molde empresarial americano e previdenciário-cultural...europeu, notadamente francês (ARANTES, 2000, p. 55).

O lance original, entretanto, seria a mobilização da opinião pública no sentido de aumentar a auto-estima dos habitantes pela transformação da cidade em símbolo, num autêntico “patriotismo de cidade”, o qual, segundo BORJA (apud ARANTES, 2000, p. 55), seria “uma articulação entre atores públicos e privados para promover estratégias concertadas de desenvolvimento e sua organização para uma atuação conjunta”. Resumindo: a ideologização do patrimônio e a afirmação da identidade político-cultural, com o empenho dos cidadãos.

Finalizando, a autora reconhece a impossibilidade de se reproduzir, com alguma fidelidade, modelos como o de Barcelona em países subdesenvolvidos por motivo dos abismos entre as classes sociais e a falta de organicidade nas sociedades:

não há como imaginar governos de cidades [limitando-se] basicamente a agenciar negócios, muito menos que se sintam à vontade propondo uma corrida competitiva em que é muito óbvio que alguns se dão bem na exata medida em que outros se dão mal (ARANTES, 2000, p. 68).

Também observa que os defensores do modelo de cidade-emprego não se furtam a enxergar os males da globalização, vistos por eles, entretanto, como patologias perfeitamente sanáveis desde que se atinja uma pequena articulação entre poder local, empresas e sociedade civil. Contudo, mais uma vez avisa: “sendo essa a matriz estrutural [modernização sem desenvolvimento e homogeneização social], qualquer política dita ou não compensatória de investimento social, estará sempre a reboque, com ritmo de maturação a contagotas” (ARANTES, 2000, p. 69). Dito isso, seria a tarefa de reabilitação de cidades históricas no Brasil um desafio ou uma tragédia anunciada?

A permanência prolongada do modelo catalão no cenário das possibilidades de gestão das cidades e o seu alastramento em lugares das mais variadas latitudes e culturas deu-se pelo volume e extensão das intervenções realizadas, pela valorização conferida à participação popular nos processos de planejamento, pela relevância dada à (re)qualificação de espaços públicos no âmbito de um projeto urbano flexível e ao lugar central reservado ao patrimônio de Barcelona na operação. Goste-se ou não, a peregrinação de Jordi Borja pelas cidades do mundo diz do impacto e do sucesso da proposta, principalmente por esta considerar, de forma realista, as transformações positivas possíveis no urbano num meio em que a cultura e a política se vêm subjugadas pela economia e no qual a virtualidade do capitalismo imagético reina absoluta, bem como por admitir, mercê de sua flexibilidade, correções de rumo.

No que concerne às cidades históricas brasileiras, o modelo catalão, além de exaustivamente debatido, tem sido adaptado e aplicado, sem, entretanto, ter sido registrado ainda um número substancial de experiências exitosas. A realização mais visível nesse campo foi a edição, pelo IPHAN, da Portaria Nº 299/2004, relativa ao Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSHU, medida infelizmente ainda não efetivada pela autarquia como uma política nacional. Mesmo assim, com todas as dificuldades, algumas administrações

municipais de cidades históricas têm incorporado as diretrizes do PPSHU na elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano, de planos setoriais ou até mesmo de projetos urbanos relacionados a planejamentos estratégicos. Cidades pequenas, médias e grandes procurando recuperar o seu patrimônio em ações compartilhadas, em meio à escassez de recursos financeiros e humanos e à falta de uma cultura de preservação urbana em nosso país.

2.4. Pressupostos de Reabilitação Urbana: O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano

Não haveria, então, uma posição de meio termo entre as justificativas apresentadas pelos defensores dos conceitos de “reinvenção urbana” e “regeneração cultural” e as candentes denúncias dos que desvelam a sombria perspectiva da “cidade-mercadoria”, agora abarcando também os sítios históricos? Como, ao fim e ao cabo, dar conta dessas aporias?

Revelando profundo conhecimento do panorama urbano brasileiro, em especial o apresentado pelas cidades históricas, BRITO, mais ou menos nos moldes de SIMÃO, desenha-o com as seguintes linhas: baixa qualidade de vida urbana; inexistência de sustentabilidade nos processos sociais, econômicos, culturais e institucionais decorrentes das ações urbanas implementadas; inadequados instrumentos de gestão urbana; insuficiência e desarticulação de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento urbano; ineficiência dos serviços urbanos prestados aos cidadãos; crescente agressão ambiental na relação entre os espaços construídos e naturais existentes; e destruição e descaracterização do patrimônio edificado e urbanístico. No horizonte, a luta por “uma política urbana que estabeleça como premissa básica a utilização adequada e equilibrada dos recursos naturais e socialmente justa do território” (BRITO, 2003, p. 01), modelo este que deverá ter como diferencial, de forma específica, a associação do processo de preservação dos sítios históricos urbanos ao desenvolvimento das cidades que os possuem.

No campo internacional, o autor informa sobre o êxito de recentes experiências urbanísticas centradas na preservação de áreas urbanas degradadas de valor histórico-cultural. Quanto ao caso brasileiro, entretanto, após três décadas de tentativas, alerta para a urgência do reconhecimento da “articulação da política cultural às demais políticas setoriais que incidem sobre as cidades [desenvolvimento urbano, meio ambiente, educação, turismo etc.]” (BRITO, 2003, p. 01). Como novidade positiva, aponta o Estatuto da Cidade e a relação dos seus instrumentos com a renovação urbana e informa sobre

a presença cada vez maior de agências de fomento, especialmente de entidades bancárias e de promoção à pesquisa atuando no campo da preservação cultural, [o que sinaliza] o interesse, também, cada vez maior, de diferentes atores por respostas efetivas à preservação desse patrimônio associadas à melhoria da qualidade de vida daqueles que são, em última análise, os seus detentores (BRITO, 2003, p.01).

Como se vê, os segmentos sociais envolvidos são de extração diversa, assim como os seus interesses e participações, o que confere às cidades históricas uma condição mais complexa do que uma mercadoria simplesmente exposta à venda...

Defendendo, como anteriormente VITTE o fez, o binômio “território/cultura” como foco da espacialização das políticas públicas, diz do colapso do modelo tradicional de planejamento e desenvolvimento urbano adotado no país nos últimos quarenta anos, caracterizado pelo “inchaço” das cidades, pelo adensamento e pela avassaladora renovação urbana, o qual ofereceu como resultado a destruição e descaracterização das áreas centrais com valor histórico-cultural agregado. Na sua ótica, o desafio brasileiro consiste precisamente na requalificação e reinserção do patrimônio no contexto urbano a fim de que se torne competitivo, ativo e coeso em relação ao restante da cidade, já que “a política de preservação do patrimônio cultural não pode desconsiderar as demais lógicas que interferem na produção da cidade, no seu desenvolvimento e no seu funcionamento” (BRITO, 2003, p.01).

O autor recomenda que os novos modelos de preservação urbana contenham em seus escopos

uma perspectiva integrada de ação, articulando linhas de atuação conjuntas e eficazes e procedimentos convergentes; a fiscalização dos investimentos e iniciativas públicas e privadas, preferencialmente em sítios históricos urbanos degradados; e a integração físico-espacial dessas áreas urbanas objeto de intervenção ao resto da cidade, reconhecidas em sua diversidade e abordadas segundo esse princípio (BRITO, 2003, p.01).

Aqui, uma visão racional da complexidade da gestão dos sítios históricos e a particular consideração de sua manutenção e reabilitação como uma operação administrativo-financeira em que é necessário fazer escolhas e tomar decisões, como em qualquer processo gerencial. A diferença reside nos objetivos para que a preservação das cidades históricas é direcionada, cabendo ao poder público o atendimento às demandas sociais da reabilitação urbana.

Escudando-se nas conquistas obtidas pelos municípios com a Constituição Federal de 1988 e, à época (2003), em recentes estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Administração – IPEA referentes ao esforço realizado por aquelas instâncias quanto ao investimento de recursos financeiros na preservação do patrimônio cultural, BRITO defende enfaticamente a reabilitação dos sítios históricos como política de preservação urbana, definindo-a como

um conjunto de ações estratégicas de gestão urbana que visa à requalificação das áreas onde atua, mediante intervenções diversas destinadas a valorizar as potencialidades sócio-econômicas e funcionais dessas áreas para melhorar as condições de vida das populações residentes (2003, p. 01),

sem perder de vista, em nenhum momento, a transformação dos sítios históricos em áreas urbanas mais competitivas e atrativas para a realização, de maneira eficaz, das funções urbanas e territoriais que lhes competem. Pela primeira vez, uma posição que sopesa o dado gerencial ao tempo em que considera a importância da prioridade de atendimento, pelas ações de reabilitação urbana, das comunidades tradicionais de proprietários e moradores dos conjuntos tombados. O equilíbrio dessa postura fica claro quando, ao dizer que a reabilitação urbana, ou melhor, a junção da recuperação física, da revitalização funcional urbana e da melhoria da gestão urbana, “também é um problema de

economia urbana e, conseqüentemente, um problema político-social” (BRITO, 2003, p. 01), sugere igualmente que

adotar medidas visando a intervir nos sítios históricos das cidades, em geral áreas centrais degradadas física e socialmente e possuidoras de atividades produtivas em decadência ou de pouca vitalidade, tende a adquirir um papel cada vez mais importante na gestão urbana das cidades e do seu patrimônio cultural, enquanto medidas inerentes à implementação de políticas sociais inclusivas (BRITO, 2003, p. 01).

Em sendo assim, tendo as suas expressões culturais materiais e imateriais valorizadas como a razão de ser do próprio lugar e situadas em local privilegiado da fila de atendimento, as comunidades tradicionais não seriam atingidas pelos malefícios causados pela gentrificação. O modelo de reabilitação urbana proposto pelo autor transforma, assim, o patrimônio em instrumento de promoção social e desenvolvimento sócio-econômico.

Adotando os mesmos princípios de PICCINATO e CERVELLATI (e, por que não dizer, dos planejadores catalães também...) para os projetos urbanos de requalificação, BRITO propõe que estes sejam precedidos por amplos inventários e estudos de reconhecimento das manifestações culturais existentes, bem como incorporem a promoção de empregos, ocupação e renda de forma complementar às demais ações. Baseando-se em modelos europeus, notadamente o espanhol e o francês, o autor identifica três regimes operativos de reabilitação urbana, a saber, o livre (promovido pelo mercado para o mercado), o de iniciativa privada (promovido pelo mercado, porém de caráter social) e o de iniciativa pública (promovido pelo Estado, de interesse público ou de caráter social, destinada a bens próprios e/ou setores populacionais desfavorecidos), sendo este último, na sua visão, aquele que mais atenderia a problemática brasileira.

Reportando-se às situações-padrão dos sítios históricos no país e às preocupações quanto à sua preservação em chave contemporânea, BRITO afirma que, de modo geral, os conjuntos urbanos tombados brasileiros têm que ser contemplados no amplo espectro de uma estratégia de desenvolvimento local e reconhecidos como “instrumentos de desenvolvimento sócio-econômico” (CARTA DE QUITO, OEA, 1967). Os sítios históricos têm sido tratados de forma

isolada no bojo das propostas de desenvolvimento local e carecem de ser integrados à dinâmica desse processo, tanto do ponto de vista físico-territorial quanto do sócio-econômico e do programático. As ações de monitoramento e controle urbano, geralmente assistemáticas, revelam a diferenciação entre as estruturas administrativas locais quanto à sua capacidade de atuação em termos de gestão e proteção do patrimônio, com destaque para a insuficiência técnica, operacional e financeira evidenciada pelo IPHAN em suas superintendências regionais e escritórios técnicos. Reserva algumas palavras para o arcabouço legal preservacionista existente, o qual “deve ser ampliado e integrado entre as diversas instâncias reguladoras, disciplinando a gestão dos sítios históricos urbanos e a sua reabilitação...” (BRITO, 2003, p.01).

Para o autor, um plano viável de preservação de sítios históricos urbanos, auxiliado pelos instrumentos do Estatuto da Cidade, seria o resultado do somatório dos seguintes pressupostos:

requisitos e condições necessárias para atendimento e os critérios para reabilitação preferencial de imóveis para usos diversos; regimes gerais de proteção para reabilitação (benefícios aplicáveis, subsídios, tipo de intervenção pretendida, valor cultural do imóvel, financiamento e incentivos fiscais); os instrumentos de gestão aplicáveis; e os mecanismos de gestão aplicáveis, contemplando-se ainda os procedimentos correspondentes e seu funcionamento e controle administrativo e social (BRITO, 2003, p. 01).

Sinteticamente: a gestão do patrimônio edificado numa perspectiva urbanística e de política pública, controlado social e ambientalmente e revestindo-se das características de uma autêntica operação gerencial levada a efeito pela mobilização de diversos sujeitos. Mesmo em meio a dificuldades de toda natureza, alguns sítios históricos brasileiros, compreendendo a importância da preservação do patrimônio como fator de base para o desenvolvimento local, adotaram por conta própria esse modelo gerencial como método de trabalho, já se verificando algumas realizações de interesse. Os resultados dessas operações urbanas apontam para uma abordagem atual diferenciada dos sítios históricos no país como “instrumento”, para além de “monumento” e “documento” e até mesmo de “empreendimento”, categorias eivadas de rigor acadêmico porém carentes de

elementos de análise que as capacitem a representar as cidades históricas em toda a sua complexa tessitura.

2.5. Experiências de Preservação Urbana no Brasil

A discussão sobre preservação urbana no país restaria inócua se não se expusesse e analisasse algumas experiências concretas relacionadas ao assunto. É o que fazemos em seguida, com a apresentação e avaliação do Projeto Pelourinho (Salvador-BA), do Corredor Cultural do Rio de Janeiro e dos programas federais de preservação urbana (Programa de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, Programa Monumenta e Planos de Ação para as Cidades Históricas – PACH), apresentados de forma cronológica, sequência esta da qual se depreende a evolução dos processos de preservação urbana, derivando do patrimônio abordado como monumento até o seu enfoque como instrumento de promoção social.

2.5.1. Programa de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH

Em nosso país, a questão da preservação do patrimônio urbano é tarefa de desenvolvimento recente. Segundo ZANCHETTI (1995, p. 01),

surge em meados da década de 1970 e pode ser considerado resultado do esforço de atualização empreendido pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em finais da década de 1960. À época, este órgão de proteção buscava se instrumentalizar de forma a definir uma política capaz de fazer frente à problemática de sítios históricos que começavam a ser alvo do avanço urbano industrial.

Neste momento, é instituído pelo Governo Federal, em 1973, o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH. Desenvolvido prioritariamente em algumas capitais e cidades nordestinas, foi incorporado ao IPHAN no final de 1979. As idéias que deram lugar ao PCH muito deveram à atitude do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, que, preocupado com os desdobramentos do poder deletério do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico nas cidades históricas, solicitou apoio técnico da UNESCO para a proteção das cidades

históricas brasileiras. A UNESCO, por sua vez, enviou ao país o Arq. Michel Parent, inspetor dos monumentos históricos franceses, cuja missão em terras brasileiras, conforme aponta HALÉVY (1998, p. 20), “inaugurou uma nova abordagem da preservação das cidades históricas, com uma importância grande dada ao turismo como fator de revitalização”.

Originalmente denominado “Programa de Reconstrução das Cidades Históricas e seu aproveitamento para fins turísticos”, o PCH foi criado em 1973 por iniciativa de João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento do Governo Médici, após visita a Olinda. Segundo o relato de Henrique Oswaldo Andrade, primeiro diretor do programa,

o péssimo estado de conservação da cidade e de seus monumentos, como de resto em todo o Nordeste, a preocupação com o desenvolvimento da região e o relato da situação de penúria do IPHAN, levaram o Ministro a propor a criação do programa que, pelo nome original, [revelava] sua intenção de aplicar recursos na preservação do patrimônio cultural da região com vistas a atrair a atividade turística, gerar empregos e ativar sua economia (ANDRADE, 2010).

Para sua implementação, o Ministro Reis Velloso, com seu colega da Educação Jarbas Passarinho, assinou portaria criando um grupo interministerial de trabalho formado por representantes dos Ministérios do Planejamento, da Educação e Cultura (IPHAN), da Indústria e do Comércio (EMBRATUR) e do Interior (SUDENE). Em maio do mesmo ano, o General Emílio Garrastazu Médici, então Presidente da República, cria o programa, que tem como objetivo principal a restauração de monumentos históricos, condicionada à sua utilização como forma de garantir sua preservação, tendo como fonte de recursos o recém criado Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI. Com vistas à avaliação do desenvolvimento do programa, já no governo do General Ernesto Geisel, foi criado, por decisão dos Ministros Reis Velloso (Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN/PR) e Ney Braga (Ministério da Educação e Cultura - MEC), grupo interministerial de trabalho composto por representantes dos Ministérios do Planejamento, Educação e Cultura (IPHAN) e Indústria e Comércio (EMBRATUR) e o convidado especial, Historiador Luiz Gonzaga Teixeira. Essa equipe teve como meta analisar o

resultado dos trabalhos desenvolvidos com os recursos previstos e propor medidas de aperfeiçoamento e a extensão da área-programa para os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo Henrique Oswaldo Andrade,

o trabalho desse grupo,..., estendeu a área-programa..., visando à restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas, à restauração progressiva de monumentos e conjuntos situados em áreas economicamente debilitadas ou ameaçadas de descaracterização ou destruição pelo crescimento urbano acelerado, por vizinhança industrial ou atividade de mineração, assim como pelo mau uso de um turismo predatório. Recomendou, também, tratar da mesma forma solicitações que visassem ao aproveitamento de monumentos passíveis de imediata integração em roteiros turísticos estabelecidos em função de estudos previamente elaborados (ANDRADE, 2010).

Conforme o entrevistado, a criação de programas especiais, regionais e setoriais constituiu-se no modelo político-administrativo de desenvolvimento sócio-econômico que o Ministro Reis Velloso implantou no governo Geisel. Assim se reporta Henrique Oswaldo Andrade à atuação do Ministro e aos imperativos políticos a que respondia:

ao longo de sua passagem pelo governo, o Ministro Velloso apoiou várias entidades e ações na área de cultura..., à pesquisa e edição das coleções de discos de música popular brasileira..., à pesquisa espeleológica em Minas, à elaboração de planos de desenvolvimento em cidades históricas, à reorganização e fortalecimento do IPHAN e incluiu a preservação do patrimônio cultural brasileiro na lista das ações prioritárias do governo, assim descritas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (ANDRADE, 2010).

A maneira como se pensou a constituição e o desenvolvimento do PCH revela a integração existente entre diversos ministérios com áreas de atuação afins, bem como a “mão forte” da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, vez que todas as ações relacionadas ao programa eram geridas por Comissão Interministerial de Coordenação e Acompanhamento, com sua secretaria executiva implantada na Assessoria Especial do Ministro-Chefe da SEPLAN. Com isso, além da consideração da preservação como uma atividade umbilicalmente ligada ao desenvolvimento sócio-econômico e uma eminente e estratégica ação

governamental, as determinações do PCH emanavam diretamente do “núcleo duro” do governo e não de setores “periféricos” da administração. A Comissão Interministerial engendrou o modelo de gestão do programa de acordo com um padrão de fixação de diretrizes, de decisão participativa e de execução descentralizada, consentâneo ao modelo de planejamento do desenvolvimento do Governo, concebido e liderado pelo Ministro Reis Velloso.

De acordo com esse escopo, quais seriam, portanto, as principais características técnicas, operativas, administrativas e financeiras do PCH? Conforme Henrique Oswaldo Andrade, o *modus-faciendi* do programa estava ancorado em alguns pontos:

cuidar para que as entidades apoiadas e os trabalhos contratados seguissem as recomendações técnicas do IPHAN no campo da restauração; execução descentralizada com Estados, Municípios e IPHAN; participação financeira dos Estados e Municípios (20% do projeto); compromisso de uso e manutenção dos imóveis incluídos no programa; apoio à formação de técnicos especializados envolvidos com o PCH; apoio ao IPHAN na execução da reforma administrativa e organizacional prevista nos atos de aprovação do Programa; e a montagem de um sistema de informações econômicas sobre o resultado do PCH para ser possível negociar os recursos para o programa (ANDRADE, 2010).

As experiências-piloto do PCH começaram no Nordeste, posteriormente sendo ampliadas para os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais em função do resultado alcançado e, logo em seguida, direcionadas a todo o território nacional. As preferências eram definidas pelos Estados, nos seus Programas Estaduais de Restauração e Preservação, cuja execução dependia de repasses de recursos federais e da garantia da contrapartida de 20% e da manutenção do imóvel objeto da restauração. Somente as municipalidades detentoras de órgãos de patrimônio podiam contratar seus projetos no âmbito das diretrizes dos planos urbanos. Por sua vez, o IPHAN atuava como o braço técnico do programa, participando da Comissão de Coordenação e Acompanhamento, bem como complementando e executando o que julgava importante e não havia sido incluído no Programa Estadual. Quanto à relação do PCH com a classe política e as comunidades habitantes dos sítios históricos, afirma o entrevistado:

não chegou a existir caso de negociação com a classe política... As comunidades foram articuladas na ocasião de definições de projetos e programas, especialmente quando voltados para a solução de problemas habitacionais ou envolviam edificações destinadas ao uso da comunidade (mercados, teatros, etc.). No caso de programas que envolviam a oferta de habitação, a premissa era não deslocar as populações de baixa renda que de algum modo residiam no local (Pelourinho, Olinda). No caso do Pelourinho, o governo local desapropriou imóveis, restaurou e alugou para a população de baixa renda que os ocupava. No caso de Olinda, a restauração das casas da área piloto no Amparo, foi realizada dentro de um programa de financiamento para os moradores proprietários, com recursos do BNH. Esses financiamentos eram concedidos com juros prefixados, sem correção monetária para o tomador. A Caixa Econômica Federal chegou a aprovar um programa de financiamento especial para a restauração de edificações habitacionais que atendia diretamente ao proprietário quando morador do imóvel (ANDRADE, 2010).

Segundo ainda Henrique Osvaldo Andrade, o BID chegou a aprovar uma proposta de financiamento para o PCH, voltada ao investimento em áreas urbanas selecionadas. Com a entrada de um novo governo, a equipe do novo Ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, retirou o programa da lista de prioridades e suspendeu os termos do contrato.

Algumas dificuldades se intrepuseram como sérios obstáculos à implementação do PCH. Em seu início, a carência de projetos de restauração dos imóveis, resultante da falta de profissionais dotados de habilitação e experiência no ofício. Essa situação obrigou o programa a desenvolver com universidades cursos de especialização para técnicos dos órgãos estaduais e municipais de patrimônio, nos seguintes moldes:

o trabalho final dos alunos era um anteprojeto de restauração de imóvel incluído no Programa Estadual. O Estado se comprometia a dar condições para o técnico frequentar o curso e concluir o projeto que seria apresentado ao PCH para apoio financeiro. O IPHAN acompanhava o processo e aprovava os projetos a serem restaurados com recursos do PCH. O resultado dessa ação foi o aumento de profissionais especializados e bons projetos de restauração (ANDRADE, 2010).

Mais à frente, a ausência de recursos por parte de Estados e Municípios para fazer frente às respectivas contrapartidas impôs que algumas instâncias estaduais, tais como as Secretarias de Fazenda, Câmaras de Deputados e

Assembléias Legislativas, assumissem a negociação dos recursos necessários. De outra parte, a falta generalizada de mestres de obras especializados em obras civis de restauro e de restauradores de bens móveis. Para capacitação e qualificação destes últimos,

o PCH financiou a implantação do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – CECOR da Universidade Federal de Minas Gerais e viabilizou a formação de pessoal especializado na área. Em paralelo foi montado um projeto para proporcionar a vinda de técnicos especializados do exterior. Essa iniciativa resultou na criação um “programa de cooperação técnica internacional” que, além de viabilizar a vinda de técnicos do exterior de diversas especialidades, também proporcionava a ida de técnicos brasileiros para especialização no estrangeiro (ANDRADE, 2010).

Assim, procurou-se formar técnicos especializados em restauração de bens móveis e imóveis e capacitar grupos de jovens aprendizes a partir do contato com mestres do IPHAN nos canteiros de obras de restauro. Exceto nos casos de especialização para técnicos de nível superior, a geração de emprego se dava nas equipes de obra e na atividade decorrente do uso previsto. Os cursos acadêmicos criados para restauradores de bens móveis e imóveis foram montados e ofertados com a participação das universidades federais, em especial as de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, nesta última existindo até hoje.

Por fim, e mais grave, pois revelador da total falta de experiência ou tradição no assunto no meio nacional, a inexistência de planos urbanos para sítios ou cidades históricas tombadas, o que teria levado o PCH, segundo informações prestadas pelo entrevistado, a incentivar e financiar inúmeras propostas do gênero. Portanto, o programa partiu de prédios isolados e de valor para os Estados, ampliando aos poucos seu foco para áreas urbanas e a execução de planos estaduais de restauração e preservação. Vale dizer que, neste particular, a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana era parte integrante da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do PCH, o que facilitou ao programa valer-se de acordos de cooperação técnico-financeira que a Comissão então mantinha com órgãos internacionais de fomento voltados à formação de pessoal e assessoria técnica.

Qual seria, então, o legado deixado pelo PCH? ANDRADE (2010) revela modestamente que, na contra-mão dos críticos do programa, “a experiência mostrou ser possível montar na área do governo um modelo de gestão para projetos complexos”. Mas é o Prof. Arq. Paulo Ormino T. de Azevedo (apud ANDRADE, 2010), professor emérito da FAUUFBA e membro do Conselho Consultivo do IPHAN, quem dá a palavra final: destacando o descortino do documento “*Política Nacional de Cultura*”, elaborado em 1975 por técnicos do Departamento de Ação Cultural do Ministério da Educação e Cultura e o Conselho Nacional de Cultura, sob a coordenação de Afonso Arinos de Melo Franco, para ele fundamental para a compreensão da época em que o programa foi criado, afirma que [a indicação de Henrique Oswald Andrade]

sobre os Programas Integrados da SEPLAN, no qual o PCH se encaixava, e o enfoque na recuperação dos monumentos como recurso turístico para o desenvolvimento regional dado, provavelmente, [pelo Prof.] Ailton [Carvalho], durante a visita do Ministro Reis Velloso a Olinda, esclarece uma série de questões. Esta nova maneira de ver o patrimônio, não como um fardo, senão como uma alavanca de desenvolvimento, deve ter sido influenciada também pela divulgação do relatório da Missão de Michel Parent, em 1968, e a as Normas de Quito,..., da qual [Renato] Soeiro foi um dos redatores e signatários (AZEVEDO, apud ANDRADE, 2010).

Entretanto, como sói acontecer em qualquer debate, há que conhecer as diversas opiniões sobre o mesmo assunto. Nessa linha, assim se refere FONSECA (1997, p. 161) ao PCH:

tinha como objetivo criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste...A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo desta instituição a referência conceitual e técnica. Propiciou, por outro lado, a criação, durante as décadas de 70 e 80, de órgãos locais de patrimônio e a elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização.

Outros autores apontam diversos fatores que teriam contribuído para a extinção do PCH (1983), dos quais, principalmente, a falta de sustentabilidade econômico-financeira dos projetos escolhidos, vez que “dentre os 22 projetos concluídos até

1976, apenas seis eram capazes de gerar os recursos para a sua própria conservação” (SANT’ANNA, apud HALÉVY, 1998, p. 21), bem como a ausência de uma análise apurada do sítio histórico urbano: em muitos casos, a direção do programa teria feito uso de

critérios políticos de distribuição de recursos e os planos diretores que promoveu de nada serviram para a preservação das cidades. Passaram do arquitetônico fachadista para o urbanismo macro, abstrato e tecnocrático [...] sem se ater às formas que caracterizam a cidade (MOTTA, apud HALÉVY, 1998, p. 21).

De outra parte, clamava-se por uma mais generosa e inclusiva consideração do patrimônio cultural brasileiro, ao mesmo tempo em que se exigia a criação de uma estrutura operativa mais eficiente para dar conta das tarefas preservacionistas oficiais. Nas palavras de FONSECA (1997, p. 152),

para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular.

Mesmo com todos os problemas de origem e um histórico de poucas realizações, marcado ainda pelo clientelismo e o dirigismo político, o PCH teve como méritos expor o complexo problema da preservação urbana num momento em que o país conhecia taxas de crescimento elevadas, cujo rebatimento nas cidades era, no dizer de Jorge Hardoy, a “metropolização descapitalizada”, com seus arrasadores símbolos de progresso e desenvolvimento. Nos últimos anos, o PCH vem tendo suas idéias reabilitadas a partir de análises realizadas em diversos fóruns e seminários³¹. De acordo com a atual administração do IPHAN,

ao longo destes mais de 70 anos, o IPHAN realizou, articulou e promoveu inúmeras ações...Entre elas, cabe destacar o Programa de Cidades Históricas...Desenvolvido entre 1973 e 1983, buscava integrar a riqueza patrimonial às políticas de desenvolvimento econômico e regional, com ênfase no turismo. A profunda crise

³¹ Tais como o recentemente desenvolvido pelo IPHAN em Ouro Preto (dezembro de 2009) denominado “Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania” para apresentação do programa “Planos de Ação para as Cidades Históricas – PACH”.

financeira que se abateu sobre o país na década de 1980, impediu a continuidade do programa, que só foi retomado em 1999 com a implantação do Programa Monumenta (IPHAN, 2009, p. 05).

2.5.2. Corredor Cultural do Rio de Janeiro

Poucas experiências exitosas registram-se no campo da preservação urbana no Brasil. Dentre elas, destaca-se o programa Corredor Cultural do Rio de Janeiro, desenvolvido a partir de 1979 pela Prefeitura Municipal daquela cidade. Naquele período, a crise econômica e a estabilização do crescimento da população urbana, no início do processo de redemocratização do país, fez com que a especulação imobiliária reduzisse o seu ritmo até então avassalador em determinadas áreas da capital carioca, como a Av. Rio Branco, no Centro, na qual se verificava, em menos de um século, a substituição, por três vezes seguidas, das edificações originais (LIMA, 2007, p.81).

A Lei Nº 506/1984 (Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro), mais conhecida como Lei do Corredor Cultural, depois revista e ampliada pela Lei Nº 1.139, de 16 de dezembro de 1987, segundo LIMA (2007, p.82), é fruto de alguns fatores, a saber, “iniciativa e vontade política da prefeitura; sinergia de atores sociais; forte exposição na mídia; isenção de IPTU, que é muito elevado na área central”. Este último foi, talvez, o determinante para o sucesso do programa, vez que, em outras áreas da cidade, de semelhante interesse histórico e cultural mas desvalorizadas e/ou decadentes, seu IPTU reduzido não se mostrou atrativo o suficiente para a recuperação dos imóveis.

À época, o Centro do Rio caracterizava-se arquitetônica e urbanisticamente da seguinte forma:

fragmentação do espaço urbano; uma verdadeira colagem de prédios de várias décadas diferentes; alturas e tipologias diferenciadas; grande concentração de bens tombados pelo IPHAN, em especial igrejas dos períodos barroco e neoclássico, bem como várias obras do Movimento Moderno (LIMA, 2007, p.82).

Em termos de ocupação, a área era utilizada por uma população de cerca de dois milhões de pessoas das mais diferentes classes sociais, atraídas por uma miscelânea de usos. Inicialmente concentrado em antigas áreas comerciais do Centro do Rio no começo da década de 1980, o Projeto Corredor Cultural - PCC teve para PINHEIRO (apud LIMA, 2007, p.82) quatro fases distintas, quais sejam,

implantação (delimitação, criação do quadro legal e institucional), consolidação (materialização, aprofundamento, recuperação e conservação), estruturação (incorporação dos espaços públicos e das melhorias incrementais) e integração (adesão de outros atores e outros processos).

O PCC focou suas ações na realização de inventários das edificações de valor histórico e artístico; na compreensão, ao nível do pormenor, dos conjuntos edificados; na montagem de uma capacitada estrutura técnico-operativa para desenvolvimento de projetos (Grupo Executivo); na consideração da importância do apoio e da participação das comunidades proprietária, moradora e usuária dos setores urbanos abrangidos pelo programa (residencial, comercial e de serviços); na organização de um sistema de comunicação rápido e eficiente com o público; e na criação de um plano de incentivos fiscais voltados ao estímulo e benefício dos proprietários que quisessem participar do programa, baseado na redução ou na isenção de impostos municipais. A questão do uso social foi aqui tida como fundamental não só para a manutenção do conjunto (edificações ecléticas do final do século XIX e do início do século XX) como também para a permanência da atmosfera cultural local, em que a presença dos comerciantes e de suas atividades era fundamental para o sucesso da empreitada. Algumas ações foram centrais no programa: a proibição de alguns usos, tais como a construção de vagas de estacionamento em prédios tombados; a manutenção das salas de espetáculos; a padronização dos engenhos de propaganda nas fachadas dos imóveis; e a produção de esquemas cromáticos para tratamento dos “panos da rua” das edificações. Partindo de projetos arquitetônicos, logo o PCC ganhou o espaço urbano:

para estimular as obras de recuperação das fachadas, o poder público municipal investiu maciçamente nas obras de requalificação urbana, reurbanizando ruas, largos e praças e investindo na iluminação dos edifícios mais significativos. Os locais escolhidos primeiramente foram as imediações da Praça XV

de Novembro, a Cinelândia, o Largo da Carioca, o Largo da Lapa e o trecho que se estende desde a Rua Uruguaiana até a Praça Tiradentes. As etapas seguintes foram progressivamente atingindo toda a área central, mesmo nos trechos não preservados...[O] programa de obras...chegou, entre 1993 e 1996, a atingir valores próximos a U\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) (LIMA, 2007, p.83).

Arrimando-se em ARGAN (1993, p.89), mais precisamente na continuidade de atribuição de valor a um bairro histórico pelo fato deste ainda exercer uma função, “mesmo que não seja mais sua função original e que seu valor não represente mais do que um valor estético e de testemunho da história”, LIMA aponta como uma das principais conseqüências positivas do PCC a criação das Áreas de Proteção do Ambiente Construído – APACS, à moda dos *secteurs sauvegardés* franceses, implementadas não especificamente no centro histórico³², com privilégio da reabilitação do espaço urbano público:

as Áreas de Proteção do Ambiente Construído - APACs, tais como definidas no Plano Diretor de 1992, visam à melhoria das condições de habitabilidade nas áreas de intervenção, preservando a morfologia e o valor cultural das edificações, buscando dinamizar a vida econômica social e cultural através dos valores do próprio bairro. Esta política urbana evita a desertificação das áreas degradadas que acabam por apresentar riscos de marginalidade, mantendo nos bairros antigos a população jovem e as famílias que se formam, fornecendo-lhes meios de trabalho e suporte sócio-econômico, eliminam-se os fluxos pendulares e a proliferação de habitações-dormitórios na periferia, fato que agrava também as questões do transporte (LIMA, 2007, p.85).

Ainda ao ver desta autora (2007, p. 87),

decorridos quatorze anos do início dos trabalhos, já se podem notar novas edificações perfeitamente harmonizadas com a paisagem edificada. Ao mesmo tempo quase todos os imóveis preservados passaram por um processo de reabilitação, conferindo-lhe o conforto necessário.

Em complementação, os vazios urbanos e os terrenos com imóveis passíveis de demolição recebem habitações de interesse social, bem como se desenvolvem novas experiências arquitetônicas, com o binômio patrimônio cultural/habitação à frente.

³² O programa se estendeu a outros bairros antigos do Rio, tais como Santa Tereza, Estácio, Saúde e Cruz Vermelha.

Mesmo com todos esses méritos, há ainda diversos desafios a enfrentar e vencer, causados principalmente pela visão negativa que a maioria dos habitantes das cidades brasileiras ainda têm das áreas centrais destas:

a preservação dos imóveis nas áreas delimitadas como Corredor Cultural já está sedimentada. Entretanto, os habitantes precisam apropriar-se desta extensa área infra-estruturada para habitá-la em seus espaços ainda vazios. Não bastam os projetos de revitalização que privilegiem apenas o comércio e a indústria cultural. Para que o centro histórico deixe de ser um belo presépio iluminado das 21 às 7 horas da manhã, é necessário um programa de ocupação habitacional das áreas a reabilitar. Ao lado de poucos palacetes, ainda existe um casario com características ecléticas, morfologicamente harmoniosas. Transformações de uso que permitam abrigar aqueles que precisam ou gostam de habitar próximo aos locais de trabalho, ou ainda aqueles que já habitam os sobrados arruinados, devem ser a preocupação dos urbanistas das cidades latino-americanas cujas áreas centrais estejam degradadas (LIMA, 2007, p.90).

Por fim, para SANTOS (1985, p.63), o Corredor Cultural do Rio de Janeiro seria um excelente exemplo de preservação ambiental, o qual, daí à frente, faria com que os urbanistas tivessem que “levar em consideração os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de se pensar no que se deseja para o futuro”.

2.5.3. Projeto Pelourinho

Promovida pelo Governo do Estado da Bahia (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, órgão responsável pelas políticas de preservação, e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, órgão metropolitano, a Operação Pelourinho foi lançada no segundo semestre de 1992 e abrangeu 17 quadras e 356 imóveis ao custo de 25 milhões de dólares em quatro etapas de obra. Tendo como essência a recuperação total do degradado conjunto urbano do Pelourinho, formado por imóveis construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX e pertencentes a comerciantes portugueses e espanhóis (posteriormente ocupados por segmentos sociais empobrecidos da cidade), e como objetivo a sua transformação em um centro cultural e turístico, a operação,

nas palavras de FERNANDES E GOMES (1995, p.46), teve como fundamentação “a lógica imobiliária, a lógica urbana e a lógica social, combinadas numa lógica de gestão que pode ser qualificada, até o momento, de centralizada e excludente”.

Se nos anos de 1960 a área foi alvo de uma política de desmonte e esvaziamento das atividades relevantes lá existentes, com perda dos símbolos de poder privados e públicos, na década de 1980, parte da comunidade do bairro empreendeu uma contra-ofensiva de descriminalização e realce da área, com ações voltadas à promoção social e conjugando interesses de segmentos populacionais diversos (moradores, proprietários, usuários etc.) visando a uma maior freqüência do lugar e, por conseguinte, a sua transformação em importante referência na cultura urbana de Salvador. Com isso, o Pelourinho passou a ser visto como o principal reduto da identidade negra soteropolitana, com a afirmação pública das fortes raízes africanas em presença e a articulação entre “a defesa cultural e a produção para o mercado” (FERNANDES E GOMES, 1995, p.47), com ênfase para as manifestações da música popular, numa clara interação das questões étnicas com o circuito da indústria cultural.

Para FERNANDES E GOMES (1995, p.50), a tarefa de “domesticação” e “regeneração” do Pelourinho deu-se meticulosamente através da conjunção de uma série de ações: a eleição havida em 1994, que reconduziu ao Governo do Estado da Bahia o mesmo grupo político que implementou o projeto, o que garantiu a continuidade do processo; a operação “generalizada no espaço e concentrada no tempo”; a atuação do IPAC como instância reguladora da destinação de uso dos imóveis e dos preços praticados no mercado de locação; e a oferta de subsídios à localização por parte do Estado aos empresários. Com a violenta e radical implementação dessa operação, alterou-se de vez o panorama: segundo FERNANDES E GOMES (1995, p.48), 91% dos imóveis foram destinados ao uso comercial e de serviços³³, números esses que revelam a aposta do empreendimento no monofuncionalismo, na expulsão dos moradores tradicionais e na gentrificação, com o sacrifício da história do lugar em prol do aproveitamento “turistificado” do conjunto. Para estes autores,

³³ 25%, comércio de roupas e objetos; 18%, instituições e escritórios; 17%, lazer e animação; 15%, artes e ofícios; 7%, lanches e afins; 5%, serviços diversos; 4%, hotéis, pousadas e albergues.

a restrição acentuada ao uso habitacional constituía,..., parte essencial da proposta então desenvolvida, na medida em que ela permitia expulsar, sem maiores delongas, grande parte da população que ainda habitava o Pelourinho, em condições, no mínimo precárias (1995, p.48).

Se o modelo de gestão adotado evidenciou uma considerável capacidade de realização, com forte aparato nacional e internacional de mídia, mostrou também uma “grande incapacidade de negociação no campo social” (FERNANDES E GOMES, 1995, p.49), constatada na irrelevância com que o IPAC, do alto de sua gestão centralizadora, tratou os fóruns organizados para a discussão do projeto e a tramitação da operação nas instâncias federal e municipal. Como resultado da empreitada, a grande quantidade de candidatos (em sua maioria, empresários) aos espaços oferecidos, cuja modalidade de exploração econômica era agora definida pelo IPAC e a predominância da ocupação da área por atividades de comércio e serviços dirigidas preferencialmente a visitantes e turistas (bares e restaurantes, galerias de arte, lojas de *souvenirs*, ateliês de artistas etc.). Numa palavra: o mais intenso processo de gentrificação urbana e de sítio histórico tomado como empreendimento levado a cabo no Brasil e talvez, por esta razão, o mais paradigmático, pela grande quantidade de “filhotes” que gerou em todo o país.

Os números de sucesso³⁴ não foram suficientes para sufocar uma certa sensação de revolta: enquanto se constatava um movimento favorável à operação, produzido pelos desdobramentos econômico-financeiros desta, um outro, denunciador da reversão do uso social da área, mostrava-se francamente contrário à transformação do Pelourinho em um distrito destinado unicamente ao lazer e ao turismo, um *shopping* temático a céu aberto (FERNANDES E GOMES, 1995, p.49), o que ainda hoje se presencia. De qualquer forma,

a realidade da experiência, muito mais que qualquer elaboração teórica, ultrapassou uma concepção estática e limitada de patrimônio, impondo que ele seja trabalhado em sintonia fina com a dinâmica urbana em geral e com aquela que se pretende implementar (FERNANDES E GOMES, 1995, p.51).

³⁴ 84% da população de Salvador aprovou a reforma efetuada enquanto esta incentivou 83% dos atuais frequentadores.

Mesmo assim, as obras de restauro executadas sem critérios consistentes; o impedimento de expressões arquitetônicas contemporâneas; os conflitos entre os novos donos da área e os usuários mais pobres; e, em última análise, a negação da cultura negra são, para estes autores, questões que terão que ser superadas para que se construam novas perspectivas para o Pelourinho.

2.5.4. Programa Monumenta

2.5.4.1. Conceituação e Programa de Trabalho

Financiado pelo BID e apoiado tecnicamente pela UNESCO, o Programa Monumenta foi instituído pelo MinC no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Em tempos de acalorado debate sobre temas como mundialização e neoliberalismo político-econômico, não poderia ser outro o conceito que animou a criação do programa:

se desejarmos construir um país capaz de extrair da globalização suas maiores recompensas, devemos democratizar a imagem do nosso patrimônio cultural, fazê-lo aberto e plural e próximo à realidade da nossa estrutura e das raízes nacionais e ao perfil desenvolvimentista de nossa economia (WEFFORT, 2001, p. 40).

Nessa formulação, o modelo preservacionista brasileiro (o próprio patrimônio e o órgão federal responsável por sua preservação) era considerado um legado anacrônico do governo varguista e, como tal, carecia de profunda atualização face ao novo quadro político e econômico nacional e internacional. Segundo as palavras de um dos ideólogos de primeira hora do programa,

até recentemente, a política oficial de preservação,...contribuiu para distanciar o patrimônio do povo, que pôde apenas, de forma muito tênue, identificar-se com os problemas da oligarquia rural: a cultura dos brancos, portugueses e católicos...de outra parte, a legislação patrimonial gerada durante o período varguista caracterizou-se pela centralização e pelo paternalismo. Ao governo federal foi reservada a responsabilidade final pela conservação do acervo histórico (TADDEI, 2001, p. 43 e 44).

Para seus autores, além dos entraves apontados acima, as ações do governo federal no tocante à preservação urbana fracassaram por uma série de

outros motivos: os recursos limitados dos proprietários de imóveis antigos, habitantes de cidades pobres e desassistidas; a redução da rotina de manutenção desses imóveis; a decorrente deterioração do parque imobiliário histórico; a requisição de custosos serviços de restauro e conservação, onerando os cofres públicos e aumentando a carga orçamentária; e a limitação da elaboração de inventários e a diminuição do número de bens protegidos, face às restrições no orçamento experimentadas pelo governo federal desde a década de 1970. Para TADDEI (2001, p. 45), com a adoção de novas políticas culturais na década de 1990, o panorama do patrimônio cultural brasileiro estaria mudando: “o ponto de inflexão ocorreu quando os parceiros do setor privado envolveram-se nesse domínio, atraídos por uma lei federal que recompensa programas de incentivo baseados em taxas”. Segundo o mesmo autor,

esse novo mecanismo diminuirá a pressão sobre os recursos do governo federal. Ele permitirá ao governo organizar suas fontes de financiamento de forma mais flexível, tanto para extensão do marco regulatório e legal relacionado à proteção da propriedade cultural quanto pela ampliação do número de bens tombados sob sua responsabilidade...os aluguéis provenientes dos edifícios restaurados com fundos do programa são coletados para compor um fundo municipal, específico para financiar trabalhos de restauração. Esses recursos serão reaplicados em novas áreas agendadas para restauração (TADDEI, 2001, p. 45).

Essas afirmações geram questionamentos: Como fazer a iniciativa privada de cidades pobres, como a maioria das históricas, colocadas à margem do desenvolvimento, investir em sua recuperação? Como transferir à iniciativa privada uma atribuição que é própria e intransferível do governo federal, qual seja, a de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional? Diminuir a pressão sobre os recursos do governo federal e distender o marco regulatório e legal ligado à proteção do patrimônio cultural teriam sido meras figuras retóricas ou, na verdade, significariam, na verdade, a redução do orçamento governamental relacionado à preservação do patrimônio cultural e a eliminação do Decreto Nº 25/37 e do próprio IPHAN?

Arthur Darling, economista do BID, traça as diretrizes de ação do Programa Monumenta em seu início, a partir de algumas constatações pessoais: a maior parte do patrimônio construído brasileiro encontra-se em áreas urbanas e

em mãos de proprietários privados; o gerenciamento do acervo tombado é devido ao IPHAN; as intervenções nos bens tombados são antes analisadas e aprovadas pelo órgão federal, registrando-se o emperramento do processo pela grande quantidade de entraves burocráticos; inexistência de normas de preservação; pareceres arbitrários e morosos, gerando intervenções irregulares e danosas aos monumentos. As premissas do programa são consubstanciadas no seguinte objetivo:

desenvolver uma estratégia de conservação sustentável dirigida aos bens imóveis tombados pelo IPHAN através do estabelecimento de prioridades, do incentivo ao fortalecimento institucional das municipalidades e do estímulo ao setor privado para a preservação do patrimônio, mediante a conscientização do público quanto à sua importância e manutenção (DARLING, 2001, p. 195).

Quanto à priorização do atendimento dos sítios históricos pelo Monumenta, conforme o autor, inicialmente dever-se-ia levantar e avaliar os principais problemas que contribuem para a perda do patrimônio edificado protegido no âmbito federal. Com base nesse cenário, seria realizada a seleção dos sítios históricos tidos como prioritários para abordagem por parte do programa, considerando-se ainda a relevância histórico-arquitetônica de cada um, a maior ou menor capacidade de atração de apoios e parceiros e a maior suscetibilidade a usos econômicos, culturais e sociais. Especificamente com relação aos municípios, caberia a estes desenvolver

projetos de preservação integrada, os quais são...revitalizadores da economia local de forma a que se constituam como âncoras de sustentabilidade para os sítios históricos. Isso dá a oportunidade ao município do mesmo se considerar “dono” do projeto. Os projetos de preservação integrada incluem a restauração do patrimônio tombado, reparo e ampliação da infra-estrutura urbana, criação de acessos viários, melhorias no espaço público..., criação de estacionamentos, iluminação pública e segurança (DARLING, 2001, p. 196)

Cumprido dizer que, no seu começo, o Programa Monumenta foi conceituado como instância autônoma e externa ao IPHAN, atuando crítica e propositivamente quanto à atuação deste órgão, e aliada a outros parceiros para a consecução dos seus objetivos. Nesse escopo, ao instituto caberia apenas a

resolução dos problemas técnicos da preservação e o duro cotidiano da fiscalização, com sua ação restringida aos poucos recursos disponibilizados pelo MinC. Para a operação do programa, seria necessário constituir um fundo de preservação, mantido em uma instituição financeira por um período de 20 anos, prazo correspondente à duração do empréstimo concedido pelo BID. A definição da área para desenvolvimento do programa era considerada como central para o emprego do dinheiro do fundo e o êxito do empreendimento:

a utilização de recursos do fundo de preservação ocorrerá somente na conservação de monumentos públicos tombados, prioritariamente aqueles inseridos na área definida para implementação do programa, geralmente um setor do sítio histórico...Como terceira prioridade, o programa abrange também imóveis tombados nos âmbitos municipal e estadual, desde que estejam incluídos nas áreas do projeto. Se sobraem recursos, deverão ser empregados com a mesma finalidade na área de influência vizinha à área do projeto (DARLING, 2001, p. 198).

Ao setor privado é conferida uma missão especial:

a chave para a sustentabilidade de áreas urbanas de valor histórico-cultural é estimular a atividade econômica de forma a que as pessoas tenham interesse econômico em preservar a área. Nesse processo, a participação do setor privado é crítica (DARLING, 2001, p. 199).

Para estimular a participação deste segmento produtivo entendeu-se necessário definir precisa e rigorosamente os usos permitidos e as adaptações passíveis de serem suportadas pelos imóveis protegidos. Essa consideração segue acompanhada de uma estocada no órgão federal de patrimônio:

no Brasil, não existem tais regras nem tampouco diretrizes para manter tipos diferentes de edifícios históricos e conservar suas características. Em vez disso, os técnicos do patrimônio – os quais enxergam o seu papel apenas em termos de proteção, numa abordagem conservadora do patrimônio – consideram cada caso como um caso isolado. O resultado é um lento e imprevisível processo freqüentemente considerado arbitrário, que desencoraja investidores potenciais (DARLING, 2001, p. 199).

Àquela altura, os problemas com os parceiros de ocasião já eram vislumbrados, entretanto sem a profundidade de análise necessária, o que levou o programa, em sua etapa posterior, a uma revisão completa de estratégia,

estrutura técnico-administrativa e metas. Detectou-se que, no âmbito municipal, não havia uma garantia de manutenção permanente do acervo; os municípios contemplados com o programa apresentavam baixas taxas de arrecadação; haveria a possibilidade da existência de conflitos entre as câmaras e as prefeituras na instituição do fundo de preservação; e inexistia a garantia quanto ao cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo programa por parte das prefeituras municipais e, na mesma linha, quanto a ações não cobertas pelo fundo e de responsabilidade dos municípios. Não se constatou, entretanto, a falta de preparo técnico-administrativo e o desinteresse das prefeituras quanto ao programa, pontos, dentre outros que, no futuro, pesaram fortemente na reformulação da proposta. Na mesma linha, com relação à participação do setor privado, poder-se-ia argumentar que, no mais das vezes, o patrimônio nas cidades históricas brasileiras é preservado não pelo altruísmo, benemerência ou abnegação de sua população, mas sim pela pobreza e pela perda de vitalidade econômica, o que não encoraja a realização de intervenções nas edificações tombadas. Contudo, todos esses aportes prepararam uma nova transformação conceitual do sítio histórico no ambiente cultural brasileiro: a emergência do modelo da cidade histórica como “instrumento”, em que as características das anteriores formulações (“cidade-monumento” e “cidade-documento”) se somam ao exercício da cidadania e à elevação do padrão da qualidade de vida das populações, sem que se renuncie ao cotidiano da economia, da gestão e do mercado: “o Programa Monumenta está financiando a preparação das normas e diretrizes de ação necessárias e tentando incorporar a noção de que o patrimônio é um recurso econômico” (DARLING, 2001, p. 199). Na mesma direção apontam as palavras de ARANTES (2006, p. 57):

pensar o patrimônio enquanto recurso não é necessariamente vinculá-lo ao mundo da especulação e dos grandes negócios. É certo que mega-empreendimentos imobiliários urbanísticos e turísticos valem-se dessa tendência e a estimulam; mas é também verdade que programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e de valorização da cidadania nutrem-se e buscam eficácia no fortalecimento do que a população pode fazer, com os recursos de que dispõe e que tradicionalmente acumulou, nos lugares onde vive e em seu próprio modo de vida...Nesse sentido, o patrimônio urbano mostra-se bom para o desenvolvimento sustentável e para a civilidade.

A carteira de investimentos para a realização do programa previa, em seu início, a elaboração de diretrizes para orientar a utilização dos edifícios por parte dos investidores privados; a execução de melhorias urbanas; a oferta de incentivos financeiros aos proprietários de imóveis constantes dos sítios históricos para a efetuação de serviços de restauro e conservação predial associadas a baixas taxas de juros; a determinação da preferência, na adaptação dos imóveis restaurados, a atividades comerciais e turísticas; e o estímulo à instalação nos sítios históricos e à participação na gestão do fundo de instituições de cunho cultural.

Por fim, DARLING (2001, p. 201) conclui que os países da América Latina não dão conta, com seus próprios recursos, do pesado fardo da preservação urbana. A solução para o problema, em sua ótica, seria priorizar, em termos de ação, aqueles sítios mais importantes; definir normas mais generosas de uso e adaptação dos imóveis; reduzir a margem de riscos dos parceiros potenciais; estabelecer parcerias firmes com as municipalidades, o setor privado, proprietários, moradores e outros grupos de interesse; e criar linhas de incentivo dirigidas à contratação de propostas, à manutenção dos conjuntos tombados e às atividades privadas.

2.5.4.2. Definição da Lista de Prioridades

Para dar início aos trabalhos do programa de maneira fundamentada, além da arregimentação de uma equipe técnica, foi também contratada uma comissão de especialistas para a elaboração de uma Lista de Prioridades de Conservação. De maneira a que fosse atingido o fortalecimento institucional do MinC, o programa definiu como essencial o estabelecimento de um sistema de priorização de suas atividades. Para tanto, foram fixados os seguintes objetivos:

- a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a

implementação de prioridades de conservação (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 06).

Como tal, ficam claras as preocupações do programa com os principais problemas enfrentados pela preservação urbana no Brasil: o desconhecimento ou o pouco caso demonstrado pelas comunidades quanto ao seu patrimônio; a falta de critérios precisos para a realização das intervenções necessárias, destituídos de arbitrariedade e burocracia; e o baixo nível da gestão do acervo edificado, dissociada da gestão urbana como um todo.

No primeiro ano do programa, o Monumenta elaborou a lista de áreas de projeto prioritárias. O rol de prioridades do programa, mais restrito, foi composto pelos sítios e conjuntos classificados nos 20 primeiros lugares. A seleção das áreas a serem analisadas deu-se a partir da identificação de dois grupos, a saber, os sítios históricos urbanos nacionais - SHUNs, correspondentes aos sítios históricos urbanos tombados no âmbito federal, e os conjuntos urbanos de monumentos nacionais – CUMNs, estes tombados isoladamente, situados em área urbana e guardando relação de proximidade entre si. Esta categoria foi definida pela associação das seguintes condições e características:

presença de, no mínimo, 02 (dois) monumentos tombados em nível federal; presença de fatores que contribuam para a configuração do conjunto urbano, tais como: inserção em estrutura urbana de interesse de preservação, a ocorrência de elementos urbanísticos catalisadores ou articuladores, assim como a existência de unidade histórica e morfológica do tecido urbano; e inserção em sítio protegido pelos níveis estadual ou municipal ou onde se registre a presença de monumentos protegidos nesses níveis (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 17).

Os conceitos que não só estruturaram a ação do programa como também foram fundamentais para a seleção das áreas e cidades, bem como à definição do que nelas fazer, foram produzidos no bojo de um estudo cuja elaboração foi confiada a uma equipe de historiadores e pesquisadores³⁵, os quais partiram da apropriação do termo “História” como uma “ciência que procura

³⁵ O grupo de trabalho era composto pelos professores Dr. István Jancsó (coordenador), Dr. Norberto Luiz Guarinello e Dr. Pedro Puntoni, do Departamento de História da USP, e pelos pesquisadores João Paulo Garrido Pimenta, Maria Luiza Ferreira de Oliveira e Fábio Joly.

as ações realizadas pelos homens” (Heródoto) ou uma “ciência dos homens no tempo” (M. Bloch). Para definir a essência dos sítios históricos urbanos nacionais e os conjuntos urbanos de monumentos nacionais, fez-se emprego do artigo primeiro do Decreto Nº 25/37, questionando-se a expressão “vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil”:

estes lugares da memória devem ser avaliados no sentido de os valorarmos do ponto de vista de sua representatividade ou de sua vinculação ao processo histórico de formação da nacionalidade...Em outras palavras, qual a narrativa que deve fundamentar tal valoração? O que é a História do Brasil? (JANCSÓ, 2000, p. 01)

Foram utilizadas categorias de pensamento situadas para além dos valores físicos e estéticos das áreas e monumentos, remetendo fortemente ao conceito de “cidade-documento”. Nessa linha, o compromisso da equipe de consultores com os ditames da Nova História e a negação do Estado-Nação, ferramentas para a definição e valorização de um novo formato patrimonial e a seleção dos sítios históricos urbanos a serem contemplados, é mais do que claro:

abandonando a perspectiva teleológica da justificação do estado nacional, a moderna historiografia preocupa-se em desviar-se dos anacronismos e acentuar a diversidade e a complexidade das possibilidades inscritas no processo histórico...neste sentido, as narrativas se tornam hoje complexas, complementares e divergentes. Articulam-se às problemáticas presentes, assumidas pelos historiadores, propostas pela vontade coletiva de inscrição em uma memória, na busca de uma ancestralidade. Procura-se entender os desajustes cronológicos entre as séries factuais, assim como os diversos ritmos correspondentes às diversas dimensões estruturais da vida social. As dinâmicas peculiares da economia, da cultura, da religião, dos hábitos, correlacionam-se de forma a sugerir recortes temporais também peculiares (JANCSÓ, 2000, p. 02).

Em suma: naquele momento, entendia-se necessário avançar na consideração do patrimônio urbano para além dos marcos até então estabelecidos pelo IPHAN. Lugares e expressões que ainda não haviam sido devidamente incorporados ao chamado patrimônio histórico e artístico nacional, talvez por não terem sido produzidos no período colonial e por refletirem a rica diversidade da cultura nacional, eram agora objeto de análise e valorização. Destacando os múltiplos segmentos sócio-culturais pertencentes à sociedade

brasileira, JANCSÓ (2000, p. 02) define o problema que se apresenta aos consultores, no que tange à justificativa da escolha dos sítios históricos urbanos:

a narrativa da história nacional é ela em si um problema para os historiadores. Outras narrativas, complementares ou antagônicas, compõem um conjunto não discreto, ou interrelacionado, que respondem (ou não mais respondem) a posições e interesses diversificados que se acham presentes em nossa sociedade complexa...no âmbito da vida social local, esferas de preservação de uma memória de grupo lutam diante da maquinaria homogeneizadora da indústria cultural triunfante. No quadro atual, estas narrativas podem se entrecruzar, se chocar ou até mesmo se fortalecer.

De maneira a que se produzisse uma metodologia de avaliação e recorte fundamentada em variáveis ponderáveis e numa perspectiva democrática e plural, abordando adequadamente a complexidade e múltipla dimensão da história e da memória coletiva da sociedade brasileira, a equipe de consultores estabeleceu critérios de representatividade histórica e cultural para a montagem de um *ranking* com cem sítios históricos previamente escolhidos, com as seguintes premissas:

- O entendimento do patrimônio cultural como recurso cultural específico, em termos de sua apropriação e de produção, podendo e devendo gerar renda, abandonando-se a visão puramente ligada à propriedade e à imobilização no tempo e no espaço;
- A aceitação de que os múltiplos sentidos do patrimônio são socialmente construídos, constituindo-se este como “produção de memória, modo de conferir inteligibilidade ao presente e identidade aos seus possuidores ou consumidores” (JANCSÓ, 2000, p. 03);
- A constatação de que a preservação do patrimônio, como produção de sentido, é um ato político, correspondendo à construção de uma visão do passado, requerendo, pois, a tomada de posição;
- A valorização da diversidade e da complexidade da realidade social brasileira, evitando-se visões generalizantes ou de grupos, com ênfase na pluralidade;

- A compreensão do patrimônio cultural como uma narrativa sobre o nosso passado, o que impõe o esforço de conhecer como foi construída para que possa ser recomposta ou negada;

Todos esses preceitos conformam o ideário da “cidade-instrumento”, do patrimônio cultural como recurso social e econômico a ser utilizado como ferramenta do desenvolvimento, situado além do mero empreendimento turístico/de lazer voltado unicamente a visitantes (“cidade-emprego”).

Os consultores operaram diretamente sobre uma matriz de narrativa histórica, analisando cada sítio em escalas variadas de importância (local, nacional e internacional) para identificar seu significado e relevância. Os procedimentos empíricos empregados resumiram-se à coleta de informações bibliográficas sobre a moderna gestão patrimonial; o levantamento de dados bibliográficos e documentais sobre os sítios analisados; a elaboração de um banco de dados específico; e o estabelecimento de uma tipologia de sítios. Com respeito a este último tópico, a comissão técnica, comprometida com a revisão dos parâmetros até então predominantes na definição do patrimônio brasileiro, ajustou o seu foco:

as prioridades serão os sítios de caráter complexo, que dêem uma imagem da diversidade de nosso passado e contemplem seu caráter plural, tendo em vista o estabelecimento de uma hierarquia que observe uma narrativa renovada da história nacional (JANCSÓ, 2000, p. 04).

Antes de apresentar as considerações teórico-metodológicas que iriam balizar o trabalho, os técnicos realizaram uma análise do histórico da política brasileira de preservação. Partindo do princípio de que “todo patrimônio, embora representante de um passado, tem sua significação atribuída no presente” e tendo claro que, deste modo, “o conceito de patrimônio tem que ser compreendido com referência ao contexto histórico de sua aplicação” (JANCSÓ, 2000, p. 05), cunharam as seguintes afirmações:

- No Brasil, o conceito de patrimônio foi entendido como suporte da memória nacional, estando as ações de sua preservação ligadas ao modelo francês do século XIX (estatal, centralizador, planejado, regulamentado);
- O IPHAN é o responsável pelo desenvolvimento dessas políticas, por uma visão do acervo edificado como documento de identidade da nação brasileira, vinculado a “personagens e fatos memoráveis da história do Brasil” (Decreto Nº 25/37, 1937, Artigo 1º) e pela conformação de uma consciência nacional homogênea e unitária, mesmo reconhecendo-se as diferenças regionais;
- Tem-se a arquitetura colonial do século XVIII, mais especificamente o barroco mineiro, como a expressão primordial da arquitetura brasileira e, bem assim, digna de merecer preservação por espelhar os começos do processo de ocupação e organização do território nacional;

Com base em uma visão normativa, o acervo foi tomado como elemento representativo de determinadas características e dos segmentos sociais preponderantes: “a sociedade jamais apareceu como agente desse passado, mas só segmentos seus...e por meio não da norma cotidiana, mas do excepcional, não do coletivo, mas do isolado, do único” (JANCSÓ, 2000, p. 05). Portanto, para os consultores assim se explicava:

- A concentração exagerada do acervo nos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro;
- A concepção da restauração das edificações notáveis mediante a valorização dos seus elementos originais, desprezando-se os acréscimos adicionados àquelas através dos séculos;
- A desvalorização de manifestações arquitetônicas situadas fora do acervo correspondente ao patrimônio cultural brasileiro na forma como este é conceituado pelo Decreto Nº 25/37.

Assumindo a identificação do Programa Monumenta, ainda, com a tradicional política da “pedra-e-cal” do IPHAN e o critério de seleção como limite para a produção da memória e a definição de critérios objetivos de análise e trabalho, a comissão técnica partiu do estabelecimento de marcos históricos para

a avaliação do acervo em vez dos de natureza artística, estes, segundo ela, sempre privilegiados pelos técnicos do IPHAN. O mote de sua atuação resumia-se a um período: “como inserir este patrimônio em uma nova narrativa da história nacional no qual não predomine um ponto de vista totalitário e centralizador?” (JANCSÓ, 2000, p. 06).

De forma a construir, ao mesmo tempo, um ideário e um programa de trabalho que norteasse a árdua tarefa de selecionar sítios históricos e definir o que nestes seria realizado, o grupo de técnicos estabeleceu como premissas as seguintes:

- A distinção entre o modo analítico dos historiadores e o dos arquitetos e urbanistas quanto ao patrimônio edificado:

os imóveis devem ser preservados não por suas qualidades arquitetônicas, nem por inserir-se na grande história..., mas pelo que nos revelam de outras vivências, outros modos de ser que nos precederam, que sugeriram como o tempo altera e mantém os modos de vivência social no território (JANCSÓ, 2000, p. 06);

- A consideração do bem cultural como lugar de memória, de acordo com o termo alemão *Denkmal* (monumento), “lugar complexo, que envolve conhecimento e sentimentos, um lugar de reconhecimento, de compartilhamento de emoções e saberes” (JANCSÓ, 2000, p. 06);
- A contestação do Estado e do seu papel na preservação, até então tido como protagonista único da organização da sociedade e da legitimação de sua identificação cultural, no âmbito do processo de dissociação entre patrimônio e nação:

a atribuição de valor a um monumento não pode ser monopólio do Estado, mas deve contemplar a multiplicidade de significações e valores que lhe são atribuídos, em um mesmo momento e contexto, a um mesmo bem, por grupos econômico, social e culturalmente diferenciados (JANCSÓ, 2000, p. 06);

- No campo da valorização do patrimônio cultural, a substituição do conceito de metonímia (a parte pelo todo) pelo de sinédoque (o todo pelas partes):

o patrimônio de caráter regional também é nacional, pois a nacionalidade não é a supressão das especificidades locais, mas as compreende. A nação não é mais entendida como unidade homogênea, mítica, original, mas como unidade que traz em si a heterogeneidade e o conflito. Há unidade na diversidade e no conflito e há conflito e heterogeneidade na unidade (JANCSÓ, 2000, p. 07)

Elegendo como universo mais amplo o estado-nacional brasileiro, democrático e plural, segundo as perspectivas da memória coletiva e do conhecimento, a comissão técnica privilegiou como seu critério fundador “[a] inteligibilidade maior ou menor do patrimônio e não [a] intensidade de emoções que possa causar” (JANCSÓ, 2000, p. 07). A classificação preliminar dos tipos de sítios e conjuntos foi estabelecida da seguinte forma:

- SHUNs, por apresentarem organicidade, complementaridade, completude, e grande densidade cronológica;
- Áreas urbanas e rurais que propiciem, como documentos relevantes, a compreensão do estado atual da ocupação do território brasileiro e da regionalização da memória nacional;
- Expressões arquitetônicas e urbanísticas que denotem antigüidade e escassez, sobretudo aquelas relacionadas aos séculos XVI e XVII;
- CUMNS.

A sistematização da tipologia dos sítios e conjuntos tomou por base o “grau de inteligibilidade, ou seja, a abrangência funcional e organicidade de seus componentes internos, na ordem de sua prioridade” (JANCSÓ, 2000, p. 08), a saber:

- SHUNs de grande, média e pequena abrangência funcional;
- CUMNs orgânico completo (conjunto inteligível, dotado de sentido unitário numa narrativa histórica, quer pela simultaneidade, complementaridade ou seqüencialidade); orgânico simultâneo (elementos arquitetônicos e urbanísticos contemporâneos); orgânico complementado (elementos complementares enquanto funções urbanas); orgânico seqüencial (detentor de densidade cronológica inteligível); inorgânico (configurado por elementos destituídos de complementaridade, simultaneidade e

seqüencialidade); e inorgânico com monumento de singular importância, este um verdadeiro ícone na História nacional.

Com essa exposição, pretendeu a comissão técnica esgotar as diversas tipologias encontradas nas cidades históricas, bem como ampliar as chances de inclusão das mesmas no programa. Vê-se claramente que não foi sua intenção privilegiar predicados tradicionalmente eleitos para distinguir sítios e conjuntos históricos (homogeneidade, legibilidade arquitetônica, unidade temporal ou de estilo), tomando inclusive situações problemáticas (heterogeneidade, descaracterização, desconformidade) como pontos de partida para novas soluções arquitetônicas e urbanísticas em que a preservação urbana atuaria como agente de requalificação e revitalização do espaço urbano.

Por ordem de importância, foram assim elencados os critérios de priorização:

- Social (realçando o surgimento de novos atores e grupos sociais, para destaque da diversidade e pluralidade da cultura nacional);
- Regional (valorizando os chamados “vazios da memória” (JANCSÓ, 2000, p. 08): manifestações externas ao conjunto formado pelas ligadas aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia);
- Densidade cronológica (privilegiando a cidade histórica como um museu de expressões arquitetônicas e urbanísticas produzidas em tempos distintos, contraposto à pureza original da homogeneidade e da unidade estilística);
- Vazio cronológico (valorizando os séculos XVI, XIX e XX, pela escassa quantidade de imóveis tombados e pela importância histórica destes).

2.5.4.3. Processo de Seleção dos SHUNs e CUMNs

A seleção dos SHUNs e CUMNs revelou a intenção da direção do Programa Monumenta de construir uma ampla amostragem das áreas urbanas de interesse cultural existentes e assim reconhecidas no país, de maneira a contemplá-las em suas diferentes características, bem como detectando seus

problemas, virtudes, potenciais e perspectivas, criando-se um ambiente de disputa entre os estados e as cidades participantes. A listagem inicialmente abrangeu 101 áreas urbanas de 22 estados, mais o Distrito Federal³⁶. Os estados da Bahia (9 SHUNs e 11 CUMNs), Minas Gerais (12 SHUNs e 8 CUMNs) e Rio de Janeiro (8 SHUNs e 5 CUMNs) foram aqueles que tiveram o maior número de áreas urbanas de interesse cultural classificadas pelo programa, prova da permanência, no processo seletivo, da reverência às expressões arquitetônicas e urbanísticas do século XVIII e do início do século XIX. Com apenas uma só menção, os estados do Amazonas³⁷, Alagoas³⁸, Espírito Santo³⁹, Mato Grosso do Sul⁴⁰, Paraíba⁴¹, Piauí⁴², Rio Grande do Norte⁴³ e Tocantins⁴⁴.

Ainda sem um *ranking* propriamente estabelecido, a listagem inicial do Programa Monumenta evidencia aspectos de interesse. Se as manifestações arquitetônicas e urbanísticas do barroco mineiro, da velha capital colonial soteropolitana e da metrópole imperial ainda predominavam em número, as expressões do ecletismo (Estação da Luz - SP e o conjunto histórico e paisagístico de São Francisco do Sul - SC), o barroco sertanejo (conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó - CE), o mundo do trabalho (conjunto urbano e paisagístico da Companhia Petropolitana de Tecidos), os imigrantes (conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado - RS), os índios (conjunto arquitetônico e urbanístico da Aldeia de Carapicuíba - SP), os negros (centro histórico de Salvador - BA) e o Modernismo (conjunto urbanístico de Brasília - DF), para citar apenas algumas mencionadas como merecedoras de valorização como patrimônio nacional, foram também contempladas. Entretanto, fazia-se imperioso para a seqüência do programa, mediante a adoção de critérios e o estabelecimento de prioridades, definir os sítios e conjuntos que seriam atendidos

³⁶ Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins, ficando de fora desse rol os estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

³⁷ Conjunto arquitetônico e paisagístico do Porto de Manaus.

³⁸ Conjunto histórico e paisagístico de Penedo.

³⁹ Cidade Alta de Vitória.

⁴⁰ Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá.

⁴¹ Convento e Igreja de Santo Antônio, em João Pessoa.

⁴² Conjunto formado pela Igreja de Nossa Senhora da Vitória e o Sobrado de João Nepomuceno, em Oeiras.

⁴³ Conjunto formado pelo Palácio Potengi e pelo Museu Café Filho, em Natal.

⁴⁴ Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade.

com os recursos financeiros do BID para a sua pronta recuperação. Para tanto, conforme previsto no contrato de empréstimo, constituiu-se um grupo de trabalho – GT⁴⁵, composto por especialistas independentes em patrimônio cultural; técnicos do patrimônio cultural ligados a entidades estaduais e municipais; e representantes do BID, do IPHAN, da EMBRATUR, do Ministério da Educação e da UNESCO.

Na primeira etapa dos trabalhos do GT, foram realizadas exposições preparatórias para subsidiar as decisões desta comissão, a saber, caracterização e informações gerais do programa; critérios para eleição de novas cidades; razões e objetivos de preparação da lista de prioridades; definição e critérios de identificação das áreas; banco de dados dos SHUNs e CUMNs; relação dos SHUNs e CUMNs com o processo histórico de formação da nacionalidade; construção de uma matriz de narrativa histórica e inserção de cada sítio; e descrição da tipologia de sítios e conjuntos. Como se vê, os trabalhos continuaram se dando conforme uma matriz acadêmica e científica, priorizando-se o conhecimento e a experiência prática dos integrantes de um grupo de formação necessariamente heterogênea.

Para a construção do modelo de seleção foram estabelecidos critérios de hierarquização, a saber, pluralidade; descentralização; homogeneidade/diversidade; singularidade; vazio cronológico; e risco. Esses critérios, combinados, produziram uma matriz de sítios e conjuntos à qual foram atribuídos ainda pesos a cada critério. A lista inicial, contendo 101 áreas, teve seu número reduzido a 94 com a fusão de alguns sítios e conjuntos, tais como os

⁴⁵ A comissão era formada pelos membros das seguintes categorias: Especialistas Independentes: Ângela Gutierrez, Arno Wheling, Ester Bertoletti, Golias Silva, José Fernandes Lima, Lúcio Alcântara, Luiz Carlos Villalta, Marcus Vinícius Vilaça, Padre Ernando Teixeira, Padre Pedro Inácio Schmitz, Paulo Bertran W. Chaibub; Representantes de Órgãos Internacionais, Federais, Estaduais e Municipais: Alexander Nicolaeff, Briane Bicca, Carmen Inez Garcia, Iveta Avila Fernandes, Maria Adriana Castro, Maria Cecília Londres Fonseca, Paulo Chaves, Thays Pessoto.

centros históricos de Belém⁴⁶, Rio de Janeiro⁴⁷, São Luís⁴⁸ e Salvador⁴⁹, além de Sabará⁵⁰.

A classificação final exhibe uma constituição equilibrada, sem concentrações regionais ou privilégios devidos à expressão arquitetônico-urbanística, apesar das pressões sofridas pelo GT, de parte de políticos e comunidades, na etapa final de classificação. Começando com o conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís e Praça Gonçalves Dias, posição esta certamente alcançada devido à ameaça constante de degradação e destruição que paira sobre o magnífico conjunto maranhense, protegido como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, a lista mostra em seus primeiros lugares sítios e conjuntos que até então não detinham destaque nacional, como é o caso de Porto Alegre-RS, Icó-CE, Corumbá-MS e Carapicuíba-SP. As áreas urbanas de interesse cultural baianas, mineiras e cariocas, em maior número, foram posicionadas de maneira espaçada, gerando-se oportunidades de aproveitamento para sítios e conjuntos de outros estados. Assim como a sustentabilidade, a falta de vocação ou de alternativas econômicas, bem como, de outra parte, a intensa movimentação econômica devida a pujantes atividades de comércio e serviço, potenciais agentes de degradação das áreas históricas, foram aspectos considerados na eleição e classificação dos sítios e conjuntos.

Dando por encerrado o seu trabalho, o GT apresentou um conjunto de considerações e recomendações à coordenação do programa para que fossem incluídas nas ações deste, ressaltando a sua necessária continuidade e o seu permanente aperfeiçoamento: a realização de inventários de bens móveis e imóveis e de referências culturais; a valorização e preservação de acervos documentais nas áreas objeto de intervenção; a disponibilização ao público das informações sobre as áreas urbanas de interesse cultural; a reavaliação periódica da lista de prioridades face à dinâmica dos sítios e conjuntos históricos; e o aprimoramento dos critérios de análise.

⁴⁶ Conjunto do Mercado Ver-o-Peso e Praça Frei Caetano Brandão.

⁴⁷ Praça XV, Candelária e Cinelândia.

⁴⁸ Conjunto de São Luís e Praça Gonçalves Dias.

⁴⁹ Pelourinho, Pilar e Cairú.

⁵⁰ Pedro II e Sabará.

2.5.4.4. Resumo da Formulação Inicial

O trabalho de enumerar, analisar e classificar mais de uma centena de áreas urbanas de interesse cultural pelo Programa Monumenta expõe claramente a visão deste organismo, em sua primeira formulação, quanto à preservação urbana no Brasil. Abarcando ambiciosamente todas as regiões do país, considerando tanto capitais quanto municípios do interior, o programa tomou conhecimento das boas e más práticas então em curso, intentando construir um marco inquestionável da preservação urbana no Brasil, numa escala até então não experimentada. Partindo de um pressuposto no mínimo polêmico (a falência da visão patrimonial do IPHAN), defendeu a valorização da diversidade e riqueza das manifestações culturais regionais, considerando a dimensão documental do patrimônio, a extensão e as imbricações de suas versões materiais e imateriais e as relações da preservação de sítios e conjuntos com a gestão urbana e o desenvolvimento sócio-econômico. Elegendo como parceiros preferenciais as municipalidades e o segmento privado, pugnou abertamente, em diversos fóruns, pela desregulamentação da preservação e o paulatino afastamento do Estado desta esfera de ação. Como suporte financeiro, em vez de instituições bancárias estatais brasileiras ligadas ao desenvolvimento regional ou a programas específicos de fomento e ação, o BID, com aportes ao mesmo tempo volumosos e geradores de aumento da dívida externa.

De outra parte, na condição auto-proclamada de um programa de governo situado acima da instância federal relacionada ao patrimônio e à sua proteção, valorizou, numa perspectiva inclusiva, áreas urbanas, cidades e manifestações culturais até então ainda não tidas como integrantes do patrimônio nacional, apesar de tombadas ou registradas pelo IPHAN. Inicialmente separado deste, atuando livremente e estabelecendo parcerias com órgãos pertencentes aos diversos níveis de poder, reservou para si o papel de agente formulador, organizador e fomentador da preservação cultural no país. Em vez de dar continuidade ao tradicional sistema decisório relacionado à proteção do patrimônio edificado (a autoridade do saber), tornado célebre no período dos pioneiros do IPHAN, o Monumenta fundamentou suas escolhas em critérios científicos, escandidos em modelos teórico-acadêmicos, com predominância da

visão de historiadores, cientistas sociais e antropólogos, em detrimento da defendida pelos arquitetos. Sua proposta era direta: a preservação urbana é uma função a ser cumprida na/pela cidade, necessariamente integrada à gestão urbana, dotada de sustentabilidade comprovada, tributária dos processos de desenvolvimento sócio-econômico e instrumento de revitalização/requalificação de áreas urbanas de interesse cultural. Previsto inicialmente por seus formuladores para atuar sem as amarras do dirigismo político, conformou-se na seqüência como um programa centrado na disputa acirrada entre as cidades constantes de sua lista, as quais, em luta por mais recursos e posições mais favoráveis no *ranking*, progressivamente passaram a usar artifícios, lícitos ou não, para pontuarem positivamente na grade de prioridades. Na mesma linha, as conflituosas relações que acabaram se estabelecendo com o IPHAN, por motivo da desigual partilha de responsabilidades relacionada ao cotidiano da preservação. Entretanto, novos ventos político-ideológicos logo soprariam, alterando em boa medida o arcabouço do programa.

2.5.4.5. Panorama Atual do Programa Monumenta

Como costuma acontecer no Brasil, a realidade transformou radicalmente o projeto inicial do Programa Monumenta. O ano de 2001 marca a ampliação territorial do programa, quando é aprovado o seu novo regulamento operativo. Mas é em 2003, com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que se dá a mudança primordial em sua estrutura operacional. O Monumenta, sempre insistindo na parceria com as prefeituras e os setores privados na preservação dos sítios e conjuntos sob sua gestão e autônomo em relação ao IPHAN, vê paulatinamente esse modelo se esboroar: originalmente simpático à desregulamentação e à retração da atuação do Estado na área patrimonial, o programa se aproxima dos programas nacionais de desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios, de maneira a aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação.

O GT-IPHAN é então incorporado à UCG, que assume as funções de coordenação técnica do programa. Um termo de cooperação técnica é estabelecido entre o IPHAN e os ministérios da Cultura, das Cidades e do Meio Ambiente, visando a implementar os planos diretores das cidades. Passo a passo, o Monumenta abandona o conceito da preservação guiada somente pelos ditames do capital e do mercado e adentra o círculo onde o patrimônio é considerado um bem estratégico, regido pela ação desenvolvimentista do Estado e associado a outras políticas setoriais afins.

Em 2004, o MinC e a Caixa Econômica Federal firmam contrato de financiamento para a recuperação de imóveis privados no âmbito do programa, operação esta realizada a juros praticamente simbólicos. Este é considerado um dos pontos altos do Monumenta, por atingir um contingente populacional carente e sempre colocado à margem das benesses da preservação. A prorrogação do Programa é autorizada pelo BID até 4 de dezembro de 2006.

Em 2005, o Programa alcança um novo patamar, ao passar a lidar com a promoção de ações de preservação sustentada. Por meio de edital, são escolhidos 77 projetos de desenvolvimento de atividades econômicas, de qualificação profissional em restauro e conservação e de criação de núcleos de educação profissional em 46 cidades históricas brasileiras. Nesse momento, as dimensões materiais e imateriais do patrimônio são trabalhadas conjuntamente, na perspectiva de que possam também contribuir para a garantia da sustentabilidade sócio-econômica dos locais onde o programa atua. A recuperação dos edifícios e áreas urbanas, assim como a valorização das celebrações, formas de expressão, saberes e fazeres e lugares, mediadas pela capacitação e qualificação profissionais, passam a fazer parte do cotidiano das comunidades de forma diferente, pelo fato de que, agora, além de caracterizarem a cultura de uma cidade ou região, essas expressões são também instrumentos para a melhoria do seu nível de qualidade de vida.

O ano de 2006 assinala a “virada” institucional: o Coordenador Nacional do Programa Monumenta é nomeado presidente do IPHAN e a sua estrutura administrativa incorpora-se à da autarquia do MinC. Com isso, dissolve-

se todo um histórico de disputas e constrangimentos entre as duas instituições, com a transformação do programa em uma efetiva ação de estado. Nessa esteira, conclui-se a seleção pública de imóveis privados, realizada nas 26 cidades do Programa, quando foram classificados 892 imóveis. Como desdobramento dessa incorporação, foram também iniciadas as discussões sobre a absorção dos métodos conceituais e gerenciais próprios do Monumenta à estrutura permanente do governo.

Com efeito, como se caracteriza atualmente o programa e a sua atuação? Segundo a direção do IPHAN,

o Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social... Sua proposta é agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto, além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

A preocupação com a sustentabilidade financeira e sócio-econômica das ações de preservação, mantida ainda certa ressalva quanto ao emprego de fundos públicos nestas, tem a mesma escala das devotadas à manutenção das edificações e áreas urbanas e ao (re)aquecimento da economia local:

o Monumenta..., procura garantir condições de sustentabilidade do patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

As novas destinações dos imóveis restaurados geralmente se prendem a funções públicas de que os municípios se ressentem ou, mais propriamente, às atividades culturais e da indústria do turismo e do lazer. Numa palavra: é com o Monumenta (principalmente em sua segunda versão) que, efetivamente, as áreas urbanas de interesse cultural, tombadas ou não, deixam de ser consideradas unicamente pelo

filtro dos conceitos de “cidade-monumento” e “cidade-documento” para se constituírem em instrumentos voltados à viabilização do desenvolvimento sócio-econômico sustentável das comunidades que as habitam:

a descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. O Programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

Uma das prerrogativas do Monumenta é estimular ações conjugadas entre governo, comunidade e iniciativa privada. Para garantir a sustentabilidade do programa, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, cujo objetivo é

o de financiar ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Programa. Os recursos financeiros gerados pelas iniciativas do Monumenta em cada cidade são direcionados para o Fundo Municipal e usados para cobrir os custos de conservação do patrimônio histórico de cada município. Além disso, o Fundo pode receber recursos orçamentários do município, contrapartidas de convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis e doações (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

Mesmo assim, das 101 cidades elencadas inicialmente para serem palco das atividades do programa, atualmente apenas 26 cidades o são⁵¹. A disparidade entre os números das cidades propostas e das que efetivamente ofereceram condições satisfatórias para o desenvolvimento do programa evidencia as dificuldades encontradas pela instituição em estabelecer parcerias saudáveis e eficazes com as municipalidades e os setores privados. Esse, talvez, o momento em que, no cenário de promessas e realizações do programa, a realidade brasileira mostra a sua face de modo mais verdadeiro.

⁵¹ Alcântara-MA, Belém-PA, Cachoeira-BA, Congonhas-MG, Corumbá-MS, Diamantina-MG, Goiás-GO, Icó-CE, Laranjeiras-SE, Lençóis-BA, Manaus-AM, Mariana-MG, Natividade-TO, Oeiras-PI, Olinda-PE, Ouro Preto-MG, Pelotas-RS, Penedo-AL, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, São Cristóvão-SE, São Francisco do Sul-SC, São Paulo-SP e Serro-MG.

2.5.5. Planos de Ação para Cidades Históricas – PACH

2.5.5.1. Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Conceitos

Descendente direto do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH e do Programa Monumenta e, porque não dizer, da Portaria Nº 299/04 (Programa de Reabilitação de Sítios Históricos Urbanos – PRSHU), o programa Planos de Ação para as Cidades Históricas – PACH foi lançado em setembro de 2009 mediante promoção conjunta do IPHAN e do MinC e com o apoio da Associação Brasileira de Cidades Históricas e do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. O PACH constitui-se, portanto, no mais recente programa de preservação urbana desenvolvido em nível federal no país. Pelo seu pouco tempo de existência não há ainda realizações concretas a contabilizar; entretanto, é mister conhecer-lhe os conceitos e as formas de protagonismo para avaliar o seu grau de alcance e possíveis resultados.

Gerado com base em uma idéia-força do então Ministro da Cultura Gilberto Gil, qual seja, a de que “a cultura desafia o desenvolvimento a encarar sua gente como força viva e patrimônio, como ponto de partida e de chegada do crescimento e da distribuição de riqueza, como sujeitos de acesso”, o programa responde, segundo seus formuladores, a imperativos determinados pelo próprio processo de crescimento do campo do patrimônio cultural, verificados no Brasil e no mundo nas últimas décadas, consentâneo à sua aliança com o planejamento urbano, o desenvolvimento social, econômico e ambiental e a gestão das cidades, na perspectiva da preservação se constituir, cada vez mais, em uma função urbana de grande relevância. Segundo ALMEIDA (2009, p. 09),

as políticas públicas sobre o patrimônio cultural têm apresentado, nos últimos anos, uma ampliação e complexificação de seu universo de ação, trazendo novos desafios. Esse movimento resulta da ampliação temática e geográfica do conceito de patrimônio cultural, incluindo dimensões até então excluídas de uma visão dominante de cultura para o país. Resulta também de avanços na gestão que colocam cada vez mais a necessidade de uma maior transversalidade temática e de participação da sociedade nestas políticas públicas,

o que deixa clara a intenção de se propor um controle compartilhado do processo de preservação urbana entre as esferas públicas e as comunidades que residem nas cidades e sítios históricos. Essa diretriz mantém intensa sintonia com a premissa do MinC para a área de patrimônio material:

a restauração do patrimônio histórico [passa] a ser diretamente associada à revitalização urbana e ao desenvolvimento cultural, turístico e econômico das cidades, tendo seus habitantes como principais beneficiários e parceiros das ações (MinC, 2007, p.22),

bem como com as estratégias definidas pelo ministério para o setor específico, a saber, “produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade e cidadania; cultura e desenvolvimento sustentável; e gestão e institucionalidade da cultura” (MinC, 2007, p.113) e com o “reconhecimento da cultura como eixo de desenvolvimento da economia” (MinC, 2007, p.58), sendo o patrimônio considerado eminente “vetor de desenvolvimento” (MinC, 2007, p.52).

Nessa linha, a nova proposta reveste-se, pelo menos no momento inicial de sua formulação, de propósitos administrativos ousados tais como a inclusão dos investimentos a realizar nas cidades históricas na Agenda Social do Governo Federal e a estruturação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, o que diz de sua constituição como programa estratégico promovido pela administração central do país. Nessa nova configuração, não só a preservação, como também o objeto alvo da ação, as áreas urbanas dotadas de valores histórico-culturais, passam por necessária re-significação:

estamos desenvolvendo, juntos, uma nova forma de se ver as cidades históricas, de se identificar problemas e potencialidades, de se definir objetivos e prioridades comuns... estamos trabalhando com cada cidade e, ao mesmo tempo, com um conjunto de mais de 140 cidades, e um só programa, em escala nacional, que tem o patrimônio cultural como elemento estratégico para o desenvolvimento social (ALMEIDA, 2009, p. 09).

Em termos operacionais, a grande novidade do PACH consiste na definição de um instrumento denominado “Plano de Ação” como sua principal ferramenta. Abrangendo os municípios dotados de sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal e municípios com lugares

registrados ou em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil, portanto contemplando expressões culturais materiais e imateriais, o PACH tem no Plano de Ação

um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial [, não devendo] se restringir ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados [e considerando] a dinâmica urbana no seu todo (ALMEIDA, 2009, p. 11).

Sua missão é estabelecer objetivos, ações e metas que sirvam à orientação das ações das diversas instâncias públicas, da iniciativa privada e legítimas representações da sociedade civil. O Plano de Ação é, portanto, um conjunto de proposições que extrapola o universo mesmo do patrimônio e da preservação, procurando integrar esses dois aspectos ao cotidiano sócio-econômico das cidades. É flagrante, pois, neste particular, a sua proximidade com os conceitos de gestão compartilhada e conservação integrada constantes das cartas patrimoniais de Quito, Nairobi, Amsterdã e Washington, bem como com as premissas da Portaria IPHAN Nº 299/04 (PRSHU), estas até hoje por efetivar. Sua elaboração compete às instâncias públicas afetas à questão (IPHAN mais órgãos estaduais e municipais de patrimônio), com a coordenação das ações cabendo ao órgão federal, que também apoiará as atividades de capacitação, difusão e participação das comunidades. Uma equipe composta por técnicos do IPHAN e dos órgãos municipais e estaduais responsabilizar-se-á pelo desenvolvimento dos Planos de Ação, atuando de forma transversal e intersetorial. Como as ações serão executadas no solo municipal, deverão os municípios comprometer-se com a efetuação de todas as etapas. Como se vê, é evidente a participação forte e ordenadora do Estado na implementação do programa, contrariamente ao que se pôde constatar na primeira etapa do Programa Monumenta e numa linha que guarda similaridades com o processo operativo do PCH.

Segundo ALMEIDA (2009, p. 11), a finalidade primordial dos Planos de Ação consiste em “enfrentar as questões estruturantes das cidades por meio de um planejamento integrado que estabeleça ações para o desenvolvimento social vinculadas às potencialidades do seu patrimônio cultural”, ou seja, as vocações culturais de uma cidade, integrada às demais desta em seu cotidiano,

empregadas como instrumento utilizado para o soerguimento do nível de qualidade de vida de sua população, notadamente dos seus segmentos mais carentes. Para tanto, deverá garantir a convergência dos investimentos a serem realizados pelos setores públicos e privados para os seus propósitos, eliminando o sobreamento de atividades desses parceiros, os quais deverão estar cientes de seus papéis na empreitada, de maneira a que se atinja o aprofundamento dos conceitos e a ampliação da legitimidade social da preservação e do patrimônio cultural (ALMEIDA, 2009, p. 11).

2.5.5.2. Métodos e Procedimentos

Contudo, para ser exitoso, a par de sua complexa organização e implantação, o Plano de Ação foi tratado no âmbito do PACH a partir de um esforço didático e propedêutico que envolve os diferentes atores responsáveis por sua elaboração, implementação e gestão de maneira a se construir, desde o início, em um patamar comum de entendimento e ação. Neste passo, pedagogicamente, considera-se como princípios gerais para a elaboração do Plano de Ação a efetuação de um amplo diagnóstico da cidade, para além das poligonais de tombamento ou registro e de amortecimento (na verdade, todo o território municipal), em termos de suas características, problemas, virtudes, potenciais e perspectivas; a constituição das expressões do patrimônio cultural, materiais e imateriais, como o eixo em torno do qual irão ser elaboradas as diretrizes e ações; o levantamento dos problemas e demandas sociais existentes no território considerado e a busca de soluções para os mesmos; a integração das políticas públicas que atuam sobre o território; o entrelaçamento dos planos e programas federais, estaduais e municipais; a garantia da participação das comunidades no processo; o alcance do desenvolvimento urbano mediante a adoção de diretrizes estratégicas, com definição rigorosa de prioridades, objetivos, sujeitos responsáveis e prazos (ALMEIDA, 2009, p. 12). O PACH, portanto, especificamente no que respeita ao Plano de Ação, aprofunda a relação da função urbana preservação com as demais em presença na cidade, privilegiando a figura do planejamento estratégico, mais uma vez conceituado

como fator propiciador das melhorias pretendidas. Novamente, porém, dá-se grande ênfase e relevância à interlocução e ao trabalho conjunto das esferas públicas, o que, se não constitui notícia nova no âmbito da preservação urbana em nosso país, à vista dos fracassos produzidos no bojo do Programa Monumenta pela lassidão dos laços estabelecidos entre essas instâncias, tampouco aqui se define as penalidades para aquelas que se omitirem ou falharem em seus compromissos.

Talvez por esta razão, o processo comece pela mobilização e capacitação dos agentes públicos. Conforme ALMEIDA (2009, p. 15),

a elaboração de Planos de Ação tem como premissa a efetiva articulação e comprometimento dos agentes responsáveis pelas políticas públicas, iniciada com a assinatura de um Termo de Compromisso entre as esferas de governo. Essa ação conjunta envolve a mobilização e a capacitação dos agentes públicos, gestores e técnicos das diferentes instâncias de governo diretamente envolvidas com o trabalho,

o que não deixa de ser uma inovação positiva, haja visto que um dos grandes empecilhos a uma melhor operacionalização do Programa Monumenta, por exemplo, foi exatamente a falta de integração entre os técnicos das instâncias públicas responsáveis pela condução dos trabalhos. Contudo, há que fazer uma observação: a existência de um conjunto ou de um sítio históricos tombados em nível federal em um município, em boa parte das vezes, não significa que este disponha de estrutura técnica, administrativa e financeira para enfrentar o problema da preservação. Nesse sentido, prevê-se a realização de oficinas destinadas à elaboração dos Planos de Ação e voltadas a exercícios de capacitação básica e complementar dos participantes. As primeiras têm como objetivo consolidar o conteúdo mínimo para os planos, abordando-se a gestão integrada das cidades históricas segundo temas específicos (planejamento integrado e participativo; Planos de Ação e as cidades históricas; patrimônio cultural e estratégias para o desenvolvimento; patrimônio cultural: o que toda gestão deve saber; patrimônio cultural e a gestão urbana) enquanto que as segundas são voltadas às especificidades dos conjuntos, sítios e cidades históricas objeto do programa.

As etapas que conformam o cronograma dos Planos de Ação se iniciam com a elaboração do Diagnóstico Local, que objetiva explicitar, num prazo de quatro anos, os potenciais, problemas e perspectivas das áreas urbanas de interesse patrimonial, necessariamente enfocadas segundo uma ótica de desenvolvimento social e uma consideração global e transversal do território. Essa prática também deixa clara a consolidação de um conceito cada vez mais pujante relacionado ao patrimônio e à preservação no país: a de sua constituição como instrumento de melhoria da qualidade de vida comunitária, plenamente integrado ao cotidiano das demais funções urbanas, na verdade a cristalização mesma da essência das cartas patrimoniais anteriormente citadas.

As ações referentes à elaboração do Diagnóstico Local dizem respeito ao levantamento de informações substantivas e objetivas voltadas à definição das características das áreas urbanas objeto do plano, estas tomadas como a junção da área tombada, a área de entorno ou de amortecimento à área preservada e a área de influência, bem como com relação à dinâmica da cidade em seu todo; à consideração da escala regional, caso as relações intermunicipais tenham algum tipo de influência na área de interesse patrimonial; à inventariação dos planos, projetos, programas e legislações existentes, concorrentes ou não; e à identificação de agentes sociais públicos e privados importantes que possam contribuir de forma positiva para as questões relacionadas ao patrimônio cultural municipal. De maneira a se evitar solução de continuidade e aproveitar a experiência reunida, recomenda-se lançar mão de

informações, propostas e planos existentes e o conhecimento acumulado de técnicos, gestores e profissionais que atuam nas áreas em foco (preservação, desenvolvimento urbano, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico) (ALMEIDA, 2009, p.17),

o que ensejará a realização de uma primeira oficina do tipo participativa. Deve-se reconhecer ainda que o Diagnóstico Local, uma vez elaborado, revelará uma carência geral das cidades objeto do PACH, qual seja, a falta de dados e estudos sobre as mesmas, cuja confecção deverá constar das ações previstas para execução no bojo do plano. Os produtos esperados nesta etapa são a ficha de levantamento para diagnóstico local totalmente preenchida, o cadastro da rede de

organizações atuante no município e os relatórios de Diagnóstico Local e da oficina participativa.

Dando seqüência ao método operativo do PACH, tem-se a definição dos objetivos gerais e específicos. Os primeiros são aqueles diretamente ligados ao desenvolvimento da cidade, considerado o prazo máximo de quatro anos, os quais presidirão o desenrolar das ações pretendidas tendo como base o potencial das expressões locais do patrimônio cultural material e imaterial. O teor “gerencial” das proposições assim explicitado:

os objetivos gerais devem ter relação direta com a leitura global e intersetorial do território realizada no Diagnóstico Local e não devem ser excessivos. Objetividade e visão estratégica contribuirão para o sucesso do plano...Ter como horizonte o planejamento e a ação a médio prazo. Os objetivos gerais não devem ser restritos a orçamentos anuais ou às competências exclusivas da gestão local. Devem considerar a possibilidade de parceria entre os três níveis de governo (ALMEIDA, 2009, p.19).

Recomenda-se ainda que os objetivos gerais estejam associados a questões de grande escala no âmbito municipal e regional, tais como a solução de problemas estruturais ou ao aproveitamento de vocações e potencialidades reveladas no Diagnóstico Local. Esse posicionamento reforça os liames entre a preservação e as demais funções urbanas, contribuindo para que o patrimônio se integre ao cotidiano das cidades e faça parte de um plano territorial geral.

Os objetivos específicos decorrem dos gerais e geram as ações, desenvolvidas sobre o mesmo binômio “preservação do patrimônio cultural/desenvolvimento social”. Devem ser definidos com suas estratégias detalhadas para o enfrentamento dos problemas urbanos estruturais e pactuados entre os parceiros públicos e privados. Com alcance programado para médio prazo, não deverão se restringir a orçamentos anuais ou a ações específicas do patrimônio cultural, considerando a parceria entre as esferas governamentais, os segmentos privados e as comunidades. Mais uma vez, a participação popular é realçada, ao se recomendar a realização da 2ª Oficina Participativa do Plano de Ação.

Em seguida, deve-se cuidar da delimitação da área de atuação do plano. Objetiva-se nesta etapa definir uma configuração espacial preliminar composta por áreas prioritárias, consentâneas com os objetivos gerais e específicos:

as áreas de atuação do Plano não necessariamente se restringem ao perímetro protegido, ou ao conjunto de bens tombados. Deve se considerar a dinâmica urbana no seu todo e identificar uma unidade urbanística (conjunto de bairros, áreas delimitadas por barreiras físicas e simbólicas, por exemplo). Esta unidade pode ser formada por áreas contíguas, ou não (ALMEIDA, 2009, p. 21).

Destaca-se a necessidade de se dispor de uma base cartográfica e de dados sobre a cidade perfeitamente atualizada sobre a qual deverão ser identificadas as poligonais de intervenção e o posicionamento dos elementos estruturantes do espaço urbano-arquitetônico (caminhos, limites, barreiras, marcos, pontos nodais, bairros, edificações e logradouros destacados, conjuntos etc.). Neste particular, de muita utilidade serão os métodos de inventariação das áreas urbanas de interesse histórico desenvolvidos nos últimos quinze anos pelo IPHAN⁵², principalmente se já tiverem sido plenamente executados. Os produtos requeridos nesta fase são a Matriz de Objetivos (Geral(is) e Específicos), na qual deverão constar problemas relacionados, agentes envolvidos, área urbana de interesse patrimonial e resultados pretendidos, e o relatório da 2ª Oficina.

Ponto principal do atual programa federal de preservação urbana, principalmente por não ser focado exclusivamente sobre a arquitetura, as ações serão definidas de forma a que respondam aos objetivos específicos determinados para as áreas de atuação do plano. Em primeira instância, deverão ser identificadas as intervenções previstas anteriormente ao plano, as que se encontram em progresso e aquelas que complementam as pretendidas nessa nova formulação, de maneira a que se respeite e valorize o primado da continuidade. Nessa mesma linha, deverão ser levantadas, na área objeto das intervenções, as parcerias estabelecidas e a estabelecer com órgãos públicos das

⁵² Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos – INBI/SU; Inventário de Configurações de Espaços Urbanos – INCEU; Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA; Inventário de Fachadas de Quadras – INFAQ

diversas esferas de poder e agentes do mundo privado, com definição precisa do escopo das ações a efetuar, a começar pelos recursos técnicos, administrativos e financeiros que serão utilizados na operação.

Metodologicamente, recomenda-se que “dado que o Plano de Ação envolve questões relativas à preservação, urbanização, dinâmica econômica e desenvolvimento social, as ações deverão ser organizadas conforme as Linhas de Ação Elegíveis” (ALMEIDA, 2010, p. 22), as quais “integram programas diretamente relacionados ao patrimônio cultural, e de outras áreas que devem ser mobilizadas para uma atuação mais efetiva sobre as cidades” (ALMEIDA, 2009, p. 22), com vistas à implementação de um modelo de preservação do patrimônio cultural compartilhado e transversal. Essas linhas de ação organizam-se em torno de três eixos, a saber, Produção de Conhecimento e Gestão da Informação; Planejamento e Gestão (fortalecimento institucional; formação de técnicos; desenvolvimento de instrumentos de gestão integrada); e Dinamização e Valorização dos Sítios Históricos (recuperação e uso do patrimônio cultural; requalificação urbanística; infra-estrutura urbana e social; financiamento para a recuperação e promoção de usos de imóveis privados; fomento às atividades produtivas locais; e difusão e promoção do patrimônio cultural). Com base na especificidade de cada sítio ou cidade histórica, as linhas de ação poderão ser empregadas no todo ou em parte, utilizadas, quando convier, ao longo do tempo ou até mesmo serem repetidas, quando se fizer necessário.

Essa formulação, portanto, tem suas raízes no tradicional tripé preservacionista do órgão federal, ou seja, na identificação e documentação, na proteção e na promoção, linhas mestras estas agora permeadas por conceitos contemporâneos de gestão urbana, conservação integrada e planejamento participativo e estratégico. Em resumo: a preservação, agora tornada instrumento de desenvolvimento social, deixa de ser controlada unicamente pelos técnicos do patrimônio e passa a ter o seu desenrolar decidido também pelas comunidades, sendo associada às outras funções urbanas e tratada como uma ação voltada à valorização de um bem escasso, estratégico, precioso e fundamental, o patrimônio cultural, este, neste momento, lido como a somatória de suas expressões materiais e imateriais. Como exemplo do que se afirma, mais uma vez

o corte essencialmente gerencial da operação mostra-se evidente quando o documento se reporta ao necessário conteúdo da apresentação de cada ação:

objetivos, metas, área, recursos necessários (estimados), fontes de recursos possíveis, agentes envolvidos e suas responsabilidades (formuladores, responsáveis pela execução, responsáveis pela gestão, proprietários, agentes financeiros etc.) e primeiro passo (contratação de projeto, identificação de executor etc.) (ALMEIDA, 2009, p. 22).

As ações deverão ainda, para garantia de sua legitimidade e alcance social, ser discutidas em oficina participativa específica.

Entretanto, como priorizar as ações? Como definir, a seu tempo, a execução de cada uma delas, tendo em presença metas anuais, prazos, recursos e agentes envolvidos? Sua priorização deverá se dar fundamentada em uma estratégia global, relacionada aos objetivos gerais e específicos; em um modelo de governabilidade e participação das instâncias públicas e privadas; nas principais demandas apresentadas pelas comunidades para a área, resultantes da oficina participativa; nos estágios de implementação, face ainda a projetos existentes e em elaboração e ações em andamento; em metas a serem alcançadas anualmente, num escopo máximo de quatro anos; e em custos e fontes de recursos disponíveis. Os resultados de cada ação serão monitorados segundo indicadores de referência previamente estabelecidos. Na base de tudo, a participação popular e o apoio técnico:

a priorização das ações deve ser resultado da análise de fatores objetivos, de viabilidade de implementação e, principalmente, de consenso entre os agentes públicos e sociedade na área de atuação do Plano de Ação...a mobilização social será a base para uma maior legitimidade do Plano de Ação e para o posterior controle social da implementação das ações, o que é fundamental para os seus resultados (ALMEIDA, 2009, p. 23).

Recomenda-se ao fim desta etapa que seja realizado um fórum municipal ou uma audiência pública para explicitação das propostas à comunidade.

Por fim, para tornar oficiais todas as tratativas, far-se-á necessário consolidar os acordos de preservação do patrimônio cultural de forma a

dar redação ao Plano de Ação, garantir sua publicidade, firmar o acordo entre os agentes locais responsáveis pela implantação e firmar parcerias com outros entes para viabilizar as ações e garantir os instrumentos para a ação integrada entre os agentes, visando a execução das ações propostas e a gestão compartilhada (ALMEIDA, 2009, p. 25).

O monitoramento da execução das ações caberá ao Sistema de Informações do Patrimônio Cultural, peça-chave do programa e ainda em implementação, o qual terá como função primordial propiciar o acompanhamento do processo por parte dos parceiros públicos e privados e das comunidades. Finalizada a formulação do Plano, para cada cidade deverá ser assinado um Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural por meio da União, do Estado e do Município, o qual estabelecerá as atribuições de cada esfera de poder em termos do compartilhamento da gestão do patrimônio cultural e da efetuação do Plano. Este deverá apresentar, como itens mínimos de sua composição, uma apresentação geral da cidade; um diagnóstico preliminar e indicadores; objetivos gerais e específicos para o desenvolvimento da cidade; quadro-resumo das ações; mapa das ações, com sua espacialização na cidade; estimativa de investimento total e fontes de recurso por linha de ação; proposta de gestão integrada e compartilhada; e estratégia de implantação do Plano.

Como se vê, o PACH apresenta aproximações e distanciamentos com relação aos dois programas federais de preservação urbana anteriormente desenvolvidos no país, a saber, o PCH e o Monumenta. Identifica-se com o PCH pelo fato de se constituir em um programa oficial do governo federal, desenvolvido transversalmente em conjunto com outros órgãos da mesma esfera de ação, bem como com setores estaduais e municipais, distanciando-se, porém, no que tange à participação popular em sua conceituação, formulação, execução, gestão e avaliação. Aproxima-se do Monumenta quando, da mesma forma, se exhibe como um produto delineado pelos procedimentos metodológicos do planejamento estratégico, em que a definição do encadeamento das ações e do momento adequado de desferi-las e a atuação conjunta dos segmentos públicos e privados dão a tônica das operações. Contudo, afasta-se deste, principalmente em sua primeira fase, por ser um programa de preservação urbana resultante de um processo político-administrativo conduzido majoritariamente pelo Estado, de

cunho desenvolvimentista e de corte capitalista-estatal, como, com efeito, acabou se caracterizando a etapa final do Programa Monumenta.

Contudo, pairam sobre o PACH as ameaças de sempre quanto ao êxito dos programas de preservação urbana desenvolvidos no país. Além de nossa falta de tradição com respeito ao trato com o assunto e das mazelas decorrentes do dirigismo político, há que considerar como difíceis desafios a superar a débil estrutura técnica, administrativa e financeira da maioria dos municípios e estados que atuarão como parceiros do governo federal na empreitada, quando não a completa omissão destes entes nas ações que tangem à preservação do patrimônio cultural; o despreparo das comunidades com relação ao enfrentamento dos problemas da preservação, mormente os relacionados à difícil convivência entre as expressões privada e coletiva do direito; muitas vezes, a inexistência de condições substantivas e objetivas necessárias ao desenvolvimento adequado da gestão do Plano de Ação; e, por que não dizer, a própria complexidade estrutural e metodológica do PACH, a qual, se mal digerida, poderá se constituir num real obstáculo ao sucesso do programa.

3º CAPÍTULO

SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL: MONUMENTO, DOCUMENTO, EMPREENDIMENTO E INSTRUMENTO

Neste capítulo, pretende-se estudar as relações estabelecidas entre o patrimônio edificado, a legislação urbana e o processo de gestão e produção do espaço urbano, tendo como pano de fundo o sítio histórico de Sobral-CE, tombado em nível federal em 1999 pelo IPHAN. Em particular, serão abordados e discutidos os problemas relacionados à compreensão e à participação da população frente aos limites e às restrições impostos pelas legislações urbana e de proteção do patrimônio cultural, buscando-se conhecer, descrever e avaliar a mediação realizada entre a memória edificada e a produção, a proteção e a gestão do espaço urbano.

O arcabouço legal aqui referido relaciona ordenamentos hierarquizados, compreendendo não somente o Decreto Nº 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, como também a legislação municipal de uso e ocupação do solo (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU/Sobral), quadro existente em todos os sítios históricos tombados em nível federal no país.

Portanto, conhecer, descrever e avaliar a mediação realizada entre os diversos agentes nesse processo, marcado por uma posição privilegiada da elite sobralense e por sua visão triunfalista da cidade, contribui para uma reflexão sobre a relação existente entre a preservação do patrimônio edificado no país e a participação popular a partir do debate sobre a experiência cearense, nacionalmente destacada pelas peculiaridades de sua constituição.

Ressaltamos ainda, por sua posição central para o perfeito entendimento das questões aqui analisadas, os trechos relativos às eleições e às gestões de Cid Ferreira Gomes como Prefeito Municipal de Sobral (1997-2000 e 2001-2004), bem como as de Leônidas Cristino (2005-2009 e 2009-2010) e

Clodoveu Arruda (2010- nossos dias), ao tombamento federal do sítio histórico e à elaboração do PDDU/Sobral, de modo especial à relação destas duas legislações, e às intervenções executadas no sítio histórico e na cidade, sem falar também da importância do conceito de “sobralidade triunfante”, fulcral como suporte às realizações das gestões municipais nos períodos assinalados.

3.1. Sobral e sua História

O município de Sobral⁵³, com 2.122,989 km², implantado a 69 m do nível do mar e distante cerca de 250 km de Fortaleza, situa-se na mesorregião Noroeste⁵⁴ e na microrregião Sobral. Tem como distritos Sobral (sede), Caracará, Jordão, Patriarca, Aracatiaçu, Taperuaba, Jaibaras, Olho D’água, Trapiá, Bonfim e Carioca (Fig. 01). Foi criado em 14 de novembro de 1772 e finalmente instalado em 05 de julho de 1773. O Censo IBGE/2010 calculou para o município uma população de 188.271 habitantes, com uma população urbana de 166.333 pessoas.

Pode-se afirmar que “a configuração urbana de Sobral, desde sua origem até os dias de hoje, se dá pelo encadeamento das estruturas urbanas definidas em cada período, marcada por fatores que ensejam sua expansão” (ROCHA, 2003, p.23). Para este autor, estudioso da formação e evolução urbana sobralense, “cada nova situação econômica gera... situações políticas e sociais que, por sua vez, urgem novas formas arquitetônicas para satisfação das classes dominantes”. Esta idéia, presente nas periodizações do processo urbano de Sobral, choca-se, entretanto, com o pensamento de alguns autores pós-marxistas, denunciadores de “convenções discursivas do único modo histórico do capitalismo, por não terem mudado sua estrutura básica e suas relações sociais essenciais” (GOTTDIENER, 1997, p.72). Para este, “há apenas formas espaciais

⁵³ Abundância de sobreiros, árvore de cujo lenho se extrai a cortiça, denominação essa possivelmente decorrente de uma homenagem que o antigo Ouvidor do Ceará, Carneiro e Sá, fez à sua terra natal, situada na Freguesia de Viseu, em Portugal.

⁵⁴ Formada pelos municípios de Acaraú, Alcântaras, Canindé, Cariré, Coreaú, Forquilha, Groaíras, Irauçuba, Massapê, Meruoca, Miraíma, Mucambo, Santa Quitéria e Santana do Acaraú.

e modos de produção ligados por um processo contingente, com várias fases de desenvolvimento e mudança” (GOTTDIENER, 1997, p.73).

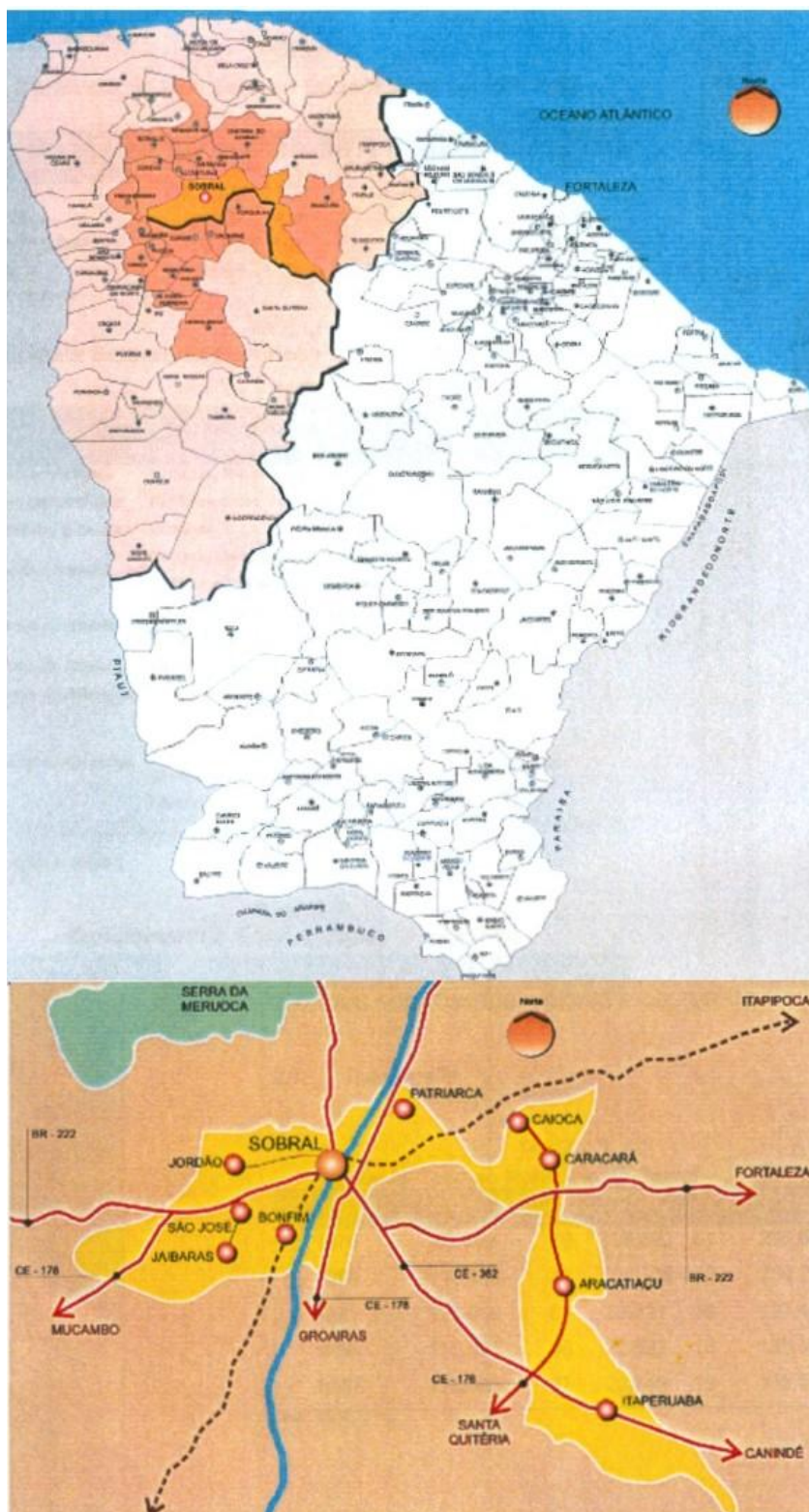


Fig. 01 – Município: enquadramento no Estado do Ceará e rede distrital
Fonte: Arquivo pessoal

Sobral desenvolve-se às margens do rio Acaraú, um dos principais cursos fluviais orientadores do processo de colonização do Ceará, a partir da instalação da Fazenda Caiçara por Antônio Rodrigues Magalhães em torno de 1728. Com a criação do Curato da Ribeira do Acaraú, a 28 de março de 1772, afirma-se como seu primeiro núcleo de povoamento a área hoje situada em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, popularmente conhecida pelos sobralenses como a Sé Catedral (Fig. 02). Em 1773, a povoação é alçada à condição de vila, dita Distinta e Real de Sobral, posteriormente chamada Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú. Quatro anos depois, termina-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, que vai se constituir no segundo núcleo urbano da cidade (Fig. 03). Esses dois pólos desenvolvem-se e, por volta de 1795, interligam-se, com o surgimento das ruas Velha do Rosário (atual Cel. José Sabóia), Nova do Rosário (atual Ernesto Deocleciano) e Larga do Rosário (Cel. José Silvestre), com as suas traças sendo cosidas pela Travessa do Xerez, atual Beco do Cotovelo. Este, precisamente, o início do arranjo urbanístico do atual centro de Sobral.



Fig. 02 – Ig. Matriz de N. Sra. da Conceição, a Sé-Catedral, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE



Fig. 03 – Ig. Matriz de N. Sra. do Rosário dos Pretinhos, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE

Nesta época, a Praça da Matriz desempenhava funções simbólicas, lúdicas, econômicas, habitacionais e políticas, confirmando a sua centralidade urbana. Destaca-se também o primeiro entreposto comercial da futura cidade, o Mercado da Gangorra, situado às margens do rio Acaraú no final da Rua Velha do Rosário, desativado em 1821 e hoje em ruínas. O florescimento da povoação deu-se em decorrência da indústria da “carne do Ceará” (charque), produto este que teve grande desenvolvimento no Nordeste no final do século XVIII como suporte de uma economia subsidiária à do açúcar. A instalação de oficinas ou “charqueadas” impulsionou as vilas localizadas em torno dos portos de escoamento e, no caso específico de Sobral, “no entroncamento das principais vias de transporte fluvial ou terrestre dos seus produtos” (GIRÃO, 1947, p. 112). O desenvolvimento de Sobral como centro de pecuária e pastoreio, principais atividades da época, deveu-se também “à sua localização geográfica na planície entre a Serra de Uruburetama e a Chapada da Ibiapaba, a chamada Serra Grande, que separa os Estados do Ceará e do Piauí” (CUNHA, 1996, p.68). Por outro lado, inserida na rota de comunicação entre a Serra da Ibiapaba e o Porto de Camocim, na foz do Rio Acaraú, a vila ainda se encontrava a meio caminho entre as cidades de São Luís e Olinda, aquela, à época capital do Maranhão e Grão-Pará e posto avançado da colonização portuguesa no Norte do Brasil e esta, então capital de Pernambuco, província responsável pelo maior volume de exportação açucareira e à qual a capitania do Ceará estava subordinada política e economicamente. Com o sucesso de Sobral como destino dos rebanhos que demandavam a foz do Acaraú, onde o gado era carneado e salgado, “a atividade comercial surgiu da necessidade dos criadores de contar com uma infra-estrutura de apoio ao transporte dos rebanhos às oficinas de salga (ROCHA, 2003, p.25). A seca de 1790/1793, que atingiu o Ceará e Pernambuco, não se estendeu até o Maranhão e o Piauí e foi deste Estado que veio o gado para reposição do rebanho cearense, amplamente dizimado no período. Assim,

os negócios de Sobral, tendo sempre o seu respaldo econômico no criatório e nas riquezas acumuladas antes das secas, possibilitaram um grande impulso no desenvolvimento urbano da vila, que, no começo do século XIX, disputava com Icó a hierarquia dos sertões da Província Ceará (STUDART, 1966, p.102).

Deu-se, portanto, nesta data a ascensão de Sobral na hierarquia urbana do Estado.

Com a queda da produção do charque no início do século XIX, motivada pelas demoradas estiagens e pela falta de maior aparato técnico, o que fez com que essa produção fosse deslocada para o sul do país, Sobral começa a desenvolver intensamente sua vocação comercial, a qual, em conjunto com a religião católica, conformará a base econômica, social e cultural para a sua consolidação como cidade. Característicos deste ciclo comercial são o desenho ortogonal da expansão de sua malha urbana e os seus primeiros sobrados, em que os cheios prevalecem sobre os vazios, quando também são construídas as igrejas do Menino Deus (Fig. 04) e de Nossa Senhora das Dores (Fig. 05) e a Casa de Câmara e Cadeia (Fig. 06). Na primeira metade do século XIX, Sobral, com uma população quase três vezes maior que a de Fortaleza, seria o principal mercado abastecedor de uma região que ia da Serra da Ibiapaba até o rio Mundaú, ligando-se indiretamente ao mercado internacional e diretamente ao nacional. Operando com os portos de Camocim e Acaraú, escoava o seu comércio preferencialmente para São Luís e Recife, de onde também recebia mercadorias. Dessa forma,

o crescimento econômico resultante do caráter polarizador da vila no norte cearense possibilitou grandes mudanças na sociedade e na política e, conseqüentemente, na arquitetura e no espaço urbano (ROCHA, 2003, p.114),

com destaque para a *mélange* entre a ortogonalidade pombalina e o risco tardo-medieval da Praça da Matriz.

Em 1821, constrói-se um Mercado Público em terreno alagadiço onde hoje se situa a Praça Cel. Sabóia (também conhecida como da Coluna da Hora). Este equipamento, demolido em 1935, organizou à sua volta o grosso da atividade comercial da cidade, contribuindo para a definição da área central tal como ela é hoje entendida. O Mercado e a Casa de Câmara, erguida em 1824, constituem-se nos principais núcleos delineadores da estrutura urbana de Sobral no período. Os sobrados, de possível inspiração arquitetônica maranhense, são levantados na cidade por proprietários pecuaristas que, acomodando suas

famílias e agregados nos pavimentos superiores, utilizavam os pavimentos ao rés do chão para a comercialização do excedente de sua produção, o que marca a transformação paulatina da rústica aristocracia do gado na refinada burguesia comercial. Símbolos do poder econômico, as residências assobradadas distribuem-se ao longo das ruas da Vitória (atual D. José) e Nova do Rosário (atual Ernesto Deocleciano), as quais são, ainda hoje, os principais eixos viários do comércio na sede municipal, no passado cruzando-se em pleno Mercado Público. No dizer de ROCHA (2003, p.116),

a maior característica da primeira metade do oitocentos foi, sem dúvida, o caráter econômico e simbólico conferido ao centro pelos sobrados, e a implantação do Mercado, integrando os dois núcleos originais da cidade (Matriz e Rosário) através das ruas Velha e Nova do Rosário e, reforçando a ligação entre elas, o Becco do Cotovelo, ou Travessa do Xerez. A atividade comercial foi, portanto, a articuladora da expansão e integração do espaço urbano sobralense daquela época. Somam-se a ela a nova concepção de traçado ortogonal e a valorização dos espaços que, diante da formação da burguesia comercial sobralense, iriam sofrer influências do requinte arquitetônico dessa nova classe social.

Esses fatores, conjugados, contribuíram para que Sobral fosse logo classificada como a segunda em grandeza (GIRÃO,1989, p.115) do Ceará, inferior somente a Aracati, neste momento o maior e mais importante entreposto comercial cearense.



Fig. 04 – Ig. do Menino Deus, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE - AI



Fig. 05 – Ig. de N. Sra. das Dores, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE



Fig. 06 – Casa de Câmara e Cadeia de Sobral, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE

A partir de meados do século XIX, Sobral, através de investimentos do governo imperial, experimenta uma expansão urbana que é considerada sua fase áurea, da qual o sobrado com oitão enobrecido, talvez a mais alta expressão da arquitetura sobralense em todos os tempos, a construção do Teatro São João (Fig. 07) em 1880 e a implantação do Boulevard Pedro II (atual Av. Dr. Guarany) e da linha de bondes puxados a burro podem ser considerados os seus destaques, evidenciando uma certa sofisticação que era reflexo da influência dos modos de vida da capital.

No Ceará, o período entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX é marcado pela atividade algodoeira. Iniciado com a Guerra da Independência dos Estados Unidos, foi, na verdade, com a Guerra da Secessão, ocorrida naquele país entre 1860 e 1865, que se deu o mais forte impulso da economia do algodão no Ceará, a qual se deu dependente da Inglaterra, sendo fundamental para a definição de Fortaleza como capital política e econômica do Estado a partir da importância gradativa do escoamento da produção pelo seu porto. Em 1881, era criada a Estrada de Ferro de Sobral, ligando a cidade ao porto de Camocim, estrutura esta que por muito tempo delimitou a expansão da cidade. Para ROCHA (2003, p.119),

o binômio econômico formado por Sobral e Camocim era um exemplo de como as estradas de ferro se implantaram no Brasil para atender o comércio a partir da navegação de cabotagem e o mercado exterior que sustentava os interesses da indústria inglesa.

O ano de 1887 é o marco da industrialização do algodão na cidade com a criação da Fábrica de Tecidos de Sobral (Fig. 08), de propriedade de Ernesto Deocleciano, novo equipamento que provocou o surgimento e a implantação de inusitadas tipologias arquitetônicas na paisagem sobralense, a saber, o conjunto fabril e a vila operária. Nos começos do século XX, com o início da transferência do poderio capitalista da Inglaterra para os Estados Unidos e o definitivo estabelecimento do sudeste na liderança da produção industrial brasileira, deu-se também a arrancada da indústria cearense, com a posição central de Fortaleza. Para ROCHA (2003, p.121), esta atividade econômica

“surgiu como uma solução para o excedente do algodão produzido e não como fruto de uma mentalidade industrial empreendedora”.



Fig. 07 – Teatro São João em 1930
Fonte: Arquivo IPHAN/CE



Fig. 08 – Fábrika de Tecidos de Sobral, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE

Em Sobral, como reflexo dessa movimentação, surgem a Companhia Industrial de Algodão e Óleos S/A – CIDAIO, em 1921, e a Companhia de Luz e Força de Sobral, em 1924. À época, Sobral e Camocim formavam uma unidade econômica regional, a primeira como centro coletor e distribuidor de mercadorias e a última como porto. Sobral, como o principal mercado de todo o Vale do Acaraú, Ibiapaba e de parte do Piauí, reforçava essa sua condição com as cheias, quando a comunicação com Fortaleza se tornava difícil ou até mesmo impossível. A construção da ponte Otto de Alencar em 1935 veio facilitar o escoamento da produção agrícola e industrial, antes realizado apenas pela via férrea. Sua conclusão e o término da execução da estrada Sobral-Fortaleza em 1949 são marcos do declínio econômico de Sobral em favor da capital. No que diz respeito às transformações urbanísticas, demole-se o Mercado Público em 1935, com a implantação de um novo entreposto comercial perto do cemitério, gerando diferenciação de uso na área comercial do centro. No lugar do mercado demolido, levantou-se uma Coluna da Hora (Fig. 09) à semelhança da existente em Fortaleza, num momento em que “a função econômica do centro estava abrigada nos vários estabelecimentos comerciais, trazendo uma tipologia destoante da paisagem” (ROCHA, 2003, p.123).

Criada em 1915, sob a liderança de D. José Tupinambá da Frota, a Diocese de Sobral, além do poder religioso, desempenhou na cidade e na região importante papel político e administrativo, realizando obras de vulto tais como, dentre outras, a Santa Casa de Misericórdia (Fig. 10), o Ginásio Diocesano, o Banco Popular de Sobral, o Palácio Episcopal e o Museu Diocesano. D. José (Fig. 11), reunindo em sua figura elementos dos poderes clerical e secular, imprimiu sua marca não somente no desenho da cidade como também em vários aspectos da cultura e do modo de ser sobralenses, construindo com a sua atuação, talvez, a mais forte contribuição à formulação do mito da “sobralidade triunfante” (FREITAS, 2000, p.48), conceito elaborado culturalmente pela autoridade (e autoritarismo) da elite sobralense e central para a compreensão da imagem que esta faz da cidade e de si própria.

Com o fim da II Guerra Mundial e estabelecida a hegemonia dos Estados Unidos como principal potência econômica do globo, entra em declínio a

indústria nordestina. No Ceará, assiste-se à orquestrada valorização política e econômica de Fortaleza como o seu mais destacado pólo em detrimento de outras cidades, processo esse que é a gênese da macrocefalia e da debilidade da rede urbana cearense e do “inchaço” de sua capital. Fortaleza passou então a concentrar a maior parte do parque industrial do Estado, fazendo com que a atividade sofresse considerável redução em vários municípios, dentre eles Sobral. Somente nos últimos anos registrou-se algum impulso neste setor na cidade com a implantação de indústrias de porte, algumas atendendo mercados nacionais e internacionais.



Fig. 09 – Coluna da Hora, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE



Fig. 10 – Santa Casa de Misericórdia, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE



Fig. 11 – Museu Diocesano D. José, início do século XXI
Fonte: Acervo pessoal

Sobral é a segunda maior cidade do interior em população do Ceará, perdendo apenas para Juazeiro do Norte, e a terceira economia cearense, com um PIB da ordem de R\$ 1.527.504.000,00 (IBGE/2006), ficando atrás somente de Fortaleza e de Maracanaú. Apresenta um Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM de 60,56 (IBGE/2008) e um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,699 (7º entre os 184 municípios do estado). Além da significativa concentração industrial, conta com a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e com um campus avançado da Universidade Federal do Ceará – UFC, bem como com uma intensa atividade terciária (comércio e prestação de serviços), só encontrando paralelo no Estado, além de Fortaleza e de sua região metropolitana, na região do Crajubar (Crato, Juazeiro e Barbalha), em termos de desenvolvimento sócio-econômico. Por esta razão, polariza grande parte dos municípios da zona norte/noroeste do Ceará, assim como outros do Piauí e do Maranhão, evidenciando grande vitalidade econômica, visível na própria dinâmica municipal. No final do século XX, a zona urbana da sede de Sobral passou a abrigar quase 90% da população do município, reflexo do crescimento por que passou a cidade pelo fato de ter se constituído no principal pólo de atração de contingentes populacionais da zona norte do Estado, mormente por motivo de sua condição de centro coletor e distribuidor, com forte presença do terciário.

Em termos políticos, a Diocese, arrimando-se na figura de D. José Tupinambá da Frota, chamou para si a responsabilidade sobre a gestão da cidade, substituindo, no seio da comunidade sobralense, o tradicional gerente político pelo mandatário do poder eclesiástico. Esse fato, somado à suspensão da vida democrática nacional com o movimento militar de 1964, fizeram com que as lideranças políticas se fizessem perceber somente através da ação dos grupos familiares, o que concorreu para a decadência da cidade. Por outro lado, responsável desde sempre pela orientação da expansão urbana, a elite sobralense, formada pelas famílias tradicionalmente abonadas, passa a ser paulatinamente substituída por outros segmentos sociais dotados de capital, retraídos, entretanto, quanto à disponibilidade de investir em transformações urbanísticas. Sem norte, tanto no âmbito público quanto no privado,

a intensa urbanização trouxe aumento dos bolsões de pobreza que cercam a cidade e uma expansão da malha urbana que não encontrou correspondência na qualidade espacial da zona central e nos serviços de infra-estrutura (ROCHA, 2003, p.127).

Com isso, a cidade assistiu à sua própria degradação física e espacial, tão bem expressa na descaracterização do seu sítio histórico. Motor de um processo comum às demais cidades brasileiras de mesmo porte nos últimos 30 anos, em Sobral, a perspectiva de lucro imobiliário passou a presidir todas as intervenções urbanísticas, deixando em segundo plano valores sócio-culturais ou preocupações tais como o equilíbrio ambiental. Assim,

a terra urbana, mais do que nunca entendida como mercadoria, tem sido o instrumento pelo qual a classe dominante promoveu e promove a atual desordem da cidade, seguindo a lógica capitalista da extração da mais valia; em especial, a contribuição arquitetônica dos estabelecimentos comerciais e de serviços na paisagem urbana se processou de forma desconexa com o entorno (ROCHA, 2003, p.130).

Esta sua condição, dificilmente encontrada na maioria das chamadas cidades históricas brasileiras de padrão médio, associada à inexistência de políticas preservacionistas nos âmbitos municipal e estadual e à demora da definição da proteção federal, num ambiente cultural pouco afeito e sem tradição quanto à preservação do patrimônio histórico e artístico, podem ser apontadas

como as causas da descaracterização do sítio histórico de Sobral. Por outro lado, como se verá, a complexidade do seu processo de tombamento, correspondente à do arranjo urbano-ambiental da cidade, e o resultado do cruzamento da legislação municipal de uso e ocupação do solo com os requisitos legais da proteção federal definiram uma nova forma de enfrentamento quanto à gestão do setor urbano em foco, necessariamente integrada e compartilhada. Nos últimos anos, graças a um pacto firmado pelas elites da cidade, este processo de decadência foi interrompido, registrando-se alguns fatos que expressam eloqüentemente a retomada do desenvolvimento sócio-econômico sobre uma base política comprometida com os destinos do Município, a saber:

- O fortalecimento e consolidação de instituições locais nos planos estadual, regional e nacional, tais como a Santa Casa de Misericórdia e a Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA;
- A atração de instituições relevantes no plano nacional, tal como a UFC;
- O fortalecimento da atividade industrial, de que é exemplo a implantação da indústria gaúcha Grendene Sobral S/A, com seus mais de 18.000 funcionários, principal injetora de capital na cidade;
- A ruptura parcial do modelo político baseado nas oligarquias e o surgimento de novos dirigentes, alguns deles com destaque nacional;
- O estabelecimento de um ordenamento urbanístico para a cidade, expresso na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral e da portaria específica relacionada a usos e ocupações no sítio histórico;
- O tombamento federal do sítio histórico em 1999, responsável pela afirmação da cidade no panorama nacional da preservação do patrimônio cultural e pela contribuição que deu ao refinamento de sua gestão.

Sobral, como as demais cidades médias brasileiras, experimentou um significativo crescimento nos últimos anos. Segundo FREIRE (2011),

nas últimas décadas, as cidades médias passaram a ser evocadas como atrativas para a implantação de investimentos por oferecerem vantagens competitivas e condições necessárias à produção mundializada. Esses investimentos são expressos,

sobretudo, pela implantação de indústrias provenientes de outros estados do Brasil, pela expansão das atividades de comércio e o aumento da oferta de serviços nessas cidades,

o que bem caracteriza e explica o caso sobralense. Dentre outros, são considerados pontos positivos desse processo a oferta de serviços mais especializados e a ampliação e diversificação do fluxo de pessoas, produtos e informações e, como pontos negativos, as desigualdades intra-espaciais resultantes do crescimento sem planejamento e o aumento da miséria e da violência urbana. FREIRE (2011) aponta os responsáveis por essa movimentação:

todo esse crescimento tem se dado principalmente através dos investimentos do poder público estadual e municipal, que, aliado às elites locais, tendem a atrair novos investimentos para a economia local,

o que também contempla o processo havido em Sobral. ELIAS (2011), referindo-se à significativa gama de espaços urbanos não-metropolitanos brasileiros que apresentam grande dinamismo econômico e populacional, integrados à economia globalizada, cita Sobral, dentre outras urbes nordestinas, como cidade que atravessa relevantes transformações sócio-espaciais:

algumas dessas cidades exercem papéis regionais clássicos de cidade de porte médio para atividades como ensino superior, saúde, comércios e serviços especializados. Da mesma forma, desempenham um papel importante no oferecimento de parte das demandas das principais atividades produtivas que se dão na sua área de influência, compondo um conjunto urbano e econômico maior. Vale destacar que esses papéis regionais se combinam com interesses e comandos advindos de outras escalas, ampliando a intereção entre as diferentes escalas geográficas, que acaba por ser determinante para a posição que cada uma ocupa a hierarquia urbana brasileira.

Essa nova condição é que fez com que Sobral, recentemente, fosse eleita como uma das dez pequenas cidades das Américas com maior perspectiva de retorno para investidores estrangeiros⁵⁵.

⁵⁵ Cf. Foreign Direct Investment Magazine, publicação britânica sobre comércio exterior, em edição de 2011.

Com todos esses atributos, Sobral hoje constitui um interessante estudo de caso para a discussão da contribuição dos processos preservacionistas ao desenvolvimento sócio-econômico e humano, num momento em que se dispõe de novos mecanismos de controle e desenvolvimento urbano, bem como de possibilidades inéditas de cooperação entre os governos municipal, estadual e federal, em meio a um alvissareiro momento econômico e financeiro.

3.2. Memória, Comunidade e Poder Local

Se no passado colonial e imperial o exercício do poder no município esteve francamente associado à atuação dos coronéis da política sobralense, famosos por seus sobrenomes e suas maneiras autoritárias e truculentas, o que fez com que fossem vistos como “heróis da sobralidade” (FREITAS, 2000, p.27), em nossos dias, mais especificamente na última década do século XX, notabilizou-se pela alternância anárquica de prefeitos, processo este várias vezes confundido com algo vergonhoso e corrupto, para muitos indigno, pois, da tradição de Sobral.

Com efeito, neste período desenvolveu-se conturbadamente a gestão de Ricardo Barreto (1992-1996), também conhecida como “troca-troca”, referência às constantes substituições do titular pelo seu suplente, o vice-prefeito Aldenor Façanha Júnior. Essas mudanças se davam por motivo das denúncias, por parte da oposição, de prática de corrupção pelo prefeito, e a cada vez que este era pronunciado desfavoravelmente, o vice, rompido com Barreto e já aliado dos Ferreira Gomes, importante família de políticos locais e posteriormente de projeção nacional, então filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, assumia o poder. O “troca-troca” levou ao esvaziamento dos cofres públicos municipais, tornando-se motivo de acusações mútuas entre os grupos alinhados em torno dos dois contendores. Estendeu-se até pouco antes do final do mandato, no final de 1996, quando finalmente o vice-prefeito assumiu de vez o cargo. Este fato fez com que a campanha eleitoral seguinte fosse pautada pelos mitos do “herói”, do “sangue”, da “união por Sobral” e da “sobralidade triunfante”,

todos de fundamental importância para o entendimento do que veio a se produzir posteriormente, com desdobramentos tanto nos amplos campos da política sobralense, cearense e nacional quanto no domínio estrito da preservação do patrimônio cultural integrante do sítio histórico da cidade.

Com efeito, em Sobral, assim como também em grande parte dos municípios brasileiros, sob a capa ideologicamente mal-cerzida dos partidos políticos, o que se observa é uma contenda entre famílias tradicionais na disputa do poder institucional. ABREU FILHO (apud FREITAS, 2000, p.29) considera que “o sangue é um instrumento de identificação e diferenciação das famílias e, conseqüentemente, de tipificação dos indivíduos”. Para este autor, a partir da análise por ele feita das relações familiares como sistema de parentesco em uma pequena cidade de Minas Gerais, esse conceito possibilita

pensar a hierarquia social a partir de uma hierarquia de famílias; ... o sangue, no discurso construtor de uma identidade, configura-se como definidor e transmissor de qualidades ligadas à constituição do corpo, de instintos e da conduta moral e comportamental, qualidades estas perpetuadas de geração a geração. O indivíduo passa a fazer parte de uma totalidade que o transcende, o define como pessoa, o explica e o localiza na hierarquia construída no contexto das relações sociais. Esta totalidade representada pelo sangue estabelece relações distintas entre famílias, construindo uma natureza específica para cada uma delas... constituindo o mito da tradição familiar, baseada em tipificações que têm a pretensão de influenciar a constituição da individualidade de cada membro da família (ABREU FILHO, apud FREITAS, 2000, p.29).

Esse recurso, no âmbito sobralense, somado à valorização extremada da história da cidade, destaca aqueles que, independentemente da ideologia ou do caráter, têm sua atuação como sujeito social e político acreditada como basilar para a constituição daqueles feitos, criando em torno desses personagens da política e da mundanidade uma aura heróica eivada de predicados associados à bravura e à defesa incondicional da terra, “símbolos que têm o poder de encarnar idéias, pontos de referência, inspirações e aspirações da identidade coletiva” (CARVALHO, apud FREITAS, 2000, p.30). Para este autor, os heróis sobralenses “são apresentados para atingir o coração dos cidadãos a serviço de legitimar determinado estado das relações sociais vigentes” (FREITAS, 2000, p.31).

Assim, a memória de Domingos Olímpio⁵⁶, Chico Monte⁵⁷, Senador Paula Pessoa⁵⁸, D. José Tupinambá da Frota⁵⁹, José Sabóia⁶⁰, Plínio Pompeu⁶¹, José Euclides Ferreira Gomes⁶² somar-se-ia à trajetória contemporânea de Cid, Ciro e Ivo Ferreira Gomes, perfazendo uma extensa galeria de mitos sobralenses, útil, dentre outros fins, para legitimar o sentido e o propósito de determinadas medidas políticas e administrativas. Por seu turno, o conceito de “sobralidade triunfante”, no dizer do seu divulgador, constrói-se no eixo de uma disputa na qual as famílias exibem-se como as legítimas representantes do sangue e da tradição da elite sobralense:

para legitimar uma proeminência relativa às posições sociais que ocupam, o que representa uma conformação sócio-moral da hierarquia social... este mito passa por um processo de naturalização, pois postula um saber, um passado, uma memória, uma ordem comparativa de experiências, idéias e decisões, influenciando a limitação de um conceito de sobralense que pretende ser válido para todos os habitantes da cidade. É uma construção que se faz cúmplice de uma presença emprestada da memória ... ou seja, a pretensão é fazer com que [este conceito] satisfaça a si mesmo, seja autônomo e independente e que seu conteúdo ideológico [exerça] uma função de distanciar a memória social do tempo no qual ocorre o acontecimento, difundindo a sua convicção para além do tempo fundador, convertendo-se em um credo de todo um grupo social, perpetuando a energia vital do tempo de efervescência do acontecimento referido pela memória (FREITAS, 2000, p.32).

Aqui domina o que RICOEUR (1990, apud FREITAS, p.32) chama de definição, “por parte de um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar”.

As duas principais chapas concorrentes ao pleito municipal sobralense de 1996 se apresentavam como legítimas herdeiras da “sobralidade

⁵⁶ Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (Sobral, 1851 – Rio de Janeiro, 1906) foi jornalista e romancista. Autor de *Luzia Homem* (1903), é patrono da cadeira Nº 8 da Academia Cearense de Letras.

⁵⁷ Francisco de Almeida Monte (Sobral, 1895 – Brasília, 1960) foi deputado estadual e federal e fazendeiro.

⁵⁸ Francisco de Paula Pessoa (Granja, 1795 – Sobral, 1879) foi militar, deputado provincial e senador do Império de 1849 a 1879. Por ter sido comboieiro, era popularmente conhecido como o “senador dos bois”.

⁵⁹ D. José Tupinambá da Frota (Sobral, 1882 – Sobral, 1959) foi bispo católico de Sobral entre os anos de 1916 e 1959, tendo fundado os colégios Santana e Sobralense, o Patronato Imaculada Conceição, o Museu Diocesano e a Santa Casa de Misericórdia.

⁶⁰ José Sabóia, nascido em Sobral, foi importante militar e político.

⁶¹ Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães (Ipu, 1892 - Ipu, 1994) foi engenheiro, deputado federal e senador, tendo sido também Prefeito Municipal de Fortaleza de 1934 a 1935.

⁶² José Euclides Ferreira Gomes Júnior (Sobral, 1918 - Sobral, 1996) foi advogado e defensor público, além de Prefeito Municipal de Sobral de 1977 a 1982.

triunfante”, mantendo-se completamente distanciadas e avessas à vergonha do “troca-troca”, sendo, porém, entendidas entre si e pelos eleitores de diversas formas. A candidatura de situação⁶³ era criticada pelos Ferreira Gomes pelo fato de que a titular da chapa não era sobralense, o que fez desencadear uma reação dos acusados, em especial do vice-prefeito, que postulava, por seu trabalho à frente da Santa Casa de Sobral, um lugar na galeria dos heróis sobralenses vivos. Entretanto, a sua condição de vice, posição limitante na política brasileira, fez com que “a memória viva de D. José” tivesse pouco peso no resultado da votação. Por seu turno, a candidatura de oposição, conduzida por Cid Ferreira Gomes e Edilson Aragão⁶⁴, respectivamente engenheiro civil e arquiteto e urbanista, caracterizava as demais como atrasadas e que, se eleitas, levariam Sobral ao caos político, administrativo, cultural e econômico. Aliando a tradição, representada pela figura de José Euclides Ferreira Gomes, então recentemente falecido, a uma imagem de modernidade tomada de empréstimo ao chamado “Governo das Mudanças”⁶⁵, esta candidatura soube construir um discurso cujo eixo fundamental foi a retomada do vigor e do prestígio alcançado por Sobral no passado, agora através de práticas administrativas modernas, implementadas por um grupo que se entendia comprometido com a história da cidade e, portanto, plenamente capaz de construir o seu presente e imaginar o seu futuro. Esta chapa, vencedora da eleição municipal portando o lema “Sobral no Rumo Certo”, desenvolveu uma idéia de administração municipal que tinha como base

elementos da tradição, a partir da qual a missão cultural da sobralidade tem que ser preservada e, ao mesmo tempo, modernizada e conectada aos novos tempos apontados pela modernidade. A significância desta idéia está ligada à presumida superioridade, ou à impossibilidade de substituir os valores culturais da cidade, que devem ser preservados e desenvolvidos com base nos mais modernos padrões tecnológicos, econômicos e culturais (FREITAS, 2000, p.33).

Cabe destacar, por inusitado, o papel das lideranças políticas de esquerda no processo eleitoral sobralense de 1996. Base e laboratório de ensaio

⁶³ Encabeçada por Cândida Figueiredo e pelo Padre José Linhares.

⁶⁴ Cid Ferreira Gomes era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e Francisco Edilson Ponte Aragão ao Partido dos Trabalhadores - PT, o que constituiu, à época, uma das mais inusitadas parcerias políticas havidas no Brasil.

⁶⁵ Lema do período governamental do estado do Ceará liderado por Tasso Jereissati e Ciro Ferreira Gomes (1986 – 2001).

para uma futura estratégia político-eleitoral nacional, a coligação dos partidos de esquerda, liderados pelo Partido dos Trabalhadores – PT, com o grupo dos Ferreira Gomes, então filiados ao PSDB, significou o estabelecimento de um pacto entre diversos setores da elite (econômica, política, social e intelectual) sobralense em favor da recuperação da imagem de um tempo triunfal de progresso e desenvolvimento, incrustada no imaginário desta mesma classe social e reiterada no seu discurso até o ponto de se fazer consensual, apagando barreiras de classe, credo e ideologia. Para tanto, foi importante criar um sentimento de solidariedade baseada em interesses comuns, consumindo uma homogeneidade essencial entre a candidatura Cid Ferreira Gomes e a esquerda, apesar desta homogeneidade de interesses ser imprecisa e indefinida (FREITAS, 2000, p.35). Essa posição, a essência desse trato, guarda profundas relações com o conceito de “sobralidade triunfante” e ainda permanece de certa forma intocada, justificando ações administrativas e intervenções de vulto no espaço da cidade porque oriunda de um grupo sócio-político, o qual se é ideologicamente diverso, é também um exemplo eloqüente da continuidade da influência das “boas famílias” de Sobral na construção do inconsciente coletivo da cidade, fundamento este que foi habilmente trabalhado também para, dentre diversos outros fins, garantir, a seu tempo, a preservação do seu sítio histórico.

3.3. Elite, Imaginário, Patrimônio Cultural e Participação Popular

Se a gestão “Sobral no Rumo Certo” só começaria de fato em 1997 com a posse de Cid Ferreira Gomes e Edílson Aragão, no campo da preservação do patrimônio cultural ela já havia se iniciado no ano anterior com a movimentação no sentido do tombamento federal do sítio histórico, apoiada por um grupo de jovens intelectuais, políticos, empresários e técnicos sobralenses. Este grupo, aliás, é o mesmo que irá empalmar a gestão da cidade com a diversidade de suas orientações políticas, porém reunido em torno de um compromisso com o soerguimento da cidade no campo estadual e nacional, processo em que a preservação do sítio histórico se firmou como uma bandeira programática, administrativa e simbólica da mais alta relevância. Motivado pelo

anúncio da compra, por empresa comercial que o pretendia demolir, do antigo Solar dos Figueiredo e residência do ex-Senador Paula Pessoa, situado no *cuore* do sítio histórico e à época arruinado, o grupo se organizou para não só impedir a destruição do edifício, defendendo sua recuperação associada a um novo uso institucional, como também propor uma proteção para todo o restante do conjunto antigo, igualmente ameaçado pela dinâmica econômica da cidade e pela falta de instrumentos legais de preservação. Vale ressaltar que, neste momento, não havia na legislação municipal de uso e ocupação do solo qualquer dispositivo voltado à preservação do patrimônio construído nem tampouco constava do programa de trabalho da Secretaria Estadual de Cultura nem da representação estadual do IPHAN qualquer ação neste sentido.

No plano federal, somente no final de 1997 é que seria iniciado o processo de tombamentos dos sítios históricos cearenses⁶⁶, com o da cidade de Icó. Consciente de sua tarefa, o grupo não negou suas origens: soube construir um discurso triunfalista, positivista e nativista cujo objetivo principal era o tombamento federal do sítio histórico, o qual logo se tornou contagiante e consensual, considerados os eficazes meios de influência e persuasão empregados pela elite sobralense para fazer prevalecer os seus interesses, já aqui abordados. Para tanto, o grupo responsável pela proposta de tombamento encaminhou oficialmente solicitação à direção da 4ª.Coordenação Regional do IPHAN – 4ª CR/IPHAN, em Fortaleza, acompanhada de um alentado abaixo-assinado com quase 2.000 assinaturas, documentação esta apresentada pelo Padre Francisco Sadoc de Araújo, professor da UVA e figura respeitada nos meios culturais da região.

No texto da petição, faz-se referência especial ao acervo de bens culturais da cidade de Sobral, “cujo valor transcende as fronteiras locais”, reconhecendo-se, entretanto, que “este patrimônio vem sendo, nos últimos anos, sistematicamente delapidado (sic), destruído ou descaracterizado, em decorrência da desinformação, da falta de sensibilidade ou, simplesmente do descaso”.

⁶⁶ Os sítios históricos cearenses tombados pelo IPHAN são Icó (1997), Sobral (1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2003).

Assim, “os abaixo-assinados filhos moradores e admiradores da cidade de Sobral” solicitaram do IPHAN

que examine a possibilidade da adoção imediata de medidas de proteção ao acervo da cidade com o intuito de salvar e resguardar o que ainda resta do precioso legado, [dizendo ainda da desnecessidade] de mencionar a importância de que se reveste tal iniciativa para as futuras gerações que terão na permanência desses símbolos do passado testemunhos eloqüentes do relevante papel desempenhado [por Sobral] no processo de desenvolvimento social, econômico e cultural do estado do Ceará e do Nordeste.

No abaixo-assinado, estão registradas as profissões dos signatários, com predominância daquelas do mundo liberal de formação universitária, o que diz com bastante eloqüência de suas posições na pirâmide social.

Analisando-se a peça, vê-se que a mesma se fundamenta na consideração de um pretense reconhecimento tácito, em nível nacional, do valor do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade, ao tempo em que denuncia o progresso das ações deletérias que concorrem para a sua eliminação, talvez incompatíveis, incoerentes ou até mesmo absurdas quando as cotejamos com a visão que tem de Sobral sua elite, naquele momento, contraditoriamente, o principal agente de descaracterização e destruição do patrimônio cultural edificado. Ressaltando a urgência da tomada de medidas saneadoras e destacando a contribuição da antiga vila colonial para a consolidação territorial do Estado e da Região, exige-se que se salve e resguarde o seu acervo construído através de instrumentos legais. Portanto, reconhece-se o tombamento federal (e não a proteção devida às demais esferas de poder ou às determinações do Plano Diretor Municipal) como o instrumento adequado à proteção do conjunto antigo, este já visto como algo em boa medida descaracterizado e falto de integridade, mas que, por sua relevância histórica e artística, estava a merecer aquela distinção. Se havia uma clara visão meritória e heráldica do tombamento, algo intrinsecamente ligado às tradições da cidade e de que as futuras gerações poderiam se orgulhar, por outro lado inexistia qualquer preocupação ou indagação quanto à integração do patrimônio preservado à dinâmica urbana ou à produção do espaço, bem como quanto aos seus desdobramentos após a decretação da

proteção federal. Esta parecia ser entendida como uma especial deferência da nação para com a cidade, rara homenagem conferida a um sítio histórico, e não como o início de um complexo concerto de forças e instâncias públicas e privadas, dificilmente com posições convergentes ou consensuais. Não há no documento qualquer referência à intromissão, a partir do tombamento, de figuras do direito público e coletivo na seara do direito privado, *locus* mesmo da propriedade. A solicitação afigura-se, pois, como uma comunicação concisa e de essência romântica quanto ao tombamento do sítio histórico, seja pelo ineditismo do emprego deste instrumento até então no Estado, seja pelo desconhecimento, por parte dos seus proponentes, de seus efeitos na gestão urbana. O documento retrata, portanto, com grande nitidez, o grau de compreensão, por parte de uma comunidade cearense esclarecida, acerca das questões referentes à preservação do patrimônio cultural em um dado momento. Para o grupo formulador da proposta de tombamento, segundo FREITAS (2000, P.39),

a preservação e o tombamento [do] perímetro urbano... sugere a retomada de um período áureo de opulência e riqueza para a cidade, pautando-se em lembranças inspiradas pelos espaços contidos no núcleo urbano tombado. [Posteriormente,] baseando-se nesta memória de um período áureo, a administração pública representada pelo prefeito Cid Gomes constrói um discurso que em seu conteúdo soma tradição, memória e modernidade, apontando um pioneirismo, uma autonomia, uma democratização no acesso aos espaços, uma produtividade acelerada do ponto de vista cultural e econômico, e superioridade da sobralidade adaptando as memórias ao presente.

Entretanto, esta fase assinala o término da participação da comunidade sobralense no processo de tombamento do sítio histórico, não tendo sido convidada a tomar parte nas etapas seguintes e somente tomando conhecimento da proteção final quando de sua aprovação, a 13 de agosto de 1999, pelo Conselho Consultivo do IPHAN.

3.4. O Processo de Tombamento e Gestão do Sítio Histórico de Sobral

A extensa instrução para tombamento federal do conjunto urbanístico de Sobral foi finalizada pela equipe técnica da 4ª Superintendência Regional do

IPHAN - 4^a.SR/IPHAN em dezembro de 1997 e compreende três volumes, distribuídos da seguinte forma: o primeiro é composto de apresentação; metodologia para elaboração da pesquisa; meio físico e etimologia; histórico e evolução urbana; cartografia da evolução urbana; e análise morfológica (nível da percepção – análise à distância); o segundo aborda, em continuação, análise morfológica (nível da percepção – o interior do espaço urbano); nível das informações secundárias; resumo da cartografia da análise morfológica; resumo do cruzamento dos dados históricos e morfológicos; recomendações; justificativa da proposta de tombamento; descrição e mapas das poligonais de tombamento e entorno; bibliografia; e ficha técnica; e o terceiro apresenta um conjunto de fotografias dos principais edifícios e espaços do sítio histórico, com indicação de suas tomadas no mapa da cidade.

O dossiê se inicia com uma apresentação sobre a sua constituição e o seu propósito, na qual se informa sobre a evolução dos procedimentos preservacionistas do IPHAN relativos ao patrimônio edificado ao longo de sua história, com a intenção de se construir um cenário a ser contraposto por uma nova proposição, motivo da elaboração do estudo em tela. Com esse fito, explica-se que

no Brasil, as áreas urbanas foram tradicionalmente designadas patrimônio com base no seu valor artístico, aferido geralmente na exigência de um conjunto homogêneo de edificações representativo da história dos estilos e das manifestações arquitetônicas julgadas relevantes para a formação de nossa identidade cultural e [tendo como referência as] cidades monumento, [com seus] imóveis íntegros do período colonial, sobretudo dos séculos XVII e XVIII (4^a. SR/IPHAN, 1997).

Em continuidade, outros valores começaram a influir na seleção de áreas urbanas para tombamento a partir do final dos anos de 1950, momento em que “a cidade histórica passa, progressivamente, a ser compreendida mais como um testemunho da evolução da organização social e menos como uma obra de arte” (4^a.SR/IPHAN, 1997). Esse processo só vai se consolidar na década de 1980 com “uma nova abordagem teórica para a fundamentação dos tombamentos de conjuntos urbanos, definidos agora como objetos culturais vinculados não somente à arte e à arquitetura, mas, sobretudo, à história, à etnografia, à

arqueologia e a outras disciplinas” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse passo, os núcleos urbanos passam a ser tombados com base em sua contribuição à

consolidação ou conformação do território brasileiro ou como catalisadores da formação de redes de cidades, ou, ainda, como documento de processos sociais e econômicos de relevância nacional, em que o valor histórico, tomado num sentido amplo de registro de processos econômicos e sociais, comanda a seleção do [...] patrimônio urbano (4ª.SR/IPHAN, 1997).

É, pois, precisamente nesse instante, que se afirma-se que o órgão federal de preservação desenvolve, pela primeira vez, um método sistemático para a seleção e a preservação de áreas urbanas, fundamentado no conceito de “cidade-documento”, caracterizado pelo

estudo das etapas de formação e desenvolvimento do núcleo urbano e a identificação das marcas deixadas no espaço pelos processos históricos mais importantes, [implicando dentre outros desdobramentos] na possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até este momento (4ª. SR/IPHAN, 1997).

Questão central e polêmica em qualquer processo de tombamento, a seleção do acervo a ser protegido, se teve ampliados e recolocados seus marcos pelos princípios da Nova Historiografia, não teve contemplada, na mesma escala de importância, a análise qualitativa da dimensão morfológica dos espaços urbanos enfocados, bem como “gerou também alguns problemas de legitimação social do ato do tombamento na medida em que este sempre esteve, em decorrência da própria prática do IPHAN, tradicionalmente vinculado ao valor estético do objeto alvo da proteção” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Portanto, a investigação espacial do sítio histórico baseada na apreensão e interpretação da forma da cidade tomada analítica e sinteticamente, é a grande novidade metodológica apresentada pelo ETF/Sobral, até então ainda não desenvolvida em qualquer outra instrução de tombamento e completamente diferente (para não dizer antagônica) em relação às demais elaboradas para Icó, Aracati e Viçosa do Ceará, ainda mais se considerarmos os seus resultados e desdobramentos. Assim, em Sobral, “considerou-se não somente a vinculação do acervo urbano a ser preservado aos processos históricos e sociais ocorridos no espaço, mas também aos dados

relativos à sua dinâmica funcional e morfológica atual” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Buscando evitar ao máximo o arbítrio e a subjetividade das escolhas feitas segundo critérios históricos e artísticos anacrônicos, defasados ou insuficientes para abarcar a complexa urdidura do urbano, no ETF/Sobral

procurou-se desenvolver um processo de conhecimento da área a ser tombada que permitisse estabelecer as principais diretrizes para a sua preservação [...] Os levantamentos empreendidos e os dados gerados nos estudos realizados, conduziram não somente a uma seleção dos objetos e aspectos a serem protegidos mas também a um elenco de recomendações que possibilitam encaminhar as ações necessárias à preservação do conjunto (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Considerou-se aqui o tombamento, para além de uma distinção de louvor a um setor de uma cidade ou de uma referência simbólica sem maior efeito prático, um instrumento legal e urbanístico “capaz de alterar a prática do planejamento e intervir na dinâmica urbana, revertendo processos de perda e descaracterização” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Tomando-se o sítio histórico em termos de sua autonomia e peculiaridade, vez que “o conjunto urbano é um tipo diferente e particular de objeto patrimonial que exige procedimentos próprios de identificação e preservação” (4ª.SR/IPHAN, 1997), procurou-se construir um método de abordagem e interpretação de sua estrutura urbano-arquitetônica, no qual,

além do levantamento de dados históricos sobre a formação e a evolução da cidade, foram utilizadas técnicas de análise e apreensão do espaço urbano que permitiram listar as características morfológicas que a identificam, bem como as intervenções que contribuem para realçar ou prejudicar o seu desempenho (4ª.SR/IPHAN, 1997),

numa clara demonstração da vinculação do estudo a um tratamento urbanístico do patrimônio edificado⁶⁷. Nessa linha, o ETF/Sobral, elaborado a partir de colaboração firmada entre a 4ª.SR/IPHAN, a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado da Cultura, é tido como um

⁶⁷ Ideológica e conceitualmente, o ETF/Sobral deriva da proposta que presidiu a elaboração da instrução da cidade de Brasília, apresentada à UNESCO, para que esta cidade fosse alçada à condição de patrimônio da humanidade.

fundamental passo de uma profícua parceria em favor do patrimônio [da] cidade, [vez que] a área urbana é, antes de mais nada, um fato socioeconômico que depende de muitos fatores para manter-se preservada, [não havendo solução para o problema] fora da ação conjunta entre os vários níveis do poder público, do planejamento urbano e da ação educadora (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Em seguida, há uma ementa que fala do trabalho como pesquisa inovadora no âmbito da instituição, fundamentada em uma grande diversidade de dados substantivos e objetivos e construída a partir das evidências obtidas do cruzamento de dados referenciais, todos cuidadosamente coligidos e sistematizados, procedimento esse que guarda muito mais relações com aqueles próprios da academia do que com os procedimentos tradicionais da instituição que o produziu.

Na seqüência, passa-se à apresentação da metodologia empregada para a elaboração da pesquisa, informando-se que

a seleção de áreas para preservação na cidade de Sobral decorreu de estudos sobre os processos socioeconômicos e históricos de formação e desenvolvimento da cidade e da identificação das características físico-espaciais ou, mais genericamente, morfológicas, que lhe conferem caráter e identidade (4ª. SR/IPHAN, 1997).

Os estudos históricos abordaram:

- A bibliografia e os aspectos documentais, fotográficos e cartográficos, úteis como fonte de informação sobre a história urbana de Sobral e sobre a forma de inserção dessa cidade e do Ceará no contexto sócio-econômico e cultural brasileiro;
- As fontes históricas citadas nos estudos realizados sobre a evolução urbana de Sobral;
- Os papéis dos diversos agentes sociais envolvidos na consolidação física da região.

Para que fosse identificado “o modo como os processos históricos deixaram sua marca no espaço urbano” (4ª.SR/IPHAN, 1997), faz-se referência às manifestações do patrimônio cultural imaterial (celebrações, formas de

expressão, lugares e saberes e fazeres) sobralense e a maneira como se apropriam e transformam o espaço urbano, informações essas que complementaríamos o levantamento de dados sobre a cidade mas que, infelizmente, não puderam ser levantadas “por problemas de recursos e falta de pessoal qualificado” (4ª.SR/IPHAN, 1997). De forma resumida,

a análise da morfologia urbana objetivou identificar as principais características e atributos de Sobral responsáveis pela constituição de sua identidade física, assim como apontar os aspectos negativos que prejudicam o desempenho desses elementos ou neles interferem negativamente (4ª.SR/IPHAN, 1997),

num amálgama entre o levantamento de dados necessários à distinção do tombamento e o projeto de requalificação urbana, buscando-se com isso “identificar as qualidades espaciais que conferem caráter próprio à cidade e são responsáveis pela produção de configurações espaciais dignas de preservação” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Para tanto, foram utilizadas

técnicas de análise e apreensão do espaço urbano adequadas aos objetivos mencionados [para] compreender os elementos constituidores da paisagem urbana que conferem orientabilidade e identificabilidade a certas configurações e revelar os problemas que conduzem, entre outras coisas, à desorientação e ao mal-estar no meio urbano (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Informa-se que o trabalho filia-se a uma linha de pensamento voltada à análise topoceptiva do espaço urbano⁶⁸. Essa forma de perceber ou apreender sinestesticamente (os cinco sentidos associados à memória) a cidade, conhecida como topocepção, realiza-se, segundo seus formuladores, em três níveis, a saber, o da percepção, o da formação da imagem mental e o das informações secundárias. Segundo essa visão,

a configuração dos espaços arquitetônicos pode ser observada tanto através dos processos sociais responsáveis por sua produção quanto como produto de uso, com possibilidades diversas de desempenho em relação a expectativas socialmente definidas, bem como a apreensão dos lugares dá-se,

⁶⁸ Desenvolvida em nível mundial desde o final do século XIX por alguns teóricos tais como, dentre outros, Camillo Sitte, Gordon Cullen, Kevin Lynch, Michael Trieb e Phillippe Pannerai, com ressonância, no Brasil, nas pesquisas realizadas pelo Departamento de Urbanismo da Universidade de Brasília, mais especificamente pelos professores Maria Elaine Kohlsdorf, Gunter Kohlsdorf e Frederico de Holanda.

necessariamente, a partir de sua forma física, conforme diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade, e também nos estudos centrados nos mecanismos cognitivos [...] Em outras palavras, é preciso que se observe os lugares como composições plásticas, isto é, elementos relacionados em conjuntos, ou ainda, totalidades (KOHLSDORF, 1996, p.31).

O processo cognitivo do espaço urbano é considerado, então, como “uma posse intelectual, onde a realidade se vê presa pelo pensamento, e tem como finalidade a reprodução, no mesmo, dos fenômenos do mundo concreto, e não a produção de uma nova realidade” (KOHLSDORF, 1996, p.41), desenvolvendo-se seqüencialmente em etapas de análise, síntese e verificação. Quanto à apreensão, forma de conhecimento do espaço urbano destacada pela autora, ao nível da percepção,

o espaço é apreendido em sua totalidade a partir de informações sensivelmente captadas que conduzem à formação de conceitos. [Ao nível] da imagem, ocorre uma representação do espaço em função da percepção dos elementos que o qualificam e se gravam com maior ou menor intensidade na mente do observador. O nível das informações secundárias representa o espaço com maior aproximação a suas características matemáticas, fazendo uso das geometrias euclidiana e projetiva. Nele se dá o cruzamento dos dados reunidos nas etapas anteriores do processo de conhecimento (níveis da percepção e da imagem) com as informações empíricas disponíveis sobre o espaço em estudo (KOHLSDORF, 1996, p.50).

Nesse passo, a percepção tem um papel essencial no projeto de preservação, devendo ser anotadas tanto aquelas registradas pelos técnicos como as produzidas pelos membros da comunidade para que sejam aferidos os pontos de contato bem como os afastamentos existentes entre as diversas apreensões, abrindo-se, oportunidades para a participação popular no processo de elaboração da instrução de tombamento, vez que “é pela preservação que as pessoas em geral apreendem os bens sob proteção e que tomam conhecimento da memória social inscrita no espaço” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Informa-se que, em cada um dos níveis anteriormente citados, “o espaço urbano é apreendido a partir de sua forma física aparente, do seu uso e do seu significado” (4ª.SR/IPHAN, 1997), aspectos esses registrados de forma simultânea com ligeira predominância do morfológico, através do qual se dá a formação da noção de lugar. A análise mais detida dos aspectos se dá ao nível da objetivação (ou das informações

secundárias), onde podem ser abordados separadamente. Justifica-se no trabalho o emprego de técnicas de apreensão do espaço urbano nos três níveis de conhecimento para

sistematizar a apreensão, tornando-a mais objetiva e, portanto, operacional para fins de planejamento da preservação dos lugares, [principalmente] quando ocorrem no nível da percepção e da formação da imagem, [surgindo] como instrumentos preciosos para o campo da preservação, pois propiciam a investigação dos objetos, aspectos ou características do espaço urbano que possuem valor de referência para seus habitantes e usuários. A sua aplicação pode ajudar a identificar, para além dos marcos arquitetônicos ou formais historicamente consagrados, os marcos espaciais que atualmente têm significado ou importância para a população. Enfim, podem identificar os bens referenciais para os moradores e, ao mesmo tempo, analisar o modo como estes objetos a eles se apresentam (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Aqui, de modo mais evidente, expõe-se a diferenciação entre o método empregado, na verdade a movimentada aliança entre a concepção de uma nova abordagem dos fatos históricos, com raízes fincadas no cotidiano das comunidades, mais a topocepção, em contraponto ao modelo tradicional de investigação dos conjuntos antigos para sua proteção, caracterizado pela prevalência de aspectos históricos e artísticos.

No estudo para tombamento do sítio histórico de Sobral foram empregadas algumas técnicas desenvolvidas para análise da forma do espaço urbano, a partir de pontos de vista interiores e distanciados deste. Trabalhou-se aos níveis da percepção e das informações secundárias, não tendo sido possível operar ao nível da imagem mental “devido ao tempo e aos recursos disponíveis” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Ao nível da percepção, foi utilizada a técnica conhecida como “análise seqüencial”, caracterizada como “o registro de cenas contidas nos diversos cones visuais que compõem o percurso percebido pelo observador” (KOHLSDORF, apud 4ª.SR/IPHAN, 1997) e identificando os efeitos topológicos (de localização nos lugares) e perspectivais (de composição cênica) que caracterizam o espaço. A observação do sítio histórico à distância privilegiou

a apreensão do papel dos elementos naturais (vegetação, hidrografia e geomorfologia) na configuração da paisagem, das relações volumétricas e de escala entre as diversas áreas da

cidade, das relações entre sítio natural e massa construída e, finalmente, das características e qualidades das partes que se destacam, [com pontos de vistas escolhidos] a partir das principais vias de acesso à cidade e em locais que proporcionam vistas gerais do conjunto ou de partes morfológicamente identificáveis (4ª. SR/IPHAN, 1997).

A observação realizada no interior do espaço urbano considerou “as áreas apontadas pela análise seqüencial realizada à distância, como dominantes ou importantes na configuração paisagística, e as indicadas mediante informações históricas e arquitetônicas, como representativas da evolução urbana do sítio” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Utilizando-se técnicas de análise seqüencial fundamentadas na seleção de percursos e no estabelecimento de “estações” (setores do percurso onde ocorrem alterações no campo visual do espectador), estas separadas por intervalos, são produzidos registros gráficos dos campos visuais observados ao longo do roteiro empreendido “à luz dos efeitos topológicos e perspectivos que contêm” (4ª.SR/IPHAN, 1997), através dos quais é avaliado o trecho urbano estudado, com base em sua legibilidade e em termos de “orientabilidade, identidade, estímulo, clareza ou originalidade da configuração, dominância de certos aspectos, complexidade da composição ou contrastes que ocorrem na situação enfocada” (4ª.SR/IPHAN, 1997). A etapa seguinte corresponde à sistematização das informações obtidas nas análises realizadas ao nível da percepção, tomadas como categorias morfológicas estruturais (por ocorrerem em qualquer morfologia urbana), a saber, sítio físico (configuração espacial formada por elementos da paisagem natural e do clima), planta baixa (aspectos principais da malha urbana, tais como cheios e vazios, espaços públicos e privados, parcelamento e ocupação), composição dos planos verticais (relações volumétricas e topográficas existentes no setor urbano), tipologias das edificações (levantamento e mapeamento dos principais grupos tipológicos existentes e de sua relação com a formação e evolução urbana das áreas em estudo) e elementos complementares (avaliação do papel positivo ou negativo quanto à intervenção no espaço urbano de elementos tais como pavimentação, mobiliário urbano, anúncios etc.). De forma conjugada, tem-se a estrutura interna do espaço, “categoria síntese [...] avaliada em mapa resumo que reuniu as principais observações resultantes da análise das categorias precedentes” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Por fim, com base no processamento dos dados

apreendidos, no mapeamento e na explicitação das análises e avaliações realizadas, foram definidos setores urbanos tidos como poligonais de preservação rigorosa e de entorno e suas respectivas diretrizes de proteção e intervenção “que deverão orientar a normalização e as ações de projeto e planejamento nessas áreas” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Com isso, de forma categórica, reforça-se que a ação preservacionista do IPHAN, no que respeita aos sítios históricos, deve estar munida dos instrumentos teóricos e práticos adequados e necessários para a apreensão e a interpretação do espaço urbano, fundamentalmente ágeis, agregadores e cinemáticos, em franco contraste com a anterior apreciação *de per se* histórica e estética dos monumentos arquitetônicos e dos feitos urbanísticos.

As informações relativas ao meio físico e à etimologia nos dão que Sobral é “o mais importante centro da zona norte do Estado” (Fig. 12), [constituindo] o fulcro dessa região, econômica, geográfica e demograficamente” (4ª.SR/IPHAN, 1997). A cidade, cortada pelo Rio Acaraú logo abaixo da confluência deste com o Rio Guaibara, implanta-se na posição central da bacia hidrográfica, privilegiada por haver “muita água corrente, o que possibilita o farto abastecimento da cidade e de suas indústrias” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Seu território apresenta “características da geofísica sertaneja, entrecortada de serras, onde se sobressai a da Meruoca, notável pela fertilidade do solo, distante 30km da cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997).

O capítulo referente à sinopse histórica e à evolução urbana de Sobral inicia-se com a constatação de que

os primeiros núcleos urbanos cearenses que alcançaram relevância econômica surgiram no interior, decorrentes do assentamento de correntes migratórias oriundas, sobretudo, da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba que penetravam neste território pelo sertão (4ª.SR/IPHAN, 1997),



Fig. 12 – Planta da Sede Municipal de Sobral
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

o que faz de Fortaleza uma exceção no âmbito das antigas cidades litorâneas brasileiras, as quais, “desde os primeiros séculos da colonização, tornaram-se sedes do aparelho burocrático e militar, ao mesmo tempo em que se fixaram como centros de grande importância econômica” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Em seguida, fala-se da disputa travada entre Fortaleza e Aquiraz, no início do século XVIII, pela condição de sediar a administração local, quando aquela ficou com a sede da capitania do Ceará e esta com a sede da Ouvidoria, estratégias essas de pouco efeito, vez que, com a subordinação do Ceará à capitania de Pernambuco

(emancipado somente pela Carta Régia de 1799), sua capital, por encontrar-se “longe dos centros de produção e comercialização, manteve-se economicamente frágil por um longo período” (4ª.SR/IPHAN, 1997), por este motivo não podendo ocupar lugar de relevância na dinâmica econômica do lugar. Essas posições destacadas foram ocupadas, de forma pioneira na capitania, por núcleos interioranos cujo desenvolvimento iniciou-se ainda no século XVII. Portanto, coloca-se como predicado inicial a ser conferido ao conjunto urbano de Sobral o processo histórico de conformação e ocupação do seu território, concomitante com a colonização da capitania do Ceará, a qual “coincidiu, pois, com a época em que se iniciou a ocupação do interior do Brasil” (4ª.SR/IPHAN, 1997). No Estado, esse processo se deu no século XVIII com a criação extensiva de gado vacum, em que “as fazendas foram [...] os elementos responsáveis pela formação dos primeiros núcleos de povoação da capitania, que se fixaram ao longo dos rios Jaguaribe e Acaraú. Datam dessa época as cidades de Icó, Aracati e Sobral” (4ª.SR/IPHAN, 1997). A pecuária transforma-se na primeira atividade econômica de importância no Ceará, subsidiária do açúcar pernambucano, com seus produtos principais, a carne-seca e as couromas, sendo exportados e também consumidos por um mercado interno. Nesse contexto, a posição estratégica de Sobral, “na várzea do rio Acaraú e no centro de uma área cruzada por dois importantes rios – o Coreaú e o Aracatiaçu – dos quais mantém privilegiada equidistância” (4ª.SR/IPHAN, 1997), é apontada como facilitadora de sua condição como núcleo hegemônico da região noroeste cearense, vez que operava como ponto de distribuição das mercadorias que partiam e chegavam ao porto de Camocim, na foz do rio Acaraú. São relatadas as relações da cidade, através dos caminhos sertanejos (Fig. 13), com o Maranhão, o Piauí, a Bahia e Pernambuco, bem como a entrada em cena, nos séculos XIX e XX, respectivamente, da economia algodoeira e da atividade industrial. Faz-se um apanhado das marcas físicas que os ciclos econômicos impuseram à cidade, o que será descrito minuciosamente no capítulo dedicado às tipologias arquitetônicas, com destaque para o comércio, atividade esta que, juntamente com a religião católica, são tidas como o fundamento civilizatório de Sobral. Em detalhe, descreve-se a ocupação do vale do rio Acaraú, a qual “iniciou-se nas fazendas de criar e contou com o apoio oficial dado aos colonos no combate aos

silvícolas” (4ª.SR/IPHAN, 1997) graças a concessões de sesmarias, estabelecimento colonial de posse da terra garantido aos lusitanos que se interessassem em “fazer vida” no Brasil. Na área correspondente à atual cidade de Sobral surgem, no início do século XVIII, cinco fazendas, na margem direita do rio Acaraú, a saber, Várzea Grande e Marrecas, e, na margem esquerda, Cruz do Padre, Pedra Branca e Caiçara. Esta (denominação proveniente do tupi-guarani *caaiça*, que significa “estacas de mato ou cerca de pau”), geograficamente mais bem disposta, acabou por se tornar o destino de diversas trajetórias de boiadas, constituindo-se assim no núcleo principal de povoamento da região (Fig. 14), bem como por ser “ponto de referência na região da Ribeira do Acaraú para a organização das boiadas com destino a Pernambuco, Maranhão e Bahia e por atrair mercadores viajantes que viviam da venda de seus produtos por todo o sertão” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Afirma-se que, segundo GIRÃO (apud 4ª.SR/IPHAN, 1997), “a estrada da Caiçara era a via da região norte do Ceará que cumpria a função de ligar os pontos povoados da Ribeira do Acaraú com o litoral e, na outra direção, com as áreas férteis dos Inhamuns, por onde se penetrava nas terras piauienses”. Como se vê, a noção da cidade como elemento nodal ou articulação de caminhos sertanejos, vitais para o processo de ocupação do interior brasileiro, é realçada como valor positivo a ser considerado na justificativa de tombamento. Em 1773, o povoado da Caiçara passou a chamar-se Vila Distinta e Real de Sobral por ordem régia, fato histórico tido no trabalho como mais um dos principais predicados da cidade. A religião católica, expressa na fé da população em seus santos padroeiros, em especial N. Sra. da Conceição, padroeira de Sobral, garantiu “a fixação de pequenas concentrações em torno dos espaços onde ocorriam as celebrações, festas e obrigações religiosas” (4ª.SR/IPHAN, 1997) (Fig. 15), contribuindo, em parceria com a atividade comercial ligada ao gado, para a consolidação da cidade como relevante núcleo urbano. Portanto,

encontra-se aqui uma relação que será predominante na composição da sociedade sobralense: religião e comércio. Os trabalhos e os modos de sociabilidade ligados às fazendas e às celebrações religiosas foram os elementos constituidores das povoações desta região (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Disso resulta a escolha de Sobral para ser a sede do Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú, em 1742, e a construção de sua primitiva Igreja Matriz, demolida em 1762 para dar lugar à atual Catedral. O local da construção do templo acabou por se constituir em importante pólo de desenvolvimento urbano, vez que

tornou-se o principal ponto de convergência das populações rurais por ocasião das festas religiosas. Isto, sem dúvida, contribuiu muito para a consolidação do núcleo urbano e para o aumento de sua dinâmica comercial e social, bem como para o fortalecimento do poder religioso, anteriormente disperso e sem organização hierárquica (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Em última análise, afirma-se que

a criação de gado; o estabelecimento da Igreja Católica, exercendo o controle religioso sobre as pessoas e os grupos; e o comércio, inicialmente do couro e depois do algodão, definiram, durante o século XVIII, a ocupação do Vale do Acaraú e a constituição do núcleo que viria a ser, mais tarde, a cidade de Sobral (4ª.SR/IPHAN, 1997).



Fig. 13 – Caminhos sertanejos do Ceará no Século XVIII
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 14 – Evolução Urbana de Sobral – Núcleo original de povoamento (Fazenda Caiçara)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

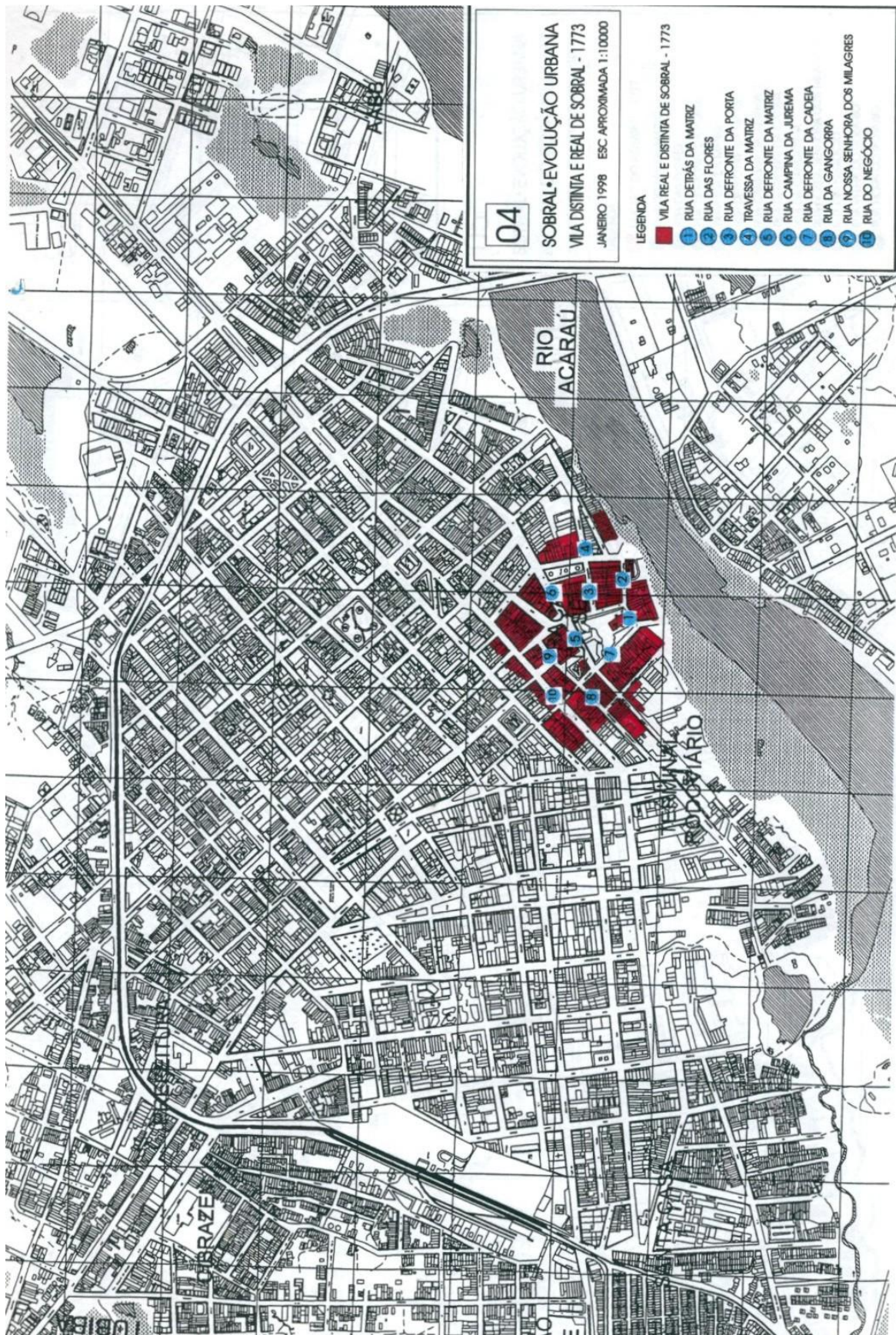


Fig. 15 – Evolução Urbana de Sobral – Vila Distante Real de Sobral
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

Outro ponto destacado nessa parte da instrução é o desenho inicial da traça sobralense, elaborado, em meados do século XVIII, a partir da polarização exercida pelos núcleos da Matriz e da Igreja de N. Sra. do Rosário, processo este demarcado pela concentração de moradias em torno das duas edificações. O posicionamento de outros imóveis de prestígio é também anotado, bem como as preocupações da Câmara com a disciplina urbana, o que “aponta para a exigência de uma necessidade de organizar a cidade nas áreas que estavam se configurando como pontos de concentração” (4ª.SR/IPHAN, 1997). No final do setecentos, os dois núcleos pioneiros já se interligavam pelas ruas Nova e Velha do Rosário, hoje, respectivamente, Cel. José Sabóia e Ernesto Deocleciano (Fig. 16), e sua consolidação “relaciona-se [...] ao desenvolvimento de determinadas atividades: rede de trocas, comércio ou abastecimento” (4ª.SR/IPHAN, 1997), desenvolvendo-se na vizinhança do núcleo do Rosário as funções comerciais enquanto que na da Matriz destacava-se o uso predominantemente residencial. Portanto, a idéia de um zoneamento de uso e ocupação do solo, ainda hoje visível nessas duas porções da cidade, já era característica relevante da Sobral do final do século XVIII, aspecto este fundamental para o entendimento da cidade atual e dos rumos de sua evolução. A ocupação e o alastramento do espaço urbano de Sobral no início do século XIX se dá sob a égide da “reorganização da capitania com base na produção agropecuária e na expansão algodoeira visando o mercado externo” (4ª.SR/IPHAN, 1997), esta já mais pujante e contando com

a abundância da mão-de-obra gerada na expansão da pecuária, com condições naturais favoráveis e com o aumento da demanda do produto pelo mercado externo, consequência das guerras pela Independência [dos Estados Unidos da América], que reduziram a concorrência americana (4ª.SR/IPHAN, 1997).

A rede de estradas que faziam a ligação entre o interior e o litoral, “determinantes para a formação da cidade e para a fixação de Sobral como pólo da região” (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como a construção de novos equipamentos públicos institucionais, tais como a nova Cadeia Pública, a Casa de Correção, o cemitério e o novo mercado, são os marcos físicos mais destacados desse momento (Fig. 17). Este último, levantado entre 1818 e 1821, por ter ocupado “um terreno alagadiço que foi necessário aterrar para responder às necessidades de melhor adequação espacial para a realização das atividades comerciais em expansão”

(4ª.SR/IPHAN, 1997), representou um elemento de especial importância na definição espacial de Sobral, principalmente por ter garantido até 1938, quando foi demolido, a presença de um núcleo considerável de pessoas da cidade e da região que convergia para aquele que era a principal concentração comercial da cidade. A preocupação com o ordenamento e o embelezamento urbano é registrada como “representação de uma estabilidade e de uma supremacia econômica alcançadas” (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que se evidenciava na iluminação de alguns pontos privilegiados, na construção de praças e no rígido controle edilício, o que fez Antônio Bezerra à época (1884), em seu “Notas de Viagem”, comparar Sobral a Campinas-SP, face à qualidade das edificações e ao asseio urbano. Nesse período, faz-se marcada referência à relevância arquitetônica dos sobrados na cidade, os quais “aliavam comércio, na parte térrea, e residência na parte superior” (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Mesmo sofrendo com as secas da década de 70 do dezenove, mitigadas em parte com a ajuda do governo provincial que providenciou recursos para abastecer a cidade com comida e remédios e constituir frentes de serviço, Sobral assistiu à construção de dois equipamentos refinados, a saber, o Teatro São João e o hipódromo (Fig. 18), o que bem dá uma idéia do “poder de alguns grupos bem situados política e economicamente, ao mesmo tempo em que revelam a existência de uma dinâmica sócio-cultural mais intensa na cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997), considerados no trabalho em análise como elementos de distinção da cidade em relação às demais do Estado. A ligação ferroviária entre Sobral e Camocim, estabelecida nas últimas décadas do século XIX, é valorizada como ação que contribuiu para “consolidar a importância da cidade, ao mesmo tempo em que ampliou suas possibilidades de comércio” (4ª.SR/IPHAN, 1997) (Fig. 19), assim como as estradas foram fundamentais, no passado, “para que Sobral se firmasse como um núcleo de peso na região Norte do Estado” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Do período, são ressaltados o serviço de bonde, cuja única linha contemplava as áreas mais densamente povoadas da cidade, naturalmente valorizando-as, e os sobrados “de oitão enobrecido, estilo muito característico de Sobral, [constituindo-se em] construções térreas, localizadas preferencialmente nas esquinas, com oitões artisticamente valorizados, dando para as ruas laterais”

(4ª.SR/IPHAN, 1997) (Fig. 20). O trecho a seguir é por demais emblemático quanto ao posicionamento dos responsáveis pela elaboração do estudo face à caracterização de Sobral como um mostruário de feitos arquitetônicos e urbanísticos associados aos ciclos econômicos que tiveram lugar na cidade e na região:

a cidade alcança um nível extraordinário de qualidade urbana. O traçado da ferrovia, limitando a expansão da cidade [Fig. 21], contribuiu para o adensamento da área central e para a valorização do seu solo. As ruas largas, praças e becos estreitos integravam-se harmoniosamente aos edifícios mais destacados – igrejas, mercado e teatro – cuidadosamente implantados para propiciar melhor visibilidade (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Por fim, no início do século XX, a presença da indústria é assinalada como causadora de transformações urbanas consideráveis, verificadas nos processos de implantação de grandes fábricas de beneficiamento de oleaginosas tais como a Companhia Industrial de Algodão e Óleos – CIDAO e a Fábrica de Tecidos de Sobral, as quais “implicaram a criação de vilas operárias, que ocuparam novos espaços expandindo o perímetro da cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997). À Diocese de Sobral é conferido o papel de redefinidora da lógica urbanística da cidade. Tendo à frente D. José Tupinambá da Frota, bispo-conde cuja autoridade ultrapassava à dos prefeitos de então, a Diocese realizou um programa de obras-marcos, quase uma via processional ornada com edificações de vulto, de que o Seminário Diocesano, o Palácio Episcopal, o Museu Diocesano e a Santa Casa de Misericórdia são exemplos destacados. O fechamento da sinopse histórica oferece, de forma concisa, além dos principais agentes sócio-econômicos, o que será posteriormente desenvolvido como justificativa do tombamento federal para o sítio histórico, já prefigurando a chave generosa norteadora da consideração do que seria passível de proteção:

a cidade ainda guarda, seja no traçado de suas ruas centrais, seja em muitas edificações, a estrutura urbana original do seu núcleo e as marcas da lenta construção e expansão de seu tecido urbano [Fig. 22]... A riqueza e a importância de Sobral, ..., faz-se visível, inclusive, na rica paisagem que compreende a Serra da Meruoca e a silhueta de suas edificações. A importância das estradas, bem como a centralização do poder religioso,..., revelam como ocorreu o processo de ocupação do sertão do país (4ª.SR/IPHAN, 1997).

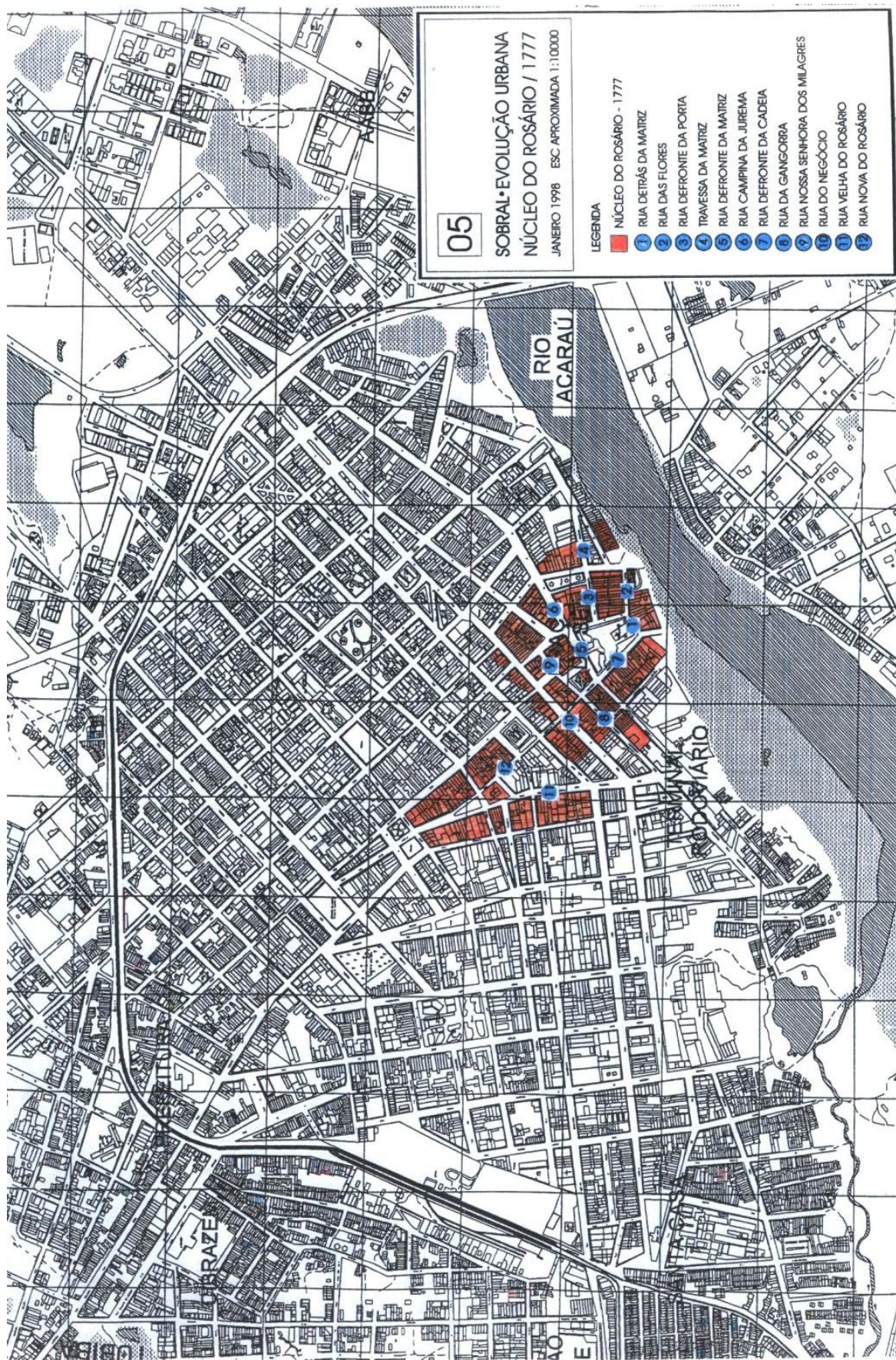


Figura 16 – Evolução Urbana de Sobral – Núcleo do Rosário (1777)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

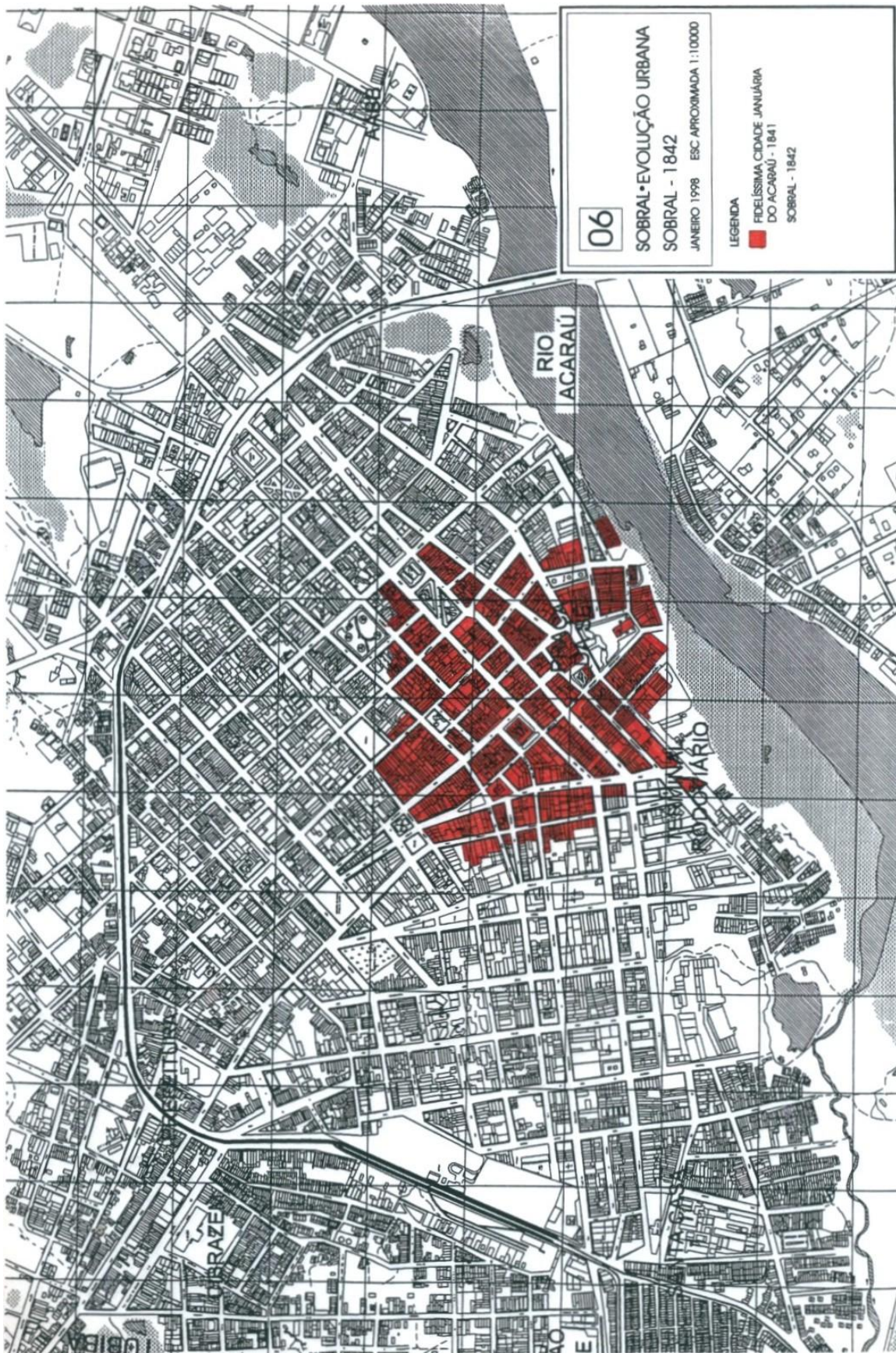


Fig. 17 – Evolução Urbana de Sobral – A construção de novos equipamentos públicos (1842)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

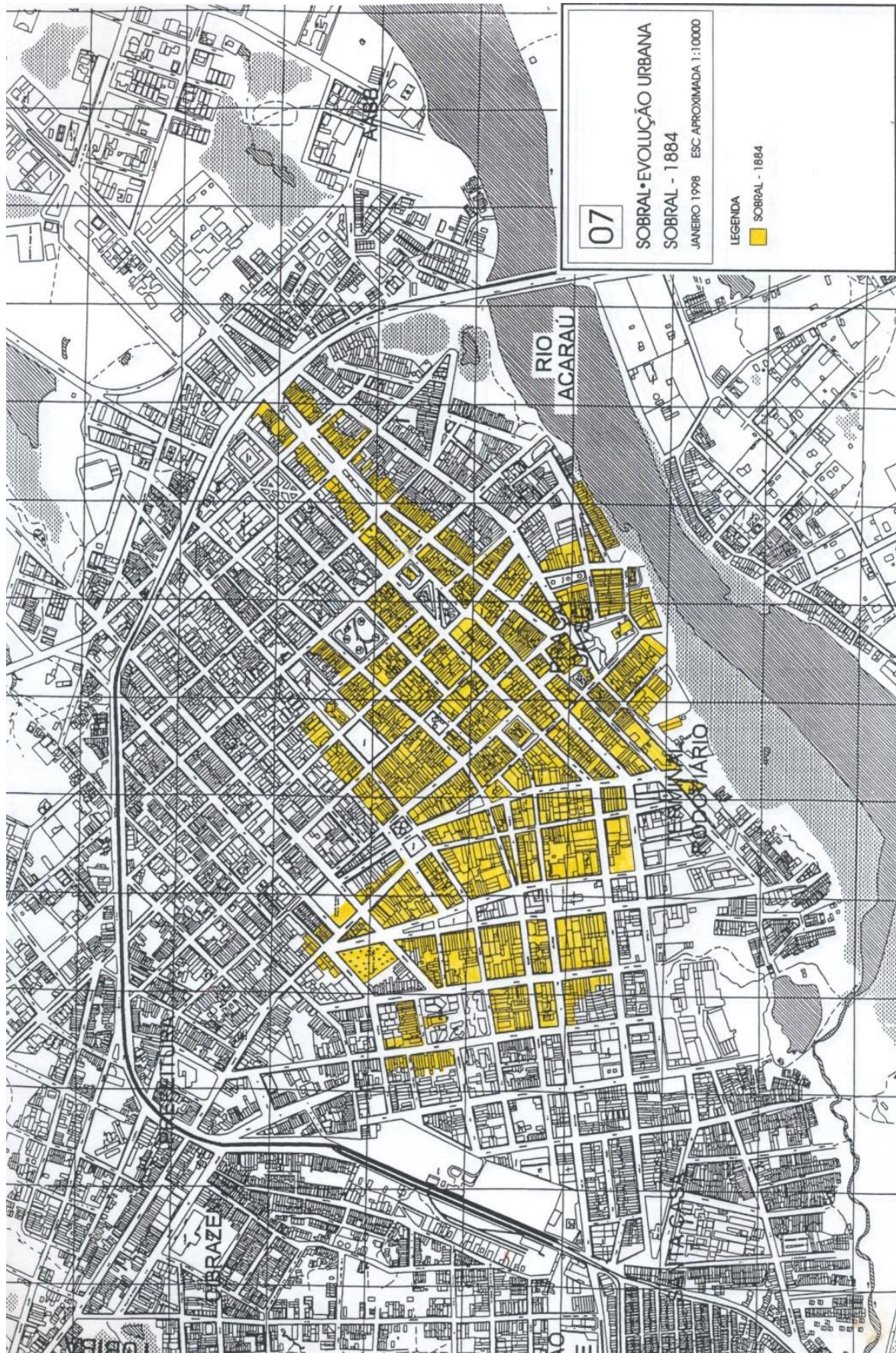


Fig. 18 – Evolução Urbana de Sobral – O teatro São João e o Hipódromo (1884)
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

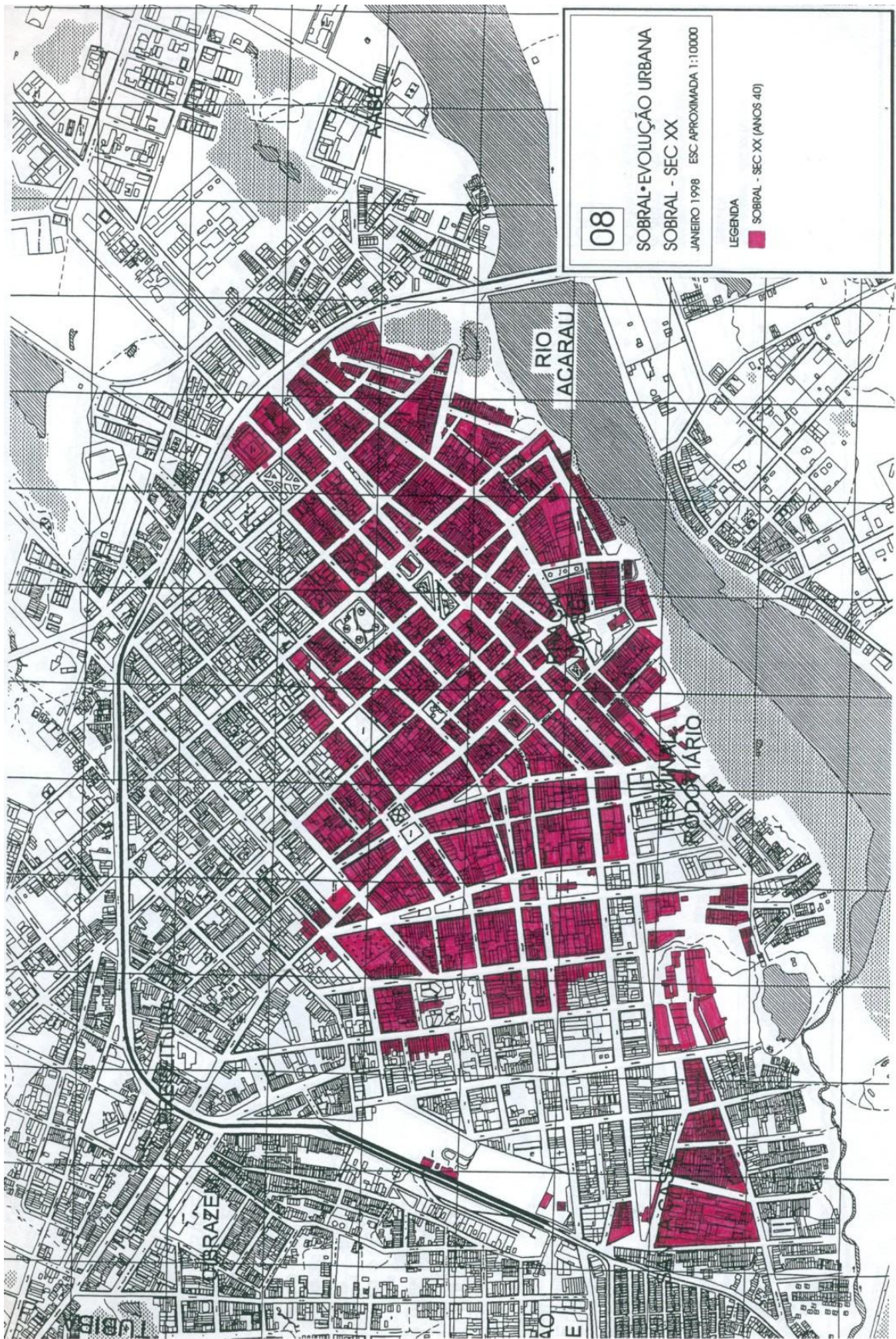


Fig. 19 – Evolução Urbana de Sobral – A via férrea (1890)
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 20 – Sobrado de oitão enobrecido/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

A essa altura, iniciam-se os trabalhos relativos à análise da imagem do sítio histórico, em termos de sua percepção e apreensão por observador situado à distância. Na elaboração da análise seqüencial, objetivou-se

sistematizar a apreensão dos efeitos de conjunto que revelam a estrutura geral da paisagem, [em especial], o papel que os elementos naturais como a vegetação, a geomorfologia e a hidrografia desempenham na configuração da paisagem; as relações de volume e escala entre as áreas da cidade; e as características e qualidades das partes que se destacam. Enfim, tratou-se de apreender, através da percepção visual, as relações existentes entre o sítio natural e a massa edificada (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Alguns pontos de vista foram selecionados (Fig. 23), tomados “nas principais vias de acesso à cidade e em algumas áreas que proporcionam vistas gerais do conjunto” (4ª.SR/IPHAN, 1997), a saber:

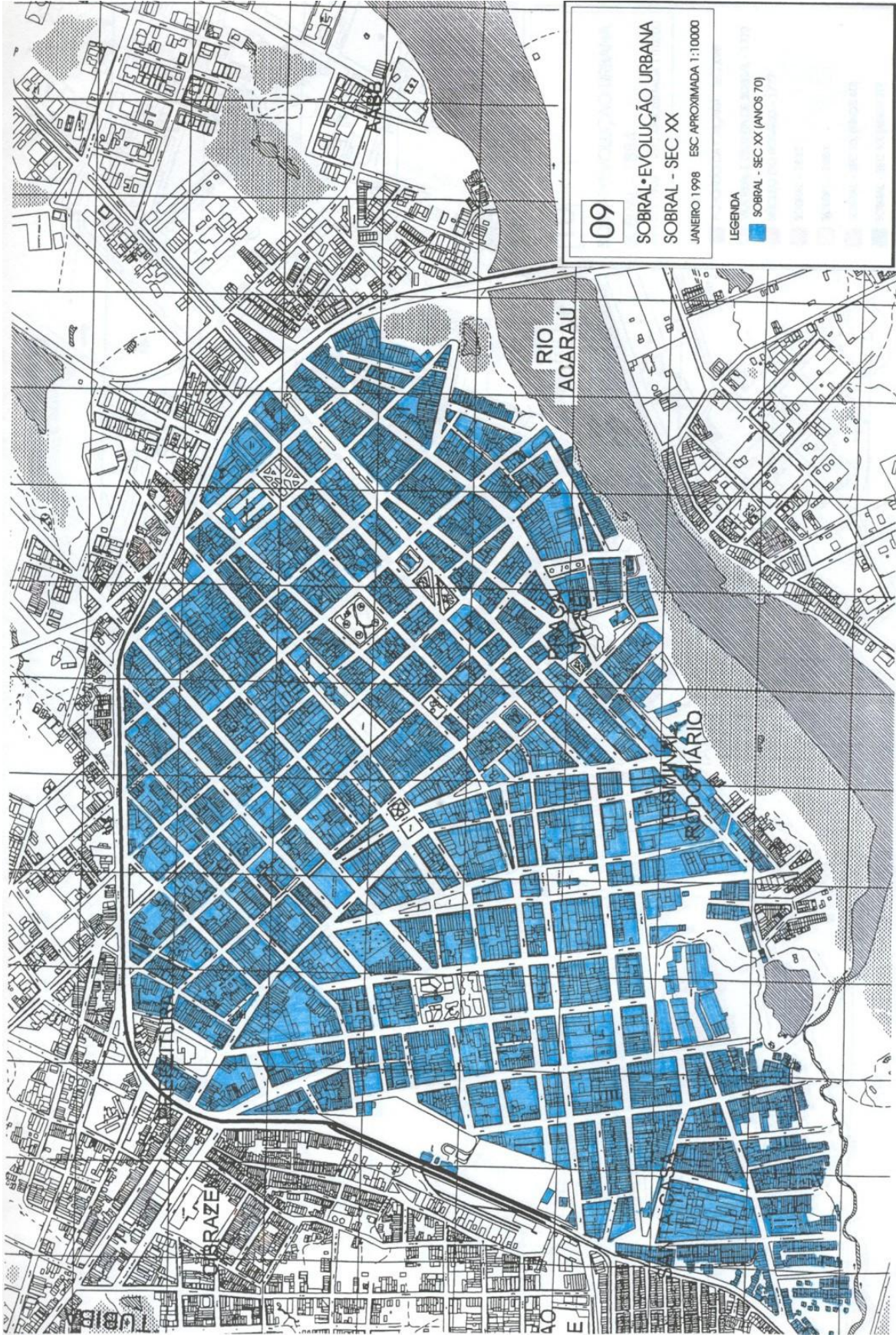


Fig. 21 – Evolução Urbana de Sobral – A via férrea como limitante à expansão da cidade (1906)
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

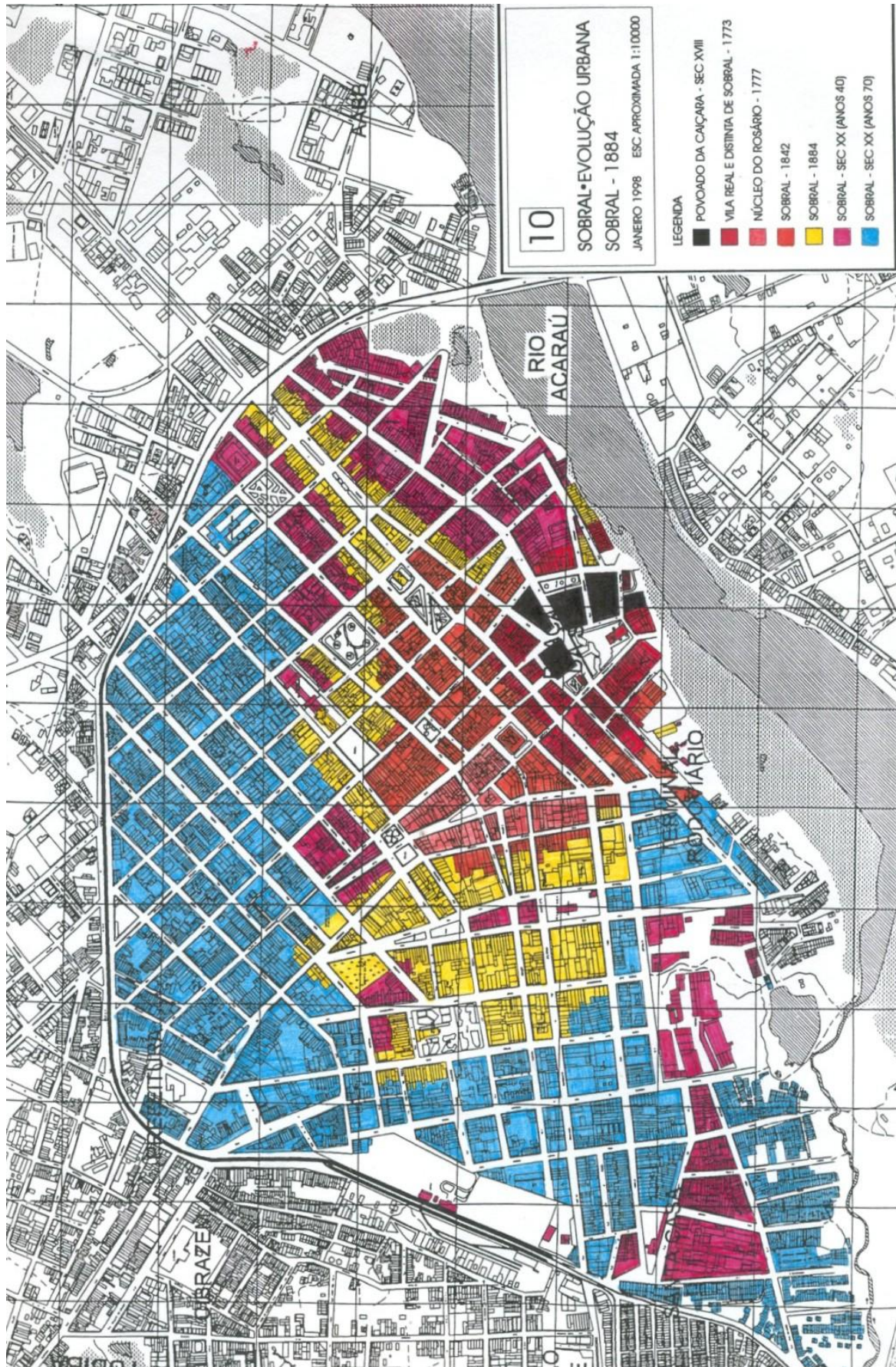


Fig. 22 – Evolução Urbana de Sobral – Superposição das etapas
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

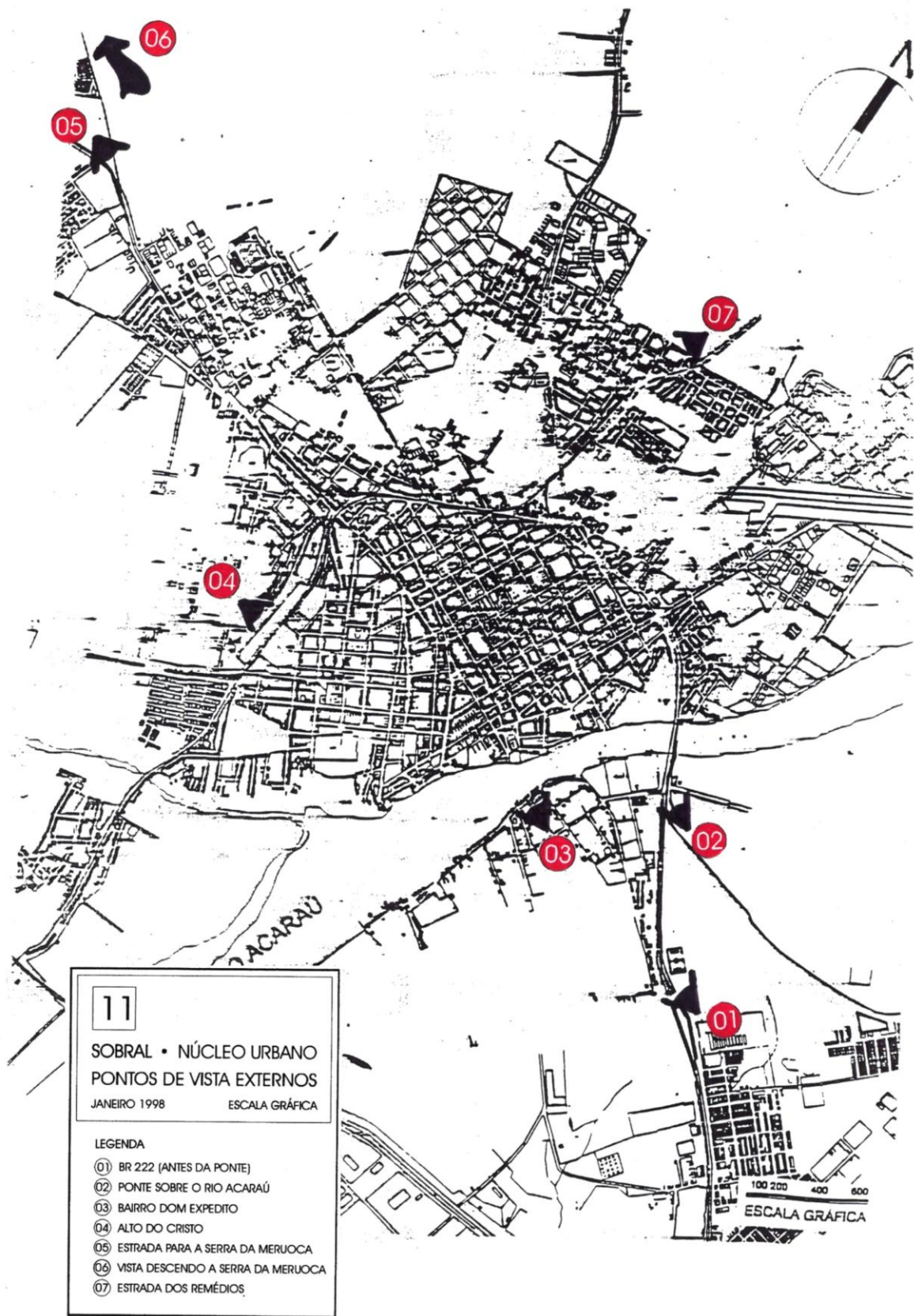


Fig. 23 – Pontos de vista externos
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

01. **BR-222** – desse longínquo mirante, divisa-se, como elementos naturais mais destacados, a Serra da Meruoca, “grande massa escura que aparece como pano de fundo” (4ª.SR/IPHAN, 1997), e a várzea do Rio Acaraú. A cidade é percebida como “uma mancha clara muito horizontal, de escala homogênea, pontuada pelas torres brancas das igrejas” (4ª.SR/IPHAN, 1997) e chaminés das fábricas, sendo, contudo dominada pelos elementos naturais (Fig. 24);



Fig. 24 – Vista da cidade de Sobral a partir da BR-222/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

02. **Ponte sobre o Rio Acaraú** – registra-se, desse ponto, a forte presença do Rio Acaraú como elemento conformador da paisagem, disputando a cena com a Serra da Meruoca, porém paisagisticamente desvalorizado. A condição de cidade “de costas para o rio”, característica dos aglomerados cearenses mais antigos, é aqui evidenciada: Sobral ainda não se relacionava com o Rio Acaraú de forma plena, não aproveitando suas benesses para além de sua condição como local de despejo ou de serviço. Quanto às porções da massa construída, a constatação de duas áreas bem distintas:

a primeira, dominante, correspondente ao núcleo mais antigo, apresenta coloração predominantemente branca e significativa

presença de vegetação nos quintais e ao longo do rio; casario predominantemente horizontal, pontuado, a intervalos quase regulares e bem distribuídos, por elementos verticais que correspondem às torres das igrejas [...] A segunda área que se distingue é a parte mais nova da cidade, vista à direita da ponte. Nela a paisagem é mais monótona, ainda muito horizontal e sem elementos naturais ou construídos que lhe confirmem qualquer ritmo ou atrativo visual (4ª.SR/IPHAN, 1997).

A imagem selecionada mostra ainda a disparidade de qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística entre os dois setores, tratados posteriormente de forma quase que indistinta quando da determinação das poligonais de preservação;

03. **Bairro de Dom Expedito** – desse mirante, situado na margem direita do Rio Acaraú, em trecho urbano de conformação recente e frontal ao núcleo inicial da cidade, reforçam-se as impressões registradas quando da observação feita a partir da ponte Otto de Alencar, em especial, o uso do rio como passagem entre o centro e os bairros periféricos, o que hoje se alterou totalmente com o redesenho da calha fluvial e a garantia do espelho d'água⁶⁹. Aqui, sem sombra de dúvida, vê-se que o Rio Acaraú “é o elemento natural predominante, juntamente com a sua vegetação” (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como que é perfeitamente legível a disparidade em termos de qualidade estética entre os setores antigos e novos, anteriormente apontada;

04. **Alto do Cristo** – do ponto mais alto da cidade obtém-se uma visão do seu todo, abrangendo o núcleo original e as expansões posteriores, com preponderância da massa construída em relação à paisagem natural. A diversidade de tipologias arquitetônicas e uma morfologia urbana menos legível que aquela divisada a partir da ponte são marcas destacadas da cidade desse ponto de vista. Apesar de o rio não ser mais visível, a vegetação ribeirinha surge como limite ao núcleo original. A horizontalidade persiste como uma das características mais evidentes do conjunto, pontuada aqui e ali pelas torres das igrejas, pelas chaminés das fábricas e pelos novos edifícios residenciais, numa mescla de ocre e branco. Entretanto, a não ser pelas igrejas, fortes marcos na paisagem, dificilmente se percebe, no meio da massa construída, um sítio histórico, com os elementos físicos que tradicionalmente lhe conferem distinção e legibilidade.

⁶⁹ Por motivo da execução do projeto de urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú.

05. **Estrada para a Serra da Meruoca** – com destaque para o final da ocupação urbana, a massa construída mostra-se, desse ponto, rarefeita, com mínima visibilidade do setor mais antigo da cidade. A paisagem é dominada pela planura e pela vegetação rasteira que envolve a cidade, com destaque para as torres de iluminação do Estádio do Junco.

06. **Serra da Meruoca** – fazendo-se a aproximação da cidade pelo lado noroeste, a mancha urbana foi percebida “como uma massa clara, espalhada e plana, fortemente dominada pelo volume branco da Igreja Matriz” (4ª.SR/IPHAN, 1997). A essa distância, não são percebidos limites claros à cidade, estabelecidos pelos componentes naturais do sítio (Fig. 25).

07. **Estrada dos Remédios** – são destacadas, a partir desse ponto de vista, “as suaves ondulações existentes no terreno onde se implanta a cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como o posicionamento do núcleo antigo, implantado em área mais elevada, e das áreas de expansão recente, tais como aquelas situadas além da linha férrea, implantadas numa depressão do terreno. Ao tempo em que são distinguidas as igrejas como marcos visuais do conjunto, são também registradas as interferências negativas que suas edificações recém-construídas causaram à “homogeneidade de escala e de ocupação do casario e à harmonia volumétrica da massa construída” (4ª.SR/IPHAN, 1997), aspectos esses visíveis à distância (Fig. 26).

Como conclusão, informa-se que

no conjunto dos sete pontos que permitem a visualização da cidade à distância, alguns elementos desempenham repetidamente um papel na configuração da paisagem: a vegetação das ruas, praças e quintais e da várzea do Rio Acaraú; as torres e silhuetas das igrejas; a Serra da Meruoca e o próprio Rio Acaraú, [elementos esses que] constituem a paisagem urbana em sua apreensão à distância (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Se as torres das igrejas e a vegetação são distinguidas em todos os pontos de vista, a Serra da Meruoca e o Rio Acaraú são percebidos apenas nas visadas de sudeste para noroeste. Este, “embora tenha sido historicamente um fator determinante na escolha do sítio” (4ª.SR/IPHAN, 1997), tem sua condição de elemento estruturador da paisagem prejudicada pelo fato da cidade ter lido as costas, forma de implantação tradicional das antigas cidades cearenses, as

quais utilizavam “os cursos d’água apenas como fonte de abastecimento ou destino de dejetos e nunca como elemento de lazer ou fruição paisagística” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Portanto, foram considerados como fundamentais para a configuração da paisagem de Sobral elementos naturais como a geomorfologia e a vegetação. A Serra da Meruoca é o “elemento geomorfológico de maior impacto, [surgindo como] uma moldura natural que realça e valoriza a massa construída” (4ª.SR/IPHAN, 1997). A cidade é sempre representada como uma massa branca horizontal, implantada em terreno plano e destituída de visuais caprichosas, da qual emergem, como marcos visuais incontestes, as torres das igrejas. Faz-se o contraponto entre as áreas de ocupação mais antiga e as mais recentes, estas em situação desfavorecida em termos paisagísticos com relação as primeiras por não possuírem, embora mantendo “as características básicas de

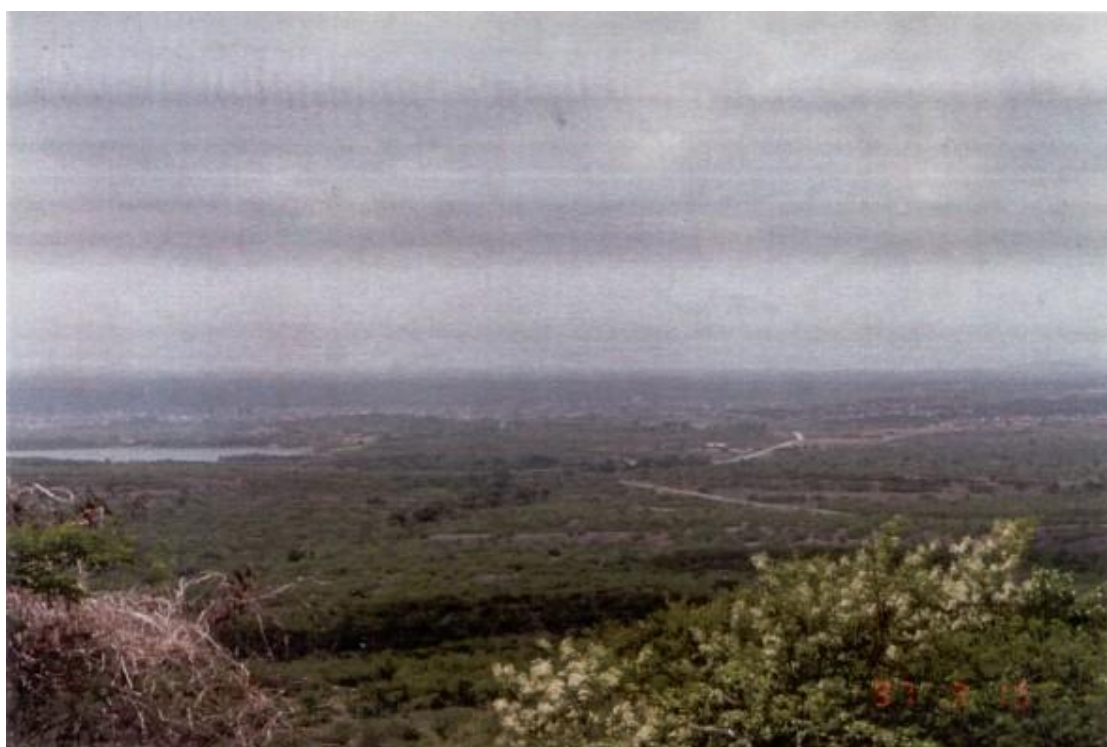


Fig. 25 – Vista da cidade de Sobral a partir da Serra da Meruoca/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

“as características básicas de horizontalidade e densidade, o ritmo vertical e a acentuação proporcionada pelas torres das igrejas, nem um tecido urbano tão

homogêneo em termos de volumetria e ocupação” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Esses predicados, “tão característicos e nítidos, na apreensão do espaço urbano à distância, são prejudicados por alguns edifícios recentemente construídos na cidade e pelo abandono das margens do Rio Acaraú” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nessa linha, são apontadas como principais características paisagísticas da cidade de Sobral “a horizontalidade, a densidade e a acentuação vertical da sua silhueta, emoldurada, esta última, em suas visuais mais ricas, pelo maciço da Serra da Meruoca e pela vegetação ribeirinha” (4ª.SR/IPHAN, 1997), aspectos esses presentes nas visadas obtidas de todos os pontos de vista elencados, e, portanto, considerados “traços fundamentais da configuração da cidade em sua apreensão global, [sendo] também responsáveis [...] pela dominância que a área mais antiga exerce sobre as outras partes” (4ª.SR/IPHAN, 1997).



Fig. 26 – Vista da cidade de Sobral a partir da Estrada dos Remédios/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

Como se vê e verá detalhadamente mais adiante, os elementos constantes da análise à distância são valorativos de uma visão generosa do estatuto preservacionista, percebidos a partir de pontos externos à cidade e reunidos em um conjunto resultante da apreensão visual, área essa que mais tarde, será definida em termos de poligonais de preservação e de entorno, todas extensas, abrangendo inúmeros imóveis descaracterizados e desconformes e apresentando recomendações quanto à obstrução visual de elementos

dominantes na paisagem, como a Serra da Meruoca, sem apresentar, entretanto, solução quanto ao processo de verticalização da cidade, hoje em pleno curso. Por fim, curiosamente, concomitante à apresentação de Sobral como um precioso acervo de arquiteturas e espaços urbanos produzidos em tempos diversos e, portanto, marcos do processo histórico de construção da cidade, não se faz referência na análise empreendida, dentre outros registros de menor qualidade espacial urbana, à desproporção numérica entre os exemplares preservados e aqueles mais numerosos destituídos de valor estético, à falta de unidade entre as diversas porções da cidade, ao baixo nível arquitetônico construtivo das edificações então recentes, ao construído como rebatimento das intervenções na cidade dos grupos sociais em sua luta pelo espaço urbano, à intensa poluição visual ou até mesmo à falta de uma fisionomia característica de sítio histórico, aspectos esses que, em sua maioria, no modo tradicional de preservação edilícia do IPHAN, sempre foram tidos como impeditivos ou pelo menos restritivos a uma visão mais alargada ou mesmo à consideração de uma cidade ou de um trecho urbano como sítio histórico tombado no âmbito federal.

O segundo volume da instrução se inicia com a percepção do sítio histórico tomada a partir de pontos situados no interior do espaço urbano, em complementação à análise anterior. O método empregado foi o da análise seqüencial, considerada como o registro de “efeitos visuais que reproduzem a estruturação topológica e perspectiva do espaço percebido num determinado percurso” (KOHLSDORF, 1996, p.77). Tal sistema de análise do que se vê compreende o levantamento dos pontos em que se altera a cena - locais estes determinados “estações” - e de seus respectivos campos visuais (frontal, lateral direito e lateral esquerdo), identificando-se os efeitos topológicos e perspectivos presentes. Os primeiros, segundo KOHLSDORF (1996, p.89),

representam elaborações a partir das referências topológicas básicas do corpo humano: à frente/atrás, acima/abaixo, ao lado, à direita/à esquerda etc, [tais como] alargamento e estreitamento: quando os planos que delimitam o espaço lateralmente parecem se afastar ou se aproximar do observador; envolvimento: onde o espaço está delimitado por elementos marcantes por quase todos os lados do observador, mantendo, contudo, a visão deste para o exterior; amplidão: efeito oposto ao envolvimento, que ocorre em

locais onde os limites do campo visual estão distantes, indefinidos ou são insignificantes [Fig. 27].

Quanto aos efeitos perspectivais, esses “são produzidos pela composição plástica da cena contida nos campos visuais do observador” (KOHLSDORF, 1996, p.96), tendo sido por essa autora identificados oito deles, a saber:

direcionamento: quando a continuidade longitudinal do espaço é enfatizada pela estrutura alongada e bem definida dos planos laterais que convergem nitidamente para o final da perspectiva, tornando-se mais genuíno quando as paredes laterais não são paralelas, em função de alguma deflexão; visual fechada: onde a cena perspectiva se organiza de forma pouco profunda, sendo fechada por um plano paralelo próximo ao observador; impedimento: ocorre quando uma figura encobre parcialmente outra, ou seja, quando a visualização é interrompida sem que, contudo, se impeça a percepção do final do campo visual; emolduramento: quando o campo visual está delimitado por elementos em primeiro plano que, contudo, não interrompem a cena; mirante: efeito que ocorre quando o observador está situado num ponto de onde pode visualizar de modo privilegiado os lugares circunvizinhos, obtendo uma vista do que está em volta; conexão: quando se percebe claramente uma descontinuidade nas paredes laterais do espaço provocadas por canais que o interceptam de modo ortogonal; realce: quando determinado elemento da cena atrai de modo significativo a atenção do observador, criando uma surpresa e estruturando a forma do espaço; efeito em Y: ocorre quando a cena mostra uma bifurcação do espaço, geralmente, em seu eixo [Fig. 98] (KOHLSDORF, 1996, p.96).

Recorrendo-se ainda à autora, classificou-se a intensidade da ocorrência desses efeitos visuais numa escala que se inicia com muito fraco (MF), passando a fraco (F), médio (M) e forte (F) e terminando com muito forte (MF). Assim, muitas vezes acontecendo simultaneamente na mesma cena, os efeitos visuais são considerados como elementos que contribuem “para a caracterização dos lugares e para a avaliação de sua identidade mais forte ou mais fraca” (4ª.SR/IPHAN, 1997), quanto mais estiverem claros e nítidos, podendo ainda apresentar campos amplos ou restritos. Cabe ainda mencionar os elementos que complementam o sistema de análise do espaço urbano em questão que são os tramos, caracterizadores

das seqüências visuais por meio da identificação, nessas seqüências, de partes que contêm uma temática homogênea, seja pela presença marcante de determinados

efeitos, seja por certa combinação dos mesmos (por exemplo, alternância de alargamentos e estreitamentos ou de envoltórios e amplitudes, pontuados por realces) (KOHLSDORF, 1996, p.104),

os quais ainda segundo a mesma autora, “subdividem a seqüência e permitem organizar a apreensão do espaço em percursos longos” (KOHLSDORF, 1996, p.104). Com essas peças, constrói-se um conjunto de signos que buscam representar o desenvolvimento espacial de trechos urbanos numa escrita simbólica coerente com a natureza do espaço e, ao mesmo tempo, posta como alternativa mensurável e objetiva às noções espaciais de praxe, estas tradicionalmente marcadas pela subjetividade do texto e do desenho artístico. Portanto, o que se pretendeu foi, a partir do emprego de um novo método de apreensão espacial, realizar o inventário do conjunto urbano em análise de forma substantiva e quantificável, de forma a captar, com a maior precisão possível, a sua estruturação urbano-arquitetônica, bem como o caráter identitário dos diversos lugares que o integram.

EFEITOS TOPOLÓGICOS

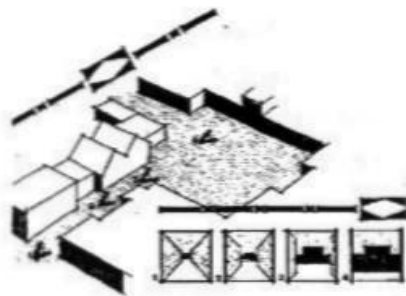


Figura 01 - ALARGAMENTO

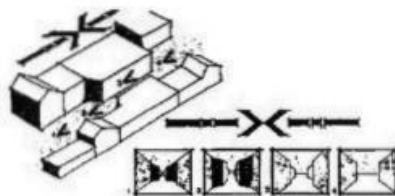


Figura 03 - ESTREITAMENTO

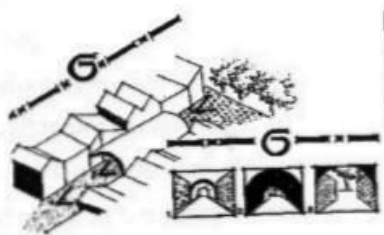


Figura 03 - ENVOLVIMENTO

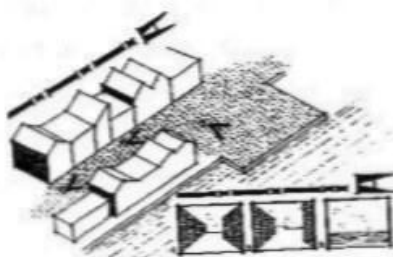


Figura 04 - AMPLIDÃO

Fig. 27 – Efeitos topológicos/ Desenho Maria Elaine Kohlsdorf
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

EFEITOS PERSPECTIVOS

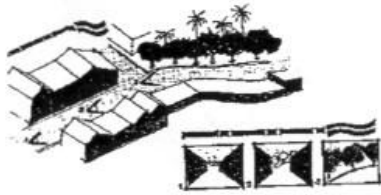


Figura 05 – DIRECIONAMENTO

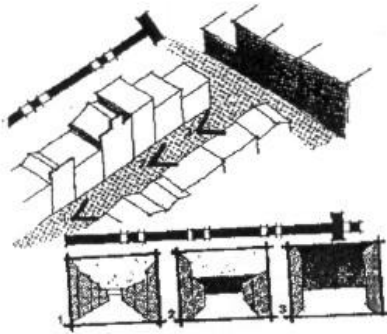


Figura 06 – VISUAL FECHADA

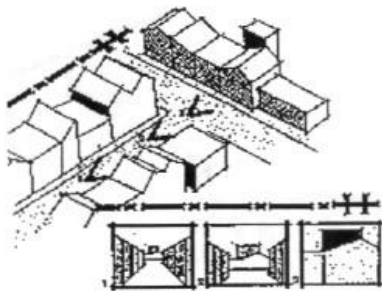


Figura 07 - IMPEDIMENTO

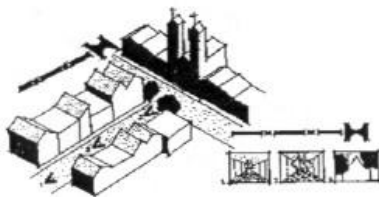


Figura 08 - EMOLDURAMENTO

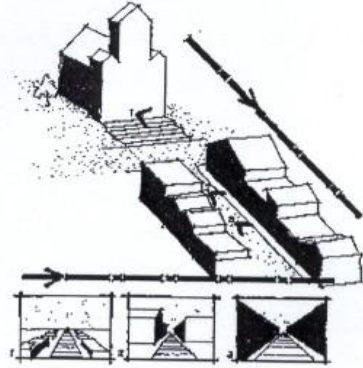


Figura 09 – MIRANTE

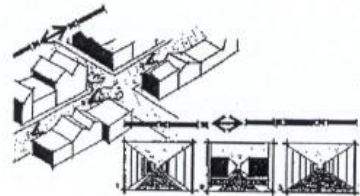


Figura 10 - CONEXÃO

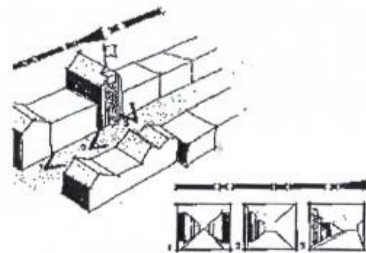


Figura 11 – REALCE

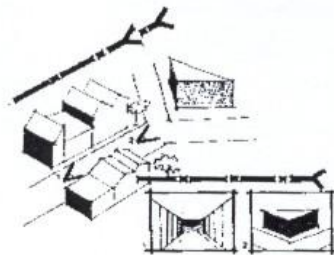


Figura 12 – EFEITO EM Y

Fig. 28 – Efeitos perspectivos/ Desenho Maria Elaine Kohlsdorf
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral

A pesquisa foi então realizada com base no

registro das cenas contidas nos vários cones visuais que compõem alguns percursos, identificados como os mais significativos das áreas apontadas, pela análise à distância e pelas informações históricas, como representativas da identidade paisagística da cidade e da evolução urbana do sítio, [áreas essas correspondentes à] mancha urbana existente até aproximadamente meados do século XX e aos setores que contêm os principais elementos constituidores da paisagem urbana em sua apreciação global: a vegetação urbana e da várzea do Rio Acaraú; a moldura constituída pela Serra da Meruoca; o Rio Acaraú; os marcos visuais mais importantes e as áreas que mais claramente apresentam as características de horizontalidade, acentuação e tecido urbano homogêneo (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Informa-se que os percursos “foram selecionados, em princípio, a partir de sua capacidade de condensar e conter a maior parte das características acima ligadas” (4ª.SR/IPHAN, 1997), após terem sido escolhidas quatro áreas, a saber, a da zona central, a da Fábrica de Tecidos, a da Santa Casa e a da Estação Ferroviária (Fig. 29), setores urbanos esses que conformam boa parte da área considerada de interesse de preservação. Os percursos cortam esses setores, cruzando-se no trecho mais antigo da cidade, tendo sido registrado um conjunto de estações e visuais desenvolvidas ao longo dos seus roteiros, em viagens de ida e volta, com identificação dos elementos que se constituem em obstáculos ou perturbações à percepção das cenas e de suas estruturas morfológicas. Daí avaliou-se a intensidade dos efeitos e foram definidos os tramos (ida/volta), identificados em mapas relacionados à análise morfológica dos percursos (Figs. 30, 31, 32 e 33). Como exemplo em detalhe, apresenta-se o percurso 02, com o processo completo de sua apreensão (Figs. 34, 35, 36, 37, 38 e 39). Afirma-se que “a identificação de tramos nas seqüências visuais estudadas demonstrou ser muito útil, [permitindo] uma melhor caracterização das diversas estruturas morfológicas presentes no espaço de Sobral” (4ª.SR/IPHAN, 1997). O resumo da análise seqüencial no interior do espaço urbano (Fig. 40), após percorridos os quatros percursos selecionados, identificou nove estruturas morfológicas – ETs no interior da área analisada. Avalia-se a sua ocorrência como “bastante reveladora” em uma área de estudo relativamente pequena, o que poderia indicar,

numa conclusão apressada, falta de unidade no desenho urbano mas, apesar da variedade, várias dessas estruturas morfológicas possuem muitos pontos em comum e, na realidade, são poucas as que se distinguem de modo mais radical (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Analisadas uma a uma, informa-se que a ET-01 é uma morfologia única em Sobral por apresentar “definição em torno de um eixo central” (4ª.SR/IPHAN, 1997), o Arco do Triunfo, e, mesmo apresentando clareza em seu traçado, “seu desempenho topológico não é muito bom e as cenas perspectivas que apresenta são bastante pobres” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Justifica-se esta condição pela

desproporção entre a largura da via e a altura dos panos laterais, [pela] falta de unidade e harmonia arquitetônica nesses planos [e pela] abundância de elementos apostos no canteiro central que tiram toda a intenção de nobreza e monumentalidade do espaço (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Aqui, pela primeira vez, é mencionada negativamente uma das características então mais evidentes do sítio histórico de Sobral: a sua heterogeneidade e a degradação do ambiente urbano. As ETs 02 e 03 são consideradas aquelas que “apresentam maior clareza e identidade em termos de espaço urbano” (4ª.SR/IPHAN, 1997). A ET-02 caracteriza-se por alternar ritmadamente

efeitos de alargamento e estreitamento de planos laterais, bem como sua trama viária [...] proporciona interessantes campos visuais laterais que, constantemente abrem janelas para marcos visuais localizados, algumas vezes, fora dessa estrutura morfológica, gerando composições de grande interesse (4ª.SR/IPHAN, 1997).

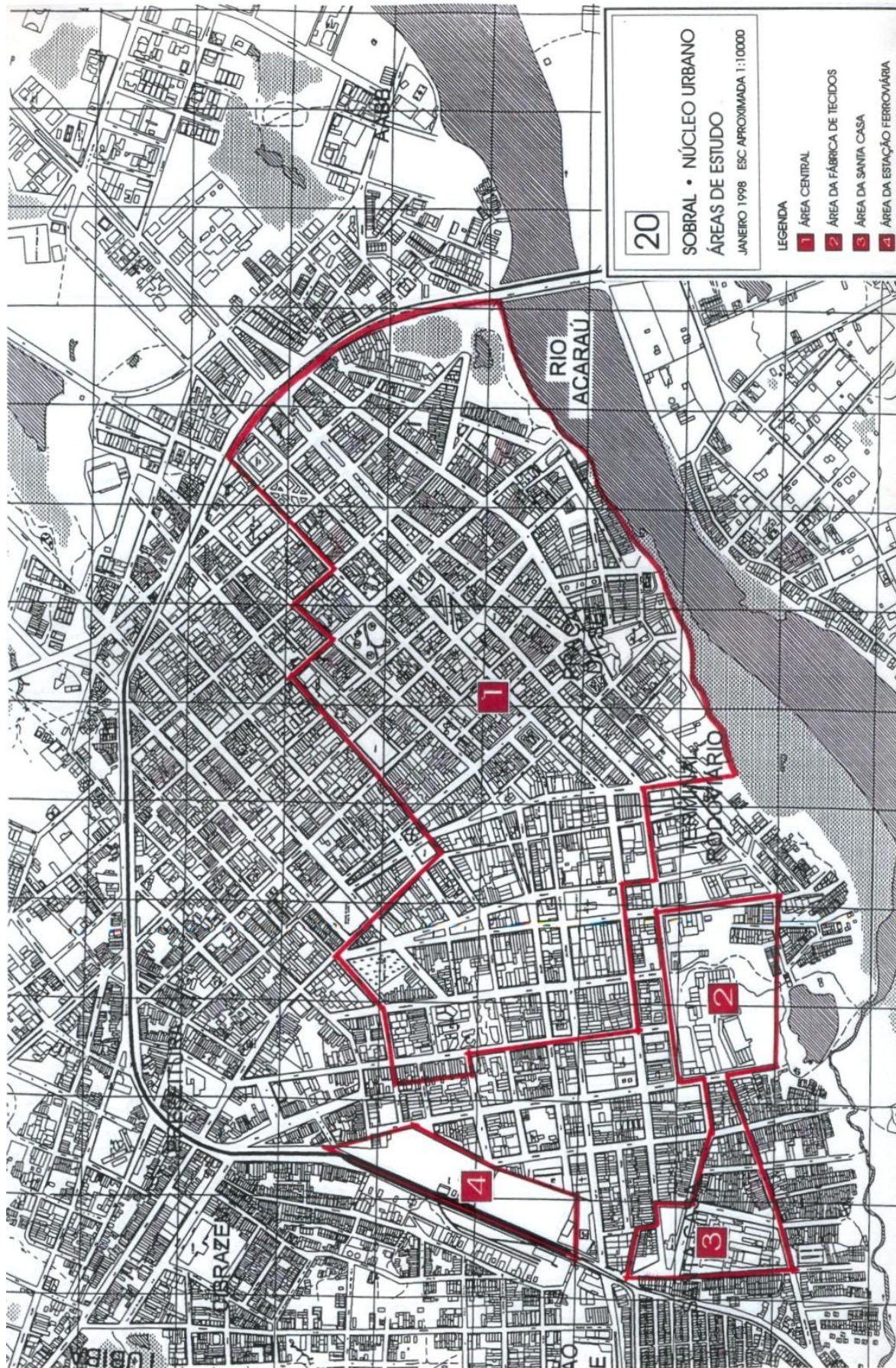


Fig. 29 – Áreas de Estudo
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

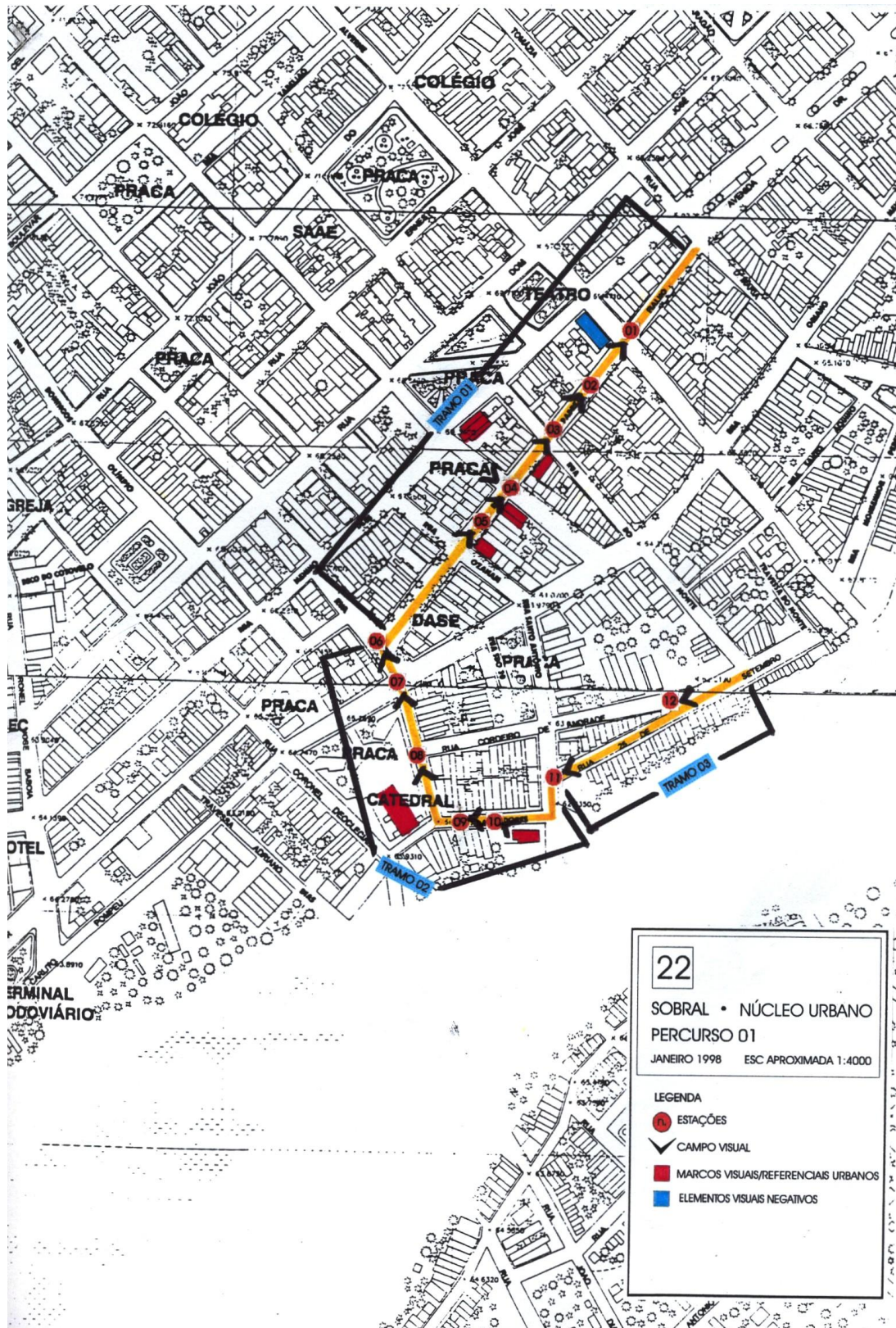


Fig. 30 – Percurso 01
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

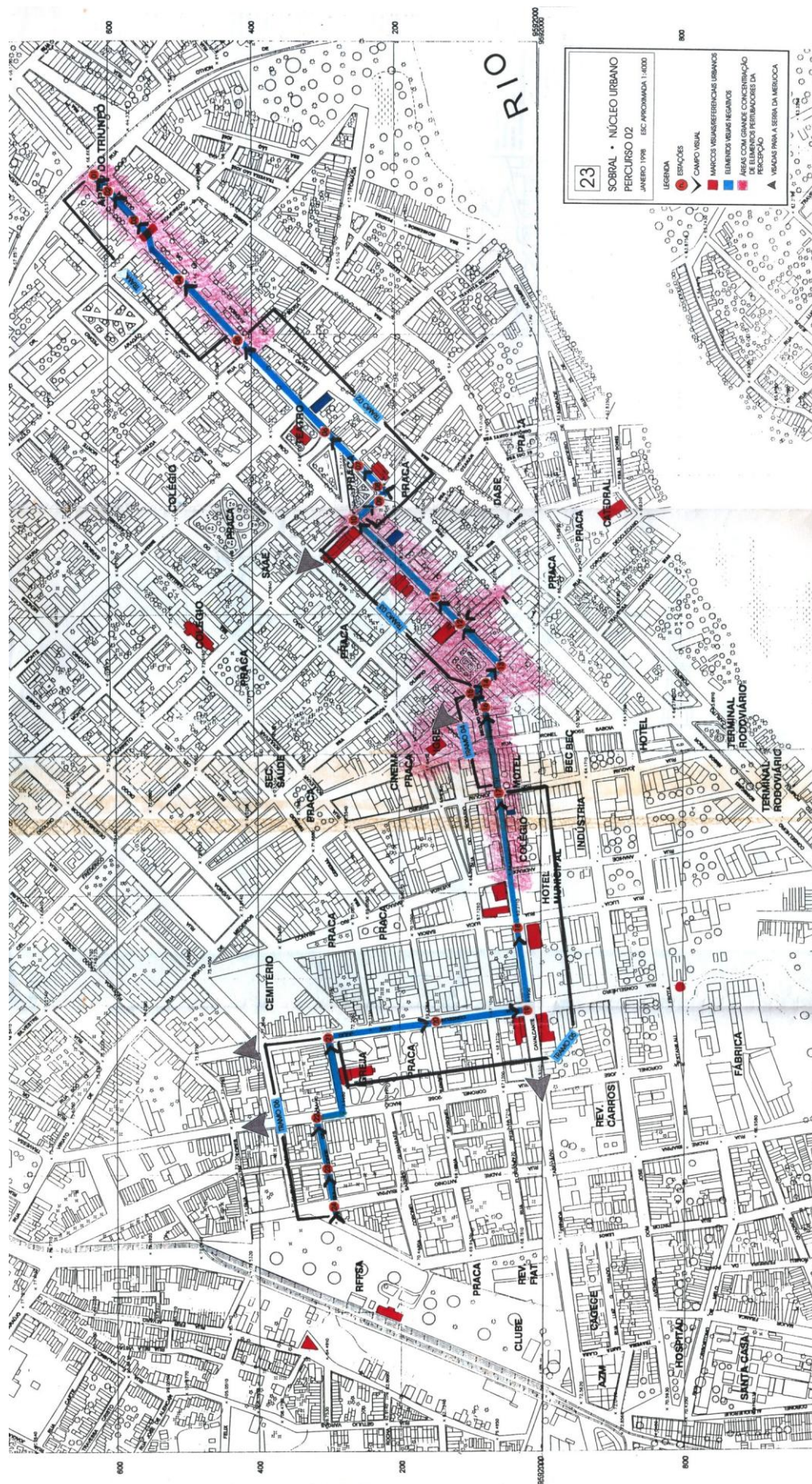


Fig. 31 – Percurso 02
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

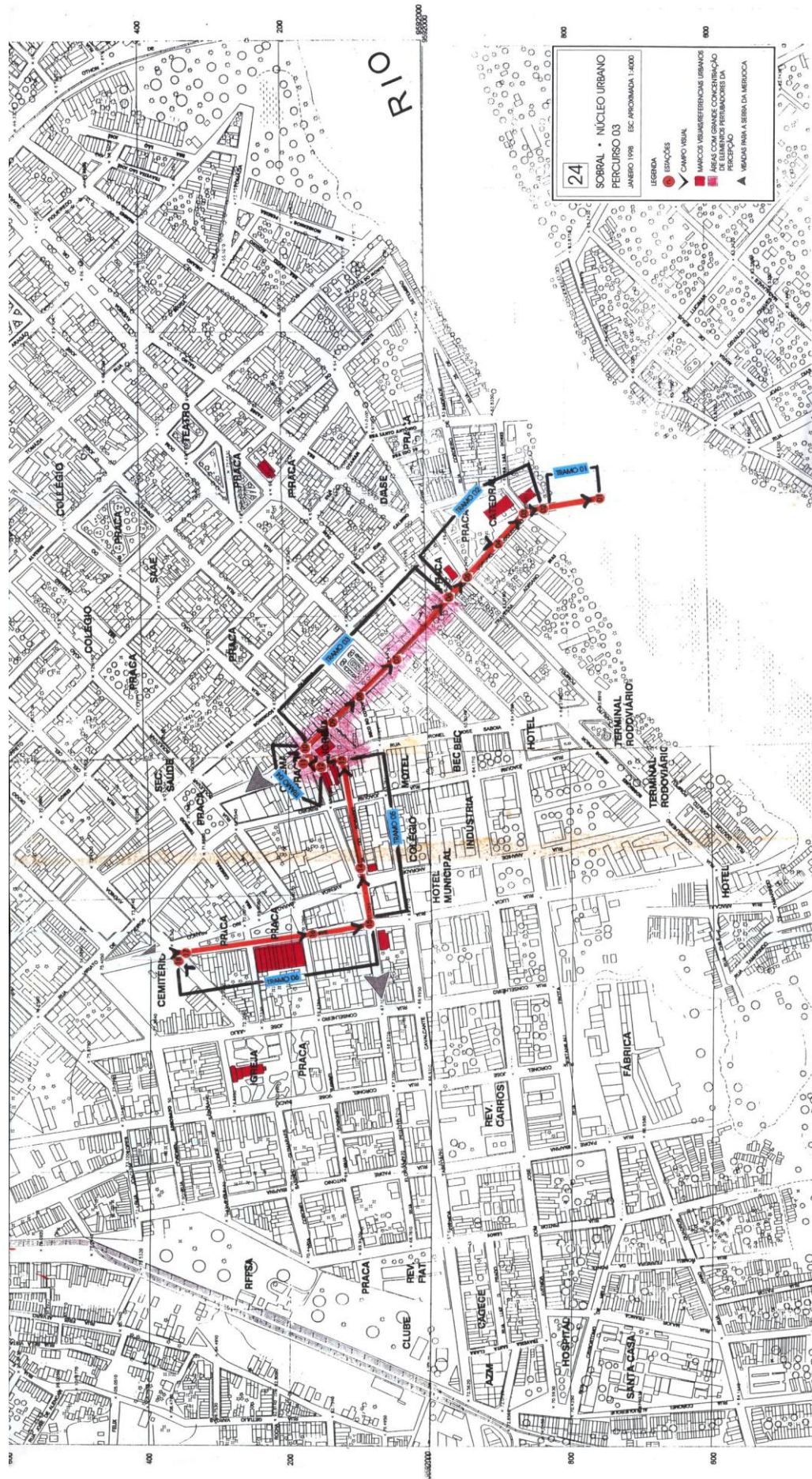


Fig. 32 – Percurso 03
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

1

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

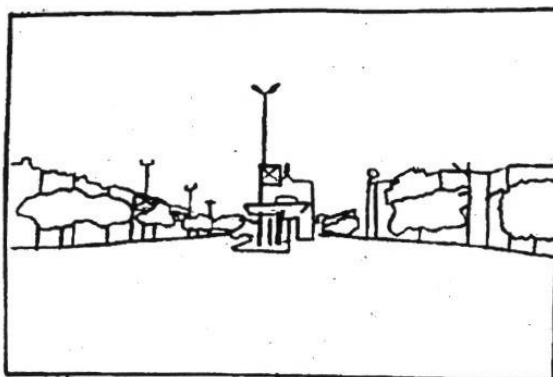
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Impedimento (neg)
- Visual fechada (F)
- Realce (M)
- Pouca definição lateral
- Eixo central

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncios, postes (inclusive o do canteiro central), edifícios com volumes diversos.



2

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

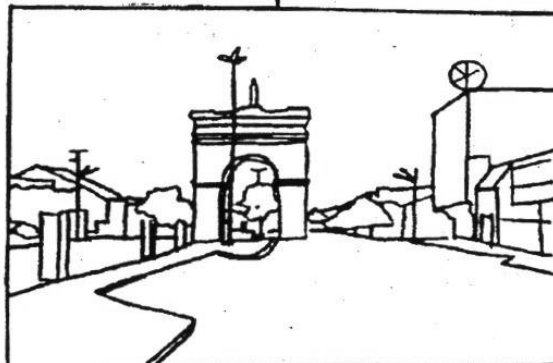
1. EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (FO)
- Emolduramento (MF)
- Eixo central (F)
- Realce (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncio nas fachadas, postes do canteiro central, protetores de árvore (cor e anúncio), heterogeneidade e má organização das paredes laterais, parabólicas.



T3

3

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

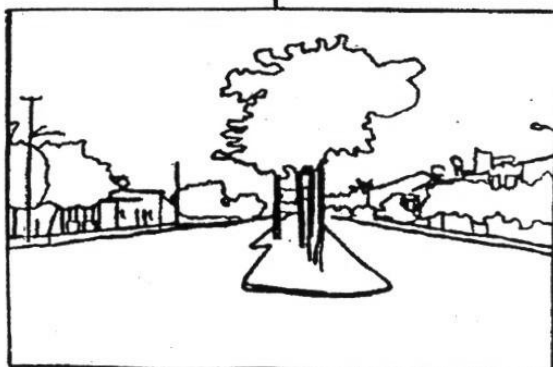
1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

- Alargamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Eixo central
- Visual Fechada (F)
- Pouca definição lateral

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, parabólicas, complexidade dos planos laterais.



T4

4

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

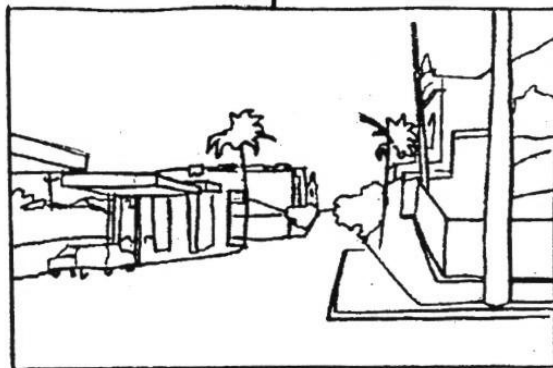
1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

- Estreitamento (M)
- Preparação para estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Direcionamento (MF)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, anúncios, equipamentos (posto), extrema complexidade das paredes laterais.



T4

Fig. 34 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

5

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

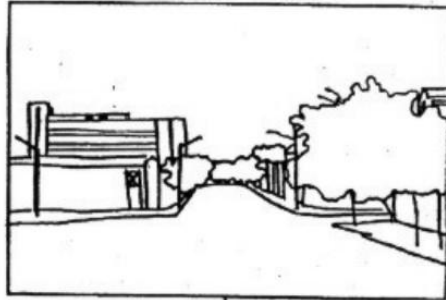
- Alargamento (M)
- Preparação para estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Impedimento (F)
- Conexão (F)
- Realce (prédio)
- Visual fechada – árvores (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS:

- Postes e fiação
- Complexidade das paredes laterais



6

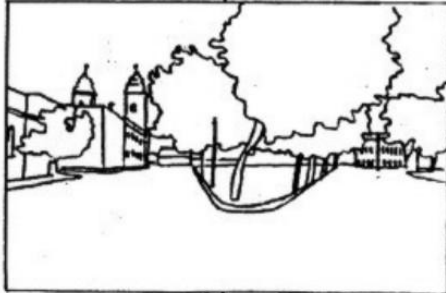
EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento lateral (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Realce (FO)
- Efeito em Y (FO)
- Visual fechada - árvores(FO)
- Emolduramento
- Conexão



7

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

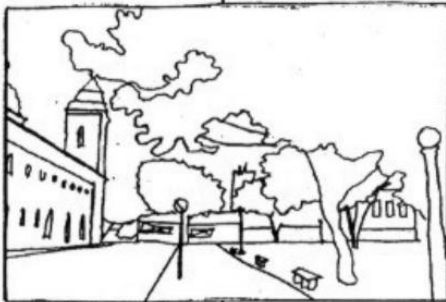
- Alargamento lateral (F)
- Envolvimento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (M)
- Impedimento (F)
- Emolduramento (FO)
- Realce (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS:

- Anúncios no muro
- Edificações em ruína fechando perspectiva
- Sinalização
- Postes de concreto



8

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

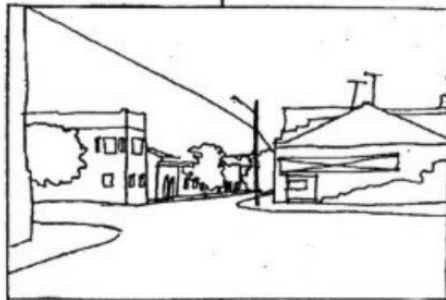
Alargamento

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Direcionamento (M)
- Efeito em Y (FO)
- Visual fechada (M)
- Conexão (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS:

- Postes e fiação
- Antenas
- Anúncios na parede
- Construções precárias
- Terreno baldio



9

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento lateral (F)
- Preparação para estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada – serra, vegetação(M)
- Conexão (F)
- Realce (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS:

- postes
- Imóvel em construção

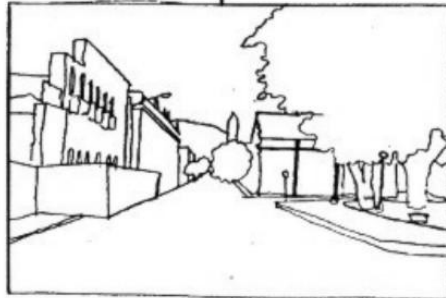


Fig. 35 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

TRAMO 3

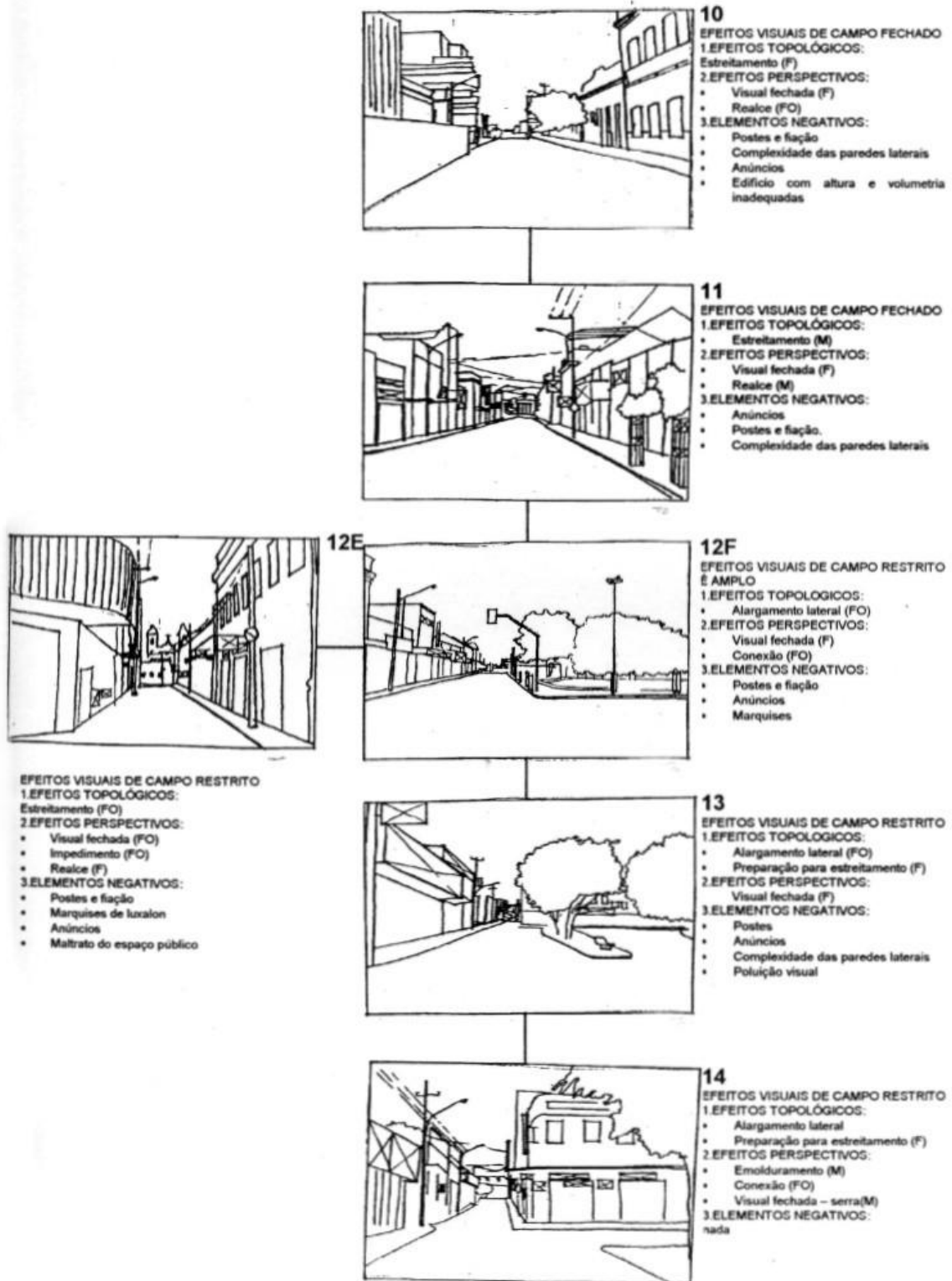
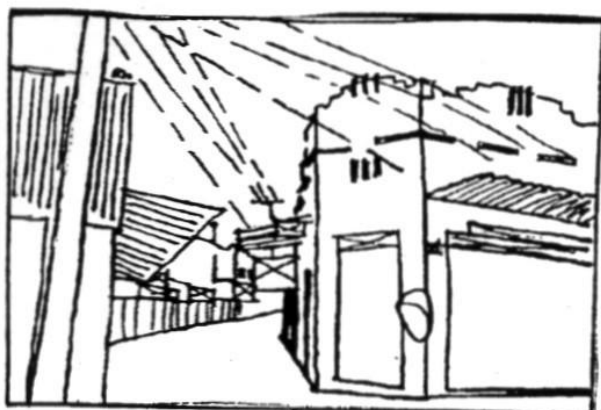


Fig. 36 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant’Anna
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

- 15**
EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:
• Estreitamento (FO)
2.EFEITOS PERSPECTIVOS:
• Direcionamento (FO)
3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes,
fiação, anúncios, marquises.



- 16**
EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:
• Estreitamento (FO)
2.EFEITOS PERSPECTIVOS:
• Direcionamento (FO)
3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes,
anúncios, marquises, poluição visual.



Fig. 37 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

17

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

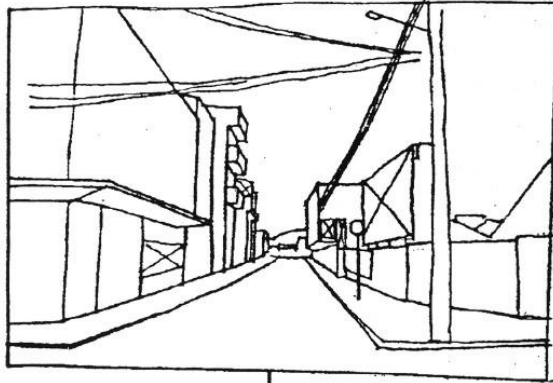
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para estreitamento (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (F)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fiação, anúncios, complexidade da parede lateral.



18

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

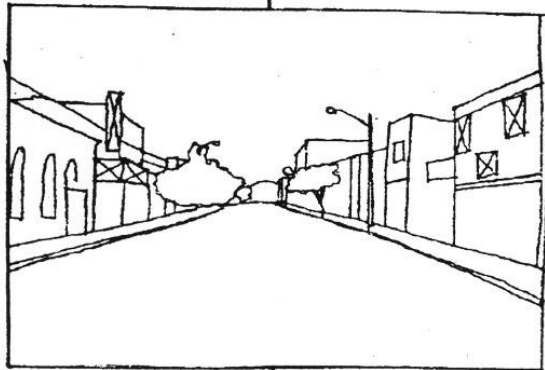
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Alargamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncios, postes, complexidade da parede lateral.



19

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

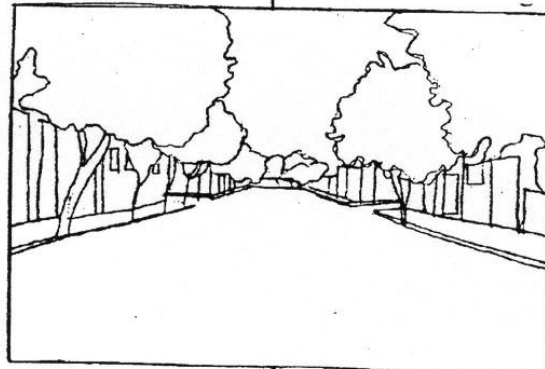
- Estreitamento (F)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (F)

- Conexão (M)

- Emolduramento (FO)



20

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

- Alargamento (MFO)

- Preparação para estreitamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Conexão (FO)

- Reação (FO)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: anúncios nos muros, fiação.

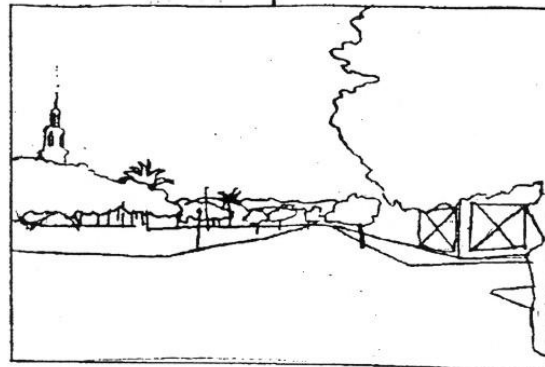


Fig. 38 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

PERCURSO 2

21

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

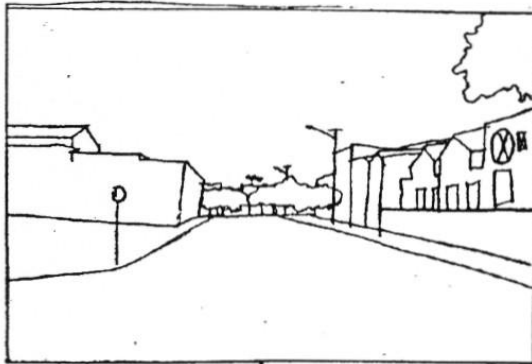
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para estreitamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Visual fechada (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, anúncios.



22

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO RESTRITO

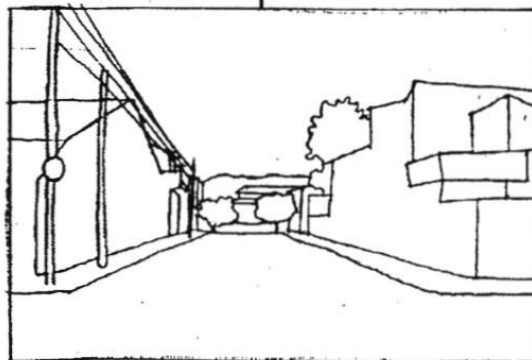
1.EFEITOS TOPOLÓGICOS:

- Preparação para estreitamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Conexão ()
- Visual fechada (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fiação, complexidade das paredes laterais.



23

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

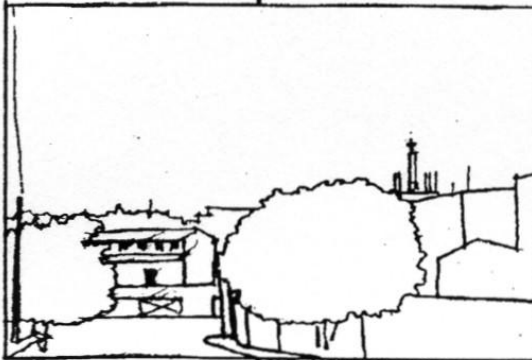
1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

- Preparação para alargamento (M)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Realce (FO)
- Emolduramento (FO)
- Impedimento (FO)
- Conexão (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: postes, fiação, anúncios no muro, complexidade tipológica.



24

EFEITOS VISUAIS DE CAMPO AMPLO

1.EFEITOS TOPOLOGICOS:

- Alargamento/amplidão (FO)

2.EFEITOS PERSPECTIVOS:

- Emolduramento (F)
- Impedimento (M)
- Realce (M)

3.ELEMENTOS NEGATIVOS: ausência de leitura morfológica clara.

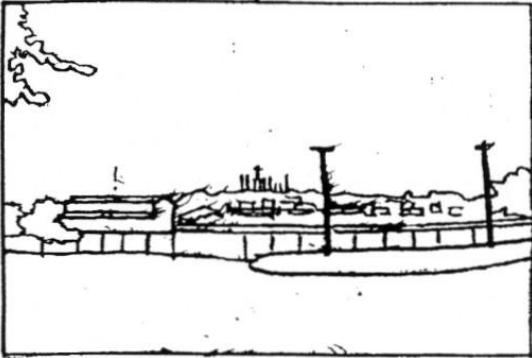


Fig. 39 – Detalhes do Percurso 02/ Desenhos Márcia Sant'Anna
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

O caráter identitário do trecho urbano foi ainda considerado relevante, “apesar da forte interferência causada pelos elementos apostos pelo uso predominantemente comercial e da variedade de tipologias arquitetônicas existente nas paredes laterais” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse setor encontra-se um dos principais núcleos do sítio histórico, conformado por imóveis destacados tais como o Teatro São João (Fig. 41), a Igreja do Menino Deus (Fig. 42), a Casa da Cultura (Fig. 43), a Escola de Música (Fig. 44), o Museu Diocesano (Fig. 45), o Colégio Santana (Fig. 46) e o Sobrado Radier (Fig. 47), dentre outros. Apesar das recentes interferências (interrupção das paredes da rua, verticalização, poluição visual (ainda que recentemente reduzida), arquitetura de gosto duvidoso etc.), a escala se mantém numa linha de acompanhamento e distinção dos edifícios principais. A ET-03 é tida como mantenedora de sua morfologia original de maneira razoavelmente bem preservada, decorrendo

de uma trama viária irregular, de traçado mais espontâneo e menos hierarquizado, iniciando uma ocupação mais antiga do que a da ET-02 [e caracterizando-se por] uma homogeneidade volumétrica e [...] um padrão de ocupação na testada dos lotes sem recuos laterais e gerando simultaneidade de efeitos perspectivos de visual fechada e realce, [o que produz] quadros visuais de grande plasticidade (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Essa área corresponde àquela em que os estudiosos da formação e evolução urbana de Sobral enxergavam traços de um arranjo urbano tardo-medieval, marca da primeira ocupação do território da cidade. Se é rica por essa marca urbanística, por outro lado resente-se de arquiteturas de maior interesse, sobressaindo-se pouquíssimos exemplares preservados. Deve-se também mencionar, nesse trecho, as possíveis transformações que poderão advir da recente execução do projeto urbanístico da margem esquerda do Rio Acaraú, o qual recuperou e valorizou rapidamente uma área urbana degradada. As ETs 04 e 05 são mostradas como “enclaves morfológicos integrados” (4ª.SR/IPHAN, 1997) às ETs 02 e 03. A primeira é considerada como “uma morfologia típica de espaço monumental projetada para abrigar o poder eclesiástico e governamental” (4ª.SR/IPHAN, 1997), contrastando em escala com a ET-03, que a envolve. São destacadas “a abundância de espaços abertos, com pouca definição lateral, dominada por edificações de grande porte que geram seguidos efeitos muito

fortes de realce” (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como seu regular desempenho topológico, causado por “uma certa desproporção entre a ampliação do espaço e a altura, muito baixa, das edificações circundantes [e pelo] paisagismo pouco criativo executado na praça” (4ª.SR/IPHAN, 1997). O trecho em análise é aquele distinguido pelas presenças da Sé Catedral⁷⁰ (Fig. 48), da Casa de Câmara e Cadeia (Fig. 49) e da Casa do Capitão-Mor (Fig. 50), dentre outros imóveis de realce. As observações são precisas, principalmente no que tange ao recorte dos espaços públicos, contribuindo para descaracterizar o conjunto e reduzir a dominância do templo sobre os demais edifícios, mesmo estando este implantado sobre elevação do terreno. O Beco do Cotovelo basicamente constitui a ET-05, encravada na ET-02, constituindo-se em “uma morfologia de exceção na cidade de Sobral, resultante do aproveitamento de um miolo de quadra como via de pedestres ou da estruturação de uma quadra em torno de um trajeto mais antigo que continuou sendo utilizado” (4ª.SR/IPHAN, 1997). É visto como

um caminho torto e muito curto que interrompe brevemente o desenvolvimento e a lógica urbanística em seu entorno, [composto] de edificações de dois pavimentos implantadas sem recuo, ao longo de uma via curva que produz efeitos muito fortes de estreitamento e, principalmente, de direcionamento, [não causando] nenhuma ruptura formal séria com o entorno (4ª.SR/IPHAN, 1997).



Fig. 41 – Teatro São João
Fonte: Acervo pessoal

⁷⁰ Como é popularmente conhecida a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Sobral.



Fig. 42 – Igreja do Menino Deus
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 43 – Casa da Cultura
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 44 – Escola de Música
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 45 – Museu Diocesano
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 46 – Colégio Santana
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 47 – Sobrado Radier
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 48 – Sé Catedral
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 49 – Casa de Câmara e Cadeia
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 50 – Casa do Capitão Mor
Fonte: Acervo IPHAN/CE

Cabe ressaltar aqui a intervenção realizada em seu interior, executada um pouco antes do tombamento do sítio histórico, a qual desconheceu por completo o especial arranjo morfológico do Beco, implantando estruturas que lembram cogumelos gigantes no centro do passeio, para muitos completamente destoante e inadequada tanto do ponto de vista formal quanto do ambiental (Figs. 51 e 52). Digna de nota também é a forte presença da poluição visual⁷¹ e da descaracterização arquitetônica, causadas pela situação desse setor no *cuore* de comércio e serviços da zona central de Sobral. Informa-se que a ET-06 decorre da “expansão da cidade no início do século XX que acompanhou o trajeto do bonde que ligava a recém- implantada estação ferroviária ao centro da cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997), apresentando um quadro que se caracteriza por “ruas largas e muito retas cortadas ortogonalmente a intervalos regulares por outras de igual largura e traçado” (4ª.SR/IPHAN, 1997), as quais conformam uma trama axadrezada com

quadras mais ou menos iguais que apenas variam em forma nas proximidades do cemitério e das vias Lúcia Sabóia e Barão do Rio Branco, no espaço de transição entre esta malha e aquela mais antiga e irregular das cercarias do Largo do Rosário (4ª.SR/IPHAN, 1997).

⁷¹ Apesar de recentemente ter sido alvo de projeto elaborado e executado pela Prefeitura Municipal com vistas à redução do seu impacto na área do sítio histórico, com resultados satisfatórios.

Nesse ponto, destaca-se o que vai ser posteriormente abordado em detalhe na justificativa do tombamento: a caracterização de Sobral como cidade composta por malhas desenvolvidas em tempos e por interesses diversos, sensível e habilmente cosidas por aqueles que a construíram. A ET-07 é exibida como área de “ocupação ainda muito rarefeita e carente de parâmetros definidores, [produzindo] uma morfologia muito pouco nítida em termos tanto topológicos quanto perspectivos” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Nesse local,



Fig. 51 – Entrada do Beco do Cotovelo/ Fotografia Alexandre Veras
Fonte: Arquivo fotográfico 4ª.SR/IPHAN

as cenas são muito pobres e monótonas, contando-se apenas com um realce promovido pelo prédio da antiga Fábrica de Tecidos que, mesmo assim, mostra-se isolado e pouco valorizado

no ambiente. Além da pouca nitidez dos seus contornos e limites, diz-se ainda do prejuízo que o setor urbano focado sofre quando entra em contato com o trecho terminal da Av. Cel. José Sabóia, onde [...] a arquitetura apresenta péssima qualidade, não contribuindo em nada para um melhor desempenho morfológico do trecho (4ª.SR/IPHAN, 1997).



Fig. 52 – Interior do Beco do Cotovelo/ Fotografia Alexandre Veras
Fonte: Arquivo fotográfico 4ª.SR/IPHAN

A área em questão, além de baixa qualidade ambiental, decorre da instalação das primeiras plantas industriais na cidade, caracterizada pelos grandes espaços e pela ocupação fragmentada, aspectos que hoje reforçam o grande potencial de renovação urbana que o setor apresenta, fortalecido ainda pela recente intervenção paisagística executada na margem esquerda do Rio Acaraú. A ET-08 vincula-se às ETs 02 e 03,

estruturando-se ao longo dos dois caminhos que ligavam a Gangorra e a praça da Matriz ao antigo núcleo do Rosário, [tratando-se, portanto], de uma área de transição entre o centro antigo mais preservado e a área de ocupação mais recente nas proximidades da Rodoviária e das quadras que fazem parte da ET-07 (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Faz-se referência à extensa degradação da arquitetura da área e à afirmação de um novo modelo de ocupação, o que faz com que “o espaço urbano resultante já não pode mais ser identificado com ela” (4ª.SR/IPHAN, 1997). O trecho estudado corresponde à parte final da Rua do Menino Deus, tomada por atividades comerciais de baixíssimo padrão arquitetônico e apresentando monotonia visual, bem como pouca ou nenhuma identidade.

Por fim, a ET-09, que é o resultado da ocupação em torno da Santa Casa de Misericórdia (Fig. 53) e da Fábrica de Tecidos (Fig. 54), com destaque para “alguns exemplares antigos de arquitetura popular muito interessantes” (4ª.SR/IPHAN, 1997). O acolhimento e a agradabilidade do local são devidos, segundo se informa, tanto à singeleza do casario quanto à irregularidade do traçado viário, o qual produz “efeitos perspectivos de direcionamento e efeitos de estreitamento” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Fala-se ainda da existência de muitas construções recentes mas não de sua inexpressiva arquitetura, em franco contraste com a beleza simples de conjuntos tais como a Vila Operária.

Finalizando-se as apreciações sobre as estruturas morfológicas, passa-se à análise de outras questões associadas à forma urbana. As ETs de números 02, 03, 04 e 05 são tidas como aquelas “que possuem maior grau de legibilidade e identificabilidade de sua forma, constituindo os lugares que possuem identidade mais forte em Sobral” (4ª.SR/IPHAN, 1997). As ETs 02 e 05, por seu turno, são vistas como aquelas que correm maior

risco de descaracterização e perda progressiva de identidade, em decorrência da substituição ou mutilação de edificações e da poluição visual introduzida maciçamente por anúncios e engenhos publicitários, claramente inadequados à percepção das suas características urbanísticas e arquitetônicas (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Recorrendo-se ainda ao mapa resumo da análise seqüencial (Figura 110), informa-se que

a maior parte, senão a totalidade dos edifícios que rompem claramente com a volumetria e o padrão de ocupação dominante na cidade concentram-se nessas áreas, o que comprova o dinamismo da cidade como pólo regional, [bem como] a sua enorme fragilidade no que diz respeito à preservação de seus traços de identidade (4ª.SR/IPHAN, 1997).



Fig. 53 – Santa Casa de Misericórdia
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 54 – Fábrika de Tecidos de Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE

Portanto, são aqui sobejamente demonstrados os aspectos conformadores do sítio histórico de Sobral, formado em boa medida por sua zona central, essa ocupada por atividades de comércio e serviços intensamente desenvolvidas, bem como a consciência sobre o baixo padrão visual dos setores enfocados, o que dá mostras da consideração, como um dos predicados à mão para a definição dos limites do sítio histórico, da qualidade do espaço urbano. Quanto aos marcos construídos e naturais destacados nas análises à distância, informa-se que esses “também mantêm no interior do espaço urbano uma presença marcante” (4ª.SR/IPHAN, 1997), com distinção para os volumes verticais (torres das igrejas e chaminés das fábricas, principalmente) e a vegetação urbana, esta nem sempre uniforme. Se a Serra da Meruoca está presente como elemento valorizador de campos visuais no interior da cidade, os quais lhe abrem “janelas” a partir de vias com vistas nos sentidos oeste e noroeste, fazendo típicos de Sobral os efeitos de visual fechada, o Rio Acaraú é muito pouco visível a partir do interior do espaço urbano, com efeitos de mirante anotados apenas no Largo das Dores e no final da Rua Cel. Deocleciano. Como resultado das análises seqüenciais realizadas nos percursos selecionados, foi observado que

em decorrência de sua topografia plana, de sua trama viária de malha preponderantemente ortogonal, de seu padrão geral de ocupação ainda na testada dos lotes e da altura e volumetria mais ou menos homogênea das edificações, o interior do espaço urbano de Sobral se caracteriza pela abundância de efeitos visuais de campo restrito e por efeitos topológicos alternados de alargamento e estreitamento, [...], mantendo sempre boa definição lateral (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Somando-se as características acima ao conjunto de edificações de destaque, tem-se, segundo os responsáveis pela pesquisa, a área estudada como um setor urbano rico em efeitos perspectivos de realce, visual fechada e conexão, curiosamente não se fazendo referência à má qualidade da arquitetura de acompanhamento situada em torno dos marcos arquitetônicos. Como conclusão, apresenta-se que

a manutenção da atual volumetria das edificações que compõem os planos laterais; o alinhamento das edificações na testada do lote e seus recuos laterais; a preservação da trama viária; a

preservação das edificações que constituem os principais referenciais urbanos; e o controle e adequação de engenhos publicitários são fundamentais para a apresentação da identidade das áreas de Sobral que possuem estruturas morfológicas mais claras e mais ricas (4ª.SR/IPHAN, 1997),

essas representadas pelas ETs 02, 03, 04 e 05. Entretanto, não se faz menção à perda ou descaracterização da arquitetura destacada da cidade e à sua substituição por exemplares menores constituintes do atual espaço urbano, quadro esse que, somado à poluição visual ainda existente, não empresta a Sobral, salvo em determinados trechos muito especiais da área enfocada, o *status* de sítio histórico clássico, ambiente em que todos os aspectos valorativos costumam estar presentes, legíveis e bem equilibrados. Esse arremate do estudo, fundamental para a orientação da proteção proposta, não pode ser compreendido sem que se esclareça o que está em suas entrelinhas: a determinação do tombamento como agente de re-ordenamento urbano, para além de sua condição de ato de distinção ou reconhecimento nacional estabelecido competentemente por um órgão federal a uma cidade cujo processo de formação e ocupação gravou um momento importante no desenho do território do país. Essa nova consideração, se por um lado, revela novas possibilidades à ação federal de preservação edilícia, fazendo-a avançar muito acima de sua essência formal ou meritória, coloca também em risco de banalização o instituto do tombamento, vez que as medidas que visem à manutenção da “percepção dos marcos visuais que pontuam o espaço urbano e estruturam a paisagem e dos elementos que conferem identidade e riqueza visual” (4ª.SR/IPHAN, 1997) a Sobral poderiam perfeitamente ser tomadas a partir da elaboração de planos de pormenor, meros detalhamentos do plano diretor de desenvolvimento municipal, e não exatamente provenientes dos rigores de uma legislação federal atinente à proteção do patrimônio cultural.

O nível das informações secundárias se inicia com aquelas relativas ao sítio físico, em que “o Rio Acaraú, a vegetação da sua várzea e a Serra da Meruoca são, como já observado anteriormente, os elementos naturais que mais participam da configuração paisagística de Sobral” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Mesmo assim, a Serra da Meruoca, “verdadeira moldura a noroeste [...] não chega a influenciar a conformação, a localização ou o [...] traçado” (4ª.SR/IPHAN, 1997)

da cidade; o Rio Acaraú, apesar de sempre ter operado “como um forte limite à expansão da cidade [...] jamais teve um papel importante na determinação da organização do espaço urbano; por seu turno, a vegetação da várzea” (4ª.SR/IPHAN, 1997), embora marque presença nas vistas à distância da cidade, não é incorporada como vegetação urbana. Descartados esses elementos, afirma-se que “os dois aspectos que mais influenciam a configuração do espaço urbano são a topografia e o clima” (4ª.SR/IPHAN, 1997), aquela representada pela planura do sítio em que se desenvolveu a cidade, “de uma horizontalidade que lhe é muito peculiar, e este, bastante quente e seco na maior parte do ano, [o que faz com que] utilize-se muito a instalação de marquises e toldos para a ampliação da área sombreada nas calçadas” (4ª.SR/IPHAN, 1997), razão principal da descaracterização da arquitetura de interesse. Quanto à planta-baixa da cidade, foram registrados os seguintes aspectos:

- **Eixos que estruturam a malha urbana** – são em número de 04 (quatro), sendo aqueles mais antigos

o caminho de tropas e boiadas que cruzavam o Rio Acaraú e o povoado da Caiçara, em direção à Serra da Meruoca, e o caminho que ligava o matadouro na Rua da Gangorra ao pequeno núcleo que surgiu em trono do nicho dedicado à Nossa Senhora do Rosário [Fig. 29] (4ªSR/IPHAN, 1997).

Os outros dois, mais recentes, dizem respeito à ocupação da antiga Rua do Negócio (atual Rua do Menino Deus) (Fig. 55) e ao prolongamento da Rua do Rosário até à Estação Ferroviária. A malha da cidade é resultante da justaposição dessas tramas, cuja continuidade se dá em suave angulação e de que o Beco do Cotovelo é excelente exemplo do seu ajuste geométrico;

- **Trama viária e macroparcelamento** – aqui ressalta-se

a presença ainda íntegra da estrutura urbana dos núcleos primitivos da Matriz e do Rosário, distintos do restante da cidade por uma trama viária de traçado irregular que resulta em quadras de tamanhos e desenhos variados, organizadas em torno dos espaços abertos onde se localizam (4ª.SR/IPHAN, 1997)

os dois templos católicos (Fig. 56), a qual obrigou a cidade a se desenvolver segundo uma irregularidade de trama e uma variação no macro-parcelamento, apesar da ligação entre as malhas ter sido realizada com maestria. Informa-se ainda que algumas áreas de ocupação mais recente, tais como aquelas próximas à Santa Casa de Misericórdia e à Fábrica de Tecidos, apresentam irregularidade em seu desenho, porém decorrente

de uma ocupação típica de populações de baixa renda, [bem como que], à exceção [...] de alguns espaços de transição em torno dos dois núcleos antigos, o restante da malha urbana de Sobral apresenta sistema rigidamente ortogonal, de influência pombalina (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Isso, sem sombra de dúvida, confirma os espaços urbanos sobralenses, apesar da flagrante descaracterização de sua arquitetura, como

os mais ricos do Ceará, já que ali se dispõem em harmonia, tardiamente e por arcaísmos de implantação, os velhos traçados medievais lusitanos, misturados com formas novas, difundidas sistematicamente a partir de época do Marquês de Pombal, das cidades de xadrez, formas das quais tanto se serviram no Império, os aglomerados urbanos nacionais (CASTRO, apud 4ª.SR/IPHAN, 1997);

• **Espaços públicos e privados/ massa edificada e áreas livres** – referindo-se aos mapas da malha do núcleo urbano estudado (Fig. 56) e de cheios e vazios dessa mesma área (Fig. 57), afirma-se que o setor da cidade que “corresponde à sua expansão até meados do século XX, possui uma relação mais equilibrada entre espaços públicos e privados, [ou seja, que há] mais praças e espaços abertos públicos [...] que nas áreas de ocupação posterior” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Outro ponto a ressaltar é a ocupação dos lotes, muito mais intensa na área mais antiga da cidade, chegando quase à totalidade no setor comercial central. Verifica-se, portanto,

de um modo geral [...] que a parte da cidade que está contida entre os trilhos da ferrovia é densamente edificada, apresentando uma ocupação mais rarefeita apenas nas quadras que se localizam nas proximidades da Fábrica de Tecidos, no entorno da Estação Ferroviária e em alguns trechos da margem do rio, [espaços vazios estes que são apontados como úteis para que se minore] a carência da cidade em termos de espaços de lazer e de integração com o Rio Acaraú (4ª.SR/IPHAN, 1997),

o que, em parte, chegou a ser realizado com a recente implantação de projeto paisagístico em trecho da margem esquerda deste curso fluvial. As observações também evidenciam o cuidado que os antigos construtores de Sobral tiveram com o equilíbrio entre as porções pública e privada da cidade na expansão desta, expressa no sistema de praças que possui. Entretanto, não há menção quanto à capacidade de suporte, em termos de densificação, da área central, informação esta útil à diversificação de usos neste setor, o qual, como qualquer área comercial e de serviços, opera apenas no período de funcionamento dos estabelecimentos e entrepostos, esvaziando-se a partir do final do expediente diário. Por outro lado, há edificações abandonadas ou parcialmente ocupadas, algumas com considerável capacidade de abrigo, as quais poderiam incorporar, com pequenas adaptações, o uso habitacional, ampliando a faixa temporal de uso do setor urbano em foco, o que freqüentemente acontece agora, com a transformação de Sobral em pólo universitário regional e a decorrente demanda por espaços de moradia temporária, configurando um processo de adensamento com seus desdobramentos positivos e negativos;

- **Uso e ocupação** – o modo de ocupação urbana que se caracteriza pela implantação dos imóveis lado a lado, no alinhamento da rua e sem recuos frontais ou laterais é a marca das áreas mais antigas da cidade, excetuando-se “apenas os edifícios públicos e igrejas que geralmente estão implantados em lotes isolados, destacando-se do conjunto [...]” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Esse padrão, de origem colonial, sofre mutações apenas de fachada até o final do século XIX, quando surgem novos modelos de ocupação do lote, “decorrentes do surgimento de novas formas de morar e dos novos estilos arquitetônicos que preconizavam a existência de jardins envolvendo a edificação” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Verifica-se a predominância do uso residencial (Fig. 58), principalmente “no trecho da cidade que corresponde ao seu núcleo inicial, com extensão nas avenidas D. José e Dr. Guarani e ao longo da margem do Rio Acaraú” (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como a intensa atividade comercial na área envoltória da Igreja de N. Sra. do Rosário. Entre esses dois setores, há uma mistura de usos residenciais, institucionais e de serviços. Registra-se o ruído causado pela atividade comercial responsável pela

distinção da zona onde ocorre em relação às demais, por motivo da poluição visual e da descaracterização edilícia que gera;

Composição de planos verticais – as edificações térreas e de dois pavimentos predominam no mapa de gabaritos (Fig. 59), aquelas mais concentradas em torno da Sé Catedral e estas à volta do Largo do Rosário e da Praça Cel. Sabóia e ao longo das avenidas D. José e Dr. Guarani, em sua maioria de dois pavimentos. Além da horizontalidade dominante, registra-se uma tendência de verticalização na área central,

o que pode ter como conseqüência a destruição da identidade paisagística da cidade. Afirma-se que a pouca altura do casario [é] um traço marcante da composição dos planos verticais em Sobral, registrando-se ainda a ausência de uma linha de coroamento contínua ao longo das vias, por causa do embaralhamento de casas térreas e sobrados, característica completamente diferente daquela encontrada nas ruas Grandes de Aracati e Icó. Em Sobral, a mescla de casas térreas e sobrados, produz um comportamento de planos verticais não homogêneo e ritmado, fortalecido, nas proximidades da Matriz, pela presença de casas com oitões nas esquinas que introduzem nas ruas transversais um novo ritmo (4ª.SR/IPHAN, 1997),

arranjo esse que, por conseguinte, aumenta a fragmentação do conjunto e a sensação de heterogeneidade e descontinuidade. Denuncia-se ainda o prejuízo causado ao modelo de implantação predominante, qual seja, o das edificações no alinhamento das ruas, pelas edificações recuadas, por introduzirem “uma movimentação de planos que complexifica a percepção das paredes laterais e quebra a continuidade que caracteriza sua composição” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Através da montagem de cortes na planta urbana (Fig. 60)

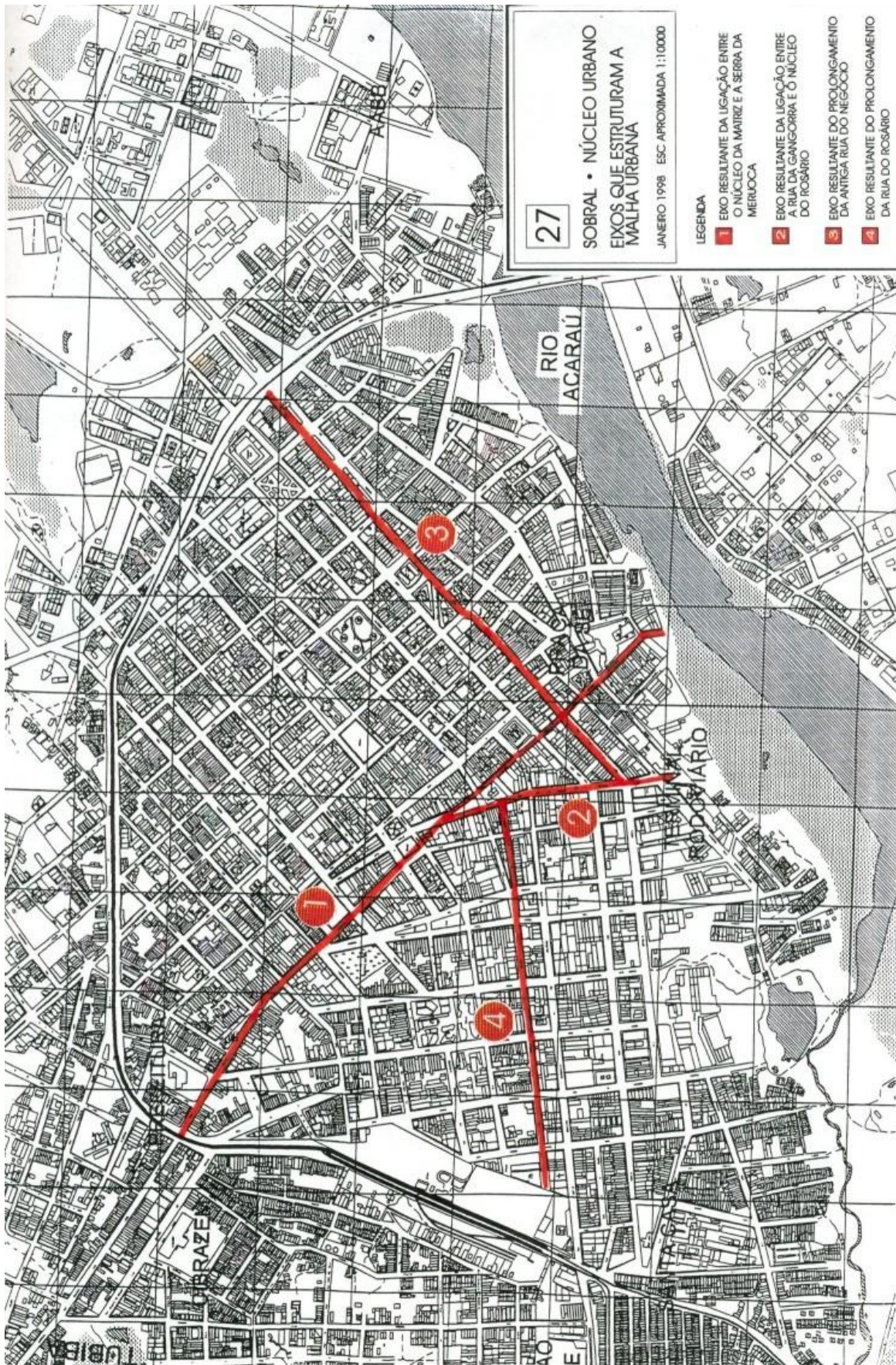


Fig. 55 – Eixos estruturantes da Malha Urbana
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 56 – Malha Urbana
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 57 – Cheios e vazios
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

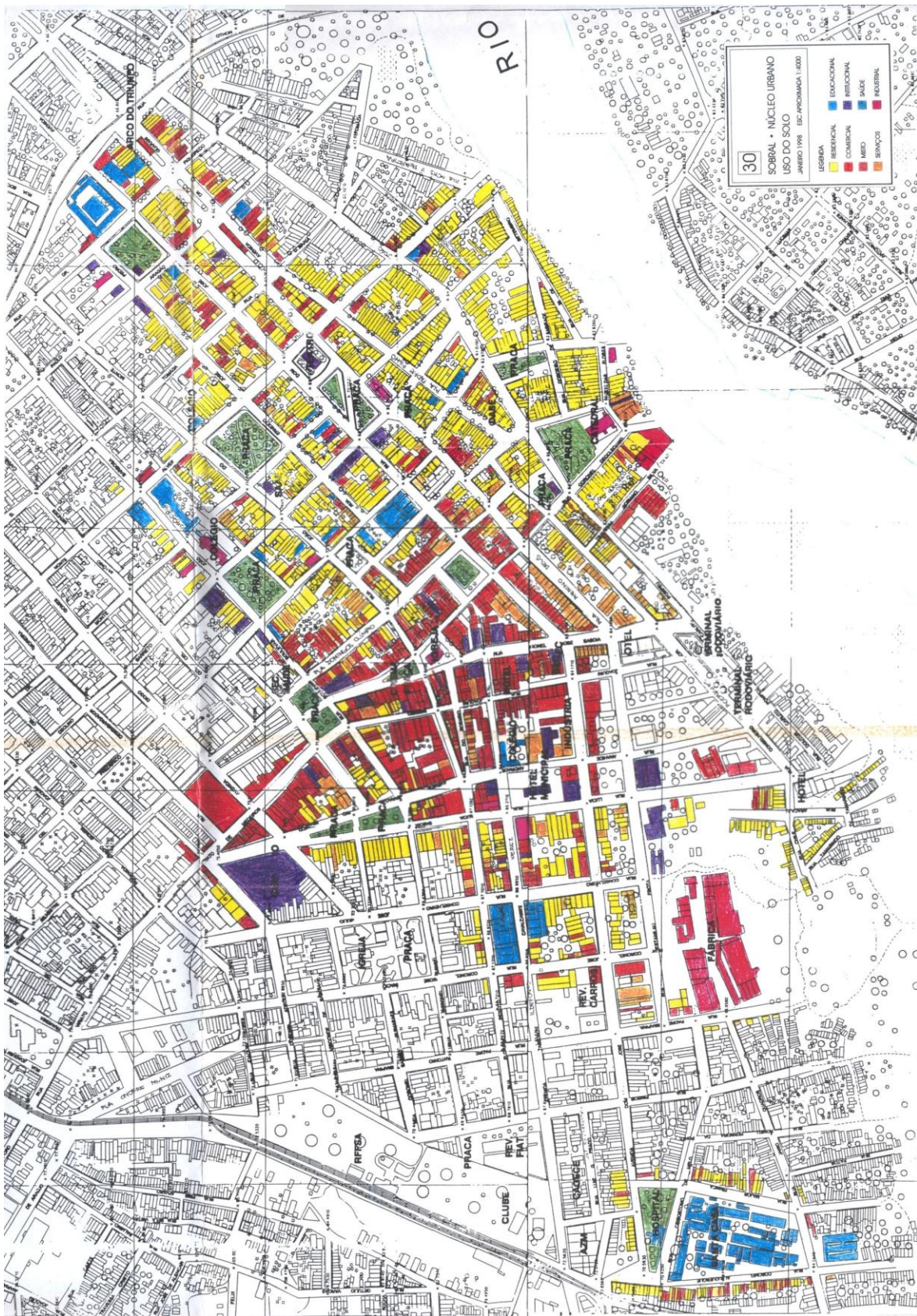


Fig. 58 – Uso do solo
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

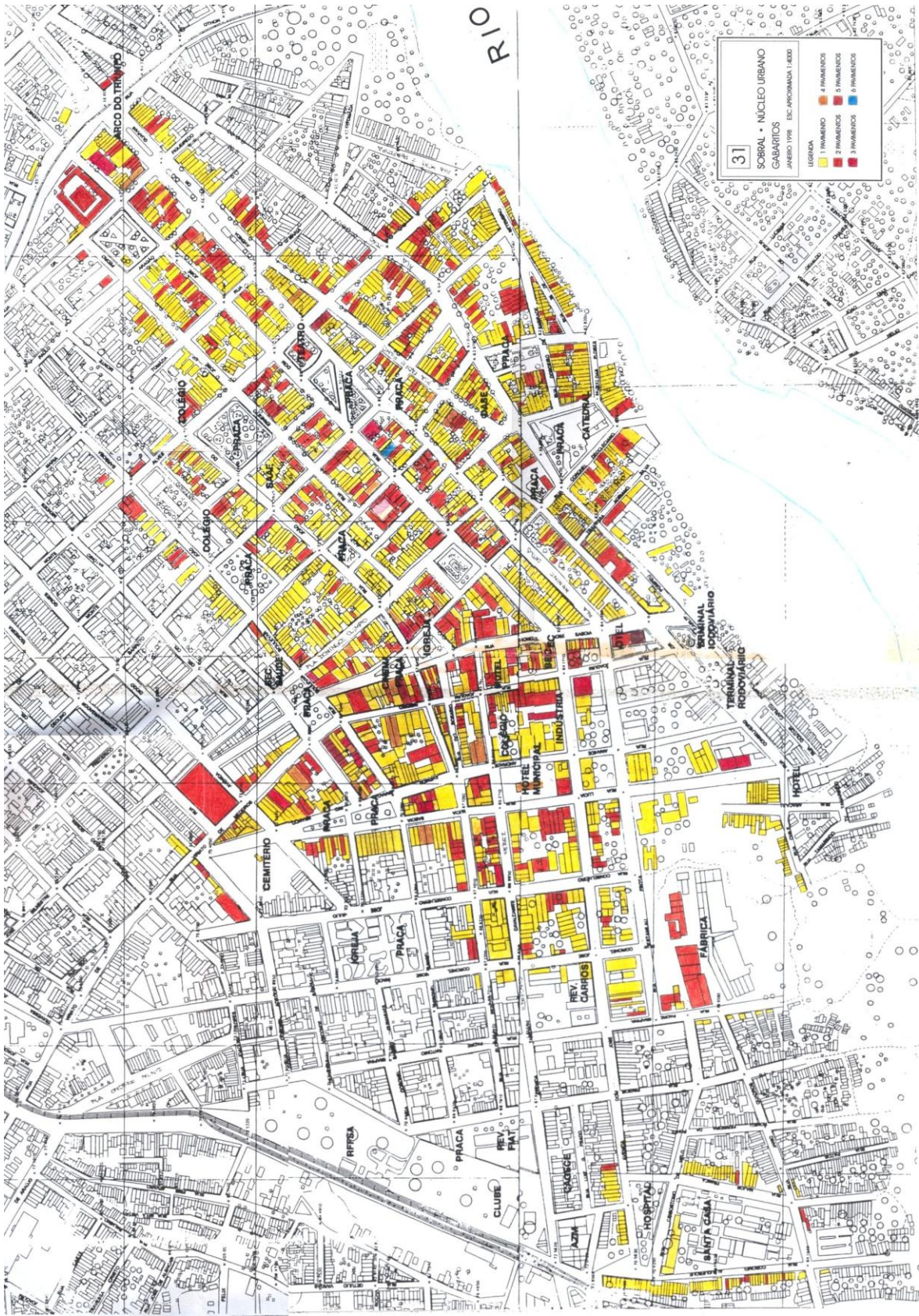


Fig. 59 – Gabaritos
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

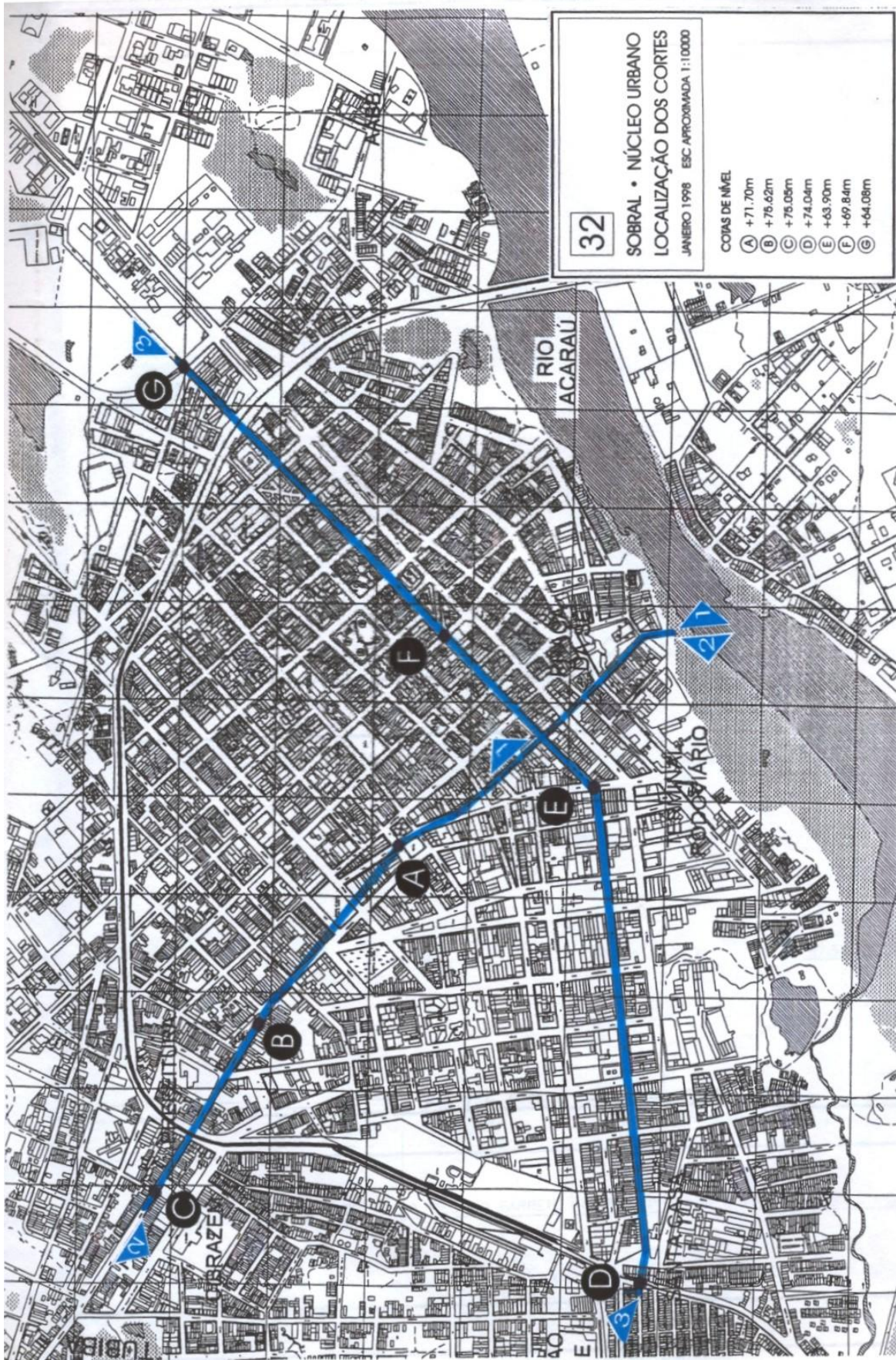


Fig. 60 – Cortes
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

levantou-se que “a área da cidade de maior interesse morfológico, onde se concentra a maioria dos seus marcos visuais e referenciais urbanos, está implantada entre as cotas 64 e 71” (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que corresponde às áreas tidas como “tradicionais” no presente estudo;

- **Tipologias das edificações** – à falta de um extenso inventário dos principais modelos arquitetônicos da cidade⁷², como aqueles apresentados nas outras instruções de tombamento, levanta-se as fachadas de edifícios evocativos dos diversos momentos de desenvolvimento da cidade, afirmando-se que “os vários ciclos econômicos [...] produziram tipologias arquitetônicas bem definidas” (4ª.SR/IPHAN, 1997), não apresentando, entretanto, diferenças marcantes entre si pelo fato da maioria delas se dar segundo uma base colonial de ocupação do lote (Fig. 61). A visão da cidade como uma coleção de feitos arquitetônicos é reforçada com a imagem de que “vários tipos de arquiteturas, produzidos em épocas diferentes, convivem em uma mesma área, não se observando a predominância de um tipo sobre outro” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Baseando-se em estudos realizados pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro, classifica-se as tipologias arquitetônicas sobralenses da seguinte forma:

- Século XVIII – Ciclo do gado – primeiras casas (1ª. fase/ 2ª. fase) (Fig. 62)
- Século XIX – Ciclo comercial – sobrados - (1ª. fase/ 2ª. fase) (Figs. 63 e 64)
- Ciclo do algodão – casas térreas – (3ª.fase) (Figs. 65 e 66)
- Século XX – Ciclo industrial – Ecletismo/ Art Nouveau/ Art Déco (Figs. 67 , 68 e 69)

Esse acervo é espacializado nos mapas de configuração das tipologias arquitetônicas (Fig. 61) e de edificações com características originais (Fig. 70), visualizações estas importantíssimas do patrimônio edificado da cidade por

⁷² Posteriormente, o IPHAN/CE elaborou, para a produção da portaria específica relativa à determinação de indicadores de uso e ocupação do solo no sítio histórico, os inventários de bens monumentais (IBA), de bens imóveis em sítios históricos urbanos (INBI-SU), de configurações de espaços urbanos (INCEU) e de fachadas de quadra (INFAQ), todas metodologias de inventariação oficiais do IPHAN, esta última desenvolvida especialmente pelo IPHAN/CE.

revelarem, de forma inequívoca, a desigualdade existente entre os exemplares preservados e aqueles descaracterizados e desconformes, adquirindo ainda maior interesse ao serem cotejadas com as poligonais de preservação rigorosa e de entorno, mais adiante;

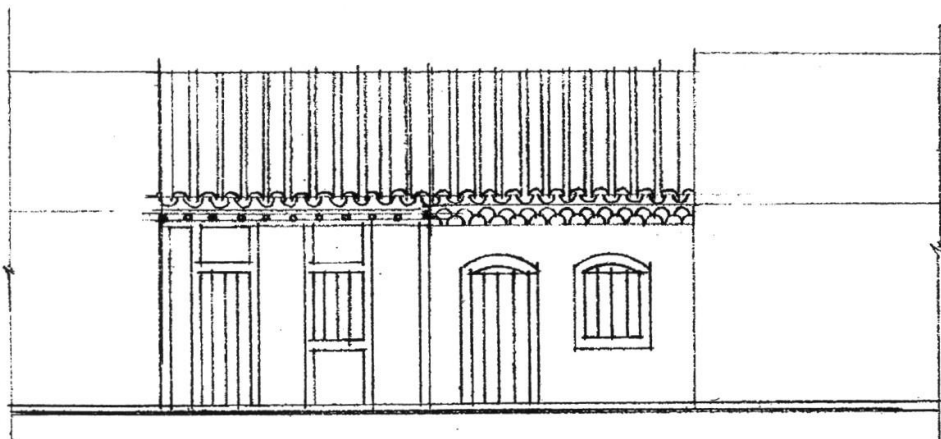
- **Elementos complementares** – pequenas construções como quiosques e bancas de revista, além de letreiros, cartazes, placas de sinalização e luminárias, comumente conhecidos como elementos integrantes do mobiliário urbano, ao contrário do que acontece em outras cidades, onde são fortemente responsáveis pela imagem dos lugares, em Sobral são de péssima qualidade, chegando a interferir na percepção da morfologia urbana, causando intensa poluição visual. Nesse rol, são assinalados como inadequados o posteamento⁷³, as placas de sinalização de ruas e de trânsito, anúncios, letreiros e engenhos publicitários. Estes últimos “surgem como elementos que ocultam e recobrem arquiteturas antigas, avançam sobre as calçadas em forma de marquises e jogam, ao mesmo tempo, um grande número de informações que confundem e causam mal-estar no observador” (4ª.SR/IPHAN, 1997), com concentração mais acentuada ao longo da Av. D. José e nas imediações da Praça Cel. Sabóia e do Largo do Rosário, em plena zona de comércio e serviços da cidade (Fig. 72). O resumo da análise morfológica é condensado em mapa específico (Fig. 71), em que são apresentados os marcos visuais e referenciais urbanos, as áreas para tratamento paisagístico e o controle de remembramento e gabarito, bem como as visadas para a Serra da Meruoca e o Rio Acaraú.

⁷³ A Prefeitura Municipal de Sobral prepara-se para executar a obra de implantação subterrânea das fiações elétrica e telefônica no sítio histórico.



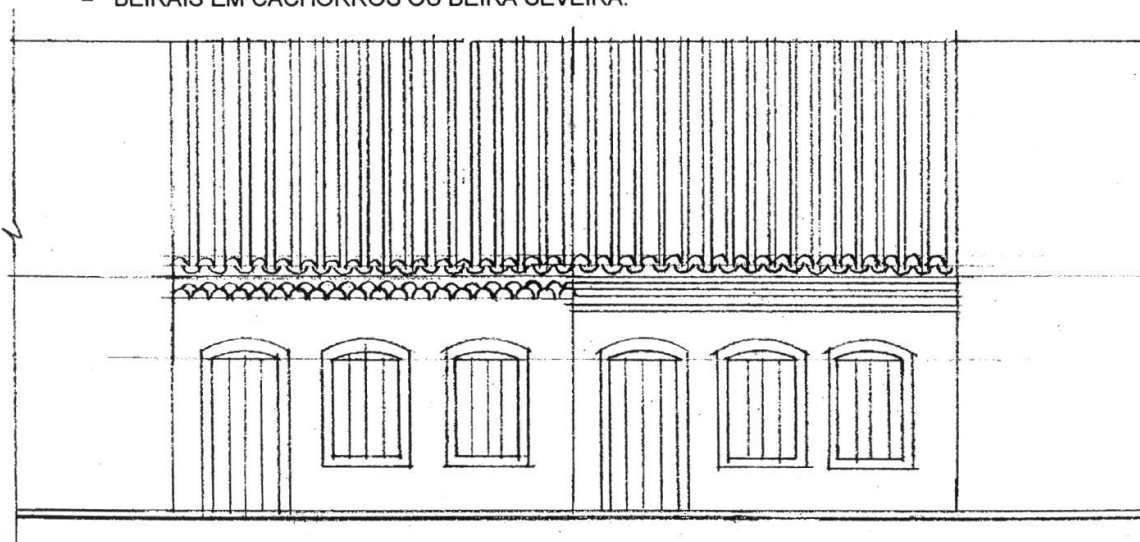
Fig. 61 – Tipologias arquitetônicas
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

SÉCULO XVIII – CICLO DO GADO PRIMEIRAS CASAS



1ª FASE:

- LOTES ESTREITOS
- CASAS NO ALINHAMENTO DA RUA, SEM RECUOS.
- COBERTA EM DUAS ÁGUAS.
- ESTRUTURA INDEPENDENTE DE MADEIRA.
- ENVAZADURAS MARCADAS POR REQUADROS DE MADEIRA.
- PÉS DIREITO BAIXOS.
- PORTAS E JANELAS DE TABUADO LARGO.
- TELHAS MANUFATURADAS TIPO CAPA E CANAL.
- BEIRAS EM CACHORROS OU BEIRA SEVEIRA.



2ª FASE:

- LOTES ESTREITOS, TESTADAS POUCO MAIS LARGAS QUE AS ANTERIORES.
- CASAS NO ALINHAMENTO DA RUA SEM RECUOS.
- PÉS DIREITO MAIS ALTOS.
- PORTAS E JANELAS DE TABUADO TIPO CALHA.
- TELHAS MANUFATURADAS TIPO CAPA E CANAL.

Fig. 62 – Arquitetura do ciclo do gado/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

SÉCULO XVII - CICLO COMERCIAL SOBRADOS

1ª FASE:

- LOTES COM TESTADA MAIOR
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DE RUA
- COBERTA EM DUAS ÁGUAS
- TELHA MANUFATURADA TIPO CAPA E CANAL
- ESQUADRIAS DE MADEIRA TIPO CALHA
- BEIRAIS REMATADOS POR CORNIJA DE MASSA SALIENTE
- REDUZIDO NÚMERO DE PORTAS E JANELAS
- APARÊNCIA MAIS PESADA

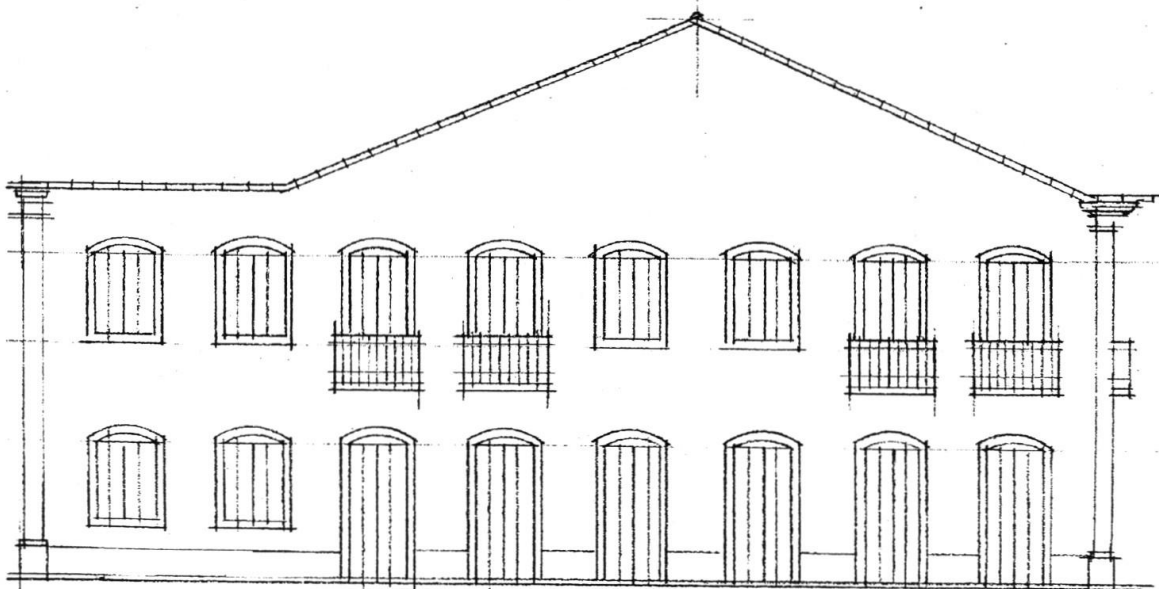
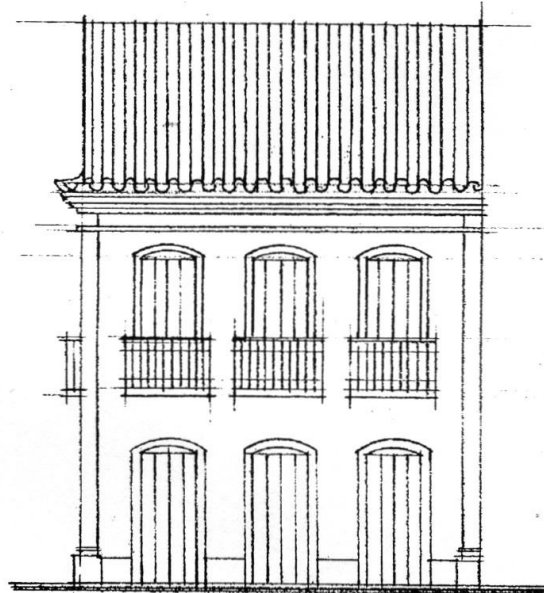


Fig. 63 – Arquitetura do ciclo comercial/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

2ª FASE:

- LOTES COM TESTADAS MAIORES
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DA RUA
- COBERTA DE TRÊS OU QUATRO ÁGUAS
- TELHAS CERÂMICAS MANUFATURADAS
- FACHADAS ARREMATADAS POR PLATIBANDAS ORNAMENTADAS
- MAIOR NÚMERO DE PORTAS E JANELAS
- APARÊNCIA MAIS ESBELTA
- PRESENÇA DE VIDRO

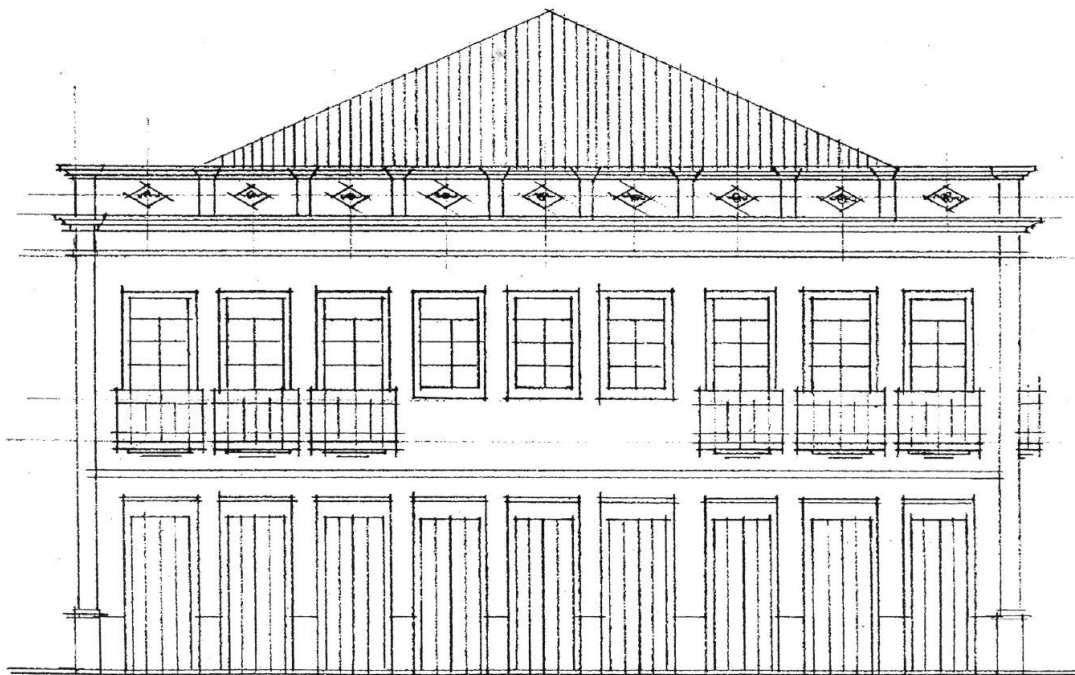
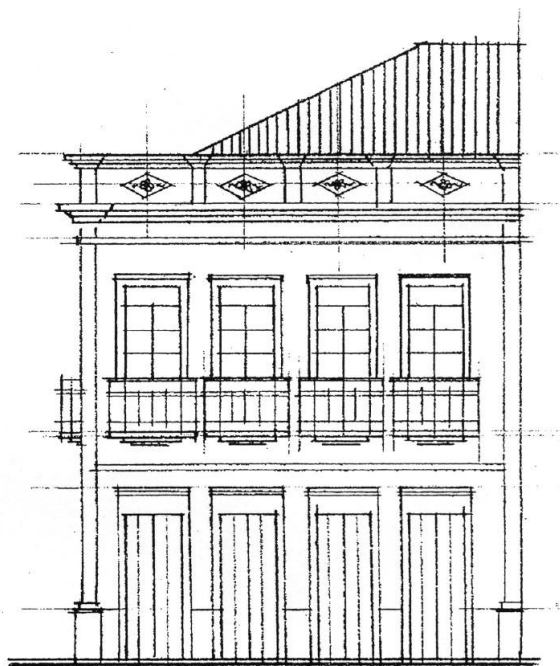


Fig. 64 – Arquitetura do ciclo comercial/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

SÉCULO XIX – CICLO DO ALGODÃO

CASA TÉRREAS

3ª FASE: CASAS DE OITÃO VALORIZADO:

- LOCALIZAÇÃO DE PREFERÊNCIA NAS ESQUINAS
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DA RUA (SEM RECUOS)
- FACHADAS ARREMATADAS POR PLATIBANDAS
- COBERTAS DE DUAS ÁGUAS
- OITÕES VALORIZADOS COM PORTAS E GRADIS DE FERRO
- PRESENÇA DE PÁTÉOS (EM ALGUNS CASOS) COM VISTA PARA A RUA

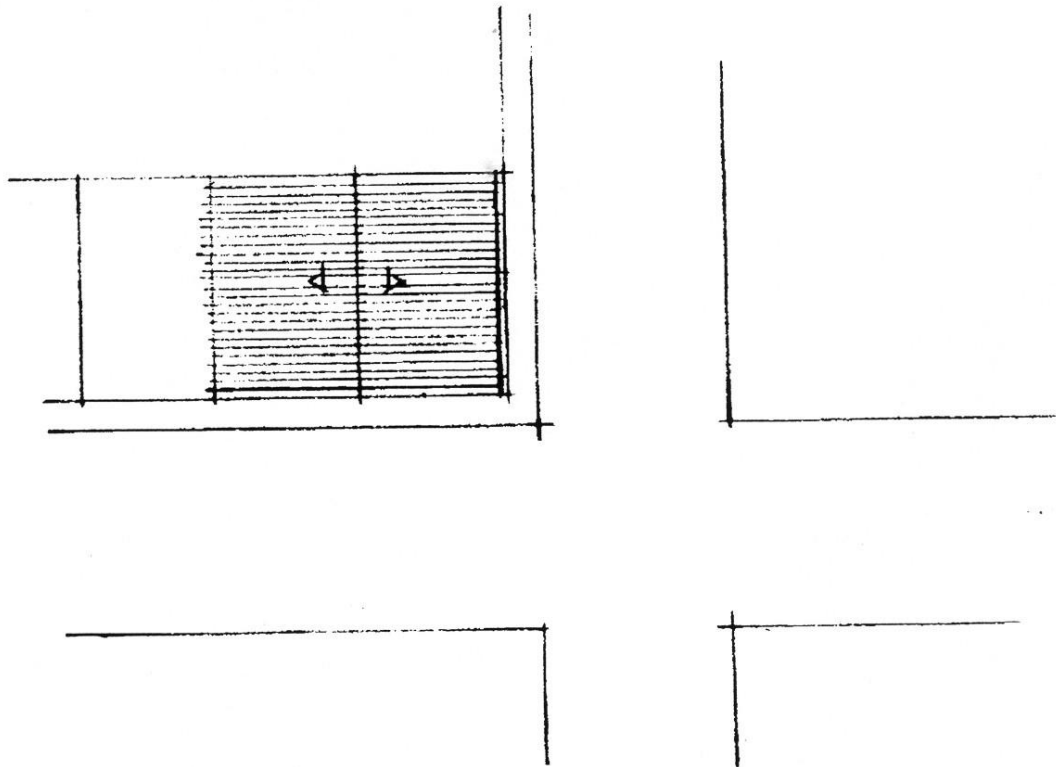


Fig. 65 – Arquitetura do ciclo do algodão/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

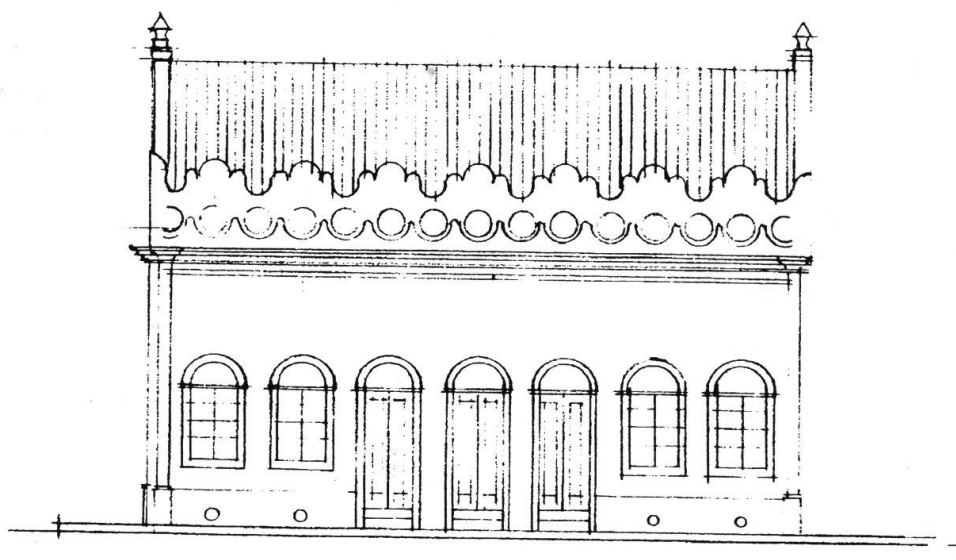
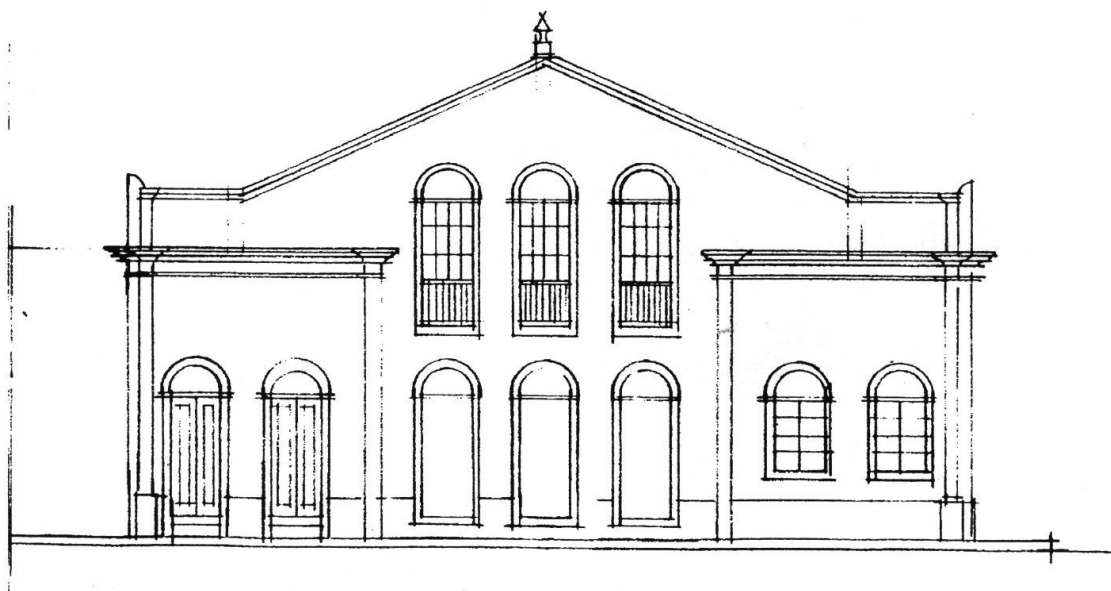
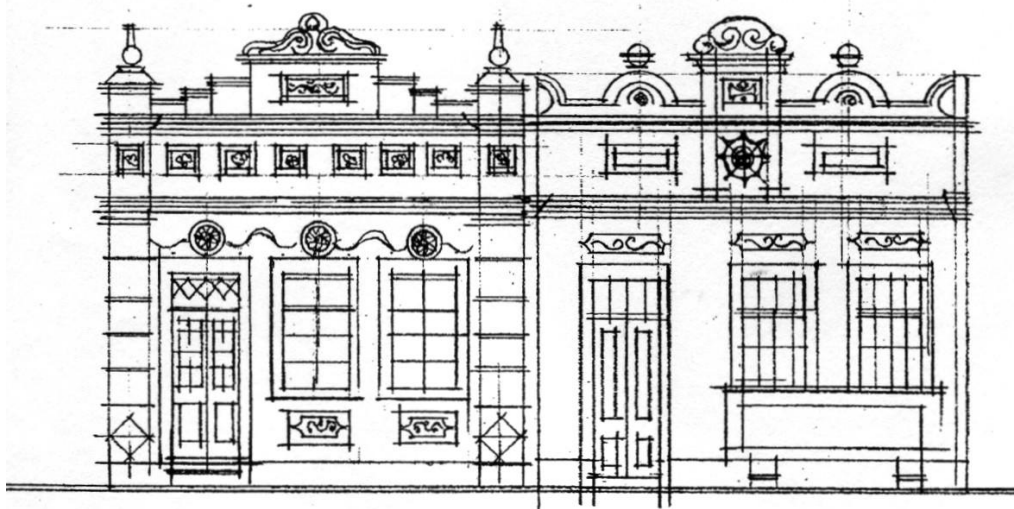


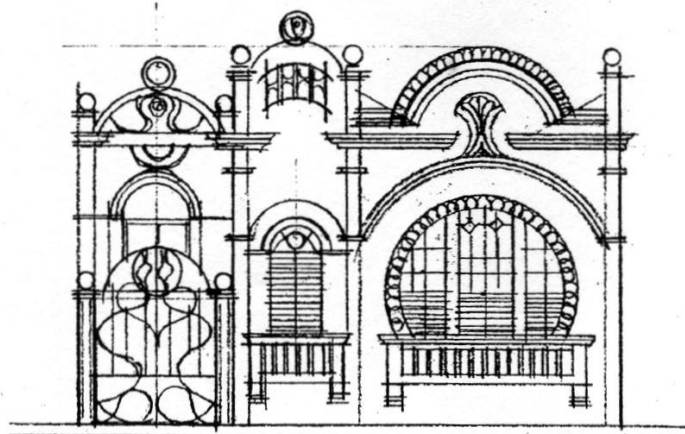
Fig. 66 – Arquitetura do ciclo do algodão/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

SÉCULO XX – CICLO INDUSTRIAL



ECLETISMO:

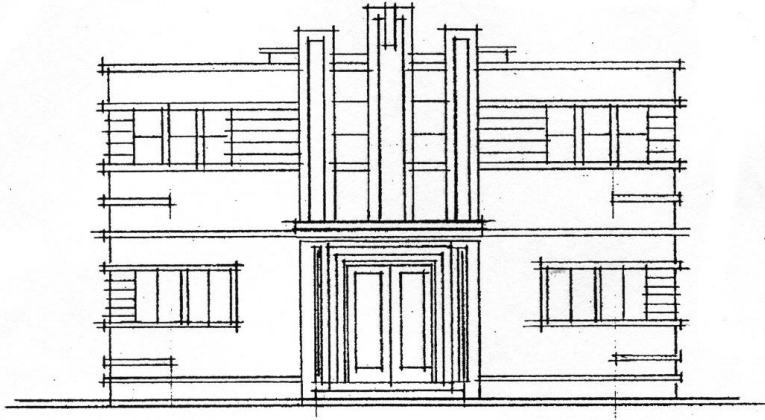
- PREDOMINAM AS ALTERAÇÕES EM PRÉDIOS EXISTENTES COM O ACRÉSCIMO DE VARIADO ELENCO DE ORNATOS NAS FACHADAS
- EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DA RUA (SEM RECUOS)
- AS NOVAS EDIFICAÇÕES PODEM APRESENTAR ÁREAS RECUADAS, DECORRENTES DA INTEGRAÇÃO CASA/NATUREZA



ART NOVEAU:

- CORRESPONDE, EM PARTE, A EDIFICAÇÕES EXISTENTES, COM NOVA ROUPAGEM, AO GOSTO DA ÉPOCA
- ELEMENTOS ORNAMENTAIS SÃO COPIADOS DOS MAIS DIVERSOS PONTOS DO PAÍS, ATRAVÉS DE MESTRES-DE-OBRAS, ARQUITETOS E CONSTRUTORES
- AS NOVAS EDIFICAÇÕES APRESENTAM ÁREAS RECUADAS EM RELAÇÃO AO ALINHAMENTO DA RUA

Fig. 67 – Arquitetura do ciclo industrial/ Desenho Domingos Linheiro
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



ART DÉCO:

- MOVIMENTO DESENVOLVIDO A PARTIR DO ART NOVEAU
- SIMETRIA NAS FACHADAS
- LINHAS PREDOMINANTEMENTE RETAS
- VOLUMES DESTACADOS EM PLANOS DIFERENTES
- DETALHES DE NÍTIDA INFLUÊNCIA CUBISTA

Fig. 68 – Arquitetura do ciclo industrial/ Desenho Domingos Linheiro
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 69 – Agência dos Correios e Telégrafos, por volta do início do século XX
 Fonte: Arquivo IPHAN/CE

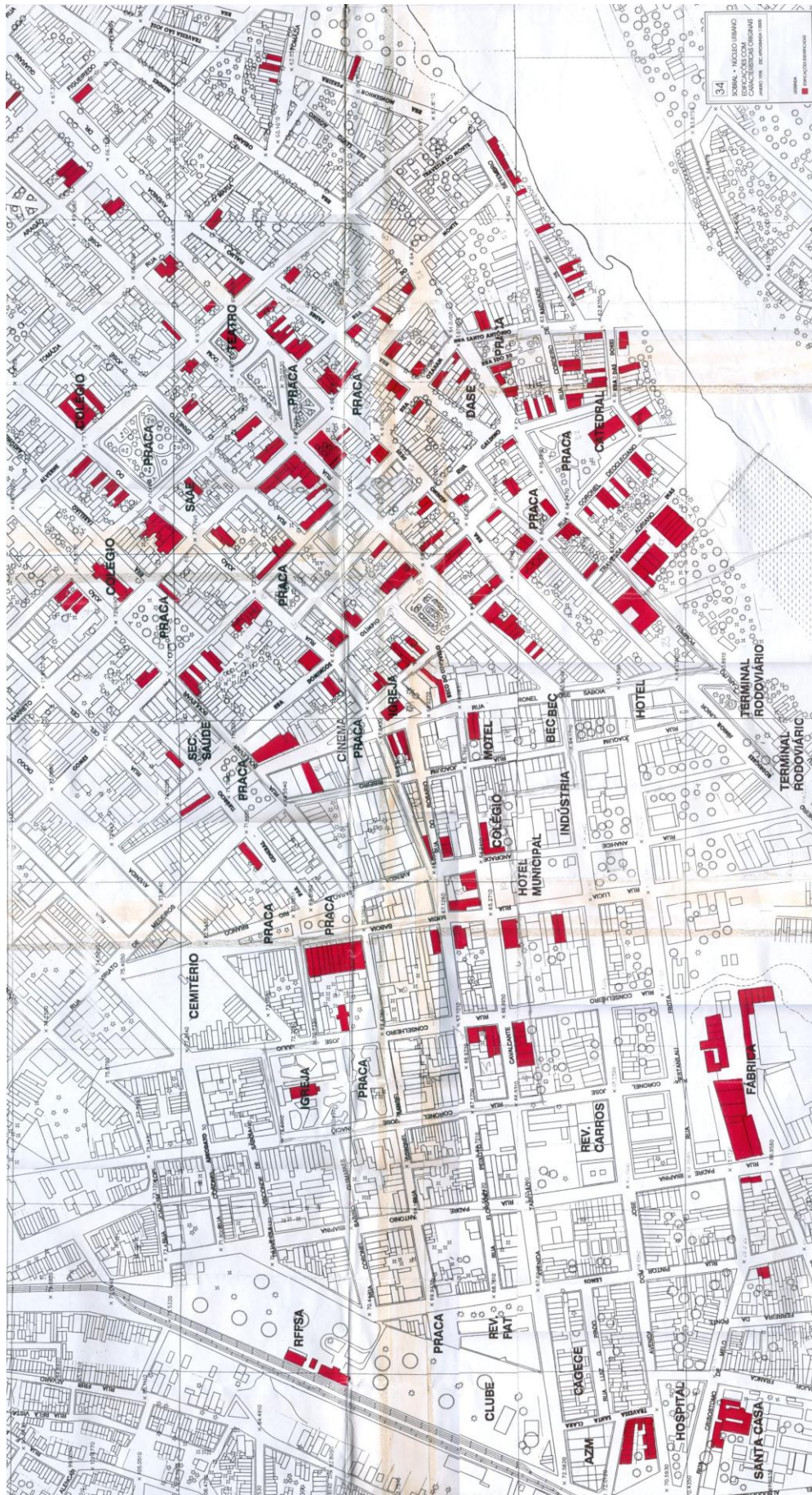


Fig. 70 – Edificações com características arquitetônicas originais
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

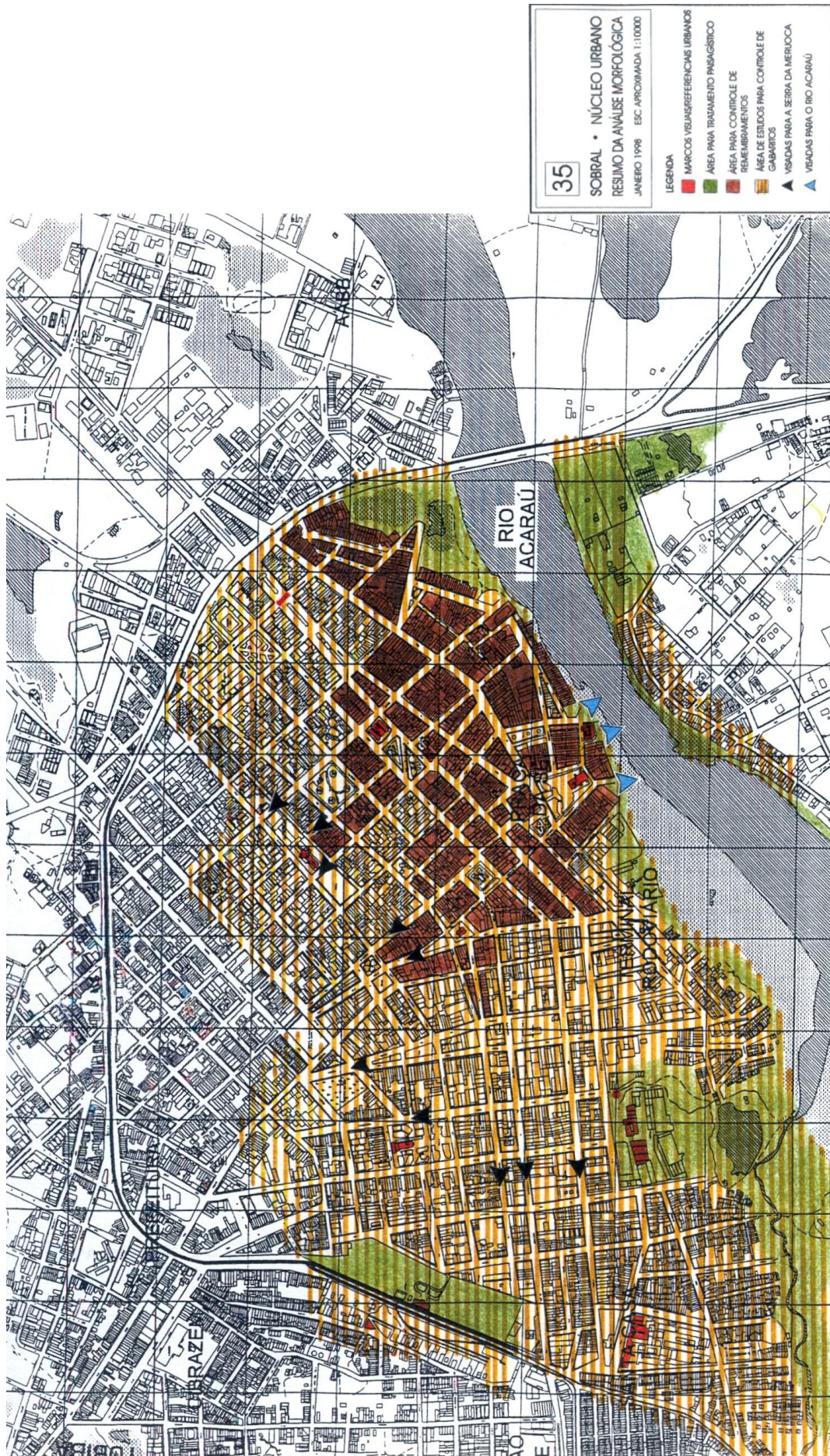


Fig. 71 – Resumo da análise morfológica
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 72 – Poluição visual no sítio histórico de Sobral/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

Por sua vez, o mapa resumo do cruzamento dos dados históricos e morfológicos (Fig. 73) apresenta as áreas de interesse paisagístico nas visadas à distância, para controle de gabarito e com estrutura morfológica de interesse, bem como os eixos estruturadores da malha e a área ocupada por esta até 1842. Nessas visualizações da cidade já se insinuam as tendências para os perímetros de preservação edilícia, em consonância com os reparos que se deve fazer à forma urbana sobralense contida no intra-trilhos, ao mesmo tempo contínua e fragmentada, evocativa de um passado rico e complexo e de um presente prejudicado pela descaracterização da arquitetura da cidade.

O trecho final do segundo volume do ETF/Sobral inicia-se com uma série de recomendações, elaboradas “a partir da apreensão do espaço urbano de Sobral e de sua análise morfológica” (4ª.SR/IPHAN, 1997), ações essas identificadoras dos “elementos formadores de sua identidade urbana e paisagística [e das] situações que reforçam ou prejudicam o desempenho desses elementos” (4ª.SR/IPHAN, 1997). O destinatário dessas sugestões é o poder público municipal, numa perspectiva de compartilhamento,

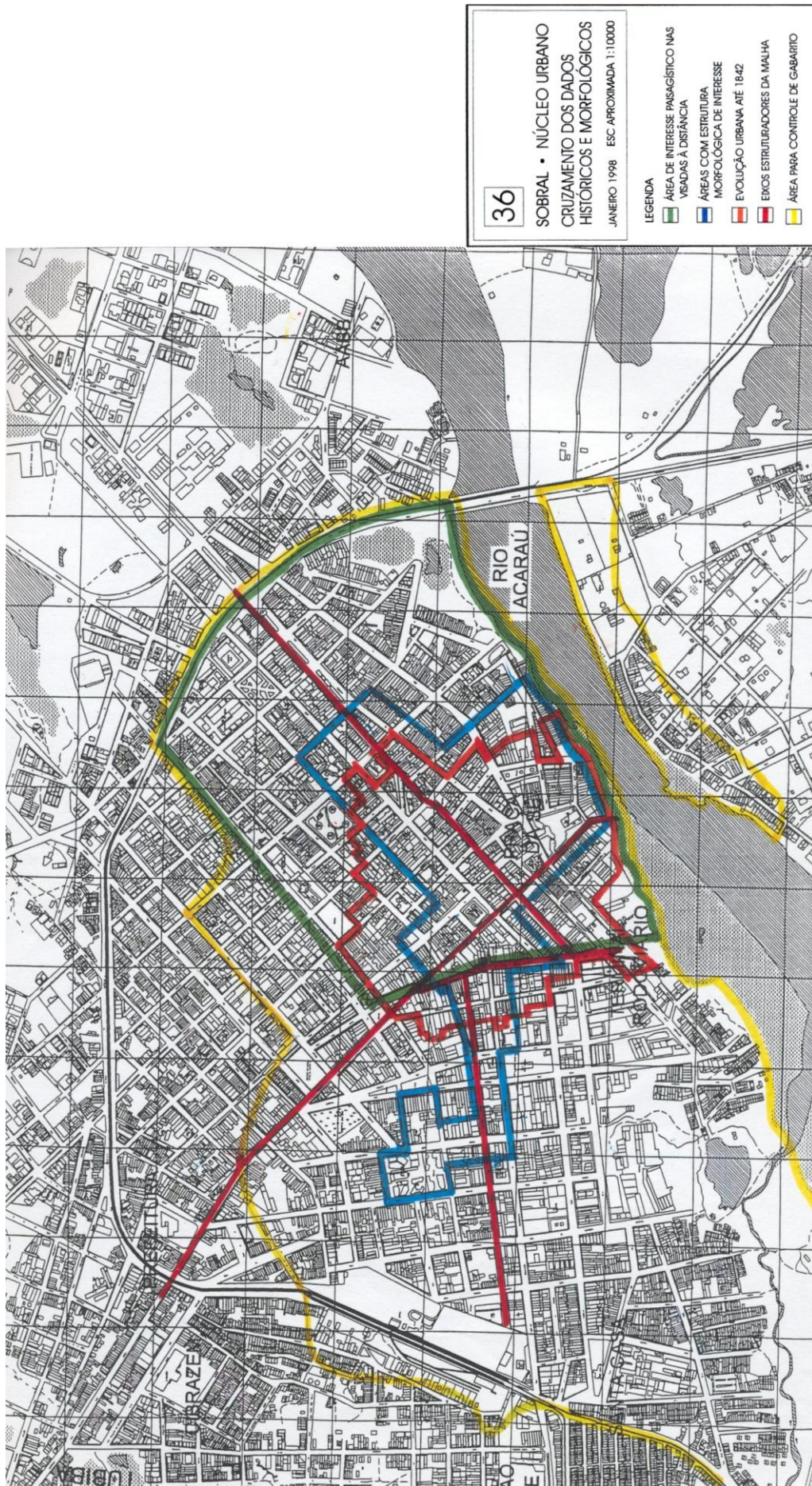


Fig. 73 – Resumo dos dados históricos e morfológicos
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

para que sejam adotadas por esta instância medidas complementares ao tombamento que reforcem as ações de preservação no plano federal e contribuam para que o desenvolvimento urbano e as futuras intervenções na cidade ocorram em harmonia com esses objetivos (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Considerados, portanto, como referenciais culturais e paisagísticos da cidade, as torres das igrejas e as chaminés das fábricas, a homogeneidade do tecido urbano nas áreas de interesse para a preservação paisagística, a Serra da Meruoca e as edificações de valor arquitetônico (estas, mesmo “apesar de não formarem conjunto compacto e sim pulverizado dentro da cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997)), recomenda-se para a sua manutenção:

- “manter em volta dos elementos identificados como marcos visuais ou referenciais um gabarito compatível com a sua apreciação” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – isso vai significar, considerando-se a grande extensão das áreas de preservação rigorosa e de entorno, como se verá, o desenvolvimento da verticalização para além dos trilhos ferroviários, nas margens direita e esquerda do Rio Acaraú ou nas áreas lindeiras às duas pontes, locais esses (principalmente os últimos) que têm experimentado rápida valorização. Vale ressaltar ainda, como marco visual de interesse, a Serra da Meruoca, o que torna mais complexo ainda o processo de verticalização imobiliária;

- “manter o alto grau de contigüidade das paredes da rua, não permitindo, mesmo em construções recentes, que a mesma seja rompida” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – providência oportuna, visto que a implantação de imóveis de forma recuada quanto ao limite frontal implica na descontinuidade do conjunto edificado. Por outro lado, essa determinação diz da necessidade da permanência de certos valores essenciais da arquitetura tradicional da cidade, tomados de forma objetiva (mas não literal para que não se incorra em “pastiche”) no desenho das novas arquiteturas, no sentido de que estas possam dialogar adequadamente com as preservadas;

- “não permitir remembramentos de terrenos dentro da área delimitada no mapa 35 [(Figura 71)], de forma a não descaracterizar o padrão de parcelamento existente” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – manutenção do padrão fundiário de essência basicamente colonial para que não se perca o ritmo da ocupação

predial, demarcado pela relação altura/largura das edificações. Essa recomendação, no viés, poderá restringir a ocupação de áreas, no setor de preservação rigorosa, por equipamentos públicos e privados de maior porte, o que poderá concorrer para uma possível perda de vitalidade do conjunto como um todo;

- o clima quente e ensolarado de Sobral requer um estudo de vegetação nos espaços públicos, de forma a permitir o sombreamento nos locais de intensa circulação, respeitando-se, entretanto, as prioridades na apreciação de edificações de valor cultural, quando necessário (4ª. SR/IPHAN, 1997) –

na verdade, uma das estratégias constantes do plano de requalificação urbana da cidade, inexplicavelmente não abordada no plano diretor elaborado logo após o tombamento, que tampouco considerou a cidade como detentora de um sítio histórico tombado no âmbito federal;

- “fortalecer a presença dos elementos do sítio físico, através do controle do gabarito nas ruas de visada para a Serra da Meruoca e através de tratamento paisagístico adequado da área ribeirinha do Rio Acaraú” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – enquanto esta recomendação já foi parcialmente atendida com a implantação do projeto paisagístico para as margens esquerda e direita do rio, a outra permanece por realizar, dependendo da interpretação do levantamento dos perfis das quadras do conjunto tombado, já inventariados, o que facilitará as ações de controle e gestão das intervenções no construído, principalmente em um sítio histórico heterogêneo e de complexa tessitura urbana como o de Sobral;

- “preservar as encostas da Serra da Meruoca, através de vegetação adequada, bem como a integridade da Serra como um todo” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – voltada à adequada manutenção da Serra da Meruoca como moldura do sítio histórico, essa proposta visa ainda à restrição de sua ocupação por habitações subnormais, mesmo reconhecendo o seu perfil íngreme e pouco útil a esse fim;

- manter um programa de tratamento do Rio Acaraú, tanto paisagístico quanto ecológico, de forma a permitir o resgate de sua fauna e flora ribeirinha, evitando situações de poluição como lançamento de esgoto, lixo ou dejetos em geral (4ª.SR/IPHAN, 1997);

- no tratamento paisagístico do Rio Acaraú, não permitir a execução de via marginal que o integre à malha urbana, como forma de se preservar uma das características principais da cidade, que, tradicionalmente, lhe volta as costas, abrindo-se, contudo, em locais estratégicos, belvederes ou pontos de convívio que o reforcem como elemento de lazer e fruição paisagística (4ª.SR/IPHAN, 1997) –

tema recorrente nas discussões travadas entre as equipes técnicas da 4ª.SR/IPHAN e da Prefeitura Municipal, a via marginal paisagística sempre foi considerada como uma maneira de ligar a ribeira desvalorizada ao restante da cidade, proposta muito combatida pelos preservacionistas pelo fato de acarretar o apagamento dos traços da primitiva Sobral. Aqui, certamente uma das poucas contribuições ao futuro desenho de um setor da cidade (margens esquerda e direita do Acaraú), em que a parcimônia das intervenções físicas, marcada pelo aproveitamento das vistas do rio, agora não mais mera cloaca e sim importante elemento paisagístico, se dá associada à sedução do ver e ser visto, mantendo-se como essência dos novos projetos a austeridade das primeiras arquiteturas implantadas no local;

- retirar os elementos que descaracterizam as fachadas na área comercial, bem como a intensa poluição visual causada pela propaganda existente, através de um programa de educação coletiva que valorize os aspectos formais, históricos e climáticos das edificações (4ª.SR/IPHAN, 1997) –

almejar a requalificação do ambiente urbano através somente de ações de educação patrimonial é confiar demais na rápida sensibilização da comunidade quanto a questões patrimoniais; a proposta de melhoria do ambiente urbano apresentada não pode prescindir de sua conformação no bojo de um programa mais amplo e detalhado de recuperação física do conjunto tombado, compartilhado entre as diversas esferas de poder e apoiado pela comunidade, tal como o que vem sendo levado a efeito pela Prefeitura Municipal;

- “propor iluminação pública adequada, de forma a valorizar os edifícios de valor arquitetônico e não interferir no espaço urbano” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – a implantação do projeto luminotécnico proposto só dão bons resultados quando acompanhadas de melhorias efetivadas no cenário urbano (recuperação de fachadas etc.). Do contrário, conferirão mais destaque à descaracterização e à

desconformidade. Os programas de combate à poluição visual e de recuperação de fachadas dos imóveis, atualmente executados pela Prefeitura Municipal, associados à implantação subterrânea das fiações aéreas, obra em vias de se iniciar, certamente oferecerão aos moradores e visitantes do sítio histórico um cenário mais interessante que o atual;

- “localizar nos espaços adjacentes à estação ferroviária um parque urbano” (4ª.SR/IPHAN, 1997) – imóvel que teve na instrução de tombamento recomendação expressa para seu tombamento pelo Estado, a Estação Ferroviária de Sobral (Fig. 74) ainda não mereceu qualquer proteção. De outra parte, não se informa nesse estudo o tipo, as funções e atividades, as relações com os demais espaços livres da cidade e o propósito do parque urbano proposto. Por fim, afirma-se que “a observação dessas diretrizes pela legislação municipal poderá garantir as condições mínimas de preservação e valorização ambiental na cidade” (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que garante à instrução de tombamento a condição de documento inspirador das posteriores intervenções realizadas, em curso e previstas para o sítio histórico.



Fig. 74 – Estação Ferroviária de Sobral, por volta do início do século XX
Fonte: Arquivo IPHAN/CE

Nesse ponto do trabalho, apresenta-se a justificativa da proposta de tombamento do conjunto urbanístico enfocado, a qual se inicia com o destaque conferido àquelas cidades que

formam os principais eixos de desbravamento e contam a história do desenvolvimento do sertão cearense, a saber, Icó, Aracati e Sobral, por trazerem em suas ruas, praças e edificações os testemunhos materiais mais importantes do processo de formação econômica, social e cultural dessa região (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Rememora-se o processo de constituição da cidade implantada às margens do Rio Acaraú e de sua consolidação como relevante núcleo urbano do noroeste cearense, bem como os ciclos econômicos e os movimentos sociais que serviram de base para o seu desenvolvimento. Avalia-se que, ao final dessa retomada,

a história da ocupação do território do Ceará - que se confunde, em grande parte, com a da colonização do sertão nordestino - não pode ser compreendida sem a história da formação dos seus primeiros núcleos urbanos e econômicos, entre os quais Sobral surge como um dos mais significativos; [por outro lado, afirma-se que] a força da atividade comercial, combinada à falta de dispositivos de ordenamento do crescimento urbano e de preservação do patrimônio histórico, tem provocado a perda e a descaracterização de importantes testemunhos materiais da história local e regional (4ª.SR/IPHAN, 1997),

sem que seja abordada e avaliada a relevância nacional desses feitos ou se não seria mais adequada a formulação das soluções para os problemas enunciados através de detalhamento específico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. É ressaltada a preocupação de segmentos representativos da comunidade sobralense com o quadro de degradação descrito, os quais, percebendo a “magnitude de outros possíveis danos aos bens culturais [...] encaminharam abaixo assinado ao IPHAN (anexado a este processo), solicitando urgentes medidas de proteção” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Fala-se do fundamental apoio que a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará – SECULT e a Prefeitura Municipal de Sobral deram “à abertura do presente processo de tombamento, contribuindo de maneira decisiva para sua instrução e comprometendo-se a participar ativamente das ações de preservação dele decorrentes” (4ª.SR/IPHAN, 1997), informando-se ainda que, no apelo dirigido pela comunidade ao IPHAN, “está igualmente expresso o desejo de ver reconhecido, no plano nacional, o valor

desses bens – desejo que é também o da atual administração” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Claramente, vê-se que a alternativa do tombamento federal foi empregada para resolver um problema eminentemente municipal, perfeitamente solucionável através de medidas legais e urbanísticas de mesma essência e escala e, no viés, prestando-se ainda à perfeição para destacar nacionalmente a cidade, por em realce a sua administração e servir de balão-de-ensaio à uma nova formulação de preservação urbana. Reportando-se ao caráter complexo e irregular do modelo urbanístico de Sobral, contrário aos de Icó e Aracati, os quais observam rigorosamente os ditames de suas respectivas Cartas Régias, tece-se especial consideração quanto à malha urbana, marcada pelo primitivo desenvolvimento dos núcleos originais da Matriz e do Rosário os quais lembram os das velhas cidades medievais portuguesas, cuja “riqueza urbanística reside justamente no modo como os sobralenses realizaram essa transição, com sábia sutileza e sem rupturas” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Sem qualquer referência ao desequilíbrio existente entre a forma urbana preservada e o seu recheio arquitetônico, este com cerca de 75% dos seus exemplares descaracterizados ou desconformes (Figura 70), mesmo assim coloca-se o trabalho dos antigos construtores de Sobral como ponto central da justificativa do tombamento por terem integrado “o novo traçado ortogonal ao antigo, sem que este último em nada fosse alterado ou segregado com relação à parte nova” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Em relevo,

a convivência dessas formas tão distintas e sua delicada costura urbanística, [as quais produziram] efeitos urbanos de grande qualidade, [exagera-se o valor da traça antiga sobralense, cuja] morfologia cheia de surpresas [...] nem mesmo a poluição visual existente em seu centro comercial consegue eclipsar (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Destaca-se a pontuação e o ritmo que conferem ao espaço urbano as edificações monumentais, mas não há palavras quanto ao nível de qualidade da arquitetura de acompanhamento construída nos intervalos. Quanto ao valor arquitetônico, afirma-se que “os edifícios mais interessantes não chegam a formar um conjunto contínuo, [este apresentando-se] muito fragmentado, mas ainda com número suficiente de exemplares para justificar a preservação desse aspecto” (4ª.SR/IPHAN, 1997), curiosamente empregando o mapa das edificações com características originais (Figura 70) como comprovação, o qual mostra que as

mais destacadas expressões da arquitetura sobralense situam-se na área central, na vizinhança da Igreja Matriz, do Largo do Rosário, da Av. D.José e da Praça do Patrocínio. Revendo-se a progressão das tipologias existentes na cidade, informa-se ainda que “infelizmente, as últimas décadas não foram arquitetonicamente pródigas com a cidade de Sobral” (4ª.SR/IPHAN, 1997), fazendo a associação desses tempos a períodos de declínio econômico, político e administrativo, só recentemente superados. Considera-se que a regulamentação da comunicação visual e o rígido controle “da ocupação, do gabarito e do alinhamento das edificações novas poderá trazer de volta a harmonia do espaço e reproduzir, no plano arquitetônico, a costura que os antigos sobralenses souberam fazer tão bem no plano urbanístico” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Esse, para os autores do estudo em análise, seria “o grande desafio a se enfrentar na preservação do núcleo histórico de Sobral” (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Por oportuno e revelador, cumpre relatar nesse ponto que não foram exatamente tranqüilas ou plenas de consenso as discussões mantidas entre os membros da equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN no desenrolar do processo de montagem da instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral. As entrevistas realizadas revelaram muitas áreas de discordância e até mesmo de conflito, como se verá na apresentação das poligonais de preservação, principalmente no que tange aos conceitos e à consideração de valores que pudessem ser eleitos como adequados à avaliação do conjunto urbano⁷⁴. Outra preocupação demonstrada na justificativa é com a manutenção das “principais vistas externas do conjunto, [que se caracterizam pelo] contraste entre a horizontalidade que predomina na massa construída e os marcos constituídos pelos volumes verticais” (4ª.SR/IPHAN, 1997), bem como pela sinuosidade da Serra da Meruoca. Portanto, infere-se que a proteção desse conjunto, tido como “de interessante composição plástica [...] depende de medidas drásticas de controle da altura das edificações numa área relativamente vasta” (4ª.SR/IPHAN, 1997), o que certamente tornará mais complexo o processo de verticalização, atualmente em curso, mesmo em áreas

⁷⁴ No dizer de um dos arquitetos entrevistados, estava-se tentando proteger “um cacho de uvas quase sem uvas, um passado que não existia mais a não ser na imaginação de algumas pessoas com interesses os mais diversos [...]. Com essa abordagem do sítio histórico de Sobral, o IPHAN estaria agindo como uma instância acadêmica e não como órgão público que tem uma precisa missão administrativa estabelecida”.

distantes da tombada. A área central da cidade, a saber, aquela conformada pela Praça da Matriz, o Largo do Rosário, a antiga Praça do Mercado (Cel. José Sabóia), a Praça do Teatro São José, o trecho da Av. D. José entre as ruas Cel. Mont'Alverne e Cel. José Sabóia e a Praça do Patrocínio, é tida em todas as análises como “a que concentra, de modo mais denso e claro, os testemunhos históricos e urbanísticos que importa preservar como patrimônio histórico nacional” (4ª.SR/IPHAN, 1997). Justifica-se esse destaque para o referido setor urbano pelo fato de nele estarem presentes

os primitivos núcleos da Matriz e do Rosário [...]; os pontos de partida dos eixos vários que ordenaram todo o traçado posterior da cidade; a costura urbanística feita entre as malhas antigas e o novo traçado de orientação pombalina; o desenvolvimento desse traçado ortogonal no início do século XXI e os principais referenciais arquitetônicos e marcos visuais que estruturam a paisagem urbana (4ª.SR/IPHAN, 1997),

além de se mostrar superior às demais áreas da cidade em termos de clareza, legibilidade e qualidade plástica. Portanto, recomenda-se a instrução do sítio histórico de Sobral como conjunto urbanístico, ressaltando-se ainda os seus valores arquitetônicos e paisagísticos, pelos “ricos espaços urbanos que distinguem [a cidade] em meio ao conjunto das cidades coloniais do Ceará” (4ª.SR/IPHAN, 1997), definindo-se as suas poligonais de preservação rigorosa e envoltória, as quais serão abordadas oportunamente. Sugere-se ainda, como complementação à ação federal, que os edifícios da Santa Casa de Misericórdia, da Estação Ferroviária e a Vila Operária da Fábrica de Tecidos Sobral sejam tombados no âmbito estadual pelo motivo de, mesmo externos à área de entorno, terem se constituído em “pólos de expansão da cidade neste século” (4ª.SR/IPHAN, 1997), e ao município que incorpore ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal “o conjunto de recomendações decorrentes das análises morfológicas realizadas [,determinações essas elaboradas tendo por fundamento] a cooperação entre os níveis federal, estadual e municipal” (4ª.SR/IPHAN, 1997), pressuposto das ações de preservação. O final do capítulo é emblemático no que respeita à coerência que se manteve, ao longo de toda a extensa instrução, com relação aos preceitos filológico-documentais com relação ao espaço urbano estabelecidos desde o seu início:

em suma, o que norteia a proposta de proteção do núcleo histórico de Sobral e, em última análise, a justificativa, é a necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino. Não possuindo a arquitetura deslumbrante de Ouro Preto nem a riqueza do centro histórico de Salvador, como objeto patrimonial, Sobral pode ser melhor comparada a cidades como Laguna⁷⁵, cujo núcleo foi tombado pelo IPHAN em 1985, pelo seu valor como documento histórico a testemunhar a escolha criteriosa de um sítio, o papel de um núcleo urbano na consolidação do território nacional e a forma urbana resultante desse processo (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Como se viu, enfatizou-se a essência urbanística e histórica do conjunto antigo sobralense, elevada muito acima dos critérios artísticos, valorização extremada essa traduzida na proteção de uma extensa área urbana e de um grande número de imóveis, submetida agora aos rigores do aparato federal de preservação cultural. Como conclusão, observa-se que, com base em reflexões construídas no IPHAN na década de 1980,

mais do que ser tomada como monumento arquitetônico e urbanístico de valor artístico excepcional, a área urbana selecionada como objeto patrimonial deve conter em seu espaço urbano uma alta concentração de informações históricas relevantes para diversas áreas do conhecimento humano (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Aqui, por fim e de forma clara, afirma-se que a qualidade do espaço urbano não se constitui em predicado definitivo para a definição de tombamentos de sítios históricos, havendo outros, tais como os históricos e antropológicos (estes muitas vezes ilegíveis, irreconhecíveis ou até mesmo extintos) que contam mais na avaliação do objeto cultural em sua consideração atual como patrimônio do povo brasileiro, pondo-se de lado conceituações que defendem o equilíbrio entre a intensidade da presença de manifestações culturais, mesmo sabendo-se dos transtornos causados a milhares de proprietários que, mesmo cientes de suas responsabilidades para com a preservação, não conseguem ver como de interesse patrimonial os seus imóveis, agora submetidos a um rigoroso ditame

⁷⁵ A instrução de tombamento para o sítio histórico de Laguna –SC é tida como o marco que baliza a mudança de procedimentos, no IPHAN, dos conceitos que determinam a proteção do patrimônio edificado. Do processo em comento (1122-T-84), vale ressaltar a Informação Técnica N.º.107/84, de autoria do Arq. Luiz Fernando Franco, basilar para a definição do sítio histórico como “documento”.

legal cerceador de direitos individuais de propriedade que é o tombamento federal.

Produtos derivados de toda essa reflexão, as poligonais de preservação (rigorosa/envoltória) (Fig. 75) desenham-se de forma extensa no mapa da cidade. Seu setor de preservação rigorosa compreende 1.227 imóveis, dos quais aproximadamente 300 encontram-se preservados, o que faz com que Sobral integre a lista dos sítios históricos brasileiros possuidores de grandes quantidades de imóveis tombados. O grande número de edificações, a maior parte delas descaracterizada ou desconforme, a complexidade urbanística, a heterogeneidade e o baixo padrão arquitetônico existentes, a falta de indicadores ou de informações sobre o urbano e a inobservância das questões patrimoniais manifestado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal à época vigente ⁷⁶, dentre outros aspectos, contribuíram para tornar difíceis as tarefas da preservação nos primeiros momentos após o tombamento. A área de preservação rigorosa congrega setores completamente diferentes em escala, tipologias, condições de manutenção e usos: as residências precárias da margem do rio (Fig. 76), alguns conjuntos fabris em mau estado de conservação (Fig. 77), a Praça da Matriz (Fig. 78) e a Praça do Teatro São João (Fig. 79), a área comercial em torno da Igreja do Rosário (Fig. 80), o setor residencial eclético mais a oeste (Fig. 81) e o conjunto do Patrocínio (Fig. 82), já à aquela altura, impunham, no processo de gestão do sítio histórico, formas diferentes de abordagem e controle dos setores urbanos. A área de entorno ocupa praticamente todo o setor intratrilhos, porém deixando de fora os conjuntos da Estação Ferroviária e da Santa Casa de Misericórdia. Na instrução, não se faz menção a critérios específicos de aprovação de projetos propostos para os imóveis situados nas duas áreas. A prática cotidiana da elaboração dos pareceres acabou por cristalizar procedimentos distintos: um, fundamentado nos elementos evidentes e substantivos da morfologia urbana e refratário a “pastiches” de todo o tipo e outro,

⁷⁶ A Lei de Uso e Ocupação do Solo, constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal existente à época permitia, por exemplo, que se construísse, na área central da cidade, edificações com até 16 metros de altura, o que discreparia da horizontalidade dominante e perturbaria o contraponto das torres das igrejas e das chaminés com esta, elementos estes considerados característicos da morfologia urbana sobralense.

para as áreas de amortecimento, mais brando e permissivo, baseado na observância a gabaritos médios e materiais de acabamento.

Vale comparar a configuração definitiva das duas zonas do sítio histórico de Sobral com aquelas apresentadas em mapa alternativo (Fig. 83), produzido em meio à refrega de opiniões e conceitos de preservação edilícia em que se transformou, em certo momento, o processo de elaboração da instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral. Nessa proposta, restringe-se a área de preservação rigorosa (em vermelho) àquela que contém, de forma mais evidente e adensada, os marcos históricos e artísticos mais característicos e relevantes da cidade, presentes em setores tais como a Praça da Matriz, o Largo das Dores, os trechos mais preservados da Av. Dom José e da Rua do Menino Deus, a Praça do Teatro São João e a Praça Cel. Sabóia. A essas áreas poderia ser ainda acrescida a envoltória imediata à Igreja do Rosário, informação essa colhida em entrevista com os técnicos que participaram da elaboração da proposta.

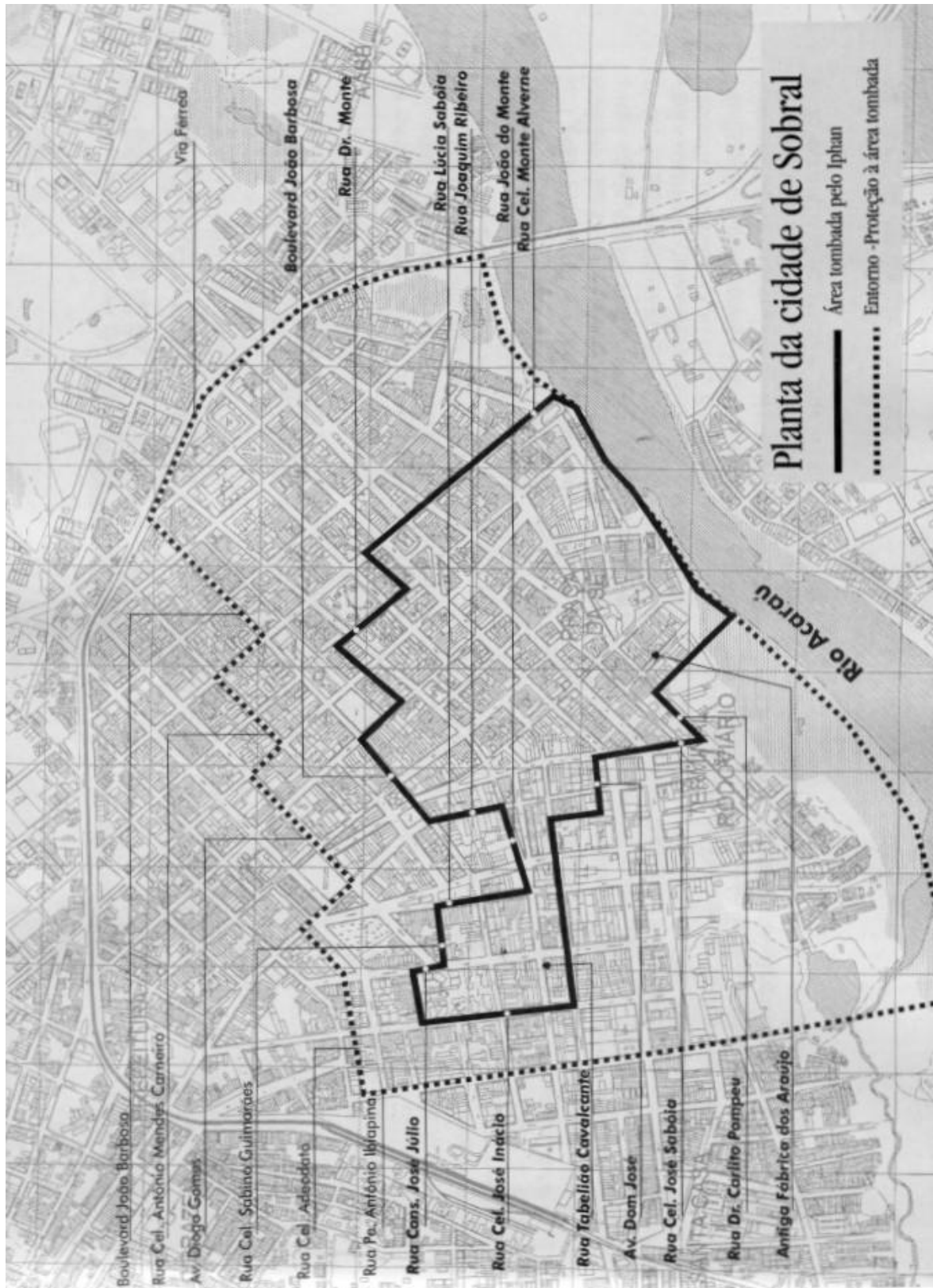


Fig. 75 – Poligonais de preservação do Sítio Histórico de Sobral
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal - E TF/Sobral 1997



Fig. 76 – Residências precárias situadas na margem esquerda do Rio Acaraú/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 77 – Antiga fábrica da família Randal/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 78 – Praça da matriz, com a Casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara Municipal) em primeiro plano/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 79 – Praça do teatro São João/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 80 – Praça da Igreja de N. Sra. do Rosário/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 81 – Residências ecléticas à Rua Lúcia Sabóia/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 82 – Praça do Patrocínio/ Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

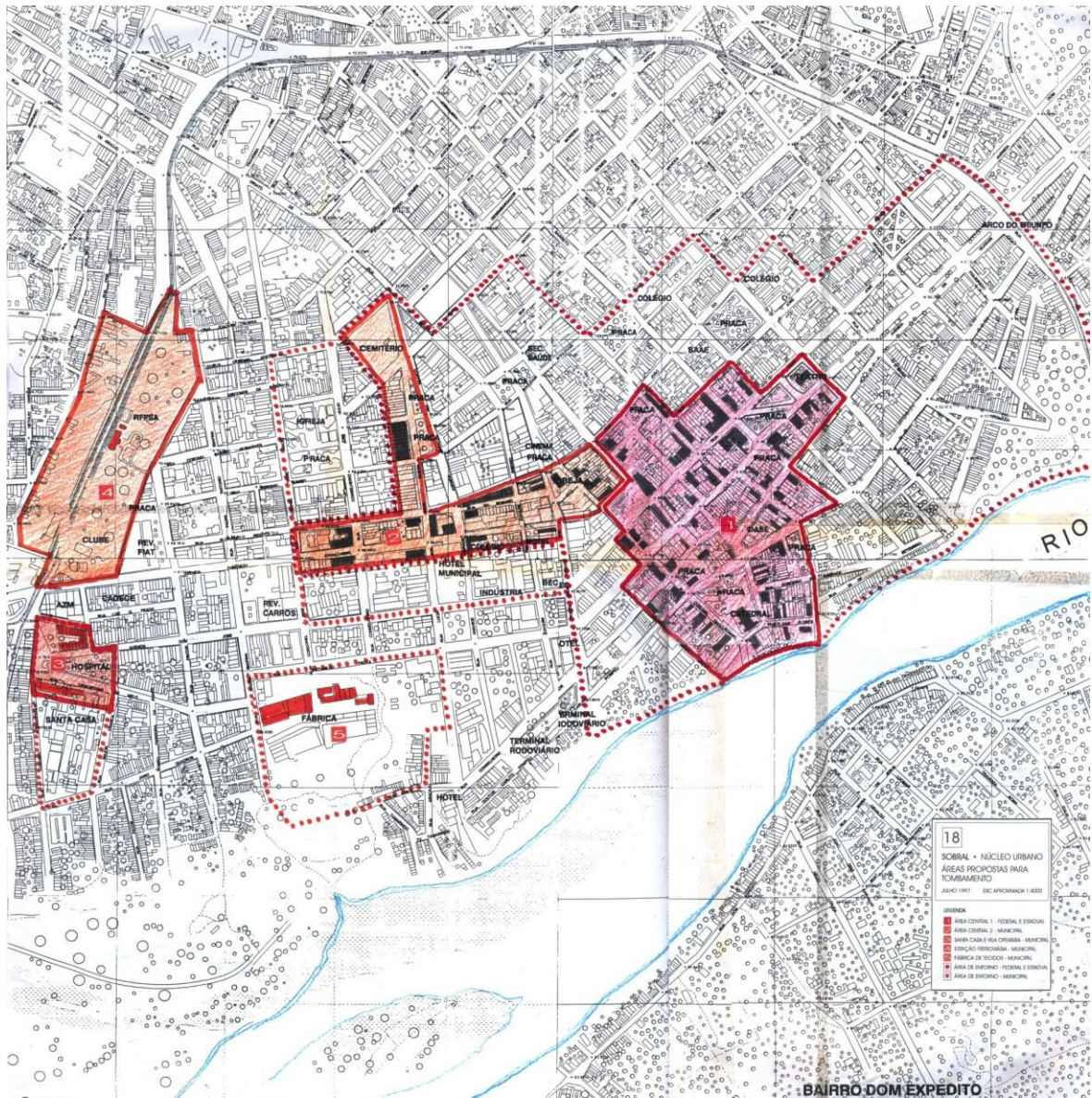


Fig. 83 – Proposta alternativa às áreas de proteção rigorosa e de entorno do sítio histórico de Sobral (não aprovada)
 Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

Nesse setor, os imóveis seriam protegidos nos âmbitos federal e estadual conforme suas respectivas relevâncias, o que implicaria na realização de um rigoroso inventário da arquitetura existente. Comparecem também nesse estudo, numerados de 2 a 5, setores de preservação rigorosa reservados à autoridade municipal, a saber, aqueles relativos à área central mais ao sul, à Santa Casa de Misericórdia e à Vila Operária, à Estação Ferroviária e à Fábrica de Tecidos. A área envoltória ao setor federal/estadual de preservação rigorosa é bem menos extensa que a atual, liberando mais espaço na cidade para a adequada ocupação por usos que requeiram maior extensão de terra disponível e maior gabarito. As áreas de entorno municipais desenham-se na vizinhança dos bens imóveis de interesse. A marca conceitual da proposta é um conciso e rigoroso enfoque na valorização de elementos históricos e artísticos evidentes, ação essa conduzida por um olhar treinado e sintético que considera o tombamento como ato distintivo e parcimonioso outorgado por uma instância administrativa plena de poderes regulatórios e restritivos, de cujo arsenal resulta o redesenho das áreas tombadas. Essa postura, portanto, coloca-se em franco contraste com a que produziu o tombamento definitivo, por expressar, talvez, um modo de pensar a preservação urbana mais ligado à tradição “heróica” do IPHAN, enquanto que a vitoriosa, como vimos, incorporou uma gama extra de valores àqueles comumente empregados para obter um outro resultado, polêmico, mas coerente com seus princípios.

O terceiro volume do ETF - Sobral traz a lume um alentado acervo de imagens da cidade, construído a partir de um roteiro que se inicia na Praça da Matriz e que termina em setores mais internos ao conjunto urbano. Nesse passeio iconográfico, os imóveis de valor têm o mesmo peso que os cenários e as vistas (Fig. 84), enfatizando-se a dimensão espacial como valorativa dos ambientes estudados. Identificam-se as continuidades, as rupturas, os recortes, os detalhes, as relações figura/fundo, dentre outros aspectos, sempre acompanhados da indicação de sua ocorrência no mapa da cidade. As áreas são fotografadas de vários pontos de vista para que sua abordagem seja a mais completa possível. Esse recurso torna evidente, ao mesmo tempo, o rico e complexo arranjo urbanístico da cidade (Fig. 85) e o seu maior pecado, a degradação dos seus

exemplares arquitetônicos de interesse (Fig. 86), o que nos faz pensar sobre se não teria sido perdida a grande oportunidade do seu reconhecimento nacional como sítio histórico quando das comemorações do seu bicentenário em 1973⁷⁷. Nesse ponto, impossível deixar de registrar a ironia do destino: Aracati, Icó e Viçosa do Ceará mantiveram seus conjuntos preservados em grande parte por motivo do seu declínio econômico e da perda de sua importância polar no contexto de suas regiões. Em Sobral, ao contrário, a pujança econômica e política, aliada à incúria administrativa com relação ao espaço urbano, transformou a cidade em centro regional com ramificações pressentidas até no Maranhão, tendo sido a responsável pela degradação do seu aspecto físico. Como fecho do trabalho e por emblemático, vale reproduzir a afirmação dos responsáveis pela elaboração da instrução, presente no final do segundo volume:

a área urbana [...] deve ser um registro vivo de processos históricos e sociais que construíram e constroem o Brasil em seus aspectos mais essenciais. A 4ª Coordenação Regional do IPHAN, responsável pela instrução deste processo, acredita que o conjunto urbanístico que se propõe tomar na cidade de Sobral preenche todos esses requisitos (4ª.SR/IPHAN, 1997).



Fig. 84 – Espaços do sítio histórico de Sobral – encontro da Rua Ernesto Deocleciano com a ribeira do Acaraú / Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

⁷⁷ Nessa ocasião, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, tendo à frente o Prof. Arq. José Liberal de Castro, realizou uma exposição sobre o processo de formação e evolução da cidade, expresso em levantamentos gráficos e fotográficos da arquitetura sobralense, então majoritariamente preservada. Os painéis dessa mostra encontram-se hoje no Museu Diocesano D. José, como parte do acervo deste.



Fig. 85 – Espaços do sítio histórico de Sobral – Praça do Teatro São João /
Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997



Fig. 86– Degradação de exemplares arquitetônicos de interesse
Fotografia Gentil Barreira
Fonte: Estudo para Tombamento Federal – ETF/Sobral 1997

3.5. A Abordagem Erudita da Preservação do Patrimônio Cultural

A solicitação de tombamento do núcleo histórico da cidade de Sobral foi encaminhada oficialmente pela 4^a. Superintendência Regional ao então Presidente do IPHAN, Arq. Glauco Campello, através de documento próprio⁷⁸, no qual são tecidas algumas considerações sobre o processo de ocupação do território cearense ao longo do Rio Acaraú e a ereção da Vila Distinta e Real de Sobral, a partir do núcleo inicial da Fazenda Caiçara e do Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú. Todos os momentos do seu desenvolvimento econômico são enfocados, culminando o texto com a constatação de que

embora seja inegável que a retomada do desenvolvimento econômico-industrial traz benefícios para a região de Sobral, a falta de dispositivos que regulem e ordenem o crescimento urbano e protejam o patrimônio histórico da cidade tem acarretado a perda ou a descaracterização de significativos exemplares de sua arquitetura; [portanto,] a abertura do processo de tombamento do núcleo histórico de Sobral tornou-se uma iniciativa de grande importância. [Por outro lado,] é possível constatar que, embora fracionado e parcialmente descaracterizado, o centro de Sobral ainda guarda significativos registros materiais dos processos históricos e culturais que aí ocorreram (4^a.SR/IPHAN, 1996),

de que são exemplos alguns imóveis apresentados em forma de sumário inventário, recolhidos no setor mais antigo da cidade, contribuindo para ilustrar a petição. As edificações são aqui apresentadas na condição de representantes arquitetônicos dos ciclos econômicos que marcaram o desenvolvimento do município e da cidade.

A posição preliminar do órgão federal de patrimônio referenda o pleito do grupo sobralense, ao mesmo tempo em que destaca uma das características mais evidentes do sítio histórico, a qual, no nosso entendimento, não foi devidamente considerada como um elemento organizador do dimensionamento das suas áreas de proteção rigorosa e de entorno: o Corredor Cultural. A condição fragmentária e descaracterizada do conjunto antigo, conquanto se mantenha praticamente inalterada sua trama urbana, resultado da

⁷⁸ Ofício nº 164/96/GAB/4^a.CR/IPHAN, de 23 de outubro de 1996

“transição sem rupturas” (SANT’ANNA, 1997) dos dois núcleos primitivos da Matriz e do Rosário, distingue um punhado de edifícios monumentais e um outro tanto de imóveis íntegros, porém banais, somados a uma majoritária quantidade de outros desconformes, cosidos ao longo de importantes eixos viários tais como a Av. Dom José e as ruas do Menino Deus e Ernesto Deocleciano ou em torno de logradouros tais como, dentre outros, as praças do Teatro São João, da Matriz, do Rosário e das Dores. Como quer BARBOSA (2000, p.29), entretanto,

a cidade ainda guarda, seja no traço de suas ruas centrais, seja em muitas edificações, a estrutura urbana original de seu núcleo urbano e as marcas da lenta construção e expansão do seu tecido urbano, com suas diversas ocupações e usos. A riqueza e a importância de Sobral, ao longo dos anos, fazem-se visíveis, inclusive, na rica paisagem que compreende a Serra da Meruoca e a silhueta de suas edificações.

Dotada do mais complexo traçado urbano dentre as antigas vilas coloniais cearenses, Sobral exhibe, porém, ao lado de monumentos arquitetônicos tais como as Igrejas Matriz, do Rosário, das Dores, do Menino Deus e do Patrocínio, o Museu Diocesano, o Teatro São João, a Casa da Cultura, a Casa de Câmara e Cadeia, dentre outros notáveis, um sem número de outros sem qualquer relevância arquitetônica, profundamente alterados em suas linhas originais com o passar dos anos. O resultado é um roteiro que se constrói de forma descontínua, um discurso interrompido a todo instante, apresentando considerável heterogeneidade e degradação da arquitetura original, em vários momentos, para muitos observadores, imperceptível como sítio histórico, ainda mais tombado em nível federal.

Instaurado no Arquivo Central do IPHAN em 21.01.97 sob o número 1.379-T-97, o processo referente ao “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral, no município de Sobral, Estado do Ceará” contém um estudo para tombamento do patrimônio histórico elaborado pela equipe técnica da 4ª.SR/IPHAN a partir de uma pesquisa referente à estruturação urbano-arquitetônica do conjunto antigo segundo critérios topoceptivos e de abordagem da história da cidade como se esta fosse um documento. Com efeito, analisando-se o “Termo de Referência para Desenvolvimento do Estudo de Tombamento de Sobral-CE”, documento central para o entendimento da linha de argumentação e

da justificativa da proteção proposta para o sítio histórico, deparamos em sua introdução com a afirmação de que

no Brasil, as áreas urbanas foram tradicionalmente protegidas ou designadas patrimônio com base no seu valor artístico. A aferição desse valor baseou-se comumente na existência de um conjunto homogêneo de edificações representativo da história dos estilos e das manifestações arquitetônicas julgadas relevantes para a formação de nossa identidade cultural. Eram preferencialmente selecionadas as áreas que contivessem imóveis íntegros do período colonial, sobretudo dos séculos XVII e XVIII. Fazem parte desse grupo as chamadas cidades-monumentos (expressão muito utilizada pelos pioneiros do patrimônio no Brasil para designar as áreas urbanas merecedoras de tombamento) (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Com efeito, o valor artístico da obra excepcional pautou todo o trabalho realizado na chamada fase “heróica” do IPHAN, geralmente sugerido para reificar o mito modernista da identidade cultural brasileira, produto único e inviolável da mestiçagem entre o branco, o negro e o índio nativo. Valorizava-se ao extremo a arquitetura e o urbanismo coloniais dos principais núcleos urbanos brasileiros e a sua homogeneidade e integridade como matrizes inclusive do movimento moderno nacional. Nas palavras de GUIMARAENS (1996, p.47),

os pareceres de Lúcio Costa a respeito das questões suscitadas na atividade de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, em especial aquelas que dizem respeito às construções novas e demolições em torno dos bens tombados, merecem estudo aprofundado por configurarem, também, o ideário do modernismo arquitetônico e urbanístico brasileiro.

Assim, organizou-se esse pensamento e essa ação em detrimento de manifestações arquitetônicas ditas “espúrias”, tais como as do ecletismo, preconceito este que fez com que cidades jovens ou mais distantes dos pólos do açúcar, do ouro ou da administração central só tivessem os seus sítios históricos reconhecidos nacionalmente de forma tardia, alguns deles, como o de Sobral, já majoritariamente descaracterizados. Porém, o caráter de obra-prima, de esmerada realização artística, arquitetônica ou urbanística associada a um passado longínquo e glorioso ainda é o que representa, para o senso comum, o patrimônio histórico e artístico nacional.

Outro aspecto relevante a comentar é a autoridade com que os pioneiros marcaram sua trajetória no campo da preservação. Ungidos por um regime político de exceção (o primeiro Governo Vargas), que tinha como uma de suas missões a definição de uma identidade cultural brasileira,

no cenário nacional foram os intelectuais responsáveis pela renovação das artes aqueles que também cuidaram da preservação do patrimônio cultural, evidenciando o interesse seletivo modernista pelo passado colonial e a contaminação deste nas formulações do grupo (DUARTE JR., 2003),

tarefa esta realizada silenciosamente pelos seus dirigentes mediante o notório saber e o comportamento ético destes, sem contar, contudo, com a participação das comunidades moradoras dos sítios históricos em sua realização. Afinal,

o serviço do patrimônio, com anteprojeto de regulamentação elaborado por Mário de Andrade em 1937, foi criado oficialmente segundo os modernistas para, entre outros objetivos, impedir a perda e a destruição de coisas, edifícios e sítios representativos da história, arte, etnografia, paisagem e arqueologia nacionais... estabeleceram-se as classificações das coisas do patrimônio cultural que se compõe, fundamentalmente, dos bens imóveis, ou seja, do espaço edificado e natural, de bens imóveis ... além destes bens imóveis e móveis, classificam-se os “fazer e sentireis”, na condição de coisas intangíveis, entre as quais se destaca a própria imagem do Serviço do Patrimônio (GUIMARAENS, 1996, p.48).

Portanto, o conhecimento aprofundado reforçava a autoridade de quem o possuía, concedendo a este o condão de definir o que é ou não patrimônio, ou deter, como quer BOURDIEU (1996, p.23), “o poder de nomear”, que é fundamentalmente autoritário. Afinal de contas, “o prestígio intelectual e moral [dos homens de cultura] é considerado como uma condição primária para o alcance do objetivo” (BOBBIO,1996, p.58), isto num monumento em que não havia tradição democrática no país para a discussão e formulação compartilhadas de quaisquer políticas públicas.

Em seqüência, afirma-se no documento que a partir do final dos anos 1950, outros valores começam a informar a seleção de áreas urbanas para tombamento. A cidade histórica passa progressivamente a ser vista também como testemunho da evolução da organização social e não somente como obra

de arte. O valor dito “paisagístico” torna-se, nesse momento, a categoria que melhor expressa esse pensamento em transformação – de resto, ainda muito preso a cânones estéticos. Somente na década de 1980 é que o processo acima referido se completa e se instala definitivamente, no seio do IPHAN, o novo discurso que passará a fundamentar o tombamento dos conjuntos urbanos. Estes são agora definidos como objetos culturais vinculados não somente à arte e à arquitetura mas, sobretudo, à história, à etnografia, à arqueologia e a outras disciplinas. Com efeito,

o valor histórico, tomado num sentido amplo de registro dos processos econômicos e sociais, passa a comandar a seleção do que será designado patrimônio. Os tombamentos são justificados com base no papel desempenhado pelo núcleo urbano na consolidação ou formação do território brasileiro, como pólo desencadeador da formação de redes de cidades, ou, ainda, como documento de processos sociais e econômicos de relevância nacional ... Na década de 80, procurou-se, pela primeira vez de modo sistemático, montar uma metodologia para o trabalho de seleção e preservação de áreas urbanas, apoiada no novo conceito de cidade-documento... Isto implicou, entre outras coisas, a possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até então (4ª.SR/IPHAN, 1997).

Essa nova abordagem, denunciadora do perfil acadêmico e das intenções democráticas e integradoras dos seus formuladores, privilegia a dimensão histórica como aquela que irá definir o mérito de análise e seleção do que será considerado digno de preservação, ação esta que deverá incorporar aportes e contribuições egressas de outras áreas do conhecimento. Assim, a essência filológico-documental do núcleo urbano, testemunho de ciclos econômicos, movimentos sociais e dos agentes atuantes na ocupação do território, assume proporções de grande relevância até então não alcançadas, complexificando-se a constituição do processo do reconhecimento de áreas urbanas com valor cultural agregado como patrimônio nacional. Com isso, parece pretender-se uma expansão tipológica, ou seja, a valorização inclusiva de bens culturais modestos valorizados por disciplinas novas (CHOAY, 2001, p.143).

Essa formulação apresenta uma série de questões polêmicas e, como tal, apresentam grande potencial para a criação de problemas no que tange à

relação estabelecida entre o órgão de patrimônio responsável pela preservação do sítio histórico, a Prefeitura Municipal e a comunidade de moradores e proprietários. Como se vê, foram ampliados os critérios de análise e seleção sem que tivessem sido alteradas as relações entre a legislação federal de preservação (ordem distante) e a municipal (ordem próxima), ocorrendo, portanto, um incremento na sofisticação do processo de compreensão e análise do objeto estudado e a manutenção de um estado de atraso na gestão do mesmo. Por outro lado, eleger o valor histórico como o mais relevante para a definição da proteção de conjuntos urbanos significa avaliar de forma desequilibrada seus atributos e homogeneizar seus aspectos e características, pelo simples fato de serem históricos todos os processos que lhes deram origem e desenvolvimento. Essa consideração, tomada em separado e em destaque, contribuiu para ampliar desnecessariamente a superfície urbana a ser protegida, fazendo com que moradores e proprietários, no mais das vezes aliados das tratativas referentes à proteção, não compreendessem por qual razão seus imóveis, sem qualquer valor arquitetônico, descaracterizados, desconformes ou implantados em setores totalmente desfigurados da malha urbana, estavam agora sujeitos aos rigores e ditames da preservação federal. Em vez de operar com os variados aportes procurando uma intersecção nos recortes efetuados, aí privilegiando trechos do conjunto urbano que respondiam satisfatoriamente a todos os requisitos e, portanto, aumentando o grau de exigência na seleção (vez que o tombamento significa também um cerceamento de um direito privado pela submissão deste ao direito coletivo), parece ter-se preferido democratizar a escolha e integrar os diversos momentos de construção do conjunto, obrigando o órgão federal a dividir com a Prefeitura Municipal a exaustiva e dispendiosa gestão de uma extensa, por vezes ilegível e heterogênea área, constituída de uma maioria de edifícios sem maior qualidade. Terá sido esse o preço pago para afastar os fantasmas da excepcionalidade e da primazia dos valores artísticos nos processos de tombamento?

Dando continuidade à análise do texto, afirma-se que

aperfeiçoaram-se também os procedimentos de tombamento por meio da Portaria nº 13, de 11.09.86. Este documento tornou

obrigatória a instauração de um processo de tombamento, estabeleceu os procedimentos para sua avaliação técnica e julgamento e consolidou as normas para divulgação do ato. Nos processos, devem, a partir de então, estar registrados todos os estudos realizados para determinação do valor patrimonial do bem e, no que diz respeito a sítios urbanos, a delimitação da área a ser tombada e da área considerada como seu entorno. Tais determinações acarretaram a necessidade de um maior rigor metodológico nas operações de seleção até então praticadas pelo corpo técnico do IPHAN. O tombamento baseado nos princípios da Nova Historiografia teve o mérito de ampliar e recolocar os termos da seleção do acervo a ser preservado mas colocou num plano secundário a análise dos aspectos mais especificamente vinculados à dimensão formal do espaço urbano. Gerou também alguns problemas de legitimação social do ato do tombamento na medida em que este sempre esteve, em decorrência da própria prática do IPHAN, tradicionalmente vinculado ao valor estético do objeto alvo da proteção (4ª.SR/IPHAN, 1997).

À alteração da abordagem conceitual corresponde uma outra relativa ao método de análise, mais rigoroso e incisivo, o que se constitui em uma medida acertada, visto que muitos sítios históricos brasileiros foram tombados mediante justificativas sem maior essência técnica, vários deles permanecendo até hoje sem uma delimitação precisa de suas áreas de proteção. Porém, nota-se aqui a ausência completa de referência à participação popular no processo e à importância de sua contribuição.

Após essa conceituação, o documento aborda o detalhamento dos objetivos dos estudos de tombamento em Sobral, afirmando que nestes procurou-se ir um pouco além das propostas de tombamento baseadas nos princípios da Nova Historiografia. Além de levar em consideração a vinculação do acervo urbano a ser preservado aos processos históricos e sociais inscritos no espaço, pretende-se que dados relativos à sua dinâmica funcional e formal atual e às principais referências culturais aí existentes, fundamentem também a seleção. Parte-se do princípio que o patrimônio a ser preservado em Sobral não se compõe apenas das expressões materiais dos processos históricos e culturais aí ocorridos mas também das manifestações culturais produzidas por esses processos. Esse elenco de questões, que se pode chamar de novos requerimentos da preservação urbana, coloca, certamente, novas demandas ao processo de tombamento, significando que os levantamentos empreendidos e os

dados gerados nos estudos de tombamento devem poder conduzir não somente a uma seleção dos objetos e aspectos a serem protegidos como também produzir um conhecimento específico da área que possibilite encaminhar as ações necessárias à sua preservação. Para que o tombamento de áreas urbanas não seja inócuo ou não resulte numa mera declaração de interesse, é preciso que seja capaz de alterar a prática de planejamento e intervir na dinâmica urbana, revertendo processos de perda e descaracterização. Aqui, a partir do emprego do conceito de cidade como um ser vivo⁷⁹, em que o seu corpo são seus edifícios e logradouros e a sua alma é a cultura dos seus habitantes, valoriza-se as manifestações do patrimônio cultural material e imaterial como balizadores da preservação do sítio histórico, o que significa que o seu processo deveria conter também levantamentos ou, pelo menos, menções quanto a essas expressões. De outra parte, o dossiê produzido com informações detalhadas sobre o sítio histórico de Sobral traz também recomendações quanto a projetos, obras, determinações legais e a outras medidas a serem tomadas preferencialmente. Resumindo: as medidas recomendadas para adoção no período pós-tombamento decorreriam do estabelecimento de uma ação a ser compartilhada entre os entes federais, estaduais e municipais e a iniciativa privada, algo considerado mais importante do que postular a primazia do protagonismo federal no campo da preservação. Mais adiante, corrobora-se com esta posição, quando se afirma que a simples proibição de alterações e o cumprimento de normas de intervenção não são suficientes, pois a área urbana-patrimônio é, antes de mais nada, um fato sócio-econômico que possui uma dinâmica própria e depende de muitos outros fatores para manter-se preservada.

Em seguida, passa-se à descrição da metodologia do processo de elaboração da instrução para tombamento federal do sítio histórico de Sobral, em que se apresenta sua estrutura, composta de estudos relativos aos processos sócio-econômicos e históricos de formação e desenvolvimento da cidade, às principais manifestações culturais que floresceram e florescem nesse espaço e à identificação das características físico-espaciais ou, mais genericamente, morfológicas, que lhe conferem caráter e identidade. Boa parte desse trecho do

⁷⁹ Cf. Leonardo Benévolo

documento é ocupado pela explanação e discussão de métodos de análise morfológica e de percepção do espaço urbano de Sobral e de apreensão do espaço da cidade, bem como das técnicas relativas a esta última categoria de estudo e sua aplicação para delimitação das áreas de preservação, com destaque para o trabalho de autores internacionais⁸⁰ e nacionais⁸¹, todos dedicados às pesquisas sobre topocepção. A certa altura do texto, quando se aborda o estudo das referências culturais produzidas em Sobral, afirma-se que

pretende-se identificar as áreas da cidade que são utilizadas nos eventos vinculados a essas tradições e verificar se esse uso persistente as torna ou não impregnadas do seu simbolismo... Serão ainda realizadas entrevistas aprofundadas semi-diretivas com moradores da cidade apontados pela comunidade como detentores de conhecimento para a obtenção de relatos e depoimentos sobre as referidas tradições (4ª SR/IPHAN, 1997).

Por fim, informa-se que o espaço urbano pode ser apreendido em três níveis, quais sejam, o da percepção, o da formação da imagem mental e o das informações secundárias, bem como a partir de sua forma física aparente, do seu uso e do seu significado. Para tanto, o sentido da utilização de técnicas de apreensão do espaço nos três níveis de conhecimento mencionados é sistematizar a apreensão, tornando-a mais objetiva. A sua aplicação pode ajudar a identificar, para além dos marcos arquitetônicos ou formais historicamente consagrados, os marcos espaciais que atualmente têm significado ou importância para a população. Enfim, poder identificar os bens referenciais para os moradores e, ao mesmo tempo, analisar o modo como esses objetos a eles se apresentam. Ou seja, planejava-se uma pesquisa aprofundada e de mão-dupla, baseada nas visões erudita (técnicos) e popular (comunidade) acerca de um mesmo objeto, o sítio histórico de Sobral, garantindo-se espaço para as manifestações dos moradores. Apesar de esta ser uma prática considerada “perigosa” no seio do IPHAN, qual seja, a divulgação antecipada da intenção de tombamento de um sítio histórico aos seus habitantes, o que já motivou a destruição de muitos imóveis por seus proprietários, este procedimento vem se tornando cada vez mais comum por permitir o conhecimento dos desdobramentos da preservação por

⁸⁰ Kevin Lynch, Gordon Cullen, Michael Trieb e Phillippe Pannerai.

⁸¹ Maria Elaine e Gunther Kohlsdorf e Frederico de Holanda

parte dos moradores desde o início do processo, num esforço de educação patrimonial.

3.6. *The Day After*: Tombamento, Produção do Espaço Urbano, Gestão Urbana e Participação Popular

Tombado por aclamação pelo Conselho Consultivo do IPHAN a 13 de agosto de 1999, o sítio histórico de Sobral, assim como o seu respectivo estudo, foram objeto de extensa consideração por parte do Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, à época Secretário Estadual de Cultura de Minas Gerais e conselheiro responsável pela elaboração do parecer de tombamento. Iniciando com a constatação de que

um dos mais graves fenômenos deste último quartel do século XX é constituído pela avassaladora descaracterização dos espaços urbanos, transformados violentamente pela perda de identidade cultural, processo este que assume, no Brasil, as proporções de uma calamidade (SANTOS, 1999).

Considerou-se a peça como um painel bastante detalhado do que se denominou de expansão agressiva do tecido urbano, com destaque para, além do reforço de uma solução pela via morfológica, os processos de degradação geral do ambiente, nos quais

a arquitetura espontânea que veio habitar as cidades brasileiras perde os vínculos com a tradição vernacular, desliga-se dos elementos históricos, abandona os materiais locais e regionais, negligencia usos e costumes, para assumir as feições trágicas dos conflitos que a desenham. Entretanto, valorizar... o espaço urbano e a qualidade arquitetônica deve ser tendência capaz de gerar contribuições altamente positivas à reabilitação da vida urbana em todos os sentidos, contexto este em que se deve analisar o pedido de tombamento da cidade de Sobral, no Estado do Ceará, e o respectivo processo (SANTOS, 1999).

Cumpra aqui registrar o momento histórico por que passava o IPHAN em nível nacional e local para que se perceba o sentido das próximas palavras.

Sob o temor de uma possível desregulamentação⁸², escreveu o conselheiro relator que

as possíveis considerações desfavoráveis ao tombamento federal podem servir, no entanto, para aprofundar em todos nós, membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a convicção de que o ato que nos é dado praticar, viabiliza e consagra a proteção, a conservação, o ordenamento e a valorização de uma cidade decidida a disciplinar-se e a organizar-se como um bem cultural que são, em essência, todas as cidades (SANTOS, 1999).

Aqui, de forma clara, a visão de que, uma vez tombado o seu sítio histórico, a cidade galgaria um novo patamar em termos de gestão e qualificação do seu espaço urbano, associação esta que coloca o tombamento federal como um instrumento reformador das cidades e dos comportamentos das administrações municipais, o que, quase sempre, não acontece.

Detalhando os deveres constitucionais do Estado brasileiro, do Conselho Consultivo e do IPHAN quanto à preservação do patrimônio cultural, o relator assevera que

cumpre... levar em consideração a realidade plural da Federação de modo que se recolham nos Livros de Tombo aqueles bens que, nos diversos Estados, exprimam de fato a diversidade dessa riqueza comum que é o patrimônio cultural dos brasileiros... o interesse nacional não passa sobre a realidade federativa, mas nasce da soma dos valores distintos e particulares que compõem essa monumental diversidade (SANTOS, 1999).

Mais adiante, toca no nervo exposto da questão, fazendo menção indireta ao delicado momento vivido pela autarquia e ressaltando o papel do IPHAN:

haverá quem diga que a medida protetora deveria contentar-se com a alçada municipal, limitando-se, por exemplo, a leis locais de uso do solo, ou ao Plano Diretor, exigência da Constituição Federal. Outros vão querer afirmar que a matéria é da competência do Estado do Ceará, em se tratando de uma de suas cidades mais importantes. Alguns ainda hão de pretender alegar que não cabe ao organismo nacional de patrimônio cultural impor amarras e constrangimentos a uma cidade viva, em pleno

⁸² Com a saída do Arq. Glauco Campello, assumiu a presidência da autarquia o Arq. Carlos Heck, o qual tomou posse sob duras críticas de boa parte do Conselho Consultivo com a alegativa deste de que o novo presidente iria flexibilizar o estatuto máximo da preservação no país, o Decreto 25/37, estendendo os efeitos perversos da globalização à proteção do patrimônio cultural brasileiro, o que, de fato, não ocorreu.

dinamismo, o que poderia gerar responsabilidades que, hoje, o Estado federal não deseja suportar, voltado que anda tanto para a desestatização quanto à desnacionalização. Por fim, não faltarão aqueles que, por excesso de zelo ou cautela, manifestarão o receio de que o tombamento em foco seja excessivamente penoso tanto para a cidade quanto para o IPHAN, pelas obrigações decorrentes. Pleiteariam a redução do perímetro, de maneira a conceder proteção apenas ao que é óbvio e, assim, já protegido praticamente de ofício (igrejas e prédios públicos, por exemplo) (SANTOS, 1999).

Diversos problemas presentes e futuros são aqui elencados, como também são propostas algumas soluções para um melhor enfrentamento das questões postas pelo sítio histórico. Por fim, apresentando um histórico resumido de Sobral e valorizando o fato do processo de proteção ter partido do pedido de numerosos moradores da cidade, o relator manifestou-se favorável

[à aprovação do] tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral, no Estado do Ceará, nos termos do processo à nossa apreciação, parabenizando a 4ªSR/IPHAN pela realização, que veio se somar ao então recente tombamento do sítio histórico de Icó (1997) e solicitando da Regional o envio ao Conselho Consultivo do IPHAN do processo referente à cidade de Aracati (SANTOS, 1999).

Como se pode depreender, o centro da discussão não era precisamente o tombamento de um sítio histórico de um Estado até então esquecido pela ação preservacionista federal mas, sim, uma luta renhida entre intelectuais com concepções diferentes de políticas voltadas ao patrimônio cultural, alguns deles com a preocupação de preservar o próprio órgão federal de preservação. A ação do IPHAN é aqui supervalorizada: mesmo que não existissem à época instrumentos legais que propiciassem efetivamente cooperações entre as instâncias de poder, seria o tombamento decretado e conduzido pelo órgão federal o redentor das cidades em termos da melhoria do seu espaço urbano e da solução dos seus problemas de gestão, como se isso se pudesse resolver pacífica e unicamente pela via legal.

O tombamento do sítio histórico foi comunicado à população em outubro de 1999, em grande festa popular realizada na Praça do Teatro São João, em Sobral, que contou com a presença, além de um público de mais de 10.000 pessoas embalado pelas canções entoadas pelo cantor Raimundo Fagner

e sua banda, do prefeito Cid Gomes e do presidente do IPHAN, Arq. Carlos Heck. Vendo aquele mar de gente vibrando com a notícia da proteção do conjunto antigo, alguém poderia se perguntar: será que estas pessoas estão conscientes do que significa o tombamento para a dinâmica desta cidade e, mais particularmente, para as suas vidas? Logo após a decretação do tombamento, a 4ª SR/IPHAN, a exemplo do que havia realizado em Icó, elaborou a publicação “Sobral, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural” com o intuito de dar publicidade à proteção federal do sítio histórico e democratizar as suas informações e requisitos, bem como informar os direitos e deveres dos proprietários e toda a legislação federal referente. O trabalho foi lançado em audiência pública, sendo fartamente distribuído aos moradores, proprietários, técnicos e autoridades de Sobral e posteriormente incorporado aos conteúdos programáticos da educação formal do município na forma de livro-texto. Para o atendimento da comunidade em suas consultas e agilização dos processos, foi criada a Comissão Técnica do Patrimônio Cultural - COTEPA a partir da assinatura de Termo de Cooperação entre a 4ªSR/IPHAN, a Prefeitura Municipal e a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, cada uma com um representante no órgão. Com a organização e consolidação da estrutura burocrática municipal, começam a ser remetidos à 4ª SR/IPHAN os primeiros processos, referentes, em sua maioria, a reformas com ou sem acréscimo, reparos gerais e construções novas, os quais, assim como hoje, são analisados e avaliados quanto à pertinência de sua aprovação pela equipe técnica do IPHAN com base nas justificativas e recomendações apresentadas no estudo para tombamento federal e nos Artigos 17 e 18 do Decreto 25/37, com prevalência daquelas de essência morfológica tais como a contigüidade das paredes da rua, a manutenção do alinhamento e dos padrões de parcelamento, a definição de gabaritos que valorizem os marcos visuais, a recaracterização arquitetônica, a retirada da poluição visual e a padronização da comunicação visual, dentre outras.

Nesse meio tempo, elabora-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral. Constante da agenda do programa PROURB, resultado de cooperação entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Governo

do Estado do Ceará com previsão de abrangência para as 44 maiores cidades cearenses, o PDDU/Sobral constituiu-se em uma experiência terceirizada de planejamento urbano, na qual a proposta de ordenamento espacial da sede do município, elaborada por empresa de arquitetura e urbanismo, foi desenvolvida a partir de um Termo de Referência previamente executado. Tendo como ênfase a construção do conhecimento do problema e da discussão dos seus produtos com a comunidade através de audiências públicas, nas quais aquela era representada por algumas de suas instituições, o processo de elaboração do PDDU/Sobral se deu de forma bastante acelerada, com caráter estritamente técnico e sem maior participação da comunidade, método empregado em todas as experiências do tipo no Ceará. O conceito de organização, gestão, controle e planejamento espacial empregado foi o de unidades de vizinhança, modelo clássico modernista de ordenamento do uso e ocupação do território urbano em que as funções habitar, trabalhar, recrear-se e circular são dispostas em setores sobre uma superfície necessariamente amorfa e ahistórica, a ser moldada pelos fluxos decorrentes das trocas entre aqueles setores. Atribuído a Le Corbusier e desenvolvido nas experiências deste com as suas cidades ideais, esse conceito mostra-se útil para a ocupação de espaços ainda destituídos da presença humana, mas o que dizer do seu emprego em uma cidade mais que bicentenária e com as características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas aqui já sobejamente apontadas? Mesmo tendo recebido com bastante antecedência o estudo para tombamento federal do sítio histórico de Sobral e sendo informada oficialmente da decretação da proteção federal, a empresa optou por desconhecer ambos os fatos, estabelecendo padrões de uso e ocupação completamente desconformes para aquele setor, como foi o caso da determinação de um gabarito máximo de 16 metros para as novas edificações a serem erigidas no sítio histórico, local, como já se viu, onde predominam edificações térreas e se destaca a verticalidade das torres das igrejas e das chaminés das fábricas. Ao tomar conhecimento da proposta, a poucos dias de sua análise e aprovação pela Câmara Municipal de Sobral, e valendo-se do fato de nunca ter sido convidada para participar dos debates realizados nas audiências públicas relativas ao PDDU/Sobral, a 4ªSR/IPHAN, como último recurso, apelou ao Secretário Estadual de Infra-estrutura para que o processo

fosse interrompido e desse lugar a uma ampla discussão dos critérios de planejamento urbano para a área tombada em nível federal. O que se conseguiu com essa interposição foi um bisonho urbanismo de conveniência, explícito nas expressões “todas as intervenções nas áreas de preservação rigorosa e de entorno do sítio histórico de Sobral estarão sujeitas à aprovação prévia da 4ªSR/IPHAN” ou “área sob a jurisdição do IPHAN”, presentes na cartografia do PDDU/Sobral e referentes à área tombada. Com isso, perdeu-se naquele momento uma grande oportunidade de se elaborar uma proposta de planejamento urbano compartilhada entre as diversas instâncias de poder e a comunidade, o que fez com que a 4ªSR/IPHAN, pela considerável extensão das áreas de preservação e a débil definição do controle urbano por parte do PDDU/Sobral, viesse a disputar com a Prefeitura Municipal a primazia da gestão espacial da cidade, quando esse trabalho, na verdade, deveria ser realizado cooperativamente através de um instrumento comum de planejamento.

Enquanto isso, como “as relações de posse e a produção do espaço estão unidas nas relações de propriedade que formam a essência do modo capitalista de produção” (GOTTDIENER, 1997, p.138), as visões e as expectativas da comunidade referidas ao tombamento passavam por significativa transformação. A distinção nacional conferida à cidade, antes motivo de orgulho dos seus habitantes, acarretava agora o cerceamento do direito de propriedade, fazendo com que incorressem sobre o mesmo bem uma legislação municipal e outra mais severa, porque talvez mais distante e portanto alienígena, não sobralense, as quais, juntas, impunham determinados procedimentos de manuseio não-concertados mas certamente restritivos em se considerando a disponibilidade do mesmo bem por parte dos seus proprietários e um outro regime de gestão, ambos mais complacentes e generosos no recente passado.

Outro sintoma do problema de resignificação do tombamento foi a repentina queda no mercado imobiliário sobralense dos valores de compra e venda dos imóveis situados na área tombada do sítio histórico. Impedidos de serem operados livremente por seus proprietários e, principalmente no que tange aos terrenos vazios, de incorporarem os indicadores urbanísticos previstos na lei municipal de uso e ocupação do solo, com a ampliação das restritivas

medidas burocráticas, a comunidade moradora e proprietária pressentiu que o tombamento impunha direitos e deveres extremamente rigorosos, estes claramente estabelecidos em rubrica federal e aqueles completamente diferentes dos que haviam imaginado. Muitas famílias, sem entender por que seus imóveis descaracterizados ou completamente desconformes estavam tombados em nível federal e vendo-se privadas de disporem livremente dos mesmos, em boa parte das vezes os únicos que poderiam garantir a sua sobrevivência e dos pósteros, manifestaram sua revolta nas várias audiências públicas, consultas e reuniões informais que vêm se realizando desde então. Vale aqui reproduzir GOTTDIENER (1997, p.187):

as relações de produção são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais e os fenômenos sociais são antes contingentes que predeterminados, o mesmo se dando com a natureza das formas espaciais decorrentes, nesta fase do capitalismo tardio ocidental.

Por seu turno, a Prefeitura Municipal de Sobral, mesmo sem o devido apoio financeiro do IPHAN e do Ministério da Cultura, passou a cumprir sua determinação constitucional. As intervenções físicas empreendidas pelo poder público municipal no sítio histórico, voltadas prioritariamente ao atendimento de demandas das populações do município e de localidades vizinhas, acabaram por valorizar os imóveis privados situados no interior e na vizinhança imediata deste, trazendo alento aos seus moradores e proprietários e tornando urgente a necessidade da elaboração de um plano urbanístico que considerasse a área tombada em termos dos potenciais e perspectivas dos seus diversos setores, em que a preservação do patrimônio edificado pudesse coadunar-se com as peculiares exigências de desenvolvimento da própria cidade. Isso ficou bastante claro nos primeiros trabalhos realizados, tais como a marcação dos alicerces da Igreja da Fazenda Caiçara, núcleo original de Sobral, as restaurações da Casa do Capitão-Mor, da Escola de Música e do Teatro São João e urbanização da ribeira esquerda do Rio Acaraú, objeto de ambicioso projeto paisagístico que fez com que o núcleo histórico da cidade finalmente se relacionasse com o seu primordial eixo fluvial. Tão importante quanto a disposição da municipalidade em manter-se solícita, atuante e influente, principalmente no que diz respeito à sua participação em diversos eventos nacionais de patrimônio,

em que já figurou por várias vezes como expositora de sua experiência, é a organização da máquina administrativa municipal para fazer frente aos processos de obra e ao interesse e à persistência em manter viva a chama do compromisso preservacionista, virtudes difíceis de serem registradas nas administrações municipais que mantêm relações com o IPHAN. Nesse rol de realizações iniciais comparecem ainda a Oficina Escola de Artes e Ofícios de Sobral, projeto desenvolvido em parceria com a Oficina Escola de Ouro Preto e uma série de instituições privadas nacionais e internacionais e voltado à qualificação profissional de adolescentes na área do patrimônio cultural, ação esta ganhadora do Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade do IPHAN, em 2001, e a elaboração do levantamento de bens imóveis do sítio histórico nos moldes dos inventários produzidos pelo IPHAN para tal fim. Outras realizações se seguiram, dentro e fora do sítio histórico e em número considerável, compondo um interessante programa de intervenções, as quais serão analisadas na seqüência.

O sítio histórico de Sobral foi contemplado ainda, em 2001, com o Programa URBIS do IPHAN, juntamente com os de Laguna, Mariana, Paraty e Pirenópolis, por serem considerados conjuntos antigos com problemas de preservação semelhantes. Extinto logo após a sua criação (2003), mesmo assim o programa contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência preservacionista em Sobral por ter não só organizado uma Comissão Gestora para o sítio histórico, formada por representantes de diversas instituições públicas e privadas sobralenses, como também elaborado detalhadamente um Termo de Referência para o Plano de Preservação do Sítio Histórico a partir das discussões e decisões dessa comissão, o qual vem sendo fielmente executado desde então. Nos debates deste órgão, ficou patente a necessidade de abandonar uma visão homogênea da proposta preservacionista do conjunto urbano tombado em favor de uma outra que o considerasse em sua diversidade de escalas e aspectos e pudesse interpretar essas diferenças em tratamentos de uso e ocupação do solo diversificados. Com efeito, esta é uma condição necessária à fusão dos interesses da preservação com os do planejamento urbano, contemplando-se novas tipologias arquitetônicas com o tombamento e a dinâmica urbana sobralense e a valorização decorrente de ações de recuperação do ambiente

urbano por parte da Prefeitura, propiciando com isso alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico adequado da cidade. Isso acarretou, na esteira da revisão do PDDU/Sobral, uma estratégia urbanística de macro e micro-zoneamento do conjunto antigo, desenvolvida com base nos estudos realizados sobre este complexo setor urbano, consubstanciada na portaria específica de uso e ocupação do solo elaborada em conjunto pelo IPHAN/CE e a Prefeitura Municipal, ainda não efetivada. Na seqüência, mostrar-se-á como as intervenções implementadas pela municipalidade no sítio histórico foram desenvolvidas, numa chave que contempla preferencialmente os conceitos de “cidade-emprego” e “cidade-instrumento”.

3.7. PPSHU/Sobral: Diretrizes para Preservação, Requalificação e Revitalização

Em Sobral, a visão da preservação do patrimônio, como inerente ao desenvolvimento da cidade, fez parte de um pacto estabelecido entre as suas elites políticas, necessário à suplantação de um estado de coisas considerado por todas as forças envolvidas como atrasado e à construção de um devir imaginado por esses mesmos segmentos, mesmo que divididos em facções ideológicas diversas. De outra parte, o tombamento contribuiu para a consideração das possibilidades de transformação física e qualitativa do meio urbano, com benefício para a imagem do município, ação essa facilitada pelo fato da Prefeitura Municipal dispor de pessoal técnico preparado para o enfrentamento das tarefas da preservação e de recursos financeiros suficientes para cumprir sua parte nos convênios decorrentes da proteção federal. Hoje, Sobral, por meio dessa estratégia, não só qualificou o seu espaço urbano pela via da valorização do seu acervo arquitetônico e urbanístico dos séculos XVIII e XIX como também transformou-se num museu vivo da arquitetura cearense contemporânea, principalmente com as obras executadas na cidade e em particular no seu sítio histórico após o tombamento deste.

Através de celebração de termo de cooperação técnica entre as partes, foi criada em 2001 a Comissão Técnica do Patrimônio Cultural, composta por representantes da 4ª.SR/IPHAN, da Prefeitura Municipal e da UVA para desenvolverem ações de educação patrimonial e de assessoramento e análise de projetos, bem como de prestação de informações a interessados sobre o sítio histórico, reforçada em 2004 com a criação do Escritório Técnico da 4ª. SR/IPHAN na cidade, o qual tem sido responsável pelo encaminhamento de processos de obra, agilizando e tornando mais efetivos os trabalhos de gestão, controle e planejamento no setor urbano focado

Com a criação pelo IPHAN do Programa URBIS em 2003⁸³, em modelagem bastante semelhante ao PPSHU, o sítio histórico de Sobral foi contemplado, oportunidade em que se elaborou, com a constituição de uma Comissão Gestora local, um Termo de Referência para elaboração de um plano de preservação para o conjunto. Constituído por ações nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção, com ênfase para a equipamentação pública da área tombada, em especial os setores ribeirinhos anteriormente ocupados por instalações fabris de beneficiamento de oleaginosas e os núcleos constituintes do sítio histórico, propostas essas democraticamente discutidas, analisadas e selecionadas pelos atores em presença, a ação do Programa URBIS em Sobral deu-se como preâmbulo do PPSHU, facilitando o desenvolvimento deste pela criação de uma base decisória e atuante composta por representantes de instituições públicas e privadas da cidade e de um conjunto integrado de intervenções a realizar.

A escolha do sítio histórico sobralense para os trabalhos do PPSHU por parte do IPHAN deu-se pelo aprofundamento e a intensificação de processos registrados no setor urbano quando de sua abordagem no Programa URBIS, a saber, a descaracterização de sua arquitetura; a escala de sua economia; a sua condição como sede de um pujante pólo regional; o atendimento às diversas demandas sociais; a infra-estrutura técnica e administrativa municipal; a vontade

⁸³ O Programa URBIS contemplou sítios históricos com graves problemas de conservação e caracterização, bem como dotados de condições administrativas para fazer frente às tarefas da preservação edilícia, os quais foram os mesmos escolhidos para tomar parte no PPSHU.

política e a vitalidade econômico-financeira da municipalidade; e o desafio urbanístico representado pela complexidade do arranjo físico e da marcha evolutiva do conjunto urbano. Nesse processo, foram consideradas, por incontornáveis, a possibilidade de se construir indicadores urbanísticos de uso e ocupação do solo diferenciados para diferentes setores do sítio histórico, no sentido de uma adequada estratégia de gestão, planejamento e controle urbanos, com base no que se tentou mostrar no estudo referente à instrução de tombamento.

3.7.1. Considerações Iniciais

Tendo claro que o significado da palavra “diretriz” (norma, pauta, critério, linha reguladora) estabelece relações aproximadas entre ações referentes ao planejamento urbano e à preservação do patrimônio cultural, principalmente no que essas áreas compartilham em termos de seleção e valorização de bens imóveis, priorização de intervenções a realizar e perfil regulatório, elaborou-se uma listagem de propostas de natureza física e/ou programática voltadas à proteção e à reabilitação do sítio histórico de Sobral com vistas à resolução de problemas registrados na pesquisa realizada. As recomendações aqui elencadas decorrem de diretrizes formuladas para recuperação, requalificação e revitalização do conjunto tombado, tomadas com base na análise do escopo do PPSHU, presente tanto em seu Termo Geral de Referência quanto na Portaria IPHAN Nº 299/04; do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano efetuado para a cidade, em especial dos seus projetos estruturantes; da instrução para tombamento federal preparada pela 4ª.SR/IPHAN, em especial da lista de recomendações que enfeixa; de documentos elaborados por instituições públicas e privadas referentes a estratégias de desenvolvimento local e regional; e de entrevistas com diversos atores nas esferas técnica, política e administrativa do município enfocado, bem como com alguns de seus moradores.

Inicialmente, faz-se necessário justificar, que o sítio histórico de Sobral, assim como os demais cearenses, no âmbito do PROURB/CE⁸⁴, foi abordado de forma superficial por um plano diretor de desenvolvimento urbano elaborado de forma burocrática, carecendo de determinações detalhadas que conjugassem as diversas formas de desenvolvimento, quais sejam, os instrumentos “de natureza urbanística e de caráter normativo, estratégico e operacional, [destinados] ao desenvolvimento de ações de preservação” (BRITO, 2004, p.07), definição mesma do PPSHU. Este, por sua vez, constitui-se em

um instrumento de gestão compartilhada que deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, no qual o processo participativo é imprescindível, [devendo] promover uma ação pública coordenada e provocar a articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio cultural urbano [...] [buscando], antes de tudo, um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios tombados [...] [e possibilitando] a implementação de ações de curto e longo prazos, relacionadas à adequação das necessidades da dinâmica urbana à estrutura físico-espacial que se deseja preservar (BRITO, 2004, p.07).

Portanto, tendo em conta a falência dos métodos e procedimentos tradicionais de preservação de áreas urbanas, geralmente voltados ao controle de intervenções físicas localizadas e sem horizontes mais ampliados, o advento de uma nova e mais completa consideração das possibilidades dos sítios históricos fez com que o emprego do instrumento em foco fosse entendido como adequado.

Na mesma linha, aceitou-se tacitamente, como estratégica operativa, os métodos, objetivos, procedimentos, resultados e produtos preconizados pelo PPSHU, conforme apresentados, propondo-se alguns ajustes ao desenvolvimento de suas etapas para que o dispositivo pudesse se adequar à realidade e à escala do sítio histórico abordado. Com efeito, as superfícies urbanas escolhidas para intervenção foram as áreas tombada e de entorno, para as quais previu-se o estabelecimento de programas de atuação específicos, os quais foram conceituados pelo PPSHU como instrumentos “de política pública para a alocação de investimentos na Área Urbana de Interesse Patrimonial” (BRITO, 2003, p.20),

⁸⁴ O Programa de Urbanização dos Municípios Cearenses – PROURB foi implementado pelo Governo do Estado do Ceará, com recursos do BID, com o objetivo de descentralizar e dinamizar o interior do Estado e melhorar o atendimento das populações urbanas, com a requalificação de 44 cidades situadas em cinco regiões estratégicas.

conformados por ações nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção patrimonial, bem como de outras complementares e fortalecedoras da operação geral de preservação urbana, a cargo do órgão federal ou em parceria com as outras instâncias governamentais, a iniciativa privada e a comunidade.

Com a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional – PDRs pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR, em 2003, tornou-se mais fácil vislumbrar o papel desempenhado pelos municípios nas diversas regiões cearenses, bem como os seus problemas, potenciais, perspectivas e desafios a vencer para que fossem atingidas as metas desejadas. Nesse escopo, Sobral foi considerada como centro regional de relevância política, comercial e de serviços, poderio esse que, por sua concentração e relativa desmesura, contribui para o enfraquecimento da rede de municípios à sua volta, submetendo-os todos ao seu domínio e impedindo o desenvolvimento de processos de autonomia municipal. Esse quadro, mesmo considerando a difícil reversão da polarização exercida pela cidade, implica na adoção de medidas que visem à fragmentação da implantação de equipamentos públicos para que seja atingido um equilíbrio entre as ofertas e as demandas dos municípios. Essas condições estabelecem, de forma comum, determinados objetivos, dentre outros: a qualificação gerencial, técnica e financeira da administração municipal para o trato das variadas questões em presença no sítio histórico, necessariamente inter-relacionados; a criação de instância municipal para atuar na elaboração de projetos, especialmente aqueles ligados à cultura e ao turismo, e na captação de recursos financeiros para a sua execução; a priorização da área do conjunto tombado para investimentos em infra-estrutura e equipamentação pública, no sentido de garantir a qualidade do seu espaço urbano e a sua vitalidade; a ampliação dos meios de acessibilidade; a associação das intervenções previstas nas áreas protegidas de interesse cultural a outras estruturantes situadas no território do município ou na região, com a criação de uma rede de atrativos, naturalmente fortalecida, para garantir a sustentabilidade econômica municipal; e, no caso específico, a ampliação e qualificação da oferta de serviços.

3.7.2. Ações de Cunho Geral

Neste passo, foi entendido que o sítio histórico de Sobral carecia, de forma geral, da implementação das seguintes ações:

3.7.2.1. Identificação e Documentação

- Diagnóstico do sítio histórico e das áreas urbanas de interesse patrimonial – caracterização dos setores objeto do PPSHU;
- Complementação e sistematização dos inventários de bens imóveis da área tombada – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos e organização dos dados obtidos no formato Inventário Nacional de Bens Imóveis/ Sítios Urbanos – INBI/SU, método oficial de inventariação arquitetônica desenvolvido pelo IPHAN;
- Complementação e sistematização dos inventários de fachadas – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos das fachadas das quadras situadas na área tombada e organização dos dados obtidos no formato Inventário de Fachadas de Quadras – INFAQ, método oficial de inventariação arquitetônica desenvolvido pelo IPHAN;
- Complementação e sistematização dos inventários de monumentos – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos das edificações monumentais e organização dos dados obtidos no formato Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA, método oficial de inventariação arquitetônica desenvolvido pelo IPHAN;
- Complementação e sistematização dos inventários de estruturação urbano-arquitetônica – finalização dos levantamentos gráficos e fotográficos das áreas componentes do setor tombado e da área de entorno dos sítios históricos, com organização dos dados no formato Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos – INCEU, método oficial de inventariação urbanística desenvolvido pelo IPHAN;
- Realização dos inventários de referências culturais – realização dos levantamentos das expressões do patrimônio imaterial (celebrações, formas de

expressão, lugares, saberes e fazeres) existentes no sítio histórico, com organização dos dados no formato Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, método oficial de inventariação do patrimônio intangível desenvolvido pelo IPHAN;

- Organização de cadastro imobiliário – realização de levantamento e sistematização de informações relativas aos imóveis componentes do sítio histórico (localização, número, proprietários, moradores, superfície, gabarito, uso, ocupação etc.);

- Criação de um sistema de informações sobre o sítio histórico – sistematização de dados históricos, arquitetônicos, urbanísticos, artísticos, cadastrais etc, com disponibilização dos mesmos aos interessados (proprietários, moradores, visitantes, autoridades, gestores, investidores etc.);

3.7.2.2. Promoção

- Publicação dos inventários – edição dos inventários realizados, a saber, INBI-SU, INFAQ, IBA, INCEU e INRC;

- Publicação da instrução de tombamento – edição dos estudos realizados para tombamento federal do sítio histórico, com versão complementar em meio eletrônico;

- Elaboração de peças promocionais – organização e edição de publicação, CD-Rom, vídeo e exposição de referência sobre o sítio histórico;

- Organização do calendário cultural do Município – sistematização dos eventos culturais municipais, com as suas datas de ocorrência;

- Reedição revista e ampliada do roteiro para preservação do patrimônio cultural relativo ao sítio histórico, elaborado pela 4ª. SR/IPHAN;

- Realização de programas de educação patrimonial junto à comunidade, necessariamente associados aos currículos da educação formal do Município;

3.7.2.3. Proteção

- Elaboração da portaria de uso e ocupação específica para o sítio histórico – definição das normas de uso e ocupação do solo urbano para as áreas tombada e de entorno, necessariamente associadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal e devidamente revisadas à luz do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.01);
- Implantação de sinalização turística e de trânsito – elaboração e execução de projeto de sinalização turística e de trânsito para as áreas tombada e de entorno, conforme as normas do Manual de Sinalização elaborado em conjunto pelo DENATRAN, EMBRATUR e IPHAN;
- Implantação de iluminação pública de realce – elaboração e execução de projeto luminotécnico para os logradouros públicos e de realce cênico para os principais edifícios e setores especiais do sítio histórico;
- Implantação subterrânea das fiações – elaboração e execução de projeto de implantação subterrânea das fiações elétricas e telefônicas na área tombada para amenização dos efeitos de poluição visual causados por esses engenhos;
- Implantação de pavimentação em pedra tosca nos logradouros da área tombada – recuperação e recomposição da pavimentação original das ruas do sítio histórico, com demarcação do setor protegido;
- Recuperação dos paramentos externos de imóveis – elaboração e execução de projetos de restauro e conservação dos “panos da rua” (fachadas, cobertas e passeios) das edificações preservadas, descaracterizadas e desconformes existentes nas áreas tombada e de entorno;
- Retirada do tráfego pesado – eliminação ou disciplinamento da passagem e de estacionamento de veículos pesados (caminhões/ ônibus) na área tombada;
- Criação de garagens para veículos privados – elaboração e execução de projetos arquitetônicos de estacionamentos condominiais para atender à demanda de proprietários de imóveis preservados situados na área tombada, de forma a garantir a integridade das edificações e o conforto dos

usuários com a disponibilização de terrenos localizados o mais próximo possível (ou no interior) do setor urbano citado;

- Criação do Fundo Municipal de Preservação Cultural – criação de instrumento tributário/financeiro municipal destinado à subvenção da realização de ações nas áreas de identificação e documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural do Município;

- Criação de legislação de incentivo à preservação cultural – estímulo à preservação do patrimônio cultural, notadamente o edificado, através de mecanismos de redução e isenção de impostos e demais emolumentos municipais, com o devido assessoramento técnico-administrativo prestado pelas instâncias federal, estadual e municipal;

- Elaboração do Plano Municipal de Preferência Imobiliária – elaboração de programa de desapropriações por parte do Município, com base na conjugação dos instrumentos Transferência do Direito de Construir e Direito de Preempção do Estatuto da Cidade, para identificação de imóveis de interesse com vistas ao seu uso municipal (equipamentos públicos);

- Elaboração de projetos de arborização e de mobiliário urbano;

De forma específica quanto às intervenções físicas pretendidas, foram listados:

- Projetos de restauro arquitetônico com manutenção de uso:

- Sé Catedral;
- Igreja do Menino Deus;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário;
- Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio;
- Nichos de oração (São Francisco, Capela do Colégio Sant'Anna, Capela do Colégio Santo Antônio e Patronato);
- Museu Diocesano Dom José;
- Sede da Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia);

- Projetos de restauro arquitetônico com adaptação a novo uso:

- Centros de integração histórico-culturais – adaptações de imóveis destacados do sítio histórico, devidamente desapropriados pela Prefeitura Municipal, a programas de referência e documentação cultural, com previsão de exposições temáticas permanentes sobre os processos sócio-econômicos relacionados à formação e à evolução urbana de Sobral;
 - Antigo Mercado da Carne – Ciclo do gado/ Século XVIII;
 - Escola Técnica de Comércio – Ciclo do comércio/ Século XIX;
 - Fábrica de Tecidos de Sobral – Ciclo do algodão/ Século XIX;
 - Fábrica da Família Menezes – Ciclo da indústria extrativista/ Século XX;
 - Casa do Capitão-Mor – Centro de Referência e Documentação do Sítio Histórico de Sobral e Sede do Escritório Técnico da 4ª.SR/IPHAN;
 - Casa de Cultura – Museu do Tijolo e Laboratório de Arqueologia;
 - Fábrica Couros do Nordeste – Arquivo Municipal e Centro de Documentação;
- Indicações de imóveis para tombamento estadual – por seu valor eminentemente local, foram recomendados os seguintes, em complementação à proteção federal:
 - Estação Ferroviária;
 - Santa Casa de Misericórdia;
 - Fábrica de Tecidos de Sobral;
 - Arco do Triunfo;
- Ação jurídico-administrativa:
 - Re-ratificação das áreas tombada e de entorno do sítio histórico de Sobral – com base nos diversos inventários realizados e em estudo posteriormente realizado pela equipe técnica do IPHAN/CE, alterar, de forma restritiva, os limites das duas poligonais de preservação, privilegiando setores urbanos mais íntegros, homogêneos e dotados

de maior legibilidade, com definição de parâmetros especiais de uso e ocupação do solo;

- Projetos complementares:
 - Elaboração de proposta específica de desenho urbano e de indicadores urbanísticos para as quadras ocupadas por imóveis privados situadas na margem esquerda do Rio Acaraú, na faixa recentemente urbanizada entre as pontes José Euclides Ferreira Gomes e Oto de Alencar – definição de indicadores urbanísticos de uso e ocupação do solo (gabaritos, acabamentos, recuos etc), bem como de novos elementos públicos no trecho assinalado, visando à valorização paisagística da ribeira;
 - Urbanização da margem direita do Rio Acaraú – tratamento paisagístico da ribeira oposta, hoje ocupada por edificações de baixíssimo padrão construtivo, com definição de pista de rolamento integrada às duas pontes, arborização e áreas verdes públicas, bem como de indicadores de uso e ocupação do solo;
- Projetos de arquitetura paisagística: recuperação dos seguintes logradouros:
 - Praça do Teatro São João;
 - Praça da Sé e Largo da Câmara Municipal;
 - Praça da Coluna da Hora;
 - Largo do Rosário;
 - Praça do Patrocínio;
 - Praça Professor Arruda;
 - Bosque Duque de Caxias;
- Ações de cooperação cultural:
 - Elaboração de programas de animação cultural permanente para o Teatro São João, a Escola de Música, o Museu Diocesano Dom José, a Biblioteca Municipal e a Escola de Cultura, Comunicação,

Ofícios e Artes - ECCOA – equipamentos culturais de relevância regional constantes do sítio histórico de Sobral, carecem de uma programação cultural permanente voltada ao entretenimento, à formação de platéia, à capacitação e qualificação artística profissional e ao fortalecimento dos processos pedagógicos, a serem desenvolvidos pelas instâncias federal, estadual e municipal;

De todas essas ações, foram apontadas como prioritárias para o sítio histórico de Sobral a obra de restauro do Museu Diocesano Dom José; a proposta de desenho urbano para as quadras lindeiras à margem esquerda do Rio Acaraú; a urbanização da margem direita deste curso fluvial; os projetos de arquitetura paisagística; e a re-ratificação das atuais áreas tombada e de entorno.

3.8. Análise das Intervenções Físico-Programáticas Executadas

Com base nesse maço de intenções projetuais, as quais configuram um amplo e estruturante Termo de Referência, a Prefeitura Municipal de Sobral, com seus parceiros, tem efetuado, desde o tombamento do sítio histórico, uma série de intervenções de escalas variadas neste setor urbano, empreendimentos que se somam aos demais executados nas outras áreas da cidade e no restante do município. As realizações sobralenses têm sido expostas, nos últimos anos, em diversos fóruns nacionais e internacionais sobre preservação do patrimônio urbano sob a égide do papel e da contribuição do poder público municipal à preservação do patrimônio cultural⁸⁵.

Partindo de elementos já aqui analisados, quais sejam, “memória coletiva, pesquisa e planejamento urbano” (COSTA, 2008, p.07), bases estas que fundamentam o processo sobralense, marcado pelo simbolismo da memória

⁸⁵ Cf. exposição apresentada pelo Arq. Antônio Carlos Campelo Costa, então Secretário de Planejamento Urbano e Infra-estrutura do Município de Sobral, no Encontro Nacional de Arquitetos – Arquimemória 3, ocorrido em Salvador, Bahia, em junho de 2008, intitulada “Sobral – a preservação do sítio histórico a partir do seu tombamento”, também denominação de publicação lançada pela Prefeitura Municipal de Sobral em 2008.

como o cimento que agrega o desejo desenvolvimentista, a gestão urbana e a ambição política, COSTA (2008, p.07) resume muito bem a iniciativa municipal:

[traduzir] o respeito ao patrimônio da cidade, materializado na aplicação de instrumentos de planejamento e dispositivos legais, vistos na execução de obras essenciais e na recuperação dos espaços como política qualificada com a defesa do patrimônio histórico de nossa cidade.

Aqui, os conceitos anteriormente referidos se expandem, dando destaque para a imperiosa requalificação urbana de Sobral, a ser executada em todas as dimensões e escalas da cidade e na qual o restauro e a adaptação de edifícios de interesse de interesse cultural deveriam se aliar à recuperação e à ampliação dos espaços públicos, bem como para a utilização, pela comunidade, dos novos equipamentos a serem criados.

Considerando como fatos negativos “a indigência cultural de tantos lugares e o descompromisso e a indiferença da maioria dos governantes brasileiros com o destino de suas cidades” (COSTA, 2008, p.08), este autor, num arroubo de “patriotismo de cidade”⁸⁶, além de apontar Sobral como “um belo exemplo a ser seguido” (COSTA, 2008, p.08), informa que

o que norteou e justificou a proposta de proteção do núcleo histórico de Sobral foi a necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial na região assim como do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino (COSTA, 2008, p.25),

ao tempo em que aponta, nas entrelinhas, os responsáveis pelo lastimável quadro apresentado pela cidade antes da chegada dos Ferreira Gomes ao poder:

infelizmente, a segunda metade do século XX não foi arquitetonicamente pródiga para a cidade de Sobral. Essa época coincide com um período de declínio econômico, só recentemente revertido (a partir da década de 1990), e uma equivocada noção de progresso que resultou na “mutilação” de significativa área de seu belo conjunto arquitetônico (COSTA, 2008, p.25).

⁸⁶ Expressão cunhada por Jordi Borja e Manuel Castells, planejadores catalães, em sua argumentação relativa ao planejamento estratégico das cidades.

Com toda a certeza, e como sói acontecer com as administrações municipais de cidades detentoras de sítios históricos tombados no âmbito federal no Brasil, o tombamento do sítio histórico de Sobral pelo IPHAN foi bastante útil à administração municipal, pois, além de pôr termo à destruição do patrimônio edificado da cidade, determinou que a tutela de boa parte da área da sede estaria agora sobre a vigilância federal, esta, com o seu aparato, valiosa parceira da prefeitura, antes solitária nesse mister. Com efeito, esta foi a razão do poder municipal ter buscado com tanta ênfase a atenção do IPHAN/CE para a área histórica da cidade e não ter jamais admitido a re-ratificação dos limites da área tombada, já que, sozinha, não teria como impedir o *bulldozer* imobiliário.

As características do sítio histórico de Sobral, para além de informações numéricas relevantes⁸⁷, são apresentadas com a demarcação dos desafios que têm sido enfrentados pela administração municipal e pelo IPHAN/CE desde o seu tombamento:

o conjunto edificado do sítio histórico de Sobral está marcado pela miscelânea de arquiteturas e pela justaposição de imóveis com diversidade tipológica, de escala, de uso e ocupação do solo, e onde se misturam repertórios populares e eruditos, evocando seus fatores de localização e desenvolvimento (COSTA, 2008, p.26).

Nas palavras do então secretário municipal de Planejamento Urbano e Infra-estrutura⁸⁸, o levantamento a delimitação das áreas de valor histórico e cultural existentes na cidade deram-se concomitantemente à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, iniciada em 1997, mesmo que, posteriormente, estas determinações tenham entrado em conflito. Esse inventário abrangeu os elementos de caráter físico-espacial componentes da estrutura morfológica da cidade, embasado ainda por premissas de investigação histórica, aspectos estes mais tarde detalhados no INCEU. A abordagem do sítio histórico como documento no processo de construção da instrução de tombamento e a

⁸⁷ Dados sobre o sítio histórico de Sobral: perímetro: 5,33 km; área: 1,484 km²; área do setor tombado: 0,455 km²; área do setor de entorno: 1,029 km²; número de imóveis no setor tombado: 1.227; número de imóveis na área de entorno: 1.648; número de imóveis preservados no setor tombado: 247 (Cf. Prefeitura Municipal de Sobral e IPHAN/CE).

⁸⁸ Atualmente, o Arq Antônio Carlos Campelo Costa exerce o cargo de secretário municipal de Cultura de Sobral.

transformação do patrimônio de histórico e artístico para cultural, ampliando as suas possibilidades, são ressaltadas em sua análise:

nas propostas mais recentes de preservação do patrimônio, foi ampliada a idéia de proteção aos monumentos de excepcional valor arquitetônico ou aos conjuntos que se mantiveram íntegros e seus aspectos formais, conforme pensamentos dos pioneiros do IPHAN. Abriu-se o leque na questão da preservação, para uma visão na qual a cidade é vista como bem cultural. É fruto de uma produção coletiva e histórica, de onde sua valorização transcende a morfologia e mergulha em suas raízes, como documentos preferenciais na análise dos aspectos de sua evolução social e urbana (COSTA, 2008, p.28).

O levantamento realizado, cujo objetivo foi o de “identificar as qualidades espaciais que conferem caráter próprio à cidade e que são responsáveis pela produção de configurações dignas de preservação” (COSTA, 2008, p.28), ofereceu como resultado “subsídios para uma política de preservação urbana, norteadora de possíveis estudos de intervenções na cidade a serem utilizadas pela Prefeitura Municipal” (COSTA, 2008, p.28). Nessa linha, para além da intenção do tombamento e da responsabilização do IPHAN como parceiro na gestão de boa parcela da cidade, os estudos elaborados serviram também à montagem de um conjunto de projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos estruturantes, os quais, desde 1999, têm sido elaborados e executados mediante sua priorização pelas administrações municipais. Dessa forma, o tombamento do sítio histórico de Sobral também cumpriu uma função instrumental por se constituir, mais que uma determinação legal de proteção, em uma clara diretriz de planejamento e preservação, efetuada de forma integrada não só nos setores urbanos definidos pelo tombamento como na relação destes com os demais da cidade.

Ao ver de COSTA (2008, p.28), a cultura, no âmbito da experiência preservacionista levada a efeito em Sobral, foi concebida como “vetor estruturante” colocado no mesmo nível das demais ações de governo, constituindo-se em elemento fundamental para o sucesso da política e da gestão urbana. Para tanto, foi criada uma Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SPLAM, com a atribuição de, além de estabelecer as bases de um Sistema Municipal de Planejamento,

assistir direta e indiretamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas competências tendo por finalidade a administração e a formulação de políticas públicas e diretrizes de planejamento, controle e desenvolvimentos urbano do meio ambiente (COSTA, 2008, p.29).

Para tanto, fazem parte de sua estrutura, além da Coordenação de Serviços e Manutenção de Equipamentos Urbanos, da Coordenação de Análise de Projetos Prediais Urbanos e da Autarquia Municipal do Meio Ambiente, a Coordenação de Estudos Urbanos e Gestão do Sítio Histórico – CEUGSH. Portanto, em vez da gestão do conjunto tombado ficar atrelada somente à Secretaria Municipal de Cultura⁸⁹, como tradicionalmente se faz nos demais municípios brasileiros (e com resultados nulos, já que a pasta da Cultura, quando existe, sempre está associada a uma baixíssima dotação orçamentária), esta foi confiada preferencialmente à instância municipal que trata especificamente das ações relativas à política urbana e às intervenções físicas na cidade, o que reforça a relevância dada pelas seguidas administrações municipais à preservação como eminente função urbana e a relação direta e transversal que estabelece com as demais funções. São atribuições da CEUGSH, segundo COSTA (2008, p.29),

cuidar da aplicação e da revisão, com os devidos ajustes, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal – PDDUM, bem como da análise e do controle dos vetores e das variáveis que interferem, dinamizam e influenciam o crescimento do Município e, por decorrência, tensionam e transformam suas estruturas.

Assim, é o órgão que cuida da gestão do sítio histórico aquele que também trata da observância, da atualização e da revisão do PDDUM, o que é mais uma prova, no caso, da ligação entre a preservação e o planejamento e gestão urbanos. Dando suporte a essa ação, a SPLAM dispõe dos seguintes instrumentos e diplomas legais: o próprio PDDUM, o Programa de Arborização e Conservação Ambiental, o Código Ambiental e os inventários elaborados pelo IPHAN/CE. Em regime de estudos e negociação encontram-se o Plano Imediato de Transportes,

⁸⁹ Em verdade, a Secretaria Municipal da Cultura de Sobral - SECULT também atua intensa e transversalmente nos processos de preservação do sítio histórico. Quando do tombamento do conjunto sobralense, a SECULT, instância a que então estava submetida a sua gestão, tinha uma dotação orçamentária da ordem de 12 milhões de reais, valor à época igual ao que a sua congênere estadual possuía para executar o seu programa de trabalho. Atualmente, a SECULT realiza programações culturais de diversas naturezas no sítio histórico, com ênfase para a valorização do patrimônio imaterial de Sobral.

o Projeto de Instalação Subterrânea das Fiações Aéreas do Centro e o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico⁹⁰.

Dentre os estudos, projetos e intervenções físicas e programáticas propostas para o sítio histórico de Sobral quando da elaboração da instrução de tombamento até a presente data verificaram-se os seguintes (Fig.87):

- Casa da Cultura (Fig. 88): O restauro e a transformação do antigo sobrado do Padre Francisco Jorge de Souza (também conhecido como Solar dos Figueiredo) na Casa de Cultura de Sobral confunde-se com os começos do levante que levou ao tombamento do sítio histórico pelo IPHAN. Em meados da década de 1990, o imóvel foi comprado por um comerciante que, em seguida, iniciou sua demolição. Um grupo de vinte sobralenses, os mesmos que logo após iriam abraçar o projeto preservacionista da cidade, interrompeu a derrubada do sobrado por força de uma ação cautelar ajuizada na Comarca de Sobral. Esta ação, segundo COSTA (2008, p.48), “deu início à mobilização da comunidade e em seguida aos estudos que foram base para o tombamento do sítio histórico”, fazendo com que a Casa de Cultura se constituísse no marco da preservação do patrimônio cultural da cidade e das ações requalificadoras e revitalizadoras associadas a esta função, bem como em um importante equipamento cultural público, muito demandado pelas comunidades de Sobral e dos municípios vizinhos. Aqui, portanto, se iniciou “a recuperação da cidade pela via da cultura”⁹¹;
- Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (Fig. 89) – INBI/SU: Elaborado pelo IPHAN/CE e às expensas deste, assim como os demais inventários, consistiu no levantamento de 247 imóveis “de maior interesse para o patrimônio” (COSTA, 2008, p.30), segundo critérios relativos ao nível satisfatório de preservação e de integridade e qualidade arquitetônica. Em um universo como o local, em que os imóveis, em sua maioria, encontram-se descaracterizados e desconformes, a adoção dos

⁹⁰ A portaria específica de uso e ocupação do sítio histórico de Sobral, fruto da cooperação Prefeitura Municipal de Sobral e IPHAN/CE, encontra-se com seu texto elaborado e em vias de ser encaminhada à Câmara Municipal para análise e aprovação.

⁹¹ Expressão muito utilizada pelo Prefeito Cid Ferreira Gomes em seus discursos após o tombamento do sítio histórico de Sobral.

princípios acima enunciados pela Regional demarca um aferramento desta ao privilégio a valores estéticos, o que também se verificou em sua análise dos acervos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos dos sítios históricos de Aracati, Icó e Viçosa do Ceará, todos igualmente de sua lavra;

- Inventário Nacional de Configurações e Espaços Urbanos (Fig. 90) – INCEU: Consistiu na identificação e documentação dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos segundo a percepção visual e a representação geométrica de forma a oferecer informações sobre a composição do espaço urbano do sítio histórico. Segundo COSTA (2008, p.31), também favoreceu “a melhoria das intervenções nas áreas urbanas protegidas, subsidiando ações de preservação”, para além, portanto, dos interesses imediatos relacionados à fiscalização das intervenções;
- Inventário dos Bens Monumentais – IBA (Fig. 91): Consistiu no registro documental dos exemplares arquitetônicos de tipologia excepcional ou de monumentos inseridos no sítio histórico;
- Inventários das Fachadas de Quadras – INFAQ (Fig. 92): Levantamento desenvolvido de forma pioneira pelo IPHAN/CE, consistiu na inventariação de todas as fachadas das quadras existentes na área tombada do sítio histórico, oferecendo como resultado a construção de perfis, subsídios importantes quanto à análise de tipologias arquitetônicas, gabaritos, volumetrias, ritmos, cores e texturas e fundamentais à elaboração de normas e critérios de intervenção, bem como de projetos de requalificação urbana a serem desenvolvidos no setor protegido;
- Requalificação do Largo das Dores (Fig. 93): Recuperação de uma área constante da ribeira esquerda do Rio Acaraú e dotada de grande potencial paisagístico, à época em franca degradação. A relação preservação/requalificação urbana mostra-se clara nas palavras de COSTA (2008, p.34):

o Largo constituía-se em um areal que circundava a igreja situada paralelamente ao Rio Acaraú, do qual guardava privilegiadas visadas. A obra singela restringiu-se a recobrir o areal com pavimentação em granito, disponibilizando pequeno anfiteatro, mobiliário urbano, iluminação e jardinagem para a fruição dos habitantes e valorização do templo, este abrindo-se sobranceiro ante a paisagem renovada.

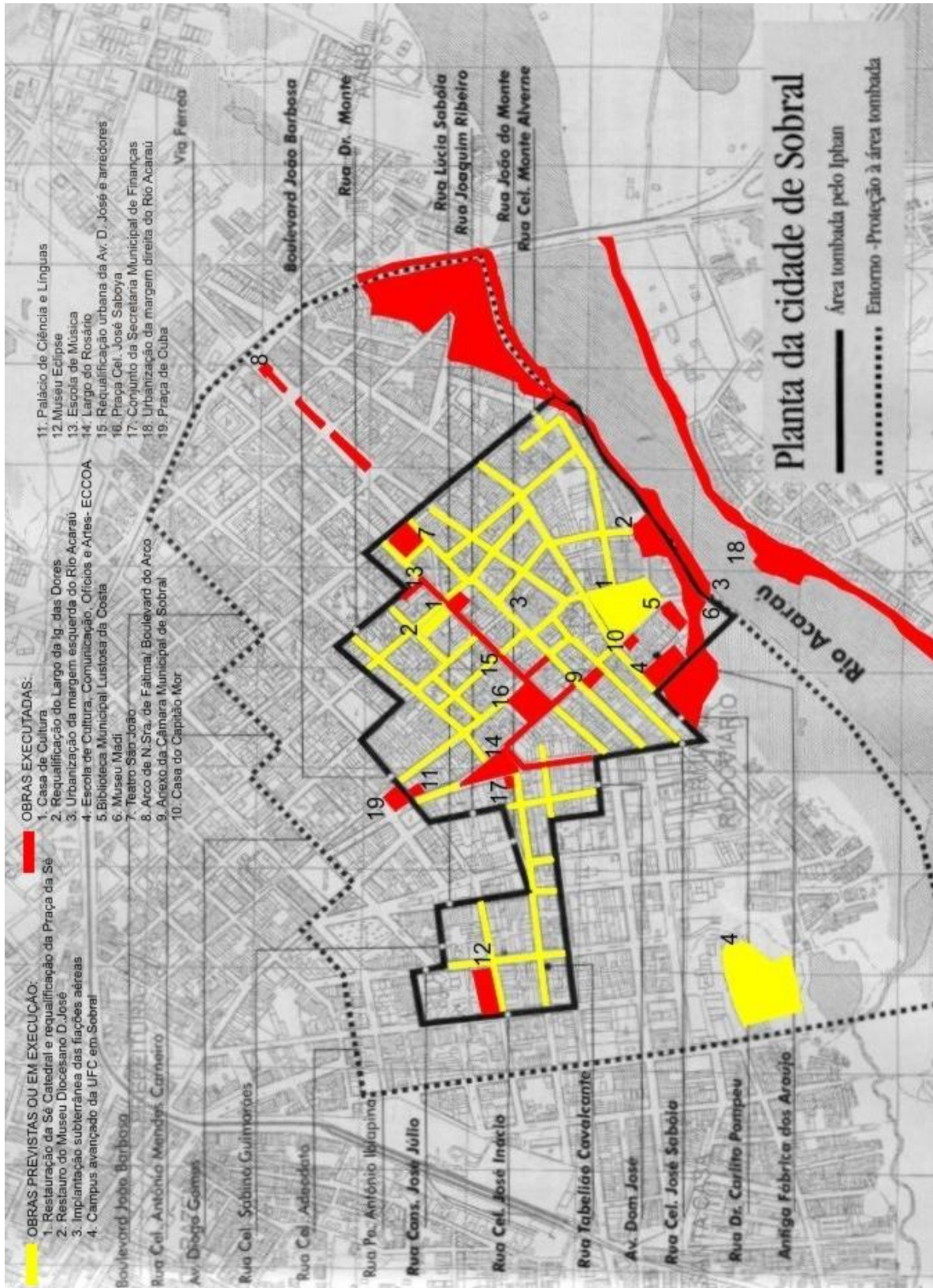


Fig. 87 – Obras executadas, em execução e previstas no Sítio Histórico de Sobral no ano de 2012.



Fig. 88– Casa de Cultura
 Fonte: Acervo pessoal

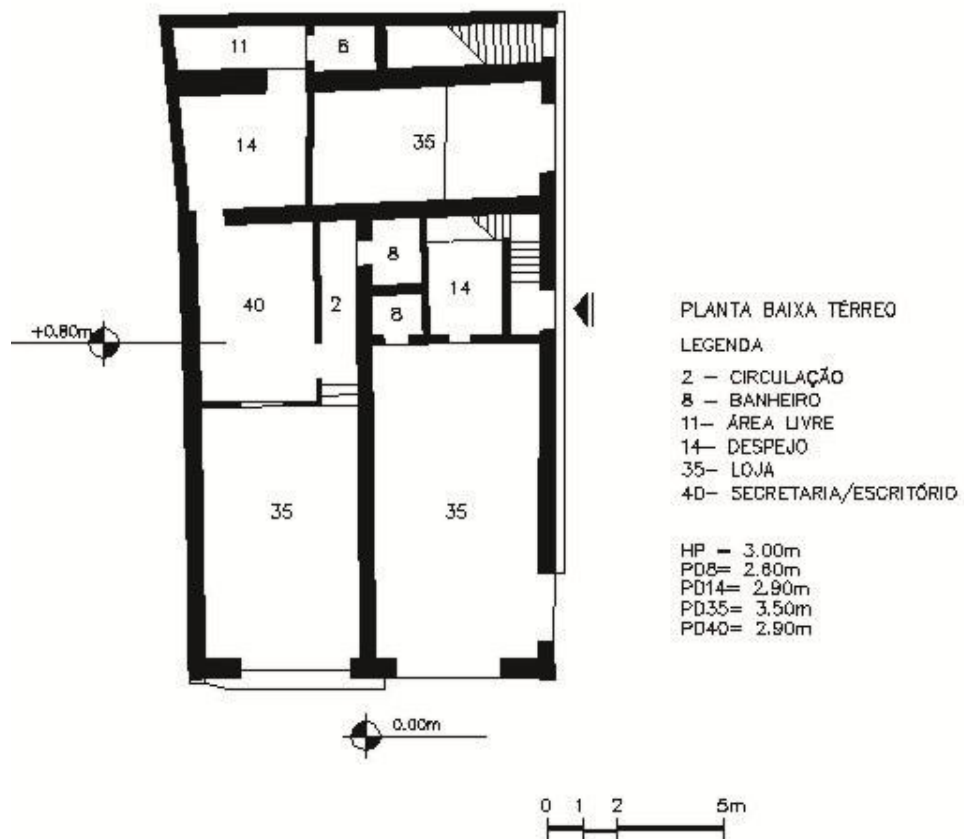


Fig. 89 – Imóvel (Av. Dom José, 1509) constante do INBI – SU/ Sobral
 Fonte: Acervo IPHAN/CE

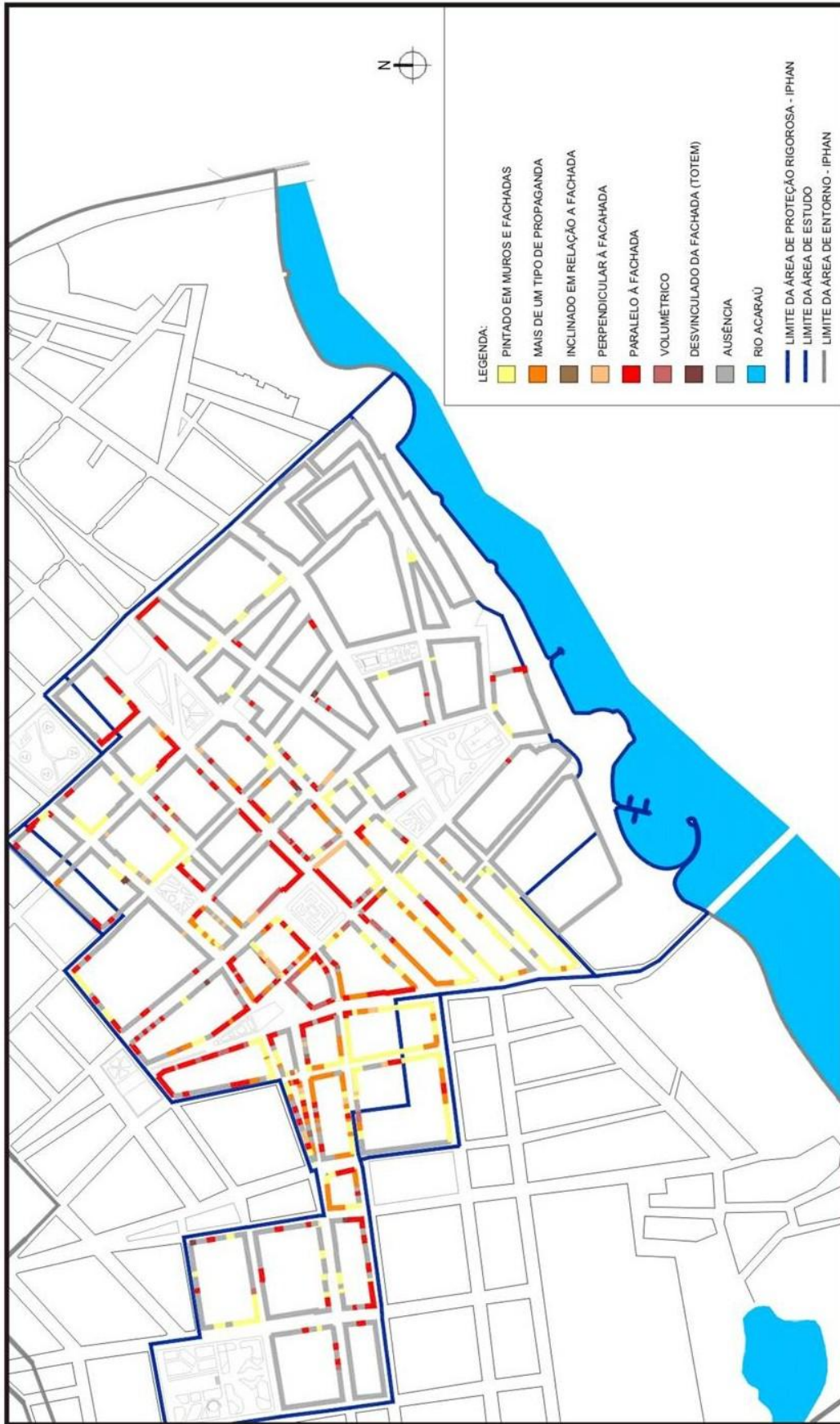


Fig. 90 – Mapa Veículos de Propaganda - INCEU.
 Fonte: Acervo IPHAN/CE

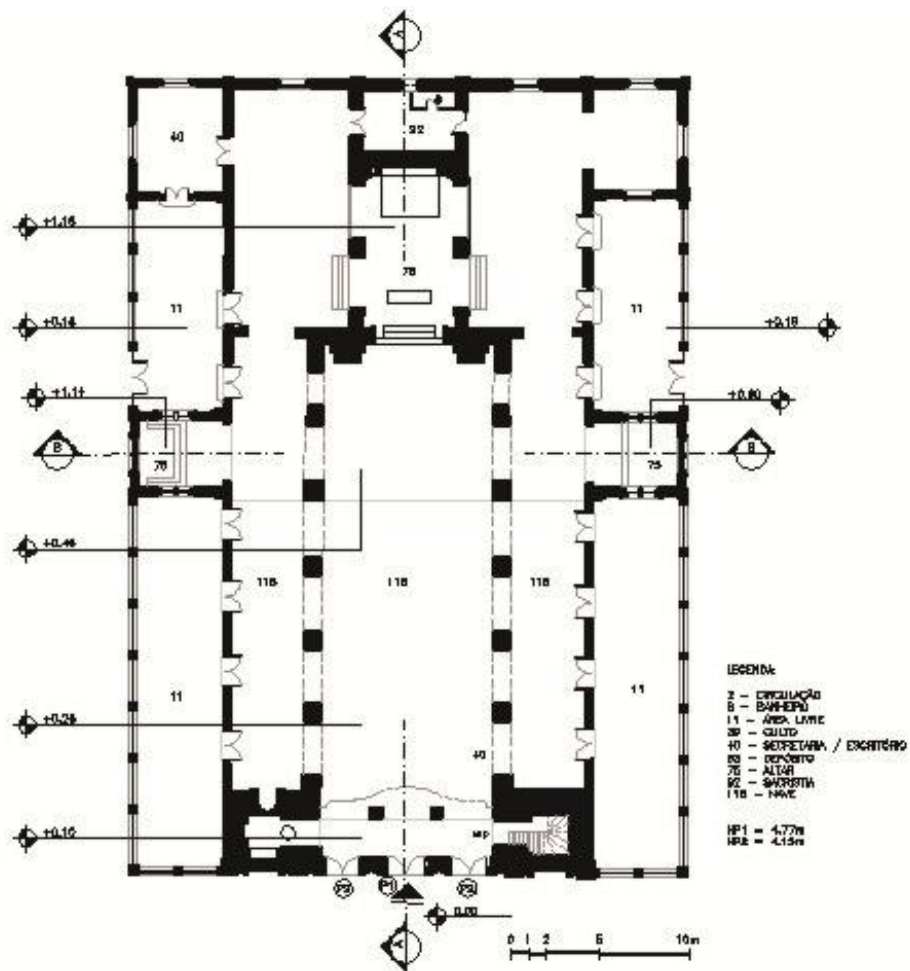


Fig. 91 – Imóvel (Sé Catedral) constante do IBA/ Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 92 – Trecho do Sítio Histórico de Sobral (Rua Lúcia Sabóia) constante do INFAC
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 93 – Largo das Dores
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo

- Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú (Fig. 94): Resultado de concurso nacional de anteprojetos de arquitetura realizado pelo Departamento do Ceará do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/CE em 2001, a intervenção, certamente a mais relevante de todas até hoje executadas, contando com um conjunto de eclusas que represam o curso fluvial e criando um espelho d’água permanente,

deu à cidade um novo marco visual, referencial arquitetônico, urbanístico e ambiental, emoldurando o centro histórico, valorizando o patrimônio arquitetônico e recuperando um dos principais vetores de ocupação do território cearense – o Rio Acaraú (COSTA, 2008, p.36).

O complexo arquitetônico, urbanístico e paisagístico se estende no trecho entre as pontes nova Prefeito José Euclides Ferreira Gomes e velha Othon de Alencar, compreendendo um anfiteatro para 1.000 pessoas, o Museu MaDi, a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa, a Escola de Comunicação, Cultura, Ofícios e Artes – ECCOA, quadras esportivas, ciclovias, passeios, belvederes, espaços cívicos e de lazer e estacionamentos. Ao tempo em que, abrindo espetacular vista da cidade ainda não desfrutada, impôs a recuperação de uma série de edifícios arruinados existentes e implicou na valorização imobiliária dos imóveis situados tanto na margem esquerda quanto na margem direita. Esse fato acabou por colocar em xeque uma das características mais evidentes das antigas cidades cearenses e até então marcante em Sobral, qual seja, o seu estar “de costas” para os rios, tidos, desde o período colonial como autênticas “cloacas”, e agora, após esta intervenção, como úteis elementos de predicação urbana⁹², o que já começa a ser considerado em outras cidades cearenses⁹³;

⁹² Considerando o seu programa de necessidades e guardando-se as suas proporções, a proposta se enquadra perfeitamente nos esforços contemporâneos de requalificação das frentes de água (*waterfronts*) fluviais e marítimas ocorridos no Brasil e no mundo nos últimos anos, dizendo da intenção de atualização da cidade quanto às novas tipologias urbanísticas e de planejamento urbano, o que será também constatado em outras iniciativas levadas a efeito no sítio histórico.

⁹³ No caso, Aracati, cuja administração em 2006, considerando o exemplo de Sobral, cogitou implantar equipamento semelhante na margem direita do Rio Jaguaribe.



Fig. 94 – Urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo

- Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes - ECCOA (Fig. 95): A intervenção, tendo como ponto de partida uma fábrica de beneficiamento de algodão arruinada e abandonada⁹⁴, ocupou seus galpões, organizados em dois blocos distintos e separados, abrigando as atividades relacionadas aos programas curriculares da Escola, a saber, cursos de artes plásticas, gráficas, cênicas, musicais, dança, fotografia e cinema, com teatro para trezentos lugares e um restaurante popular com oferta diária de mil e duzentas refeições ao preço de um real. Com evidentes marcas físicas e conceituais referentes à recente valorização do patrimônio industrial no país e no mundo, a obra de restauro e adaptação do conjunto fabril propiciou a conformação de um equipamento institucional de alcance regional, servindo à comunidade sobralense e às dos municípios vizinhos, reforçando a condição da cidade como importante pólo, agora também na área da cultura e do entretenimento, bem como no desenvolvimento da capacitação e qualificação nestas áreas⁹⁵;

⁹⁴ A margem esquerda do Rio Acaraú, em Sobral, sempre foi tradicionalmente o local de implantação de equipamentos industriais (fábricas, curtumes etc.) e de grande comércio (mercados, feiras etc.), o que corresponde à tradicional visão do curso fluvial como leito para despejos de detritos de toda ordem.

⁹⁵ Em 2001, a Prefeitura Municipal de Sobral ganhou uma das modalidades (Educação Patrimonial) do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, principal certame promovido pelo IPHAN, pela implantação da



Fig. 95 – ECCOA
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo

- Biblioteca Municipal Lustosa da Costa (Fig. 96): Levantada sobre os escombros de uma antiga usina de beneficiamento de algodão, originalmente posicionada na margem esquerda do Rio Acaraú, da qual o atual edifício guarda alguns paramentos em sua arquitetura, o equipamento, também de amplitude regional, oferta aos seus usuários um acervo de 60.000 títulos, numa volumetria contemporânea⁹⁶ que conjuga seus três pavimentos em panos de tijolo e vidro, com ambientes que dão diretamente para a paisagem fluvial;
- Museu MaDi (Fig. 97): Postado sob o anfiteatro da Praça Cívica e originalmente concebido para funcionar como o Museu da Cidade, o museu, com suas formas não ortogonais em vidro e concreto, abriga uma

Oficina-Escola de Artes e Ofícios de Sobral, voltada à capacitação profissional de jovens carentes como mão de obra especializada em conservação e restauro.

⁹⁶ Em 2005, o IAB-CE, no âmbito do Prêmio IAB-CE, conferiu as seguintes premiações a obras constantes da cidade e do sítio histórico de Sobral: Categoria “Intervenção Urbana”: Urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú; Categoria “Paisagismo”: Praça Parque da Cidade; Categoria “Restauro e Recuperação de Edificação Histórica”: Teatro São João, nesta ainda ganhando menção honrosa a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa. A comissão julgadora foi formada pelos arquitetos e urbanistas Miguel Alves Pereira (presidente), Antônio Martins da Rocha Júnior, José Neudson Bandeira Braga, Roberto Martins Castelo e Solange Maria de Oliveira Schramm.

coleção de obras de artistas europeus ligados ao movimento artístico conhecido como Materialismo Dialético e integra o acervo da ECCOA⁹⁷;



Fig. 96 – Biblioteca Municipal Lustosa Costa
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 97 – Museu Madi
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo

⁹⁷ Por motivo das constantes inundações que têm sofrido nos últimos invernos, as atuais dependências do museu foram desativadas, já tendo sido projetadas suas futuras instalações.

- Teatro São João (Fig. 98): Construído entre 1875 e 1880⁹⁸ por iniciativa dos membros da Sociedade Cultural União Sobralense e inaugurado em 26 de setembro de 1880 mediante o projeto de José da Veiga Braga, o Teatro São João ocupa quadra solitária defronte à praça que leva seu nome, em localização privilegiada no sítio histórico de Sobral, a qual garante destaque imediato para suas belas fachadas neoclássicas e a sua eficiência acústica. Sua restauração foi concluída em 2004, após a redefinição do seu projeto de restauro a partir da realização de pesquisa arqueológica, a qual devolveu ao teatro suas características originais. Com a atualização do seu aparato cenográfico, constitui-se hoje em um dos mais utilizados equipamentos culturais da cidade;
- Arco de Nossa Senhora de Fátima (Fig. 99): Monumento construído em 1953, por iniciativa de D. José Tupinambá da Frota para a comemoração da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima a Sobral, o Arco, uma das construções-símbolo da cidade, instala-se em local anteriormente ocupado por outro importante marco da religião católica, a Cruz das Almas. Sua posição urbana, no eixo da Av. Dr. Guarani, foi reforçada pelo projeto paisagístico do Boulevard do Arco com a criação de um amplo passeio central para pedestres e o deslocamento de boa parte do tráfego veicular para a Av. Oriano Mendes. A transformação da área do monumento em setor de grande concentração popular fez ainda com que surgissem serviços de gastronomia e pequenos comércios;
- Anexo da Câmara Municipal de Sobral (Fig. 100): Datando de meados do século XIX, a construção, um robusto sobrado levantado no lote entre as ruas Ernesto Deocleciano, Menino Deus e Deputado João Adeodato e situado na vizinhança imediata da Casa de Câmara e Cadeia de Sobral (atual sede da Câmara Municipal), ruiu muito antes do tombamento do sítio histórico. Com a ampliação das atividades dos edis, tornou-se necessário agregar mais espaço, o que fez com que se cogitasse ocupar o terreno vazio ao lado do prédio da Câmara. Reconstruído mediante a realização de pesquisa iconográfica e entrevistas, o sobrado teve recompostas suas

⁹⁸ Trata-se do segundo teatro levantado em terras cearenses. O primeiro é o Teatro da Ribeira dos Icó, em Icó, projetado e construído pelo médico e historiador francês Pedro Théberge e inaugurado em 1860.

fachadas voltadas para as ruas Deputado João Adeodato e Ernesto Deocleciano. A fachada que dá para a Rua do Menino Deus foi tratada de forma discreta e contemporânea, já que não foram encontrados registros fidedignos de sua modenatura original. O resultado dessa operação é uma arquitetura híbrida, ao mesmo tempo respeitosa e instigante;

- Casa do Capitão-Mor (Fig. 101): Imóvel de grande relevância histórica e artística da cidade e componente do escasso grupo de edificações que datam do período colonial, a Casa do Capitão-Mor, até a presente data, foi a única construção do sítio histórico de Sobral que recebeu cuidados de conservação (2002) e restauração (2005) pelo IPHAN com recursos deste órgão. Tratada como um museu de si mesma, a casa abriga o Escritório Técnico do IPHAN/CE, o Centro de Referência do Sítio Histórico e a CEUGSH, oferecendo ainda interessantes aspectos do cotidiano dos seus moradores originais no século XVIII;
- Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras (Fig. 102): Uma das primeiras obras executadas (2000) posteriormente ao tombamento do sítio histórico, o Palácio resultou do restauro das fachadas e do aproveitamento total da capacidade de abrigo do volume do antigo Palace Club, antigo grêmio associado à elite de Sobral, para implantação de um moderno equipamento de educação e cultura ligado à Secretaria Municipal de Educação e voltado prioritariamente à demanda de jovens carentes por ensino e prática de línguas e ciências;
- Museu do Eclipse (Fig. 103): Inaugurado em maio de 1999, por ocasião das comemorações dos 80 anos da comprovação da Teoria da Relatividade⁹⁹, e situado na Praça da Igreja de N. Sra. do Patrocínio, o equipamento de educação e cultura tem seu ponto alto em um moderno observatório filiado à Associação Mundial de Astronomia. Parcialmente enterrado, sua forma externa em duas meias-luas traz referências astronômicas e é acompanhada de monumentos que aludem ao feito, de fama internacional;

⁹⁹ Sobral, no ano de 1919, foi visitada por uma comissão científica internacional com a missão de comprovar a Teoria da Relatividade proposta por Albert Einstein, o que foi finalmente atestado mediante a observação da luz solar quando de um eclipse ocorrido na ocasião, fato divulgado à época pelo jornal New York Times.



Fig. 98 – Teatro São João
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 99 – Arco de N. Sra. de Fátima e Boulevard do Arco
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 100 – Anexo da Câmara Municipal de Sobral
Fonte: Acervo pessoal

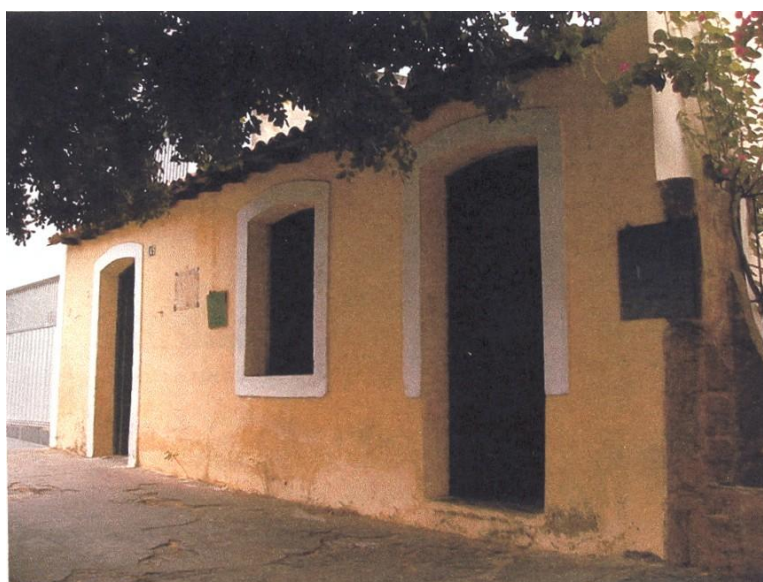


Fig. 101 – Casa do Capitão Mor
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 102 – Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 103 – Museu do Eclipse
Fonte: Acervo pessoal

- Escola de Música (Fig. 104): Implantada em residência térrea eclética situada na confluência da Rua Dr. Monte com a Av. D. José, consistiu arquitetonicamente no aproveitamento do alto pé-direito da edificação para criação de dois pavimentos ocupados pelas atividades pedagógicas e de apresentação musical do equipamento cultural;
- Largo do Rosário (Fig. 105): Iniciadas com a exitosa requalificação urbano-paisagística efetuada na ribeira esquerda do Acaraú, as intervenções nos espaços públicos do sítio histórico de Sobral constituem-se em exemplos da associação da preservação do patrimônio edificado com a melhoria do ambiente urbano. Construída entre 1767 e 1777, em substituição a um primitivo nicho de taipa, a Igreja de N. Sra. do Rosário é o mais antigo templo católico da cidade, tendo sido alterado em suas linha arquitetônicas no começo do século XX por D. José Tupinambá da Frota. A área onde se implanta, em pleno setor comercial da sede municipal, foi progressivamente utilizada para estacionamento de táxis e mototáxis e a atuação de vendedores ambulantes, além de se converter em rotatória para o trânsito veicular. Essa condição deletéria foi mitigada mediante a retirada das atividades irregulares e a ampliação e valorização do espaço com a criação de uma praça tratada paisagisticamente com jardins, mobiliário urbano e iluminação cênica, bem como a recuperação da fachada da igreja e das edificações descaracterizadas vizinhas e a amenização dos engenhos de propaganda, privilegiando-se a circulação de pedestres e as visuais do imóvel e do seu entorno;
- Requalificação da Av. D. José e arredores (Fig. 106): Na esteira da intervenção anterior e ainda em curso, a recuperação do ambiente urbano de uma das mais importantes vias da sede municipal e do conjunto urbano protegido de Sobral incluiu, nas palavras de COSTA (2008, p.47),

a retirada das placas, dos anúncios e dos cartazes na área central, onde atualmente se desenvolve mais a atividade comercial, representando hoje um fator de revalorização visual para a área do sítio histórico,

ação que contou com o apoio técnico e administrativo do IPHAN/CE e complementada com a definição dos tipos e dimensões adequados dos

engenhos de propaganda. Além disso, a proposta contemplou também a recuperação das fachadas dos imóveis descaracterizados existentes ao longo da via, criando-se oportunidades para intervenções do tipo no sítio histórico (fundamentais, considerando-se a grande quantidade de edificações nesse estado) de forma a se recuperar e valorizar as características originais dos edifícios que compõem a miscelânea estilística de Sobral (vãos, alinhamentos, recuos, elementos decorativos, platibandas, revestimentos etc.), prevendo-se também a sua adequação a novos usos. Muito bem sucedida e de grande aceitação popular, a intervenção tem se estendido a outras áreas do setor comercial da sede municipal;

- Praça Coronel José Sabóya (Fig. 107): A área ocupada pela atual praça, conhecida popularmente como Praça da Coluna da Hora, foi o espaço onde se implantou no século XIX o Mercado Municipal. Com a saída do velho entreposto comercial, construiu-se o logradouro nos anos de 1940, o qual, com seu relógio e suas linhas Art-Déco, representou para os sobralenses a imagem da modernidade e do progresso. Nos últimos anos, à mercê da intensa descaracterização e desvalorização do ambiente urbano da área central e já tendo perdido seu principal elemento arquitetônico, a praça foi objeto de um abaixo-assinado em favor de sua recuperação e do seu entorno, o mais afetado pela poluição visual em toda a cidade apesar de se constituir em um dos mais relevantes desta. Foram executados serviços de reconfiguração paisagística do logradouro, implantação de sinalização turística e iluminação de realce, criação de estacionamento para táxis e de alargamento e recapeamento de passeios, além da reimplantação da Coluna da Hora. A obra, inaugurada com grande festa popular, reforçou a diretriz de recuperação do ambiente urbano da sede como política destacada da administração municipal;
- Outras praças do sítio histórico: No afã de recuperação dos espaços públicos da sede municipal e face ao sucesso das intervenções de mesma natureza executadas no Largo do Rosário, na Av. D. José e na Praça da Coluna da Hora, as administrações municipais de Sobral têm focado no tema, o que se expressa nas recentes recuperações das praças de Cuba

(Fig. 108), Quirino Rodrigues, do São Francisco e do Teatro São João (Fig. 109);

- Urbanização da margem direita do Rio Acaraú (Fig. 110): A urbanização da ribeira direita, setor situado no bairro D. Expedito e entre as pontes Othon de Alencar e José Euclides Ferreira Gomes, complementa a requalificação das margens do Acaraú. Conforme COSTA (2008, p.58), o projeto prevê “uma via de caráter paisagístico de baixa velocidade e permitirá o uso de áreas para atividades de lazer e função paisagística com olhar privilegiado para o centro histórico da cidade”, havendo quem tema, por motivo desta mesma condição e da valorização imobiliária repentina decorrente, que se deflagre um processo de gentrificação com conseqüente verticalização na área objeto da intervenção executada, situada fora dos setores tombado e de entorno.



Fig. 104 – Escola de Música
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 105 – Largo da Ig. de N. Sra. do Rosário
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 106 – Av. Dom José
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 107 – Praça da Coluna da Hora
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 108 – Praça de Cuba
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 109 – Urbanização da margem direita do Rio Acaraú
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 110 – Urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú
Fonte: Acervo IPHAN/CE
Fotografia: Wellington Macedo

Devem também ser mencionadas outras obras importantes previstas para execução na área do sítio histórico ou em sua vizinhança imediata, algumas delas atualmente, inclusive, já iniciadas, em conclusão ou em fase de licitação, tais como as seguintes:

- Sé Catedral de Sobral (Fig. 111): A intervenção compreenderá a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com manutenção das “contribuições válidas de outros períodos” (Carta de Veneza, Icomos, 1964) e a recuperação integral da Praça da Matriz, atualmente à mercê de uma série de usos irregulares (privatização do espaço público, estacionamentos conflitantes etc.), com sua integração às áreas da margem esquerda do Rio Acaraú e do Largo das Dores. Pela relevância histórica e simbólica da área (*cuore* do sítio histórico), esta obra reveste-se de especial significância para a população de Sobral;
- Museu Diocesano D. José (Fig. 112): Considerado como um dos mais importantes equipamentos museais nas áreas da arte sacra e de objetos do cotidiano do Brasil e resultante dos esforços de pesquisa e catalogação de D. José Tupinambá da Frota, o Museu D. José, como é conhecido, além de uma rigorosa intervenção restauradora, resente-se, dentre outras carências, de um projeto museológico-museográfico e de melhores condições técnicas para exposição, preservação e guarda do seu precioso acervo, o que lhe será agora conferido;
- Implantação subterrânea das fiações aéreas: Além da poluição visual e da descaracterização edilícia, o sítio histórico de Sobral sofre também com o posicionamento descuidado dos postes e das fiações aéreas, elementos estes que contribuem fortemente para a desvalorização do ambiente urbano, ainda mais em um conjunto tombado. A intervenção será efetuada em boa parte da área protegida, que terá ainda a substituição do revestimento asfáltico de suas ruas por pavimentação paralelepípedica, ações estas a serem acompanhadas por técnicos em arqueologia, já que poderão propiciar um grande número de descobertas fortuitas na área (objetos, artefatos, jazidas, enxovais etc.) a serem posteriormente interpretadas e valorizadas como patrimônio cultural;

- Antiga Fábrica de Tecidos de Sobral (Fig. 113): Uma das mais importantes instalações industriais do Ceará, situada na área de entorno do sítio histórico, a velha fábrica fundada por Ernesto Deocleciano em 1889, há décadas desativada e abandonada, mediante desapropriação e doação do imóvel pela Prefeitura Municipal à Universidade Federal do Ceará - UFC, será transformada em campus avançado desta, abrigando os cursos de Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Finanças, Odontologia e Psicologia¹⁰⁰. Prevê-se, além da execução do projeto de restauro e adaptação do imóvel ao novo uso acadêmico, a construção de anexos em linguagem arquitetônica contemporânea. A decisão da UFC em implantar um conjunto de unidades acadêmicas em Sobral, em meados da década de 2000, como desdobramento de sua política de expansão e interiorização reforçou ainda mais a tradição condição da cidade como pólo econômico e de serviços, agora em escala regional;

Essas intervenções somam-se às que foram, vêm sendo e serão executadas nas demais áreas da cidade pelas administrações municipais sobralenses desde 1997, todas comprometidas com o lema “Sobral no rumo certo”¹⁰¹ e tendo na transformação qualitativa do ambiente urbano a sua pedra de toque. Merecem destaque especial o novo Mercado Central (Fig. 114); a reforma do Terminal Rodoviário (Fig. 115); o novo Museu MaDi (Fig. 116); as urbanizações do Alto do Cristo e da Lagoa José Euclides Ferreira Gomes; os parques Lagoa da Fazenda, Mucambinho e da Cidade (este agora sofrendo ampliação); as praças da Igreja do Coração de Jesus, do Amor (Clodoveu Arruda), do Patrocínio, da Várzea e do Bosque; e a continuação do Boulevard do Arco de N. Sra. de Fátima. O cenário produzido por essa considerável quantidade de obras de vulto, junto com outras realizações de igual importância, tem garantido a Sobral ampla notoriedade e reconhecimento nos âmbitos local, regional e nacional, principalmente na esfera patrimonial, em que, no mais das vezes, a imobilidade e omissão dos municípios é a regra.

¹⁰⁰ A UFC iniciou suas atividades em Sobral através da criação do curso de Medicina em 2005.

¹⁰¹ Mote da primeira campanha de Cid Ferreira Gomes à Prefeitura Municipal de Sobral.



Fig. 111 – Sé Catedral e Praça da Sé
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 112 – Museu Diocesano D. José
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 113 – Campus Avançado da UFC na antiga Fábrica de Tecidos de Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 114 – Mercado Central de Sobral
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 115 – Terminal Rodoviário de Sobral
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo

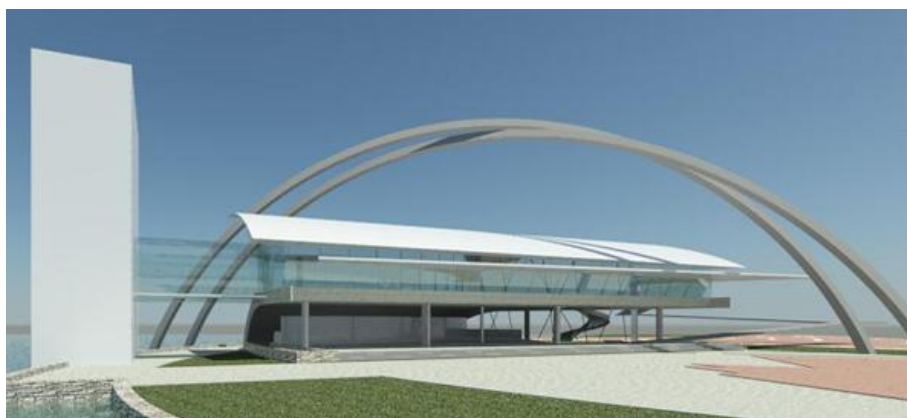


Fig. 116 – Novo Museu MaDi
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral

Face a uma quantidade tão grande de projetos e obras realizadas no interior de um sítio histórico tombado, cumpre analisá-los à luz de condicionantes diversos (programas de necessidades, manejo das questões patrimoniais, problematização teórica etc.) de forma a traçar um painel completo referente à integralidade da empreitada sobralense, vez que, como se sabe, “a intervenção sobre edifícios históricos existentes ou a inserção de novos edifícios em áreas históricas são prerrogativas dos projetos urbanos contemporâneos” (NEVES, 2007, p.02), o que parece ser o caso em tela. Esta autora, procurando chaves para a conciliação entre a conservação do patrimônio edificado e o atendimento às necessidades hodiernas, vale-se do conceito filológico-filosófico de “transcrição”¹⁰², ou seja, “intervenções em obras do passado voltadas ao futuro” (NEVES, 2007, p03), em meio a questionamentos sobre quais os limites das intervenções em áreas urbanas de interesse cultural, qual a linguagem arquitetônica a adotar nas novas intervenções e o que asseguraria a qualidade de uma nova intervenção em edifícios e sítios históricos, os quais servem ao debate sobre o que foi, está sendo e será realizado em Sobral.

Conforme argutamente observa CASTRO (1973, p.23),

considerados como conjunto, os espaços urbanos de Sobral são os mais ricos do Ceará, já que ali se dispõem em harmonia, tardiamente e por mero arcaísmo de implantação, os velhos traçados medievais lusitanos misturados com as formas novas, difundidas a partir da época do Marquês de Pombal, das cidades em xadrez, formas das quais tanto se serviriam os aglomerados urbanos nacionais, às vezes obrigatoriamente, no período de expansão comercial no Império.

Tomando como exemplo do que afirma, reporta-se magistralmente a um especial trecho da sede municipal e do seu sítio histórico:

No Ceará – nenhuma, e no Brasil – poucas serão as experiências sensoriais de cena urbana que se podem igualar à *promenade* que se faz da Catedral à Igreja do Rosário, pontos de balizamento inicial da cidade (hoje Rua Ernesto Deocleciano e seu prolongamento até a Praça da Meruoca – General Tibúrcio [Praça de Cuba], cujos espaços, ora amplos, de praças e avenidas, ora

¹⁰² Transcrição *sf.* Ato ou efeito de transcrever (reproduzir, copiando) (cf. Minidicionário Aurélio). No caso, a forma como o conceito foi empregado para dar corpo teórico à exposição “*Transcriptions d’Architecture*”, realizada em conjunto pelo Departamento do Rio de Janeiro do IAB e o Consulado da França no Rio de Janeiro, em 2007, na Mostra Internacional Rio Arquitetura.

aconchegantes, de ruelas que se percorrem ou que se cruzam, nos envolvem como se andássemos dentro de um caleidoscópio (CASTRO, 1973, p.23).

Essa argumentação refere-se a uma cidade que, além de deixar evidentes e bem cosidas as camadas de sua própria construção, em que as contribuições dos diversos períodos convivem de forma harmoniosa, caracteriza-se tradicionalmente também pela experimentação, ousadia e qualidade dos seus espaços urbano-arquitetônicos, como bem demonstram, respectivamente, a integração e continuidade das malhas produzidas pelos primitivos núcleos de povoamento e realizações construtivas significativamente autóctones, tais como os “oitões enobrecidos” das casas de esquina construídas na segunda metade do século XIX. Parece ser, portanto, a recuperação e a manutenção desse *status* espacial, relegado a plano inferior durante boa parte do século passado na cidade, o foco da obstinada ação das administrações de Sobral nos últimos 15 anos, que pode ser traduzida no conceito de “plano de conservação” proposto por NEVES (2007, p.03):

importante ferramenta que auxilia na conciliação entre preservação e desenvolvimento, permitindo a máxima flexibilidade na intervenção de um lugar e, ao mesmo tempo, que a sua significação cultural seja mantida e/ou promovida, [podendo], portanto, embasar propostas de gerenciamento intervenções, manutenção ou tombamento.

Com efeito, em Sobral, em vez da camisa-de-força com que costumeiramente se amarram as cidades históricas brasileiras, impedindo-as de experimentar novos usos ou de conviver com novas tipologias e morfologias em nome de uma intransigente e inflexível política preservacionista, empregou-se o mais possível o instrumento da conservação integrada, o que fez com que as atenções dispensadas ao sítio histórico fossem compartilhadas com aquelas voltadas a outros setores da cidade, passando o conjunto tombado, uma vez requalificado, a desempenhar uma série de relevantes funções urbanas, abrigadas em seus edifícios e espaços e em sua quase totalidade voltadas à valorização do local como lugar de referência histórica, cultural, simbólica e afetiva e a serviço da comunidade. Mesmo marcado pela forte e acalorada conotação política, o processo, promovido majoritariamente pelo poder público

municipal e com discreta participação do segmento privado, não sofreu, de certa forma, as vicissitudes que tradicionalmente acompanham esse tipo de formulação, chamando a atenção pela permanência do ideário inicial em sua condução. Em termos metodológicos, o planejamento das ações preservacionistas, como parte do amplo escopo de recuperação espacial e ambiental da cidade, fundamentou-se na determinação da significação cultural do objeto alvo das intervenções, o próprio sítio histórico. Conforme a Carta de Burra (Icomos/Austrália, 1980), “a expressão significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para gerações passadas, presentes ou futuras”. Foram, portanto, basilares as informações produzidas pelos estudos preliminares que favoreceram a elaboração da instrução de tombamento, bem como as que os inventários realizados após o tombamento ofereceram, para além de um conjunto de dados utilizado como referência para a fiscalização da área tombada e de entorno, fonte mesma de saberes para o seu (re)conhecimento e adequado manejo.

Portanto, pode-se afirmar que o conjunto de intervenções efetuadas no sítio histórico de Sobral teve como inspirações maiores, além da conservação integrada, conceito inaugurado pela Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, 1975) e presente em todas as cartas patrimoniais relacionadas à preservação urbana desde então, a experiência de requalificação e revitalização urbana desenvolvida por Jordi Borja e Manuel Castells na ocasião da realização das Olimpíadas de 1992 em Barcelona. Misturando idéias-força tais como “patriotismo de cidade” e “planejamento estratégico” à valorização da “sobralidade” defendida pela elite sobralense, as administrações municipais privilegiaram a eleição da cultura e dos seus valores associados, o respeito pelo patrimônio histórico e a permanência da qualidade nos espaços públicos como “paradigma do desenvolvimento” (COSTA, 2008, p.60), organizando e executando os projetos relacionados a essas ações segundo uma pauta de prioridades. Criando um amplo arco de alianças políticas, arregimentando quadros técnicos capacitados e experimentados, identificando precisamente carências, ameaças e problemas urbanos, convocando agentes de outras esferas político-administrativas para o enfrentamento compartilhado do desafio representado pela

regeneração da cidade e, no mais das vezes, financiando sozinhas as intervenções pretendidas, as administrações municipais de Sobral, sob a bandeira do planejamento urbano e quase sempre sem esperar pela manifestação da comunidade, desenvolveram um trabalho contínuo com o seguinte lema, que é o que pretende como exemplo para outras municipalidades:

requalificar sítios urbanos históricos e espaços públicos como lugares de convivência serena, revelando a dimensão do que significa o compromisso com o antigo, com o novo, no desafio da construção de alternativas para a produção de uma arquitetura devotada à preservação de cidades em permanente processo de renovação urbana e lugares de exemplares experimentos culturais dedicados ao desenvolvimento urbano (COSTA, 2008, p.60).

Cotejando, pois, o número de realizações efetivamente produzidas com as que foram propostas na instrução de tombamento e as que mais tarde foram recomendadas pelos estudos e levantamentos executados, constata-se que as administrações municipais, desde o ano de 1999, têm cumprido fielmente um plano de trabalho com prioridades explicitadas desde o seu início, ao mesmo tempo atento às demandas da área histórica quanto à tarefa de recuperação e expansão com qualidade dos demais setores de uma cidade que busca recobrar o que perdeu e garantir o valor do que é novo, o que parece ser uma característica de sua cultura urbana. Numa palavra: “os projetos e as obras realizadas em Sobral são uma oportunidade de reafirmação da arquitetura na mesma medida que ostentam uma possibilidade concreta de renovação” (COSTA, 2008, p.61), com a ênfase conferida sobejamente ao âmbito público.

As ações mais extensas de restauro, de cunho tradicional, deram-se efetivamente na Casa do Capitão-Mor e no Teatro São João. O primeiro destacou os sistemas construtivos do imóvel (madres em madeira, panos parietais em tijolo maciço e taipa de sopapo, pisos em tijoleira, coberta em telha de barro e pau roliço etc.), bem como os esquemas coloniais de infra-estrutura (com destaque para os sanitários), tornando o imóvel um pequeno e didático museu de si mesmo, atualmente também abrigando a representação do IPHAN/CE em Sobral e o Centro de Referência do Sítio Histórico. O segundo, apesar de no início evidenciar uma natureza mais invasiva, pois conduzido com uma clara intenção de pesquisa arqueológica histórica, a qual redundou na escavação da cávea da

casa de espetáculos e na remoção do reboco de todas as paredes, acabou de forma recatada com a ocultação de vários elementos prospectados, frustrando quem esperava a revelação do “Coliseu de Sobral”¹⁰³.

A inspiração arquitetônica, urbanística e gerencial catalã, entretanto, não se manifestou somente na conceituação estratégica do planejamento físico e programático posto em prática em Sobral. Em escala avantajada, comparada às intervenções efetivas na arquitetura, as obras urbanísticas e paisagísticas, com destaque para a urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú, as praças e parques, revelam o cuidado em recuperar e construir para a cidade espaços de *grandeur* e beleza cênica em que se enfatiza a presença do mobiliário urbano, das vistas, dos efeitos luminotécnicos e das obras de arte em formulações que beiram o espetacular. Tido por HARVEY (1992, p.91) como “meio de contemporização e sublevação das tensões sociais”, o projeto urbano levado a efeito na cidade, e de modo especial no sítio histórico, opõe-se à idéia modernista de planejamento e desenvolvimento urbano, qual seja, a de “planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada” (HARVEY, 1992, p.69). Sua essência fragmentária e de ação local, determinada por uma intenção de “valorização e proteção de signos ou ícones urbanos...na procura da qualificação de tantos e diversos lugares” (COSTA, 2008, p.60), claramente relacionada à estética e aos feitos majestosos, parece encontrar semelhança na definição de projeto urbano pós-moderno de HARVEY (1992, p.69), o qual,

deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional. Tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos.

Por outro lado, sob a ótica saudosamente modernista deste autor, certamente será muito difícil ou impossível efetuar ações de planejamento urbano e valorização ambiental numa cidade em que suas camadas de construção estão

¹⁰³ Expressão atribuída ao Pe. Francisco Sadoc, vigário de Sobral, quando de sua visita aos trabalhos de prospecção arqueológica levados a efeito quando do início da obra de restauro do Teatro São João.

expostas; seu pretérito arranjo urbano sempre foi celebrado pela qualidade da “costura” entre estas camadas; seus espaços evidenciam uma grande variedade de escalas; sua arquitetura, por fim, exhibe-se como um museu de estilos, o que põe em xeque o modelo de plano urbanístico defendido pelo Movimento Moderno, já completamente exaurido.

Mas, e quanto à análise das intervenções realizadas no sítio histórico com base nas linguagens arquitetônicas adotadas em seus projetos? O que a experiência de preservação urbana sobralense reflete dos processos de “redescoberta” da cidade histórica e de produção de uma rica e diversa gama de posturas arquitetônicas e urbanísticas, havidos nos últimos cinquenta anos no Brasil e no mundo, e o que traz de novo como contribuição a esse debate? Arrimando o presente exame nas categorias propostas por JENCKS¹⁰⁴ em termos de uma “taxonomia” baseada em uma estética final e na fundamentação teórica (apud NEVES, 2007, p.05), observa-se que várias intervenções em Sobral guardam afinidades com estas proposições, o que acaba por gerar interesse em sua discussão.

Se “réplica” consiste na “reprodução de um edifício original através de uma cópia acurada do mesmo”, exigindo “extensa pesquisa histórica” e, em muitos casos, “justificada pelo papel emocional e de identidade que a imagem de um edifício desempenha num específico lugar e cultura” (JENCKS, apud NEVES, 2007, p.05)¹⁰⁵, o edifício construído para funcionar como o anexo da Câmara Municipal (Fig. 117) (este parcialmente) e a nova Coluna da Hora (Fig. 118) constituem exemplos desta categoria por terem sido produzidos mediante a elaboração de estudos de reconstituição e reconfiguração arquitetônica e pelo fato de terem a sua presença de volta no ambiente da cidade intensamente reclamada pela comunidade, especialmente o monumento implantado na Praça Cel. José Sabóia, objeto de um alentado abaixo-assinado entregue por lideranças políticas e da comunidade sobralenses à administração municipal. O visitante de

¹⁰⁴ Constantes de sua obra “What is Post-Modernism?” (Academy Editions, London, 1986).

¹⁰⁵ Nessa linha, são eloqüentes os recentes exemplos das reconstruções da Frauenkirche de Dresden (Alemanha - 2004) e da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Pirenópolis (Goiás – 2006), esta última ganhadora do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, em 2007, na categoria “Preservação de Bens Móveis e Imóveis”.

olhos treinados, ao examinar as duas construções, poderá registrar algumas imprecisões nos tratamentos materiais e na escala dos seus elementos; como diz COMAS (2011, p.59), “por mais que a preocupação ortodoxa com a “falsificação da história” tenha ajudado a prevenir abusos dos restauradores, não eliminou a conjectura e o arbítrio no restauro, porque são inevitáveis”.



Fig. 117– Anexo da Câmara Municipal de Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 118 – Coluna da Hora
Fonte: Acervo pessoal

Para JENCKS (apud NEVES, 2007, p.06), o “fachadismo” caracteriza-se pela “retenção da fachada original e total destruição do interior do edifício, em vez de sua adaptação através de modificações moderadas”, contribuindo para resolver “problemas de integração de novos programas e necessidades contemporâneas em sítios históricos, uma vez que preserva as fachadas que têm valor cultural no conjunto urbano”. Condenado vigorosamente por CHOAY (2001, p.217), para quem este procedimento “despreza de forma mais aberta o respeito que se deve ao patrimônio histórico” pelo fato de que “modernizar não é, nesse caso, dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador”, o “fachadismo”, na experiência sobralense, pode ser exemplificado num número considerável de exemplares. Na Casa da Cultura (Fig. 119), o antigo sobrado senhorial teve suas partições internas completamente alteradas para implantação de um programa administrativo, de lazer, cultura e entretenimento, constando até um cinema do rol de suas atividades oferecidas ao público, mantendo-se, entretanto, o terraço lateral com acesso por arcaria, detalhe precioso da arquitetura residencial de alto padrão de Sobral construída no século XIX. No Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras (Fig. 120), na ECCOA (antiga Usina dos Araújo) (Fig. 121) e no campus avançado da UFC (antiga Fábrica de Tecidos de Sobral) (Fig. 122), a mesma operação foi empreendida, só em escala mais avantajada, considerando-se a grande capacidade de abrigo do clube e das duas antigas instalações fabris. Nestes casos, a inspiração nas recentes intervenções de reconversão de uso em conjuntos industriais, tema permanente da arquitetura contemporânea brasileira e mundial, se evidencia nos paramentos em tijolos maciços deixados à vista, no emprego de estruturas metálicas, nos acabamentos rústicos e nos cuidados com a garantia de reversibilidade e legibilidade dos novos elementos em relação aos primitivos. De forma mais branda, é o que também se deu na intervenção executada na Casa da Música (Fig. 123), residência térrea de esquina transformada em equipamento cultural. Essas operações são realizadas, presente-se, mediante um pensamento que considera os edifícios, para além de relíquias arquitetônicas que importa conservar, repositórios de energias empregadas em seus processos construtivos, portanto, “recursos potenciais em termos de sustentabilidade” (COMAS, 2011, p.60). Ainda ao ver deste autor,

nem sempre se pode retomar o uso original ou transformar o edifício em equipamento cultural combinando uso público prestigioso com mudanças mínimas, mas não é raro que sua geometria e a materialidade aceitem reciclagem operacional sem perda de identidade arquitetônica (COMAS, 2011, p.60).

já que, frente ao risco de desvalorização de imóveis de interesse cultural, ameaça constantemente pairando sobre os sítios históricos em todo o mundo, “a reforma se faz para que o patrimônio continue valorizado. A reforma requalifica a forma. A reciclagem requalifica a função em dimensão simbólica, operacional, espacial e técnica, separadamente ou em conjunto” (COMAS, 2011, p.56).

Por sua vez, “o desenho estilístico” exibe-se como “o uso de um padrão histórico como, por exemplo, os estilos clássico ou vernacular, o que é levemente modificado para atender a adaptações advindas de novas necessidades” (JENCKS, apud NEVES, 2007, p.06). Polêmico e controverso, pois visto ao mesmo tempo como recurso para tornar compreensíveis e aceitáveis novas arquiteturas inseridas nos sítios históricos, bem como fácil escapismo, é também criticado por apenas constituir uma falsa epiderme histórica para um edifício contemporâneo, contribuindo para “confundir o entendimento da história do prédio nos anos que estão por vir” (LYALL, apud NEVES, 2007, p.06) e “falhando em comunicar os valores históricos aos quais ela supostamente faz alusão” (Mac CORMAC , apud NEVES, 2007, p.06). Mesmo assim, boa parte das obras de autoria dos arquitetos e urbanistas situados fora do círculo técnico constituído pela Prefeitura Municipal e o IPHAN/CE para a elaboração dos projetos no sítio histórico carrega essas características, ao que parece, pela intenção de um útil mimetismo que não se constitua em um impacto ao entorno e que seja rapidamente aprovado pelas instâncias públicas fiscalizadoras, mesmo que em prejuízo da legibilidade histórica do conjunto tombado¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Abundante nos sítios históricos brasileiros, o resultado dessa operação é conhecido como “estilo IPHAN”.



Fig. 119 – Casa de Cultura de Sobral
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 120 – Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 122 – Fábrica de Tecidos de Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 121– Interiores da ECCOA
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 123 – Escola de Música de Sobral
Fonte: Acervo pessoal

O recurso à “citação” como categoria estilística é empregado por JENCKS (apud NEVES, 2007, p.06) para “designar soluções arquitetônicas que fazem referência a elementos e formas arquitetônicas históricas ou existentes no entorno”. Conceito largamente utilizado por Robert Venturi em suas diatribes irônicas com relação ao Movimento Moderno, transforma a história da arquitetura e do design em amplo vocabulário, enfatizando a sua vertente comunicativa e defendendo a colagem de vários elementos estilísticos como instrumento expressivo. Em Sobral podem ser incluídos nessa classe a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa (Fig. 124), que ostenta parte dos paramentos de um antigo conjunto fabril arruinado como constituintes de sua volumetria, e o Museu MaDi (Fig. 125), cujo anfiteatro em concreto na forma de quilha remete aos cascos das singelas embarcações que ainda navegam pelo leito do Rio Acaraú.

Como “arquitetura levemente moderna”, JENCKS (apud NEVES, 2007, p.06) define aquela que “retira elementos do passado e os simplifica ou os ameniza”, de forma a que os edifícios construídos sob essa égide não sejam proeminentes no entorno histórico. Conforme NEVES (2007, p.06), “essa postura arquitetônica geralmente produz edifícios que se harmonizam com o lugar onde

estão inseridos e que não chocam a população por não se destacarem na paisagem urbana ou mesmo por não serem percebidos”. No conjunto sobralense, aproxima-se desta tendência o imóvel construído para abrigar a Secretaria Municipal de Finanças (Fig. 126), situado na vizinhança imediata da Igreja de N. Sra. do Rosário. Implantada em terreno espremido entre dois imóveis preservados em suas arquiteturas de molde eclético e Art-Déco, a edificação constitui-se em um volume vítreo, praticamente transparente, erguido com o mesmo gabarito dos que o ladeiam e submetido à imposição do destaque do templo católico fronteiro, o mais antigo da cidade, exibindo ainda discretamente alguns elementos decorativos de gosto historicista.

O “globalismo”, concepção formal diretamente ligada ao Movimento Moderno, constitui-se em uma “arquitetura híbrida, que assimila o essencial de sua cultura sem atingir o pastiche e sem ser inadequada ao lugar onde se insere” (WELLS-THORPE, apud NEVES, 2007, p.07). Segundo esta autora, “os elementos modernos são usados para dar continuidade ao passado e não para romper com ele”, baseando-se “no extremo respeito pelo entorno de uma nova obra, mas seu design é inconfundivelmente uma resposta contemporânea” (NEVES, 2007, p.07). Nessa linha, a fachada do anexo da Câmara Municipal voltada à Rua do Menino Deus (Fig. 127), em sutil contraponto às demais refeitas segundo testemunhos iconográficos, a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa (Fig. 128), com planta e conseqüente volumetria envidraçada em curva assinalando a presença de maior relevância da Sé Catedral no contexto urbano imediato e o Museu MaDi (Fig. 129) correspondem à descrição feita, conferindo ao conjunto tombado notas de ousadia sobre uma fundação tradicional e enriquecendo este lugar pela convivência entre o novo e o antigo.

Por fim, o “contraste”, “postura arquitetônica que atinge harmonia através da diferença óbvia entre o novo e o velho e que, desta forma, acaba por destacar ambos” (JENCKS, apud NEVES, 2007, p.07), encontra sua tradução no sítio histórico de Sobral na estrutura de proteção contra as intempéries instalada no Beco do Cotovelo (Fig. 130), no coração da área central de Sobral e em plena zona comercial. Construídos antes do tombamento do sítio histórico, os elementos que perfazem a estrutura (amplos guarda-sóis metálicos) foram

posicionados sem qualquer consideração quanto à especial morfologia do local, precisamente onde as malhas decorrentes das implantações da Sé Catedral e da Igreja do Rosário se encontram e se ajustam, o que confere ao logradouro um desenho abaulado, resultante da concordância entre as duas tramas. A oportunidade de se criar um novo elemento resultante da estrutura morfológica do lugar (seqüência de pórticos acompanhando a curvatura do beco, coroada por elemento de proteção solar (pergolado, coberta opaca etc.)), passível até de enquadramento na categoria “arquitetura levemente moderna”, foi aproveitada para a implantação de elementos completamente destoantes em relação à escala do conjunto, além de não protegerem eficazmente contra a ação do sol e da chuva.



Fig. 124 – Paramentos externos da Biblioteca Lustosa da Costa
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 125– Vista da urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú, com destaque para o anfiteatro do Museu MaDi
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 126 – Secretaria de Finanças do Município
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 127 – Fachada do Anexo da Câmara Municipal de Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 128– Relação da Biblioteca Municipal Lustosa da Costa com a Sé Catedral
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 129– Museu MaDi
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 130 – Guarda-sóis do Beco do Cotovelo
Fonte: Acervo pessoal

Na ótica de NEVES (2007, p.07), essas tendências, mais que a ilustração da pluralidade de posicionamentos arquiteturais surgidos a partir da revisão dos preceitos modernistas, apesar de suas diferenças,

têm em comum o fato de que a produção da estética dos edifícios é considerada como um componente da paisagem do entorno imediato, da rua e da cidade como um todo, estando, portanto, profundamente relacionada com o contexto social e físico,

pressuposto este que tem presidido a operação de recuperação do ambiente urbano de Sobral, tanto nas áreas tombada e de entorno do sítio histórico quanto nos demais setores da cidade. A autora defende ainda a adoção das categorias do “globalismo” e do “contraste” nas intervenções hodiernas em áreas urbanas protegidas como bens culturais

por usarem uma linguagem atual da arquitetura e, portanto, permitirem uma criação genuinamente contemporânea, que respeita e enriquece o lugar, constituindo uma contribuição do presente para o patrimônio futuro (NEVES, 2007, p.07),

o que foi, de fato, intensamente empregado em Sobral. Essa idéia se fortalece nas palavras de WELLS-THORPE (apud NEVES, 2007, p.07): “ao inserir um novo edifício em áreas históricas deve-se evitar absolutismos, permitir a pluralidade, arriscar o erro ocasional, rejeitar a mediocridade, resistir à superficialidade, mas projetar com sinceridade”. Entretanto, mesmo considerando a relevância da dimensão histórica e documental no processo de re-significação do patrimônio urbano, expressa nas camadas de constituição da cidade, há que concordar com as idéias de GIOVANNONI¹⁰⁷ (apud CHOAY, 2001, p.201), no que tange aos cuidados relativos à inserção de novos edifícios em áreas históricas:

[os procedimentos de restauração e preservação,] transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, ...têm por objetivo essencial respeitar sua escala e sua morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito.

Neste passo, assume especial significância o conhecimento e o domínio da essência da unidade estética de uma cidade. Complexa, dinâmica e fundamentada na construção gradual e cumulativa do espaço no decorrer do

¹⁰⁷ Para CHOAY (2001, p.195), o criador da expressão “patrimônio urbano”.

tempo, a unidade urbana é crescente e produto da harmonia estabelecida entre os edifícios e o seu contexto, constituindo-se “através de pequenas renovações que compõem um processo que respeita e assegura a permanência de elementos primários que definem o caráter urbano” (NEVES, 2007, p.08). Ou seja, por esta ótica, torna-se necessário compreender a lógica da beleza e da unidade de uma cidade (para muitos, a própria expressão do *genius-loci*), para nela intervir com a garantia da permanência dos seus principais valores, assim como pressentir os problemas e ameaças que põem em risco essa condição. No caso de Sobral, talvez esta seja a real tradução do conceito de “transcrição” anteriormente analisado.

Baseando-se nos estudos desenvolvidos por ALEXANDER para o incremento tanto da unidade quanto do grau de beleza no espaço da cidade histórica, NEVES (2007, p.09) emprega cinco princípios, aqui utilizados para a análise das intervenções arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas executadas no sítio histórico de Sobral. A “contextualização” caracteriza-se pelo estabelecimento de relações harmoniosas entre imóveis e áreas urbanas, partindo da compreensão do caráter do lugar onde a nova intervenção será realizada. A melhor expressão deste princípio em Sobral é a Praça da Coluna da Hora (Fig. 131), com a reaparição do totem, o que reequilibrou o logradouro física e sentimentalmente, e a recuperação das fachadas dos imóveis à sua volta.

Por seu turno, “identidade” relaciona-se à “clareza de um edifício em expressar seu papel dentro de uma sociedade e de uma cultura específica” (ALEXANDER, apud NEVES, 2007, p.10), o que, na cidade, manifesta-se, além do papel primordial desempenhado pelos templos católicos e os logradouros em que se implantam (com ênfase para a Sé Catedral e a Igreja do Rosário), não somente como referenciais simbólicos, mas também como elementos desencadeadores de ocupação urbana, o Teatro São João com sua praça recentemente recuperada e a Rua Lúcia Sabóia (Fig. 132), talvez o local onde a continuidade de um discurso arquitetônico (ecletismo), associado a um determinado segmento social, seja mais legível em Sobral.

Por “urbanidade” toma-se a

capacidade que um edifício ou intervenção apresentam de não serem egoístas, de deixar de lado sua individualidade em prol do coletivo e do público...de dissolverem sua individualidade (mas não sua qualidade) e se integrarem ao espaço urbano (ALEXANDER, apud NEVES, 2007, p.10),

assumindo a complexidade das relações existentes entre os espaços construídos e não construídos. Sem dúvida, essa é a característica mais evidente da urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú (Fig. 133), obra que operou uma verdadeira transformação ambiental qualitativa do espaço da cidade, agregando a esta valores latentes e até então despercebidos e inexplorados, resultantes de sua contigüidade com o leito fluvial.

O princípio da “honestidade” relaciona-se a duas características básicas: linguagem formal e legibilidade de um edifício. A primeira diz respeito à adoção, por parte de um edifício ou espaço urbano, de

uma linguagem arquitetônica apropriada a seu tempo e lugar, de forma a não incorrer em falsidade intelectual. Na grande maioria das vezes, o uso da linguagem corrente é a única maneira espontânea de expressar uma idéia (ALEXANDER, apud NEVES, 2007, 9.11).

A segunda vincula-se à expressão da ordem interior de um edifício em sua imagem exterior, vez que “uma fachada deve estabelecer relações não só com a rua ou a praça em frente a ela, mas também com a planta e a seção que estão por trás dela” (CANTACUZINO, apud NEVES, 2007, p.11). Posto desta forma, vê-se que não há exemplo mais eloqüente do que se afirma do que a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa (Fig. 134), ela mesma parte destacada da intervenção relativa à ribeira esquerda do Acaraú e dona de uma expressão arquitetônica ao mesmo tempo contemporânea e submetida à Sé Catedral, caracterizada ainda pelos planos transparentes que comunicam os salões de leitura à calha do rio.

A “simplicidade” liga-se àquilo “que não tem partes supérfluas” e que “atende exatamente a seu fim” (CANTACUZINO, apud NEVES, 2007, p.11). Para esta autora,

a expressão formal da simplicidade em um edifício é, em geral, manifestada através de uma modulação ou estrutura que confere coerência, lógica e unidade a ele. Portanto, uma nova intervenção

deve respeitar esta expressão e contribuir para um equilíbrio formal sem apresentar monotonia (NEVES, 2007, p.11).

A manifestação mais pura deste princípio na cidade, principalmente por sua escala e atrelamento à arquitetura primitiva, é o complexo do campus da UFC, em processo de implantação na área da antiga Fábrica de Tecidos de Sobral (Fig. 135). Seu processo construtivo em etapas, contemplando os diversos componentes arquitetônicos do antigo conjunto fabril (pavilhões da produção, sala de caldeiras, cassino etc.), guarda espaço adequado para as complementações, desenhadas segundo um conceito contemporâneo de arquitetura que alia a ousadia ao despojamento.

Por último, o “detalhamento”,

menor patamar da articulação do espaço urbano..., tem a extraordinária habilidade de nos colocar em contato com o edifício, de forma a que possamos apreciar seus materiais e as habilidades dos artesãos, operários, arquitetos e engenheiros que trabalharam em sua concepção e construção (NEVES, 2007, p.12).

Considerando o nível de construção e dos detalhes construtivos das obras do sítio histórico como bastante satisfatório, seja os desenvolvidos nos trabalhos de preservação dos imóveis antigos quanto nas obras novas, destaca-se o anexo da Câmara Municipal (Fig. 136), principalmente quando se coteja a reconstrução empreendida nas fachadas nordeste e sudeste com a que dá para a Rua do Menino Deus (noroeste), bem como se analisa o arranjo dos pavimentos internos e sua relação com a caixa mural conformada pelos paramentos “antigo” e novo.

Tema central no debate contemporâneo sobre sítios históricos, a execução de novas e qualificadas intervenções nestas áreas é algo que requer de quem as projeta um alto nível de conhecimento, sensibilidade e envolvimento com a labuta arquitetônica, sem que se fale de uma certa ousadia, pois, “apesar do fato de que uma intervenção deve se encaixar em seu contexto, isto não deve excluir a oportunidade de inovação e excitação na arquitetura” (CANTACUZINO, apud NEVES, 2007, p.12). O plano de conservação posto em prática em Sobral, para o qual muito contribuíram os inventários realizados pelo IPHAN/CE, fundamenta-se na determinação, pelas instâncias promotoras, de uma

linguagem arquitetônica apropriada para as obras novas, caracterizada pela discricção e o respeito à arquitetura pré-existente, de forma a combater a heterogeneidade, destacar os imóveis e logradouros e garantir beleza e a unidade ao espaço urbano, mescla de elementos antigos e novos. Por seu turno, as intervenções urbanísticas e paisagísticas constantes desse mesmo plano apresentam um maior realce, consistindo em ações de qualificação urbana que têm como principal objetivo recuperar a qualidade espacial da cidade, em boa medida prejudicada por décadas em que tanto se verificou o crescimento e a ampliação da influência desta no âmbito regional quanto o desmazelo administrativo municipal. Esses esforços, no âmbito do plano de conservação do sítio histórico de Sobral, podem ser sintetizados na seguinte afirmação:

atingir a qualidade artística de novas intervenções em áreas históricas é o único meio pelo qual a criação arquitetônica contemporânea torna-se um ato de conservação urbana, isto é, um meio através do qual futuro e passado se encontram (NEVES, 2007, p.12).

Portanto, toma-se o termo “transcrição” como “uma escritura nova de um estado anterior, de forma a torná-lo mais vivo e significativo nos dias atuais” (NEVES, 2007, p.12), no bojo do qual as novas intervenções se transformam em eficazes atos de conservação, na esteira de um “pensar realizado no tempo presente, portanto, crítico e criativo, capaz de enriquecer a significância do sítio histórico e a interação entre as pessoas e o espaço urbano” (NEVES, 2007, p.12). Dessa forma, evitando-se o emprego das ações iniciadas pelo prefixo *Re* (renovação, reabilitação, reconstrução, dentre outras), tradicionais no mundo do patrimônio, favorece-se uma outra iniciada pelo prefixo *Trans*, que se reporta ao direcionamento dos trabalhos em áreas urbanas de interesse histórico-cultural, com base no passado e no presente, ao futuro. Parece ser esta, ao fim e ao cabo, a essência do que se tem realizado em Sobral.



Fig. 131 – Praça da Coluna da Hora
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 132 – Residências ecléticas à Rua Lúcia Sabóia
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 133 – Vista noturna da urbanização da margem esquerda do rio Acaraú
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 134 – Biblioteca Lustosa da Costa em obras
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo



Fig. 135 – Vista do acesso principal do Campus da UFC em Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE



Fig. 136 – Anexo Câmara Municipal de Sobral
Fonte: Acervo IPHAN/CE

CONCLUSÃO

4.1. Considerações preliminares

Neste passo, faz-se de fundamental importância, para o arremate das idéias e possíveis contributos produzidos por esta tese, a reflexão sobre as ameaças, o alcance e as possibilidades relacionadas à preservação urbana, tornada tão relevante nas últimas décadas no Brasil e no mundo e, em especial, acerca da experiência levada a efeito em Sobral, à luz ainda das hipóteses formuladas para a produção deste estudo, no que tange à sua comprovação.

Quando as cidades históricas eram tidas como “monumentos”, na chamada fase “heróica” (1937 – 1967) do IPHAN, os procedimentos preservacionistas desta instituição caracterizaram-se pelos salvamentos emergenciais de manifestações de um passado urbano de corte colonial e barroco, tidas como expressões acabadas e cabais da identidade cultural brasileira. Na fase “moderna” (1967 – 1990) da instituição, os processos de formação e evolução urbana foram considerados tão importantes quanto as realizações artísticas e renderam às cidades históricas o epíteto de “documento”, realçando, portanto, a sua dimensão “filológica”. Nas palavras de BRITO¹⁰⁸ (2010), nesta etapa

as perspectivas se ampliaram e novos bens foram incorporados à lógica de construção da identidade brasileira. Um processo em permanente evolução... No entanto, permaneceu no período o entendimento ainda sacralizador do bem, especialmente no caso daquelas localidades onde a dinâmica urbana impunha demandas nem sempre aceitas, compreendidas e absorvidas pelos gestores patrimoniais. Poder-se-ia dizer que desse período – processo – nascem os axiomas que versam sobre um entendimento de que a cidade histórica necessita ser apropriada como “urbis”, isto é, cidade mesma, em sua essência, lugar vital, de intercâmbio, de permanente evolução. Daí pensar que os processos de preservação, entendidos como formas de desenvolvimento, devem, em última instância, guiar a mudança, a transformação, e não impedi-la, para que ela ocorra de modo adequado, planejado,

¹⁰⁸ O arquiteto e urbanista Marcelo José da Silva Brito, técnico do IPHAN, atualmente ocupa a Diretoria de Relações Internacionais desta instituição.

com coerência, de modo a permitir que se instalem nas cidades processos de permanência e recuperação que considere o patrimônio como um ativo que deva ser re-apropriado em sua contemporaneidade.

Segundo CHOAY (2001, p. 209), o patrimônio, nas últimas décadas, tem experimentado uma ampliação dos seus campos (cronológico, tipológico e geográfico), conceitos, critérios e do seu público, esta, para a autora, a mais significativa de todas. Mais recentemente, no caso brasileiro, as cidades históricas, na assim chamada fase “contemporânea” do IPHAN, foram apropriadas por análises que as tomaram por “empreendimentos”, quando abordadas, pela via da cultura, como mercadorias atrativas de negócios e oportunidades, e “recursos” ou “instrumentos”, quando empregadas como provedoras de sustentabilidade ampliada e desenvolvimento sócio-econômico para seus moradores. No dizer de BRITO (2010), “cada período respondeu ao pensamento vigente e,..., às formas possíveis de se criar novas mentalidades materializadas em processos que pudessem responder ao momento.”

Como se vê, a consideração sobre as cidades e sítios históricos migra de uma compreensão eminentemente cultural para outra ligada à gestão e à economia urbanas por motivo de sua complexificação e re-significação ao longo do tempo. Sobre este assunto, entretanto, adverte BRITO (2010):

o patrimônio cultural é sim um recurso não renovável, extremamente frágil e nem sempre poderá revestir-se de um valor econômico intrínseco, já que a atribuição de valor que lhe é feita é e sempre será discricionária, portanto, passível de “mutação”. Desse modo, como recurso, nem sempre se apropria de condições para se constituir em “ativo”, sendo, às vezes, um “passivo” sobre o qual em nome da sociedade como um todo, deva ser mantido e assegurado para as atuais e futuras gerações.

Apesar de não se poder afirmar que exista de maneira consolidada uma cultura urbanística de patrimônio no país, as experiências realizadas nos últimos tempos apontam para a paulatina construção de uma massa crítica relacionada a um conjunto de aspectos reveladores do contato cada vez mais aproximado entre a preservação e o planejamento urbano; a democratização dos processos decisórios; a incorporação das contribuições culturais de diferentes segmentos sociais; a patrimonialização dos bens culturais como objetos de reconhecimento

oficial a partir do que pensam diversos grupos sociais e não mais apenas alguns privilegiados; a transversalidade e o compartilhamento presidindo a formulação das ações e o processo de gestão; e a gradual transformação da preservação em política pública integrada a outras federais, estaduais e municipais, situadas no mesmo patamar de importância.

Esse é, precisamente, o ponto de inflexão da trajetória da preservação urbana no Brasil e onde têm se acomodado as últimas experiências nacionais. Realçando o avanço propiciado pelo Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257, de 10/07/2001) à matéria, BRITO (2010) pondera que os gestores patrimoniais estão vivenciando situações novas, não somente no plano da essência e dos fins, como também no âmbito do método e do processo. Em sua visão,

os ganhos que podem ser observados, nessa linha, demonstram ser possível e viável tratar a questão do patrimônio para além da perspectiva culturalista, e promover uma abordagem multi-setorial, onde a dimensão do patrimônio deve fazer parte da construção da lógica de outras políticas públicas que incidem em sítios históricos urbanos, repercutindo em melhorias urbanas e na elevação da qualidade de vida em diversos aspectos. Isto, sempre a depender do grau de complexidade que essa abordagem adquire tanto no plano conceitual quanto no gerencial (BRITO, 2010).

Porém, há que ter em conta, para o êxito dessas empreitadas, a necessidade das instâncias públicas cumprirem suas obrigações constitucionais quanto à preservação do patrimônio cultural, em especial aquelas relacionadas aos sítios históricos urbanos, procurando ainda sempre atrair a iniciativa privada como parceira em suas iniciativas, numa abordagem integrada e articuladora de recursos, potenciais e ações criativas para o desenvolvimento de processos gerenciais integrados, eficientes e de interesse geral.

As cidades históricas no Brasil encontram-se preservadas, em boa medida, por motivo de sua depressão econômica. Suas populações caracterizam-se, não raro, como segmentos sociais pertencentes aos contingentes de baixa renda. Poderão se constituir o processo de preservação urbana e o aproveitamento econômico dos sítios históricos em fatores de desenvolvimento para essas cidades? Ponderando que esses são aspectos a serem considerados no momento da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para

o setor, BRITO (2010) afirma que, particularmente com relação ao turismo, tomado para além de uma mera panacéia,

a atividade turística, se bem conduzida, poderá favorecer processos de conscientização e educativos em prol do patrimônio, além das dimensões econômicas que obviamente comporta decorrente da fruição que pode propiciar e, portanto, do consumo cultural que pode permitir. O potencial para que as cidades históricas se tornem destinos patrimoniais é muito elevado. Não basta ter patrimônio para crer que se pode se constituir em destino turístico um sítio histórico urbano com recursos culturais de primeira ordem. É preciso conhecer bem, planejar estrategicamente e gerenciar de modo compartilhado esses recursos.

O mesmo pode ser dito para outras atividades que, respeitando a escala e a capacidade de suporte das cidades históricas, possam contribuir para fortalecê-las e revitalizá-las, integrando e equilibrando suas partes e, de modo especial, encontrando uma vocação sustentável para seus conjuntos urbanos tombados.

4.2. As diversas faces do sítio histórico de Sobral

4.2.1. Sobral - monumento

A abordagem do sítio histórico de Sobral como monumento se dá primeiramente no processo de elaboração de sua instrução de tombamento. Este estudo, precedido pelo de mesma natureza elaborado pelo IPHAN/CE para o sítio histórico de Icó, iniciou-se, à luz desta pesquisa, com uma preocupante constatação: a arquitetura e os espaços de interesse cultural e dignos de preservação existentes na cidade estavam sendo impiedosamente destruídos ou descaracterizados, mercê do crescimento de Sobral como pólo econômico e político regional. Conduzido originalmente por um conceito de preservação urbana atualmente considerado anacrônico no *métier*, qual seja, a seleção rigorosa e parcimoniosa de elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de qualidade (cultos e leigos) como norma incontornável para a configuração de setores urbanos preserváveis, o qual, em muito boa medida também presidiu os estudos que levaram aos tombamentos dos demais sítios históricos cearenses, o

estudo elaborado para o conjunto sobralense logo experimentou uma radical mudança de conceituação, como se verá. Neste primeiro momento, entretanto, o esforço para garimpar e definir verdadeiras jóias arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas ainda íntegras dominou amplamente o trabalho.

Identificadas e classificadas na pesquisa segundo seu período temporal-econômico de ocorrência (ciclos do gado (século XVIII – 1º e 2º momentos), comercial (século XIX – 1º e 2º momentos), do algodão (século XIX) e da indústria (fins do século XIX e início do século XX – Ecletismo, Art Nouveau e Art Déco), inclusive com uma considerável quantidade de desenhos e descrições dos seus principais exemplares, a catalogação dos monumentos sobralenses presente na instrução de tombamento para o sítio histórico de Sobral muito deve ao estudo elaborado para a cidade pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro em meados da década de 1970. O acervo edificado da cidade, à época considerado por ele em alto risco de desaparecimento por motivo do galopante e intencional processo de descaracterização da arquitetura antiga levado a efeito então no estado (CASTRO, 1973, p.20), foi organizado pelo estudioso por fases. Os remanescentes coloniais, levantados no momento da realização do estudo, já eram escassos, representados pela casa do Capitão-Mor José de Xerez Furnas Uchôa, situada na Praça da Sé-Catedral. A primeira fase, correspondente à metade inicial do século XIX, apresentava edificações dotadas de “aparência mais pesada, telhados de duas águas arrematadas por beirada disposta sobre cornija saliente e,..., jamais [utilizando] a empena elevada para abrigar sótão fenestrado” (CASTRO, 1973, p.21), com destaque para a tipologia dos sobrados, dentre os quais realçou os pertencentes a Francisco Rodrigues dos Santos (Chico Marinheiro), também conhecido como Sobrado Radier, e ao Senador Francisco de Paula Pessoa (atual Colégio Santana, reformado em 1925 com motivos decorativos inspirado na Renascença veneziana). A segunda, situada em meados do século XIX, também expõe o sobrado como principal realização arquitetônica deste período, aqui, entretanto, “com cobertas de três ou quatro águas, arrematadas por platibandas em que se aplicavam motivos greco-romanos ou elementos decorativos à Bonaparte” (CASTRO, 1973, p.21), citando como o mais interessante o situado na confluência das ruas do Menino Deus e Ernesto

Deocleciano, construído por Joaquim Lopes dos Santos para sua residência. A terceira, caracterizada pela segunda metade do século XIX, evidencia a perda de prestígio do sobrado, “por força da expansão urbana e da busca de novas maneiras mais requintadas de viver” (CASTRO, 1973, p.21), bem como “o gradativo abandono das residências localizadas nas zonas comerciais, em procura de áreas periféricas” (CASTRO, 1973, p.22), quadro este que tem nas casas de “oitão enobrecido”¹⁰⁹, curiosa solução local, a sua mais perfeita tradução, exemplificada pelo Solar Fernandes Mendes (atualmente sede do Patronato Maria Imaculada) (Fig. 137), “de disposição em planta com vários pátios internos visíveis da via pública, [solução] absolutamente desconhecida no Ceará” (CASTRO, 1973, p.22). A quarta e última fase diz respeito ao final do século XIX, quando já se mostravam claros os sinais de domínio da cidade pela capital, simbolizados pelo surgimento de expressões de estilos arquitetônicos europeus, tais como o Ecletismo e o Art Nouveau, então abundantes em Fortaleza. A análise em comento, em que o peso dá lugar à leveza na arquitetura e as questões sócio-econômicas e políticas servem de pano de fundo às mudanças nos partidos arquitetônicos e urbanísticos, guarda ainda identificação com outras empreendidas no mesmo período por outros insignes estudiosos da arquitetura e do urbanismo brasileiros, nas quais as reflexões sobre estes dois campos tinham como objetivo



Fig. 137 – Patronato Maria Imaculada
Fonte: Acervo IPHAN/CE

¹⁰⁹ Expressão atribuída a Antônio Bezerra, que, em visita a Sobral no ano de 1884, registrou a seguinte passagem em seu livro “Notas de Viagem”: “as esquinas das ruas e travessas não terminam como nas outras localidades, mas se erguem em frontão, simulando andar superior com portas e grades de ferro, defronte um do outro, e pela a altura das paredes dão à paisagem ar elegante e imponente. Esta originalidade por si torna Sobral uma cidade excepcional, atrativa e grandiosa”.

superar os limites das análises de problemas puramente formais, para relacionar a arquitetura com um quadro mais amplo, especialmente com as estruturas urbanas e com as condições de evolução social e cultural do Brasil, isto é, tínhamos necessidade de deixar de encará-la como simples transposição de arquitetura européia, para reconhecer a evolução de suas condições concretas de produção e uso no país,

conforme atesta REIS FILHO (1978, p.10) em marcante parecer.

A fixação na recuperação e na valorização monumental das expressões arquitetônicas de qualidade do sítio histórico, acervo este visto como um “museu de arquiteturas” por sua diversidade, é outra característica evidente do processo sobralense. Mesmo considerados os esforços de requalificação das áreas urbanas, notadamente das praças e das ribeiras do Acaraú, é nos edifícios onde essa diretriz mais se manifesta. Iniciada com a obra de restauro e adaptação do Solar dos Figueiredo à Casa de Cultura de Sobral, marco da tomada de posição da elite sobralense com relação à interrupção do processo de destruição do patrimônio edificado da cidade, essa linha de conduta foi posteriormente reforçada com a elaboração dos inventários de bens imóveis em sítios urbanos e dos bens monumentais, quando se conheceu o estado de conservação dos edifícios e se definiu as obras a realizar, bem como a prioridade de abordagem. De outra parte, a preocupação com a manutenção da essência de qualidade e arrojo arquitetônico nas obras novas como traço hereditário da arquitetura sobralense, com seus novíssimos exemplares espelhando as vogas e tendências da arquitetura contemporânea e mundial num ingente esforço de atualização. Na apresentação da antiga e da nova arquiteturas, a mesma intenção de realce extremado, como se, parafraseando GUIZOT (apud CHOAY, 2001, p.129), o solo de Sobral fosse simbolizado por seus monumentos, estes a serviço de um determinado sentimento local, ou melhor, da “sobralidade”.

4.2.2. Sobral – documento

Iniciada com a intenção “monumental”, a instrução de tombamento para o sítio histórico de Sobral logo tomou outro rumo, francamente motivada

pelos conceitos de cidade-documento, que encontram na Carta de Petrópolis (IPHAN, 1987) sua melhor expressão. Em vez da ênfase exagerada em aspectos estético-arquitetônicos, a elaboração da proposta de proteção para o conjunto urbano sobralense foi presidida por uma visão que procurou analisar e expor todas as camadas do seu processo histórico de formação e evolução, referenciado ao restante da cidade, ao município, à região e ao estado. Como se viu, a “área crítica” (apud CURY, 2004, p.285), correspondente ao setor tombado e ao seu entorno, foi abordada em um amplo estudo de conformação física destes no tempo e no espaço, ressaltando-se o seu caráter documental-filológico de amplo palimpsesto urbano em que as diversas escrituras, complementares ou não, se acumularam ao longo dos anos produzindo algo muito mais relevante que sua própria soma. Fundamentada nos preceitos de história e morfologia urbanas, apoiada em critérios topoceptivos e sem descurar das questões relacionadas à luta pelo espaço urbano pelos vários grupos sociais, a pesquisa serviu de base aos levantamentos que foram elaborados pelo IPHAN/CE posteriormente ao tombamento, a saber, os de configurações de espaços urbanos e de referências culturais, bem como à proposta de legislação específica para o setor tombado. Em resumo, um trabalho intelectual regido por um objetivo preservacionista de amplo escopo, situado para além das meras questões que dizem respeito somente aos estilemas arquitetônicos e arranjos urbanísticos.

Portanto, neste passo, outro não poderia ser o seu resultado, em termos do que foi entendido como passível de proteção. Se, no estudo, o sítio histórico foi entendido como “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural na cidade em suas diversas manifestações” (apud CURY, 2004, p.285), ambiente que é “parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação” (apud CURY, 2004, p.285), conceituações estas presentes no documento petropolitano, face ainda à afirmação de que “a cidade, enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória” (apud CURY, 2004, p.285), está justificada a grande extensão das áreas propostas para tombamento federal e a envolvimento desta. Essa nova formulação

da preservação urbana, generosa com as variadas manifestações culturais (materiais e imateriais) e naturais do seu objeto, contemplou preferencial e prioritariamente a trajetória da construção da cidade e da contribuição dos seus grupos humanos constituintes, mostrando-se ao mesmo tempo alargada e inovadora, gerando, entretanto, problemas de legitimação e mesmo de aceitação e entendimento do que foi protegido, assim como de gestão do amplo acervo colocado sob a responsabilidade do IPHAN/CE e do município.

Contrariamente às poligonais de preservação rigorosa e de entorno dos demais sítios históricos cearenses tombados no período, estas “enxutas” e nem por isso destituídas de justificativas históricas, sócio-econômicas, culturais, arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas, as correspondentes a Sobral abrangem um universo formado por um número considerável de imóveis descaracterizados e desconformes e espaços descontínuos e faltos de qualidade, muitas vezes comprometedores da sua própria imagem como um sítio histórico tombado no âmbito federal. Porém, aqui a proposição elaborou-se de forma mais complexa, já que a preservação urbana não foi encarada como algo externo à planificação urbana e sim como uma ferramenta útil à recuperação e à valorização do ambiente urbano pelo compartilhamento da tutela da área. Neste sentido, o tombamento federal tem funcionado muito mais que as determinações do próprio plano diretor municipal, o que é visível na mitigação dos processos de descaracterização, na redução palpável das agressões ao meio urbano pela poluição visual e por obras irregulares, na retomada de locais “perdidos” e nas exitosas conversões de uso de vários outros lugares e edifícios, dentre outras ações. Tudo isso somado faz com que se possa afirmar que em Sobral a dimensão das áreas tombadas e de entorno e a complexidade dos problemas em presença decorrente de suas escalas foram colocadas, pelo IPHAN/CE e pela municipalidade, como um grande e difícil desafio a estes mesmos dois agentes e à comunidade, de maneira a que a cidade pudesse recobrar progressivamente, pelas vias do simbolismo e da “transcrição”, seu qualificado status ambiental registrado no passado, mesmo sem que a cultura da cidade possuísse uma efetiva tradição preservacionista. Sucintamente, ainda com arrimo na Carta de Petrópolis:

a preservação do sítio histórico urbano deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço (apud CURY, 2004, p.285),

operando a preservação, dessa forma, como fator de incremento da qualidade de vida.

4.2.3. Sobral – empreendimento

Entretanto, se houve preliminarmente a consideração do acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico do sítio histórico numa linha museal; se o simbolismo foi fartamente empregado com intenção “nativista” para a convocação das forças vivas de Sobral no sentido do seu engajamento na tarefa de recuperação da cidade; se a história da formação e evolução urbana foi evidenciada como fator de riqueza e interesse patrimonial; se a preservação do patrimônio edificado foi colocada como ação tão importante quanto as demais, no âmbito da administração municipal; e se a proteção das extensas áreas tombada e de entorno foi proposta como ferramenta estratégica para o soerguimento de uma cidade que procurava se reinventar transcriando-se, o tombamento do sítio histórico de Sobral, seu modelo de gestão urbana e as realizações que se seguiram na esteira exitosa de todo esse processo foram também trabalhadas em uma dimensão de empreendimento multifacetado, reforçando ainda mais a relevância da cidade e do município em seu contexto regional e estadual.

Por essa primeira ótica, a concentração de vultosos investimentos municipais, estaduais e federais na área do sítio histórico, como de resto em todo o território municipal, numa condução que objetivava colocar “Sobral no rumo certo”¹¹⁰, qual seja, o de recuperação do tempo perdido e de atualização do município em diversos níveis, coadunava-se com a proposição apresentada havia

¹¹⁰ Lema das duas gestões de Cid Ferreira Gomes como prefeito municipal de Sobral (1997 – 2000 e 2001 – 2004).

algum tempo pelo governo estadual¹¹¹, com o apoio do World Bank (Banco Mundial), para a superação dos males do sub-desenvolvimento, fortemente marcada por um ideário de corte empresarial, a saber,

proposta de modernização administrativa/territorial do Estado, com o intuito de propiciar condições para uma ação de reestruturação administrativa que gere a possibilidade de migração do setor industrial para o Nordeste (NASCIMENTO, 2009, p.02).

Nessa perspectiva, o Ceará foi colocado como laboratório de experiências do Banco Mundial com a finalidade da criação de alternativas ao “mar de pobreza” como era então considerado o estado. Dentre estas, a necessidade de reestruturação das cidades com vistas à concretização do ideário de modernização se afigurava como uma das mais viáveis e urgentes. Para tanto, foi criado o Programa de Urbanização dos Municípios Cearenses – PROURB/CE com o seguinte direcionamento dos investimentos: permitir a interiorização industrial; criar centros de suporte ao programa de agricultura irrigada; e promover o desenvolvimento do turismo, sobretudo no litoral (NASCIMENTO, 2009, p.4). Ao ver deste pesquisador, a experiência de desenvolvimento sócio-econômico e espacial sobralense, mais ampliada que a relacionada ao tombamento do sítio histórico, decorre da seguinte determinação político-administrativa:

os indicadores de desempenho macro-econômico, das diversas situações no estado, mostraram a necessidade de um novo modelo de interiorização das ações governamentais, que incluísse a obrigatoriedade da descentralização das atividades econômicas, o incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais e regionais, além do fortalecimento de cidades-pólo e regiões estratégicas como contraponto à excessiva concentração na Região Metropolitana de Fortaleza (NASCIMENTO, 2009, p.04).

De fato, dava-se (dá-se) no Ceará um processo crescente de urbanização, com concentração da população em sua capital e na região metropolitana desta, sub-produto do próprio modelo urbano brasileiro recente. Frente a esse quadro, a necessidade de interiorização do desenvolvimento, com consolidação das cidades-pólo e a criação de mais regiões metropolitanas, se mostra como a única alternativa possível de se evitar a *débâcle* regional. Dentre

¹¹¹ Períodos dos governos de Tasso Jereissati (1986 – 1989, 1990 – 1993 e 1998 - 2001) e Ciro Ferreira Gomes (1994 – 1997) como governadores do estado do Ceará.

suas diversas metas, o PROURB/CE, dividido em 1997 nos programas Águas do Ceará (gestão dos recursos hídricos estaduais) e Cidades do Ceará (reestruturação das cidades do interior do Ceará), priorizou, nesta vertente, o atendimento a 44 municípios (posteriormente incorporando mais 5) e definiu 5 regiões estratégicas, tendo em vista

a estruturação urbana de um conjunto de cidades prioritárias, de forma polarizada ou em rede, em todo o estado, para dar suporte ao processo de desenvolvimento econômico e social, com a obrigatoriedade da preservação ambiental e a convivência com o semi-árido para melhoria da qualidade de vida da população (NASCIMENTO, 2009, p.05),

a partir de critérios de seleção tais como, dentre outros, população urbana acima de 20.000 habitantes, função regional da cidade e presença ou perspectiva de implantação de atividades econômicas destacadas. Em seu bojo, o destaque conferido à elaboração dos planos diretores dessas cidades, com seus projetos estruturantes e as obras decorrentes destes. O conceito de “cidade-estratégica”, empregado à exaustão, provinha das premissas do Centro Iberoamericano de Desarrollo Estrategico Urbano – CIDEU, instituição catalã responsável pela disseminação das idéias do planejamento estratégico no mundo pós-Olimpíada de Barcelona (1992), em especial nas grandes cidades da América Latina. Em seu bojo, a expressão “fazer cidade”¹¹² significava o conjunto de esforços relacionados à recriação e regeneração urbana, nos quais a cultura, e especialmente a preservação do patrimônio edificado (recuperado, reutilizado e re-significado), tinha lugar proeminente. Com isso, o PROURB/CE buscava, assumindo a “vertente mercadológica” (NASCIMENTO, 2009, p.6) do modelo catalão, valorizar as municipalidades interioranas

no intuito de transformá-los em municípios estrategicamente fortes, atrativos e competitivos, [com sua adaptação] à lógica da gestão empresarial, tendo como ênfase...a implementação de projetos de impacto, na busca de obtenção de um resultado mais imediato (NASCIMENTO, 2009, p.07),

com intervenções preferenciais nas sedes municipais.

¹¹² Atribuída a Jordi Borja e Manuel Castells.

Conquanto para NASCIMENTO (2009, p.7) o PROURB/CE tenha resultado em fracasso, dentre outras razões, pela “atuação pontual das propostas em detrimento de uma prática vinculada a uma visão de conjunto (territorial/regional)” e a fragilidade da organização técnico-administrativa dos municípios, diagnóstico esboçado por este pesquisador não sem a condenação da proposta catalã como algo intrinsecamente perverso por “mercadófilo”, os resultados em Sobral apontam para o lado oposto, principalmente pelo fato das últimas gestões terem priorizado o planejamento como instrumento de alcance do desenvolvimento sócio-econômico, reforçando em muito a condição de Sobral como cidade-pólo e criando até mesmo uma região metropolitana em torno do município, com influência alastrando-se a cidades dos vizinhos estados do Piauí e do Maranhão. É bem verdade que a ansiada descentralização estadual ainda não se consolidou e o desequilíbrio entre a capital e o interior é flagrante; mesmo assim, Sobral é a exceção que, mais que confirmar a regra, exige uma maior atenção dos pesquisadores para as suas realizações, em todos os campos, de maneira a que não se lhes faça injustiça com análises incompletas ou preconceituosas.

No âmbito específico do seu sítio histórico, seu tombamento e gestão foram encarados como meios necessários à atualização e elevação da cultura local aos mesmos níveis de realização das demais funções urbanas da administração municipal e no universo do patrimônio nacional, garantindo-lhe relevância pelo contato, no espaço urbano, de imagens integradas relacionadas ao passado, ao presente e ao futuro, produzidas com competência, com realce no cômputo do empreendimento geral desenvolvido para a cidade. A proposta, numa palavra: a mesma administração que cuidava do presente e do futuro da cidade tratava também do passado desta com esmero, já o que se fazia agora era simples decorrência de uma cultura tradicional, em algum período desconsiderada por mãos e cérebros inábeis, mas, neste momento, sintonizada com os novos tempos e anseios. Esta engenhosa solução, associada aos demais programas, projetos e metas, em sua maioria bem sucedidos, tornou a cidade atraente aos olhos dos parceiros locais, nacionais e internacionais, de modo especial alguns

relevantes investidores, o que forneceu abundante e rentável combustível à máquina pública municipal para a integral consecução do “produto Sobral”.

O simbolismo embutido nessa empreitada, traduzido pela já multicitada expressão “sobralidade”, não foi empregado por acaso: significou a “pedra de toque” para galvanizar a atenção e o apoio popular a um projeto político de base familiar, como tantos outros baseados em redes de influência já havidos na cidade, entretanto, neste momento, com ambições situadas para além dos limites municipais ou até mesmo estaduais. A aliança formada por setores da elite sobralense (Diocese de Sobral, Universidade Estadual do Vale do Acaraú, lideranças comerciais, empresariais e institucionais etc.), bem como por um arco ideológico de partidos políticos em torno da proposta político-administrativa apresentada pelos Ferreira Gomes, teve seus alicerces fincados nesse conceito mitificado de “patriotismo de cidade”, motor da realização do futuro através da reflexão sobre a condição presente e as glórias do passado. Não teria sido possível, sem essa formulação, aparentemente vazia e despropositada, chegar ao que se chegou. De modo particular, o número e a ousadia das realizações no conjunto urbano de Sobral, aqui já analisadas, fez com que este se transformasse em caso exitoso na área do patrimônio cultural, chamando luzes diversas para a experiência, assim como para seus propositores, com benefícios para ambos. A cidade foi transformada num *case* político, administrativo e financeiro, atraindo os olhares interessados de gestores e investidores dos mais diversos níveis, com foco especial em seu sítio histórico. O condutor maior de todo o processo, Cid Ferreira Gomes, teve sua trajetória política amplamente realçada: de prefeito municipal¹¹³ alçou vôo ao governo do estado¹¹⁴, garantindo prestígio e poder para si e seu grupo em eleições memoráveis, tornando-se hoje o mandatário mais importante e influente da cena política local.

Se é forte e onipresente a ação estatal em Sobral, com amplo destaque para o Município, é ainda pouco expressiva a atuação dos segmentos privados no

¹¹³ Cid Gomes elegeu-se prefeito municipal de Sobral em 1996 com 64% dos votos. Reelegeu-se em 2000 com 60%, ambas eleições vencidas no primeiro turno.

¹¹⁴ Em 2006, enfrentando o então governador Lúcio Alcântara, que postulava a reeleição com 65% de aprovação popular à sua gestão, Cid Gomes foi eleito governador do estado do Ceará com 62,38% dos votos e no primeiro turno, à frente da coligação “Ceará vota para crescer”. Reelegeu-se em 2010, também no primeiro turno, com 62,31%.

processo de gestão do sítio histórico. Mesmo não havendo registro de áreas abandonadas, arruinadas ou em processo de depressão econômica e degradação social, o que é panorama comum nos conjuntos tombados de várias cidades brasileiras, a presença do setor privado limita-se ao aproveitamento das oportunidades geradas pelas intervenções de requalificação e revitalização efetuadas pela administração municipal e seus parceiros. A ação estatal atua como fator de indução do desenvolvimento sócio-econômico, abrindo frentes e chances principalmente aos ramos do comércio e serviços. Do ponto de vista imobiliário, constatou-se inicialmente uma súbita queda do valor dos imóveis devido ao tombamento do sítio histórico e ao conseqüente cerceamento do direito de propriedade que este acarreta. Entretanto, com a realização do programa de obras aqui descrito e a decorrente valorização dos espaços objeto dos projetos de restauro, conservação, adaptação e valorização executados, percebe-se claramente a elevação do valor da terra urbana no perímetro protegido, o que torna plausível o pensamento de que o tombamento de áreas urbanas, sem o concurso de intervenções regeneradoras e vitais associadas a ações complementares, especialmente as que propiciam a geração de ocupação, negócio e renda e capacitação e qualificação profissional, não se constitui pura e simplesmente em algo que possa aliar automaticamente a preservação ao desenvolvimento.

4.2.4. Sobral – instrumento

Pode-se dizer que, desde a deflagração do processo de proteção do sítio histórico de Sobral, sempre esteve presente em sua formulação, e posteriormente em sua gestão, o compromisso com a dimensão social da preservação do patrimônio urbano. No bojo do empreendimento, como se viu, o acervo edificado de interesse cultural foi também compreendido como ativo, recurso e instrumento voltados para o soerguimento da auto-estima dos habitantes da cidade, a recuperação do ambiente urbano, a consolidação do município como importante pólo regional e a promoção e a elevação do nível de qualidade de vida de sua população. Conforme se demonstrou, em vez das

tradicionais intervenções executadas no patrimônio construído, estas, no mais das vezes, meramente cosméticas, exageradamente concentradas no valor arquitetônico dos bens e sem relações proveitosas com aqueles que os usam, as efetuadas em Sobral tiveram como primado o interesse público, seja na confirmação do uso de monumentos degradados, na recuperação de outros adaptados a novas destinações ou até mesmo na valorização de logradouros, majoritariamente presididas por um conceito de fortalecimento e privilégio do social.

De outra parte, a preocupação com a qualificação e capacitação educacional e profissional serviu de mote para a produção de vários programas de necessidades que operaram como justificativa para a realização de um grande número de projetos. No mesmo nível de relevância, o cuidado com as ameaças decorrentes da valorização do espaço urbano em áreas ocupadas por famílias de baixa renda, de maneira a combater o perigo da gentrificação, geradora de remoções e perda de características culturais importantes. Na mesma linha, a definição de usos e vocações para setores urbanos ambientalmente degradados, mormente os ribeirinhos, no passado tratados como destino final de dejetos e atualmente funcionando como atrativos para os habitantes e visitantes da cidade.

Se CHOAY (2001, p.236), em passagens já célebres, acusa o patrimônio como um dos itens mais reluzentes da indústria cultural, sem, no entanto, apresentar alternativas sustentáveis à sua preservação, preocupando-se em resguardá-lo para deleite dos experts e condenar os esforços contemporâneos relacionados à sua valorização, em Sobral tomou-se uma via oposta a esta: o pragmatismo na construção do acesso a uma existência mais digna conduziu a operação de transformar a preservação do patrimônio cultural em um dos contributos à recuperação da cidade e à promoção de sua gente. Afinado com o segundo momento do Programa Monumenta, apostando na conservação integrada e na forte participação do patrimônio no cotidiano da cidade e em muitos pontos adiantando a própria conceituação do PACH, o processo levado a efeito no sítio histórico de Sobral conformou-se como um instrumento para a superação de uma realidade físico-social adversa, marcada pela degradação e pelo risco do apagamento da memória, evitando-se, contudo, a

trilha fácil da “pedra-e-cal” em favor da consideração da cidade como patrimônio ambiental urbano, no qual a recuperação do parque construído de interesse cultural foi abordada como oportunidade de realização de melhorias sociais com a participação do governo municipal e da comunidade. Portanto, “como sempre se dissociou preservação e desenvolvimento, tem-se muita dificuldade em se pensar em um tipo de desenvolvimento que parta exatamente [da] condição de...preservada [de uma determinada cidade]” CASTRIOTA (2009, p. 151), a resposta a esse desafio parece residir em

políticas que valorizem a “memória do lugar”, perspectiva que reúne a história social e a preservação urbana e arquitetônica, num processo que “ancora” espacialmente a memória de diversos grupos. Essa perspectiva vai ter grande alcance, podendo mesmo contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades (CASTRIOTA, 2009, p.128),

o que foi, enfim, o eixo da experiência sobralense.

4.3. Sítio histórico de Sobral: prós e contras

Mas, nem tudo são flores em Sobral. Os problemas do cotidiano da gestão têm a mesma escala das realizações, ambos decorrentes do modelo de preservação urbana empregado (tombamento/gestão). Constata-se também que as relações entre os entes públicos e privados com atuação na área em análise sofrem freqüentes estremecimentos, principalmente nos últimos tempos, motivados por certa descontinuidade administrativa, pela correspondente perda de foco no objeto e nos objetivos da preservação e por “ruídos” na comunicação, o que impõe freqüentes ajustes de parte a parte. Neste momento, cumpre passar a palavra àqueles que operam diuturnamente no processo de gestão urbana do sítio histórico, certamente os mais qualificados para aferir a sua real condição. Começando pelo IPHAN/CE, ao ver de NASCIMENTO¹¹⁵ (2011),

o processo de tombamento da cidade de Sobral se deu tendo como base um estudo que buscou implementar uma nova

¹¹⁵ O arquiteto e urbanista José Clewton do Nascimento, atualmente professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuou como técnico do IPHAN/CE em Sobral.

metodologia de percepção / apreensão do espaço urbano, o que ocasionou, por um lado, a apresentação de outros elementos que passam a constituir essa leitura (relação rio – cidade – serra, num âmbito mais amplo, definição de parâmetros vinculados aos valores topoceptivos, que vão além dos valores formais “tradicionais”) e, por conseguinte, ampliando o conjunto a ser preservado; por outro, passou a gerar problemas no que diz respeito à prática cotidiana da fiscalização (área demasiadamente grande, conjuntos heterogêneos). Considero isso um dos grandes problemas enfrentados hoje em dia no sítio histórico.

Essa afirmação prende-se tanto às extensas superfícies tombada e de entorno do sítio histórico quanto à dificuldade de leitura e aceitação, por parte da população da cidade, do que se encontra protegido, vez que o problema da descaracterização e da desconformidade ainda se constitui em uma séria ameaça à integridade do conjunto tombado.

Por sua vez, FREITAS (2011)¹¹⁶ enxerga outros obstáculos não menos problemáticos. O primeiro deles seria o desconhecimento generalizado acerca das determinações legais da preservação. Em sua ótica,

muitos cidadãos não sabem o que fazer para aprovar um projeto de arquitetura, não sabem a quem se dirigir, não sabem o que devem apresentar, não sabem onde encontrar maiores informações sobre o sítio. Esse fato é comprovado pela ação de novos investidores na cidade (Lojas Insinuante, Ponte Magazine, Banco Real, Banco Itaú, etc) que, ao se instalarem no Centro de Sobral, mal sabiam que estavam situados em um sítio histórico, realizando por vezes serviços irregulares ou incompatíveis à ambiência da área tombada devido à falta de informação. Assim, é necessário um programa maciço de promoção do sítio histórico, para a realização dos procedimentos corretos para cada projeto, mesmo aqueles a serem implantados fora da área tombada. Sobral não é mais aquela cidade interiorana em que se executava primeiro a obra para depois apresentar o fato consumado. Tem que se ter critérios não somente projetuais, mas de conceito de sítio histórico (FREITAS, 2011).

O segundo diz respeito à grande heterogeneidade do acervo edificado,

marcado não somente pela variedade de arquiteturas, mas pela grande quantidade de imóveis existentes descaracterizados, descontextualizados, sem qualidade arquitetônica ou com presença de maciça poluição visual. Nesse aspecto, entendemos

¹¹⁶ O arquiteto e urbanista Francisco Alexandre Veras de Freitas tem atuado desde o início do tombamento do sítio histórico de Sobral como técnico do IPHAN/CE, sendo atualmente o diretor do Escritório Técnico desta autarquia na cidade.

como primordial necessidade de efetuar intervenções reparadoras de forma a atenuar os efeitos negativos constatados. Apesar da execução de intervenções descaracterizadoras nos imóveis ocorridas no passado pelos seus proprietários, ainda sobrou alguma coisa, algum testemunho importante que somado a outros imóveis, forma um todo interpretativo no cenário urbano. Será que esses elementos não podem ser novamente apreciados? Existem diversas edificações cuja fachada foi completamente alterada, mas o volume se manteve. Se é complicado para os arquitetos verem isso, imaginemos a população leiga. Volume? Ritmo? Quinta fachada (coberta)? A comunidade sobralense indaga sempre sobre esses tópicos. É difícil para eles compreenderem as determinações impostas pelo IPHAN quando as decisões projetuais, além de subjetivas, não estão especificadas na legislação de proteção ao patrimônio cultural (Decreto-Lei Nº 25/37). Por isso se enfatiza tanto fornecer parâmetros claros e precisos para a população (FREITAS, 2011).

FREITAS (2011) propõe, como solução,

um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que defina de forma clara os parâmetros de intervenção no sítio histórico tombado para que a população comece a valorizar o próprio patrimônio e que compreenda que seguir as normas preservacionistas do patrimônio edificado não é nenhuma agressão aos direitos de proprietários de imóveis ou locatários, mas uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida e da qualidade espacial da cidade. Tem-se que deixar estas normas bem claras, definidas e dentro de uma visão não só estética e arquitetônica, mas, sobretudo, observando a questão da viabilidade econômica do comércio do Centro de Sobral, a viabilidade econômica de serviços e a flexibilidade construtiva adaptada à heterogeneidade que o sítio possui. Esse é o grande desafio: fazer com que a população se sinta totalmente amparada pelas instituições de proteção ao patrimônio cultural e que não tenha receio de intervir qualitativamente no sítio histórico de Sobral,

para cujo êxito muito concorrerá o emprego de ferramentas consideradas por este técnico como “importantíssimas para a gestão da fiscalização do sítio histórico” (FREITAS, 2011): os inventários elaborados pelo IPHAN/CE.

Essa situação é agravada, ao ver de FREITAS (2011), por problemas identificados na condução do próprio processo de gestão da área tombada. Segundo o técnico do IPHAN/CE, se na primeira gestão do Prefeito Leônidas Cristino (2005 – 2008) houve uma maior preocupação com o patrimônio edificado da cidade,

com o intuito de recuperar espaços relevantes do bairro do Centro como praças (José Sabóia e Largo do Rosário), edificações

(reconstrução do prédio que hoje abriga o anexo da Câmara Municipal, inauguração da Casa do Capitão-Mor como o Centro de Referência do Sítio Histórico, instalação do Campus da UFC na antiga Fábrica Ernesto Deocleciano) e monumentos (reconstrução da Coluna da Hora), assim como atenuar a poluição visual oriunda da crescente e pulsante atividade comercial (FREITAS, 2011),

no segundo governo deste político teria havido uma perceptível mudança de postura:

o sítio histórico, ou melhor, tudo aquilo que remete à preservação de bens imóveis ficou em segundo plano. E, é claro, restou ao IPHAN a solitária responsabilidade de protegê-lo, quando antes havia o esforço compartilhado e solidário com a PMS. Foi como se as questões relativas à preservação e ao planejamento não mais fossem considerados como vetores de desenvolvimento da cidade, como era tratado por este mesmo gestor público, assim como o seu antecessor, o atual Governador Cid Ferreira Gomes. Desta forma, o PDP/Sobral voltou ao seu estágio inicial no momento da homologação do tombamento do sítio histórico pelo Diário Oficial da União em 1999, quando se remetia na sua letra que a Zona Central era pura e simplesmente “área tombada pelo IPHAN” e não se ousava tecer nenhum parâmetro urbanístico para o mesmo setor (FREITAS, 2011),

que, inclusive, estaria se dando também na atual administração municipal¹¹⁷.

Quanto aos critérios utilizados para a avaliação e a fiscalização de projetos e obras no sítio histórico, FREITAS (2011) é enfático: se o IPHAN/CE avalia as solicitações pelo viés da preservação da arquitetura referencial local e pela requalificação da ambiência urbana, com o apoio dos inventários, a Prefeitura Municipal centra suas análises no

embelezamento da área, e, diga-se de passagem, de caráter muito subjetivo e pouco técnico...salvo em casos nos quais o foco é um marco edificado referencial da cidade, cuja repercussão na mídia local seja bastante intensa... Neste aspecto, aflora na sociedade sobralense o ímpeto preservacionista e tradicionalista circunscrito ao município, e que pitorescamente denomina-se “sobralidade”. Nessa situação, a preservação da tipologia arquitetônica e suas formas é reconhecidamente importante para a relação de pertencimento do lugar (FREITAS, 2011).

Com relação à participação dos moradores do sítio histórico na execução de intervenções na área tombada, aponta-se curioso quadro:

¹¹⁷ O município de Sobral é atualmente governado pelo Prefeito Clodoveu (Veveu) Arruda.

grande parte das solicitações dos moradores do sítio histórico não tem como princípio o respeito pelo patrimônio edificado sobralense. Em geral, tendem a um embelezamento de gosto duvidoso e pautado na total descaracterização de imóveis que preservaram sua arquitetura referencial ou parte dela. Quem possui um imóvel, tende a querer multiplicar o valor de mercado da edificação através da inserção de novos pavimentos (quantos forem possíveis) e a ocupação máxima do lote, por vezes, muito acima do que se permite o PDDUM. Curiosamente, portam-se como fiscais do patrimônio quando um vizinho executa uma obra cuja solução construtiva gostariam de executar também. Desta forma, para os moradores e locatários vale a máxima: se eu não posso, o outro também não pode. O erro na avaliação do morador está no equivocado julgamento, que comumente se faz, de não se observar as peculiaridades de cada edificação (tipologia, gabarito, recuos, materiais, vizinhança etc.), pois todas essas características não são devidamente apreciadas. Deste modo, seguindo a lógica do morador, “todas as edificações são iguais”, o que é claramente inverídico (FREITAS, 2011).

Por sua vez, técnicos e autoridades da Prefeitura Municipal de Sobral apresentam suas considerações sobre o tombamento e gestão do sítio histórico. ROCHA (2010)¹¹⁸, referindo-se à estratégia estabelecida para a consecução da proteção, lembra que foi organizado

um abaixo-assinado [feito tendo como folha de rosto fotos da casa eclética que fora consultório do Dr. Guarany] pedindo medidas urgentes de proteção para o patrimônio de Sobral. Note que tivemos o cuidado de não escrever na ementa a palavra “Tombamento”. A adesão dos signatários foi fácil por que as pessoas não imaginavam que aquele ato resultaria em algo concreto. Alguns representantes da construção responsáveis por demolições de prédios históricos assinaram o documento, a meu ver, mais para satisfazer aquele nosso entusiasmo juvenil do que propriamente por concordarem com a causa,

bem como que, uma vez garantido o tombamento, este foi comemorado

especialmente pelo poder público e por poucos da iniciativa privada que trabalharam diretamente no processo. O discurso da defesa do tombamento foi adotado pela gestão municipal que gozava de grande credibilidade política. Os empreendedores ficaram surpresos ao saberem que o tombamento foi iniciado por um abaixo assinado do qual eles mesmos foram signatários. Os discursos contrários eram isolados diante da determinação da

¹¹⁸ O arquiteto e urbanista Herbert Rocha foi secretário municipal na gestão de Cid Ferreira Gomes como Prefeito Municipal de Sobral.

Prefeitura em concentrar investimentos públicos no sítio histórico... Paralelamente a esta ação houve o resgate da auto-estima do sobralense que experimentava um novo ciclo de desenvolvimento econômico puxado pela Grendene, que injetava em salários cerca de R\$1 milhão mensais, suplantando qualquer crise que pudesse ser advinda do setor da construção civil. Os imóveis do Centro despencaram de valor até que, gradativamente foram se revalorizando devido à dinâmica da centralidade viva, peculiar a Sobral (ROCHA, 2010).

Afirmando que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de 2000 ignorou completamente o sítio histórico, o que estaria sendo agora revisto com a elaboração, no Plano Diretor Participativo de Sobral - PDPS, de um Plano de Preservação do Sítio Histórico, bem como rechaçando, no bojo do processo de tombamento e gestão, qualquer tipo de favorecimento a grupo político ou segmento social, ROCHA (2010), sem perder a perspectiva da “sobralidade”, defende que a alternativa de uso turístico seja também posta em prática:

o sítio histórico precisa agora ser apropriado economicamente gerando oportunidades de pequenos negócios voltados ao lazer e ao turismo cultural. O leque de oportunidades é imenso: arquitetura de restauro, fomento de profissionais especializados em restauro e arqueologia, ensino e pesquisa, literatura específica, fabricação de souvenirs em gesso com fachadas históricas, camisas, cartões, rotas turísticas e escolares guiadas, comidas típicas etc. O mais difícil já foi feito: o resgate da auto-estima sobralense.

Na análise de CRUZ (2010)¹¹⁹, que ressalta a elevação do valor imobiliário dos imóveis posteriormente à proteção federal e às intervenções públicas realizadas no sítio histórico¹²⁰ pelo poder público municipal, “hoje a comunidade vê o tombamento com mais aceitação, mas ainda há resistências e questionamentos (por exemplo, porque naquele imóvel foi possível abrir uma garagem e no meu não?)”, principalmente pelo fato de existir

uma pressão imobiliária em relação ao gabarito dos prédios, o que não se encontra definido em nossa legislação, não se entendendo muito vezes o porquê de uma área tão grande e descaracterizada ser tombada...Da mesma forma, a população não compreende as

¹¹⁹ A arquiteta e urbanista Andréa Nóbrega Cruz atuou na Secretaria Municipal de Cultura e Sobral, cuidando especialmente das questões relacionadas à preservação do sítio histórico.

¹²⁰ Informação esta prestada por técnico da Caixa Econômica Federal, obtida através da elaboração de recente estudo de atualização da planta de valores imobiliários da cidade.

diferenças entre os critérios de intervenção nas áreas tombada e de entorno.

Comentando questões referentes à fiscalização das intervenções executadas no sítio histórico, CRUZ (2010) informa que elas têm aumentado de ano para ano, com concentração nos tipos “reforma sem acréscimo” e “construção nova ou reforma com acréscimo”¹²¹, abordando ainda o modelo gerencial empregado, não sem evidenciar alguma preocupação:

o Plano Diretor não trata do sítio histórico como zona especial. No cotidiano, isto significa que não existem critérios definidos, sendo sempre as avaliações feitas de forma subjetiva, a partir de uma legislação genérica e da experiência em parceria com o IPHAN. A parceria com o IPHAN se dá de forma aberta e comprometida, reconhecendo o IPHAN como a instituição mais competente nesta área. Ao mesmo tempo, está relação se torna limitada, ou seja, as intervenções realizadas no sítio histórico tem gerado um estilo “iphanico” que para arquitetos mais experientes e ou estudiosos do patrimônio, são discutíveis.

Por fim, frisa ainda que “conseqüentemente, a comunidade exige e espera normas mais claras e definidas, para que a preservação do sítio histórico seja realizada com qualidade de vida e para todos” (CRUZ, 2010), colocando em xeque o ponto crucial de toda essa discussão: a necessidade da constituição de uma norma específica que regule as intervenções nos setores tombados e de entorno do conjunto urbano de Sobral, associada ao PDPS, compartilhada entre a Prefeitura Municipal e o IPHAN/CE e plenamente compreendida e aceita pela população da cidade como um pacto político, jurídico e territorial consensual.

Neste particular, são fundamentais os depoimentos de COSTA E SILVA (2010)¹²² e GOMES (2010)¹²³. Para a primeira, o anterior Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Sobral – PDDUMS caracterizava-se por um “modelo de estruturação urbana configurada a partir da visão do território municipal em unidades de vizinhança”, como se partisse de uma área sem ocupação anterior, no qual “não havia detalhamento das formas de uso e

¹²¹ Segundo o último levantamento elaborado pela Secretaria de Planejamento Urbano do Município (anos de 2005 a 2008), no período pesquisado foram anotadas 65 reformas sem acréscimo e 98 construções novas ou reformas com acréscimos na área tombada do sítio histórico de Sobral, com aumento anual do número de intervenções.

¹²² A arquiteta e urbanista Regina Nepomuceno Costa e Silva atuou na elaboração da proposta de revisão do PDDUMS.

¹²³ A arquiteta e urbanista Gizella Gomes atuou na elaboração da proposta de revisão do PDDUMS.

parâmetros de ocupação para os imóveis localizados na poligonal de tombamento na de proteção” (COSTA E SILVA, 2010). Na mesma linha, considerou “abrangentes, mas pouco detalhadas” (COSTA E SILVA, 2010) as recomendações técnicas do IPHAN/CE para a elaboração da portaria específica de uso e ocupação do solo no sítio histórico, fazendo especial menção à falta de um micro-zoneamento de áreas diferenciadas situadas no interior do conjunto tombado, o que lhe realçaria a condição de “museu de arquiteturas” de tempos distintos, base para a produção e a análise adequada das intervenções. Quanto ao partido adotado para a revisão do PDDUMS, assevera que a proposta continuou com

a estruturação urbana definida por áreas de vizinhança, agora denominadas “áreas de planejamento”, com os limites das referidas unidades sendo os bairros. A razão dessa proposta reside no fato de que todo o planejamento da Prefeitura Municipal é realizado considerando a grade de bairros da cidade, já que estes coincidem com os setores censitários (COSTA E SILVA, 2010),

informando ainda que, infelizmente, esta proposta não foi acolhida na lei de diretrizes aprovada.

Por sua vez, GOMES, concordando com COSTA E SILVA quanto à estruturação da cidade pelo PDDUMS em unidades de vizinhança, detalhou os contornos dessa tipologia de planejamento urbano, de caráter eminentemente funcionalista e despreocupado quanto às questões referentes à proteção do conjunto tombado:

caracterizava-se por uma organização territorial policêntrica, baseada na distribuição espacial de unidades de vizinhança (UV), seguindo a regra do raio de caminhabilidade médio de 600 metros. Cada unidade de vizinhança teria centro próprio com comércio e serviços e agruparia uma população de até 15.000 habitantes em gradiente de densidade a partir de seu centro. A articulação viária entre unidades se daria através do sistema viário principal, onde as “vias troncais” passariam pelos centros das unidades, onde também se concentrariam o acesso ao transporte público (GOMES, 2010).

Em sua visão, essa proposta urbanística tornou-se inviável por uma série de razões: o bairro Centro é diluído em quatro unidades de vizinhança,

desvinculadas da poligonal de tombamento e da área de entorno; nenhuma das três Linhas Estratégicas do PDDUMS considera o sítio histórico como um setor urbano a ser preservado nem tampouco como elemento de estruturação urbana; e pelo fato de serem mantidos indicadores urbanísticos (gabaritos, afastamentos, taxas de ocupação, índices de aproveitamento etc.) incompatíveis com a escala do sítio histórico. Como exemplo dessa absoluta incongruência entre sítio e plano, a proposta de criação de uma via troncal de elevado fluxo viário entre a Igreja Matriz, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa do Capitão-Mor, intervenção esta que, se executada, desconfiguraria por completo o traçado original do núcleo inicial de Sobral (GOMES, 2010). Coadunando com COSTA E SILVA quanto à carência de uma maior quantidade de dados, na instrução de tombamento, para o entendimento e a formulação de ações específicas de valorização e preservação do ambiente urbano, informou que a revisão do PDDUMS, financiada pelo Programa Monumenta, foi norteadada por um conceito que procurou

entender o SHS como um elemento estruturador e articulador do território, assim como do desenvolvimento local. Sendo um elemento de estruturação urbana, [dever-se-ia] inseri-lo, com suas potencialidades e restrições, nas linhas estratégicas do planejamento municipal (GOMES, 2010),

premissa esta fundamentada especificamente no bairro Centro como unidade de planejamento, na garantia das visuais da Serra da Meruoca (item recomendado na instrução de tombamento) e nos requisitos do Plano de Governo Municipal, do Estatuto da Cidade e da Agenda 21. Destacando o amplo emprego dos inventários produzidos pelo IPHAN/CE no processo de gestão do sítio histórico, GOMES (2010) informou que a portaria específica de uso e ocupação do sítio histórico de Sobral¹²⁴ teria como eixo a eleição deste setor urbano como zona especial, com tratamento urbanístico diferenciado com relação às demais zonas da cidade, estando embutidos nesta disposição a criação do Plano Municipal de Patrimônio Cultural e do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico.

A técnica ressalta ainda o que considera avanços possibilitados pela legislação urbanística para o sítio histórico, esta ainda em fase de implementação:

¹²⁴ Elaborada a partir das normas do Plano de Preservação proposto pelo IPHAN/CE em 2008.

considerando que a cidade se modifica dia a dia e que a ocupação e o uso do solo são as formas mais constantes de transformação do espaço urbano, um avanço foi construir uma legislação específica para o SHS e do seu entorno, garantindo os parâmetros de avaliação e controle dos projetos e construções e minimizando a subjetividade que existia na aprovação dos projetos. Não tive acesso ao documento final do Plano de Preservação do Sítio Histórico de Sobral, mas nas apresentações apresentou-se a intenção de extrapolar o universo da edificação e estabelecer normas e parâmetros de intervenções nos espaços públicos (da pavimentação ao mobiliário urbano), de sinalização e identificação dos monumentos e do ambiente urbano histórico. Este instrumento é importante para garantir a ambiência urbana do conjunto tombado e tentar resgatá-la onde as edificações modificadas diminuíram a “sensação” de ambiente histórico. O avanço maior é assumir que a cidade se transforma e que não se pode engessar o espaço existente, mas provê-lo de instrumentos de gestão e participação que, ao mesmo tempo, sejam acessíveis e garantam a preservação e valorização do patrimônio tombado, reconhecendo-o como elemento de desenvolvimento local que através de seu potencial histórico-cultural pode beneficiar e apoiar as dinâmicas socioeconômicas da região. (GOMES, 2011).

Como resultados esperados decorrentes da implementação do Plano de Preservação, elenca GOMES (2011) os seguintes:

- Fortalecimento do sítio histórico como elemento estruturador e articulador do desenvolvimento urbano, social, cultural, político e econômico municipal;
- Política de preservação direcionada aos interesses de desenvolvimento local e regional, envolvendo a população;
- Normas de uso e ocupação do solo baseadas em parâmetros legais expressos em lei municipal, eliminando a subjetividade existente nos processos de aprovação e legalização das intervenções no sítio histórico e dando mais estabilidade e segurança aos cidadãos e investidores no setor de comércio e serviço, concentrados da área central;
- Ações integradas dos poderes público e privado, promovendo melhorias urbanas e novos investimentos, de modo a incrementar a dinâmica econômica e cultural local e regional.

Como se vê, é a definição clara e precisa dos indicadores urbanísticos do sítio histórico, isenta o mais possível de qualquer elemento subjetivo, algo que tanto os técnicos da Prefeitura Municipal e do IPHAN/CE bem como a população da cidade almejam de forma a que sejam reforçados os laços estabelecidos entre os pressupostos da preservação urbana e os imperativos do desenvolvimento sócio-econômico na cidade.

Polêmico por razão, dentre outros aspectos, de ter sido proposto no bojo de uma ampla e ambiciosa estratégia político-empresarial e ser vazado em função do processo histórico de formação e evolução da cidade e de um simbolismo arraigadamente bairrista, o tombamento do sítio histórico de Sobral é a ante-sala da gestão deste, igualmente controverso por motivo do seu corte ao mesmo tempo gerencial e voltado ao interesse público. Por essas características, têm sido objetos, nos últimos anos, de um grande número de estudos e pesquisas, os quais têm aprofundado o debate sobre ambas realizações não sem se furtarem à agudização da polêmica sobre os dois assuntos. Mais recentemente, em meio ao que seria a criação de

zonas de tensão dissensuais entre idéias urbanísticas e patrimoniais espetaculares contemporâneas, em particular do planejamento estratégico para “cidades históricas”, e o uso e a vivência desses espaços espetacularizados no cotidiano de seus moradores e demais usuários (JACQUES, apud NASCIMENTO, 2011, p.1),

surgiu em alguns trabalhos a idéia da “Sobral espetacular”, formulação tributária das reflexões de alguns autores europeus sobre a cidade histórica como empreendimento voltado unicamente ao *glamour* e à *grandeur* para a atração de aportes econômico-financeiros:

o patrimônio histórico arquitetônico se enriquece, então, continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados. A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma direta ou indireta, um parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável (CHOAY, 2001, p.225).

Nessa conceituação, na verdade uma tentativa de valorizar, no contrapé, “os pequenos gestos cotidianos que contrariam, desviam e subvertem as imposições autoritárias dos projetos urbanos contemporâneos espetaculares, ditos revitalizadores” (JACQUES, apud NASCIMENTO, 2011, p.1), a consideração

dos esforços desprendidos por uma administração municipal para recuperar uma cidade tendo como ponto de partida o seu patrimônio histórico-cultural parece resvalar para o terreno da denúncia de uma experiência que é negativa ou perigosa em sua essência, sem que se esboce, no entanto, qualquer proposta de como proceder sustentavelmente no que tange à proteção ou à gestão de um sítio histórico. Se abundam referências e citações eruditas referentes à incorporação das cidades históricas ao “espaço mercadófilo” (NASCIMENTO, 2011, p.8) urbano contemporâneo ou à transformação destas em meros locais atrativos comercialmente, eivadas, para dizer o mínimo, de azedume e má-vontade, são escassas as proposições de cunho administrativo dotadas de razoabilidade e propósito. No caso cearense, afirma NASCIMENTO (2011, p.385):

temos a sensação de que todo esse patrimônio [sítios históricos de Icó, Sobral, Aracati e Viçosa do Ceará, bem como o conjunto dos monólitos de Quixadá], atestado como relevante para a compreensão da história da região Nordeste do país, estava escondido debaixo do tapete, e nesse momento é posto à mostra: (re)descoberto. Mas...(re)descoberto em que contexto? Em que perspectiva?

Para depois sentenciar:

nessa perspectiva, a política de preservação do patrimônio cultural é tomada como um dos elementos que irão evidenciar esse modelo de “fazer cidade”, haja vista a possibilidade de transformação do sítio histórico em um grande atrativo: é a função do referido sítio na lógica da gestão urbana empresarial (NASCIMENTO, 2011, p.394).

Neste trabalho, procurou-se abordar as experiências de tombamento e gestão de um sítio histórico sob os prismas de abordagem deste como monumento, documento, empreendimento e instrumento, tendo claro a complexidade da tarefa e os vários interesses envolvidos, assim como os erros e acertos, os pontos negativos e positivos que costumam presidir ou resultar dessas ações, num esforço de compreensão e interpretação da realidade. Tentando equilibrar a prática e a teorização sobre esta, exercício que perpassou todo este estudo, propõe-se como fecho da discussão sobre esse assunto a visão de COSTA (2008, p.61) sobre os efeitos proporcionados pelas intervenções realizadas no sítio histórico de Sobral:

Ali, onde a cidade nasceu, concentram-se os seus maiores atrativos, cujo grupo de edifícios públicos, religiosos e fabris, juntado a um conjunto de vivendas que acolhem tantas vidas, abrem-se para a grande *promenade* à beira d'água onde voam passarinhos, deambulam adultos e crianças, ociosos e fiéis, enfim, inúmeros lugares onde a gente de Sobral possa tomar sorvete, cerveja com amendoim, comer paçoca e desfrutar das chances que os espetáculos religiosos e profanos celebram e das simples manifestações cotidianas da boa convivência humana.

4.4. Considerações finais

Portanto, diante dos avanços produzidos nos últimos anos, é grande a expectativa em torno das realizações da preservação urbana. Reconhecendo-se que ainda há um grande caminho a percorrer, o que demanda tempo para consolidar conceitos, práticas e instrumentos atualmente desenvolvidos e aplicados, ao mesmo tempo vislumbra-se uma perspectiva dessa função integrada às demais funções urbanas e colada ao gerenciamento e ao planejamento urbano estratégico das cidades. Em resumo: a preservação como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico, integrado e compartilhado e não mais como uma ação voltada si mesma, afastada do cotidiano das aglomerações humanas e dos seus habitantes. Disto, certamente, dependerá o êxito da gestão do patrimônio cultural para o século em curso. Os últimos programas federais desenvolvidos na área, assim como alguns estaduais e municipais, têm incorporado essas facetas e, uma vez solucionados os problemas e deficiências apontadas, poderão contribuir para a construção de um conceito contemporâneo de preservação urbana de âmbito nacional, num momento em que o país se desenvolve segundo uma lógica diferenciada na qual a cultura é um ativo-recurso-meio de acesso cada vez mais valioso e fundamental.

Tudo isso, entretanto, é vago sem o efetivo concurso das comunidades. Como diz GOTTDIENER (1997, p. 178),

o espaço é, ao mesmo tempo, local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação, ou seja, é o local onde ocorrem os eventos, como também representa a permissão social de engajar-se nesses eventos.

Em primeiro lugar, face ao alargamento do campo patrimonial, é preciso contar com a participação popular nos processos relativos à preservação de sítios históricos para que ela se sinta motivada a defender o patrimônio em conjunto com os agentes preservacionistas públicos e privados a partir da consideração, por parte das autoridades e dos técnicos, de suas necessidades e aspirações, dos seus valores culturais e simbólicos e do seu repertório espacial. Nas palavras deste mesmo autor,

o espaço é uma abstração concreta, apresentando-se, ao mesmo tempo, como realização material e exteriorizada do trabalho humano e a condensação das relações sociais de produção... é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, pois estrutura as ações sociais e é produzido por estas (GOTTDIENER, 1997, p.178).

Não custa nada lembrar: as obras e serviços referentes à preservação do patrimônio edificado no país são, em sua esmagadora maioria, financiadas com dinheiro público, recursos estes provenientes do Tesouro ou de renúncia fiscal, quer dizer, construídos com os impostos pagos pelo povo brasileiro. Portanto, este tem todo o direito de discutir e opinar nos assuntos do patrimônio, hoje tão demandados quanto os da saúde, habitação, educação, dentre outros ligados ao interesse popular. Nessa linha, portanto,

a base da comunidade é cultural e a transformação política da sociedade com base em valores culturais não hierárquicos não pode ser descrita apenas em termos de luta econômica... as necessidades de grupos de consumo e estilos de vida conflitantes dentro de territórios localizados suscitam problemas que não podem ser solucionados apenas por considerações econômicas, mas que também chamam a atenção para questões fundamentais de cultura (GOTTDIENER, 1997, p.179).

Como tantas outras, esta é uma questão latente que, no caso específico da preservação urbana, desenvolver-se-á a partir dos processos de valorização ou de depreciação da terra urbana gerados pelo tombamento e pela gestão dos sítios históricos, ações estas decorrentes do maior ou menor grau de comprometimento das instâncias públicas e privadas responsáveis.

Em segundo lugar, considerando o exemplo de Sobral, urge elaborar um novo estatuto para a preservação edilícia no Brasil, evolutivamente a partir do Decreto 25/37, para que faça frente às complexas situações que são criadas no

cotidiano, principalmente naquelas cidades dotadas de maior dinamismo sócio-econômico, onde a destruição do patrimônio material e imaterial acontece com maior rapidez. Nossa legislação federal, ela mesma um bem patrimonial de inestimável valor, assemelha-se àquelas vetustas edificações que, para serem reabilitadas, precisam ser recuperadas e adaptadas, incorporando novos usos sem necessariamente descaracterizarem-se. Hoje, com a criação de instrumentos de ação compartilhada existentes na Constituição Federal de 1988, na Lei da Natureza, na Lei de Crimes Ambientais e, mais recentemente, no Estatuto da Cidade, com seus instrumentos de operação urbana consorciada, transferência do direito de construir e direito de preempção, dentre outros, abrem-se oportunidades reais e produtivas de conjugação da preservação com o planejamento urbano, com destaque para a elaboração de legislações específicas de uso e ocupação do solo nas áreas tombadas e de entorno.

Em terceiro lugar, sob o primado desse novo estatuto, é necessário elaborar uma estratégia ao mesmo tempo urbanística e tributária que garanta aos proprietários de bens tombados algum tipo de retribuição pelo fato do cerceamento legal de seus direitos quanto aos imóveis de sua propriedade. Não se pode basear a ação preservacionista sobre um substrato de heroísmo, altruísmo, abnegação e desprendimento, vez que, até que se altere o atual panorama, a terra urbana é mercadoria, o sistema econômico vigente é capitalista e, conforme MENEZES (2006, p.39),

neste contexto, é preciso levar em conta...cálculos de investimentos/retorno/custo...Desta agudeza na identificação de suas finalidades como matriz das prioridades e direcionamentos é que depende a alternativa referencial da cultura, inserida sempre no mercado: servir-se dele ou servir a ele...mais que tudo, não se deve excluir ou minimizar as áreas seminais da cultura: o cotidiano e o mundo do trabalho.

A preservação do patrimônio edificado hoje está associada a uma série de movimentações sócio-econômicas de grande relevância e é preciso que seja encarada como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico e gerador de ocupação, negócio e renda, bem como de qualificação e capacitação profissional, em vez de ser vista apenas como um caro ornamento administrativo, sempre

passível de subtração quando dos tradicionais cortes orçamentários governamentais.

Em quarto lugar, e considerando a assertiva anterior, é preciso formular, estruturar e implantar, em todos os níveis, uma política de preservação do patrimônio cultural de caráter realmente nacional, compartilhada com as demais instâncias públicas, considerando a riqueza e a diversidade das manifestações culturais das regiões do país, sendo ainda atrativa quanto à participação do segmento privado. De outra parte, faz-se cada vez mais fundamental a adequada preparação de técnicos nas áreas de arquitetura e urbanismo, engenharia, história, arqueologia e outras afins nas universidades para fazer face aos problemas da preservação, num momento em que as cidades brasileiras vêm refreados seus ímpetos expansionistas e pressentem a reocupação de suas áreas mais antigas por atividades as mais diversas, num claro movimento de refluxo, com a associação da preservação do patrimônio edificado a uma série de outras ações até então vistas como oponentes suas. Como quer LEFEBVRE (1973, p.69), o design espacial, portanto a projeção em seus estados imaterial (projeto) e material (obra), deve ser incluído entre as forças sociais de produção, pois transforma o espaço produzindo novas formas submetidas, no caso, a um controle específico, geradoras interna e externamente de processos de valorização e depreciação fundiária.

Portanto, talvez, não tenha sido inútil abordar criticamente uma experiência preservacionista de um sítio histórico localizado no Ceará, vez que ela nos permitiu discorrer sobre questões nacionais e internacionais relativas à proteção do patrimônio cultural, abrindo vias de contato entre diversos campos do conhecimento e espelhando, a seu modo particular, aspectos que são mais ou menos os mesmos relacionados à problemática da preservação edilícia em nosso país e em vários outros no mesmo estágio de desenvolvimento. Assim, parafraseando Tchecov, terei cantado um canto universal entoando o singelo e sincero cantochão de minha velha e boa aldeia (Fig.138).



Fig. 138 – Vista do Sítio Histórico de Sobral
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Sobral
Fotografia: Wellington Macedo

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus Tempos: Coletânea de Textos sobre Artes e Letras**. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ARANTES, Otília et alli. **A Cidade do Pensamento Único**. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARAÚJO, Pe.F.Sadoc. **Cronologia Sobralense (1604-1800)**. Vol.I. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

_____. **Cronologia Sobralense (1801-1840)**. Vol.II. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1979.

_____. **Cronologia Sobralense (1841-1880)**. Vol.III. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1983.

_____. **História da Cultura Sobralense**. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 1978.

_____. **Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda., 1991.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASHWORTH, G. J.; VOOGD, H.. **Selling the City**. In: WARNABY, Gary. *The Shopping destination offer: na exploratory conceptual framework*. London: University of Strathclyde, 1990.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto, org. **Sobral, Patrimônio Nacional**. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2000.

BARNEKOV, T. et al.. **Privatism and Urban Policy in Britain and in the United States**. London: Oxford University Press, 1989.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BENHAMOU, Françoise. **Economia da Cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BIANCHINI, Franco; PARKINSON, Michael. **Cultural Policy and Urban Regeneration: The West European Experience**. Manchester: Manchester University Press, 1993.

BOYER, Christine. **The City of Collective Memory: its historical imagery and architectural entertainments**. London: MIT Press, 1996.

BRITO, Marcelo. **Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural Urbano**. In: Chronica Brasil, nº2. Goiânia: Agenda 4, 2004.

_____. **Gestion de Núcleos Históricos: Um Caso de Administración, Financiación e Programación de la Actuación Urbanística**. Barcelona: Tese (Doutorado, 1992), Universitat Politècnica de Catalunya.

_____. **Pressupostos da Reabilitação Urbana de Sítios Históricos no Contexto Brasileiro**. São Paulo: Portal Vitruvius/Arquitextos, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. – **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional**. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, p.95-115. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

CANTACUZINO, Sherban. **Assessing Quality: The Pertinent Criteria for Designing Buildings in Historic Settings**. Warren, Worthington and Taylor, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos – Novas Abordagens sobre as Cidades**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. **La Questión Urbana**. Cidade do México: Ed. Siglo Veinteuno, 1976.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural – Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura Eclética no Ceará**, in *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1987.

_____. **Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará**. Fortaleza, UFC, 1977.

_____. **Preservação do Patrimônio Cultural**, in *Revista do Instituto do Ceará*, t. 122. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 2008.

CAVALCANTI, Lauro. Org. **Memória e Educação**. Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CIARDINI, Francesco e FALDINI, Paola, orgs. **Los Centros Históricos: Política Urbanística y Programas de Actuación**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Ruminações Recentes: Reforma/ Reciclagem/ Restauro**. In *Summa +115*. Buenos Aires: Donn S.A, 2011.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: Entre o Discurso e a Prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

COSTA, Antônio Carlos Campelo. **Sobral – A Preservação do Sítio Histórico a partir do seu Tombamento**. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2009.

COSTA, Antônio Carlos Campelo e ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **Sobral – Da Origem dos Distritos**. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2008.

COSTA, Augusto. **A Intervenção no Patrimônio – Práticas de Conservação e Reabilitação** (2º Seminário – Vol. I). Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2005.

CURY, Isabelle, org. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL RIO, Vicente. **Em Busca do Tempo Perdido: O Renascimento dos Centros Urbanos**. São Paulo: Portal Vitruvius/Arquitextos, 2000.

DUARTE, Romeu. **Arquitetura Colonial Cearense: Meio-ambiente, Projeto e Memória**, in Revista do Centro de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo, Nº 7. São Paulo: Edições CPC/USP, 2008.

_____. **“Ceará no Século XVIII: Icó, Aracati e Sobral”**, in Revista Oceanos nº 41: “A Construção do Brasil Urbano”, Comissão Oficial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Edições COCDP, 2000.

_____. **Icó**, in Atlas de Centros Históricos do Brasil. Pessoa, José e Piccinato, Giorgio. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

_____. **Novas Abordagens do Tombamento Federal de Sítios Históricos – Política, Gestão e Transformação: A Experiência Cearense**. São Paulo: Dissertação (mestrado) – FAUUSP, 2005.

_____. **O Ceará e o Patrimônio Cultural**, in Bonito pra Chover: Ensaio sobre a Cultura Cearense. Gilmar de Carvalho (org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

_____. **Programa Monumenta: Uma Experiência em Preservação Urbana no Brasil.** In: Revista do Centro de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo. São Paulo: CPC/USP, 2010.

DUVIGNAUD, Jean Prefácio. In: Halbwachs, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Vértice, 1990.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

FREITAS, Nilson Almino de. **Sobral: Opulência e Tradição.** Sobral: Editora UVA, 2000.

FRIEDEN, B. and SAGALYN, L.B. **Downtown,** inc. How American Rebuilds Cities. London: MIT Press, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A.. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GATTO, Francisco. **Cambio Tecnológico Neo-fordista y Reorganización Productiva: Primeras Reflexiones sobre sus Implicaciones Territoriales.** Santiago: Eure, v. XVI, n. 47, 1989, p. 7-34.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica do Ceará.** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

_____. **História Econômica do Ceará.** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará.** Recife: UFPE, 1982.

GLAESER, Edward L. et al. **Consumer City.** Massachusetts: National Bureau of Economic Research/Cambridge University, 2.000.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

HALÉVY, Jean Pierre. **Anotações sobre o Programa Monumenta**. BID. Mimeo. Inédito, 1998.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. **Uma Breve História do Neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JAMESON, Frederic. **Espaço e Imagem (Teorias do Pós-moderno)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. **Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora UNB, 1996.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Corredor Cultural do Rio de Janeiro: Uma Visão Teórica sobre as Práticas da Preservação do Patrimônio Cultural**, in Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v.1, n.1. Belo Horizonte: Edições UFMG, set/dez 2007.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: A Questão dos Bens Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MARQUES, Sônia. **As Estratégias de Lugares de Memória: Um Novo Elo entre Cultura e Política**. In: ZANCHETTI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; & MILLET, Vera (orgs.). **Estratégias de Intervenção em Sítios Históricos**. Recife: UFPE, 1995.

MORI, Vitor Hugo (org.). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: Edições 9ª SR/IPHAN, 2006.

MOTTA, Lia. **As Cidades: Sua Valorização e Proteção como Documentos**. In: Memória e Educação. Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.

Nascimento, José Clewton do. **(Re)Descobriram o Ceará? Representações dos Sítios Históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional**. Florianópolis: ANPUR, 2011.

NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

NEVES, Mônica Rocio. **Intervenções Contemporâneas em Sítios Históricos**. Rio de Janeiro: Edições IAB-RJ, 2007.

PAIVA, Olga Gomes de et ali. **Sobral, Patrimônio de Todos: Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural**. Fortaleza: Edições MinC/IPHAN/4ª SR, 1999.

PESSOA, José e PICCINATO, Giorgio. **Atlas de Centros Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **O Corredor Cultural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edições PMRJ, 1982.

_____. **Planejamento Urbano e Preservação Ambiental; O Corredor Cultural no Contexto Urbano do Rio de Janeiro**. São Paulo: Anpocs, 1984.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

4ª.SR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Aracati**. Fortaleza, 1998.

_____. **Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Icó.** Fortaleza, 1996.

_____. **Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Sobral.** Fortaleza, 1997.

_____. **Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Viçosa do Ceará.** Fortaleza, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Arquitetura não é goiabada: sou contra o sistema de tombamento no varejo.** In Revista Projeto Design nº 287. São Paulo: Projeto Editores Associados, Janeiro/2004.

ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio.** São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. **Da Cidade Monumento à Cidade Documento – A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil.** Salvador: Dissertação (Mestrado, 1995) – Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural.** São Paulo: Portal Vitruvius/Arquitextos, 2003.

SAVITH, H. V.. **Post-industrial Cities: Politics and Planning.** New York: Princeton University Press, 1988.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

SOARES, José Teodoro. **A Idéia de Modernidade em Sobral.** Sobral: Edições UVA, 2003.

VARGAS, Heliana C. **Espaço Terciário. O Lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio.** São Paulo: Senac, 2001.

_____. **Comércio Varejista e Políticas Urbanas: Uma Difícil Conversa.** In Sinopses n° 34 (/2001). São Paulo: FAUUSP, 2001.

_____. **O Comércio e os Serviços Varejistas: Principais Agentes e sua Inserção Urbana.** In Espaço e Tempo n° 8. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. et all. **Poluição Visual e Paisagem Urbana: Quem Lucra com o Caos?** In Eleições 2000. www.estadao.com.br/ext/eleicoes/artigos.15/09/2000. Portal do Jornal Estado de São Paulo.

_____. **Galerias do Centro,** in URBS n° 8. São Paulo: Viva o Centro, 1998.

VARGAS, Heliana C. e CASTILHO, Ana Luisa Howard (orgs.). **Intervenções em Centros Urbanos – Objetivos, Estratégias e Resultados.** São Paulo: Manole, 2006.

VELHO, Gilberto. **Antropologia e Patrimônio Cultural.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 20. Rio de Janeiro: SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

WANSBOROUGH, Matthew; MAGGEEAN, Andrea. **The Role of Urban Design in Cultural Regeneration.** In: The Journal of Urban Design. [s.l.] v. 5, n. 2, 2000.

ZANCHETTI, Sílvio, MARINHO, Gerardo & MILLET, Vera (Orgs.). **Estratégias de Intervenção em Sítios Históricos.** Recife: UFPE, 1995.

Documentos Pesquisados

- Abaixo-assinado para solicitação de tombamento federal para o sítio histórico de Sobral ao IPHAN, Sobral, 1996;
- Parecer técnico relativo ao tombamento do sítio histórico de Sobral, Conselho Consultivo do IPHAN, Rio de Janeiro, 1999;

- PDDU – Sobral, Fortaleza, 2000;
- Solicitação de tombamento do núcleo histórico da cidade de Sobral/CE (Ofício GAB/4^a.CR/IPHAN nº 164/96, 23.10.96);
- Termo de Referência para Elaboração do Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Sobral/Ce, 4^a SR/IPHAN, Fortaleza, 1997;
- Termo de Referência para o Plano de Preservação e Reabilitação Urbana do Sítio Histórico de Sobral/CE, Programa URBIS/Minc/IPHAN, Fortaleza/Brasília, 2001;
- Carta enviada pelo presidente do IPHAN, Dr. Antônio Augusto Arantes Neto, ao editor-chefe do jornal *A Tarde*, de Salvador/BA, em 09.06.04;
- Portaria nº 299/04 – Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano;
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral (revisado), Prefeitura Municipal de Sobral, 2008;
- Portaria de Uso e Ocupação do Solo no Sítio Histórico de Sobral, Prefeitura Municipal de Sobral, 2008;

Fontes de Pesquisa

- IPHAN (Direção Nacional/Superintendências Regionais/Arquivos);
- Governo do Estado do Ceará – Secretarias Estaduais das Cidades, da Cultura, do Desenvolvimento Local e Regional, da Infra-Estrutura e do Turismo;
- Prefeitura Municipal de Sobral - Secretarias Municipais da Cultura, Turismo e Meio Ambiente, Infra-estrutura, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- Universidade Federal do Ceará - Bibliotecas Setoriais dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, Economia e Ciências Atuariais, História e Ciências Sociais;
- Bibliotecas Setoriais da USP;
- Comissão Gestora do Plano de Preservação e Requalificação Urbana de Sobral;
- Estudiosos do tema abordado, técnicos da 4^a SR/IPHAN e da Prefeitura Municipal de Sobral, autoridades e membros da comunidade sobralense;

Técnicos Entrevistados

- Arqta. Andréa Nóbrega Cruz
- Arq. Antônio Carlos Campelo Costa
- Dr.Clodoveu Arruda
- Arq.Francisco Alexandre Veras de Freitas
- Arqta. Gizella Gomes
- Dr.Henrique Oswaldo Andrade
- Arq. Herbert Rocha
- Arq. José Clewton do Nascimento
- Arq. Marcelo José da Silva Brito
- Arqta. Regina Costa e Silva